



UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

Edgley Pereira de Paula

**A GUERRA DO PARAGUAI NA IMPRENSA  
PORTUGUESA(1864-1870): ENTRE A NEUTRALIDADE  
OFICIAL E O APOIO À CAUSA BRASILEIRA**

**Tese de doutoramento em História, ramo de História  
Contemporânea, orientada pela Professora Doutora Ana Leonor  
Pereira e apresentada ao Departamento de História, Estudos  
Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da  
Universidade de Coimbra.**

Maio de 2022

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

# A Guerra do Paraguai na imprensa portuguesa(1864-1870): entre a neutralidade oficial e o apoio à causa brasileira

Edgley Pereira de Paula

Tese de doutoramento em História, ramo de História Contemporânea, orientada pela Professora Doutora Ana Leonor Pereira e apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Maio de 2022



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Dedico essa tese ao meu maior incentivador, meu saudoso pai,  
o senhor Assendino Simplício de Paula (*in memoriam*).

## **Agradecimentos**

---

Aos Diretores do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEEx), general Severino de Ramos Bento da Paixão e general Riyuzo Ikeda, pelo apoio à realização do Curso de Doutorado, em Portugal, quando ainda estava envolvido em minhas atividades militares naquela Organização Militar do Exército Brasileiro.

Aos amigos, alunos como eu, da turma do Curso de Doutorado em História, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), com entrada nos anos de 2016/2017, que aqui nomino, entre eles, João Alexandre, Márcio Nunes e Magno Braga, além de Victor Araújo Costa, este, aluno do Curso de Doutorado, da Faculdade de Direito (FDUC).

Aos professores do Curso de Doutorado em História Contemporânea, da FLUC, e aos professores do Instituto Iberoamerica, da Universidade de Salamanca (USAL), onde tive a oportunidade de realizar um estágio de investigação pelo Programa Erasmus +.

À minha orientadora, Professora Dr<sup>a</sup> Ana Leonor Pereira, pela confiança e apoio a mim depositados.

À minha família, minha querida esposa Melisa e meus filhos Arthur e Isis, inspirações eternas para o meu aprimoramento intelectual.

Eu sou trezentos, sou trezentos-e-cinquenta... Mas um dia, afinal, eu toparei comigo.

Mario de Andrade

## **Resumo**

---

A Guerra do Paraguai ou Guerra de Tríplice Aliança foi o maior conflito bélico existente na América do Sul que inaugurou uma delicada aliança militar entre o Império do Brasil e as repúblicas da Argentina e do Uruguai contra a república do Paraguai. Delicada e improvável, pois além da dicotomia monarquia *versus* república que separava esses novos aliados, colocava também, em campos opostos, países de colonização e passados comuns de ascendência espanhola, em aliança à monarquia brasileira, de origem lusitana, tradicionalmente envolvida em interesses divergentes e em campos opostos. Seja como for, esse grave conflito se estendeu por mais de cinco anos (de novembro de 1864 a março de 1870) e marcou profundamente os países nele envolvidos ao transformar definitivamente o cenário geopolítico da região Platina. Por seu caráter totalizante, essa guerra se desenvolveu em outros cenários, cumpre-nos nessa tese explorar seus desdobramentos na imprensa de época, tanto no Brasil quanto em Portugal. De fato, os jornais do período analisado repercutiram em suas páginas não só as batalhas travadas, como também, todo sofrimento, toda contradição e todo entusiasmo nacionalista propagado nos países contendores. Nessa perspectiva, o presente trabalho procurou fazer a possível interface entre a história da imprensa e a história da guerra ou do acontecimento militar, na medida que foi problematizado o papel que os impressos tiveram ao retratar a Guerra do Paraguai evidenciando o original caráter transatlântico que se formou para dar suporte à produção e à circulação das notícias de guerra, do Brasil para Portugal. Nesse sentido, procurei evidenciar a existência de uma rede de informações e notícias que envolvia diversos atores, entre eles, donos de jornais, literatos, correspondentes de guerra, políticos e diplomatas dos dois países. Constatei ainda a existência de uma forte ligação entre os editores e donos de jornais com os correspondentes de guerra, muitos deles oficiais brasileiros do exército e da armada imperial (marinha), contratados por esses periódicos para trazerem notícias do *front* da guerra para Corte do Rio de Janeiro, capital do Brasil, que depois se irradiavam para as outras províncias e, também, para além-mar, chegando aos portos de Lisboa. As informações que chegavam em Portugal, por intermédio dos principais periódicos da capital brasileira, em especial o *Jornal do Commercio*, eram transcritas diretamente ou serviam como informações fidedignas, base para as notícias publicadas nas páginas dos principais jornais portugueses, como *O Commercio do Porto*, da cidade do Porto, *O Bracarense*, de Braga, *O Campeão das Províncias*, de Aveiro e o *Commercio de Lisboa* e o *Diário de Notícias*, da capital portuguesa. Logo, a recepção das notícias que chegavam na Europa tinha Portugal e a cidade de Lisboa, em especial, como ponto estratégico primordial para o conhecimento de tudo que se desenrolava na guerra entre os povos da região Platina, na América do Sul. De certo, o governo brasileiro de D. Pedro II em seu esforço de guerra se utilizou dessa rede para disseminar a narrativa brasileira sobre conflito, usando Portugal como porta de entrada para toda a Europa.

**Palavras-chave:** Guerra do Paraguai. Guerra da Tríplice Aliança. Imprensa. Correspondentes de guerra. História Militar.

## **Abstract**

---

The Paraguayan War or The War of the Triple Alliance is known as the greatest armed conflict that ever happened in South America which began a delicate military alliance between the Brazilian Empire and the Republics of Argentina and Uruguay against the Republic of Paraguay. Delicate and unlikely, since, besides the clear dichotomy between monarchy against republic which already separated these new allies, there were old colonies with similar past from the Spanish culture against each other, while on one side the Brazilian monarchy was seen as an ally, with Lusitanian origin, traditionally involved in matters that contradicts the other republics objectives. Howsoever, such great conflict extended for more than five years (from November of 1864 to March of 1870) and greatly marked the countries whose fought when it settled the geopolitical scenario in the Platina region. Because of your totalizing caliber, this war developed in many different fields, the objective to fulfill in this thesis is to explore the unfolding of the press at the time, in Brazil and Portugal. In fact, the newspapers at the time evince not only the battles that were fought, as also, all the suffering, the contradiction and the nationalism enthusiasm propagated in the contender countries. Within this perspective the presented essay seeks to make possible an interface between the press history and the war, because of such magnitude the press had on reporting the Paraguayan war showing an original transatlantic feature which had been born to give support for the production and the circulation of the news about the conflict. In this regard, I seeked to evinced the existence of a communication network where newspaper owners, writers, war journalists, politicians and diplomats of both countries. I noticed a great relationship between the editors and the newspaper owners with the war journalists, many of them being officers of the Brazilian army and of the imperial armada (marine), employed by those newspapers to bring news from the battlefield to the Rio de Janeiro's royal court, Brazil's capital, then they would spread for the other provinces and also, beyond the sea, reaching the ports of Lisboa. The information that reached Portugal by the main periodicals from the brazilian capital, in particular the "*Jornal do Commercio*", were directly transcribed or were used as reliable sources, for the news that would be published by some of the most well-known Portuguese newspapers at the time, such as "*Commercio do Porto*", from the city of Porto, "*O Bracaense*" from Braga, "*O Campeão das Províncias*", from Aveiro and the "*Commercio de Lisboa*" and "*O Diário de Notícias*", from the portuguese capital. Soon, the reception of the news in Europe had Portugal and the city of Lisboa in particular as a prime strategy point for the knowledge of everything that happened in the war between the people of the Platina region, on South America. For sure, the Brazilian government under D.Pedro II during your war efforts had used such network to disseminate the Brazilian's narrative about the conflict, using Portugal as their entrance in Europe.

**Keywords:** Paraguayan War. War of the Triple Alliance. Press. War journalists. Military History.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>ESTADO DA ARTE DAS ABORDAGENS SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI E DA IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO</b> .....	12
1.1 As Narrativas Épico-Memorialistas: do fim da guerra a meados do séc. XX .....	18
1.2 O Revisionismo Crítico .....	22
1.3 O Revisionismo Acadêmico – de 1990 aos nossos dias .....	25
1.4 Guerra do Paraguai – novas perspectivas, novos objetos e o papel do estudo da imprensa na “virada cultural” .....	31
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A IMPRENSA BRASILEIRA EM MEADOS DO SÉCULO XIX E A ECLOSÃO DA GUERRA</b> .....	44
2.1 O aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda e o início das hostilidades no campo militar .....	48
2.1.2 As fases da guerra: entre avanços e retrocessos .....	60
2.1.3 A chegada do Marquês de Caxias e a reorganização da logística militar .....	65
2.2 Os periódicos brasileiros nos difíceis anos de guerra .....	73
2.3 <i>O Jornal do Commercio e A Semana Illustrada</i> : a força do discurso do Império brasileiro .....	84
2.4 Guerra no Prata, guerra na Corte: o embate nos jornais ilustrados .....	95
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>A PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS NO ESFORÇO DE GUERRA BRASILEIRO</b> .....	112
3.1 O caso de Machado de Assis: típico literato e articulista de jornais .....	112
3.2 Os correspondentes de guerra civis e militares .....	117
3.3 A fotografia a serviço da imprensa de guerra .....	124
3.4 O envio de periódicos aos campos de batalha e o contato da tropa brasileira com as publicações jornalísticas .....	131
3.5 Marchas e contramarchas – Os periódicos no dia-a-dia dos acampamentos .....	140
3.6 O jornalismo de trincheira .....	145
3.7 O público leitor na Corte do Rio de Janeiro na época da guerra .....	156
3.8 As disputas pela propriedade intelectual das obras literárias publicadas nos jornais em “folhetins” .....	166
3.9 Uma “rede de informações” que seguia dos campos de batalha do Paraguai até além-mar .....	169



## **CAPÍTULO 4**

### **PORTUGUESES NA REGIÃO PLATINA E A CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS NO BRASIL..... 174**

- 4.1 Uma rede de acolhimento e uma comunidade de sentidos..... 178
- 4.2 A importância das remessas de dinheiro do Brasil para Portugal ..... 182
- 4.3 Os vínculos familiares que ligavam as duas Coroas de Bragança ..... 194
- 4.4 O imigrante português como um *passeur culturel* ..... 209
- 4.5 O Real Gabinete Português de Leitura ..... 218
- 4.6 A participação de portugueses nos campos de batalha: alguns voluntários, outros compelidos ..... 227

## **CAPÍTULO 5**

### **AS NOTÍCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI PUBLICADAS NA IMPRENSA PORTUGUESA ..... 243**

- 5.1 Uma Divisão Naval Portuguesa na bacia do Prata ..... 249
- 5.2 O papel da diplomacia portuguesa nas escolhas das notícias que chegavam a Portugal sobre a guerra em curso ..... 261
- 5.3 O suplício dos representantes diplomáticos portugueses e seus reflexos na imprensa portuguesa ..... 269
- 5.4 A imagem do Brasil disseminado na imprensa portuguesa na época da Guerra do Paraguai ..... 289

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 302**

### **FONTES E BIBLIOGRAFIA ..... 307**

- 1.1 Instituições Arquivísticas ..... 307
- 1.2 Fontes Manuscritas ..... 307
- 1.3 Fontes impressas ..... 312
- 2. Bibliografia ..... 314

### **ANEXOS (transcrições dos jornais portugueses sobre a Guerra do Paraguai) ..... 326**

- 1. *O Commercio do Porto* ..... 326
- 2. *Commercio de Lisboa* ..... 416
- 3. *Diário de Notícias* ..... 425
- 4. *O Bracarense* ..... 430
- 5. *O Campeão das Províncias* ..... 453

## INTRODUÇÃO

---

Essa tese de doutoramento procura refletir sobre o papel desempenhado pela imprensa portuguesa em meados do século XIX, especificamente na repercussão dada à chamada Guerra do Paraguai (1864-1870), maior conflito bélico que até hoje existiu na América Latina que envolveu além do Brasil, a Argentina e o Uruguai (países que formaram entre si, a “Tríplice Aliança”) contra o Paraguai e que foi um marco na construção das nacionalidades desses jovens Estados-Nações.

Nesse sentido, pretendi articular e contrapor a neutralidade do discurso oficial adotado pelo governo português durante todo o conflito e a desvelada prática de auxílio ao Brasil que a diplomacia portuguesa deu, inclusive utilizando a imprensa para isso, através de uma interessante rede de sociabilidades existentes à época, que envolvia, principalmente, donos de jornais, literatos (articulistas desses periódicos), políticos e correspondentes de guerra, entre outros atores sociais.

De fato, esta imprensa influenciou e foi influenciada pelas relações culturais, sociais e políticas intrínsecas entre o Império brasileiro e a monarquia portuguesa, vínculo histórico, ligação de sangue, de grande fluxo migratório e de uma balança comercial amplamente favorável à Portugal.

Nesse contexto, verifiquei que o dinâmico jornalismo intercontinental que se instaurou no período cumpriu um papel decisivo na difusão do discurso oficial brasileiro para além-mar. A partir das principais publicações do país, sobretudo as da Corte do Rio de Janeiro (onde o oficialista *Jornal do Commercio* teve um papel de destaque), as persuasivas ideias, textos e imagens, apresentadas pelo governo de D. Pedro II cruzaram o oceano e destacaram-se nas páginas da imprensa lusitana, transformando-se num precioso braço da diplomacia brasileira ao expandir sua narrativa e “olhar” a respeito da condução da guerra.

Antes mesmo da instalação do 1º cabo telegráfico submarino transatlântico da América do Sul para a Europa (inaugurado somente em 1874), os documentos que o governo imperial tinha interesse em divulgar chegavam por correio marítimo em Lisboa, Portugal, para só depois se espalharem pela Europa, através do serviço das agências de notícias baseadas na capital portuguesa, ponto de transmissão para importantes cidades

como Porto, Londres e Paris, o que tornou a antiga capital metropolitana uma chave fundamental para o entendimento desta guerra no continente europeu.

A fim de definirmos um corte histórico para entendermos melhor o momento político, econômico e cultural tanto do Brasil quanto de Portugal no período da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), delimitamos nossa pesquisa a partir da metade do século XIX, o período em Portugal nominado de “Regeneração”, por muitos autores também classificado como “Terceiro Liberalismo” que durou até 1890<sup>1</sup>.

Esse momento coincide, no Brasil, também pela normalização e “amadurecimento” das instituições num projeto monárquico, denominado de “Conciliação”, um acordo político entre os partidos Liberal e Conservador, após os conturbados momentos de guerras internas que passou o país, entre os anos de 1840 e 1848<sup>2</sup>.

Tais balizas temporais tiveram como objetivo traçar um cenário, uma espécie de “pano de fundo” para melhor analisarmos os diversos aspectos socioeconômicos, políticos e, principalmente, culturais que preconizaram as relações entre Brasil e Portugal, à época, e que nortearam as expectativas e aspirações desses dois povos tão ligados, por laços comerciais, familiares e identitários.

De certo, dessas complexas dinâmicas estabelecidas entre os dois povos formaram-se imaginários, representados nos dois lados do Atlântico, criando um ambiente intelectual singular nesses países, favorecidos certamente pela grande circulação de pessoas e da imprensa periódica que, nesse período, nos dois países, conheceu um significativo desenvolvimento técnico-profissional.

Nessa problemática, ao abordarmos as publicações jornalísticas sobre o desenvolvimento da Guerra do Paraguai (1864-1870), numa perspectiva histórica do estudo da imprensa, quanto fonte e objeto, procuramos estabelecer relações entre quem

---

<sup>1</sup> Cf. ALMEIDA, Luís Manuel. *O Brasil na imprensa portuguesa (1850-1893)*. Lisboa: Ed. Lisbon, 2020; SOUSA, Jorge Pedro. *Uma História do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa, perspectivas luso-brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008; TENGARRINHA, José. *Nova História da Imprensa Portuguesa – das origens a 1865*. Ed. Temas e Debates, 2013.

<sup>2</sup> Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Editora da USP: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1998; BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010; NEVES, Lucia Bastos P. Neves e MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

produzia e fazia circular as notícias do Brasil para Portugal: os donos de jornais, os editores, seus correspondentes e conhecidos literatos, chamados de “homens das letras”, intelectuais que eram os articulistas desses periódicos, observados aqui como aquelas pessoas também responsáveis pela produção dessas notícias.

Por esse ângulo, verificamos que esses agentes culturais tinham como foco um público que cada vez mais se alargava e que certamente estava condicionado ao movimento que envolveu historicamente as duas nações absorvidas pelas narrativas constantes da guerra em curso.

Essa imprensa brasileira, com forte influência dos imigrantes (entre eles portugueses e franceses, mas também, italianos e alemães) foi um instrumento, sem dúvida, de difusão da literatura de época, através de romances, contos e poesias. Entretanto, procuro salientar nessa tese que esses mesmos intelectuais literatos produtores de uma escrita singular, denominados também de “escritores públicos”, muitos reverenciados até hoje em dia, foram os mesmos que, em contato com esse universo dos jornais, entre tipografias e redações, produziram importantes artigos de opinião e posicionamentos políticos nos diferentes periódicos que cobriram o conflito da bacia do Prata.

No período específico analisado que foi a Guerra do Paraguai, ressalto, ainda, que a imprensa não foi somente um suporte para as obras desses escritores, mas sim um veículo de comunicação do sentimento de nacionalidade, tão vital naquele momento histórico.

Nesse universo de pessoas e instituições, examinamos o papel singular dos imigrantes portugueses, particularmente os que viviam na Corte do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro, pois, foram eles, importantes mediadores culturais, uma espécie de *passeur culturel*, um tipo de intermediário, um agente duplo, aqueles que se encontravam em contato entre duas culturas, cuja posição interposta separava o produtor da cultura e o público atingido.

Parto da perspectiva que esses mediadores, entre duas ou mais culturas, podem ser um indivíduo, um literato, um tradutor, mas também um grupo inteiro, como uma

edição de jornal e seus editores, redatores e articulistas, interessados na produção e divulgação de notícias.<sup>3</sup>

Dito isso, adianto que as principais fontes que utilizamos nessa investigação foram, entre tantos jornais brasileiros, principalmente, os periódicos *Jornal do Commercio*, o *Diário do Rio* e *A Semana Illustrada*, produzidos na cidade do Rio de Janeiro, assim como os jornais portugueses: *O Commercio do Porto*, da cidade do Porto, *O Bracarense*, de Braga, *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, o *Commercio de Lisboa* e o *Diário de Notícias*, da capital portuguesa.

Cabe aqui pontuar a importante hegemonia do *Jornal do Commercio* perante os outros jornais produzidos no Brasil do período estudado, que perpassava para além da própria capital do Império e se irradiava para as outras províncias brasileiras, seja através de envio direto de exemplares, seja por meio de transcrições literais desse periódico em outros jornais fora do Rio de Janeiro.

Assim, o público leitor mais distante da capital brasileira também era atingido por essas notícias do *Jornal do Commercio*, sobretudo por intermédio de um serviço de transporte cada vez mais regular de vapores (navios), existente desde o ano de 1839, entre a Corte e todas as províncias litorâneas, na chamada “navegação por cabotagem”.

A escolha por esses jornais portugueses está intimamente ligada a algumas questões técnicas e operacionais, como a existência de um sistemático banco de dados oferecidos por bibliotecas e arquivos públicos portugueses, bem como, questões metodológicas, tendo em vista que a pesquisa, em seu andamento, mostrou uma forte ligação dos emigrantes portugueses, residentes no Brasil no período, com sua origem, provenientes do Norte de Portugal, notadamente das cidades do Porto, Aveiro e Braga, logo, as informações vindas do Brasil, nesse momento que caracterizou o grave conflito, encontravam um maior interesse nessa região e, por consequência, foram amplamente divulgadas, quase que diariamente, em seus principais periódicos citadinos.

De certo, a partir desses suportes documentais ora apontados, procuramos constatar e analisar a existência de um considerável público-leitor na cidade do Rio de

---

<sup>3</sup> COOPER-RICHET, Diana. *Introduction*, in: *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe (XIX<sup>e</sup> et XX<sup>e</sup> siècle)* sous la direction de Diana Cooper-Richet, Jean-Yves Mollier, Ahmed Silem, Villeurbanne Cedex: Presse de l'enssib, 2005, pp. 13-14.

Janeiro, fruto desse intercâmbio luso-brasileiro, assim como, demonstraremos como se reproduziam as informações que circulavam da capital do Império até as terras portuguesas, tendo como base, as notícias produzidas no longo período da guerra, entre novembro de 1864 a março de 1870, nesses jornais elegidos.

Demais textos correlatos nos revelaram as concepções culturais criadas por uma elite ilustrada que escrevia para ela mesma. Logo, foi entre esse círculo de letrados que baseamos nossa investigação. Entretanto, ao analisar mais detidamente os dados, as fontes nos mostraram, ademais que, uma vez produzida a informação, o texto se expandia para além desse privilegiado grupo social investigado, numa espécie de “circularidade cultural”<sup>4</sup>.

Ao realizar pesquisas sobre a imprensa e seus leitores no Brasil e em Portugal, me deparei com fontes que revelaram um universo múltiplo, e ainda pouco divulgado, da origem e ampliação do mercado editorial, dos jornais e seus assinantes, da importância dos romances de folhetim que, muitas das vezes, juntava o leitor do jornal ao do livro, da frequência às bibliotecas e dos gabinetes de leitura.

No século XIX o jornal, assim como o livro, adquiriu, no Brasil em especial, um significado importante na educação, na formação cultural e no ideal de universalidade de alguns procedimentos morais e características educativas e, pretensamente, “civilizatórias”, em termos comportamentais e de moda de época, apesar de ter sido produzido aqui muito tardiamente, em relação aos outros países americanos e europeus. Efetivamente só começou a ser impresso, de forma sistemática, nas primeiras décadas do século XIX.

O controle da produção, importação e circulação de impressos e livros em geral permitiu que Portugal dificultasse durante o período colonial o livre acesso aos jornais e aos livros no Brasil, mesmo a grupos privilegiados ou membros de categorias que, de uma maneira geral, tinham necessidade de constituir pequenas bibliotecas particulares.

Somente com o estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil e a consequente criação da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, pelo decreto de 18 de maio de 1808, instalou-se uma casa impressora oficial – a Impressão Régia – que permitiria a existência

---

<sup>4</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

de publicações regulares e negócios com jornais, livros e publicações sem que se dependesse exclusivamente da importação de obras estrangeiras<sup>5</sup>.

Nossa proposta no presente trabalho procurou se amparar principalmente na produção historiográfica brasileira e portuguesa mais recente, que tem como objeto o estudo da imprensa, que acreditamos, possa ser articulada com o estudo da guerra em geral e a Guerra do Paraguai, em particular, privilegiando as práticas sociais e as representações ou fenômenos culturais, provocados pela eclosão do conflito e o seu resultante caráter simbólico, evidenciado através dos impressos que circulavam no dia-a-dia, na Corte do Rio de Janeiro e nas principais cidades de Portugal, em especial Lisboa e Porto.

Procuramos analisar o caminho percorrido das notícias que vinham dos longínquos acampamentos militares, no Paraguai, até a chegada destas nos portos portugueses e daí para o mundo, realçando o papel político que essas reportagens, uma vez publicadas nos jornais, desempenhavam em favor da divulgação do discurso brasileiro a respeito da guerra na Europa.

Para isso, dividimos essa obra em cinco capítulos para melhor refletimos sobre algumas questões que julgamos serem fundamentais e que possibilitaram uma visão mais aprofundada do período histórico e do objeto em questão.

Primeiramente, apresentamos o “Estado da Arte” do tema proposto, não só do estudo da imprensa, tanto a portuguesa quanto a brasileira, do século XIX, no corte temporal proposto, mas também, analisamos a produção historiográfica, numa perspectiva histórica, do tema da Guerra do Paraguai. Ainda nesse capítulo situamos nossa pesquisa nessa fronteira que marca o estudo da guerra e da imprensa, numa possível abordagem da Nova História Cultural.

No segundo capítulo, expomos um panorama de como estava a imprensa brasileira no período da guerra e de como ela influenciou e foi afetada por esse ambiente de crise. Para além dos conteúdos técnicos da produção das notícias, evidenciamos, entre outras

---

<sup>5</sup> Cf. ABREU, Marcia. *A circulação Transatlântica dos Impressos. A globalização da cultura no século XIX*. In: Revista do núcleo de estudos do livro e da edição. Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo; BASTOS, Lúcia Maria Bastos P. Neves. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. MOREL, Marco (Orgs). *História e Imprensa: representações culturais e prática de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

questões, a existência de uma interessante relação entre a imprensa e a produção literária, no sentido que muitos literatos brasileiros e portugueses eram também articulistas dos principais periódicos na época da guerra, assim como, pontuamos que já existia um vigoroso intercâmbio de obras literárias portuguesas no Brasil e de autores brasileiros em Portugal.

De fato, a partir de 1860, os temas recorrentes da imprensa brasileira acostumada a retratar a vida dos personagens locais de destaque da política regional, a vida cultural, os contos de folhetins, as pequenas intrigas, os acidentes fortuitos, os aspectos cotidianos das cidades, tiveram um novo assunto que trouxe consigo um apelo singular e de grandes proporções, nesse sentido, a crescente instabilidade e a posterior grande guerra na região Platina expuseram o tema da política internacional e sua abrangência nacional para o cotidiano provinciano das pessoas comuns, para as conversas do dia-a-dia e, por conseguinte, para toda imprensa de época.

Dessa forma, procuro articular a produção jornalística em andamento e as operações militares na Guerra do Paraguai, no sentido de evidenciar que muitos correspondentes de guerra eram os próprios militares (do Exército e da Marinha do Brasil) que, em contato com os horrores da guerra, na frente de combate, produziam informações que seriam a base das notícias nas “folhas”. Outro aspecto ressaltado no capítulo foi o embate evidenciado na própria imprensa brasileira, entre aqueles jornais que ora apoiavam, ora desaprovavam a condução da guerra, por parte das autoridades do governo de D. Pedro II. Evidencio, ainda, como se dava a produção e circulação dessas notícias entre os próprios oficiais e soldados nos acampamentos e marchas, criando uma espécie de jornalismo nas trincheiras.

No terceiro capítulo realçamos a capacidade de circulação que as notícias impressas, uma vez produzidas no Brasil, possuíam, servindo-se de uma intrincada “rede de sociabilidades”, chegar em Portugal. Nesse momento da pesquisa evidencio quem era o típico público leitor da Corte do Rio de Janeiro e o papel desempenhado por conhecidos literatos e romancistas que, à serviço dos periódicos estudados, construíram potentes narrativas e discursos que eram publicados nesses jornais brasileiros e que depois chegavam em Lisboa, de onde eram puramente transcritas ou serviam de base para a produção de novas notícias, agora, nos periódicos lusitanos e de outros países europeus.



No quarto capítulo examinamos a questão da emigração portuguesa, focando no corte histórico proposto, durante a guerra, no sentido de verificar a participação de portugueses nos combates, assim como, a repercussão que essa suposta participação teve na comunidade portuguesa instalada no Brasil, em especial, no Rio de Janeiro, e seus reflexos, através das notícias dos jornais, em seus aparentados que ficaram em Portugal. Ainda nessa questão, procuramos observar a existência de uma rede de acolhimento para esses emigrados e a formação de uma espécie peculiar de “comunidade de sentidos” entre seus membros.

Uma das consequências dessa comunidade foi a criação de várias associações de beneficência, de esporte e de cultura, em especial os gabinetes de leitura, com objetivo de homenagear figuras históricas e efemérides portuguesas além de se empenharem em facilitar a atividade educacional do crescente número de imigrantes que chegavam principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Nessa questão, salientamos que, se por um lado, o português emigrado obedecia, muitas das vezes, a uma estratégia, nem que desesperada, da família que ficou em Portugal, chegando ao Brasil, ele poderia se encaixar em outras situações inesperadas, inserido em outra dinâmica familiar.

Além disso, nesse mesmo capítulo, procuramos evidenciar as remessas de recursos financeiros que essa grande comunidade remetia para o exterior e o risco de diminuição desse fluxo de caixa tão importante para Portugal devido à longa guerra que o Brasil se mantinha na região Platina: desde meados de 1864, com a invasão das tropas brasileiras no Uruguai, até março de 1870, com a morte do presidente paraguaio Solano López e o término efetivo da Guerra do Paraguai. Essa importante ligação e dependência financeira faziam com que o interesse pelo que acontecia nas campanhas militares tomasse grandes proporções nas matérias impressas nos principais periódicos portugueses em circulação.

No quinto e último capítulo, quase que num diálogo e contraponto direto com o capítulo dois dessa tese, onde traçamos um panorama da imprensa brasileira, procuramos demonstrar como estava estruturada a imprensa portuguesa de época, em seus aspectos formais e materiais e como ela se articulou para receber essa infinidade de notícias vindas do Brasil no período da guerra.

Revelou-se assim, o dinamismo dessa rede transatlântica, inserida num curioso jogo de interesses que envolvia políticos, diplomatas, donos e correspondentes de jornais,

mas também, grande parte da população comum que se ligava ao Brasil seja pelo comércio, seja pela questão da emigração de parentes daquele núcleo familiar.

Refletimos então sobre as principais narrativas brasileiras que foram publicadas quase que diariamente nas diferentes “folhas” pesquisadas, onde pontualmente citamos alguns exemplos que apareceram mais recorrentes durante as pesquisas das fontes documentais analisadas. Nesse momento, evidenciamos, entre outros tópicos, a propagação dos conteúdos das notícias que tiveram como premissas as dicotomias nos discursos narrativos da civilização contra barbárie, da monarquia *versus* república e do passado espanhol em contraste ao passado português, todas em favor do Império do Brasil.

## CAPÍTULO 1

### ESTADO DA ARTE DAS ABORDAGENS SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI E DA IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO

Comumente conhecida como *La Guerra Grande* no Paraguai, *Guerra de La Triple Alianza* na Argentina e Uruguai e no Brasil como “Guerra do Paraguai”, o grande conflito armado que envolveu os países do Cone Sul da América, na segunda metade do século XIX, no período de novembro de 1864 a março de 1870, é um tema extremamente polêmico e tem gerado estudos cujos resultados apresentam discrepâncias enormes.

No presente capítulo, tratarei do estado da arte do estudo desta guerra, das discordâncias acerca das diferentes abordagens e dos objetos de pesquisa, assim como do papel que o estudo da imprensa pode ter ao revelar outras possibilidades e perspectivas na observação desse que foi o conflito mais violento e de maiores proporções ocorrido, até os nossos dias, entre nações do continente Sul-americano.

O assunto está dividido em quatro partes. Primeiramente, problematizaremos a produção historiográfica brasileira a respeito da Guerra do Paraguai até meados do século XX, na qual grande parte dos livros é constituída de relatos de ex-combatentes sobre as dificuldades e heroísmos de quem viveu uma experiência terrivelmente marcante em suas vidas. Estas experiências, fundamentais nas suas maneiras de ver o mundo a partir de então, fizeram com que a abordagem dos horrores das batalhas e das vitórias militares fossem realizadas de uma forma bastante apaixonada e apologética.

Esta produção é composta por muitos diários de guerra, cartas, ordens do dia e fés-de-ofício, é uma fase marcadamente, pela proximidade temporal do conflito, memorialista. Entre estes autores, encontram-se: Madureira (1870)<sup>6</sup>, Taunay (1874)<sup>7</sup> e Cerqueira (1980)<sup>8</sup>, muitos deles, inclusive, eram militares que efetivamente participaram das campanhas, tanto no teatro de operações sul, na bacia Platina, quanto no teatro de operações norte, na província brasileira do Mato Grosso, invadida pelos paraguaios.

---

<sup>6</sup> MADUREIRA, Antonio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao sr Jorge Thompson*. Rio de Janeiro: Typ. do Imperial Instituto Artístico, 1870.

<sup>7</sup> TAUNAY, Alfred D'Escagnolle. *A retirada da laguna: episódios da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana, 1874.

<sup>8</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980.

Inserir-se também nessa perspectiva, outros autores que foram contemporâneos desses heróis de guerra. Como exemplo temos Gustavo Barroso (1928)<sup>9</sup> em “A Guerra do López” e Tasso Fragoso (1950)<sup>10</sup>, autor da clássica obra escrita em cinco volumes: “História da Guerra *entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*”. Ponto comum nessas obras são os relatos pormenorizados de batalhas, atos de heroísmo e de situações vividas nos acampamentos ou nas marchas do Exército Aliado, como exemplo, destacamos:

Osório multiplicou-se; não houve soldado brasileiro que combatesse nesse dia, que não o visse passar como um raio por entre os maiores perigos da batalha, e que no exemplo sublime, que lhe dava o chefe, não sentisse o coração pulsar-lhe de entusiasmo e de valor invencível!<sup>11</sup>

Sua Alteza, ao som das salvas e vivas partidos da canhoneira Mearim aí ancorada, saltou em terra, sendo recebido pelo coronel Antônio Augusto de Barros Vasconcelos, que o esperava rodeado de toda a oficialidade e de grande quantidade de povo, cuja alegria era manifesta.<sup>12</sup>

Na segunda parte da análise, nos preocuparemos com a corrente revisionista das décadas de 60 e 70 da segunda do século XX, marcada por uma nova visão que tratou o Paraguai como grande vítima de uma suposta conspiração comandada pela Inglaterra, seria uma espécie de resposta/negação ao nacionalismo exacerbado da abordagem anterior.

Pregando um pretense “revisionismo”, autores como León Pomer (1968)<sup>13</sup> e Júlio José Chiavenatto (1983)<sup>14</sup>, procuraram privilegiar aspectos econômicos nos motivos que levaram ao início da guerra, sendo esse o tema central na abordagem de seus trabalhos, focando na causa que determinaram a eclosão do conflito. Esses autores defendem a ideia de que o Paraguai foi destruído de forma premeditada devido ao fato de ter se tornado um “mau exemplo” para as economias periféricas do capitalismo que se desenvolvia.

Logo, deveria ser capitaneado pelo imperialismo inglês que detinha o poder sobre os Aliados a partir de uma política de “cruel” dominação econômica, baseada não mais,

---

<sup>9</sup> BARROSO, Gustavo. *A guerra do López 1864-1870*. Fortaleza: Companhia Nacional, 1928.

<sup>10</sup>FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5v, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950.

<sup>11</sup> MADUREIRA, Antonio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao sr Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 24 (1ª Ed. 1870).

<sup>12</sup> TAUNAY, Alfred D’Escrognolle. *Campanha do Paraguay: commando em chefe de S. A. o Sr. Marechal de Exército Conde d’Eu*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870, p. 277

<sup>13</sup> POMER, León. *La Guerra Del Paraguay. Gran negocio!* Buenos Aires: Caldén, 1968.

<sup>14</sup> CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

como antes, no poder de sua marinha de guerra, mas na corrupção e venalidade das elites agrárias brasileiras e portenhas que se sustentavam no poder nos países subordinados.

Para os revisionistas da “esquerda latino-americana” da década de 60 e 70 do século passado, envolvidas em lutas contra vários regimes militares implantados à época, apoiados pelos Estados Unidos, Solano López seria um líder proto-socialista, tentando criar uma nação independente do imperialismo da principal potência capitalista da época, o Reino Unido – mais ou menos o que os americanos faziam na América Latina na época em que os livros estavam sendo escritos. O Paraguai seria uma espécie de Cuba derrotada do século XIX.

Chiavenatto refere-se aos episódios da guerra como demonstração da crueldade criminoso da atuação da Tríplice Aliança, sob ordens inglesas:

A assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 1º de maio de 1865 é uma farsa. Um ano antes ele já estava pronto, esperando apenas que os representantes do imperialismo inglês o assinassem, assim que chegasse a hora da guerra.<sup>15</sup>

O argentino León Pomer, no seu livro de 1968, “A Guerra do Paraguai - Grande Negócio!” (tradução brasileira em 1980), foi um dos marcos desse revisionismo. Embora voltado principalmente para o papel da Argentina na guerra, sua tese básica é de quem mais se aproveitou dela foi o imperialismo britânico. Interessante notar que essa abordagem tem repercutido até os nossos dias nos livros didáticos no ensino de História.

Contudo, no final do século XX, uma terceira visão, tem estado presente na produção historiográfica sobre o conflito em questão. Bóris Fausto (1998), ao comentar essa vertente, a descreve da seguinte forma:

Nos últimos anos, a partir de historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, surgiu uma nova explicação. Não se trata da última palavra no campo da História, mas de uma versão menos ideológica, mais coerente e bem apoiada em documentos. Ela concentra sua atenção nas relações entre os países envolvidos no conflito. Tem a vantagem de procurar entender cada um desses países a partir de sua fisionomia própria, sem negar a grande influência do capital inglês na região. Chama a atenção, assim, para o processo de formação dos Estados nacionais da América Latina e da luta entre eles para assumir uma posição dominante no continente.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 16.ed. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 103.

<sup>16</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora da USP: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1998, p. 209.

Essa tendência será objeto da terceira parte deste capítulo. Importante notar que em suas abordagens, tais autores focalizam principalmente, as implicações da guerra na sociedade brasileira, procurando minimizar as anteriores revisões “críticas” propostas nas obras de autores como Pomer (1968) e Chiavenatto (1983).

Ricardo Salles (1990)<sup>17</sup>, por exemplo, trata o processo histórico da Guerra do Paraguai como o momento de apogeu do Império e início de seu declínio, devido a principal contradição exposta na guerra: a escravidão do negro.

O final da guerra do Paraguai coincide com o começo dos anos 70, a partir dos quais se inicia todo um processo de transformações econômicas, sociais e políticas que vão culminar na queda do Império. Entretanto, em determinado sentido, a guerra do Paraguai é justamente o último grande acontecimento do período anterior, de apogeu do Império.<sup>18</sup>

Esta nova geração de historiadores que trabalha a guerra como categoria analítica, fugindo da chamada “História-batalha”, calca-se principalmente na pesquisa de documentos, procurando aprofundar o olhar para os aspectos culturais e sociais em jogo. O historiador Francisco Doratioto (2005), especialista no tema comenta que

A consolidação das democracias no Cone Sul; a melhor organização e facilidades de acesso a arquivos e a maior profissionalização da figura do historiador, renovaram o interesse pela História do Paraguai. Essa recente historiografia se caracteriza pela preocupação em transcender simplificações dicotômicas, pelo respeito às normas científicas e pela valorização da pesquisa documental.<sup>19</sup>

Segundo tal abordagem, o Paraguai não se constituía como exemplo de modernidade econômica e social às vésperas da Guerra como queriam os anteriores “revisionistas”. As causas do conflito estariam, principalmente, no desenvolvimento dos Estados Nacionais da região e suas necessidades de autoafirmação, negando inclusive a suposta influência britânica para a deflagração do conflito.

Essa nova perspectiva já se repercute, inclusive, em livros não específicos sobre a Guerra do Paraguai, que trata do século XIX como um todo, como exemplo temos o livro “Império do Brasil” de Lucia Bastos e Humberto Machado (1999)<sup>20</sup> que, ao abordar o tema, aponta para as questões coloniais como raízes das disputas platinas.

---

<sup>17</sup> SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1990.

<sup>18</sup> Idem, p. 39.

<sup>19</sup> DORATIOTO, Francisco. *Guerra e regeneração: três estudos sobre o Paraguai*. DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 2, 2005, p. 79.

<sup>20</sup> NEVES, Lucia Bastos P. Neves e MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Especificamente, tal vertente, tem na obra “Maldita Guerra. A nova história da Guerra do Paraguai”, de Francisco Doratioto (2002)<sup>21</sup>, o material mais completo e citado na atualidade, o qual, apoiado em vasta e diversificada documentação, parte dela inédita, busca explicar as origens da guerra buscando “desmistificar” os mitos que foram construídos e consolidados como verossímeis ao longo da historiografia desse conflito não só no Brasil como nos outros países envolvidos nessa guerra.

Doratioto afirma que a teoria conspiratória proposta pelo anterior revisionismo, vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais; ao contrário, para o autor tanto a historiografia conservadora do início do século XX, como o dito revisionismo crítico, simplificaram as causas e o desenrolar da Guerra do Paraguai, “ao ignorar documentos e anestesiar o senso crítico. Ambos substituíram a metodologia do trabalho histórico pelo emocionalismo fácil e pela denúncia indignada.”<sup>22</sup>

Por fim, na quarta e última parte desse capítulo apresentaremos as perspectivas que se abrem atualmente no revisitar desse importante momento dos povos do Cone Sul da América, onde procuro posicionar essa pesquisa.

De certo, ao volvermos nosso “olhar” para toda essa produção historiográfica, ora brevemente apresentada, percebemos as influências das correntes explicativas no campo do saber histórico, de teorias e métodos que se propunham a interpretar o conhecimento passado na sua época.

Identificamos inicialmente uma história factual tradicional, de conteúdo essencialmente político, que na prática serviu de arcabouço teórico para as memórias de ex-combatentes e de produções de cunho apologético. Assim como, no revisionismo crítico de 1960/70, podemos perceber a influência determinante da História Econômica e Social daquele momento, daí, inclusive, o forte teor econômico “estruturalistas” nas explicações dos motivos da guerra.

Nesse sentido, é relevante destacar que o chamado “revisionismo acadêmico” só foi possível graças a uma série de mudanças tanto de ordens práticas, como um maior acesso a documentações, uma maior circulação de informações, através da internet,

---

<sup>21</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 20.

digitalizações de acervo, entre outros aspectos, como também por reflexos de mudanças políticas (fim dos regimes militares na década de 1980 na América Latina) e da própria historiografia brasileira, do final dessa década e início dos anos 90 do século XX, marcadamente influenciada pela Nova História Cultural.

É nesse ponto, na procura de novos objetos e embasamentos teórico-metodológicos e as interfaces possíveis de se analisar o período em questão, ancorado nas propostas da Nova História Cultural e articulando-a com o estudo da guerra, que nos atentaremos mais amiúde no próprio estado da arte da imprensa como fonte e também como objeto de pesquisa.

Essa questão se coloca para nós tendo em vista que a proposta desse trabalho é evidenciar esse período como um interessante cenário para as lutas políticas e de representações culturais provenientes desse grande conflito que se espalhou, via imprensa brasileira, para além da América, indo desembocar nos principais jornais portugueses.

É interessante verificar que tanto o “acontecimento militar” ou o estudo da guerra, quanto da imprensa, seja como objeto, seja como fonte, sofreram fortes influências dessas mesmas correntes historiográficas que nortearam a escrita da história, desde o fim da Guerra do Paraguai, em 1º de março de 1870, até os nossos dias, ora no ostracismo, ora em evidência, apesar de motivos distintos.

Sobre as possibilidades desse novo olhar sobre a imprensa e porque não dizer dos impressos, Marco Morel (2003) nos ensina:

A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou e importância da imprensa, que passou a ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples “reflexo”. Força ativa, não mero registro de acontecimentos, como sublinhou o historiador francês Daniel Roche. Essa nova concepção implica, portanto, verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto.<sup>23</sup>

De certo, numa outra perspectiva, a validação da imprensa como fonte e objeto igualmente acompanha o crescente protagonismo que os próprios jornalistas desempenham nas sociedades contemporâneas, como bem salienta Michel Guénaire

---

<sup>23</sup> MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 8-9.



(2002) em *Déclin et renaissance du pouvoir*, no capítulo intitulado *La presse ou la fin du pouvoir*<sup>24</sup>.

Logo, a legitimidade dos dados apresentados na imprensa, como suporte e mediadores, que por muito tempo foi alvo de contestações, passou, pouco a pouco, a se constituir num interessante lugar para se observar as lutas pelo próprio poder nessa engenhosa relação de quem produz e faz circular as notícias de uma determinada época. Como bem salienta Isabel Nobres Vargues (2003)

Naturalmente, esse papel foi uma construção que acompanhou o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, sobretudo desde os fins do século XIX, quando o jornalismo começou a afirmar-se, sendo definido como um "quarto poder" face aos outros poderes executivo (governo), legislativo (parlamento) e judicial (juizes e tribunais)<sup>25</sup>.

### **1.1 As Narrativas Épico-Memorialistas: do fim da guerra a meados do séc.**

#### **XX**

A primeira narrativa brasileira sobre a Guerra do Paraguai foi o livro de caráter épico “A Retirada da Laguna”, de Alfredo d’Escagnolle de Taunay. A edição original do livro é de 1868, com pouco mais de 50 páginas e foi publicada em francês, idioma internacional na época e de domínio do autor.

No primeiro capítulo Taunay faz um breve histórico da guerra, caracterizando como agressivo o comportamento do Paraguai, enquanto nos demais relata a aventura da coluna militar enviada por terra, desde São Paulo, inicialmente com o objetivo de reforçar a defesa de Mato Grosso, mas que acabou sendo incumbida de expulsar os paraguaios dessa província.

O livro foi ampliado em 1871, naquela que é sua versão definitiva e publicado pela primeira vez em português em 1874. “A Retirada da Laguna” narra com dramaticidade os acontecimentos e lhes dá dimensão mítica, na qual o inimigo não é só soldado paraguaio, mas também, a natureza que é majestosa e, ao mesmo tempo, cruel com suas pequenas pragas – mosquitos, serpentes, etc. – e obstáculos – pântanos, rios e clima.

---

<sup>24</sup> GUÉNAIRE, Michel. *Déclin et renaissance du pouvoir*. Editora Gallimard, 2002, p. 113-124.

<sup>25</sup> VARGUES, Isabel Nobres. *A Afirmação da Profissão de Jornalistas em Portugal: Um Poder Entre Poderes?* Revista das Histórias da Ideias, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2003, vol. 24, p. 158.

Essas características de “A Retirada da Laguna” são percebidas, em menor ou maior grau, nos livros sobre a guerra escritos após 1870, normalmente tendo como autores homens que estiveram em campanha.

Estão presentes não por imitação, mas sim, porque as dimensões dramática e épica eram realidade nos campos de batalha, como vemos nessa citação sobre os coléricos abandonados na citada retirada brasileira:

Ainda neste dia vimos chegar ao acampamento, quase nu e semelhante a um cadáver, um dos infelizes abandonados no dia 26, o qual, retirando do próprio excesso de terror um resto de força vital, arrastara-se durante a noite por matas espessas, seguindo nossas pegadas.<sup>26</sup>

Essa passagem registra a luta pela sobrevivência e o sentimento doloroso da situação do soldado, vítima de ataque do inimigo, nas mãos do qual passou por sofrimentos atrozes, conforme a narração: “Assim foi devolvido o homem à nossa expedição, depois de sofrimentos a que poucas constituições humanas teriam podido resistir”<sup>27</sup>. A observação do narrador remete a uma idéia de heroísmo, de capacidade sobre-humana do combatente brasileiro, o fato desse soldado sobreviver à tortura e retornar ao acampamento.

Afinal, esse tipo de discurso não foi uma reconstrução intencionalmente deturpada do passado mas tratou-se, sim, de esforço em relatá-lo, embora se saiba que a memória é traiçoeira, e mais, que a narração também é interpretação.

É o caso das “Reminiscências da Guerra do Paraguai”, de Dionísio Cerqueira (1980) e “Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Jorge Thompson”, de Antonio de Sena Madureira (1982), dois autores heróis das campanhas do grande conflito armado.

A interpretação predominante, quer nos anos de guerra, quer posteriormente, foi a de que o Paraguai agrediu o Império brasileiro sem ter motivos diretos para tanto. Na realidade essa interpretação não responsabilizava o país vizinho pela agressão, mas sim, a Francisco Solano López, como bem nos mostra Cerqueira:

López, o ditador onipotente, esperava-nos com trinta mil dos seus guerreiros, prontos a morrer ao seu leve aceno e crendo, conforme se assoalhava, que

---

<sup>26</sup> TAUNAY, Alfred D'Escagnolle. *A Retirada da Laguna: episódios da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 229.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

ressuscitariam em Assunção, aureolados de glória imortal, aqueles que caíssem aos nossos golpes.<sup>28</sup>

O raciocínio era de que López dominava de forma tirânica o seu país pois, como se sabe, no Paraguai a imprensa era estatal; não havia partidos políticos ou tolerância com qualquer tipo de oposição e o Congresso só funcionava quando convocado pelo chefe de Estado. Todas as decisões governamentais relevantes eram de iniciativa de López, inclusive a de atacar as forças brasileiras em Mato Grosso e, posteriormente, Corrientes e o Rio Grande do Sul.

Era tão forte no Brasil a percepção do poder pessoal e absoluto do governante paraguaio, que na imprensa e nos livros brasileiros da época era normal a designação de “A Guerra do López”, como é o caso do livro de Gustavo Barroso (1939) para o conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. O grande “pano de fundo” dessas análises e relatos era a dicotomia da civilização contra barbárie.

Ao mesmo tempo, trata-se de uma narrativa extremamente centrada no indivíduo e que busca criar o herói nacional. Com tal finalidade, representa negativamente López. Também ressaltamos aqui a ênfase no discurso nacionalista, característica fundamental para este tipo de historiografia que, nas razões para o Brasil ter se envolvido no conflito, destaca um Império despreparado, que responde aos ataques paraguaios por necessidade de defesa e porque – para estes escritores - a honra da nação fora ultrajada.

Podemos esclarecer isso pelo fato de que, na época, os autores tentavam construir uma história objetiva, pretensamente fiel aos fatos e que buscava “a verdade”. Por esta razão é que temos as descrições minuciosas tanto dos eventos como dos indivíduos, numa tentativa de dar maior fidelidade à narrativa.

No entanto, mesmo sendo uma narrativa que se pretendia objetiva, esta acabou tornando-se quase ficcional, à medida que muitos dos detalhes que os autores citam nos parecem de difícil comprovação. Considerando essa narrativa dos eventos, a maioria dos autores salienta as “grandes” batalhas travadas na guerra.

---

<sup>28</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 126.

Como desdobramento ainda dessa perspectiva, entre os anos de 1934 e 35, Augusto Tasso Fragoso publicou os cinco volumes de “História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai”.<sup>29</sup>

Trata-se da obra maior da historiografia da época, quer por consolidar informações e análises anteriores, quer pela aplicação do método histórico, com a utilização de fontes primárias escritas; confrontando-as e interpretando-as.

Embora Tasso Fragoso fosse general à época, o trabalho não tinha o mesmo caráter apologético de estudos anteriores escritos por militares; buscou contextualizar as origens do conflito e entender a lógica que moveu López a desencadear a guerra e avaliou as críticas feitas a decisões tomadas pelos comandantes dos exércitos em luta.

A erudição e a qualidade da análise de Tasso Fragoso fez com que seu trabalho persistisse, nas quatro décadas seguintes, como grande referência sobre a Guerra do Paraguai e que, hoje, continue sendo de consulta indispensável para quem se propõe a estudar o conflito, sendo inclusive reeditada pela Biblioteca do Exército, no ano de 2011.

A partir desse período, meados de 30 e 40 do século XX, o interesse sobre a Guerra do Paraguai se arrefeceu por parte de historiadores civis interessados em temas militares, de um lado porque tinham sua atenção voltada para a participação militar brasileira na II Guerra Mundial, na qual uma Divisão do Exército Brasileiro lutou na Itália.

Entretanto, com a instalação do regime militar no Brasil, em 1964, os estudiosos civis priorizaram entender o processo político do período republicano e o papel nele desempenhado pelos militares, de modo a melhor compreender o regime que se instalara.

Por esses motivos, o tema Guerra do Paraguai foi por um bom tempo praticamente monopólio de militares interessados em História, que produziram trabalhos pontuais sobre batalhas e aspectos estratégicos e organizacionais do conflito. Esse panorama iria sofrer forte mudança com o revisionismo crítico sobre o estudo da guerra, ao qual trataremos no próximo tópico

---

<sup>29</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai*. 5v, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950.

## 1.2 O Revisionismo Crítico – de 1960 a 1980

Para o revisionismo crítico brasileiro, o processo que desencadeou a Guerra do Paraguai foi mero reflexo da ação e dos interesses do imperialismo britânico. Este teria como objetivos abrir a economia paraguaia para seus produtos manufaturados; ter acesso ao algodão paraguaio para a indústria inglesa de tecidos, que tivera cortado seu abastecimento tradicional devido a guerra civil norte-americana (1860-1865) e, ainda, de eliminar o modelo autônomo paraguaio de desenvolvimento que poderia ser seguido por outros países, comprometendo a predominância britânica na América do Sul.

León Pomer (2001), começa a caracterizar a Guerra do Paraguai, como “guerra suja”. Segundo suas palavras,

Guerra do Paraguai, guerra suja e devastadora de povos; guerra de rapina, mantida e camuflada por interesses obscuros; guerra inteiramente contrária ao sentimento popular que a repudiou e a ela se opôs e a combateu; guerra manipulada em conciliábulo tortuosos, em que povos eram distribuídos como cartas de baralho; guerra engalanada de palavras hipócritas e enganadoras, bonitas e mentirosas, atraentes, porém, falsas; guerra com uma mão ultramarina apresentando o ouro e outra, nativa, recebendo-o como lucro e recompensa para assassinar irmãos e vizinhos; guerra suja....<sup>30</sup>

No final da frase, percebemos uma ideia-síntese do autor sobre o conflito que, em todas as suas obras, constituirá sua tese principal, a saber: o interesse do imperialismo inglês na região. O revisionismo de Pomer tem como premissa fundamental a participação da Inglaterra no conflito.

Para sustentar sua tese sobre a intervenção da Inglaterra na guerra, o autor vai partir da análise social e econômica da Inglaterra no período antecedente à guerra. Assim, ele mostra que os períodos entre 1848 e 1864, a Grã-Bretanha, presenciou um momento de grande desenvolvimento na indústria e no comércio, contudo, essa expansão econômica e comercial não adveio por acaso.

Foi, segundo o autor, o resultado da alta exploração do proletariado, aumento do comércio e, principalmente, pelo crescimento de povos colonizados e, igualmente, o fornecimento por parte desses povos, de matérias-primas e de mercados consumidores. Ao lado disso, demonstra outro fator que atenuou o processo de imperialismo, isto é, a indústria têxtil inglesa.

---

<sup>30</sup> POMER, León. *Paraguai: Nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 2001, p. 10.

Na década de 60, esse tipo de indústria, na Inglaterra, foi o principal ramo de produção, contudo, a partir de 1865, a produção algodoeira passou por um declínio vertiginoso. Essa queda, em boa parte, foi derivada da Guerra Civil nos EUA, um dos principais exportadores de algodão para a Inglaterra.

No objetivo de acabar com essa crise, a Inglaterra, teve que procurar novos mercados, esses novos mercados foram os países da América, nos quais era possível estimular o cultivo de algodão e cereais, que, na perspectiva de León Pomer, a bacia da Prata, constituía um dos melhores solos férteis para esse tipo de plantação.

Mesmo tendo um poderio econômico, não foi o suficiente para a Inglaterra conquistar novos mercados e colônias, ao contrário, era preciso de aliados. Esse foi o caso, em alguns momentos, do Brasil e da Argentina.

Como mostra Pomer, “na Argentina, a oligarquia agroexportadora não vacilará em reformular toda a economia do país, transformando-a num apêndice da Grã-Bretanha”<sup>31</sup>. Esse exemplo, no entanto, não sucederá em todas as partes do América, como é o caso do Paraguai, que será então uma exceção à regra, exemplo este que, seguindo os interesses ingleses, deveria a qualquer custo ser destruído.

Nessa perspectiva, desfocava-se também o estopim da guerra, do aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda pelos paraguaios, tese defendida pela corrente historiográfica anterior, para a invasão do Uruguai realizada pelo Império brasileiro com consentimento da República Argentina “Mitrista”.

É bom lembrar que as décadas de 1960 e 70 na América Latina caracterizaram-se pelo grande embate mundial dos dois modelos que se digladiavam na Guerra Fria, tendo seus reflexos através de governos militares apoiados pelos Estados Unidos e uma oposição de cunho socialista influenciada e por vezes apoiadas pela União Soviética. As interpretações sobre a Guerra do Paraguai nesse período sofrerão, decisivamente, a influência dessas lutas ideológicas.

No Brasil, em particular, essa corrente servia também para criticar abertamente heróis militares que serviam de “modelos” e patronos dos então militares que estavam no poder político, desnudando seus erros e fracassos na condução da guerra.

---

<sup>31</sup> *Idem*, p.12.

Sendo assim, os heróis de ontem – Caxias, Osório, Conde D`eu, Conde de Porto Alegre, general Mallet, general Mitre, entre outros – passam a ser considerados genocidas, assassinos guiados por uma máquina de destruição, o exercito nacional ao qual pertenciam.

A visão revisionista tem na obra de León Pomer intitulada *La Guerra del Paraguay: gran negocio!*, publicada em 1968 na argentina, um exemplo marcante e talvez de maior importância dentro de tal visão devido seu caráter contestador e mesmo expansivo, incidindo sobre os escritos de vários autores do período como o jornalista brasileiro, Julio José Chiavenatto e sua obra “Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai”, publicada em 1979.

Em sua análise, Chiavenatto defende a idéia de que o Paraguai foi destruído de forma premeditada devido ao fato de ter tornado-se um mau exemplo para as economias periféricas do capitalismo que se desenvolvia, capitaneado pelo imperialismo inglês que detinha o poder sobre os aliados a partir de uma política de cruel dominação econômica, baseada não mais, como antes, no poder de sua marinha de guerra, mas na corrupção e venalidade das elites que sustentavam no poder, nos países subordinados.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico e social autônomo, vivido pelo Paraguai desde Francia, retirava esta República das garras da exploração inglesa e desestabilizava o *status quo* tão necessário para a continuidade do expansionismo industrial e comercial da Inglaterra.

O autor aborda as pretensões anexionistas do Brasil sobre o Paraguai e Uruguai que remontavam ao período colonial, seguindo intenções inglesas, caracterizando Mauá como “interventor oficial” do Império no Uruguai, apoiando os colorados.

A obra de Chiavenatto (1983) influenciaria várias gerações e ainda hoje é difundida através dos livros escolares como referência acerca do conflito, consolidando os ideais do movimento de revisionismo crítico. Defendendo sua teoria, o autor comenta que:

[...] substitui-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa República que já se viu na América Latina. Uma República, a do Paraguai, que se não fosse destruída, assassinada junto com seu povo, modificaria por completo a própria história dos americanos que teriam, muito provavelmente, todos os elementos para se libertarem do

jugo de tiranos mistificados de civilizadores como Mitre, de caudilhos criminosos como Venâncio Flores ou de meros joguetes nas mãos do capital internacional como Pedro II.<sup>32</sup>

É importante notar nessa obra que o autor exalta a figura do líder paraguaio Francisco Solano López e aponta o Paraguai como o grande agredido na Guerra. Até hoje, os paraguaios nos bancos escolares aprendem essa versão como a “oficial” do conflito.

### **1.3 O Revisionismo Acadêmico – de 1990 aos nossos dias**

A partir do final dos anos de 1980, surgiram no Brasil alguns trabalhos com uma nova abordagem da Guerra do Paraguai, buscando suas explicações e contradições no próprio processo histórico dos países platinos, fundamentados em rica fonte documental, essa corrente propôs uma nova perspectiva para se entender o conflito.

Para eles, as principais motivações da guerra foram as questões regionais, as disputas por territórios e por interesses de ambos os lados em ter um determinado controle sobre a valiosíssima bacia do Prata. Além do fato de que a guerra deve ser vista como uma fase do processo de formação das identidades regionais na região do Cone Sul.

Para o Brasil, por exemplo, o rio do Prata e seus afluentes era passagem obrigatória, porta de entrada para a longínqua região do Mato Grosso, o que tornava o acesso a essa província muito mais rápido.

Por terra o acesso era muito difícil, como podemos verificar no desenrolar da própria guerra na demora de uma Força Expedicionária que partiu de São Paulo em chegar ao Mato Grosso ocupado, o que ocasionou durante o trajeto terrestre, um grande número de perdas a esse exército, seja por doenças, fome ou deserções, antes mesmo de chegar à região do conflito e entrar em combate, sendo, inclusive, uma das causas da derrota brasileira e da conseguinte “Retirada da Laguna”, ocorrida entre maio e junho de 1867.

Outra grande preocupação dessa vertente é a de desmistificar a idéia de que o Paraguai era uma potência regional como defendia o revisionismo histórico da década de 1960. Ao contrário das teses de Chiavenatto e Pomer, o Paraguai é visto por esse “revisionismo acadêmico” como um país predominantemente agrário, que contava com

---

<sup>32</sup> CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 12.



apenas uma indústria em todo o seu território, além das condições de vida da população que eram, em geral, muito ruins.

Relativiza-se o papel da Inglaterra, rejeitando a hipótese que a hegemonia inglesa na região do Cone Sul na época fosse ameaçada pelo Estado Paraguai. Da mesma forma, desconstrói o possível papel que o Paraguai teria numa futura liderança de bloco de países da América do Sul numa “Cruzada” contra o Imperialismo Britânico.

Essa corrente tem, entre seus representantes, Ricardo Salles (1990) com o seu “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército” e Francisco Doratioto (2002) em “Maldita Guerra. Nova História da Guerra do Paraguai”.

Ricardo Salles dá ênfase à contradição existente no seio da organização militar empenhada na grande guerra que se arrastou por mais de cinco anos. Demonstra que o Exército de Linha e a Guarda Nacional tiveram que recorrer aos Corpos de Voluntários da Pátria para fazer frente a um Exército Paraguai com uma estrutura centralizada de comando, evidenciando de maneira original que as lutas nos campos de batalha do Paraguai foram a “chama” de cidadania que o negro alforriado adquiriu defendendo um Estado excludente, sendo esse período histórico fundamental para a posterior queda do regime monárquico brasileiro, o autor comenta:

Num momento em que o escravismo se encontra em crise como forma de exploração da força de trabalho, o acesso a uma instituição diretamente vinculada ao aparelho repressivo do Estado por parte das camadas médias permitiu que elas viessem a desempenhar um papel de peso no início do processo de transição para uma economia capitalista vivido pelo país.

Por sua vez, o exército foi, em primeiro lugar, capaz de formar um discurso político característico das camadas médias – mas também de outros setores, como os setores populares e escravos e mesmo fazendeiros não escravista, setores dissidentes das oligarquias, no caso do republicanism, que reivindicavam maior participação e discussão em torno de temas como a ampliação dos espaços políticos, a natureza do regime político e representativo, o federalismo e, principalmente, em torno da escravidão.<sup>33</sup>

Assim, Salles conclui que o exército como instituição nacional, permitiu que o discurso desses setores médios, passasse a se apresentar como o discurso de todos, o discurso da nação, o exército pós-guerra “seria uma corporação mais permeada pelas contradições do todo social que se complexificava.”<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1990, p. 110.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 111.

A Guerra do Paraguai, para esse historiador, é considerada o último grande acontecimento no contexto do apogeu do Império. Dessa forma, entende-se que a queda do Império brasileiro estaria, indissolavelmente, entrelaçado as conseqüências que a Guerra do Paraguai gerou no seio da sociedade.

Isto é, a transição do escravismo ao capitalismo a partir da década de 70 e, evidentemente, a abolição da escravidão, em 1888, e, por último, a proclamação da República em 1889, são traços do movimento que, se não começou com a Guerra do Paraguai, foram, invariavelmente importantes pontos de inflexão na desestruturação do sistema vigente.

Nota-se, na tese do autor em questão, que a principal contradição no exército enviado à Guerra do Paraguai, fundamentava-se na relação entre oficiais e as tropas, existindo, uma diferenciação muito grande na constituição do tecido social, eram ex-escravos libertos, que conviviam, a todo o momento no campo de batalha, com os oficiais de alta patente oriundos da aristocracia rural e das camadas médias cidadinas.

No momento que o governo imperial e, particularmente quando o então Marquês de Caxias entrou no comando das tropas, observa-se, que o exército denotava, para os mesmos, um alto grau de civilização para o Brasil que, no entanto, era refutado pela presença marcante dos ex-escravos.

As palavras “nacional” e “cidadão” entravam em contraste com a “escravidão”, considerada, para muitos, a grande ferida da sociedade monárquica. Dessa forma, Salles além de problematizar vários aspectos inéditos, termina sua obra chamando a atenção para os poucos estudos que foram produzidos sobre a participação de escravos e negros na guerra e na instituição militar brasileira.

Portanto, ficava evidente, que, diferente de Pomer e Chiavenatto, o autor dava espaço para setores subalternos da sociedade brasileira e ratificava que a Guerra do Paraguai foi, contudo, o resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, também, de suas consolidações.

Quatro anos depois do pioneiro trabalho de Ricardo Salles, em 1994, realizou-se na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, um colóquio denominado de “Guerra do Paraguai – 130 anos”.

Nesse evento, estavam reunidos pesquisadores brasileiros, argentinos, ingleses, paraguaios e peruanos, que debateram durante todo o dia sobre este assunto que ainda é considerado um dos mais polêmicos da história da América Latina.

As palestras proferidas foram transformadas em artigos que, sob a organização de Maria Eduarda Marques, deram origem à “Guerra do Paraguai – 130 anos depois”<sup>35</sup>, coletânea que trouxe a opinião dos maiores especialistas sobre o assunto, sobre diversos aspectos do conflito. Vale destacar o misto de nacionalidades que compuseram o volume.

Para Leslie Bethell, um dos conferencistas e autor de interessante artigo na coletânea, a explicação revisionista era, “sem dúvida, algo interessante e intelectualmente estimulante, contudo há pouca senão nenhuma evidência empírica capaz de sustentá-la”<sup>36</sup>.

Ao comentar a suposta rivalidade do Paraguai com os ingleses, proposta pela visão revisionista, Bethell argumentava que, na realidade, desde o final dos anos 1850, tanto para seu programa de modernização interna, com ênfase na indústria e na infra-estrutura, quanto para o de defesa da nação, o governo paraguaio voltou-se para os seus agentes em Londres em busca de fornecimento de equipamentos industriais e militares, também contratando técnicos estrangeiros, sobretudo da Inglaterra, nutrindo, portanto, relações cordiais com os britânicos.

Para o historiador inglês, não parece haver qualquer pista de um interesse crescente da Inglaterra pelo Paraguai, nem como mercado nem como fonte de matéria-prima. Portanto, “não há qualquer evidência de que o modelo econômico paraguaio era incompatível com os interesses britânicos, tampouco havia qualquer projeto para forçar o Paraguai a estabelecer elos econômicos mais estreitos com a Grã-Bretanha e a economia mundial”<sup>37</sup>. Ainda problematizando a questão, Bethell argumenta:

Se a guerra realmente foi empreendida pela Argentina e pelo Brasil em nome da Grã-Bretanha para destruir o modelo econômico paraguaio de desenvolvimento autônomo, sem dúvida ela teve o maior êxito. Se foi realizada em prol da incorporação da economia paraguaia dentro da economia capitalista mundial, nitidamente foi um fracasso. Na verdade ela foi um retrocesso. Dez anos após o fim da guerra, a Inglaterra só tinha uns poucos milhões de libras (1,5 milhões) em investimentos no Paraguai – e a maioria

---

<sup>35</sup> BETHELL, Leslie. *A Guerra do Paraguai: História e historiografia*. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

<sup>36</sup> BETHELL, Leslie. *O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Estudos Avançados (USP), 9 (24), mai-ago 1995, p. 270.

<sup>37</sup> *Idem*, 280.

em carteira ao invés de investimentos diretos. Isso representava menos de 1% dos investimentos britânicos na América Latina. Com relação ao comércio, apenas em 1903 as importações paraguaias, feitas a Grã-Bretanha alcançaram 100 mil libras, enquanto que as suas exportações apenas ultrapassaram 50 mil libras em 1913<sup>38</sup>.

Por fim, salienta o autor que a Grã-Bretanha e suas supostas ambições imperialistas não podem mais ser utilizadas como bode expiatório para a guerra do Paraguai. A responsabilidade primordial dessa guerra, segundo ele, cabe à Argentina, ao Brasil e, em escala menor, ao Uruguai e, naturalmente, ao Paraguai. A guerra do Paraguai “foi uma guerra civil regional, muito embora com uma dimensão internacional muito interessante e digna de nota!”<sup>39</sup>.

Seguiram-se várias obras inseridas nessa nova perspectiva, entre outros: Wilma Peres Costa (1996) com “A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império”<sup>40</sup>; Mauro César Silveira (1996) com “A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura”<sup>41</sup>; Victor Izeckson (1997) com “O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro”<sup>42</sup>; André Toral (2001) com “Imagens em Desordem: a iconografia na Guerra do Paraguai”<sup>43</sup> e Divalte Garcia Figueira (2001) com “Soldados Negociantes na Guerra do Paraguai”<sup>44</sup>.

Mas, o maior representante dessa corrente, no Brasil, é Francisco Doratioto (2002) com livro “Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai”<sup>45</sup>. Fruto de aproximadamente 15 anos de pesquisas, três deles morando no Paraguai, o livro é leitura obrigatória para aqueles que pretendem estudar o conflito do Prata. Analisando farta documentação, a obra de Doratioto desconstrói, logo em seu primeiro capítulo, a tese dos revisionistas críticos de que a Inglaterra teria o interesse no conflito entre as quatro nações.

---

<sup>38</sup> *Idem*, 283.

<sup>39</sup> BETHELL, Leslie. *O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Estudos Avançados (USP), 9 (24), mai-ago 1995, 283.

<sup>40</sup> COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>41</sup> SILVEIRA, Mauro Cesar. *A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

<sup>42</sup> IZECKSON, Victor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. BIBLIEx, 1997.

<sup>43</sup> TORAL, André. *Imagens em Desordem: a iconografia na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas, 2001.

<sup>44</sup> FIGUEIRA, Divalde Garcia. *Soldados Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.

<sup>45</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Para isso, o autor apresenta uma carta do representante diplomático britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, dirigida ao ditador paraguaio, se disponibilizando para evitar uma Guerra entre o Paraguai e o Brasil.

Doratioto afirma ainda que a teoria conspiratória proposta pelo revisionismo, vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais, pelo contrário:

Em suma, seja a historiografia nacional-conservadora ou mesmo o revisionismo simplificaram as causas e o desenrolar da guerra do Paraguai, ao ignorar documentos e anestesiar o senso crítico. Ambos substituíram a metodologia do trabalho histórico pelo emocionalismo fácil e pela denúncia indignada.<sup>46</sup>

O autor vê em outros fatores as causas do conflito. Para ele, o Paraguai era um país localizado no centro de vários pontos polêmicos entre os países que formaram a Tríplice Aliança.

Em relação ao Brasil, o Paraguai tinha sérias divergências territoriais e com relação à navegação da Bacia do Prata, à época, único acesso direto à Província do Mato Grosso. A Argentina, por sua vez, temia uma invasão paraguaia que ameaçasse a consolidação e unificação do Estado Nacional Argentino. Além disso, a Argentina tinha interesse em anexar parte da região do Chaco paraguaio, o que de fato ocorreu no pós-guerra.

Já o Uruguai, assim como a Argentina, preocupava-se com a consolidação do seu Estado Nacional, uma vez que Solano López manifestou publicamente apoio ao Partido Blanco, que era oposição aos Colorados que detinham o poder e eram apoiados pelos brasileiros; além disso, Solano López via Montevideú, como um futuro porto, como a saída para o mar com a qual o Paraguai sempre sonhara e necessitava para negociar seus produtos com o resto do mundo.

Por meio desse conjunto de fatores e da agressão sofrida pelo Brasil por meio da invasão do Mato Grosso, Doratioto vê as causas do conflito com um enfoque mais regional, rejeitando a hipótese de que o imperialismo inglês seria o responsável pelo desencadear da Guerra.

O autor destaca também que, a partir de 1840, o Brasil tinha uma política em relação ao Paraguai voltada para três objetivos: conseguir o acesso ao Mato Grosso

---

<sup>46</sup> *Idem*, p. 20.

através do rio Paraguai, delimitar de vez as fronteiras com o país guarani e, por último, conter a influência da Argentina sobre o Paraguai.

Esses objetivos foram fundamentais para definir a política externa do Brasil antes, durante e depois da Guerra, soma-se a isso o frágil relacionamento internacional entre o Império brasileiro e a Inglaterra abalado seriamente pelo permanente sistema escravista e pela “Questão Christie”. Doratioto arremata:

A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideo, graças a uma aliança com os blancos uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos blancos e por Solano López; para os blancos, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor López.<sup>47</sup>

#### **1.4 Guerra do Paraguai – novas perspectivas, novos objetos e o papel do estudo da imprensa na “virada cultural”**

Atualmente, o tema “Guerra do Paraguai” vive novas releituras, particularmente no Brasil, frutos de trabalhos em programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

O fato de estar solidamente fundamentada em pesquisas das fontes, cada vez em maior quantidade e melhor qualidade disponíveis, de seguirem o método histórico e de serem submetidas, durante as diferentes etapas do seu desenvolvimento, ao controle interno acadêmico: projetos de pesquisa; exames de qualificação; bancas examinadoras e, por último, as resenhas críticas externas, restringe o nível de subjetividade e de deturpação ideológica da interpretação do fato histórico.

Fruto de novos métodos e teorias, como a Nova História Cultural, a História Comparada, a Micro História, o ressurgimento da Biografia, pesquisadores procuram novos objetos e aspectos que problematizem e arejem o assunto guerra como um todo,

---

<sup>47</sup> Cf. DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra... op. cit.*, p. 96.

conseqüentemente tem-se um conjunto de temas, até então esquecidos ou colocados em segundo plano.

Para citar como exemplo, em diferentes estados brasileiros recentes pesquisas se “debruçam” sobre a participação das antigas províncias do Império e seus habitantes nos esforços de guerra quando se formaram os Batalhões de Voluntários da Pátria, como trabalhos sobre a participação específicas dos cearenses na guerra, dos piauienses, dos maranhenses, entre outros, são interessantes abordagens inovadoras a respeito do conflito ao abordar uma história local em articulação com o projeto nacional de época.

Para além desses conteúdos de cunho militar ou tático-operacional, surgem ainda estudos transversais sobre o papel da mulher na guerra, a importância do comércio na frente de combate, entre outras temáticas que procuram se articular com o evento da Guerra do Paraguai.

No nosso caso em particular, procuro desenvolver o papel dos periódicos na produção e circulação de notícias de guerra que, uma vez produzidas no Brasil, claramente voltadas para um público leitor específico, eram então enviadas e reproduzidas em Portugal. Nesse sentido, procuro evidenciar como essa relação se inseriu no interesse e apoio à causa brasileira, apesar da neutralidade oficial do governo português em relação à guerra em curso.

O que de comum se identifica nos novos trabalhos de pesquisa é que o apoio de suporte documental não se dá apenas nas fontes institucionais e diplomáticas ou nas crônicas oficiais que praticamente ocupavam todas as expectativas dos historiadores do século XIX e início do XX - hoje qualquer texto pode ser constituído pelo historiador como fonte, ou mais que isso, qualquer resquício do passado, uma imagem, um discurso, uma notícia de jornal.

Portanto, não existem limites para os tipos de evidência histórica que podem servir como materiais para o pesquisador. Há também que se considerar a possibilidade de contrapor discursos diferenciados, ou seja, de pôr as várias versões a respeito de um acontecimento a se iluminarem ou a se contradizerem reciprocamente.

Essas contradições podem e devem ser de grande valia para um historiador, inclusive as possíveis contradições que podem existir, internamente, em um mesmo discurso, como bem salienta José Barros (2005)

A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma das duas funções acima explicitadas: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma ... é o próprio fato histórico.

Vale dizer, neste último caso considera-se que o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado, a ser compreendido, a ser questionado. É neste sentido que diremos que a fonte pode ser vista como ‘testemunho’ de uma época e como ‘discurso’ produzido em uma época.<sup>48</sup>

Nas últimas décadas, nas novas correntes no campo da história, é perceptível uma mudança nesse cenário, sem contudo, atingir ainda de uma maneira contundente as pesquisas no campo da História Militar Brasileira.

Leira Parente (2006) ao discorrer sobre o assunto aponta uma outra possibilidade narrativa para o estudo da “guerra”:

Optar pela problemática da investigação histórica sobre a guerra não implica, portanto, necessariamente produzir História Tradicional, descritiva e valorativa. A metodologia da história atualmente permite ampliar sua compreensão além das fronteiras da História Batalha e dos fenômenos políticos identificados com as batalhas. As novas metodologias desenvolvidas na ciência histórica recente permitem alcançar as múltiplas interfaces da História Militar, tais como a social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, dentre tantas outras.<sup>49</sup>

Nesse contexto, busca-se nesse trabalho ampliar a discussão acerca do conflito inserindo autores que trabalham conceitos fundamentais para a análise da imprensa e do seu possível papel como referência de leitura de uma época.

Nessa linha, procuro me amparar principalmente na produção historiográfica brasileira mais recente, que acredito, possa ser articulada com o estudo da guerra em geral e a Guerra do Paraguai em particular, privilegiando as práticas e as representações ou fenômenos culturais, provocados pela eclosão do conflito, e o seu caráter simbólico, evidenciado através dos impressos que circulavam no dia-a-dia no meio da tropa nos longínquo acampamentos militares brasileiros, como essas informações chegavam na Corte do Rio de Janeiro nas capas dos seus principais jornais e como, a partir daí, seguiam para Lisboa e da capital portuguesa para toda a Europa.

---

<sup>48</sup> BARROS, José D’Assunção. *História Política, discurso e imaginário: aspecto de uma interface*. Revista de História (12); João Pessoa, jan./jun.2005, p. 131.

<sup>49</sup> PARENTE, Paulo André Leira. *Uma nova História Militar? Abordagens e campos de investigação*. A Defesa Nacional, p.64, 3º Quadrimestre de 2006, p.65.



Desta forma, o debate acerca das diferentes vertentes historiográficas e mesmo da nova visão historiográfica acadêmica se faz necessário para desnudar as “verdades” que a Guerra do Paraguai ainda hoje persiste em esconder, trazendo à luz da razão os fatos verossímeis que compõe tão importante conflito que, em maior ou em menor grau, marcou de fato, a formação nacional dos povos do Cone Sul.

De certo, por seu caráter totalizante, a Guerra do Paraguai também se desenvolveu em outros “teatros”, como na imprensa. Os jornais de época repercutiram em suas páginas não só as batalhas travadas como também todo sofrimento, toda contradição e todo entusiasmo nacionalista propagado nos países contendores.

As informações colhidas da frente de batalha eram publicadas nos jornais que seguindo a rede de comunicações da notícia que veio, voltava em sentido oposto, mostrando àqueles homens que guerreavam como estavam sendo observada, em sua saudosa pátria, a guerra que eles participavam.

Verifica-se que existia uma forte ligação entre os editores e donos de jornais e os correspondentes de guerra, muitos deles oficiais do Exército e da Armada, contratados por esses periódicos para trazerem notícias do conflito para Corte, que depois se irradiava para as outras províncias.

O material era produzido por gabaritados correspondentes de guerra, do porte de Antonio Luis von Hoonholtz, futuro Barão de Tefé, de Alfredo d'Escragnole Taunay e de um certo Levarriba, pseudônimo do almirante Joaquim José Inácio, mais tarde cinde de Inhaúma.<sup>50</sup>

Ao problematizar o papel fundamental dos impressos na circulação das idéias, não é difícil supor, transportando para os campos de batalha da Guerra do Paraguai, que os editores de jornais com suas tipografias, correspondentes de guerra e o comércio local nos acampamentos militares também faziam parte dessa “rede de produção e circulação de informações”.

Na segunda metade do século XIX os artistas que produziam os “bicos de pena” que ilustravam as revistas e os periódicos, assim como importantes literatos, que eram os articulistas dos jornais, acompanhavam ou tinham relação direta com os correspondentes de guerra, que se encontravam na frente de batalha. – muitas das vezes próprios militares

---

<sup>50</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Henrique. Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (18559 – 1882)*. Disponível em <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/lretmo/Guimarães%20Lucia.doc>. Acessado em 14 de março de 2020, p.11.

ou fotografos, acrescentando às reportagens o entendimento visual e estético das guerras.

Mesmo direcionada a uma reduzida elite social e econômica, os periódicos, em especial, o *Jornal do Commercio* e a *A Semana Illustrada*, tiveram ampla circulação e foram moda à época, inevitavelmente, essa imprensa atingia, também, parte da massa de excluídos, dos homens livres e pobres que habitavam os países em conflito, através de seus poderosos textos e poesias, de suas imagens fortes e apelativas – peculiar do tema “guerra”, manifestando-se assim como meio de representação coletiva, superando o obstáculo que a distância do conflito exigia.

O Paraguai retratado pela imprensa brasileira é uma região “inóspita” e “desconhecida” da América, contrastando com o Brasil europeizado, monárquico e “civilizado”, lembremos que o modelo de civilização moderna e avançada à época era a Inglaterra Vitoriana com sua secular monarquia.

As representações construídas na Guerra do Paraguai certamente não teriam prosperado sem a participação dos textos e das imagens litográficas que circularam na imprensa, inclusive as humorísticas, através de charges e caricaturas.

Nessa linha de pensamento Roger Chartier acrescenta que as representações inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, ou seja, são produzidas assim verdadeiras “lutas de representações.”<sup>51</sup> E estas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano, potencializado ainda mais em um momento de crise como a guerra.

Na época dos combates, os jornais desempenhavam um relevante papel na composição do imaginário social dos homens que estavam longe de casa e sob os rigores das epidemias, da fome e da morte.

Muitas vezes, a irreverência foi a chave utilizada para retratar o inimigo a ser vencido, porém, percebe-se que por trás dessa crítica despudorada evidenciava-se uma gama de preconceitos existentes entre as nações em conflito.

---

<sup>51</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

Ao analisar as fontes primárias do conflito verifica-se que a imprensa foi constantemente utilizada pelos beligerantes, para a difusão de informações e doutrinação, tanto que a Tipografia Móvel do Exército Imperial, em plena zona de guerra, em mais um esforço não convencional, editava um pequeno jornal, *A Saudade*, quando do longo período de acampamento em Tuiuti (1866-67) e, posteriormente, em Assunção, após a ocupação daquela Capital (1869).

As tropas paraguaias também recebiam seus jornais: *El Semanário*, órgão oficial do governo, e editavam, de maneira rústica, três periódicos: *El Centinela*, *Cacique Lambaré* e *Cabichui*. Todos eles desenvolviam intensa e convincente ação psicológica, estimulando o ardor combatente dos guaranis, em especial o *Cabichui*, que também desencadeava caricata e feroz campanha difamatória contra os aliados, particularmente os brasileiros.

Ao trabalhar o tema “guerra” procuraremos nos apoiar teoricamente em John Keegan que bem observa que “a guerra abarca muito mais que a política, [...] é sempre uma expressão de cultura, com freqüência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura.”<sup>52</sup>

Sobre a abordagem de Keegan e a perspectiva de se trabalhar a guerra em seus aspectos culturais, Peter Burke (2005) em seu livro “O que é História Cultural?” Discorre que “o historiador militar John Keegan, bem conhecido por sua história social das batalhas, defende agora a posição de que a guerra é um fenômeno cultural.”<sup>53</sup>

Outrora reconhecida pela a historiografia positivista ou historicista, o estudo da guerra foi estigmatizada pela perspectiva da historiografia social e econômica. Arno Wehling no prefácio do livro “A chama da nacionalidade – Ecos da Guerra do Paraguai”, de Marcos Antonio Cunha (2000), a respeito da história militar conclui:

Epifenômeno de um epifenômeno – a história política –, anatematizadas ambas como “história batalha” de Lucien Febre, isto é, narrativa, ingênua e desproblematizada, a história militar desenvolveu-se marginalmente, muitas vezes com características que justificavam aquela crítica, em outras valendo-se de uma abordagem das doutrinas militares, ou ainda em poucas situações, aproximando-se das correntes metodológicas em voga.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.28.

<sup>53</sup> BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 138.

<sup>54</sup> CUNHA, Marcos Antonio. *A chama da nacionalidade: Ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000, p. 9.

O estudo da guerra, do acontecimento militar ou da História Militar, tradicionalmente ligada ao estudo do político, sob a perspectiva da influência da historiografia do século XIX, acompanhou ao longo do século XX o declínio da história política, da qual muitas vezes foi considerada mera seção.<sup>55</sup> Em seu estudo sobre a imprensa, Marco Morel (2003) nos fala que “na tradicional historiografia identificada como positivista ou historicista, a imprensa aparecia em geral como fonte privilegiada na medida em que era vista como portadora dos fatos e da verdade”.<sup>56</sup>

Interessante notar que o estudo da imprensa seja como objeto ou como fonte também foi colocada no “ostracismo”, por essa historiografia econômica e social que emergiu como a única explicação científica, que revelaria as estruturas mais “profundas” e que determinaria as conjunturas política ou cultural

Numa perspectiva histórica, chama-nos a atenção que o período compreendido pela Guerra do Paraguai (1864 a 1870) foi marcado por profundas mudanças na imprensa ocidental como um todo (Europa e América) que cada vez mais se popularizava e se utilizava de novas tecnologias de informação, como a questão da utilização de imagens como recurso visual em apoio ao texto, por exemplo. Logo, não foi diferente tanto no Brasil, quanto em Portugal.

No caso brasileiro em particular, faremos esse estudo contrapondo algumas obras de referência sobre o assunto, como o clássico livro “História da imprensa no Brasil”, de Nelson Werneck Sodré (1999)<sup>57</sup>, bem como, novas abordagens a respeito desse objeto, entre outras fontes, a coletânea de artigos “História e Imprensa: Representações Culturais e Prática de Poder”, organizado por Marco Morel, Tânia Bessone e Lucia Bastos (2013)<sup>58</sup> e o livro “História Cultural da Imprensa: Brasil 1800 – 1900”, de Marialva Barbosa (2010)<sup>59</sup>.

Recentemente, surgiu um grupo de pesquisa no âmbito de um projeto de cooperação internacional que envolveu diversas universidades, as brasileiras: Unicamp, Unesp, USP, entre outras, as portuguesas: Universidade de Lisboa e Universidade Nova

---

<sup>55</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>56</sup> MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 8.

<sup>57</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>58</sup> BASTOS, Lúcia Maria Bastos P. Neves. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. MOREL, Marco (Orgs). *História e Imprensa: representações culturais e prática de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

<sup>59</sup> BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

de Lisboa e as universidades francesas: Universidade de Versalhes Saint-Quentin-em-Yvélines e Universidade de Sorbonne Nouvelle – Paris 3, denominado “Circulação transatlântica dos impressos – A globalização da cultura no século XIX” que reuniu diversos pesquisadores especialistas no tema da circulação de impressos e das ideias entre Inglaterra, França, Portugal e Brasil, no “longo século XIX” (1789 – 1914).

Um dos eixos temáticos dessa pesquisa foi justamente a “circulação e recepção dos periódicos”, nessa parte do mundo, no sentido de evidenciar as trocas e apropriações de textos de notícias que existiam de país para país. Marcia Abreu (2011), uma das coordenadoras do projeto comenta que

A partir do século XVIII e ao longo do XIX as relações entre as diferentes partes do globo se estreitaram, intensificando a conexão entre as pessoas por meio dos livros e dos escritos. O chamado “longo século XIX” conheceu uma notável ampliação no público leitor e uma extraordinária modificação tecnológica que alterou significativamente o modo de produção dos impressos e a relação com os livros.<sup>60</sup>

Desse grupo de pesquisa surgiram ainda duas outras publicações de coletâneas de artigos, uma organizada por Lúcia Granja e Tânia de Luca (2018)<sup>61</sup> denominada “Suportes e Mediadores” e uma outra organizada por Claudia Poncioni e Orna Levín (2018)<sup>62</sup> sob o título “Deslocamentos e Mediações”, que tratam dessa circulação de impressos e de ideias entre o Brasil e a Europa em diferentes ângulos e perspectivas.

De fato, essas ligações transoceânicas caracterizaram a produção e circulação de informações da imprensa de época também em Portugal, como bem salienta Jorge Pedro Souza (2008)

(...) o jornalismo português nasceu e evoluiu sintonizado com o que se fazia na Europa, em particular em França, país que até ao século XIX ditou “as modas” em Portugal. No entanto, as guerras napoleónicas (em que Portugal alinhou pelos britânicos) e, posteriormente, as lutas liberais (que levaram muitos portugueses a exilar-se no Reino Unido) e o liberalismo permitiram que a imprensa portuguesa se abrisse ao modelo britânico de jornalismo, assente no princípio da liberdade de imprensa.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> ABREU, Marcia. *A circulação Transatlântica dos Impressos. A globalização da cultura no século XIX*. In: *Revista do núcleo de estudos do livro e da edição*. Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo. 2011, p. 115.

<sup>61</sup> GRANJA, Lúcia e LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *Suportes e Mediadores. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

<sup>62</sup> PONCIONI, Claudia e LEVÍN, Orna (Orgs). *Deslocamentos e Mediações. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

<sup>63</sup> SOUSA, Jorge Pedro. *Uma História do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa, perspectivas luso-brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, p. 83.

Houve vários períodos em que as histórias da imprensa do Brasil e de Portugal se entrelaçaram e se sobrepujaram. Os pontos de convergências e de distanciamentos variaram de acordo com as conjunturas nacionais internas que, diversas vezes, por laços históricos, ligavam os dois países por interesses mútuos e associativos, como veremos mais adiante nessa pesquisa. Por agora, destaco que o primeiro jornal publicado no Brasil, em 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, foi inspirado no formato, e até no nome, na *Gazeta de Lisboa* e retirava desta, ainda que com considerável atraso, uma boa parte das informações que publicava com o aparato tipográfico da Imprensa Régia, criada pelo Príncipe D. João, logo, esses dois periódicos acompanhavam a mesma linha editorial na defesa da Casa Real portuguesa e do poder absoluto do monarca.

Ainda em 1808, temos o caso do jornal brasileiro *Correio Braziliense*, editado em Londres, lançado seu primeiro número meses antes da *Gazeta*, pelo português Hipólito José da Costa. Esse periódico nos primeiros anos de existência se ocupou de publicar muitas notícias com detalhes sobre a guerra contra Napoleão na Península Ibérica, formando assim uma importante parte tanto da história da imprensa do Brasil como da de Portugal.

Seguindo nosso corte histórico, é marcante que com o início da chamada “Regeneração”, em Portugal, a partir de 1851, aprovou-se uma série de acordos internacionais que visaram o aprofundamento das relações com o Brasil, o que necessariamente teve reflexos na produção e circulação das notícias entre as duas nações, o que envolveu não só a imprensa, como também as associações e gabinetes de leitura portugueses criados no Brasil pelos emigrantes, como bem salienta Luis Manuel Almeida (2020)

O desenvolvimento da indústria portuguesa gerava interesses comerciais, que passavam pela sua expansão, enquanto a emigração para o território brasileiro conhecia valores elevados. Aliado a estas circunstâncias, o interesse em estreitar os laços culturais e políticos era assinalado com frequência na imprensa portuguesa. Em resultado da presença dos nossos emigrantes no Brasil e do intercâmbio cultural entre os dois povos nasceram várias associações de beneficência e cultura (...)<sup>64</sup>

De certo, esse é um importante período de mudanças na imprensa portuguesa, como bem sinaliza José Tengarrinha (2013)<sup>65</sup>, no livro “Nova História da Imprensa

---

<sup>64</sup> ALMEIDA, Luís Manuel. *O Brasil na imprensa portuguesa (1850-1893)*. Lisboa: Ed. Lisbon, 2020, p. 11-12.

<sup>65</sup> TENGARRINHA, José. *Nova História da Imprensa Portuguesa – das origens a 1865*. Lisboa: Ed. Temas e Debates, 2013.

Portuguesa – das origens a 1865” que, inclusive, determina uma quebra de paradigma na produção jornalística portuguesa no mesmo corte histórico da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), com o surgimento do periódico *Diário de Notícias*, em Lisboa, lançado em fins de dezembro de 1864, caracterizado pelo avanço da industrialização, da popularização (massificação) da circulação dos jornais e da profissionalização nas diferentes etapas da produção das notícias na redação.

Propõe que com o surgimento desse jornal, inicia-se em Portugal o que ele nomeia de “época industrial da imprensa portuguesa”. Nessa lógica, o autor busca ao longo da obra inserir a história da imprensa portuguesa, na complexidade da vida social do país, tanto nos seus aspectos econômicos, políticos e culturais, ora atuando como uma mediadora dos jogos de poder e representação, ora influenciando ou sendo influenciada pelo todo social num interessante “jogo” de interesses, muitas vezes conflitantes.

Nunca será de mais encarecer o seu valor como instrumento e meio de cultura. Não subalternizada em relação à literatura e a qualquer forma de expressão artística, a imprensa periódica (particularmente a partir do seu grande surto na época liberal) é um poderoso veículo de transmissão de informações, de difusão de ideias, um amplo repositório dos conhecimentos e das sensibilidades do seu tempo, daí, um dos mais expressivos avaliadores das atitudes mentais e das correntes de ideias na sociedade, para além dos círculos restritos. O que nos conduz à necessidade de avaliação da esfera e grau de influência dos jornais na consciência pública e nos acontecimentos políticos, económicos e culturais.<sup>66</sup>

Interessa-nos pensar que aqui na América do Sul, a instabilidade do Prata, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, irá cada vez mais ocupar as páginas dos tanto de periódicos brasileiros quanto de portugueses, evidenciando o interesse da população dos dois países em notícias das sucessivas crises e intervenções militares em que o Império brasileiro se envolveu, como percebemos nessa transcrição do Jornal *O Commercio do Porto*, de 1º de novembro de 1864, num artigo do correspondente do jornal que se encontrava em Lisboa, assinado apenas pela inicial “V.”, ao anunciar as movimentações militares no sul do Brasil, antes mesmo de estourar a guerra:

“No Rio Grande reina grande atividade em preparativos bélicos por causa das ocorrências com o governo do Estado Oriental. Marchavam para a fronteira diversos corpos de linha e guarda nacional, cuja força se eleva a 8.000 homens das três armas, prontos a entrarem no território da Banda Oriental. [...] A imprensa oriental cobre o Império de injúrias e vitupérios, e procede de modo que dá fraca ideia do estado de civilização e adiantamento do país. [...] É certo

---

<sup>66</sup> *Idem*, 17.

que talvez por causa dessa atitude (medidas de Mitre na Argentina) o general Urquiza procurou acomodar Flores com o governo de Montevideú, a quem protege secretamente; mas os seus esforços foram infrutíferos; tendo-se quebrado todas as diligências diante da tenaz selvajaria do ministro Carreras, o herói dos 500 fuzilamentos de Quinteros durante a presidência de Berro”.<sup>67</sup>

Assim, a partir do final do ano de 1864 os temas recorrentes da imprensa brasileira acostuada a retratar a vida dos personagens locais de destaque da política local, a vida cultural, as pequenas intrigas, acidentes, os aspectos cotidianos e o estado geral das cidades tem um novo assunto que teve um apelo até então novo.

Segundo Bourdieu (1996)<sup>68</sup>, a atividade jornalística, por ser realizada sob pressão do tempo, do imediatismo e pelo “furo” de reportagem, traz fatores que acabam construindo diariamente uma representação instantânea e descontinuada da realidade e do mundo. Assim, a grande guerra que se iniciou na região Platina trouxe consigo o tema da política internacional para o cotidiano das pessoas e a sua abrangência nacional para as conversas do dia-a-dia.

De certo, a busca por uma identidade nacional para o Brasil tem na imprensa um lugar privilegiado, onde as opiniões e visões de mundo visaram conquistar a opinião dos homens públicos e principais instituições organizadas como forma de legitimação de cada projeto de um grupo específico inserido no corpo social do novo país independente. No Brasil isso se refletiu na vitória do projeto monárquico de descendência portuguesa centralizado na Corte do Rio de Janeiro que, uma vez pacificado internamente, agora se afirmava regionalmente.

A Corte no Rio de Janeiro recebia representantes de todo o Brasil, pois a Câmara dos Deputados e o Senado eram instituições sediadas nessa cidade. Assim, quando falamos desse “lugar” estamos considerando as elites instaladas no Brasil na qualidade de seus representantes: deputados, senadores, conselheiros, altos funcionários da burocracia, magistrados, fazendeiros, traficantes de escravos, banqueiros e outros mais, vindos de distantes províncias, transitando pelas ruas estreitas do Rio de Janeiro, sem considerar o devido acréscimo nessas convivências de alguns ricos comerciantes estrangeiros donos das casas comerciais e muitos outros intelectuais fugidos de movimentos políticos europeus.

---

<sup>67</sup> *O Commercio do Porto*, de 1º de novembro de 1864.

<sup>68</sup> BOURDIEU, Pierre. *Journalisme et éthique*. Actes du colloque fondateur du centre de recherche de l'Ecole Supérieure de Journalisme (Lille), Les cahiers du journalisme, n°1, Juin 1996.



São as primeiras décadas de um veículo de comunicação que viria a se tornar poderoso no século seguinte como um agente de informação das massas. Segundo Hall, as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.<sup>69</sup> A imprensa, o jornal diário, é o meio por excelência da política. Lugar onde os discursos acontecem, os debates são esperados, as pelejas travadas e a construção dos sentidos vêm a acontecer.

Esses poderosos discursos formulados por intelectuais de época encontraram nas redações jornalísticas que se complexificava em termos tecnológicos e de profissionalização dos seus quadros, um importante lugar onde sua produção poderia ser difundida através dos periódicos, como bem salienta Isabel Nobres Vargues (2003) que chama a atenção ao múltiplo papel desempenhado por esses “homens de letras”:

Também o exercício da profissão de homem de letras era cumulativo com o desempenho de muitas outras actividades, nomeadamente políticas, científicas e artísticas e mesmo com as profissões liberais. Por esse motivo, não surpreende a ocupação de altos cargos políticos por muitos deles. Tal como em França, Inglaterra e Espanha, também em Portugal os profissionais do jornalismo mantinham fortes laços com a política e com a literatura, exercendo já então uma influência considerável na sociedade através de uma imprensa de opinião, que só mais tarde se tornaria noticiosa e informativa.<sup>70</sup>

É a imprensa que faz chegar notícias e informações a um público bem mais amplo, levantando questões do cotidiano, trazendo as informações que até então estavam em domínio privado para a esfera pública, como vemos, desde seus primórdios. Eric Hobsbawn (2010), por exemplo, falando do período compreendido entre 1848 e a década de 1860 na Europa, comenta a importância dos jornais na formação de um nacionalismo que se baseia na cultura partilhada pelo maior número de cidadãos possível<sup>71</sup>.

Por aqui, iniciado o grande conflito, em fins de 1864, as informações dos primeiros correspondentes de guerra do Brasil chegaram ao Império, com narrativas sobre o campo de batalha, as difíceis marchas pelos pântanos, as doenças, os combates, as

---

<sup>69</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 50.

<sup>70</sup> VARGUES, Isabel Nobres. *A Afirmação da Profissão de Jornalistas em Portugal: Um Poder Entre Poderes?* Revista das Histórias da Ideias, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2003, vol. 24, p. 158-159.

<sup>71</sup> HOBBSAWN, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

mortes e toda as dificuldades encontradas pelo Exército Aliado, assim como os atos de bravura e heroísmo praticados por esses soldados e marinheiros tão longe de casa.

Cada navio que chegava do campo de batalha trazia consigo a notícia de um novo triunfo; no dia seguinte, porém também se liam nos jornais as longas relações dos que haviam perecido em combate.

Essas ideias-imagens possibilitam um contraponto bastante interessante às análises já existentes e ajuda a pensar o imaginário coletivo da guerra, perpassando, não só as classes mais abastadas e alfabetizadas dos países em conflito.

Nesse sentido, creio que esse trabalho insere-se e pode contribuir para o estado da arte tanto da Guerra do Paraguai, como acontecimento militar, quanto para o estudo da imprensa como fonte e objeto de época numa perspectiva da “longa duração”.

## CAPÍTULO 2

### A IMPRENSA BRASILEIRA EM MEADOS DO SÉCULO XIX E A ECLOSÃO DA GUERRA

No Brasil, até 1808, a impressão de livros e jornais era proibida, não havendo, inclusive, autorização para que se instalassem tipografias na colônia. Com a chegada da Família Real Portuguesa houve a necessidade de se fazer imprimir os atos do novo governo e de se divulgar as notícias de interesse da Coroa, publicando leis e decretos governamentais da administração pública recém estabelecida.

É justamente, nesse contexto, que, sob a responsabilidade de Antônio de Araújo Azevedo, o Conde da Barca, chegou ao Brasil os primeiros materiais para uma oficina tipográfica – comprados na Inglaterra para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra e que não haviam sido ainda instalados em Portugal devido ao período conturbado das invasões napoleônicas.

Esse maquinário foi a base para a operacionalização da “Imprensa Régia do Brasil” que nasceu sob o controle do governo, pois em ato real, o Príncipe D. João determinou que uma junta apropriada examinasse os materiais de impressão e as publicações para que nada se produzisse de ofensivo contra a religião, o governo aos bons costumes.<sup>72</sup>

Em 10 de setembro de 1808 saiu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, um periódico oficial que, apesar de não ter um conteúdo inovador, marcou o momento inicial dos noticiários impressos, de fato, no Brasil.

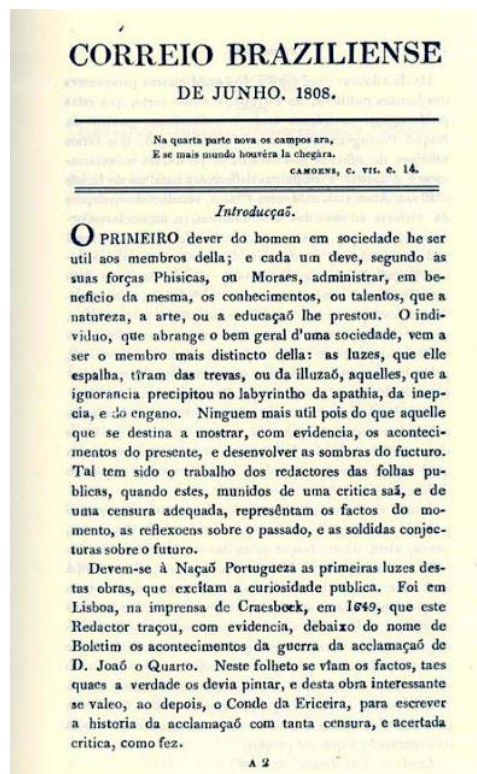
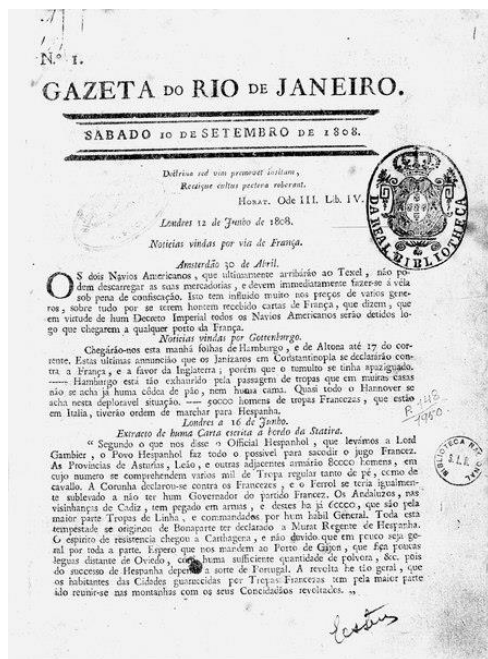
De certo, meses antes, em junho, já havia começado a circular mensalmente o periódico *Correio Braziliense*, editado pelo português Hipólito José da Costa, este considerado o primeiro jornal brasileiro, apesar de ser impresso em Londres, que seguia uma linha mais crítica e independente do governo, que já em seu primeiro número, em editorial na capa falava que “o primeiro dever do homem em sociedade eh ser util aos membros della; e cada um deve, segundo suas forças phisicas, ou moraes, administrar em

---

<sup>72</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

benefício da mesma os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte ou a educação lhe prestaram.”<sup>73</sup>

**Figura 1.** Capas dos primeiros números dos periódicos *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Brasiliense*, este editado e impresso em Londres, Inglaterra, mas, que circulava no Brasil.



**Fonte:** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - HDBN (Rio de Janeiro, Brasil)

Essas restrições iniciais impostas na produção e circulação livremente das notícias no país teve, em 28 de agosto de 1821, um ponto de inflexão, pois D. Pedro, então declarado Príncipe-Regente com o retorno de D. João VI a Portugal, decretou o fim da censura prévia a toda matéria escrita no Reino Unido, tornando livre no Brasil a palavra impressa nos periódicos em circulação. É um ato decorrente das deliberações das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa das liberdades públicas, e marca uma etapa de liberdade de expressão do pensamento no país que propiciou o surgimento de outras folhas.

O certo é que desde seus primórdios, os periódicos, de certa maneira, passaram a ser difusores das chamadas “luzes” no Brasil. Tendo como missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos.<sup>74</sup>

<sup>73</sup> *Correio Braziliense*, em junho de 1808.

<sup>74</sup> LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 15.

O historiador brasileiro e especialista no tema Marco Morel (2003) nos aponta uma interessante perspectiva a respeito do surgimento da imprensa e seu desenvolvimento na primeira metade do século XIX:

É interessante sublinhar uma especificidade nem sempre destacada: o surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional.<sup>75</sup>

Nesse contexto, a circulação de impressos irá desempenhar um papel fundamental de disseminador de textos literários, artigos, contos, poesias e posteriormente, imagens, que representavam o cotidiano da população que passava a ser “lida” e reconhecida naquelas produções textuais, criando aos poucos a ideia de um país e de uma nação.

Essa dita “missão civilizadora” se condicionaria, no entanto, ao jogo de interesses políticos e econômicos, onde as ligações que os donos de jornais possuíam junto as forças que se alternavam no poder político – seja da Corte, seja nas províncias –, era condição fundamental na influência sobre o conteúdo dos artigos a serem publicados nos periódicos. Somemos a isso, a existência de uma interessante “rede” social de amigos e parentes que ligavam esse grupo social uns aos outros e que nem sempre acompanhavam as suas próprias escolhas políticas, para termos um intrincado mosaico de forças que orientavam e reorientavam a linha editorial dos periódicos nesse período.

De uma maneira geral, podemos ressaltar duas perspectivas a respeito da imprensa brasileira no século XIX que nortearam essa pesquisa: a primeira é a que se refere à longa duração, isto é, da perenidade de alguns jornais no tempo, como exemplos desse caso temos o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, fundado em 1827, e o *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825, que prolongaram suas existências por todo os oitocentos<sup>76</sup>.

Em contraposição a essa capacidade, temos a existência efêmera, mas não menos importante para o pesquisador, dos “pasquins” que surgiam e desapareciam com muita rapidez, como observou Alberto Cavalcanti (1995), “nascem e morrem como uma luxúria

---

<sup>75</sup> MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.7.

<sup>76</sup> BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p.62.

tropical,”<sup>77</sup> a serviço de pequenos grupos e facções políticas que se juntavam em objetivos e demandas pontualmente comuns, viviam do entusiasmo e do dinheiro de seus donos que muitas das vezes eram os próprios editores, redatores e articulistas do jornal, geralmente esses pequenos impressos eram criados para tratar de um tema específico que estava em voga no momento para, logo depois, na sequência de 3 ou 4 edições, desaparecerem por completo ou mesmo mudarem de nome e de proposta editorial<sup>78</sup>.

A segunda característica que se revela de extrema importância para a produção e a circulação das notícias é a presença de um corpo de especialistas na confecção das matérias, a existência de uma divisão dos trabalhos na redação e a capacidade logística da circulação dos impressos, como é o caso emblemático do mesmo *Jornal do Commercio*, mas também, do *Diário do Rio, Correio Mercantil*, entre outros, que em maior ou menor grau, ao longo do tempo, procuraram se adaptar a uma nova visão mais empresarial e capitalista, vendo a imprensa igualmente como um negócio.

Certamente essas duas características coadunadas, de perenidade no tempo e de um corpo de profissionais voltado para a produção e circulação das notícias, tiveram na Corte do Rio de Janeiro o seu lugar mais adequado, particularmente a partir da década de 1850.

No que tange ao desenvolvimento da capacidade logística de distribuição desses periódicos um questão significativa é pensarmos sobre as condicionantes enfrentadas para a circulação desses jornais. Nesse sentido, a Diretoria-Geral dos Correios foi instituída pelo decreto nº 399, de 21 de dezembro de 1844<sup>79</sup>, com a finalidade de dirigir e fiscalizar os serviços de correios já existentes no país. Sua organização inicial compunha-se do diretor-geral, um oficial-maior, dois oficiais e dois amanuenses. Além da criação da Diretoria-Geral, a referida norma regulamentou toda a organização dos correios, que era formada por administrações em cada província e na Corte e agências espalhadas pelo Brasil. Entretanto, nos interessa dizer que nessa nova lei instituiu, pela primeira vez, o serviço de entrega de correspondências nos domicílios na Corte do Rio de Janeiro e nas

---

<sup>77</sup> CAVALCANTI, Alberto R. *Imprensa e Estado no Brasil; da subvenção ao condomínio*. São Paulo: Intercom – *Revista Brasileira de Comunicação*, v.18, n.1, p.67-92, jan/jun. 1995, p. 69

<sup>78</sup> TORAL, André. *Imagem em desordem - a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: USP/FFLCH, 2001, p. 59.

<sup>79</sup> Decreto nº 399, de 21 de dezembro de 1844. *Dá Novo Regulamento para o serviço dos Correios do Império*. Publicação Original. Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1844 - vol. 001, col. 1, p. 267.

principais vilas e cidades nas distantes províncias do Império, o que acabou possibilitando um sistema de assinaturas de jornais que se aproveitou desse serviço para uma melhor circulação das suas notícias impressas.

Interessante que o serviço, de natureza tipicamente urbano, nasceu ocupando uma parcela da população da capital que não se encaixava em outras atividades produtivas ou típicas das elites administrativas e burocráticas do governo monárquico e da população escravizada, ou seja, mobilizou-se prioritariamente negros alforriados e mulatos miscigenados para o trabalho de entregadores de correspondências, mediante pagamento mensal. Essa mesma parcela da população foi usada também para a venda avulsa regular nas ruas da cidade dos principais periódicos de época.<sup>80</sup>

Procuramos articular nesse contínuo processo de amadurecimento da imprensa, o esforço de guerra realizado pelo país nesse conturbado momento histórico, que inevitavelmente se refletiu também num avanço técnico jornalístico ao atravessar um período de mais de cinco anos de conflito, entre os anos de 1864 e 1870, na chamada Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai. Desse modo, foram esses periódicos existentes durante esse grave confronto que embasaram as análises nesse trabalho de pesquisa, como veremos adiante.

## **2.1 O aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda e o início das hostilidades no campo militar**

“Maldita guerra, atrasa-nos meio século!”

Barão de Cotegipe<sup>81</sup>

O século XIX é um interessante observatório para se refletir sobre a “arte da guerra”<sup>82</sup> nos países da América do Sul, pois, foi a partir do início desse século que os

---

<sup>80</sup> Cf. BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. História da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

<sup>81</sup> Trecho da carta do Barão de Cotegipe ao Barão de Penedo, em 15 de maio de 1866. Cotegipe foi importante político do Partido Conservador e Ministro da Marinha, à época da Guerra do Paraguai, nos anos de 1868 a 1870.

<sup>82</sup> Em termos teóricos no estudo dos acontecimentos militares, para além da “história das batalhas” propriamente dita, adota-se o termo “arte da guerra” para designar o estudo da evolução do pensamento das técnicas militares no que tange a evolução das estratégias e das táticas adotadas na execução das manobras e campanhas militares ao longo da história da sociedade humana e seus conflitos bélicos.

países, antigas colônias europeias, se desvencilharam do controle metropolitano e iniciaram o processo de construção dos seus estados nacionais independentes.

Algumas das mais importantes questões que esses jovens países enfrentaram nesse desenvolvimento foi a busca por definições de fronteiras e a formação de um exército e de uma armada (marinha de guerra) nacionais, capazes de garantir os interesses, muitas vezes conflitantes, dessas novas nações que, nesse momento, se reconheciam geopoliticamente, interna e externamente.

Notadamente, a habilidade que as elites políticas locais tiveram ao conduzir os diferentes processos de construção desses Estados esbarraram na capacidade de articular todo o espaço geográfico pleiteado por cada projeto nacional específico.

No caso brasileiro, tamanha eram as dificuldades nas comunicações para se ligarem todas as províncias do Império com a Corte do Rio de Janeiro que para se chegar à Cuiabá, capital do Mato Grosso, por exemplo, era necessário seguir por mar, até a bacia do rio do Prata, ao sul do país, para daí subir pelo rio Paraguai, cruzando águas internacionais do Uruguai, da Argentina e do Paraguai, para depois de mais de 25 a 30 dias, conseguir chegar ao destino final, se tudo saísse conforme o planejamento de uma boa viagem, sem imprevistos. Nesse sentido, a livre navegação nos rios platinos (rios Paraná, Paraguai e Uruguai) era um dos fundamentos basilares na política externa do Império do Brasil para a região, condição básica para a existência do próprio país de dimensões continentais.

Por isso, quando em 3 de novembro de 1864, o vapor Marquês de Olinda, vindo do Rio de Janeiro, saiu de Buenos Aires conduzindo o recém empossado presidente da província brasileira de Mato Grosso, coronel Frederico Carneiro de Campos<sup>83</sup>, seguia-se o itinerário normal para se atingir àquela cidade. Como de costume, no dia 10 de novembro, o navio chegou a Assunção, capital paraguaia, onde fez uma rápida parada para depois seguir destino, rumo ao Norte, até os primeiros portos fluviais brasileiros em Corumbá.

---

<sup>83</sup> O coronel Frederico Carneiro de Campos foi um militar e político brasileiro. Coronel do corpo de engenheiros, participou do mapeamento das fronteiras do império com a Guiana Francesa, foi ainda deputado pela província do Rio de Janeiro e presidente da província da Paraíba. No ano de 1864 foi indicado para ser o presidente da província do Mato Grosso quando, com o apresamento do vapor Marquês de Olinda, foi feito prisioneiro pelos paraguaios, dando início à guerra. Morreu prisioneiro, vítima de maus tratos, no acampamento paraguaio de Paso Pocú, em 3 de novembro de 1867.



Entretanto, a situação começou a mudar, como bem observa Tasso Fragoso (1950), a respeito dos acontecimentos ocorridos com o navio brasileiro no dia 12 de novembro de 1864

López tomou a resolução de mandá-lo perseguir pelo Tacuarí, que era então o mais veloz dos navios (paraguaio) que sulcavam aquelas águas. O Tacuarí alcançou-o algumas léguas a jusante de Concepción e trouxe-o escoltado à capital, onde López o deteve como boa presa, apossando-se dele e de toda a sua carga. Depois de fazer desembarcar o coronel Carneiro de Campos, os passageiros restantes e toda a guarnição, tratou-os a todos como prisioneiros.<sup>84</sup>

Uma vez aprisionada toda a tripulação, seguiu-se uma série de interrogatórios que procuravam relacionar tal apresamento à intervenção brasileira na política interna uruguaia, como constatamos nessa sequência de perguntas formuladas no processo dos autos investigatórios paraguaios:

1º Se não sabia do protesto de 30 de Agosto daquele anno; 2º Se não sabia da entrada de forças brasileiras no Estado Oriental; 3º Se levava alguma instrução particular do governo brasileiro; 4º Como se atrevia a passar pelas aguas do Paraguay, sabendo destas cousas e, 5º Se não temia da guerra que estava declarada ao Brasil.<sup>85</sup>

De fato, a instabilidade na bacia Platina era uma evidência à época e o governo paraguaio, através de uma nota diplomática apresentada em 30 de agosto de 1864, já havia advertido o Brasil que qualquer ocupação do território uruguaio por suas forças armadas atentaria contra o pretense equilíbrio dos Estados do Prata, e que se desonerava das atitudes que pudessem ocorrer a partir daí.

Nesse sentido, para o governo paraguaio, o apresamento do navio brasileiro e toda sua tripulação foi uma represália às ações políticos e militares do Império do Brasil no Uruguai e, embora preceda a invasão paraguaia por terra das províncias brasileiras do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, é considerada como o marco para a eclosão de todo o grave conflito.

Creio que nenhum outro objeto e campo de pesquisa é tão intrínseco ao acontecimento bélico ou à dita História Militar do que o estudo das transformações que o modo de pensar e fazer a guerra se desenvolveu em diferentes sociedades e tempos da história. É nesse contexto que aqui procuro delimitar como se processava o modo de fazer a guerra nesse período pesquisado e como esse *modus operandi* se transformou quando

---

<sup>84</sup> FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra ... ob.cit.*, p.218.

<sup>85</sup> CORRÊA-MARTINS, Francisco José. *O fim, o início e o meio: o apresamento do Marquês de Olinda e o cativo dos primeiros prisioneiros de guerra brasileiros a partir das memórias dos sobreviventes*. Revista Navigator, V.16, nº 31, 2020, p. 101.

foi posto em prática durante a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai. Como bem salienta Nelson Werneck Sodré (1968)

Contra o profundo e sólido sistema fortificado que López levantara nas barrancas do Paraguai, já não era suficiente, na sua bravura insofrida, a tropilha gaúcha. Ela poderia, como aconteceu, continuar a ser instrumento importante, mas, instrumento auxiliar.<sup>86</sup>

Outros autores que trabalharam com o tema já sinalizaram que durante o conflito houve uma profunda mudança no modo de fazer a guerra. De fato, é comumente aceita essa tese. Assim como Sodré (1968) evidencia a questão que a “tropilha gaúcha” não daria conta da campanha, muitos anos depois, quando o tema ganhou novo fôlego na historiografia brasileira, Ricardo Salles (1990) no seu livro “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército” comenta *en passant* a questão, quando identifica o “estilo paisano e gauchesco” de fazer a guerra vigente na região do Prata, assim como Vitor Izecksohn (1997) em “O Cerne da Discórdia – A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro”, só para citar os autores que julgamos mais importantes e que perceberam essa questão, sem contudo, caracterizá-la ou mesmo evidenciá-la, como se pretende realizar no presente capítulo.

Essa conduta de fazer a guerra, que sofreu importantes mudanças no período analisado, tem uma ligação direta com a capacidade logística que esse conflito trouxe como um paradigma que precisou ser superado para se alcançar a vitória, procuro deixar claro que essa eficiência militar trouxe consequências diretas a diversos espaços e instituições, dentre elas, a que por ora nos interessa, a imprensa. De certo, isso foi um processo lento que se acelerou devido às novas necessidades que a dimensão das hostilidades tomou com o seu agravamento.

No Brasil, retrocedendo um pouco mais, para se entender melhor a formação das suas forças armadas nacionais, tendo como corte temporal a independência política de Portugal, percebe-se que a primeira tentativa formal de organizar as forças militares imperiais foi o decreto de 1º de dezembro de 1824<sup>87</sup>, que dava nova estrutura ao exército, dividindo-o em 1ª e 2ª linhas, tão regular em sua força e numeração quanto as circunstâncias permitiam, pondo fim às formações irregulares vindas do tempo da colônia

---

<sup>86</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 140.

<sup>87</sup> *Collecção das Leis do Império do Brazil (1824)*, 2ª Parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 87.

e do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. Nessa estrutura, a 1ª linha correspondia ao exército propriamente dito e a 2ª linha à milícia. O primeiro, que passou a ser chamado simplesmente de “tropa de linha”, destinava-se a garantir a defesa do território nas fronteiras, enquanto as milícias estavam voltadas ao policiamento urbano.

Após a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, a grande preocupação das lideranças políticas que ascenderam ao poder era a de impedir a ação de setores que pudessem tomar iniciativas de caráter restaurador para um retorno à união com Portugal. Urgia a adoção de medidas que desmantelassem as engrenagens políticas, burocráticas e, principalmente, centralizadoras que durante o Primeiro Reinado estiveram a serviço do monarca e da Corte do Rio de Janeiro.

O ambiente de tensão e discórdia reinante nos quartéis e a presença de soldados em motins, arruaças e tumultos forneceram às classes políticas brasileiras provincianas a oportunidade de colocar o exército ou como efetivamente se designada à época essa força, a “tropa de linha”, em segundo plano, sob o pretexto da indisciplina que ela mesma fomentava, e criar, em 18 de agosto de 1831, a denominada Guarda Nacional, que passaria a ser subordinada ao Ministério da Justiça.<sup>88</sup> À Guarda Nacional caberia "defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, manter a obediência às leis e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas".<sup>89</sup> Tão amplas atribuições correspondiam às aspirações dos grupos que ascenderam ao poder, de modo a confinar o exército em fronteiras distantes e em guarnições isoladas da costa, afastando-o, portanto, dos centros de decisão política.

Servindo aos propósitos dos senhores e proprietários no exercício direto de sua autoridade provincial, a Guarda Nacional acabou representando a força do poder local e provincial, em detrimento da Corte do Rio de Janeiro. Na prática, o exército ou “tropa de linha” do Império brasileiro acabava atuando pontualmente em crises específicas, como por exemplo, nas chamadas Rebeliões Regenciais<sup>90</sup> (1835-1845), muitas vezes em

---

<sup>88</sup> CUNHA, Marco Antonio. *A Chama da Nacionalidade – Ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2000, pp. 21-22

<sup>89</sup> Lei nº 602, de 1850 – *Dá nova organização à Guarda Nacional do Império*. Acervo Digital da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-602-1850-559843-publicacaooriginal-82255-pl.html>

<sup>90</sup> As denominadas “Rebeliões Regenciais” marcaram um período bastante conturbado da história do Brasil que durou cerca de 10 anos, caracterizado por vários movimentos armados em diferentes províncias que contestavam o poder central do Rio de Janeiro, bem como, a própria existência do sistema monárquico e centralizador do regime.

combinação com a própria Guarda Nacional. Logo, os efetivos dessa tropa eram proporcionalmente reduzidos, e seus oficiais, em sua grande maioria, ainda eram recrutados no seio da própria classe dominante, ligadas mais à questão de nascimento que à meritocrática. Na Argentina e no Uruguai, a situação se afigurava quase a mesma. Carentes de uma estrutura bélica centralizada, suas forças militares estavam calcadas no poder de caudilhos (chefes) locais e regionais.

De certo, foi na fronteira sul do Império brasileiro, em especial, na província do Rio Grande do Sul, que esse sistema descentralizado de se fazer a guerra tendo como base a Guarda Nacional, se fez mais presente e com maior vitalidade. Isso se deu porque efetivamente era conveniente não só para os estancieiros<sup>91</sup> gaúchos e lideranças políticas locais, como para a Corte do Rio de Janeiro.

Na realidade, esses grandes fazendeiros eram verdadeiros “senhores da guerra”, que armavam seus peões e os transformavam em esquadrões de cavalaria a serviço de seus interesses particulares e do poder central, estabelecendo com a capital do Império, uma relação tênue de desconfianças e fidelidades que obrigava a mínima interferência do poder central nas questões político-partidárias locais. Sobre essa relação centro-província, Izecksohn (1997) comenta que

A elite imperial mantinha distância da turbulenta conjuntura do Prata, buscando afastar-se da instabilidade política que marcava a evolução da repúblicas vizinhas. Ainda assim, a atitude do império para com seus vizinhos pautava-se pela formulação de políticas intervencionistas que visavam à defesa tanto dos interesses do governo central quanto dos **estancieiros gaúchos**.<sup>92</sup> (grifo nosso)

Ora, desde a independência, o Império herdou da coroa portuguesa várias questões fronteiriças na região Platina, para esses povos que viviam nessa região, a guerra fazia parte do seu cotidiano e de seu imaginário coletivo, tão comum que eram os entrechoques de fronteira e entre os próprios estancieiros gaúchos dos dois lados da fronteira. Acrescente-se a esse ambiente corriqueiro de guerra a própria Rebelião Farroupilha (1835-1845),<sup>93</sup> que por mais de 10 anos levou as províncias do sul a uma guerra entre grupos locais que apoiavam ou eram contra o poder central do Império do Brasil.

---

<sup>91</sup> Grandes proprietários de terras e de fazendas de gado.

<sup>92</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997, p. 81.

<sup>93</sup> Rebelião Farroupilha ou Guerra dos Farrapos: Dentre as revoltas que ocorreram durante o Período Regencial do Império foi a mais longa, a rebelião contra o poder central levou as províncias do Rio Grande

Em todos os conflitos anteriores em que o Brasil esteve envolvido na região Platina, houve sempre uma presença marcante da Guarda Nacional nas operações militares. Como salientamos, os interesses gerais do governo imperial normalmente procuravam se adequar aos interesses dos estancieiros, donos de grandes propriedades de terras do Rio Grande do Sul, em relação aos países limítrofes e vice-versa. Dessa forma, as forças empregadas provinham da própria organização militar local, apoiada na capacidade desses proprietários gaúchos em manter um razoável poder de mobilização militar entre peões, parentela e apadrinhados.

**Figura 2.** Pintura óleo sobre tela de 1893 homenageia uma carga de cavalaria farroupilha.



**Fonte:** Acervo do Museu Júlio de Castilhos - Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, podemos pontuar que o Império brasileiro se escorou, até ser deflagrada a Guerra do Paraguai, nessa força de caráter miliciano local, provinda de uma sociedade na qual a militarização cumpria uma necessidade vital, permitindo que a organização e a conscrição militar funcionassem segundo um padrão ditado pelo clima de urgência das necessidades de uma frente permanente de guerra, num típico ambiente de fronteira fluida.

Tradicionalmente, os rio-grandenses estavam empenhados na defesa das fronteiras desde antes da independência de Portugal e tinham composto o grosso das

---

do Sul e de Santa Catarina a proclamarem duas repúblicas independentes do governo imperial. A origem do conflito estava na insatisfação dos proprietários rurais gaúchos que administravam a produção de charque (carne-seca), gado e couro, e foram obrigados a pagar um imposto de 25% sobre essas mercadorias. Por outro lado, as mesmas mercadorias que eram produzidas na Argentina e no Uruguai pagavam uma taxa de impostos muito menor, de 4%.

tropas que haviam empunhado armas pelo Império do Brasil na Guerra da Cisplatina (1825-1828)<sup>94</sup>.

Curiosamente, a região do Império em que mais acentuadamente se mostrava o desenvolvimento de vocações militares era justamente o Rio Grande do Sul, onde os laços com o poder central estavam, vez por outra, enfraquecidos, obedecendo a uma dinâmica própria entre aliados e inimigos partidários do poder central emanado da Corte do Rio de Janeiro. Essa situação singular demonstrava como a resolução das questões platinas internacionais entrelaçavam-se com as lutas internas da política das províncias do Sul e seus países limítrofes: a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

Nesse contexto, saliento que por conta desse modo de vida peculiar “de fronteira” formou-se no sul do Império uma sociedade com características e dinâmicas próprias. Uma destas peculiaridades, creio que uma das principais, foi a formação de uma sociedade guerreira com uma relativa capacidade de mobilização militar. Para se entender a facilidade que se tinha em transformar o peão da fazenda em um soldado, particularmente, de cavalaria, deve-se entender o funcionamento das fazendas e estâncias criadoras de gado e produtoras de couro e charque à época de fins do século XVIII e início do XIX.

Essas estâncias, primeiramente denominadas “Chimarrãs”, nome derivado do gado chimarrão, nascido da reprodução selvagem dos rebanhos introduzidos na região, sobretudo pelos antigos colonizadores espanhóis, exigiam um tipo de trabalho e habilidade do peão muito típica de um ambiente selvagem de guerra, em especial da guerra praticada naquele terreno à época, baseada em choques rápidos de cavalaria, com relativo número de efetivo de combatentes e sem necessidade de qualquer apoio logístico. Viviam-se no campo, montado a cavalo e armado. Nas invernadas, passavam-se meses transportando gado e procurando melhores pastagens, nas sedes das fazendas carneavam-se e tirava-se do gado toda base de subsistência e da economia local.

De fato, o que nos interessa evidenciar nessa análise é que, nesse círculo social, surgiu uma ligação naturalmente necessária entre o estancieiro brasileiro, geralmente um oficial da Guarda Nacional, e seu congênere no Uruguai e na Argentina, um político

---

<sup>94</sup> A Cisplatina foi uma província anexada por Dom João VI ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, em 1816, posteriormente foi incorporada ao Império do Brasil. Em 1828 passou a ser um Estado Nacional independente, o Uruguai.

caudilho local, com este peão que, vez por outra, quando convocado, transformava-se em soldado. Era uma relação de fidelidade pessoal do peão com seu patrão e que mais tarde, no desenrolar da Guerra do Paraguai, provocaria inclusive casos de deserção em massa quando da morte do seu comandante/patrão no campo de batalha, evidenciando que esse soldado estaria ligado não à causa de um determinado Estado Nação e sim ao seu chefe local. Para ilustrar, José Bernardino Bormann (1897) comenta um caso em que o general brasileiro Conde de Porto Alegre mandou prender um comandante de um determinado batalhão da Guarda Nacional e, como ato contínuo, todos os soldados desertaram e seguiram para o Uruguai. O mesmo batalhão, reintegrado mais tarde, conduziu-se com bravura no conflito.<sup>95</sup>

Sobre esse entendimento da guerra e do que seria a nação para esses soldados/peões é revelador o que nos conta Dionísio Cerqueira, jovem alferes do Exército Imperial, baiano, militar de carreira, frequentador dos bancos escolares da Corte do Rio de Janeiro, quando em 1865, travou os primeiros contatos com os contingentes militares do Rio Grande do Sul

De vez em quando, ouvíamos clamar em tom de motejo aos camaradas do norte, quando as lufadas glaciais passavam gemendo: “Mandai, Mãe do Deus, mais alguns dias de Minuano para acabar com tudo que é baiano”. Baiano, para aquela gente simples e boa, era o brasileiro que não nascera na sua província. Para eles o Brasil dividia-se em duas partes: - uma, muito grande e de bons ginetes, a que davam o nome de Província; a outra – a Bahia – pequena, e de gente que não sabia montar a cavalo.<sup>96</sup>

Outra evidência de como essa relação entre as fazendas e estâncias platinas se articulavam com o serviço militar e com a mobilização para a guerra, temos, no caso argentino, o seguinte decreto, de 1815, que ditava que

Todo hombre de campo que no acredite tener propiedades legítimas o tierras de qué subsistir, será reputado sirviente, y obligado a llevar papeleta de conchabo de su patrón, visada cada tres meses por el juez de paz, so pena de declarársele vago y castigado con cinco años de servicio militar obligatorio, o, si no sirviera para ese destino, con dos años de conchabo obligatorio a cargo de un patrón, la primera vez y de diez años la segunda, en caso de reincidencia.<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> BORMANN, José Bernardino. *História da Guerra do Paraguai*. Curitiba: Imprensa Paranaense Editores Jesuíno Lopes, 1897, I vol., p.83.

<sup>96</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980. p. 72.

<sup>97</sup> POMER, León. *Historias de gauchos y gauchisoldados*. Buenos Aires: Libros de Indoamerica, Colihue, 2007, p. 52.

De certo, até meados do século XIX, antes da Guerra do Paraguai propriamente dita, o Brasil interveio, por diversas vezes, na região Platina, seguindo duas orientações previamente estabelecidas pela diplomacia imperial: a livre navegação dos rios da região (estuário do Prata, Paraná e Paraguai) e a existência e integridade territorial do Paraguai e Uruguai em detrimento à hegemonia de Buenos Aires (Argentina).

Nesse sentido, desde a perda da então Província Cisplatina (1828), forças militares brasileiras atuaram na região a mando do poder central da Corte do Rio de Janeiro, como os casos das deposições dos presidentes Manuel Oribe, no Uruguai (1851) e de Juan Manuel de Rosas, na Argentina (1852) ou mesmo através da atuação dos próprios estancieiros gaúchos, muitos deles comissionados como coronéis da Guarda Nacional que, tendo seus interesses econômicos ou políticos contrariados, agiam nas regiões de fronteira, tanto na parte uruguaia quanto nas províncias fronteiriças argentinas de Misiones, Corrientes e Entre Ríos.

Esse livre circular entre os países e províncias da região era facilitado também pelos aspectos físico-geográficos locais, tendo como paisagem natural a Campanha Gaúcha<sup>98</sup> a dominar a maior parte da região. Mesmo com o significativo aumento dos contingentes nesses conflitos citados, persistiam ainda dois importantes elementos da “guerra à gaúcha” presentes, primeiro, o apoio de alguma facção política local, o que facilitava toda a logística necessária à manutenção da tropa pronta para o combate e, por segundo, o fator tempo, ou seja, eram conflitos de curta duração, outra característica que julgo fundamental nesse tipo clássico de “guerra limitada”.<sup>99</sup>

De fato, até a guerra contra o Paraguai, os custos da mobilização foram comparativamente baixos, posto que o governo imperial brasileiro não precisou empregar grande quantidade de recursos e tropas de linha permanentes. Investiu-se basicamente numa armada (marinha de guerra) regionalmente poderosa como elemento de dissuasão.

A utilização da Guarda Nacional, que se confundia com a própria peonada armada das estâncias gaúchas com seus patrões fazendeiros, ocasionalmente chefes militares, e

---

<sup>98</sup> Pampa, Pampas, Campos do Sul, Campos Sulinos e Campanha Gaúcha são termos que se referem à região pastoril de planícies localizada no sul da América do Sul.

<sup>99</sup> Guerra limitada: Campanhas rápidas visam atingir objetivo político ou econômico com o menor desgaste possível. Seria uma modalidade específica de guerra, limitada no tempo e no espaço, com objetivos pontuais claros e bem definidos, geralmente envolvendo um cálculo razoável da relação custo-benefício da escalada do conflito, bastante comum nos séculos XVIII e XIX.



de pequenos contingentes do exército regular, em sua maioria artilheiros e infantess, foram suficientes para exercer a hegemonia imperial na região.

Além disso, com a possibilidade de se contar com aliados nas elites platinas descontentes das regiões em que o Brasil intervinha, a obtenção de tropas e mantimentos tornava-se mais fácil, e as forças responsáveis pela retaguarda não eram comprometidas.

Nesse sentido, como principal administrador das atribuições coercitivas, o poder central da Corte do Rio de Janeiro convocava, vez por outra, os estancieiros gaúchos, através da Guarda Nacional, para auxiliarem nas intervenções relativas à “pacificação do Prata”. Enquanto se tratou de intervenções de curta duração, é certo que o Estado brasileiro pôde contar com o auxílio desses segmentos, já que os custos dessas mobilizações não ameaçavam nem prejudicavam o controle das atividades produtivas baseadas numa economia escravocrata e exportadora.

Assim, até a Guerra do Paraguai, a disposição para cooperar nas ações bélicas no Prata esteve sempre relacionada aos interesses dos estancieiros locais, os quais, dotados de um grau mais elevado de autonomia quanto à tomada de decisões, viviam em atritos, principalmente na fronteira com o Uruguai.

Como exemplo desse duplo papel, tão comum nesse período investigado, apresento a seguir duas imagens que representam a mesma pessoa, se trata de Antônio de Souza Neto, grande proprietário de terras na província do Rio Grande do Sul, que inclusive havia lutado contra o poder central da Corte do Rio de Janeiro, no contexto da Revolta Farroupilha.

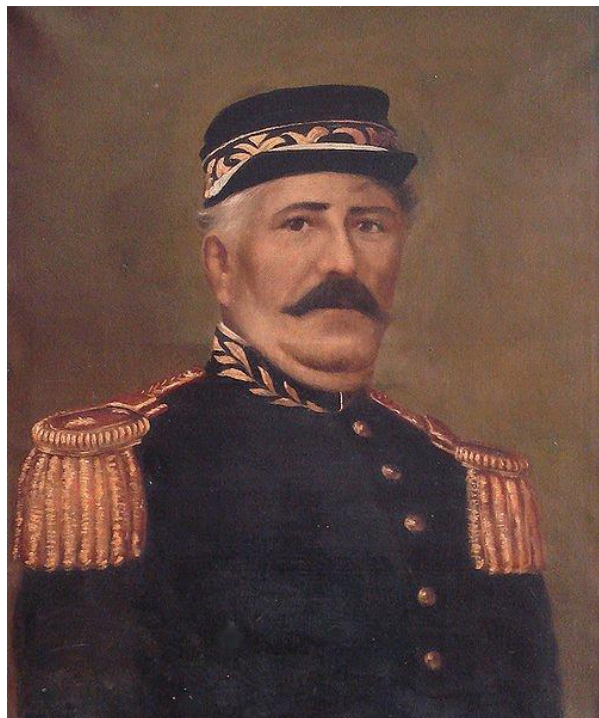
Antônio de Souza Neto era também coronel da Guarda Nacional. Seu posicionamento contra as forças imperiais durante as Rebeliões Regenciais não impediu que ele fosse comissionado como general de brigada durante a Guerra do Paraguai. Servindo ao Império esse general veio a falecer, a 2 de julho de 1866, num hospital de campanha, decorrente aos ferimentos obtidos durante os combates na Batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866).

**Figura 3.** Quadro a óleo do governo do Rio Grande do Sul, retratando **Antonio de Souza Netto** proclamando a República de Piratini contra o poder central do Império do Brasil, no contexto da Revolta Farroupilha.



**Fonte:** Quadro de Antônio Parreiras, acervo jornal Correio do Povo. Porto Alegre, RS (Brasil).

**Figura 4.** O mesmo general **Antonio de Souza Netto**, agora com uniforme do Exército Imperial. Participou de toda a primeira fase da Guerra do Paraguai. Morto em decorrência de ferimentos na Batalha de Tuiuti onde teve destacado papel em defesa do flanco esquerdo do dispositivo brasileiro (1866).



**Fonte:** Quadro de Azevedo Dutra. Museu Julio de Castilhos. Porto Alegre, RS (Brasil).

### **2.1.2 As fases da guerra: entre avanços e retrocessos**

Ao voltarmos nosso olhar para o início do conflito da Guerra da Tríplice Aliança (1864/65), percebe-se que o Paraguai conseguiu uma sequência de rápidas vitórias seguindo também os princípios desse modo de guerrear já apontado que se baseava, entre outras características, na utilização da surpresa, nas ações rápidas da cavalaria, no conhecimento do terreno e no aproveitamento do butim de guerra para alimentação e alojamento das tropas.

Isso se deu tanto no Teatro de Operações Norte, na invasão do Mato Grosso, quanto no Teatro de Operações Sul, na invasão da província argentina de Corrientes e de algumas cidades fronteiriças do Rio Grande do Sul no Império brasileiro.

Nesse contexto, caiu sob imediato controle paraguaio, no ano de 1865, uma boa parte do Sul da província brasileira do Mato Grosso e as vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, além da província argentina de Corrientes.

Analisar essa primeira fase da guerra é perceber as ações pontuais de chefes militares locais, atuando de forma isolada e descoordenada com as forças de resistência dos países invadidos, no caso, a Argentina e o Brasil, apesar dos evidentes episódios de heroísmo relatados à posteridade, como nos casos das resistências brasileiras do Forte de Coimbra e da Colônia Militar de Dourados, em Mato Grosso, ou mesmo da ação dos generais argentinos Wenceslao Paunero e Manuel Lagraña, na tentativa de recuperar Corrientes, em poder dos paraguaios, entre outros esforços conhecidos de barrar o célere avanço paraguaio.

O que não deixa de ser curioso é que ainda nessa primeira fase de ofensiva paraguaia um elemento alheio à guerra gaúcha entrou em cena e decidiu estrategicamente essa 1ª fase do conflito: a força naval e a consequente supremacia dos rios, conquistada pela Armada Imperial, após a decisiva vitória na Batalha Naval de Riachuelo, em 11 de junho de 1865.

Após a derrota de Riachuelo e a Rendição em Uruguaiana, em 16 de setembro de 1865, na qual o exército invasor comandado pelo tenente-coronel paraguaio Antonio de La Cruz Estigarribia rendeu-se com mais de 5.000 soldados, iniciou-se a fase da contraofensiva aliada.

**Figura 5.** Mapa da chamada “Ofensiva Paraguuaia” correspondeu aos anos de 1864 e 1865, quando se deu a invasão da província de Mato Grosso, no Teatro de Operações Norte, e as conquistas das vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana, na província do Rio Grande do Sul e da província argentina de Corrientes.



**Fonte:** <http://historianovest.blogspot.com/2009/07/guerra-do-paraguai-briga-entre-hermanos.html>

No entanto, devemos salientar que apesar do grande esforço e dos recursos empregados nessa nova fase da guerra, nunca vistos até então na região, nota-se que a maioria dos comandantes militares que irão dar continuidade às operações militares serão os mesmos chefes, patrões, estancieiros, caudilhos e coronéis da Guarda Nacional e alguns poucos generais em comissão (brigadeiros), inseridos na mesma ótica e ética da aqui qualificada “guerra à gaúcha”.

Foi nessa fase a corriqueira denúncia de ambos os lados da utilização da “degola”, tão comum à época e tão natural à falta de um serviço eficiente de prisioneiros de guerra e da ausência de leis e regulamentos militares. Para termos uma ideia do esforço que o Império despendeu nesse período singular é interessante verificar a seguinte tabela dos gastos do governo à época do conflito:

**Tabela 1.** Percentagem dos Gastos com o Ministério da Guerra nas Despesas Gerais do Império (1863 - 1870)

1863-1864	21,94%
1864-1865	32,79%
1865-1866	49,56%
1866-1867	45,06%
1867-1868	45,15%
1868-1869	41,89%
1869-1870	42,30%

**Fonte:** CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira Orçamentária do Império no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980, p. 402-462.

Com a formalização da chamada Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai), em 1º de maio de 1865, e com a contenção dos ataques paraguaios no Teatro de Operações Sul, visto que a campanha militar no Mato Grosso obedeceu a uma outra dinâmica, iniciou-se a marcha rumo ao território paraguaio sentido Sul-Norte, facilitado pelo retraimento das tropas de Lopez para o interior de seu país.

A invasão do Paraguai propriamente dita iniciou-se no ano de 1866, tendo os Aliados subido o curso do rio Paraguai, a partir da vila de Passo da Pátria. A primeira posição a ser tomada foi o Forte de Itaipuru. Após a ocupação de Passo da Pátria, em 23 de abril de 1866 e a Batalha de Estero Bellaco, em 2 de maio de 1866, as forças aliadas acamparam nos pântanos de Tuiuti, em 20 de maio de 1866, onde sofreram um grande ataque paraguaio quatro dias depois.

Analisar essas diferentes batalhas sobre o enfoque que estamos procurando evidenciar no presente capítulo é observar como os elementos que caracterizam esse modo de fazer a guerra estavam evidentes nesses entreveros, tendo, no entanto, um elemento novo que irá desestabilizar todo esse modelo vigente: o aumento considerável do efetivo em combate.

A falta de experiência de se organizar e de se colocar em marcha eficazmente um grande exército composto de três nações irá fazer com que epidemias, fome, falta de cavalos, de uniformes e calçados, entre outros problemas logísticos, sejam comuns na condução do conflito, pagando-se um preço caro em vidas por tais erros e condutas. Ricardo Salles (1990), ao comentar esse período da guerra, discorre que

Nos primeiros meses do conflito, o grosso do contingente era composto por gaúchos que formavam os corpos de cavalaria. O estilo caudilho de guerrear, que, aliás, já era uma marca do próprio comandante das tropas brasileiras, Osório, caracterizava-se pela improvisação no que diz respeito às provisões de guerra; vivia-se do terreno.<sup>100</sup>

O que se percebe é que ao adentrar em território paraguaio essa grande massa de combatentes acabou tendo que enfrentar uma nova realidade da guerra nessa região: a terra arrasada, os entrenchamentos e a guerra de posição, pois até então, como salientamos, os conflitos nessa região tinham sido de curta duração, com uso predominante de cavalaria e artilharia em batalhas campais decisivas.

Após a Batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, maior batalha campal que já existiu até hoje na América do Sul e que envolveu cerca de 50.000 combatentes de ambos os lados, vencida pelos Aliados, muitos foram os críticos à inércia evidenciada pelas tropas aliadas devido ao não prosseguimento em aproveitamento do êxito após o triunfo, rumo ao Norte, em direção aos fortes de Curuzu e Curupaiti, o que possivelmente destruiria o restante do Exército Paraguaio que se encontrava em retirada.

Na verdade, não havia cavalos para realizar qualquer manobra, a linha de abastecimento logístico aliada estava em seu limite operacional, havia problemas com fornecedores de toda ordem, falta de pagamentos de soldos, divergências entre os chefes militares, entre outras questões, o que evidenciava o estado de coisas e demonstrava como a marcha até ali tinha sido realizada a duras penas.

---

<sup>100</sup> SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 124.

De fato, até a região de Tuiuti, entre vitórias e derrotas, prosseguiu a marcha dos exércitos em sua direção geral, mas não no ritmo e velocidade que se esperava. Nas palavras do comandante em chefe do Exército Aliado, o presidente argentino Bartolomeu Mitre, que inclusive era o proprietário do principal jornal de Buenos Aires, o *La Nación*: “em vinte e quatro horas estaremos nos quartéis, em duas semanas em Corrientes, e em três meses, em Assunção”.<sup>101</sup>

No entanto, o que se viu na sequência dos combates rumo a conquista da capital paraguaia, Assunção, foi uma fragorosa derrota das forças aliadas na Batalha de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, cabendo aqui uma citação extraída do livro “Maldita Guerra”, de Francisco Doratioto (2002) sobre como se deu esse ataque:

Segundo testemunho paraguaio, os aliados avançavam com vistosos uniformes e bandas de música, para cadenciar o avanço de infantaria; os oficiais montavam cavalos e, devido a seus “reluzentes uniformes de gala”, constituíram em alvos fáceis para os atiradores paraguaios. “Era impressionante vê-los avançar com muita galhardia, como se fossem para uma festa ou um desfile militar”, causando a impressão de estarem seguros da vitória.<sup>102</sup>

Foram quase 5.000 baixas aliadas, entre mortos e feridos e apenas 50 do lado das forças paraguaias que se encontravam entrincheiradas, na posição defensiva. Essa importante derrota acabou levando a uma estagnação de toda frente de combate e a sucessivas desavenças entre as lideranças argentinas, brasileiras e uruguaias. Essa discórdia interna levou a se repensar toda a condução da guerra, bem como foi posta em dúvida a capacidade de comando do presidente argentino, o general Bartolomeu Mitre, quem era efetivamente o comandante supremo dos exércitos dos três países. Outros fatores também contribuíram para esse desastre militar aliado, que a seguir enumeramos:

1) antes do ataque propriamente dito, os aliados aceitaram a conferência de Iataiti-Corá, proposta por Solano Lopez, típica reunião entre chefes caudilhos, onde se reuniram o argentino Bartolomeu Mitre, o uruaio Venâncio Flores e o paraguaio Solano Lopez (os brasileiros não enviaram representante para reunião, dizendo-se desautorizados pelo Imperador e pelo Tratado da Tríplice Aliança), o que de fato concedeu tempo às forças paraguaias para fortificarem ainda mais Curupaiti;

---

<sup>101</sup> THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968, p. 54.

<sup>102</sup> DORATIOTO, Francisco F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 243.

2) existiam sérias divergências entre os principais líderes e representantes do Exército Aliado, os generais Mitre (argentino), Venâncio Flores (uruguaio) e os generais brasileiros Conde de Porto Alegre e Polidoro e o almirante Marquês de Tamandaré. Interessante notar que além de gaúchos de nascimento, Porto Alegre e Tamandaré eram primos, ou seja, excetuando o general Polidoro Jordão, Visconde de Santa Teresa, todos os outros poderiam ser enquadrados nessa perspectiva do pensamento de guerra à gaúcha, na compreensão intelectual da “arte da guerra”;

3) desconhecimento do terreno por parte das forças aliadas (não existiam mapas, nem cartas topográficas das regiões paraguaias);

4) não houve o aproveitamento efetivo da marinha no ataque principal o que poderia se caracterizar como uma eficaz operação combinada; e

5) a preferência tática por um ataque frontal defronte uma posição defensiva sem a utilização do flanqueamento ou envolvimento das forças paraguaias fortificadas em Curupaiti.

### **2.1.3 A chegada do Marquês de Caxias e a reorganização da logística militar**

Se analisarmos todos os cinco anos do conflito, fica evidente que a derrota de Curupaiti pôs em suspensão todo o desenvolvimento da guerra, desde seu comando, sua condução, até seus motivos e as razões para a sua continuidade.

Diversos acontecimentos se precipitaram decorrentes desse momento: o comandante das forças uruguaias, o general Venâncio Flores, se retirou da guerra, explodiram rebeliões em várias províncias argentinas, forçando o Comandante em Chefe do Exército Aliado, o general argentino Bartolomeu Mitre, a também se retirar do *front* com mais de 5.000 soldados para tentar conter a guerra civil que se instalara em seu país, e, em 10 de outubro de 1866, o Império brasileiro nomeia o então Marquês de Caxias como novo comandante das tropas brasileiras.

Em 17 de novembro de 1866, Caxias chega ao Forte de Itapiru, em Passo da Pátria, no Paraguai. O comandante da Esquadra Brasileira, a pedido de Caxias, também foi trocado, saiu o almirante Tamandaré e assumiu o vice-almirante Joaquim José Ignácio,



Visconde de Inhaúma. Deixemos o próprio Marquês de Caxias contar-nos como encontrou o Exército em Campanha em relatório ao Ministro da Guerra do Brasil:

O 1º Corpo de Exército ocupava Tuiuti e o 2º Corpo Curuzú. Cavalos só cerca de 3.000 e em mau estado. A Cavalaria do 2º Corpo estava a pé. Não havia carros e bois de carretas para qualquer movimento. Os dois Corpos de Exército pareciam de países diferentes tal as disparidades que apresentavam. Era preciso centralizar tudo. E isto demandava tempo... Cumpro o dever de lealdade declarando que em todo este trabalho sempre fui perfeita e completamente auxiliado pelo governo (Gabinete Liberal) de quem recebi as maiores provas de confiança que era possível receber. Assim correram as coisas nos primeiros 14 meses.<sup>103</sup>

De fato, evidencia-se que nessa fase do conflito, a organização militar ainda obedecia ao padrão precário das lutas dos estancieiros e caudilhos do Sul do Brasil e da região Platina como um todo. Entretanto, o contingente empregado era tão numeroso que não se podia viver do terreno, isto é, do saque, em território conquistado ou de ajuda de algum aliado de ocasião. Esses chefes militares, caudilhos e oficiais da Guarda Nacional com experiência de comando de tropas de pequenos efetivos ou de grupos e esquadrões de cavalarianos armados, muitos desses, seus próprios peões e capatazes de fazendas, viram-se às voltas com as complexidades logísticas de organização de um grande contingente militar, de questões médico-sanitárias, confecções de complexos mapas dos terrenos inexplorados, de comércio nos acampamentos, entre outras demandas que uma guerra moderna para os padrões da época exigiam.

Somente com a chegada do Marquês de Caxias - o general de maior experiência militar e prestígio no Império – ao teatro de operações em 1866 é que se passou a ter uma atenção sistemática para os aspectos organizacionais do exército em campanha, rompendo diversos paradigmas da época, inovando em táticas e estratégias militares, utilizando-se, inclusive, de experiências e tecnologias conhecidas das guerras mais recentes, como por exemplo, a Secessão Americana (1860-65) e a da Criméia (1853-56). Procurando dar um panorama do que Caxias encontrou ao chegar no *front*, Vitor Izecksohn (1997) arremata:

O ano de 1867 se constituiu num momento extremamente difícil para a condução da guerra contra o Paraguai. As tropas que haviam empreendido a primeira etapa daquela campanha encontravam-se imobilizadas numa região pantanosa. Seus aliados argentinos, em sua quase totalidade, haviam se retirado do teatro de operações em decorrência das revoltas então latentes nas províncias de Corrientes e La Rioja, transferindo toda a responsabilidade pelas ações em território inimigo às forças brasileiras, uma vez que tropas aliadas

---

<sup>103</sup> *Annaes do Senado do Império do Brasil*. Segunda Seção, em 1870, da 14ª Legislatura, de 1 a 31 de julho. Vol. II, p. 37.

(Uruguaias), além de inexpressivas haviam sido numericamente dizimadas na Batalha de Tuiuti (24/05/1866). O moral das tropas era baixo e o descontentamento começava a ser refletir na imprensa da Corte, nos discursos dos parlamentares de oposição e na ameaça, sempre presente, de rompimento da Aliança.<sup>104</sup>

A derrota em Curupaiti, pensada como ponto de inflexão da guerra, influenciou inclusive no recrutamento de combatentes para o conflito. Se no início da guerra coube à província do Rio Grande do Sul o maior número de combatentes, a partir de 1867, essa participação cairá bastante. Regiões mais distantes da área do conflito, como o Norte e o Nordeste do Império, contribuíram durante os anos de 1867 e 1868 com a maior parte das tropas enviadas ao Paraguai. Províncias como a Bahia, Pernambuco e Minas Gerais recrutaram muito mais que aquelas normalmente acostumadas às convocações guerreiras, atestando o desgaste proporcionado pela guerra e a consequente necessidade de se dar à campanha uma dimensão de esforço mais nacional.

Mas, foi na parte da tática e da estratégia militar, do apoio logístico e do uso de novas tecnologias que o comando do Marquês de Caxias rompeu com o impasse que se criou. De certo, a guerra de posições, à base de trincheiras e melhoramentos do terreno, através da construção de pontos fortificados, foi a eficiente resposta que o comandante paraguaio Solano Lopez deu à guerra à gaúcha dos primeiros anos do conflito.

No entanto, foram os flanqueamentos realizados pelas tropas aliadas, sob o novo comando, que, em última análise, cortaram a rede de apoio logístico e de comunicações dos paraguaios, forçando-os a várias batalhas que sucessivamente foram destruindo o Exército Paraguaio. Essa análise das táticas e estratégias militares adotada por Caxias tanto vale para a ocupação da Fortaleza de Humaitá, quanto para a linha fortificada de Piquissiri, dois pontos estratégicos da defesa paraguaia, que protegiam sua capital, a cidade de Assunção.

Caxias percebeu que a derrota de Curupaiti, a longa duração da guerra e as condições climáticas e do terreno em que eram travados os combates comprometeram diferentes aspectos do exército no teatro de operações. Assim, reorganizou a tropa em novas brigadas e batalhões, recompondo-a em efetivos e armamentos; treinou, mesmo sob fogo inimigo, civis recém-alistados, bem como ex-escravos, libertos sob a condição de lutarem na infantaria; disciplinou a tropa; comprou cavalos e animais de tração e

---

<sup>104</sup> IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia. A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1997, pp. 24-25.

melhorou as condições de higiene dos soldados, reduzindo a grande mortandade decorrente de doenças infecciosas como a cólera, a malária e a disenteria.

Realizou obras adicionais de defesa, transformando o acampamento de Tuiuti em verdadeira posição defensiva aliada, criando sólida base da qual poderia, mais tarde, promover ações ofensivas. Enquanto aguardava a chegada do reforço do 3º Corpo de Exército Brasileiro, que estava sendo organizado pelo general Osório, no Rio Grande do Sul, mapeou a localidade em volta de Tuiuti e identificou as posições inimigas.

Com essa finalidade, tomou a iniciativa pioneira, antes só promovida durante a Guerra Civil Norte-Americana, de utilizar dois balões cativos, apesar do trabalho de observação ter ficado comprometido pelos nevoeiros constantes e, ainda, pelas inúmeras fogueiras que os paraguaios faziam para dificultar a visão de suas posições.

Caxias também se preocupou com os serviços médicos e as condições de vida nesse grande acampamento em Tuiuti. Foi reorganizado o serviço de hospitalização, disponibilizando ambulâncias para socorrer os feridos; forneceu ainda à tropa vestuário apropriado ao clima paraguaio; melhorou a alimentação e as condições de higiene no acampamento.

Para se ter uma ideia, no que tange à questão sanitária da tropa brasileira, Caxias encontrou, desfalcada pelo combates e doenças, 1/3 do efetivo que contava ao transpor o Rio Paraná, apesar dos reforços de recrutas que recebera nesse período. Impressionava o número de militares enfermos e, logo, o novo comandante ordenou que uma comissão de saúde especial, comandada pelo coronel Pinheiro Guimarães os inspecionasse. Em 15 dias, dois mil falsos doentes, aptos para o serviço militar, foram despachados para o acampamento em Tuiuti.

A organização proposta pelo novo comando centralizado brasileiro chegava aos detalhes. Quando o exército esteve acampado em Tuiuti, os “comerciantes” que o seguiam eram tão numerosos que formavam uma pequena cidade. Adotou-se algumas medidas para organizar a presença desses comerciantes nos acampamentos militares. Na Ordem do Dia, de 26 de novembro de 1867, Caxias determinou que fosse criado um corpo com a denominação de Voluntários do Comércio. Essa tropa seria composta pelos comerciantes estabelecidos nos acampamentos, havendo um para cada quartelão, diretamente subordinados ao inspetor de polícia do campo. Assim, os próprios

comerciantes, acrescido de todos que seguiam o exército de campanha, ficavam encarregados de defender suas propriedades por ocasião dos combates.

No ano seguinte, em 1868, baixou novas instruções para ordenar a presença desse comércio entre a tropa. Os acampamentos militares e as unidades de marcha em deslocamento ficariam assim: primeiro, vinha um Corpo de Exército; em seguida, a Pagadoria e o Corpo de Transporte; depois vinha o segundo Corpo de Exército; seguiam-se as Bagagens; depois, o Transporte e o Fornecimento; por fim, o Comércio.<sup>105</sup>

Foram 14 meses de reorganização, mas, outro exército emergiu naquele conflito, feito nos campos de batalha do Paraguai. Sob o comando do Marquês de Caxias uma série de paradigmas e procedimentos até então adotados comumente nas lutas platinas vão cair em desuso nessa campanha para, só a partir daí, o Exército Aliado marchar como um corpo organizado rumo à conquista de Assunção.

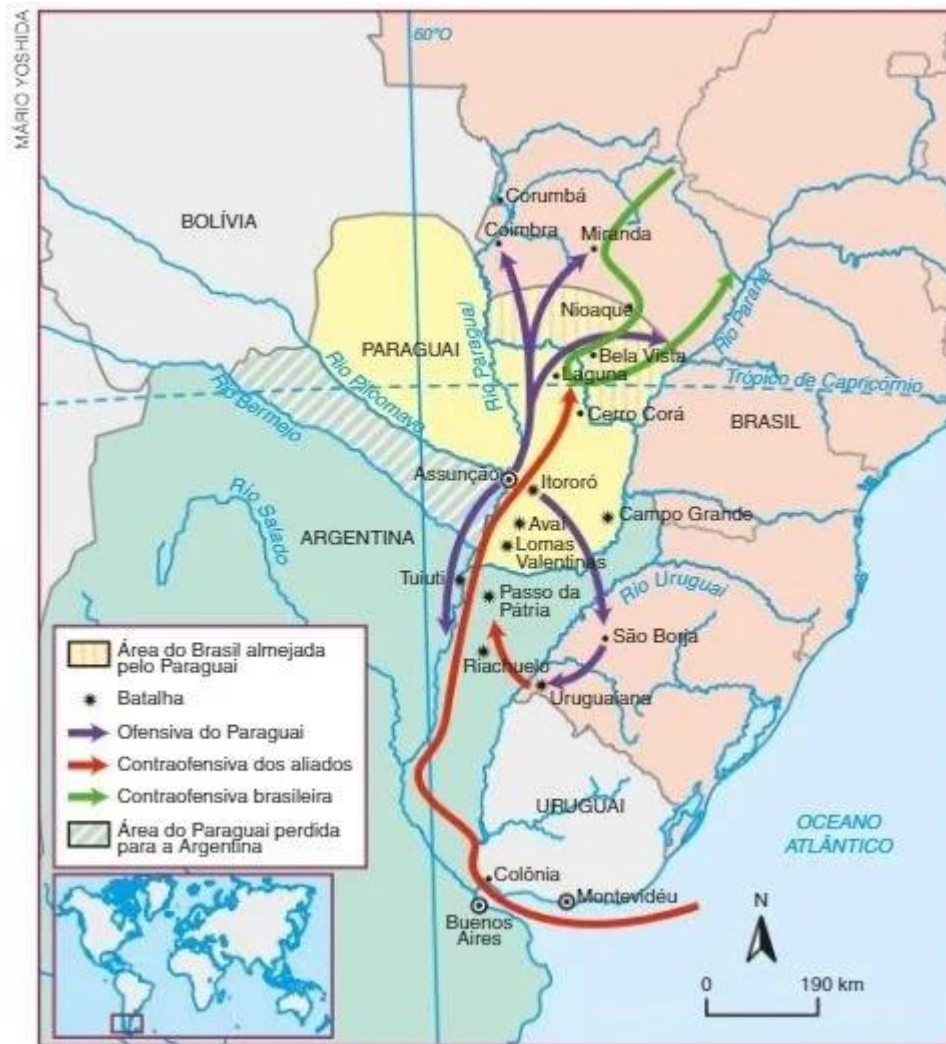
Ao estudarmos essa guerra fica evidente que a campanha do Paraguai requereu um grande esforço por parte das autoridades brasileiras, ultrapassando inclusive as questões político-partidárias do Império. A manutenção da tropa e do equipamento exigiu uma completa mudança nos métodos de guerrear. Foi necessário um cuidado com o abastecimento e com as questões logísticas como um todo. Pelas circunstâncias, o Estado Imperial e o Comando do Exército viram-se obrigados a montar uma poderosa máquina administrativa para dar conta destas novas missões.

É perceptível, nesse contexto, que as guerras “limitadas” da região Platina não puderam suprir essa nova complexidade que o conflito com o Paraguai trouxe consigo. Foi preciso, de fato, uma mobilização total dos recursos humanos, econômicos e tecnológicos, particularmente do Brasil e do Paraguai, de modo a anular a capacidade de retaliação do adversário, evidenciando assim que características de uma “guerra total” já puderam ser percebidas nesse grande conflito bélico que envolveu os países da região.

---

<sup>105</sup> Caxias, Duque de – Luís Alves de Lima e Silva. *Campanha do Paraguai*. Coleção Caxias. Diários do Exército em Operações. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

**Figura 6:** Mapa da Campanha do Paraguai nos dois Teatros de Operações, Norte e Sul.



**Fonte:** Acervo Digital da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, Brasil):  
<https://atlas.fgv.br/marcos/guerra-do-paraguai/mapas/conflitos-na-bacia-do-prata-1850-1867>

Esse caráter totalizante do conflito remete-nos a observá-lo em todo o corpo e instituições sociais, principalmente nesse lugar tão especial que mobiliza e direciona vontades: a imprensa.

Ao refletirmos sobre a capacidade de mobilização que os periódicos desempenharam no Brasil durante a guerra, percebemos dois diferentes grupos de público leitor: aqueles que tinham boas condições financeiras, alfabetizados, e que compravam seus periódicos regularmente e os pertencentes às camadas mais baixas, de menor renda, os “desafortunados” que ouviam as manchetes pela boca do vendedor de jornais.

Entretanto, a maioria acabou sendo convencida pelas passeatas e comícios realizados nas ruas mais movimentadas da Corte e nas principais cidades das províncias do Império, sendo a imprensa uma parte importantíssima do trabalho de arregimentação de pessoal para a guerra, porque foi ela quem teve o encargo de criar sentidos tanto para a mobilização como para a desmobilização no pós-guerra.

**Figura 7.** “A Rendição de Uruguaiana” fez parte de uma série de litografias baseadas em alguns quadros a óleo existentes no Brasil no pós guerra, a partir de 1870, publicadas no jornal *A Vida Fluminense*, denominada “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Em primeiro plano encontra-se o Imperador D. Pedro II e todo seu estado-maior, acompanhado do presidente argentino Bartolomeu Mitre e do presidente uruguaio Venâncio Flores, aceitando a rendição do coronel paraguaio Estigarribia.



**Fonte:** Pedro Américo (1843-1905), *A rendição de Uruguayana*. Litografia baseada em óleo, desenho de Ângelo Agostini, do jornal *A Vida Fluminense* Of. Litográfica, Alf. Martinet litógrafo, 50,50 x 68 cm (aprox.). Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

Aliás, esse papel de “dar voz” aos interesses de um projeto nacional brasileiro já acompanhava o discurso dos principais jornais, em especial, alguns editados na Corte do Rio de Janeiro. Em meio ao processo de consolidação do Estado nacional, os periódicos foram dignos representantes do pensamento político da camada dirigente.

Nessa linha de pensamento Roger Chartier (1990)<sup>106</sup> nos alerta de que não existe um texto fora do suporte que lhe permita ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito ou de uma imagem, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais ele atinge o leitor.

Desse modo, o princípio do discurso ideológico é o de “alcance”. Quanto maior é o grupo atingido por uma narrativa, maior é sua força. É uma percepção de base estatística, e não filosófica. Para que o discurso ideológico venha a surtir efeito é preciso que as ideias de um grupo social, de uma instituição ou de um governo, se tornem as ideias de todos os membros da sociedade ou de um país ou de um grupo de países (como foi a Tríplice Aliança), que todos, ou sua maior parte, se identifiquem com elas e se sintam, minimamente, pertencentes a esse sistema de valores.

Assim, ainda em 24 de outubro de 1850, ante as primeiras intervenções brasileiras no Uruguai e na Argentina, comandada por Juan Manuel Rosas, nos conflitos que antecederam a Guerra do Paraguai, o *Jornal do Commercio* publicava um “desafio” à população do Rio Grande do Sul:

“[...] corre-vos nas veias o sangue, bate em vossos peitos um coração brasileiro? Eis por que a guerra é inevitável [...] Se sois brasileiros dignos desse nome, uni-vos ao governo do vosso paiz perante as complicações externas.”<sup>107</sup>

Foi esse mesmo jornal, anos mais tarde, em sua edição de 9 de janeiro de 1865, que publicou o Decreto nº 3.371, convocando os Guardas Nacionais e criando Corpos de Voluntários da Pátria, quando então a população tomou conhecimento daquele instrumento legal para quem se dispusesse a “lavar a honra ultrajada do país”:

Atendendo às graves e extraordinárias circunstâncias em que se acha o país e à urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do Corpo Legislativo, todas as providências para a sustentação no exterior da Honra e Integridade do Império; e tendo ouvido o meu Conselho de Ministros, hei por bem decretar:

Art. 1º - São criados, extraordinariamente, Corpos para o serviço de guerra, composto de todos os cidadãos maiores de 18 e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo declaradas.

Art. 2º - Os voluntários que não forem Guardas Nacionais terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exército, mais 300 réis diários e a gratificação

---

<sup>106</sup> Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>107</sup> *Jornal do Commercio*, de 24 de outubro de 1850.

de 300\$000, quando derem baixa, e prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas. [...] <sup>108</sup>

Sentidos mobilizadores foram disseminados no tecido social, propiciando que setores não só populares se dispusessem a partir para a guerra sob o argumento da salvação da Pátria, como também por vislumbrar a possibilidade de obter vantagens, prestígio social e até conquistar a liberdade, no caso dos negros escravos.

Apesar desse papel assumido pela imprensa como instrumento mobilizador na eclosão do conflito, com a prorrogação da guerra, as contradições existentes na sociedade brasileira se tornaram evidentes, principalmente seu sistema escravista e excludente de boa parte da população que, cada vez mais, foi convocada para cobrir as baixas dos exércitos em campanha. Pior que isso foi o desânimo que abateu a nação, devido ao grande número de mortes, da lentidão das operações e de alguns reverses das forças aliadas. É nesse contexto que a guerra também se desenvolveu dentro das redações e tipografias dos principais periódicos brasileiros.

## **2.2 Os periódicos brasileiros nos difíceis anos de guerra**

Para o nosso trabalho, especificamente, é importante salientar que em meados do século XIX, ocorreu uma relativa redução no número dos impressos, tipo pasquins, em circulação, como consequência da introdução de novas técnicas de produção e de uma visão empresarial de se dirigir um jornal mais ajustada à época, que pouco a pouco se consolidou nas redações dos principais periódicos no país.

Nesse contexto, a partir de 1850, a crescente instabilidade e a posterior guerra na região Platina, trouxe consigo o tema da política internacional e sua abrangência nacional para o cotidiano das pessoas, para as conversas do dia a dia e por conseguinte para a imprensa da época que influenciou e foi influenciada, refletiu e propagou essas notícias para todo o Brasil e para o mundo.

Em meio a intensa cobertura da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864 – 1870) essa mesma imprensa, mais profissional, rendeu-se a mais nova tecnologia na informação, a cobertura visual do conflito, utilizando a técnica da litografia <sup>109</sup> a partir

---

<sup>108</sup> *Idem*, de 9 de janeiro de 1865.

<sup>109</sup> Litografia - É uma técnica de gravura, um método de impressão a partir de imagem desenhada sobre base, em geral de calcário especial, conhecida como pedra litográfica. A base dessa técnica é o princípio da repulsão entre água e óleo. Atualmente são usadas como matrizes chapas de metal, embora a litografia



de fotos, e a reprodução de esboços de desenhos e mapas enviados pelos diferentes correspondentes que se encontravam na frente de combate na tão distante bacia do Prata.

É nesse cenário que surgiram jornais especializados na cobertura visual das notícias e que tiveram forte atuação política durante a Guerra do Paraguai, entre eles, destacamos a *Semana Illustrada*, fundada em 1860, pelo emigrante prussiano Henrique Fleiuss, produzido na Corte do Rio de Janeiro, capital do Império.

A partir da observação dessa complexa cobertura jornalística durante o conflito é possível verificar a existência de uma relativa liberdade de expressão, com ausência de censura sobre o exercício da atividade dos editores e donos de jornais. Inexistência normativa e formal de censura, mas não de influência por parte dos governos e políticos que se revezavam no poder no período estudado.

Essa situação seria de fato, na opinião da época, da ação pessoal do Imperador brasileiro, que por seguidas vezes, teria se recusado a promulgar leis ou decretos que restringisse a liberdade de imprensa, apesar do estado de excepcionalidade que uma guerra daquelas proporções trouxera para o país<sup>110</sup>.

Um editorial do jornal paulista *O Cabrião*, publicado em 15 de setembro de 1867, na edição 49, é sintomático nesse sentido:

Estamos arranjados!

Em relação à guerra está determinado que não há meio de chegar a um fim senão por meio de paz vergonhosa.

O governo reconhece: – que a esquadra encouraçada é inútil – que o exército de terra não pode e não deve afrontar as estacadas e baterias que resguardam o inimigo – e ainda mais, que os Estados Unidos torcem o nariz e fazem cara feia com o estipulado no tratado da tríplice aliança.

Por outro lado o governo esconde tudo isto: procura abafar com panos quentes as intrigas e ódios argentinos que desmantelam a aliança: come com farinha as humilhações por que passam os generais brasileiros: e gritam depois – que se há perigos para a causa nacional a culpa é da nação, que não tem patriotismo! [...]

[...] O Brasil não é um feudo; é nação soberana: pensa, quer, manda, julga, premia, condena e castiga.

---

artística clássica seja toda ela sobre pedra. No início do século XIX foi bastante utilizada para impressão de documentos, rótulos, cartazes, mapas, jornais etc. Ela pode ser impressa em plástico, madeira, tecido e papel.

<sup>110</sup> SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996, p. 39.

Venha pois a paz vergonhosa, se é esse o único resultado dos tamanhos sacrifícios feitos pelo país e não aproveitados pelo governo; venha ela; mas que acompanhe-a de perto o tremendo castigo aos que a prepararam.<sup>111</sup>

Aproveitando dessa liberdade de imprensa, alguma das vezes, escondidos sob o anonimato ou pseudônimos, editores, articulistas, correspondentes de guerra, militares ou não, escreviam como queriam, principalmente quando a matéria estava relacionada às mazelas na condução do conflito, às mortes, fome e doenças que faziam parte do cotidiano nos campos de batalha.

Por outro lado, é também revelador o testemunho do então capitão Benjamin Constant, em carta de Corrientes, a sua esposa, em 03 de outubro de 1867, evidenciando a existência da preocupação que muitos correspondentes tinham em passar informações para o Império e seus periódicos, de boas notícias sobre o conflito, nem sempre verdadeiras:

[...] e os jornais não de dizer que aqui os doentes e feridos são muito bem tratados e etc. Desgraçadamente temos aqui uma caterna de infames aduladores que em suas correspondências para nossas folhas diárias procuram de modo o mais miserável iludir a boa-fé do povo só para servirem a seus interesses particulares.<sup>112</sup>

A própria imprensa brasileira de época noticiava esse “jogo de interesses”. Na imagem a seguir retratada, D. Pedro II enquanto equilibra uma balança de “liberais” e “conservadores”, os dois partidos políticos brasileiros, aponta para Humaitá, fortaleza estratégica às margens do rio Paraguai. Sob os dizeres “Quem não é pelo Brasil, é contra o Brasil”, clamava aos habitantes um total empenho na salvação da pátria, ferida em seus brios pelo despotismo:

Na balança do patriotismo pesam igualmente em tais circunstâncias as idéias divergentes dos partidos; ressentimentos pessoais, dissidências intestinas, tudo acaba e se dissipa; um só pensamento deve brilhar em todos os espíritos, um único sentimento animar todos os corações: A glória do Brasil, o triunfo da honra e da dignidade nacional. Brasileiros, união, concórdia! Salvemos o grande império do Brasil!<sup>113</sup>

Seguia-se, nesse contexto emaranhado de interesses particulares, um importante aspecto: quando o Partido Liberal estava no poder, os periódicos que representavam suas ideias, reforçavam o discurso da guerra e atacavam os membros do Partido Conservador, quase sempre acusando-os de não se empenharem no esforço patriótico no apoio à

---

<sup>111</sup> *O Cabrião*, em 15 de setembro de 1867.

<sup>112</sup> LEMOS, Renato. *Cartas da guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN, 6ª Superintendência Regional, 1999, p. 96.

<sup>113</sup> *A Semana Illustrada*, de 25 de junho de 1865.

condução do conflito, todavia, quando da ascensão do Partido Conservador ao poder, passava-se o contrário, condicionado ainda, se o comando das operações de guerra estivesse com chefes militares ligados a esse ou àquele partido. Tudo isso se refletia na imprensa e nos diferentes periódicos em circulação no Império brasileiro.

**Figura 8.** “Quem não é pelo Brasil, é contra o Brasil”



Quem não é pelo Brasil, é contra o Brasil.

Diante de um inimigo feroz, que invade nosso território, que tala nossos campos, que exerce toda a sorte de crueldades, não há, nem deve haver duas opiniões.

Em face de um tyranno, que esprezenda a grande America meridional, as paixões nacionaes desaparecem, odios e rivalidades mesquinhas fundem-se em uma só aspiração. "Guerra a Despotismo."

Quem não pugna pela honra da nação e inimigo da patria; quem, em frente das hostes estrangeiras não abraça o adversario politico não ama o seu país, menospreza os laços da familia, e desconhece seus proprios interesses.

Na balança do patriotismo pessão igualmente em taes circumstancias as idéas divergentes dos partidos; resentimentos pessoais, desidencias intestinas, tudo acaba, e se dissipa: um só pensamento deve brilhar em todos os espiritos, um unico sentimento animar todos os corações. "A gloria do Brasil, o triumpho da honra e da dignidade nacional."

Brasileiros, união, concordia! Salveaos o grande Imperio do Brasil!

**Fonte:** *A Semana Illustrada*, em 25 de junho de 1865.

As capitais das províncias, em nível regional, eram os centros nervosos desses debates, e a Corte, onde se tinham representantes políticos de todo o Império, era o epicentro de todo esse esforço de guerra que se refletia na imprensa, no qual se descortinava o palco dessas disputas políticas.

Por conta disso, havia uma intensa circulação de notícias que eram transcritas de jornal para jornal. Da Corte saíam várias matérias que eram publicadas nos jornais das províncias, mas, também havia a publicação de província para província, assim como, transcrições de notícias vindas de jornais do exterior e para o exterior, notadamente, para

Lisboa, capital portuguesa, sendo esta cidade a porta de entrada para Europa das notícias vindas da América. É nesse cenário que jornais como o *Jornal do Commercio*, com apoio do governo e com uma eficiente rede de circulação, pôde servir-se de porta-voz de uma narrativa oficialista do Império que se espalhou para todo Velho Continente.

Nessa perspectiva, em 1866, quando o grosso do Exército Aliado já estava efetivamente em combate, era recorrente em vários jornais a publicação de falecimentos e atos de heroísmo praticados em campanha, tendo como fonte primária o *Jornal do Commercio*, como podemos notar, no jornal *A Imprensa*, da província do Piauí, distante a mais de 2.500 Km, por mar, do Rio de Janeiro:

Faleceu nos Campos de Uruguaiana o capitão Xilderico Cícero de Alencar Araújo, pertencente ao Corpo de Guarnição desta Província [...] Marchando para a campanha com o Corpo a que pertencia, levou em sua companhia 5 filhos, deixando em Oeiras sua esposa e 7 filhos que se acham em desamparo pela perda daquele que tudo sacrificou para correr em defesa da Pátria ofendida.<sup>114</sup>

[...] Segundo informações fidedignas (extraídas do *Jornal do Commercio, da Corte*) portaram-se heroicamente o Cel. José Antonio da Silva Guimarães e o Ten. Cel. José Lustosa da Cunha comandante, do 24º de Voluntários.<sup>115</sup> (grifo nosso)

Além dessas informações serem remetidas pelos próprios militares, na forma de correspondentes de guerra, por vezes, os editores dos periódicos obtiveram informações através de cartas particulares enviadas do *front* aos familiares dos militares, “[...] O capitão Fábio Lustosa da Cunha e o tenente José Messias de Araújo, filhos de Parnaguá, foram este ferido e aquele contuso nos combates de 16 e 18 de julho, **segundo vimos de uma carta particular.**”<sup>116</sup> (grifo nosso)

Particularmente nas províncias do Norte, pela questão geográfica, de estarem mais longe do teatro de operações, as notícias da guerra geralmente vinham de transcrição de outros jornais, em sessões intituladas: “Notícias do Sul”, onde se procurava fazer um resumo informativo dos últimos acontecimentos, cuja fonte era, em grande parte, fruto da transcrição de outros jornais do sul: “Rio da Prata, lê-se no *Jornal do Commercio*, de 1º do corrente: Ainda não tinha o governo argentino conseguido organizar e reunir em Corrientes forças suficientes para repellar os paraguaios [...]”<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> *A Imprensa*, de 10 de fevereiro de 1866.

<sup>115</sup> *Idem*, de 25 de agosto de 1866.

<sup>116</sup> *Ibidem*.

<sup>117</sup> *Idem*, de 27 de junho de 1865.

Como dissemos, esse intercâmbio e as relações entre jornais se faziam presente através de um gênero bastante comum que os periódicos chamavam de “transcrição”, quando retiravam toda a informação publicada de outros veículos de comunicação, quer fosse nacional ou estrangeiro.

O fato é que os donos de jornais das mais distantes provinciais brasileiras estavam sempre preocupados em trazer a notícia mais interessante, mais “inédita” para seu público. Noticiar a repercussão que essa grande guerra causava não só na Corte do Império, transcrevendo textos inteiros dos jornais do Rio de Janeiro, como também de outros países, como é o caso de *O Piauí* em 20 de março de 1869: “Manifestação e congratulação pela vitória das armas brasileiras – Lê-se na Correspondência de Portugal [...]”<sup>118</sup>

A transcrição da evolução do conflito a partir de outros jornais do exterior era comum, às vezes, as notícias eram mais “frescas” que as da Corte. Uma notícia de 25 de fevereiro foi anexada ao jornal *O Piauí*, do dia 10 de abril de 1869, onde lê-se:

Pelo paquete francês Poiton, da linha de Marselha, entrado hontem do Rio da Prata, recebemos folhas de Buenos Ayres, Montivideo até 20 e 21 do corrente.

As ultimas noticias do Paraguay referem que um regimento brasileiro entrou em Intaguay e aprisionou dous officiaes e alguns soldados, destacados por López para ocuparem uma posição pequena.

Dizia-se que um bando de mulheres, que tinham recebido ordens de se retirarem para as serras, se haviam rebelado matando as sentinellas que as vigiavam e estas noticias pareciam confirmadas pelo facto de estarem chegando a povoação.<sup>119</sup>

Esse dinamismo que a imprensa conseguia, graças a avidez em se conseguir notícias é evidenciado em carta confidencial enviada no dia 15 de abril de 1868 ao Visconde de Inhaúma, comandante-em-chefe da Esquadra Imperial em Operações no Paraguai, na qual o ministro da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde de Ouro Preto<sup>120</sup>, pedia providências contra uma preocupante e repetida

---

<sup>118</sup> *O Piauí*. p.n/p, s/n. 20/03/1869, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina, Apud: ARAÚJO, Johnny Santana de. *Bravos do Piauí orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do império: A propaganda nos jornais piauiense e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865 – 1866*. Tese de doutorado apresentada no PPGH/UFF, 2009, p.100.

<sup>119</sup> *Idem*, 10/04/1869, p.101.

<sup>120</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), futuro Visconde de Ouro Preto (1888) foi advogado e professor de direito civil e comercial. Político liberal, ocupou diversos cargos na vida pública; foi deputado provincial e deputado geral por Minas Gerais em quatro legislaturas. Membro do Conselho de Estado; foi ministro da Marinha (1866) à época da guerra. Amigo comum de Machado e Quintino Bocaiúva, graças a sua influência, em 1867, Machado de Assis será nomeado ajudante de publicação do Diário Oficial do Império do Brasil, transferindo-se depois para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

ocorrência: a publicação, na imprensa, de “ordens do dia e outras peças oficiais no mesmo tempo em que elas chegam ao conhecimento do governo.”<sup>121</sup>

No ano anterior, em outra correspondência oficial destinada ao mesmo militar, Afonso Celso havia tratado da precariedade do serviço de correspondência entre a Corte e a zona da guerra, “que se faz com muita irregularidade, além de ser por demasiado lenta”<sup>122</sup>. Tanto era assim, exemplificou o contrariado Ministro, que as “partes oficiais dos Srs. Mitre e Caxias são nos entregue muitos dias depois de terem sido publicadas pelos nossos jornais que as traduzem das do Rio da Prata.”<sup>123</sup> A julgar pela correspondência de Afonso Celso, o problema foi um tormento constante para as autoridades imperiais nos anos da guerra contra o Paraguai.

Além da precariedade das comunicações, reveladora da maneira como a estrutura do Estado dificultava a luta travada no Sul, o testemunho do ministro da Marinha nos ensina algo sobre o que pode ser descrito como um interessante fenômeno: a grande cobertura da imprensa sobre os confrontos naquela região. Esta, além de sugerir a maior eficiência da imprensa brasileira na coleta e divulgação de informações, indica ter havido grande interesse dos leitores por novas notícias vindas do Paraguai.

Outra interessante questão é o posicionamento dos periódicos dos aliados argentinos e uruguaios na guerra, que muitas das vezes não via com “bons olhos” a aliança com o Império brasileiro, de tradição portuguesa, lutando contra uma república que tinham com eles um passado comum.

O então jovem tenente do Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro em campanha, André Rebouças, em seu diário, anotou sobre essa questão o seguinte comentário: “O conselheiro Octaviano estigmatizou a stuldice da Imprensa oriental, correntina e argentina, que se esforço para introduzir a discordia entre os alliados.”<sup>124</sup>

Diariamente era publicado grande número de informações, com detalhes do andamento dos conflitos. Crônicas inspiradas em acontecimentos da guerra, descrições minuciosas de batalhas, notícias das decisões do governo, correspondências oficiais, além

---

<sup>121</sup> *Correspondência reservada do Ministro da Marinha Afonso Celso ao Barão de Inhaúma*. 15/04/1868. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos.

<sup>122</sup> *Idem*, 14/11/1867.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

<sup>124</sup> DIAS, Maria Odila Silva. *Diário, a guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1973, p. 28.

de análises sobre os impactos internos da guerra preencheram as páginas das principais folhas.

Também eram disponibilizados pela imprensa desenhos de cenas de batalhas e detalhes de embarcações. Toda sorte de imagens circulava em grande quantidade. Destaque especial para uma das maiores novidades técnicas do tempo: as fotografias, que eram fartamente produzidas e comercializadas, indo parar nas tipografias dos jornais reproduzidas litograficamente, ajudando a compor um acervo visual rico e variado do período e do ambiente de guerra.

Esse dinamismo abre uma nova perspectiva para se analisar e compreender o papel central que a imprensa teve no esforço de guerra, atingindo os mais distantes pontos do Brasil e da Europa, tendo Lisboa como porta de entrada do Velho Continente.

Todo esse processo, de envio, circulação e recebimento de informações de jornal para jornal era feito por via terrestre, quando possível, ou através de navios que cobriam o Império, de costa a costa, e mantinham rotas regulares com várias cidades europeias como Lisboa, Londres e Paris. Nessa perspectiva, Nelson Werneck Sodré (1999) em “História da Imprensa no Brasil” ressalta que:

É interessante verificar o paralelismo entre o esforço técnico de produção, na imprensa, e o progresso dos meios de comunicação e de transporte. Afetando o problema fundamental da grande imprensa, que é o do volume e espaço geográfico em que a notícia, ou a informação, ou a doutrinação tem oportunidade.<sup>125</sup>

Assim é sintomático, como procuraremos apresentar ao longo do trabalho, algumas matérias publicadas nos jornais analisados que revelam essa complexa rede de informações, como por exemplo a edição do *O Commercio do Porto*, de 1º de abril de 1865, que deixa claro que a posição geográfica que a capital portuguesa possuía, dava-lhe acesso privilegiado às primeiras notícias vindas da América do Sul, mesmo sendo o pacote (embarcação) de outro país.

O correspondente do jornal em Lisboa expediu dois telegramas com as seguintes informações de última hora: “Acabam de desembarcar os passageiros do pacote inglês Paraná, vindos dos portos do Brasil. Por eles, se soube que o pacote francês Bearn dera à costa, nas alturas da Bahia. Salvaram-se todos os passageiros, vindos muitos no Paraná. Salvou-se também a tripulação e as malas da correspondência. Montevideú rendeu-se, fazendo a paz com o Brasil. A guerra com o Paraguai continua. No Rio de Janeiro, a cotação do câmbio sobre Londres era de 25 ¾.”<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 2.

<sup>126</sup> *O Commercio do Porto*, de 1º de abril de 1865.

Por esse motivo as principais agências de notícias mundiais como a Reuters, Havas e Wolff possuíam escritórios permanentes nessa cidade, que na ausência de um cabo de telégrafo elétrico a ligar os dois continentes (só inaugurado em 1874), fixavam correspondentes na capital portuguesa que ávidos esperavam as notícias que se propagariam para toda a Europa.<sup>127</sup>

Essa singular situação está evidenciada no texto da capa d’*O Commercio do Porto*, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1865 (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, onde lê-se:

Atualmente todas as vistas se fixam num só ponto, todas as ideias se prendem a um só assunto. Nos passeios, nos cafés, nos ônibus e gôndolas, no recesso das famílias, não há mais que um tema para a conversação: é a guerra do Brasil com Montevideú e o Paraguai. **Nunca com tanta ansiedade foram esperados os paquetes francês e inglês da carreira do Rio da Prata.**<sup>128</sup> (grifo nosso)

Tamanha era essa disputa pelas informações que circulavam no mundo que essas três agências noticiosas, chamadas “agências líderes no século XIX”<sup>129</sup>, fecharam, em 1859, um acordo de cooperação, que repartiu o mundo em áreas de atuação, nas quais, cada uma teria monopólio tanto sobre a apuração de notícias quanto sobre a venda de assinaturas para a imprensa local. De certo, era um jogo de interesses em escala mundial.

A influência internacional sob a decisão do governo brasileiro de dar concessão para instalação dos cabos submarinos não pode ser negligenciada. O sucesso do cabo transatlântico entre a Europa e os Estados Unidos provocou uma enorme expansão dos cabos telegráficos. Estes se espalharam pelos cinco continentes em poucos anos. O continente sul-americano foi o último a se interligar ao sistema telegráfico mundial.<sup>130</sup>

Numa primeira aproximação, percebe-se a ligação entre o incremento tecnológico na circulação das informações com a criação das agências de notícias, particularmente ao observarmos a conjuntura política e econômica na Europa do período entre os anos de 1832, início do serviço de Havas, e 1851 quando se deu a criação da Reuters.

---

<sup>127</sup> No Brasil, em meados do século XIX, o telégrafo elétrico ainda era uma novidade muito restrita. A primeira linha foi inaugurada somente em 1862, ligava o palácio residencial do Imperador, em São Cristóvão, ao quartel da polícia no Campo de Santana, no centro da Corte do Rio de Janeiro. Na América do Sul também se seguiu a mesma dinâmica. Apenas em 29 de novembro de 1866, foi inaugurado o telégrafo subfluvial entre os portos de Buenos Aires, capital argentina e Montevideú, capital uruguaia. Inclusive, *O Commercio do Porto* saudaria, em texto de capa, em 18 de janeiro de 1867, a novidade do serviço: “As duas Repúblicas do Prata, apesar da guerra, colaboram distintamente na grande e interminável obra da civilização”.

<sup>128</sup> *Idem*, de 4 de março de 1865.

<sup>129</sup> BOYD-BARRET, Oliver. *The international news agencies*. London: Constable, 1980.

<sup>130</sup> SILVA, Mauro Costa da. *A Telegrafia Elétrica Estatal do Brasil de 1852-1914*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-65, jan/jun, 2011, p. 60.

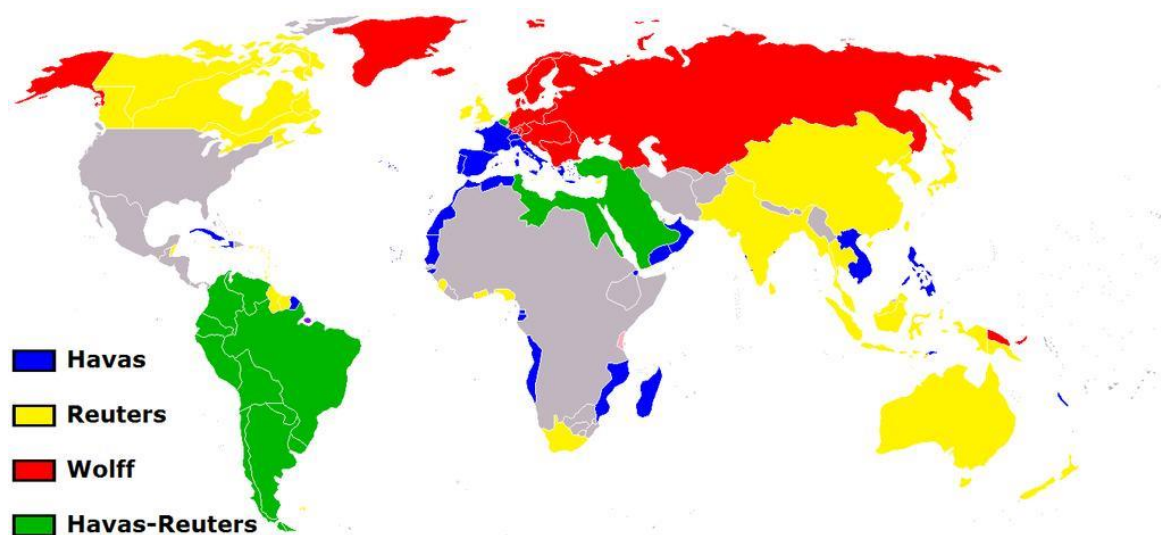


Aspectos como a decadência progressiva dos Estados Absolutistas que, entre inúmeras outras restrições, praticava sistematicamente censura à imprensa e à invenção e à acelerada instalação de malhas internacionais de telecomunicações e transporte (telégrafo e ferrovia), projetaram esses órgãos de comunicações como protagonistas vitais na produção de notícias que passava, inevitavelmente, a ser mais uma mercadoria de alto valor político.

Pode-se observar no mapa a seguir que toda a América do Sul estava prevista para ser compartilhada entre Havas e Reuters. A Havas concentrava-se nos domínios franceses e na Europa ocidental, excluindo-se a Grã-Bretanha, de controle da Reuters. Esta atuava fortemente nos domínios do Império Britânico. A Wolff ficaria, principalmente, com os mercados da Europa oriental e Escandinávia.

A designação, na divisão mundial, do território brasileiro e da América do Sul como uma região de influência conjunta da Havas e Reuters culminou, em 1874, com o início do serviço da “Agencia Telegraphica Reuter-Havas”, operando com base em um cabo transatlântico recém-instalado entre Brasil e Portugal.

**Figura 9:** Mapa da atuação das Agências de Notícias de 1859-1918



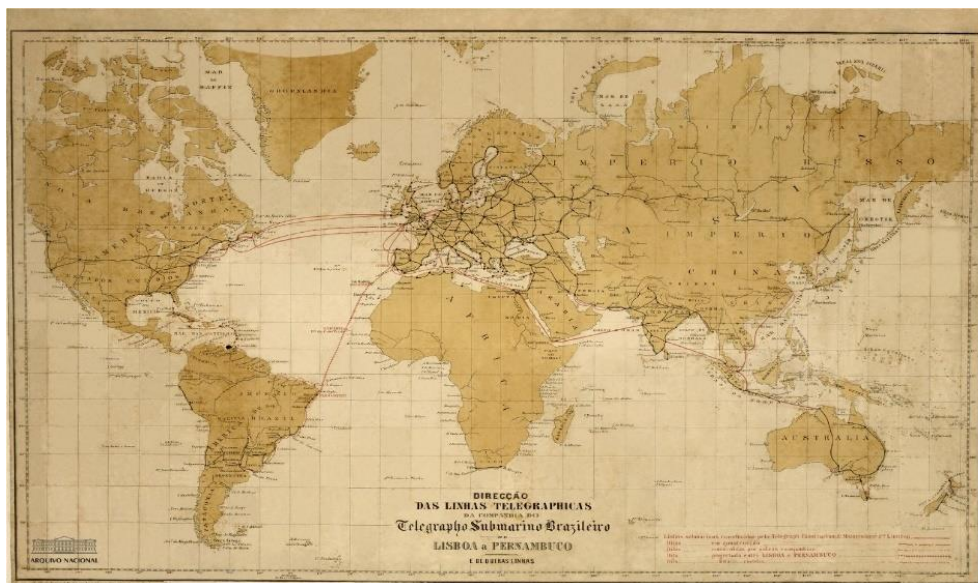
**Fonte:** Notas para uma História do Jornalismo de Agências.<sup>131</sup>

Entretanto, enfatizo que no corte histórico que me propus nesse trabalho, as ligações transatlânticas entre a América do Sul e a Europa, via cabo submarino, ainda não

<sup>131</sup> Cf. AGUIAR, Pedro. *Notas para uma História do Jornalismo de Agências*. Encontro Nacional de História da Mídia. Fortaleza: Rede Alcar, 2009.

estavam estabelecidas, o que nos faz refletir sob outros parâmetros que permearam a ligação do Brasil para além-mar nessa rede de produção e circulação das notícias de guerra, onde se realça a ligação histórica entre Portugal e sua antiga colônia americana.

**Figura 10:** Mapa do 1º Telégrafo submarino que uniu o Brasil à Europa (1874)



**Fonte:** Telégrafo submarino brasileiro. Fundo: Ministério da Viação e Obras Públicas (1870-1880).  
Biblioteca Digital do Arquivo Nacional – BDAN (Rio de Janeiro, Brasil).

É importante salientar que nesse período estudado, de 1850 a 1870, geralmente, as notícias demoravam cerca de um mês para poder circular vivamente entre a América do Sul e a Europa. Nesse contexto, Brasil e Portugal, em especial, detinham posições privilegiadas, sendo a porta de saída e entrada dessas informações.

Situação essa que persistiu, com outras dinâmicas, mesmo após a inauguração do cabo, como caracteriza Mauro Silva (2011) ao estudar mais detidamente o assunto

A primeira a ficar pronta foi a ligação entre o Brasil e a Europa, através da rota Recife, Cabo Verde, Madeira, Lisboa, inaugurada em 22 de junho de 1874. A ligação foi feita pelo vapor inglês Investigator que chegou no dia 16 do mesmo mês e preparou a ligação com a estação terrestre, em Olinda. Deste ponto, esticou o cabo até quinze milhas distante da costa, conectando a outra extremidade do cabo a uma boia para aguardar o restante do cabo que estava sendo trazido pelo vapor Hibernia. Pronta a conexão, iniciaram-se as comemorações. A festa inaugural contou com a presença de representantes da Associação Beneficente Comercial, engenheiros e representantes da Companhia. Brindes e saudações foram feitos em homenagens à Rainha Vitória e ao Imperador D. Pedro II. Os primeiros telegramas enviados foram da Associação, uma vez que o telegrama do Imperador, enviado do Rio de Janeiro, não chegou para a inauguração. Segundo notícias divulgadas no Jornal do Comércio, a ligação do Brasil com a Europa teve grande repercussão na

Corte. Os prédios no centro da cidade embandeiraram-se e bandas tocaram em comemoração ao feito.<sup>132</sup>

Essa privilegiada posição de Portugal fazia com que, mesmo navios de outros países, como ingleses e franceses, ancorassem em Lisboa, como o primeiro porto seguro no continente, trazendo consigo novas notícias, como deixa claro na edição nº 243 d' *O Commercio do Porto*, em 24 de outubro de 1865, na página 2, na Seção “Noticiário”, intitulado “Notícias do Brasil”, onde lê-se:

**Entrou anteontem no Tejo o paquete inglês Galileu da carreira de Liverpool, que saiu do Rio de Janeiro a 25 de setembro**, um dia depois do paquete francês Guienne. Recebemos o Jornal do Commercio do Rio de 25, mas nele nada encontramos de novo do teatro da guerra, que adiante às notícias há dias recebidas pelo Guienne. No dia 24 de setembro pelas 8 horas da noite faleceu o sr. Antonio Emilio Machado Reis, vice-cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, e que estava atualmente exercendo este cargo pela ausência do sr. Dr. José Henriques Ferreira. A perda do sr. Machado Reis há de ter sido verdadeiramente sentida pelos nossos compatriotas, de quem era muito estimado pelas suas excelentes qualidades.<sup>133</sup> (grifo nosso)

### **2.3 O Jornal do Commercio e A Semana Illustrada: a força do discurso do Império brasileiro**

O *Jornal do Commercio* foi um dos primeiros periódicos brasileiros publicado pós independência de Portugal. Em 1º de outubro de 1827 saiu o primeiro número desse importante periódico que atravessou, com publicações diárias, todo o século XIX. Fundado pelo francês Pierre-René-François Plancher de la Noël, livreiro e editor iluminista que ao fugir da França veio para o Brasil a fim de escapar à repressão policial e à censura do regime dos Bourbons, restaurado após a queda de Napoleão Bonaparte.

Na verdade, Pierre Plancher havia chegado no Brasil anos antes, precisamente em 1824, junto com seu impressor o também francês Justin Victor Cremière. E, logo, desembarcado na cidade, por sua capacidade técnica e detentor de maquinário necessário que trouxera consigo da Europa teve permissão para instalar uma tipografia na Corte do Rio de Janeiro, sob o título “A Imperial Tipografia – Impressor Imperial”

Sua Majestade atendendo benignamente ao que lhe apresentou Plancher, Impressor-Livreiro estabelecido nesta Corte; e querendo dar-lhe uma prova de Sua Augusta Magnanimidade: Há por bem conceder-lhe faculdade para que

---

<sup>132</sup> *Idem*, p. 62.

<sup>133</sup> *O Commercio do Porto*, de 24 de outubro de 1865.

possa usar o título de Impressora Imperial. Palácio do Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1824. João Severiano Maciel da Costa.<sup>134</sup>

**Figura 11.** Capa da 1ª edição do Jornal do Commercio.



**Fonte:** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro, Brasil

Com efeito, esse epíteto de governista e de tendência conservadora, feita por seus críticos e concorrentes, permeou toda sua longa existência, por mais de 180 anos! Tanto que na edição de 20 de março de 1845 o periódico exultava-se com a possibilidade do período de paz interna que se avizinhava com o fim da Revolta Farroupilha que durara 10 anos. E, com o título “Pacificação da Província do Rio Grande do Sul”, estampava a proclamação do antigo líder revoltoso David Canabarro.

Concidadãos, competentemente autorizado pelo magistrado civil a quem obedecemos na qualidade de comandante-em-chefe, concordando com a unânime vontade de todos, os oficiais da força do meu comando, vos declarei que a guerra civil que há mais de nove anos devasta esse belo país está acabada (...)

União, fraternidade, respeito às leis, a eterna gratidão ao ínclito presidente da província, Ilmo. Ex. Sr. Barão de Caxias pelos afanosos esforços que há feito na pacificação da província. Em Ponchoverde, 28 de fevereiro de 1845. David Canabarro.<sup>135</sup>

<sup>134</sup> SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio (1827-2007)*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007, p. 25.

<sup>135</sup> *Jornal do Commercio*, de 20 de março de 1845.

Naquela mesma edição encontra-se a proclamação do Barão de Caxias:

Rio Grandenses! É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil que por mais de nove anos devastou esta bela província está terminada. Os irmãos contra quem combatíamos estão hoje congratulados conosco, e já obedecem ao legítimo governo do Império Brasileiro (...)

Uma sua vontade nos Una. Rio Grandenses! Maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas. União e tranquilidade, seja de hoje em diante nossa divisa.

Viva religião! Viva o Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil. Viva a integridade do Império. Quartel-general da presidência e do comando-em-chefe do exército no campo de Alexandre Simões, margem direita de Santa Maria, 1º de março de 1845. Barão de Caxias.<sup>136</sup>

Atento as mudanças nas comunicações e na circulação de pessoas e mercadorias que marcavam aqueles meados oitocentista, destacava na edição de 11 de abril de 1849, na coluna “Exterior”, o seguinte teor sensacionalista intitulado: “Vapor entre a Inglaterra e o Brasil”, onde informava a diminuição do tempo da travessia atlântica para “apenas” 30 dias, por conta da nova navegação a vapor:

O Times de 23 de fevereiro informa que comissários do Almirantado aceitaram a proposta feita pela Companhia Real dos Paquetes a Vapor para a condução das malas entre Inglaterra, o Brasil e Rio da Prata. Um vapor a cada mês tomará, um em Faial e o outro na Madeira, donde seguirá para o Rio de Janeiro, com escalas pelos portos do Pará ou Maranhão, Pernambuco e Bahia. Calcula-se que a viagem redonda será efetuada em 71 dias, 30 de ida e 30 de volta, e 11 dias de demora nos Portos do Brasil. Haverá para Montevideu e Buenos Aires uma linha separada que fará o serviço.<sup>137</sup>

A partir de 1850 o *Jornal* contratou novos articulistas e redatores, dentre eles, uma figura modelar desses contatos em rede evidenciados nessa tese, entre os homens da imprensa e a alta política, na Corte do Rio de Janeiro, trata-se de José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, mas, que há época, com seus 32 anos, era ainda uma jovem e promissor articulista do *Correio Mercantil*, agora recém contratado pelo seu maior concorrente, o *Jornal do Commercio*.

Interessante caso se iniciou pois, como primeira incumbência no novo emprego, o jovem articulista começou a publicar, semanalmente, uma série de crônicas, sobre o título geral de “Cartas ao amigo ausente”, que foram assinadas sob pseudônimo. No entanto, desde as primeiras publicações, seus escritos tomaram-se o grande assunto na vida cotidiana do Rio de Janeiro, das ruas e vielas aos salões da Corte, todos sabiam que

---

<sup>136</sup> *Ibidem*.

<sup>137</sup> *Jornal do Commercio*, de 11 de abril de 1849.

eram obra do Paranhos.

Em seus artigos Paranhos anunciava a chegada de uma nova realidade para o Brasil, uma “Nova Era de Prosperidade”, de maior conforto e segurança para todos. Mas, foi ao opinar sobre a política externa brasileira na questão do Rio da Prata que seus escritos influenciariam o seu destino para sempre. Na carta número 26, de 7 de junho de 1851, ele assim se posicionava sobre a instável região:

A política do governo para com Oribe e Rosas é fatal ao Império (...) Brasileiros, essa linguagem, esse sistema de oposição que não distingue as questões internas, as questões de família, daquelas que lutamos com o estrangeiro, é o mesmo desastrado sistema que despovoou a guerra que sustentamos no Prata desde 1825 até 1828, que muito concorreu para as desgraças que precederam a perda para sempre da província Cisplatina. Brasileiros que assim procedeis, vós com as mais puras intenções estais ferindo a um tempo o governo do vosso país e o próprio país, em benefício da mais infausta de todas as causas, a da opressão e extermínio de populações que vos devem ser caras, e da extinção de nacionalidades de que dependem a paz e a inviolabilidade de nossas fronteiras, sacrificais as vidas e as propriedades de muitos brasileiros que estão sob o braço e o cutelo de um desalmado ditador.<sup>138</sup>

Em pouco tempo a publicação das “Cartas ao amigo ausente”, do *Jornal do Commercio*, estabeleceu a reputação do seu autor com a intelectualidade e com os políticos da capital do Império, alçando-o à posição de grande estudioso dos problemas nacionais. De tão conhecido e prestigiado foi chamado, em outubro de 1851, pelo governo brasileiro do Partido Conservador a fim de compor, como ajudante-secretário, uma missão diplomática que iria ser instalada com o objetivo de traçar uma nova aliança entre os governos do Uruguai e das províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes.

Terminados os trabalhos com grande sucesso, o então secretário Paranhos foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil em Montevideú. Assim, o jovem redator do *Jornal do Commercio* inicia uma exitosa carreira diplomática que o levou ao centro da política imperial do Brasil, particularmente durante a Guerra do Paraguai, quando em sua fase final foi nomeado como chefe da Legação Brasileira nas Negociações de Paz na Região do Prata (1869-1870).

De certo, a partir da presença de Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, na redação do *Jornal* deu uma nova dimensão nas abordagens do periódico no que tange as questões geopolíticas que o Império se envolveu naquele período de afirmação regional e consolidação da fronteira Sul. Por isso, o papel central assumido pelo *Jornal do*

---

<sup>138</sup> *Jornal do Commercio*, de 7 de junho de 1851.



*Commercio* durante a Guerra do Paraguai foi uma consequência natural do projeto assumido por seus proprietários e suas ligações com a elite política e econômica do governo de D. Pedro II, em especial, quando este foi conduzido pelo Partido Conservador.

**Figura 12.** Capa do *Jornal do Commercio*, em 17 de fevereiro de 1865, na qual retratava através de um mapa esquemático o “Theatro da Guerra”.



**Fonte:** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – HDBN (Rio de Janeiro, Brasil)

Entretanto, ao analisarmos as edições do *Jornal do Commercio*, entre outros periódicos da Corte, principalmente os jornais depois de 1850 até por volta do fim da guerra, em 1870, percebe-se que para além das notícias puramente políticas e econômicas, intercalam-se entre as publicações os romances-folhetins, as chamadas “crônicas do dia a dia”, que era uma seção aberta à descrição jocosa dos costumes, dos fatos corriqueiros, quase sempre dentro de uma perspectiva moral, cujo alvo, de preferência, era um tipo social que os cronistas literatos estavam sempre dispostos a corrigir, a ensinar, operando aquilo que Flora Süssekind (1990) chama “leitor aprendiz”<sup>139</sup>.

Essa forma de escrita foi sintetizada por Marlyse Meyer (1998)<sup>140</sup> como aqueles escritos não explicitamente ficcionais, mas que, nem por isso, podem ser considerados como meros relatos ou informes jornalísticos fulgazes; ao contrário, ao compor um

<sup>139</sup> SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*, São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 92 e p. 222.

<sup>140</sup> MEYER, Marlyse. *As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

quadro vivo dos usos, das situações, dos comportamentos, ao comentar jocosamente o cotidiano, revelando muitas vezes um jeito canhestro de fazer isso, essas crônicas cheias de veleidades e recursos literários fizeram parte da produção textual de diversos e consagrados escritores brasileiros que atuavam nas redações dos jornais.

O fato é que pelos principais periódicos da Corte passaram os mais conhecidos escritores e romancistas da época, como: Machado de Assis, José de Alencar, Quintino Bocaiúva, Pedro Luís, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães etc. Entre esses escritores, destacarei adiante, mais detidamente, Machado de Assis porque estudei-o em minha dissertação de mestrado<sup>141</sup>, concluída em 2012, onde levantei uma rede de sociabilidades do próprio autor que envolvia, articulistas de jornais, literatos como ele, mas também, políticos, militares e correspondentes de guerra.

Essa rede de pessoas era a fonte em que se baseavam a sua intensa produção literária, em forma de artigos, poemas, contos e romances, como veremos, é um caso exemplar nesse aspecto.

Além disso, muitos periódicos tiveram como correspondentes na guerra contra o Paraguai, ao que se sabe, entre outros, Joaquim José Inácio, futuro Visconde de Inhaúma, Antônio Luis Von Hoonholtz, futuro Barão de Tefé, e Alfredo d'Escagnolle Taunay.<sup>142</sup> Tãmanha era essa conexão entre parte da imprensa periodista com o desenvolvimento do conflito que o jornal *A Semana Illustrada*, no número 215, lançou uma campanha para arrecadação de fotos dos homens célebres que atuavam na contenda:

Os editores pretendendo publicar uma galeria dos homens célebres da atual campanha do sul, rogam a todas as pessoas que possuírem os retratos de alguns dos bravos que ali se distinguirem, e quiserem obsequiar a Semana, hajam de remetê-los ao Imperial Instituto Artístico, largo de São Francisco de Paula nº 16.<sup>143</sup>

Esta série compreenderia os retratos feitos a partir dos cartões de visita das fotografias dos soldados que foram para a guerra. Esse projeto foi adiante, a categoria de imagens se encontra nas páginas centrais do periódico analisado e, comumente, se constitui uma trinca dos retratados ou, numa mesma imagem, a composição dos bustos.

---

<sup>141</sup> PAULA, Edgley Pereira de. *Guerra na Imprensa ou Imprensa de Guerra? A imprensa brasileira nos campos de batalha da Guerra do Paraguai*. Programa de Pós-graduação em História da UERJ (PPGH/UERJ). Dissertação defendida em 2012.

<sup>142</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Henrique. Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859 – 1882)*. Disponível em <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/lretmo/Guimarães%20Lucia.doc>. Acesso em 14 de março de 2011.

<sup>143</sup> *A Semana Illustrada*, de 22 de janeiro de 1865.



**Figura 13.** Série de fotos de heróis de guerra no primeiro ano do conflito



**Fonte:** *A Semana Ilustrada*, de 20 de agosto de 1865.

A mesma *Semana Ilustrada* publicou um soneto de D. Rosa da Fonseca em homenagem aos futuros heróis de guerra, que vinha acompanhado de uma ilustração representando-a junto aos sete filhos. “Símbolo de desprendimento materno e exemplo de amor à pátria, a representação de D. Rosa se inspirava na figura de Cornélia, a virtuosa, a célebre dama da Roma antiga, genitora dos irmãos Graco.”<sup>144</sup>

Com o tempo, descobriu-se que os versos eram de autoria do já conhecido nas “rodas literárias”, o jovem Machado de Assis, e que a mãe alagoana servira ao escritor apenas de musa inspiradora.<sup>145</sup>

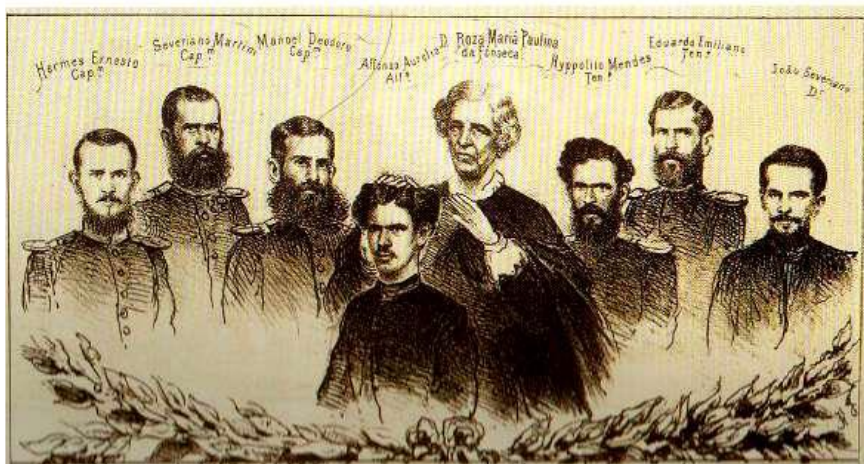
Neste caso, em particular, a senhora ao centro da imagem tem seus sete filhos convocados para a guerra, o que não deixa de ser um ato de heroísmo da mãe que doa praticamente sua família inteira para morrer e lutar no Paraguai, um desses, servindo à época do conflito como capitão, viria a ser anos mais tarde o Proclamador da República: Deodoro da Fonseca.

---

<sup>144</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Henrique. Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859 – 1882)*. Disponível em <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/lretmo/Guimarães%20Lucia.doc>. Acesso em 14 de março de 2020, p. 10.

<sup>145</sup> PEREGRINO, Umberto. *A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis*. Departamento de Cultura, UFPB, 1969, p. 23.

**Figura 14.** A Matriarca dos Fonseca e seus filhos como exemplo de mãe no esforço de guerra.



**Fonte:** *A Semana Illustrada*, de 20 de agosto de 1865.

Cala-te, amor de mãe! Quando o inimigo  
Pisa da nossa terra o chão sagrado.  
Amor da pátria, vivido, e levado,  
Só tu na solidão serás comigo!

O dever é maior do que o perigo:  
Pede-te a pátria, cidadão honrado;  
Vai, meu filho, e nas lides do soldado  
Minha lembrança viverá contigo!

És o sétimo, o último. Minha alma  
Vai toda aí, convosco repartida,  
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma

Oh! Não te assuste o horror da márcia lida;  
Colhe no vasto campo a melhor palma;  
Ou morte honrada ou gloriosa vida.<sup>146</sup>

A partir da edição de 9 de janeiro de 1865, a *Semana* passou a divulgar ilustrações, croquis e narrativas, provenientes do teatro de operações. Deste modo, argumentava o editorial que deu início àquela cobertura “[...] os leitores da *Semana* poderão ter uma

<sup>146</sup> *A Semana Illustrada*, de 20 de agosto de 1865.

coleção completa que será, por assim dizer, a história ilustrada da Guerra do Rio da Prata.”<sup>147</sup>

A morte é um fato recorrente em qualquer ação bélica e nas páginas da *Semana Ilustrada* fora representada em forma de vida. Com o uso dos cartões de visita, o semanário apresentava os heróis mortos em combates, mas vivos no retrato. Seguia-se abaixo do retrato do falecido a legenda que indicava que fora morto em combate, o nome do militar era acompanhado de poesias que enalteciam a atuação do soldado. Outro tratamento dispensado à imagem era a presença de anjos junto aos retratados, geralmente os coroando com louros, o que simbolizava uma premiação, uma vitória, no caso cristão, a presença final no paraíso.

**Figura 15.** Apresentação de dois militares da Armada Imperial mortos em combate.



**Fonte:** A *Semana Ilustrada*, de 16 de julho de 1865.

Nesse sentido, a *Semana Ilustrada* foi um caso típico do processo de mudança que passava a imprensa e o fotojornalismo brasileiro.

Pela primeira vez era formado um corpo de fotógrafos, treinados com objetivo sistemático de retratar um evento. Pela primeira vez, também, a fonte das imagens publicadas – fossem elas descritivas, baseadas em fotografias ou desenhadas – passaria a ser citada com frequência. Aliás, o fato de um desenho esclarecer na legenda que era baseado em uma fotografia aumentava sua credibilidade.<sup>148</sup>

Pelas fotos enviadas por esses correspondentes de guerra, Henrique Fleiuss, dono e editor do jornal, pôde reproduzir em litografuras cenas das batalhas e seus principais

<sup>147</sup> *Idem*, de 29 de dezembro de 1864.

<sup>148</sup> COSTA, Carlos Roberto da. *A Revista no Brasil, o século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p.156.

personagens, publicando-as na *Semana Illustrada*, alavancando a tiragem da sua revista e contribuindo para torná-la a mais popular do seu tempo.

O editor ainda recorria as suas fontes para corroborar a exatidão dos desenhos e asseverava que foram feitos *in loco*, direto do palco das batalhas. A ideia de testemunha ocular é notável e muito se justifica quando se usa o termo para transmitir a noção de realidade, marca registrada quando se lança mão de imagens para narrar fatos, ou melhor, utilizar imagens significa sintetizar acontecimentos e, mais que isso, cristalizar aquele fato como o digno de ser memorizado.<sup>149</sup>

Acreditamos que é nisso que reside o poder das imagens, através dos discursos que são produzidos para justificá-las como as únicas possíveis, independentemente da forma de reprodução: pinturas, estátuas, gravuras e fotografias, conforme atesta Peter Burke:

“Artistas de guerra”, enviados a campo para retratar batalhas e a vida dos soldados em campanha, ativos desde a expedição do Imperador Carlos V à Tunísia até a intervenção americana no Vietnã, se não mais tarde, são usualmente testemunhas mais confiáveis, especialmente no que se refere a detalhes, do que seus colegas que trabalharam exclusivamente em casa. [...] apesar disso, seria imprudente atribuir a esses artistas repórteres um “olhar inocente” no sentido de um olhar que fosse totalmente objetivo, livre de expectativas ou preconceitos de qualquer tipo. Tanto literalmente quanto metaforicamente, esses esboços e pinturas registram “um ponto de vista.”<sup>150</sup>

A ação dos fotógrafos estava intimamente ligada a dos correspondentes, sendo aqueles o complemento visual dos emocionantes relatos que haveriam de ser enviados para, via transporte marítimo, sair de Corrientes, Buenos Aires e Montevidéu e seguirem para a Corte do Império e daí para as províncias e para o exterior, nem sempre seguindo, necessariamente, essa ordem de prioridade e de comunicabilidade entre os diferentes lugares.

Sobre o lugar social desses fotógrafos, Dionísio Cerqueira (1980), alferes do exército imperial em suas memórias do cotidiano da guerra nos traz interessante relato:

[...]tinha saudades da cidade imensa de tendas brancas, dos esplêndidos exercícios, das alvoradas tocadas pelas bandas de dezenas de batalhões, do comércio com seus bilhares, cabeleireiros, **fotógrafos**, restaurantes, cassinos, lojas de moda e armazéns sortidos com o que havia de melhor e mais fino, para homens e mulheres.<sup>151</sup>(grifo nosso).

---

<sup>149</sup> JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Papirus: Campinas, 1996.

<sup>150</sup> BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 24.

<sup>151</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 215.

Esse “Comércio” acompanhava as forças aliadas de tal maneira que, como já apontamos, quando o Marquês de Caxias veio para comandar os exércitos teve preocupação especial com relação a essa questão, Divalde Figueira (2001) nos conta que “quando o Exército esteve acampado em Tuiuti, por mais de um ano, os comerciantes que o seguiam eram tão numerosos que formavam uma cidade.”<sup>152</sup>

Citamos ainda dois depoimentos de estrangeiros que observaram o dia a dia desse comércio, o inglês Richard Burton (1997) em suas *Cartas dos campos de batalha do Paraguai* comenta que “os oficiais andavam com os bolsos cheios, enquanto os mascates faziam pequenas fortunas vendendo colheres de prata, canecas e artigos semelhantes.”<sup>153</sup> Já o prussiano Max Von Versen (1976) vai mais além quanto às especificações dos produtos oferecidos:

Em cada seção do acampamento (Tuiuti, no Paraguai), encontrava-se espécie de mercado, onde, por preços fabulosos, os negociantes ofereciam todos os artefatos, característicos da civilização, por exemplo, conservas de “beefsteak aux champignons ou aux truffes”, vários outros acepipes, vinhos finos e bebidas espirituosas, e até artigos de “toilette” para homens e senhoras, porque muitos oficiais parece terem trazido para ali as prezadas consorte. Os pagamentos realizavam-se sempre em libra e libra e meia esterlina.<sup>154</sup>

O que fica evidenciado ao analisarmos esses diversos periódicos como casos típicos do fazer jornalismo no Brasil, à época do conflito, é a complexidade evidenciada que existia desde os acampamentos militares da frente de combate, de onde verdadeiramente saíam as informações que abasteciam o Império, até as lutas partidárias e seus jogos políticos, tendo como ponto central dessa “rede” a cidade do Rio de Janeiro, que servia como uma espécie de entreposto na circulação das notícias que teriam ou não uma maior ou menor circulação, definindo qual narrativa deveria ter a capacidade de se amplificar para todas as províncias brasileiras e para o mundo.

Nesse sentido, a mesma “rede de produção e circulação de informações” que fazia com que as informações do *front* chegassem, via jornais, à Corte e às províncias do vasto Império, também atuava em sentido oposto: os jornais produzidos no Império chegavam às mãos daqueles que estavam tão longe de casa, exercendo algum tipo de papel no dia a

---

<sup>152</sup> FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: FAPESP, 2001, p. 150.

<sup>153</sup> BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997, p. 331-2.

<sup>154</sup> VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1976. p.93-4.

dia do acampamento do exército aliado, seja através do contato com as notícias da tão longínqua pátria, da percepção de como os seus patrícios viam a guerra, seja do contato das notícias sobre o jogo político dos partidos para além do drama do combate real que eles efetivamente viviam.

#### **2.4 Guerra no Prata, guerra na Corte: o embate nos jornais ilustrados**

Na questão do conteúdo das matérias que chegavam ao Velho Continente, é importante salientar que quando ampliamos a análise dos jornais brasileiros produzidos no período da guerra, fica nítido que nem todos os jornais e revistas ilustrados que circulavam no Rio de Janeiro e nas demais províncias eram hostis ao Império como bem demonstra Mauro César da Silveira (1996) no seu livro “A Batalha de Papel – A Guerra do Paraguai Através da Caricatura”, contrariando assim visões de vários autores mais tradicionais, como André Toral (2001) e Nelson Werneck Sodré, na sua obra de referência sobre a História da Imprensa no Brasil, publicada em 1966, que aponta que a imprensa de uma maneira geral era contra os interesses do Estado brasileiro.<sup>155</sup>

Corroboro que o apoio ou a desaprovação da guerra estavam condicionados a vários fatores, multifacetada pela quantidade de periódicos e pelas forças políticas que se digladiavam na sociedade brasileira e no próprio interior das redações dos jornais, nos debates entre proprietários editores, articulistas e correspondentes.

Por isso, quando em fevereiro de 1868 dois dos maiores representantes da imprensa da Corte entraram em conflito, os jornais *Jornal do Commercio* e o *Correio Mercantil*, um outro periódico de uma linha mais satírica, a *Semana Illustrada*, através de seu personagem central “Dr. Semana”, não deixou por menos e escreveu uma crônica sobre o assunto, entrando na discussão e deixando claro o lado que pretendia defender.

Ao comentar as agressões feitas pelo periódico *Correio Mercantil* ao *Jornal do Commercio*, acusado de ser favorecido na entrega de notícias sobre a guerra devido à proximidade com o governo, o narrador da *Semana Illustrada* afirmava que o “fim da imprensa é outro, é mais nobre. Hoje cada cidadão tem obrigação de fazer tudo o que está

---

<sup>155</sup> Cf. SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; TORAL, André. *Imagem em desordem - a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: USP, 2001.

nos seus esforços para coadjuvar o ministério, para acabar primeiramente esta guerra prolongada para restituir-nos a glória da honra nacional.”<sup>156</sup> E arrematava qual deveria ser o papel da imprensa nesses difíceis anos de guerra:

[...] animar, para não deixar esfriar a coragem e o patriotismo, educar pelos fatos históricos de todos os povos do universo e mostrar os exemplos dos heróis, isto é e deve ser o motor da imprensa.<sup>157</sup>

Ora, a *Semana Illustrada* também foi acusada por essa proximidade com o governo e por seu caráter oficialista, tendo como contraponto mais ferrenho outro periódico ilustrado, de tendência liberal, *A Vida Fluminense*, como veremos adiante, instaurou-se uma guerra na Corte.

Apesar alguns jornais servirem de porta-vozes dos governos imperial e provincial de acordo com as tendências liberais ou conservadoras que momentaneamente detinham o controle do processo político, no início do conflito o ardor patriótico tomou conta dos discursos veiculados na imprensa, deixando as disputas partidárias de lado.

Contudo, com o passar do tempo e com as notícias de morte, fome, deserções, aumento de impostos para financiar o esforço de guerra, bem como, as alternâncias de gabinete de governo, seja na Corte, seja nas provinciais, o apoio dos jornais começou a oscilar bastante.

O mesmo jornal que num momento criticava abertamente a guerra, o alistamento, era o mesmo jornal que publicaria manchetes contra a paz negociada, que qualificaria Solano López de monstro, bárbaro, entre outros adjetivos pejorativos, acirrando cada vez mais o debate político em torno da guerra e sua condução. Tudo isso, de acordo com os interesses momentâneos dos editores locais e das ligações políticas que eles detinham com o governo que ora estava no comando da administração pública, ora ela aliado do poder. Como exemplo, citamos um comentário de Silveira (1996) sobre Ângelo Agostini, um dos maiores caricaturistas de jornais à época e ferrenho opositor à guerra:

A própria publicação em que Agostini se projetou no Rio essa época, “A Vida Fluminense” – sucessora de “O Arlequim”, onde ele também atuara – que constratava com o deslavado ufanismo da *Semana Illustrada* e do *Paraguay Illustrado*, não escapou do clima de nacionalismo que se abateu sobre a corte e publicou mapas mostrando exitosas manobras militares brasileiras e retratos homenageando nossos mais abnegados heróis – em números bem reduzidos, é verdade.<sup>158</sup>

---

<sup>156</sup> *A Semana Illustrada*, de 2 de fevereiro de 1868.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

<sup>158</sup> Cf. SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel... ob.cit.*, p. 77.

Além do papel dissonante assumido por algumas dessas publicações ilustradas, elas no seu conjunto, significaram uma radical mudança na apresentação gráfica dos trabalhos jornalísticos que chegavam às mãos da população, oferecendo uma visão alternativa da realidade brasileira, em especial nesses difíceis anos de guerra.

Em tempos que a fotografia ainda não era muito difundida entre a população, as primeiras imagens retratadas como desenhos à bico de pena provocaram imenso furor. Deve-se ter em mente, também, as possibilidades abertas ao grande contingente de analfabetos do país: o primeiro recenseamento da história brasileira, datado de 1872, mostra um índice de apenas 15,75% de alfabetização nos 9.930.478 habitantes.

Outra perspectiva para se pensar essa circulação de ideias para além de uma elite letrada é apontada por Humberto Machado (2010): “Por onde circulavam as notícias e as últimas novidades, era comum a leitura em voz alta. [...], os periódicos eram mais ouvidos e vistos do que lidos.”<sup>159</sup> A partir dos periódicos ilustrados, em particular, os leitores brasileiros podiam finalmente “ver” os acontecimentos na imprensa. O impacto das imagens era flagrante; figuras chegavam a ocupar inteiramente as páginas das publicações.

Em relação ao Brasil, a imagem paradisíaca reforçou um mito que começou a ser moldado com os primeiros viajantes que estiveram no país, sob forte influência do romantismo europeu. Um aspecto bastante interessante na composição imaginária da época é que o Brasil se apresentava como “uma entidade independente do governo, ao passo que o inimigo López encarnava o maléfico regime a ser combatido.”<sup>160</sup>

Uma das imagens mais correntes da relação Brasil – Paraguai na guerra é de que as tropas imperiais materializavam o anseio nacional de ver o bárbaro inimigo vencido, nesse sentido, a representação recorrente construída nas páginas dos principais jornais da imprensa da Corte era de que a população de quase 10 milhões de habitantes do Brasil, na época, estava completamente mobilizada, em uníssono, para levar adiante a nobre missão civilizadora sobre o solo guarani.

Em um primeiro momento, muitas pessoas atenderam, de fato, ao chamado para a formação dos Corpos de Voluntários da Pátria, todavia, com o desenrolar do conflito,

---

<sup>159</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil*. Revista do IGHB, Rio de Janeiro, a. 171 (448):31-62, jul/set 2010.

<sup>160</sup> Cf. SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel... ob.cit.*, p.164.



tendo o fator tempo como desgaste, evidenciou-se a contrariedade de muitos brasileiros em defender o país nos campos de batalha. O apelo para que todos acompanhassem o voluntário número 1, como se intitulava D. Pedro II, não surtiu o efeito desejado a longo prazo.

**Figura 16.** O Imperador como 1º Voluntário da Pátria, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul.



**Fonte:** *A Semana Illustrada*, de 25 de outubro de 1865.

Porém, este apelo deveria contar com a ajuda da imprensa para sua legitimação, imbuído no discurso propagado pela imprensa ilustrada da Corte, estampado nas imagens e nos editoriais, associando a mobilização das forças militares à ameaça do inimigo bárbaro. Esta mobilização ocorreu de uma certa forma e a imprensa adotou o discurso oficial que o Império defendia como sendo a civilização que combatia a barbárie, assim como, se empenhou em divulgar a campanha de mobilização do governo.

Ricardo Salles (1990) registra o oferecimento de serviços e a doação de alguma soma de dinheiro e objetos de valor, como joias, mesmo por pessoas das camadas mais baixas da população, geralmente simples funcionários públicos, como exemplos de adesão física à guerra – coisa significativa na excludente sociedade escravista da época. Porém, o mesmo Salles reconhece que o ardor nacionalista foi diminuindo com o passar do tempo.

Mauro Cesar da Silveira (1996), ao analisar grande número de caricaturas e charges produzidas nos jornais da Corte na época da guerra nos aponta uma outra função, que não a de recrutamento, mas, nem menos importante,

Se os jornais ilustrados não conseguiram induzir muita gente a usar espontaneamente a chapa metálica de voluntário da pátria sobre o braço esquerdo, ao que tudo indica, foram eficientes em moldar a silhueta – embora deformada – do inimigo.<sup>161</sup>

Logo, a imagem da selvageria paraguaia se contrapondo a civilização brasileira conseguiu ser sedimentada no imaginário social da época, ficando suas raízes vivas por um longo período.

Tal como o embate já comentado entre o *Jornal do Commercio*, de tendência conservadora e o *Correio Mercantil*, liberal, nos ateremos a outro caso exemplar que demonstra essa grande discussão em torno da guerra, seus rumos e o apoio às ações do governo com relação ao conflito. Falo do embate que se verificou entre dois importantes periódicos ilustrados que se digladiaram na Corte, tendo como polos de discussão, dois grandes desenhistas da época, Henrique Fleiuss da *Semana Illustrada* e Ângelo Agostini de *A Vida Fluminense*.

Não é nossa intenção fazer uma apresentação mais aprofundada desses dois personagens tão marcantes nesse período conturbado de guerra na imprensa brasileira, nem caracterizar as linhas editoriais dos seus periódicos. No entanto, é sintomático do período esse estado de beligerância entre alguns jornais e, acreditamos que, a *Semana Illustrada* e *A Vida Fluminense* caracterizaram e nortearam essas duas tendências de situação e oposição existente à época, particularmente, entre os periódicos que se propuseram a utilizar farta quantidade de imagens em suas edições hebdomadárias, a linha, como se autointitulavam “joco-seria illustrada”.

Como já foi dito, a partir da segunda metade do século XIX, a imprensa ilustrada brasileira teve um maior desenvolvimento por meio do surgimento de vários periódicos e revistas com imagens, muitas de cunho humorístico (caricaturas e charges), impulsionados pelo melhoramento das técnicas de impressão.

Nesse período, os jornais se concentravam nos principais centros urbanos brasileiros. Entre eles estava a *Semana Illustrada*, fundada na Corte do Rio de Janeiro por Henrique Fleiuss, em 1860, e que manteria sua circulação e periodicidade até 1876. Considerado um pioneiro da imprensa ilustrada humorística no Brasil<sup>162</sup>, Henrique

---

<sup>161</sup> *Idem*, p. 141.

<sup>162</sup> LIMA, Herman. *Henrique Fleiuss*. In: *História da Caricatura no Brasil* - vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p. 745

Fleius nasceu em Colônia em 1823, na Prússia Renana, época em que o território alemão era formado por estados alemães ainda não unificados.

Em sua cidade natal e em Düsseldorf cursou Belas Artes, além de Ciências Naturais em Munique. Chegou ao Brasil em 1858 por sugestão de Carl von Martius (1794-1868), que passou uma temporada no norte do Brasil. Fleius era discípulo de Martius, pela sua formação em Ciências Naturais, e, ao chegar ao Brasil, foi para o Norte produzindo aquarelas sobre as regiões visitadas. No ano seguinte, estabeleceu-se na Corte e fundou com o irmão Carlos Fleius e com o litógrafo Carlos Linde um estabelecimento tipo litográfico.

Amigo de D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Christina, Henrique Fleius frequentava o Paço Imperial e era bem relacionado nas mais altas rodas da Corte.<sup>163</sup> Em 1863, sua oficina foi transformada, pelo próprio D. Pedro, em Imperial Instituto Artístico. Devido a essas relações de amizade e apoio mantidas com o poder monárquico, Fleius foi alvo dos demais artistas, rendendo-lhe o título de conservador e acrítico ao governo, entre seus críticos mais ferrenhos, encontramos o próprio Ângelo Agostini.

A *Semana Illustrada* seguia a estrutura física dos jornais do século XIX: era composta por oito páginas, sendo quatro de textos e quatro de ilustrações. Fleius não foi o único artista do periódico; ele contou com a colaboração de outros desenhistas e escritores em diversos momentos, inclusive Machado de Assis.

A *Semana* apresentou duas características que assinalaram todo o seu período de circulação. A primeira foi o cabeçalho que apresentava um homem caolho, com trajes medievais, que segurava com a mão direita um exemplar da revista, e com a esquerda manjava uma lanterna mágica com os dizeres: "Ridendo castigat mores", uma máxima em latim traduzida como "rindo, castiga os costumes"<sup>164</sup>.

A segunda peculiaridade foram os personagens do periódico: o Dr. Semana e o Moleque, um menino escravo. Os dois apareciam opinando ou interagindo em determinada situação. O Dr. Semana foi usado por Fleius para emitir suas opiniões, ou seja, ele representava o seu criador abrigado sob um pseudônimo e uma personagem.

---

<sup>163</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Henrique. Fleius: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859 – 1882)*, disponível em <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/lretmo/Guimarães%20Lucia.doc>, p. 6

<sup>164</sup> Esta tradução encontra-se em NEVES, Roberto de Souza. *Dicionário de expressões latinas usuais: 15.000 adágios, provérbios, máximas etc.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Sobre o papel desempenhado desse periódico no esforço de guerra, Carlos Costa (2007) em sua tese de doutorado intitulada *A Revista no Brasil, o século XIX*, comenta que quando estourou o conflito, no final de 1864, o dono e editor da *Semana* se aproveitou desse ambiente de crise para aumentar suas vendas:

[...] esperto e bem relacionado, Henrique Fleiuss recebeu na redação um grupo de jovens oficiais prestes a seguir para o campo de batalha e convenceu-os a enviar relatos exclusivos para sua revista. Na ocasião chegou até a ensiná-los os princípios básicos de uma nova arte, a fotografia, que chegou pouco mais de uma década antes.

Pelas fotos enviadas por esses oficiais, Fleiuss pôde reproduzir em litografia cenas de batalhas e seus principais personagens, publicando-as na *Semana Illustrada*, alavancando a tiragem da sua revista e contribuindo para torná-la a mais popular do seu tempo.<sup>165</sup>

Como vimos, a *Semana Illustrada* teve na cobertura da guerra contra o Paraguai correspondentes militares que atuavam na frente das batalhas. Enviavam notícias principalmente pelos paquetes que faziam o trajeto do alto Paraná, passando pelo Estuário do Prata e Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul, até chegar ao Rio de Janeiro.

Colaboraram com o periódico o então 1º tenente do Exército Alfredo d'Escagnolle Taunay, futuro Visconde Taunay, o capitão Antônio Luiz Von Hoonhotz, futuro Barão de Tefé e o capitão Conrado de Niemeyer, da armada imperial, entre outros, inclusive, um certo *Levarriba*, pseudônimo do almirante Joaquim José Ignácio, mais tarde Visconde de Inhaúma.<sup>166</sup>

As imagens eram feitas no *front* e enviadas para a revista que reproduzia por meio da litogravura. O jornal ilustrado também fazia referência a que o público somente acreditasse nas notícias oficiais, como ocorre no seguinte trecho: “(...) Ninguém acredite senão em notícias officiaes, transmittidas oficialmente, depois de verificada a autenticidade delas”.<sup>167</sup>

---

<sup>165</sup> COSTA, Carlos Roberto da. *A Revista no Brasil, o século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p.156.

<sup>166</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Henrique. Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859 – 1882)*, disponível em <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/lretmo/Guimarães%20Lucia.doc>, p. 10

<sup>167</sup> *A Semana Illustrada*, de 3 de setembro de 1865.

**Figura 17.** Capa do periódico *A Semana Illustrada*, onde se evidencia no cabeçalho o homem caolho em trajes medievais e os dois personagens principais da folha: o Dr. Semana e o Moleque.



**Fonte:** *A Semana Illustrada*, de 22 de dezembro de 1861.

A *Semana Illustrada* apoiou a posição do governo para a mobilização geral da sociedade através do recrutamento, apoiou também pela continuidade da guerra até a queda de López e para que não se medisse esforços – custos humanos, materiais e sociais – para o cumprimento a missão civilizadora do Império. Conforme editorial de 06 de agosto de 1865, intitulado “novidades da semana”:

A guerra! A guerra!

O dr. Semana não quer, nem pode ser indiferente ao assumpto magno da situação. O diário do Rio já fallou sobre a guerra. O Jornal do Commercio já fallou sobre a guerra. O Correio Mercantil ainda não fallou...

Mas o Correio Mercantil tem direito de ser reservado desde que esta em missão especial e extraordinária por causa da mesma guerra. Todos enfim têm fallado ou fallão da guerra como o objecto da preocupação geral.

A pátria está em perigo!

A guerra é uma questão nacional!  
O patriotismo brasileiro está em prova!  
Todos os sacrifícios são poucos!  
Às armas! [...]  
O Brasil é civilisado e possui um governo regular.  
O Paraguai é semi-selvagem e não tem mais do que um espantinho de governo tirânico. [...]  
Eia! Pois! O Dr. Semana faz também um apelo aos brasileiros e sobre tudo aos seus assignantes. **Tomamos o compromisso de fazer chegar a Semana Illustrada ao acampamento do exército para seu exercício nas horas vagas:** e se é preciso um premio offerece o Dr. Semana tirar o retrato de todos os bravos que se alistarem formando um quadro monumental que sirva de posteridade á gloria dos vencedores!  
Eia! Pois! Às armas! Ao Paraguay! Á Victoria!  
Dr. Semana<sup>168</sup> (grifo nosso)

Apesar de todo apoio do jornal, nesse editorial ficava nítida a angústia da continuação da guerra e de mover todos os recursos para que se finalizasse a campanha do sul. Reclamava-se do exército que faltava ao país, que acelerasse as ações no Paraguai, dado que não deixava de considerar a aflição de todos ou parcela da sociedade que eram atingidos pela guerra.

O jornal não ataca pessoalmente nenhum chefe de estado aliado e também poupa os chefes militares brasileiros e suas manobras do teatro de operações. Apenas apresenta os militares brasileiros e seus aliados como heróis a serem enaltecidos, porém, para o objeto de nosso trabalho é revelador a questão do envio de jornais aos campos de batalha para seu exercício nas horas vagas.

O periódico ainda vai criticar os “novelleiros” pela completa contradição nas notícias que traziam da campanha do sul em relação às oficiais. De acordo com o título “Cautella contra os novelleiros”, tem-se a seguinte orientação:

[...] inventam derrotas, cercos, privações, mortes, misérias de todas as espécies, de sorte que, a ser exata metade de suas asserções, umas vezes com tom de piedade, outras com a arrogância de acres censuras, o Brasil deveria meter a cara dentro de um sacco, porque não tem generais, oficiais superiores e subalternos, soldados, que saibam combater.

[...] qualquer medida de repressão neste sentido é grande favor, principalmente ás famílias, aos parentes e amigos dos bravos, que combatem pela pátria nos campos do Paraguai.

Assina o Anti-Paraguaio<sup>169</sup>

---

<sup>168</sup> *Idem*, de 6 de agosto de 1865.

<sup>169</sup> *Idem*, de 26 de janeiro de 1867.

Assim, o jornal declarava ser apenas fontes oficiais as que realmente retratavam com veracidade os acontecimentos da região guarani, desmerecendo outras fontes que poderiam fornecer um olhar alternativo da guerra. Visões que poderiam mudar a produção de imagens e da memória que se pretendeu construir do conflito.

Portanto, o periódico deixava claro sua intenção oficialista, comprometida em relatar os fatos a partir dos militares brasileiros. É a partir desta declarada e nítida parcialidade na cobertura da guerra e do apoio incondicional do semanário que outros periódicos levantaram dúvidas sobre subvenções a que a *Semana Illustrada* poderia receber diante de tanta propaganda e apoio aos projetos mobilizadores do governo na campanha contra o Paraguai. Quanto a isso, Fleiuss se defendia em seu jornal:

De nossa parte declaramos aqui em alto e bom som que não servimos nunca ao governo como testa-de-ferro, que o Dr. Semana não deve finezas de qualidade alguma aos ministros, e que é bastante independente para não pedir obséquios e favores senão os que recebe do público. A Semana é o único responsável pelos seus desenhos e escritos, que não são influídos por pessoa alguma. Graças à nossa independência, alcançada pelos imensos esforços de servir bem aos nossos assinantes, de ficar sempre nos limites da mais rigorosa decência [...], não tememos os insultos desses que não têm mostrado amor à pátria, interesse pela causa pública e o devido respeito aos colegas da imprensa.<sup>170</sup>

Em contraposição a Henrique Fleiuss e a *Semana Illustrada*, temos a figura, do também estrangeiro, o italiano Ângelo Agostini, nascido em Piemonte, segundo nos informa Joaquim Nabuco em artigo publicado no jornal *O Paiz*, em 10 de outubro de 1888, Agostini era um idealista, não preso à prática política institucional, mas interessado nos reflexos dessa prática na realidade das pessoas:

[...] Angelo Agostini teve a fortuna de ser o que se pôde chamar em matéria de liberalismo o caráter bem equilibrado, o daquele que ama a liberdade, não pela palavra, mas pela cousa, não pela doutrina, mas pelo fato, e, sobretudo não por si, mas pelos outros [...]<sup>171</sup>

Saindo, ainda novo, de sua terra natal, Agostini morou em Paris, onde fez seus estudos e deve ter frequentado academias de arte, até sua vinda ao Brasil, aos 17 anos, em companhia do padrasto, o português Antonio Pedro Marques de Almeida.<sup>172</sup> Antes de vir para a Corte participou de dois periódicos ilustrados em São Paulo, o *Diabo Coxo* (1864) e *O Cabrião* (1866 – 1867), já nessas publicações de cunho satírico o tema “guerra” era recorrente nas ilustrações realizadas por Agostini.

---

<sup>170</sup> A *Semana Illustrada*, em 3 de fevereiro de 1868.

<sup>171</sup> *O Paiz*, em 10 de outubro de 1888.

<sup>172</sup> CAGNIN, Antonio Luiz. *Foi o Diabo*. Diabo Coxo: Edição Fac-similar. São Paulo: Edusp, 2005. p. 17.

Em 1868, devido ao fim de *O Cabrião* em São Paulo, mudou-se para a capital do Império, sendo acolhido no periódico *O Arlequim* (1867), que seria substituído, já tendo Agostini como integrante do jornal, pela *A Vida Fluminense* (1868 – 1876), a qual iremos nos ater, pois, esse periódico se propôs a disputar com a *Semana Illustrada* a cobertura da guerra, em especial, na cobertura visual do conflito.

É importante salientar que o próprio *O Arlequim* já derivara de outro periódico chamado *Bazar Volante*, que circulara na Corte entre 27 de setembro de 1863 a 28 de abril de 1867 e que se propunham a dar um enfoque mais crítico a cobertura do conflito em contraponto à *Semana*.

*A Vida Fluminense* (1868-1875) foi um jornal de crítica que se intitulava folha joco-séria ilustrada e que publicava revistas, caricaturas, retratos, modas vistas e músicas<sup>173</sup>. Nas páginas do jornal um dos temas mais amplamente divulgados foi a Guerra do Paraguai. Os leitores eram informados não só dos acontecimentos e dos avanços dos aliados na guerra, como também, a eles eram oferecidos desenhos dos mapas das operações militares, de membros de grande destaque do exército e imagens relacionadas ao inimigo e aos chefes militares aliados. Participaram da parte ilustrada d'*A Vida Fluminense* além de Ângelo Agostini, Antonio Alves do Vale de Sousa Pinto, o Vale, Candido Aragonês de Faria e Luigi Borgomainerio.

Em franca disputa com a *Semana*, *A Vida Fluminense* noticiará no seu editorial, em fevereiro de 1869, em seu nº 59 que:

Os desenhos da guerra que a Vida Fluminense tem publicado são os únicos fidedignos por serem feitos segundo dados e informações oficiais, disse eu no ano passado.

[...] No Brasil, ainda maior tem sido a manifestação pública em favor dos quadros da Vida Fluminense. Nas Vidraças de inúmeras casas de comércio da capital do Império vêem-se cópias fotográficas, em diversos formatos, de todos os episódios da guerra e retratos de generais que temos publicado até hoje; e tal é a procura que as edições se esgotam em poucas semanas. Durante alguns dias estiveram expostos numa loja da rua do Ouvidor dois grandes quadros a óleo, em que se copiou fielmente deste semanário a passagem de Humaitá e a abordagem dos encouraçados.

[...] Ide a loja de moedas Aux Champs Elysées, da rua do Ouvidor, em frente a Notre Dame de Paris, e aí vereis igualmente um transparente, reproduzindo a passagem de Humaitá tal qual publicamos. Até nas folhinhas do Laemmert encontrareis várias cópias dos nossos desenhos! Querem mais claro? Querem provas mais convincentes de que os quadros da guerra, que este semanário tem dado à estampa, são os únicos que o público considera verdadeiros?

---

<sup>173</sup> *A Vida Fluminense*, de 4 de janeiro de 1868.



[...] Há gente capaz de tudo; por isso talvez haja quem se persuada que toda esta enfiada de provas só tem por fim encarecer nossos desenhos, para dar-lhes mais saída. Engano! Meu intento é diverso: é demonstrar que existindo aqui dois jornais ilustrados, pela predileção tão manifesta do público em favor de um deles, se evidencia quanto o outro se tem desprestigiado.<sup>174</sup>

Neste comentário, publicado na *Vida Fluminense*, encontra-se dados relevantes para se compreender que as imagens circulavam até no exterior e eram reproduzidas nos mais diversos meios disponíveis.

**Figura 18.** Um Voluntário da Pátria negro alforriado e veterano de guerra voltando ao Brasil e observando a escravidão e suas mazelas estampadas na prática dos castigos físicos



**Fonte:** Jornal *A Vida Fluminense*, em 11 de junho de 1870 (desenho de Angelo Agostini).

Nota-se que Agostini não deixava de atacar Fleiuss dizendo que suas imagens são as únicas verdadeiras e chamando de fantasiosas as produzidas pelo concorrente. Sobre o mesmo assunto, a questão da originalidade das imagens, em aviso ao seu leitor, Fleiuss defende os originais que recebera do teatro de operações e destaca que não é feita nenhuma alteração da composição das imagens.

– Ao publico – quem tiver interesse de ver os originais, que me foram remetidos pelo Exmo Sr. Visconde de Inhaúma e os outros, amigos da esquadra e do exercito, dirija-se ao Imperial instituto Artístico, Largo do São Francisco de Paula n. 16, onde se acham exposto tais desenhos. Ao mesmo

<sup>174</sup> *Idem*, de 15 de fevereiro de 1869.

tempo declaro ao publico, que os quadros não são composições e sim copias dos originais, que me mandaram de lá; levantados nos lugares da ação e desenhados do natural. É pois bem visto que eu não posso fazer a menor emenda ou modificações nos originais para não carregar com qualquer inexatidão que se dê, inventando cousas, que não se acham nos desenhos remetidos e que muito depreciarão a verdade dos fatos.<sup>175</sup>

Como se verifica nesses poucos exemplos, houve, de fato, uma guerra também na imprensa, nesse caso, a da Corte, no entanto, devido as diferentes forças políticas que compunham o cenário brasileiro à época e suas ligações com os donos de jornais, desde a capital até as províncias, não é de se estranhar, que esse embate também existiu nos diferentes periódicos que eram publicados nas províncias do vasto Império.

Esse interessante panorama da imprensa nos anos de guerra remete-nos a pensar na complexidade não só da imprensa como também do público leitor, contribuindo assim para um melhor entendimento do papel dos impressos no período. Até o fim da guerra, essa celeuma entre a *Semana Illustrada* e *A Vida Fluminense* persistiu. Inclusive sobre a cobertura da morte de Solano López, amplamente documentada pela *Semana*, *A Vida Fluminense* disparava contra sua persistente concorrente:

A *Semana Illustrada* publicou um desenho que representa o Chico Diabo matando o López. Eu queria só que me dissessem onde e como conseguiu a *Semana* o retrato do Chico Diabo e desafio o colega a que o declare. Nós costumamos ter em exposição no nosso escritório todos os retratos e croquis por onde nos guiamos aos senhores assinantes. Pode a *Semana* fazer o mesmo?

Não pode, e tanto que apresentou o cabo riograndense ferindo em pleno peito o finado déspota paraguaio, que foge a cavalo, quando ninguém ignora que López foi morto por uma lança nas costas, quando, fugindo a pé, tentava subir a barranca do rio! É caçar muito com o publico!<sup>176</sup>

Problematizando alguns autores que nos serviram de referência em suas abordagens a respeito da imprensa na guerra, verificamos que, diferentemente do que aponta Ricardo Salles (2003), em seu livro “Guerra do Paraguai: memórias e imagens”<sup>177</sup>, os periódicos serviram-se de pessoas que faziam esse papel de correspondentes, trazendo para os periódicos informações atualizadas a respeito do conflito, particularmente esse tema que evidencia essa rede de comunicação será melhor estudada em capítulo posterior desse trabalho.

---

<sup>175</sup> *A Semana Illustrada*, de 8 de março de 1868.

<sup>176</sup> *A Vida Fluminense*, de 16 de abril de 1870.

<sup>177</sup> SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memória e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003, p. 166.

Em relação à posição da imprensa de modo geral, Nelson Werneck Sodré (1999) ressalta que “a guerra não teve, no Brasil, em toda a sua longa duração, boa imprensa”.<sup>178</sup> Mauro César Silveira (1996) aponta que em trabalho anterior, intitulado “A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai”, publicado em 1995, André Toral tenha enfatizado que a imprensa fora francamente impatriótica. O autor rebate a asserção de Silveira salientando que

afirmei, sim, que a imprensa ilustrada era oportunista, procurando estar em sintonia com a opinião pública sobre a guerra. Quando a guerra tornou-se impopular, a partir de 1866, a imprensa ilustrada passou a atacá-la; Quando a proximidade da vitória fê-la popular, a imprensa mudou de opinião.<sup>179</sup>

Toral discorda de Silveira, dizendo que a tese de que as imagens, em particular, as caricaturas foram armas largamente usadas pelo Império durante a guerra é difícil de sustentar, tendo em vista a completa liberdade de expressão concedida pessoalmente pelo Imperador naquele período.

Em seu trabalho sobre a caricatura como arma de guerra Silveira (1996) vai comprovar que a mensagem principal das imagens caricatas visava atacar Solano López e seus soldados, contudo o autor reconhece que não teve impacto imediato nas camadas populares brasileiras.<sup>180</sup>

As imagens, sobretudo as da *Semana Illustrada*, atacaram Solano López e seus seguidores, conformando um modo de ver o presidente paraguaio. Inimigo que seria representado como animal, fugindo com sacos de dinheiro e sendo apedrejado por seus compatriotas.

Ocorre ainda que essas imagens contribuíram com o esforço do Império em mobilizar a sociedade para a causa em questão, definindo o embate entre o bem e o mal, o império civilizador contra a república selvagem. É certo que os diferentes discursos, em especial, as imagens veiculadas na imprensa forneceram um deslocamento da realidade, já que pouco se sabia do Paraguai e sua condição social, econômica e geográfica que tanto atrasou os avanços aliados em território guarani.

---

<sup>178</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.202.

<sup>179</sup>TORAL, André. *Imagem em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: USP/FFLCH, 2001, p. 63.

<sup>180</sup> Cf. SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel... op. cit.*, p. 53.

No entanto, é preciso deixar claro que fora feita ampla gama de ações para a mobilização geral dos brasileiros para fins de recrutamento. Contos, poesias, artigos, imagens nacionalistas em impressos avulsos, peças de teatros, apresentações públicas, ente outras ações, formaram um rol considerável em torno do episódio.

Pode-se inferir, baseando-se nas informações colhidas, que existiu no período do conflito platino um público leitor considerável dos jornais ilustrados, levando-se em conta a quantidade de folhas ilustradas que circulavam na capital do Império e as imagens impactantes que representavam o evento bélico. Mais ainda, a guerra era um produto que vendia de tudo, envolvendo uma rede de produção, circulação e recepção das informações do palco das batalhas.

Poder-se-ia afirmar que os jornais não eram de grande alcance popular devido a seu preço e linguagem, tendo em vista uma população praticamente analfabeta. Entretanto, por meio das imagens havia possibilidade de atingir também os não letrados. Marco Morel (2003) sustenta que deve ser relativizada a ideia de que somente a elite tinha acesso às informações dos periódicos. Um dado relevante são as leituras públicas que se faziam nas casas e nas livrarias

[...] em uma cidade como o Rio de Janeiro nem sempre era preciso pagar para ler: havia espaços de leitura pública, como a Biblioteca Real (desde 1813 aberta a qualquer leitor gratuitamente), sem mencionar as leituras em voz alta, proferidas em pequenos grupos, esquinas, boticas, tabernas ou residências, registradas por diversas testemunhas – relativizando assim as fronteiras entre o universo letrado e a transmissão oral [...] <sup>181</sup>

A leitura não ficava apenas no âmbito individual, pois com os espaços públicos a disseminação da informação dos periódicos atingia diferentes camadas da população, inclusive as excludentes.

Para Marco Morel “havia encontros em local público ou fechado, disseminava-se a leitura coletiva e em voz alta, reminiscências das práticas culturais do Antigo Regime”<sup>182</sup>. Dados relevantes ainda que sejam no período da primeira metade do século XIX. Portanto, os jornais não estavam somente ao alcance dos letrados, sendo assim, não deixavam de chegar ao conhecimento dos que não sabiam ler.

---

<sup>181</sup> MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 90.

<sup>182</sup> Idem, p. 77.

**Figura 19.** O Cabo de Cavalaria Francisco Carlos Lacerda lança Solano López. Lê-se no jornal o seguinte texto: “Chico Diabo atravessando com uma lança o monstro mais bárbaro e hediondo, que tem visto o mundo – o execrando Francisco Solano López, destruidor de sua própria pátria!”



**Fonte:** *A Semana Illustrada*, de 27 de março de 1870.

As transformações sociais, políticas e econômicas vão denunciar um novo panorama para a sociedade escravocrata monárquica de então. O desenvolvimento da infraestrutura começava a alterar a paisagem do país e, nesse sentido, colaborou com a imprensa, na medida em que acelerou a troca de informações, além do fluxo migratório que acompanhou a nação,

Da maioria à Conciliação tudo fora sem tropeços para o latifúndio escravista, superada a grave crise da Regência; a esquerda liberal fora esmagada; as rebeliões provinciais reprimidas com inaudita violência. Os anos cinquenta anunciam o auge do poder imperial, que removeu todos os obstáculos e não receia que reapareçam; a imprensa reflete a estagnação dominante. Mas os anos sessenta começam a anunciar mudanças: a crise de 1857 repete-se em 1864, em circunstâncias ainda mais profundas; surge o conflito militar platino, de sérias consequências na vida política do país; a suspensão do tráfico negreiro, dez anos antes, mostra claramente os seus efeitos; [...] Ao fim da década de sessenta, com a guerra terminada, tudo indica o início de uma fase nova, com reformas que se impõem e não podem ser proteladas; Vai começar a agitação.<sup>183</sup>

---

<sup>183</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História ... op. cit.*, pp. 200-1.

É nesse ambiente estremecido que se articulou a imprensa brasileira e seus personagens de época. A elite monárquica que se complexificava, condutora do processo político, vai imaginar a nação com as suas reformas que modificarão toda estrutura social e política que fora provocada, dentre outros fatores, pela eclosão da guerra.

## CAPÍTULO 3

### A PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS NO ESFORÇO DE GUERRA BRASILEIRO

De certo, a década de 1860 foi um marco para a imprensa brasileira, um momento de transformação que apontou para um amadurecimento desse setor, que progressivamente se tornou mais complexo e profissional.

Acreditamos que a logística empregada para a produção de informação do conflito no Paraguai contribuiu para essa mudança: a distância dos acontecimentos, a massa de homens envolvida, os recursos despendidos pelo Império, a popularização da litografia e principalmente os aspectos trágicos que uma guerra traz consigo, como grande produtora de notícias e manchetes jornalísticas, fizeram com que surgisse uma importante rede de comunicações que ligava proprietários dos periódicos brasileiros a vários novos profissionais, como fotógrafos e os correspondentes de guerra, que em muitas vezes, eram os próprios militares, oficiais que eram contratados pelos editores e donos dos jornais para “cobrirem” esse conflito.

Essa rede de comunicações, que em muitos casos se baseou numa rede de sociabilidades, preexistente antes mesmo da guerra, se evidencia quando verificamos correspondências trocadas entre personagens que integravam a imprensa, a política e os militares da Corte do Rio de Janeiro e das diversas províncias brasileiras enviados à frente de combate.

#### **3.1 O caso de Machado de Assis: típico literato e articulista de jornais**

Examinando, em particular, as cartas de Machado de Assis, então jovem escritor que trabalhou como articulista em diversas “folhas” da cidade do Rio de Janeiro, durante a Guerra do Paraguai, é recorrente as citações quanto a existência dessa rede de sociabilidades entre esses “homens de imprensa”, literatos como o próprio Machado e militares que iam para o *front* e se encarregavam de enviar, via correio marítimo, informações textuais ou até mesmo esboços de mapas do terreno que serviam de base para as matérias dos jornais e que, às vezes, eram transcritas sem mudanças a fim de evidenciar um certo grau de realidade e contato do público leitor com a distante guerra em andamento.

Anos mais tarde, Joaquim Maria Machado de Assis irá se consagrar como o maior romancista brasileiro de todos os tempos, produzindo uma vasta obra literária e se distinguindo em outros campos das artes como o teatro e a poesia, sendo inclusive, um dos fundadores e primeiro presidente eleito, por aclamação, da Academia Brasileira de Letras, em 1896. Por ora, nesses nebulosos tempos de guerra, encontrava-se Machado de Assis com seus 26 anos de idade, mas, já frequentador assíduo das principais rodas de intelectuais, donos de jornais e políticos da época, importantes círculos de homens que liam e era lidos, através das suas produções intelectuais, dentre elas, as crônicas e textos noticiosos publicados nos periódicos em circulação na capital do Império do Brasil.

É possível verificar também que a situação privilegiada dos oficiais da Armada Imperial Brasileira (como era chamada a Marinha do Brasil), devido ao serviço de correios realizado regularmente através da navegação, o que fez com que muitos deles se transformassem em potenciais correspondentes, a serviço dos donos dos jornais brasileiros, por interesses políticos ou mesmo por alguma soma de dinheiro.

Outra interessante rede que deve ser evidenciada é a do próprio Machado de Assis com os militares da Corte. Nuno Alvares Pereira e Souza, crítico literário e tradutor, amigo de Machado, em 16 de março de 1865, assim se expressa, em carta pessoal:

Meu caro Machado de Assis

O portador destas linhas é o meu bom amigo o Senhor José Ferreira Pimentel Bellosa. A seu pedido te escrevo, a fim de que te empenhes calorosamente com o nosso poeta o Chico Guimarães, para na organização de seu corpo de voluntários requisitar para uma das vagas de Alferes, o 1º Cadete do 5º Batalhão de Infantaria, Marcos Aurélio de Farias Bourguin, meu comprovinciano e moço muito distinto. Não tenho relação com o Pinheiro Guimarães, por isso te importuno e insistentemente peço-te que uses de toda a tua influência para alcançarmos aquela nomeação.<sup>184</sup>

Porém, muitos desses arrematados nunca mais retornaram. Destacamos o caso emblemático de um certo capitão Remígio, morto na guerra, amigo em comum de Machado de Assis e de importantes políticos e jornalistas de época, como Quintino Bocaiúva, os irmãos Nabuco e de Ferreira de Menezes, tudo evidenciado nas trocas de correspondências pessoais travadas entre eles.

José Remígio de Sena Pereira (1826-1866) partiu no início de maio de 1866 para atuar num Batalhão de Voluntários da Pátria, e ser correspondente do jornal *Diário do*

---

<sup>184</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. *Correspondência de Machado de Assis*. Tomo I/1860 – 1869. Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Nacional, 2008, pp. 96-7.



*Rio*. Em 5 de julho, já se encontrava em solo paraguaio, servindo no Quartel General da 4.<sup>a</sup> Divisão de Infantaria, sob o comando do general Guilherme Xavier de Sousa.

Depois da vitória de 24 de maio de 1866, a emblemática Batalha de Tuiuti, os Aliados prosseguiram avançando para o norte. Os combates se deslocaram para a região pantanosa conhecida como Boqueirão.

Em 16 de julho, a divisão de três mil homens do general Guilherme Xavier de Sousa, em investida para tomar duas trincheiras fortificadas dentro da mata entre as regiões de Potrero-Sauce e Potrero-Piris, sofreu tantas e tão pesadas baixas, que teve de ser substituída por batalhões do general Argolo.<sup>185</sup>

Em carta de 18 de setembro de 1866, Ferreira de Meneses, dono do jornal *Gazeta da Tarde*, respondendo a carta anterior de Machado de Assis, endereçada a ele, diz temer pela vida do amigo em comum: “Quanto ao que mandaste dizer sobre o Remígio, já o sabia. O nosso Remígio é um herói! Tanto melhor para nós! Mas o veremos ainda? Tenho medo...”<sup>186</sup>

Nesta carta, Ferreira de Meneses demonstra preocupação com o amigo, que se encontrava, até então, gravemente ferido. A morte deu-se, meses depois, em Corrientes, província argentina, na casa do diplomata brasileiro Francisco Otaviano, que outrora havia trabalhado em diversos periódicos da Corte, amigo comum também de outro jovem oficial, o então capitão Benjamim Constant.

Documentações de assentamentos do militar comprovam que a morte do capitão Remígio foi decorrência de ferimentos na Batalha de Boqueirão do Sauce, ocorrida em 16 de julho de 1866, para tomada de duas trincheiras paraguaias fortificadas dentro da mata, nos arredores de Tuiuti, entre Potrero-Sauce e Potrero-Piris.

Provavelmente, o capitão morreu em fins de outubro ou início de novembro, pois a 5 de novembro, a sua morte foi comentada por Ferreira de Meneses: “o nosso Remígio já não vive! Vão assim os bons, os melhores da vida!...”

Em carta de Machado a outro amigo, Quintino Bocaiúva, que se encontrava em Londres, de 25 de novembro de 1866, percebe-se que o tal capitão Remígio também

---

<sup>185</sup> Cf. DONATO, Ernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.

<sup>186</sup> *Ibidem*.

possuía amigos no *Jornal Mercantil* e no *O Paraíba*, periódico da cidade de Petrópolis no qual o militar já havia trabalhado e que Machado de Assis havia sido colaborador.

Morreu o Remígio, em Corrientes, em casa do Otaviano. Eu não sei se já te dei esta notícia. Morreu, dizem, por ter se demorado no acampamento mais tempo do que convinha ao curativo, o que lhe trouxe a gangrena, logo pronunciada apenas desceu a Corrientes.

Teve idéia o Pinto Peixoto de uma missa mandada dizer pelos antigos redatores do Paraíba, ele, o Zaluar, o Bellegarde, tu e eu. Falou-me isso e concordamos em convidar as redações do Jornal Mercantil para isso; o BelFord mandou as cartas; mas não vieram respostas, creio, e o Pinto Peixoto desanimou. Coisas daqui.<sup>187</sup>

O português Augusto Emílio Zaluar (1826-1882) citado na carta de Machado, chegou ao Rio de Janeiro em 1849, após abandonar o curso de medicina, em Lisboa, para dedicar-se às letras; foi dos primeiros amigos de Machado de Assis, amizade feita no escritório do influente advogado e político Caetano Alves de Sousa Filgueiras.

Coincidentemente, juntamente com Remígio de Sena, o então capitão do batalhão de Voluntários da Pátria, Zaluar fundou na cidade de Petrópolis, local de veraneio da Família Imperial Brasileira, o periódico *O Paraíba*, que circulou de 02 de dezembro de 1857 a 27 de novembro de 1859, e no qual colaboraram Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Francisco Ramos Paz e Manuel Antônio de Azevedo, o autor da obra *Memórias de um Sargento de Milícias*.

Essa rede que perpassava pela imprensa, envolvendo escritores, literatos, diplomatas e militares, muitos portugueses como o próprio Zaluar, incluía também importantes políticos como Francisco Otaviano de Almeida Rosa e o próprio Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde de Ouro Preto, importante personagem político do Império, como podemos notar nessa correspondência de Machado de Assis a Quintino Bocaiúva de 28 de outubro de 1866:

Meu Quintino.

[...] Eu, no Diário, vou fazendo o trabalho de costume, e mais um ou outro artiguinho de fundo quando é necessário. Alguns são por indicação do Afonso Celso com quem tenho estado.

[...] Verás pelas folhas que alterações houve por aqui: a entrada do Sá e Albuquerque para o ministério, a nomeação de Caxias para comandante-em-chefe das novas forças no Paraguai, a demissão do Ferraz, e o título de Barão de Uruguaiana, que o Imperador lhe deu etc. Saberás também as propostas de paz feitas pelo Lopes, da recusa, do revés do Curupaiti etc. Quanto mais, nada de novo, completo silêncio em política. A nomeação de Caxias, além da importância do homem, tem por fim acabar com as dissidências entre Porto

---

<sup>187</sup> *Idem*, p. 60.

Alegre e Polidoro, que eram graves. Parece que os dois não perdem o comando dos seus corpos, mas ficam subordinados a Caxias, que comandará todas as forças. Falou-se na demissão do Tamandaré, mas nada sei.<sup>188</sup>

Como vimos, a guerra fazia despertar paixões e a imprensa soube dar vozes a esse estado de espírito, principalmente no início do conflito. Além de vários artigos que Machado de Assis escreveu sobre a guerra, seja no *Diário do Rio*, seja na *Semana Illustrada*, ele também escreveu o poema “A cólera do Império” publicado no *Diário do Rio* em 17 de maio de 1865 que aponta para uma perspectiva de se pensar como a guerra atingia essa massa de homens ligados às letras:

A Cólera do Império  
De Pé! - Quando o inimigo o solo invade  
Ergue-se o povo inteiro; e a espada em punho  
É como um raio vingador dos livres!  
[...]  
Ai daquele  
Que a face maculou da terra livre!  
Cada palmo do chão vomita um homem!  
E do Norte, e do Sul, como esses rios  
Que vão, sulcando a terra, encher os mares,  
À falange comum os bravos correm!<sup>189</sup>

De fato, o envolvimento desses intelectuais literatos propiciou que se criasse, naquela sociedade de época, sentidos mobilizadores, num país onde a nacionalidade estava ainda em construção, dessa forma, a imprensa teve um papel vital na disseminação dessa consciência.

Por esse ângulo, o diálogo entre a literatura e a imprensa é prolífico. Onde, ambos os campos, se interagem e se beneficiam dessa relação que envolvia os chamados “homens das letras”, tal qual Machado de Assis, intelectuais, literatos que produziam livros, poesias, peças de teatro e artigos nos periódicos, em íntima relação com os livreiros e donos e editores dos jornais, no tremendo esforço que uma guerra de mais de cinco anos exigiu.

---

<sup>188</sup> Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. *Correspondência... ob.cit.*, p. 170.

<sup>189</sup> *Diário do Rio*, de 17 de maio de 1865.

### **3.2 Os correspondentes de guerra civis e militares**

O papel desempenhado pelos correspondentes dos periódicos, assim como a sua importância na cadeia da produção das notícias a respeito do conflito, insere-se no grande esforço que esses jornais realizaram nesse contexto beligerante.

Independentemente de orientações políticas ou de um suposto caráter oficioso adotado por alguns, a real proximidade com os combates e com os esforços do dia a dia de uma guerra, fizeram com que as abordagens e narrativas confeccionadas por esses homens se aproximassem da dramaticidade vivida pelo soldado em campanha.

É nesse contexto que identificamos os dois tipos de correspondentes que produziram informações que abasteceram o Império brasileiro e seus jornais com novas notícias do conflito: os que ficavam em cidades mais estruturadas e estrategicamente posicionadas, como Corrientes, Buenos Aires e Montevideu, esses geralmente civis, e os que efetivamente eram militares, da marinha ou do exército, que atuavam na frente de combate, cooptados para servirem ou diretamente aos donos de jornais ou aos próprios correspondentes civis posicionados mais à retaguarda dos acampamentos.

De certo, o local de onde esses militares correspondentes produziam seus relatos seguiam o ritmo próprio do desenrolar da guerra, até a efetiva tomada de Assunção, capital paraguaia.

Notadamente, no início do conflito, enquanto os jornais ainda se articulavam para uma melhor cobertura do acontecimento, as notícias viam das percepções desses primeiros correspondentes civis que atuavam nas principais cidades da região, atividades jornalísticas que já exerciam cobrindo outros assuntos de política internacional e que, estourada a guerra, voltaram todos os esforços para noticiarem esse novo fato bélico.

Variando de jornal para jornal, geralmente suas cartas eram publicadas na seção "Exterior" ou "Notícias do Sul" e poucas informações objetivas continham, uma vez que eram obtidas a partir de relatos de passageiros e tripulantes de embarcações neutras que navegavam na bacia do Rio da Prata ou de narrativas de militares que voltavam das frentes de combate.

Descrivendo operações que não haviam sequer testemunhado, os relatos enviados eram adjetivados com fervor patriótico, procurando retratar como se tais "correspondentes civis" tivessem, eles próprios, participado das ações militares.

A inexistência de "jornalistas" correspondentes junto às tropas e à esquadra no início do conflito foi, inclusive, objeto de críticas por parte desses próprios profissionais

civis que atuavam na produção de informação sobre o desenrolar do conflito que eram remetidas para Corte, indicando a necessidade vital da existência de tal profissional ou de tal serviço junto à tropa, a fim de, nessa luta de representações junto à opinião pública, fazer com que as vitórias do Exército Brasileiro servissem aos interesses do Império.

A preocupação com as notícias de guerra, seja de vitórias ou derrotas, eram de interesse vital na potencialização dessa informação, tanto nas principais cidades da região Platina e do Brasil, quanto na repercussão dessas mesmas notícias para própria tropa que combatia e que sabidamente teria acesso a esses periódicos que, como procuramos evidenciar, circulavam por todo ambiente de guerra.

Um bom exemplo disso é a edição do dia 21 de junho de 1865 do *Jornal do Commercio* que, dez dias depois de travada a decisiva batalha naval de Riachuelo, limitava-se a publicar carta do dia 14, dando conta de que após longos meses de inatividade a esquadra brasileira começava, finalmente, a deslocar-se de Buenos Aires em direção ao Paraguai: “os grandes preparativos bélicos e os movimentos ativos que se têm feito nestes últimos dias, parecem indicar que muito breve começará o período de ação por parte dos aliados...”<sup>190</sup>

Na verdade, o confronto naval já ocorrera há três dias enquanto o correspondente na capital argentina ainda informava sobre seus preparativos. A vitória da esquadra brasileira só foi noticiada pelo jornal na edição de 30 de junho, quando publicou um suplemento ilustrado com mapas e transcreveu nas oito colunas de sua primeira página as cartas enviadas nos dias 22 e 23 pelo correspondente em Montevideú.

Nelas o correspondente esclarece: “escrevo-lhe apressadamente, abraçado no entusiasmo que desperta no coração brasileiro o heroísmo e o valor de nossos bravos soldados. A história contemporânea vai registrar um dos mais brilhantes e intrépidos feitos d’armas das forças brasileiras...” E, após referir-se ao luto das famílias dos que souberam morrer como heróis, revela, evidenciando a distância do acontecimento, que “o Tevere, paquete a vapor da nação italiana, foi portador das importantes notícias que passo a narrar”, evidenciando a sua distância do acontecimento “[...] Majestoso foi o triunfo da causa da civilização contra a barbaria...”<sup>191</sup>

Sempre adjetivada com “louvores à coragem e o sacrifício de nossos valentes soldados e marinheiros”, o autor da correspondência assim se refere ao almirante

---

<sup>190</sup> *Jornal do Commercio*, de 21 de junho de 1865.

<sup>191</sup> *Idem*, de 30 de junho de 1865.

português que comandou a vitória brasileira: “Não há expressão para se elogiar o valor, sangue-frio e intrepidez do chefe Barroso. Foi o herói do dia e a esquadra o admira e respeita. Elevou-se a altura de um Nelson!”<sup>192</sup>

Outra evidência dessa guerra que se desenvolvia entre os jornais e seus correspondentes é facilmente evidenciada nas corriqueiras queixas a respeito da imprensa argentina e uruguaia, que menosprezavam a participação brasileira na aliança militar.

Nessa época, o jornal humorístico *El Mosquito*, de Buenos Aires, chegou a escrever, criticando a inoperância dos navios brasileiros que permaneciam longos meses parados nas águas argentinas sem subir o rio da Prata para enfrentar o inimigo: “A guerra era muito difícil sem a esquadra, mas com a esquadra tornou-se impossível.”

Como revidar, o "correspondente" brasileiro do *Jornal do Commercio* em Montevideu aproveitou a oportunidade oferecida pela vitória do almirante Barroso para responder às críticas. Em sua carta de 23 de junho de 1865, escreveu:

Em Buenos Ayres e aqui a vitória da esquadra brasileira nas águas da Paraná despertou uma alegria louca, um entusiasmo que chega ao delírio! Calculo o que sucederá em todo o Império. Nossas detratores estão cabisbaixos; a honra militar brasileira, tantas vezes insultada na Rio da Prata, elevou-se tão alta que ninguém a ousará manchar...<sup>193</sup>

Antes, em carta datada de 15 de junho, o mesmo correspondente já afirmava que “uruguaios e argentinos têm um defeito antigo, só procuram exaltar-se, deprimindo-nos.” E acrescentava: “A ouvi-los, nada se faz aqui senão pelos esforços do soldado argentino ou oriental, que é sempre mais valente, etc..”<sup>194</sup>

Depois de afirmar que Buenos Aires e Montevideu só não tinham sido invadidas pelas forças paraguaias porque havia a proteção da esquadra brasileira, o correspondente extravasava a sua indignação:

Estas considerações saem-me do bico da pena com pesar, lendo a revista para o exterior *La Nacion Argentina*, que apresenta no campo dos aliados um exército de 90.000 homens, sendo 44.000 argentinos e 40.000 brasileiros, quando o nosso é muita superior àquele, quer em número, quer em organização.<sup>195</sup>

O detalhe que não chegou a ser referido na matéria, mas que constituía um agravante era o fato de *La Nación Argentina* ser de propriedade do presidente Bartolomé Mitre, à época, comandante de todos os exércitos aliados.

---

<sup>192</sup> *Ibidem*.

<sup>193</sup> *Jornal do Commercio*, 30 de junho de 1865.

<sup>194</sup> *Idem*, 21 de junho de 1865.

<sup>195</sup> *Ibidem*.

Como bem sinaliza o tal correspondente em outra matéria, agora se referindo a maior batalha campal que até hoje aconteceu em toda a América Latina: a Batalha de Tuiuti:

Na grande batalha de 24 de maio, começada e terminada pelo exército brasileiro, contra o qual o inimigo lançou suas maiores massa de soldados, e em que todos os troféus a verdadeira vitória tinha sido conquistadas pelas armas imperiais, n'essa grande batalha, digo, o exercito brasileiro só mereceu três linhas e meia do correspondente Antar da Nacion Argentina.

Antar é o Sr Lafuente, secretario do General Mitre, e a Nación Argentina é a folha oficial d'este governo.<sup>196</sup>

O mesmo jornal já havia revelado, antes da guerra, que o Tratado da Tríplice Aliança estava pronto desde junho de 1864 aguardando apenas que fosse assinado pelas representantes dos três países com a aprovação do embaixador da Inglaterra Eduardo Thornton.

O mesmo *La Nacion* acrescentava, em fevereiro de 1865, três meses antes da formalização do Tratado, que a aliança militar tinha como objetivo não só derrubar Solano López, como também “abrir ao comércio do mundo essa esplêndida e magnífica região.”

Em contrapartida, também o correspondente do *Jornal do Commercio* em Buenos Aires sempre que tinha oportunidade alfinetava a falta de empenho dos argentinos em participar efetivamente da guerra: “Não se descobre, não se patenteia pelo menos, a animação belicosa que fora para desejar. Ao contrário, é geral a relutância...”

Na mesma carta, datada de 13 de junho, é comentada a total subserviência da imprensa argentina:

Desde a primeira notícia da provocação paraguaia põe-se todo o jornalismo ao lado do governo e, se de alguma causa este poderia queixar-se é da sobeja officiosidade. Prontos sempre a exaltar tudo quanto ele faz de bom, e silenciando muito do que seria reparável, os jornais argentinos hão de convencer aos que fora do país os lerem da infalibilidade absoluta na marcha do governo...<sup>197</sup>

Essa verdadeira guerra que envolveu esses correspondentes cidadãos, também se refletiu e se evidenciou naqueles que estavam na frente de combate. Jovens oficiais da armada e do exército efetivamente produziram informações, esboços de mapas e fotografias que foram enviadas à retaguarda a fim de suprir o vasto Império com informações do *front*.

---

<sup>196</sup> COSTA, Francisco Félix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay*. Livraria de A.G. Guimarães. Rio de Janeiro, 1870, p. 55.

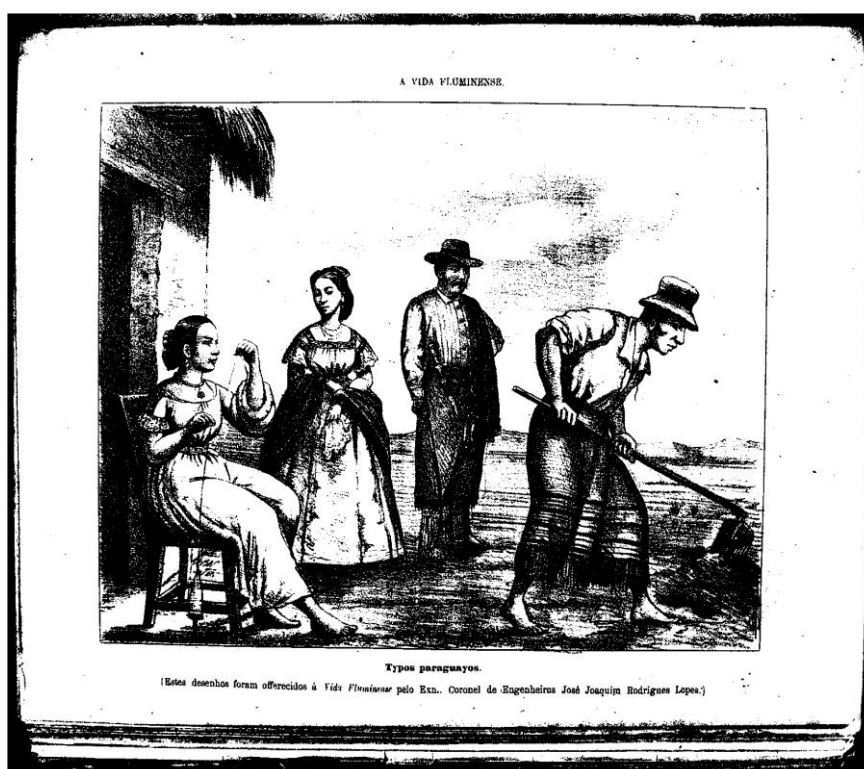
<sup>197</sup> *Ibidem*.

Também nesse caso houve quem apontasse para os triunfos militares, assim como os reveses que o exército e a armada sofriam. Nesse sentido, torna-se interessante compreender como esses combatentes percebiam o papel que essa imprensa poderia desempenhar na tão distante pátria.

No raro livro “História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay”<sup>198</sup>, editado em 1870, temos uma série de documentos produzidos durante o conflito, catalogados dentro de uma sequência cronológica: ordens do dia, diários do exército e da armada e transcrições de correspondentes de jornais, além de algumas “considerações” do autor.

Neste livro, observamos importantes transcrições do correspondente do *Jornal do Commercio*, ora de Buenos Aires, ora do *front*, nesse caso em particular, provavelmente pela questão do regulamento militar, a autoria das informações não vinha explicitada, geralmente era apontado como “um correspondente de Tuiuti”, “um correspondente de Curuzu”, ou por vezes, através de pseudônimo.

**Figura 20.** O trabalho dos correspondentes: Lê-se no detalhe: “Esses desenhos foram oferecidos pelo coronel de engenheiros José Joaquim Rodrigues López”.



**Fonte:** *A Vida Fluminense*, 17/10/1868. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos

<sup>198</sup> COSTA, Francisco Félix Pereira da. *História da Guerra do Brasil... ob.cit.*



Nesse contexto, lê-se no livro “História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay (1870)”, sob o título “Correspondência do Jornal do Commercio”, a transcrição:

Um correspondente no segundo corpo de exército, escreveu de Curuzú para o Jornal do Commercio o seguinte:

Curuzú, 20 de setembro de 1866.

(Não foi com a necessária minuciosidade que pelo pacote passado dei-lhe conta dos últimos acontecimentos do teatro da guerra. Achava-me então obrigado pela estreiteza do tempo a traçar sobre a perna rápido rascunho, aquilo que acabava de presenciar).

Cumpra agora preencher a lacuna deixada, aproveitando a ocasião para mencionar fatos posteriores às últimas datas, que muito e muito devem interessar ao país e especialmente ao governo, que tudo vê aqui somente pelos olhos de seus delegados.<sup>199</sup>

Percebe-se que é recorrente nessas transcrições o incômodo que gerava a esses profissionais o certo descaso que a imprensa brasileira dava na cobertura do conflito. Indignava-se com a imprensa portenha (de Buenos Aires) e oriental (de Montevideú) que muitas vezes creditavam às armas de seus países triunfos que havia sido alcançado pelas tropas imperiais ao custo de muitas vidas.

Era um dever do governo com os 30.000 cidadãos que arrancava de seus lares, o de fazer saber a sua pátria quanto sofriam por ela e quanto faziam pela glória do pavilhão imperial.

[...]o pequenino exército oriental tinha mais correspondente hábil para enaltecer a glória de seus compatriotas e em proporções ainda maiores o mesmo se dava no exército argentino. No próprio quartel do Sr. Mitre pululavam os correspondentes...

Só em nome e pela glória do exército brasileiro (quíntuplo daquele e tríplice deste) ninguém falava!<sup>200</sup>

Uma verdadeira enxurrada de informações e contrainformações iam e viam no fértil campo de batalha e nas cidades mais próximas. Ora em contato direto, através carta, com as tropas avançadas, ora se utilizando de transcrições de periódicos de Buenos Aires, Montevideú ou Corrientes, que porventura tinham alguma informação mais privilegiada, os correspondentes dos jornais brasileiros esforçavam-se na produção de informação que supririam o Império e suas províncias, e em sentido inverso enviavam esses periódicos produzidos e editados aos acampamentos aliados abastecendo as tropas de informações da longínqua pátria.

Esse contato com periódicos nos acampamentos militares é evidenciado em vários documentos produzidos por esses militares que lá estavam, seja através de partes oficiais

---

<sup>199</sup> COSTA, Francisco Félix Pereira da. *História da Guerra do Brasil... op. cit.*, p.188-189.

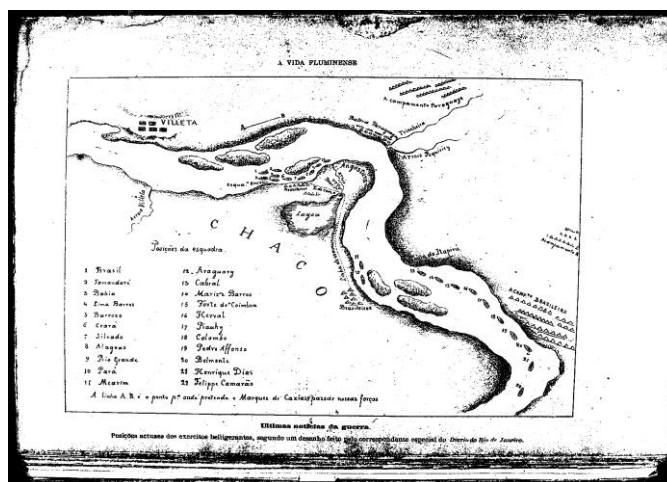
<sup>200</sup> *Idem*, p.54

de chefes militares reclamando da falta de envio de jornais com informações da Corte, seja através de cartas íntimas produzidas por esses homens e enviadas a seus entes queridos, como é o caso desta missiva, de 22 de novembro de 1866, do capitão da Armada Imperial Custódio de Melo à sua noiva Januária (dita como “Janú”) na qual revela não só a recorrente circulação que os navios da Armada faziam do Paraguai, descendo o rio até o estuário do Prata rumo ao Brasil, como também, a existência de circulação da informação da frente de combate até a capital do Império:

O navio em que estou embarcado deve de seguir para o Rio de Janeiro, porém creio que eu não seguirei porque tencionei aqui estar até o termo da guerra, não sendo, contudo, uma resolução ultimada. As razões que compelem a assim pensar são as que já sabes, isto é brio e nada mais. **Peço-te, quando leres os jornais, dês pouco peso as correspondências** contra a Marinha, eu te digo, bem como o Exército tem cumprido com seus deveres e não invejaram a Marinha e o Exército de nação alguma, porém acham que por uns devem pagar aos outros – É a lei do mundo.<sup>201</sup> (grifo nosso)

O conhecimento das matérias que eram publicadas nos jornais do Brasil nos acampamentos militares e nos conveses dos navios de guerra é revelador. Um “correspondente da esquadra” (que assim se intitulava) em um de seus textos chega a refletir sobre o seu papel como produtor de informações nessa intricada rede: “Se é difícil a missão de um escritor, maxime correspondente de jornal conceituado, pondo em relevo os fatos importantes, de uma esquadra em operações em uma guerra de gigantes...”<sup>202</sup>

**Figura 21.** A guerra mais perto do público: Lê-se no detalhe: Posições atuais dos exércitos beligerantes, segundo um desenho feito pelo correspondente especial do Diário do Rio de Janeiro.



**Fonte:** *A Vida Fluminense*, 19/12/1868. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos

<sup>201</sup> MELO, Custódio de. *Cartas de Custódio de Melo a sua noiva prometida Janú*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1963, caixa 164, p. 5.

<sup>202</sup> COSTA, Francisco Félix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay*. Livraria de A.G. Guimarães. Rio de Janeiro, 1870, p.265.

O contato com os jornais editados na Corte também levantava, em sentido oposto, preocupação entre a tropa, por seu caráter “oficioso”, muito pró-governo, em tom crítico, o jovem capitão Benjamim Constant a respeito desses periódicos a que ele tinha acesso, assim se posiciona em carta a sua esposa:

Corrientes, 05 de abril de 1867

Os jornais da corte têm dito que a esquadra já subiu acima de Curupaiti, que tem arrasado estas fortificações, apresentam até um grande número de mortes em cada bombardeio e tudo isso é falso.

[...],mas não lhes dê crédito, não há combates e se houver não será, com certeza, nesses meses.<sup>203</sup>

Em outra situação, agora ao sogro, Constant escreve em 03 de outubro de 1867:

Nessa corte não se faz idéia alguma do que há por aqui. Não acredita por lá no que dizem as folhas; a verdade é outras bem diferente. A sonhada batalha decisiva é uma pérola dourada que querem imbaír a boa-fé do povo.<sup>204</sup>

Com esse panorama pretendemos assim evidenciar o papel realizado por esses homens envolvidos na produção de informações e que se tornaram a “ponta da linha”, o princípio fundador das manchetes que seriam estampadas nas folhas dos periódicos e no imaginário da população do Império brasileiro.

### **3.3 A fotografia à serviço da imprensa de guerra**

A imprensa que disseminava essas notícias de guerra ganhava maturidade e experimentava fórmulas para vislumbrar a atenção do grande público. Para isso, os periódicos cada vez mais vão se utilizar de ilustrações como suporte dos textos, acompanhando assim a modernização que passava esse conhecimento, adotando em seus conteúdos literários teores mais artísticos, primeiro com ilustrações chamadas de “a bico de pena<sup>205</sup>”, depois com recursos mais modernos como a fotografia, visto que, o processo de urbanização se intensificava nas cidades e o público, cada vez mais, se tornava exigente.

Boris Kossoy (1980) nos explica que a partir da invenção do daguerreótipo em 1839, impressão da imagem em metal, a fotografia deixou de ser apenas experimentação e tornou-se atividade profissional. Já a partir de 1842, daguerreotipistas norte-americanos

---

<sup>203</sup> LEMOS, Ricardo. *Cartas de Guerra. Benjamim Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN/ 6ª SR/ Museu Casa de Benjamim Constant, 1999. p. 147

<sup>204</sup> *Idem*, p. 49.

<sup>205</sup> A expressão “desenho a bico de pena” se devia ao fato que as ilustrações, antes da disseminação da fotografia nas redações dos jornais, eram confeccionadas usando essa técnica de desenho que propiciava o chamado “efeito fino-grosso” que dava um maior volume à imagem retratada.

anunciavam seus serviços no Brasil; em 1847, o *Almanaque Laemmert* anunciou três oficinas especializadas no Rio de Janeiro.<sup>206</sup>

O daguerreótipo, que só permitia um original montado como “jóia” em estojos especiais, teve, no entanto, circulação restrita. A técnica que permitiu a expansão da fotografia nas décadas de 1860 e 1870 foi a nova invenção que utilizava o negativo de colódio úmido e cópia sobre papel albuminado.

Essa nova técnica e a possibilidade de produção de múltiplas ampliações sobre papel agilizou a produção e reprodução de registros fotográficos, possibilitando um rentável aproveitamento comercial.

A cópia de sua própria imagem, antes privilégio dos que podiam fazer-se retratar por um artista, ampliava-se para um público maior. A partir de 1854, popularizavam-se pequenos retratos, chamados *carte-de-visite* por terem o tamanho de um cartão de visita<sup>207</sup>.

Eram destinados a serem oferecidos a amigos e parentes com indefectíveis dedicatórias escritas no verso onde aparecia como prova de amizade, despedida, saudação ou simplesmente para marcar um compromisso.

Kossoy (2003)<sup>208</sup> no seu livro “Fotografia e História” afirma que o retrato apresentado dessa forma se tornou a moda mais popular que a fotografia assistiu em todo o século passado. Seu amplo consumo traria a padronização do produto fotográfico e de seu conteúdo, estereotipando cenários e poses dos retratados.<sup>209</sup>

Como resultado da popularidade dos *carte-de-visite*, multiplicavam-se os estúdios na maioria das capitais europeias e, principalmente, nos Estados Unidos. Para se ter uma ideia da rapidez do processo, nesse último país, o total de fotógrafos passou de 938 em 1851 para 7.558 em 1870. Em Londres, os 66 fotógrafos de 1855 aumentaram para 284 em 1866. Em Paris, em 1861, 33 mil pessoas viviam da produção de fotografias. Chegando a tal grau de desenvolvimento do mercado produtor de fotografias, era de se

---

<sup>206</sup> KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil. Século XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980, p. 29.

<sup>207</sup> Geralmente apresentavam uma fotografia de cerca de 9,5 x 6 cm montada sobre um cartão rígido de cerca de 10 x 6,5 cm. A copiagem era feita geralmente com a técnica de impressão em albumina. O invento permitiu a produção em massa de fotografias.

<sup>208</sup> *Idem*. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

<sup>209</sup> *Idem*, p. 27.

esperar que pelo menos uma parte desse grande número de profissionais se voltasse à exploração de mercados ainda não saturados.<sup>210</sup>

As capitais dos países envolvidos na Guerra do Paraguai, e boa parte de suas províncias receberam a visita desses profissionais itinerantes vindos da Europa e dos Estados Unidos, que se anunciavam pela imprensa e partiam depois de "fazer a praça".

Ao mesmo tempo em que executavam seus retratos, procuravam registrar costumes ou lugares, para aproveitamento futuro como material de gênero exótico, vendidas em álbuns ou foto por foto, no seu retorno aos seus países de origem.

O Rio de Janeiro, embora em parâmetros mais modestos, também experimentou um crescimento no seu número de fotógrafos: 11 em 1857 e 30 em 1864. Em 1869, o primeiro censo nacional da Argentina registrou 190 fotógrafos no país, 130 dos quais concentrados em Buenos Aires.

Montevideú, capital uruguaia, que lucrava com os fornecimentos para a guerra, também atraiu um bom número de fotógrafos entre 1863 e 1870. O Paraguai, mais isolado, recebeu, entre 1846 e 1870, cerca de sete fotógrafos itinerantes: norte-americanos, franceses, italianos e ingleses. Apenas um deles, Pedro Bernadet, ao que se sabe, chegou a estabelecer estúdio em Assunção, entre 1865 e 1870.<sup>211</sup>

Movendo-se entre as capitais de províncias do Brasil e da Argentina, esses fotógrafos, cujo trabalho em boa parte permanece anônimo, produziram considerável quantidade de retratos de autoridades e de tipos humanos utilizados para fotografias de gênero pitoresco, como índios e negros, soldados e principalmente de homens e mulheres de classes médias urbanas.

O registro através de imagens da guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (1864-1870) foi, em termos gerais, uma continuidade do tipo de fotografia e litografia que se fazia na época. No entanto, a cobertura *in loco* e a força do assunto trouxe maneiras inovadoras de se representar o conflito, o que colaborou para a constituição de uma linguagem visual com características próprias.

As particularidades do acompanhamento da guerra faziam os fotógrafos, principalmente os que atuavam próximos ao front, a repensarem alguns dos fundamentos do ofício: como trabalhar com o instável colódio no calor e umidade, como fazer a composição das fotos fora do estúdio, como fazer

---

<sup>210</sup> KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil. Século XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980, p. 38.

<sup>211</sup> TORAL, André. *Imagem em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: USP/FFLCH, 2001, p. 80.

retratos "naturais" de soldados e paisagens, como fotografar novas poses e assuntos pedidos pelos próprios soldados.<sup>212</sup>

Mesmo os simples retratos ganhavam dramaticidade. Muitos dos retratados, a maioria formada por oficiais e que podiam pagar para terem sua imagem imortalizada, morriam pouco tempo depois em combate ou por doenças e que depois iam parar nas páginas dos jornais em circulação. A imprensa ilustrada reproduzia litografias dos bravos que morriam baseados em cópias de *carte-de-visite*. Os heróis agora tinham um rosto e os mortos deixavam de ser anônimos. A individualização das vítimas da guerra fazia seus custos humanos parecerem maiores.

As fotos do conflito também inauguraram a possibilidade de sua utilização como propaganda de guerra. Os registros da Guerra do Paraguai, mesmo aqueles que foram utilizados em propaganda anti-López, iam muito além dos seus fins ideológicos imediatos.

A crueza do assunto, em resumo, fez com que gêneros de fotografias já conhecidos, como retratos e paisagens, se transformassem em algo novo. A guerra "arejou" a fotografia em termos formais, dando-lhe liberdade de composição e escolha de assuntos novos. Ao trazer a fotografia para o campo do noticiário, fez com que deixasse de circular apenas como prova de afeto entre pessoas.

Dessa maneira, a Guerra do Paraguai estabeleceu a importância da utilização jornalística da fotografia de guerra, mesmo por intermédio de cópias, em litografias dos originais. Tão importante que o próprio Imperador D. Pedro II quando foi à Uruguiana, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, visitou uma litografia, a de Emílio Weidmann demonstrando o interesse do monarca nos assuntos ligados à imprensa e a reprodução de informações em papel.

De novembro de 1864 até o final do ano seguinte, as declarações de guerra do Paraguai, seguidas de invasões ao Brasil e à Argentina, causaram uma onda de indignação na opinião pública desses dois países. Exigia-se uma resposta militar.

Assim como os editores e donos de jornais, os fotógrafos aproveitaram esse clima de patriotismo inicial que imperava nas capitais dos países que formariam a Tríplice Aliança. Em praticamente todas as cidades havia procura de retratos dos soldados que partiam para a guerra ou que já se encontravam em campanha.

---

<sup>212</sup> *Idem*, p. 94-95.

Diversos estúdios ofereciam retratos dos governantes que formavam a Aliança, ou *carte-de-visite* de personagens políticos ou comandantes militares, vendidos separadamente. Nos jornais do Brasil e da Argentina, anunciavam-se descontos especiais para retratos de soldados.

**Figura 22.** Fotografia de Dom Pedro II, Conde D-Eu (marido da Princesa Isabel) e o Duque de Saxe (marido da Princesa Leopoldina)



**Fonte:** Luiz Terragno - 1865, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção de fotografias

**Figura 23.** Dom Pedro II na frente de combate, nota-se a utilização da fotografia anterior para a produção da litografia que retratava o Imperador e o Duque de Saxe em Uruguaiana, RS, ao fundo as tropas aliadas



**Fonte:** *A Semana Illustrada*, 10/09/1865. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos

Esse clima contagiou até Dom Pedro II que, como muitos outros soldados, fez-se retratar em trajes militares, "uniforme de gala e traje de campanha", em dois *carte-de-visite* feitos por Luiz Terragno, em 1865.<sup>213</sup>

Procurando dar o exemplo como "primeiro voluntário da pátria", o Imperador brasileiro tentava se identificar com o cotidiano de soldados e oficiais, ao menos nos seus sinais exteriores, como vestir uniforme e tirar fotografias.

O interesse na produção e divulgação de material sobre guerra, em geral, foi descoberto pelos fotógrafos e pela imprensa ilustrada no Brasil em função do conflito com o Paraguai.

Os fotógrafos seguiram os exércitos aliados pelos seis anos que durou o conflito, de 1864 e 1870, no Brasil, na Argentina e interior do Paraguai. Durante todo esse tempo, fotógrafos que estiveram no "teatro de operações" militares atuaram a partir de Uruguaiana, Corrientes e Rosário, na fase inicial da guerra; depois, no extremo sul do território paraguaio, Tuiuti, Paso da Pátria e Tuiu-cuê, acampando junto aos exércitos aliados; estiveram em Humaitá sitiada e ocupada e, finalmente, em Asunción na última fase.<sup>214</sup>

Acostumados às condições de vida em cidades, tiveram que se transportar o seu equipamento em carros de boi por milhares de quilômetros até os acampamentos das tropas, onde se acomodavam como podiam em tendas ou em desmantelados barracos de palha, meio cobertos por lonas.

Uma litografia, feita a partir de uma fotografia, e publicada na *Vida Fluminense* em 1866, dá uma imagem das duras condições de vida dos fotógrafos no pobre rancho descrito como "Estabelecimento de Erdmann & Catermole", na ilha Serrito e evidencia também a relação dos fotógrafos com os jornais, importantes clientes desses profissionais na divulgação das imagens da guerra para um público cada vez maior. Outra que também ficou conhecida é a da equipe de fotógrafos de Bate e Cia, acampados em Tuiuti.

Até a Guerra do Paraguai, nunca se tinha visto imagens de tropas do Brasil combatendo, muito menos no exterior. Na Argentina e no Uruguai já se conheciam daguerreótipos e fotografias de episódios militares da conturbada vida política desses dois países entre as décadas de 1840 a 1860.

Não se deve subestimar a importância do registro fotográfico, em formato *carte-de-visite* ou por meio de sua cópia e publicação em litografias pelos periódicos da época, na formação de uma opinião pública a favor ou contrária à continuidade do conflito nos países da Aliança.

---

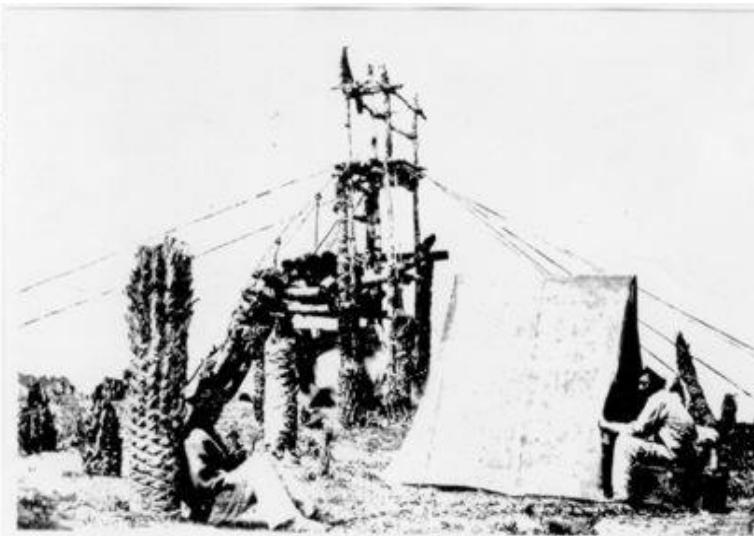
<sup>213</sup> *Idem*, p. 83.

<sup>214</sup> *Idem*, p. 85



**Figura 24.** Os fotógrafos convivendo com o rigor e as dificuldades de um acampamento militar, ao fundo um “mangrullo” ou posto de observação.

*11. Esteban Garcia  
(1866): tenda da  
equipe de fotógra-  
fos de Bate & Cia.  
Junto a um posto  
de observação mili-  
tar. Biblioteca Naci-  
onal Montevideo.*



**Fonte:** TORAL, André. *Entre Retratos e cadáveres: a fotografia na Guerra do Paraguai*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 283-310. 1999.

A guerra no Paraguai estabeleceu a importância da utilização jornalística da fotografia de guerra, mesmo por intermédio de cópias, em litografias, dos originais, no Brasil, na Argentina e, num grau menor, no Uruguai. A imprensa ilustrada, a gravura e a pintura devem muito à fotografia do período, utilizada por quase todos os autores do período como referência.

O interessante é que esta guerra, em particular, ocorreu contemporaneamente à descoberta de processos técnicos que permitiram, no período, uma oferta de imagens até então inédita, por meio da imprensa ilustrada e da gravura, da pintura e da fotografia.

Resultado de projetos nacionalistas oficiais e do próspero mercado de imagens, a iconografia da Guerra do Paraguai inovou em trazer a guerra para junto da opinião da Corte e das principais cidades das províncias brasileiras. A rentabilidade comercial do assunto inaugurou no Brasil a cobertura visual de conflitos, ao mesmo tempo em que lançou e viabilizou as técnicas (a fotografia e a litografia), que possibilitaram sua continuidade.

A pintura, apesar das altas taxas de visitação das exposições, esteve longe de poder acompanhar a rapidez e o dinamismo com que se produziam imagens em estúdios fotográficos ou em redações de jornais. A sociedade ganhava assim outras imagens para contrapor à iconografia "oficialista" de grandiosas pinturas encomendadas pelas instituições monárquicas.

Diante da massa desordenada de informações e de novos assuntos trazidos pela fotografia, potencializadas pela imprensa, as pinturas acadêmicas transformaram-se em alegorias destinadas a prédios e repartições públicas. Não estiveram ao alcance do grande público durante a guerra a não ser em exposições na Corte e em feiras internacionais.

André Toral (2001) nos aponta uma interessante análise sobre o período em questão, problematizando o papel da fotografia a serviço da guerra:

Talvez a maior herança deixada por essa "febre de imagens" do período foi, primeiramente, esta possibilidade do seu uso jornalístico, ocorrida simultaneamente com uma certa "laicização", no sentido da sua maior independência em relação às representações quase oficiais da pátria.

A pintura acadêmica subvencionada pelo Estado perdeu sua hegemonia de uma forma brusca, como forma de representação da nação. Extratos médios da população urbana, tecnicamente qualificados e politicamente excluídos, buscavam, como no caso brasileiro, formas de representatividade e cidadania num país real, longe das idealizações classicistas ou românticas.<sup>215</sup>

Nessa perspectiva, os fotógrafos foram atores fundamentais nessa rede que se estabeleceu na cobertura do conflito e que envolveu donos de jornais, intelectuais articulistas e correspondentes de guerra.

Ora nas cidades mais próximas do *front*, ora acompanhando as marchas dos exércitos ou instalados na chamada "Rua do Comércio" nos acampamentos militares, os fotógrafos em ligação direta com os correspondentes de guerra foram os personagens mais "avançados" nessa produção de informação a respeito da guerra que alimentava toda uma rede de informações que repercutiam do Brasil para o mundo.

### **3.4 O envio de periódicos aos campos de batalha e o contato da tropa brasileira com as publicações jornalísticas**

Percebe-se que junto com a Guerra do Paraguai, uma importante rede de comunicações foi estabelecida pelos donos dos periódicos brasileiros, que articulava as principais cidades dos países aliados envolvidos no conflito, principalmente Buenos Aires, Montevideu e Corrientes, esta numa posição "avançada" próximo aos acampamentos militares, e a capital do Império brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, muito antes desse grande conflito deflagrado no final de 1864, já existia certa conexão e circulação de informações entre algumas cidades da bacia do Prata

---

<sup>215</sup> *Idem*, p. 157-158.

e o Brasil, como podemos notar nessa carta de Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná, ao então Conde de Caxias, que se encontrava à época na cidade de Colônia do Sacramento, no Uruguai, em expedição militar:

Ilmo e Exmo Sr Conde de Caxias.  
Montevidéu, 22 de novembro de 1851.  
Meu prezadíssimo amigo e Sr.  
[...] Estou certo de que V. Exa. Em outra ocasião, debaixo de outra atmosfera, em dia menos aziago, e sem as impressões que lhe causaram os periódicos da opposição que lhe vieram da Corte [...]  
[...] O modo duro, contrário às nossas relações e alheio a sua habitual benevolência, com que V. Exa. me respondeu, me faz recear que a leitura dos periódicos já mencionados lhe fizessem enxergar em mim um Saturnino com pretensões a fazer planos estratégicos, e preparado a fazer um bosquejo histórico.<sup>216</sup>

De certo, os periódicos acompanhavam os interesses do Império, e a bacia Platina sempre foi, particularmente após a chegada da Família Real Portuguesa, uma das prioridades da política estratégica de Estado.

No primeiro quartel do século XIX, o Brasil, ainda sobre o governo de D. João, havia anexado a Banda Oriental, incorporando-a ao país como Província Cisplatina. Após uma longa e desgastante guerra, o Uruguai tornou-se independente (1828), no entanto, o Estado brasileiro realizou sucessivas intervenções na área, devido às divergências existentes entre os dois partidos Blancos e Colorados do Uruguai que se chocavam com os interesses dos estancieiros gaúchos da província do Rio Grande do Sul.

Nesse mesmo contexto, o Império também interveio na Argentina, aliando-se às províncias interioranas de Entre-Rios e Corrientes e ao caudilho uruguaio Venâncio Flores na derrubada do governo de Rosas, instalado em Buenos Aires. Sempre com uma preocupação vital: a livre navegação na bacia Platina, ligação fundamental à província de Mato Grosso e por conseqüência ao vasto interior Oeste do país.

Percebemos então que a Guerra do Paraguai sedimentará essas conexões já preexistentes ao conflito, entretanto, essa relativa logística na produção da informação que irá abastecer os periódicos do Império funcionou mais para o teatro de operações sul, onde os rios do Prata somados às bases nas principais cidades da região propiciaram um

---

<sup>216</sup> MORAES, Eugenio Vilhena de. *O Duque de Ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Org. Guilherme Andre de Frota e Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2003, p.93.

apoio aos correspondentes que serviam de entrepostos do campo de batalha às tipografias dos jornais brasileiros.

Interessante verificar que quando falamos dessa grande guerra nos remetemos geralmente ao Sul do Brasil, esquecendo que ela também teve seus desdobramentos na invasão da província mato-grossense. De fato, os exércitos brasileiros combateram em dois lugares bastante distintos, ambos muito distantes do centro das decisões políticas, que era a corte do Rio de Janeiro.

Na longínqua região do Mato Grosso, invadida no início da guerra, no final de dezembro de 1864 pelas forças de Solano López, o contato com a Corte esteve cortado, via fluvial, desde o aprisionamento do vapor brasileiro Marquês de Olinda ocorrido em novembro daquele ano.

Se compararmos os dois cenários de guerra, não restam dúvidas que o de mais difícil acesso evidentemente era o Mato Grosso, sendo esse um dos fatores para a pouca repercussão das manobras militares dessa região nos periódicos da capital brasileira.

Para termos uma idéia dessa distância à época, fazendo o caminho terrestre de Mato Grosso ao Rio de Janeiro, basta apontarmos para a notícia da própria invasão paraguaia que só chegou no Rio de Janeiro no dia 22 de fevereiro de 1865, quase dois meses depois do acontecimento, trazida pelo Barão de Vila Maria, Joaquim José Gomes da Silva, que havia saído de sua propriedade naquela província no dia 4 de janeiro, fugindo dos paraguaios.<sup>217</sup>

Seja pela distância, seja pelo entrincheiramento das forças em “guerra de posição”, transformando-se num chamado: teatro de operações secundário, essa frente de combate, permaneceu estacionada até os últimos anos do conflito sendo alvo de pouca cobertura jornalística nos jornais de época, particularmente na capital do Império.

Porém, foi dessa região que se produziu uma das narrativas mais lidas sobre o conflito: *A Retirada da Laguna*, publicada em 1869, escrita pelo então capitão de engenheiros Alfredo d’Escagnolle de Taunay, depois Visconde de Taunay, integrante da Coluna Expedicionária que saiu de São Paulo para a defesa da região invadida.

Ainda para termos um panorama do isolamento dessa distante província, de acordo com a narrativa do próprio Taunay, no seu clássico livro, o corpo expedicionário enviado para expulsar os paraguaios do sul do Mato Grosso, que saiu de São Paulo em

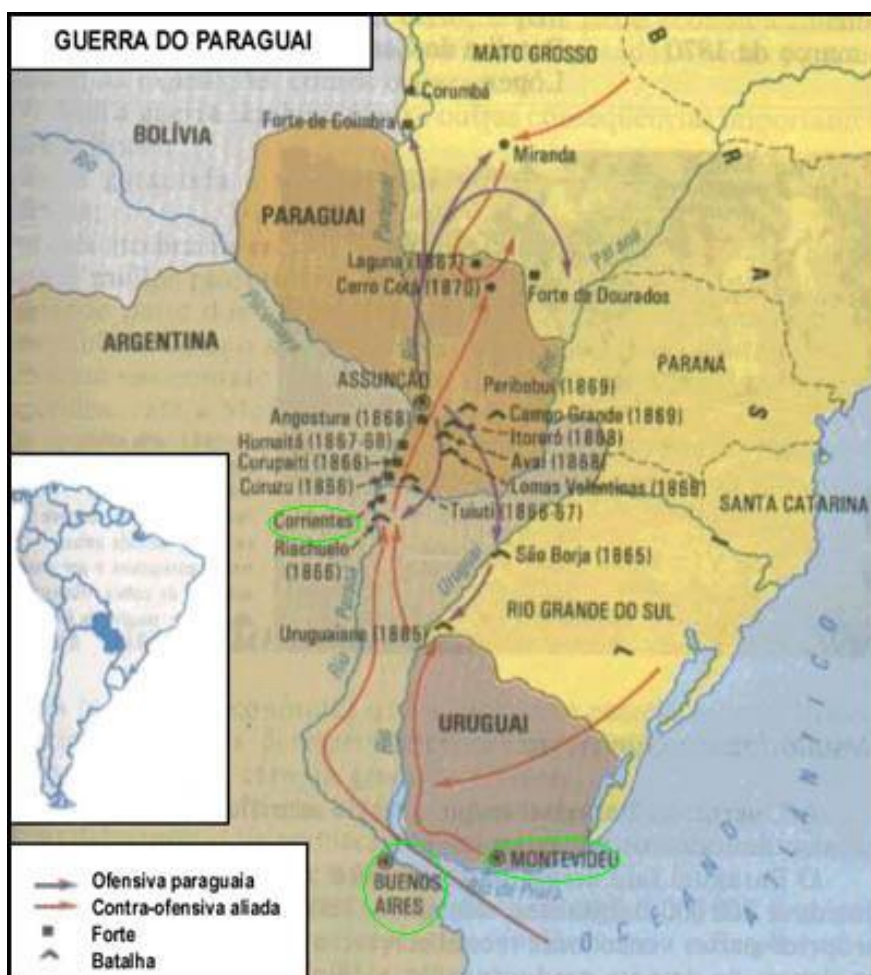
---

<sup>217</sup> FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001, p.108.

abril de 1865, somente atingiu o objetivo no final de 1866, quase dois anos depois.<sup>218</sup> De fato, foi no teatro de operações sul que se concentraram quase todos os esforços do Império e seus aliados, para isso se estabeleceram linhas de abastecimento logístico em material e pessoal a fim de dar conta da urgência de uma guerra de tão grandes proporções.

Não bastava ter abundantes materiais bélicos e de apoio em saúde, não bastava possuir grandes contingentes de homens prontos para combater, foi preciso que todo esse “trem”<sup>219</sup> chegasse como um todo aos acampamentos militares, em boas condições e em tempo viável.

**Figura 25.** Mapa histórico geográfico “Escola Interativa”, assinaladas as cidades na bacia Platina que serviram de entrepostos para o abastecimento logístico da frente de batalha no Paraguai



**Fonte:** Escola Interativa: [http:// www.escolainterativa.com.br](http://www.escolainterativa.com.br). Acessado em 05/12/ 2020

<sup>218</sup> TAUNAY, Visconde de (Alfredo D’Escragnolle). *A retirada da Laguna*. São Paulo: Melhoramentos, 1963, p.32.

<sup>219</sup> Trem: Denominação militar para todo aparato logístico de apoio ao combate transportado para área de conflito.

Sobre essas distâncias e problemas de circulação pelo vasto país e o cenário da guerra, Sérgio Buarque de Holanda (1995) em seu livro sobre o período monárquico brasileiro, escreve:

[...] o Brasil defrontando obstáculos gigantescos. Obstáculos que não estavam tanto nas fortalezas ou nos canhões do inimigo, nem nas florestas e montanhas que formavam a defesa maior dos paraguaios. O baluarte mais poderoso que se erigia agora contra o império ficava naquele espaço de duas mil milhas que separa Assunção do Rio de Janeiro e reclama cerca de quatorze dias de percurso.<sup>220</sup>

Outra perspectiva para se entender a dinâmica do comércio e das informações que chegavam ao Império, vindos dos tão longe campos de batalhas, pode ser depreendida ao analisarmos como se dava a circulação e o transporte de mercadorias para o Rio da Prata.

Divalde Garcia Figueira (2001) ao estudar o comércio, de um modo geral, no período da guerra em seu livro “Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai” sinalizou que

Para o Sul, o transporte era mais fácil, porque podia ser feito por meio de navios. E logo numerosos navios, a vapor e a vela, uns fretados outros pertencentes ao Estado, estavam ligando o Rio de Janeiro às cidade de Montevideú e Buenos Aires. A partir daí, navios de menor calado subiam os rios Uruguai e Paraná em direção ao teatro das operações militares.<sup>221</sup>

Essa questão torna-se importante, pois, os periódicos seguiam esse abastecimento logístico em malotes já editados para serem adquiridos pela tropa e, no movimento contrário, voltavam para o Brasil, cartas escritas por seus correspondentes e suas inéditas e interessantes narrativas da guerra. Esse distanciamento do real potencializou também o papel dos periódicos e dos correspondentes de guerra para que suas perspectivas e “olhares” fossem uma das poucas maneiras da população em geral “ver” o inimigo e problematizar o conflito.

Sobre a periodicidade desse transporte, Figueira (2001) revelou que na gestão de Affonso Celso de Assis Figueiredo, futuro Visconde de Ouro Preto, no Ministério da Marinha, que:

[...] estabeleceu-se uma linha de transporte quinzenal, zarpando os barcos simultaneamente dos dois sentidos. As partidas aconteciam nos dias 15 e 30 de cada mês, demorando-se os barcos nos pontos terminais apenas o tempo suficiente para receber possíveis reparos, as cargas e os passageiros que tivessem de conduzir. Os vapores faziam apenas duas escalas, uma em

---

<sup>220</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) *Brasil Monárquico: declínio e queda do Império*. In: História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, t.2, v.5, p.51

<sup>221</sup> FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001, p.117.

Corrientes, **apenas para a entrega de correspondências**, e outra em Montevideu, para reabasteceram de carvão. [...] Com essas providências, concluiu Ouro Preto, foi possível reduzir uma grande parte das despesas com os fretes, a Esquadra passou a ser perfeitamente abastecida e, ainda, **era possível receber notícias com frequência e segurança.**<sup>222</sup> (Grifo nosso)

Benjamim Constant, oficial do exército imperial, também evidenciava em carta a sua esposa Maria Joaquina Costa Botelho Magalhães essa circulação existente: “Os vapores S. José, Brasil e outros navegam constantemente do Rio de Janeiro para cá e vem sempre até Itapiru no Paraguai [...]”<sup>223</sup>

Nesse contexto, para maior e melhor circulação dessas notícias, os periódicos da Corte e das províncias serviram-se muitas das vezes da contínua transcrição da informação mais atualizada do conflito, formando na prática uma interessante rede de comunicação pelo vasto Império brasileiro.

Além disso, aproveitaram-se também do importante papel dos correspondentes de guerra, pois, foi se tornando vital para os jornais a obtenção de notícias diretas dos campos de batalha ou das áreas de concentração dos exércitos aliados estacionados em torno de fortalezas e posições de defesa paraguaia.

Como já foi revelado, muitos jornais contavam com os serviços desses profissionais, alguns eram militares do exército e da armada, outros eram tão somente aventureiros, viajantes ou comerciantes, comprometidos em enviar correspondências com as últimas informações sobre o desenvolvimento do conflito.

Sobre a notícia da invasão do Rio Grande do Sul, na distante província brasileira do Piauí temos no Jornal *A Imprensa* a seguinte matéria, publicada em 27 de junho de 1865:

Montevideu 28 de maio de 1865

Dispunha-me a escrever esta correspondência com toda calma para remeter pelo pacote inglês Marsey que daqui larga dia 30[...]

Os paraguaios, divididos em dois grandes exércitos, que segundo as melhores opiniões se compõem de 16 a 18.000 cada um, operam sobre Corrientes e sobre o Rio Uruguai, sendo o segundo corpo, conforme declara o próprio semanário de Assumpção, destinado a invadir o Rio Grande do Sul.<sup>224</sup>

---

<sup>222</sup> *Idem*, p.119.

<sup>223</sup> LEMOS, Renato. *Cartas da guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN, 6ª Superintendência Regional, Museu Casa de Benjamim Constant, 1999, p.68.

<sup>224</sup> *A Imprensa*, em 27 de junho de 1865.

Essa transcrição é bastante interessante quando cita a fonte da informação do correspondente um jornal do próprio Paraguai, deixando subentendido essa intrincada rede de comunicação que envolvia até Assunção, para depois seguir para Corrientes, Buenos Aires e Montevideú, para só então as novas notícias da guerra abastecerem a imprensa no Brasil e suas províncias.

As informações da frente de combate circulavam pelo Império, da Corte para as províncias que se serviam de melhores redes de comunicação possíveis, seja terrestre ou da navegação de cabotagem e daí para as outras províncias mais afastadas e para o imenso interior brasileiro.

**Figura 26.** O Sistema de Cabotagem no Brasil como principal ligação entre as diferentes províncias do Império e a Corte do Rio de Janeiro (capital)



**Fonte:** Instituto Brasil Logístico (<https://institutobrasillogistico.com.br/2020/02/10/cabotagem/>)

Como exemplo, a tão esperada tomada de Assunção, capital do Paraguai, ocorrida em 05 de janeiro de 1869, que muitos à época acreditavam que selaria o término da guerra, somente foi noticiada na província do Piauí, no Nordeste do Império, em 10 de fevereiro, a partir de uma transcrição de um jornal da província vizinha do Ceará, a *Constituição*



*Cearense*, evidenciando as dificuldades da circulação das notícias de guerra nessa incessante troca de informações entre os periódicos de todo o Brasil:

Viva S.M. o Imperador,  
Viva o invicto Caxias,  
Vivão os exércitos aliados,  
Piracuruca, 10 de fevereiro de 1869.

A 3 do corrente chegou-se um boletim da Constituição Cearense a grata e apreciável notícia do combate decisivo nos campos do Paraguai, de que tínhamos uma breve noticia de 25 de janeiro próximo passado – Angostura e Villeta, são ruínas que só lembram o ultimo jazigo, onde sepultou-se a mais absoluta negação da Liberdade, a mais negra e objecta tirania!<sup>225</sup>

As dimensões continentais do Brasil faziam com que a navegação, em meados do século XIX, tanto por mar, quanto a fluvial, se constituísse numa importante base estratégica logística por onde se movimentavam, pessoas, mercadorias e informações, num tempo em que o telégrafo elétrico ainda não havia se constituído num meio efetivo e eficaz nas comunicações internas e externas do país.

O economista Renato Leite Marcondes (2012)<sup>226</sup> desenvolveu interessante estudo sobre o tema específico destacando o papel que esse meio de transporte teve no período estudado, bem como, as limitações que o setor enfrentou devido a algumas características no modelo mais centralizado adotado pelo Império que definia rigorosas proibições de companhias estrangeiras se estabelecerem diretamente com os governos provinciais.

Como ocorreu mundo afora<sup>227</sup>, a difusão da navegação a vapor revolucionou o sistema de transporte marítimo do Império. Como um marco desse desenvolvimento, em 1835, foi criada a Companhia de Navegação de Nictheroy, na província do Rio de Janeiro que estabeleceu o transporte regular a vapor de passageiros entre a Corte do Rio de Janeiro e a cidade de Niterói. No ano seguinte, criou-se a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, para “a ligação marítima da Corte com as cidades do Norte até o Pará.”<sup>228</sup>

Certamente, além da melhora na circulação de mercadorias, havia o interesse em integrar politicamente e administrativamente as províncias brasileiras, em um momento conflituoso, sob o controle do governo central na Corte do Rio de Janeiro. Vencida essa

---

<sup>225</sup> *O Piauhí*, em 10 de fevereiro de 1869.

<sup>226</sup> MARCONDES, Renato Lemos. *O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem*. Brazilian Journal of Political Economy 32 (1), 2012, pp. 142-166.

<sup>227</sup> Vide: WILLIAMSON, Jeffrey G. *Land, labor and globalization in third world: 1870-1940*, Journal of Economic History, v. 62, n. 1, March, 2002, pp. 55-85.

<sup>228</sup> EL-KAREH, Almir Chaiban. *A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico*. História Econômica & História de Empresas, v. 2, 2002, pp. 7-28.

fase de instabilidade interna no Império, claramente manifestada durante o período das Rebeliões Regenciais, o próximo passo foi sua afirmação regional, particularmente na estratégica bacia do rio da Prata.

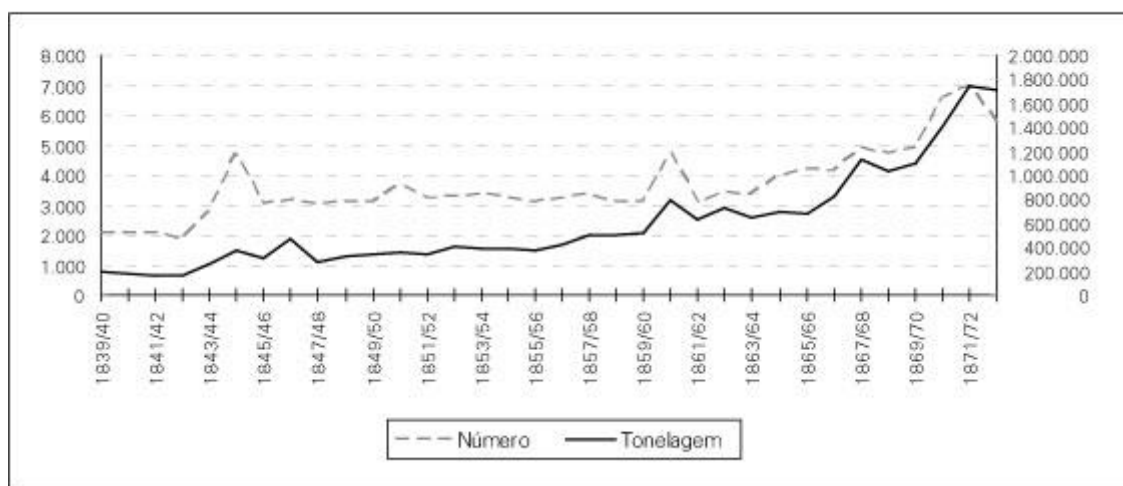
Nesse mesmo período se instituiu uma linha regular de “paquetes a vapor” para o serviço postal e transporte de passageiros entre o Brasil e a França, com escala em Lisboa, ficando estabelecido uma concorrência estrangeira direta nessas linhas de transporte internacionais, o que também se refletiu no de mercadorias.

Um grande salto dado na capacidade de circulação de produtos e serviços pela navegação de cabotagem no Brasil é dado justamente no contexto do esforço de guerra implementado pelo governo de D. Pedro II quando, em 1866, finalmente, possibilitou que companhias estrangeiras pudessem operar livremente em todos os portos brasileiros, desde que possuidores de registros alfandegários.

O dinamismo que essa nova situação trouxe com o rompimento do monopólio estatal é facilmente verificado no gráfico adiante, formulado por Renato Marcondes (2012), onde o autor relaciona o número (quantidade) de embarcações e a capacidade de transporte (tonelagem) dos mesmos, via navegação de cabotagem.

**Figura 27** – Gráfico da circulação interna de mercadorias no Império do Brasil 1839 a 1872, via navegação de cambotagem<sup>229</sup>.

Gráfico 1: Número e tonelagem das embarcações



Com o fim da Guerra do Paraguai, em 1º de março de 1870, se pensou em reestabelecer o monopólio estatal, visando a melhoria nas contas públicas, altamente prejudicadas por 5 anos de conflito, entretanto, a própria Associação Comercial do Rio

<sup>229</sup> MARCONDES, Renato Lemos. *O mercado brasileiro... ob.cit.*, p. 150.

de Janeiro mostrou-se favorável a manutenção da abertura comercial e à livre concorrência estrangeira, assim se pronunciando, em 1871:

Hoje há muito mais facilidade para o comércio de cabotagem, em consequência do grande número de navios estrangeiros, principalmente vapores, que carregam de uns portos para outros, quer dedicando-se exclusivamente a este serviço, quer fazendo-o de passagem quando vêm de portos estrangeiros e tocam nos do litoral do Império por escala. Em consequência desta concorrência os fretes têm baixado 20, 30 e 40%, conforme os portos para que se destinam os carregamentos. Portos há, para os quais o frete baixou 50%. Tal é o de Santos, para o qual o frete de carregamentos expedidos desta praça, de 200 réis e mais que era, desceu a 100 réis a arroba.<sup>230</sup>

### **3.5 Marchas e contramarchas – Os periódicos no dia-a-dia dos acampamentos**

Verificamos que o tempo médio das correspondências pessoais da Corte até a frente de combate variava muito, devido entre outras vicissitudes à distância, às variações climáticas, às cheias dos rios e às próprias manobras e deslocamentos da tropa.

Como já foi dito, a organização militar, dos primeiros contingentes enviados à guerra, obedeceu ainda, em larga escala, aos padrões “caudilhescos” e improvisados que predominavam nos conflitos platinos anteriores<sup>231</sup>. Eram guerras pontuais que, por diversas vezes, foram decididas em uma batalha específica, onde após a vitória, o vencedor oferecia ao vencido as suas condições e exigências.

Um dado importante que devemos analisar encontra-se no fato que nos primeiros anos do conflito, a maior parte do contingente era composto por gaúchos que formavam os corpos de cavalaria. O estilo platino de guerrear, tendo como exemplo típico o primeiro comandante das tropas brasileiras, o general Osório, caracterizava-se pela improvisação no que diz respeito ao apoio logístico de guerra, vivia-se do terreno.

Não é à toa que em Passo da Pátria, começo da invasão do território paraguaio, o grosso da cavalaria brasileira já não dispunha de cavalos. Isso também se refletia em toda rede de suprimento, tudo era novo, mais complexo e de grandes magnitudes, desde a distância geográfica aos contingentes mobilizados.

---

<sup>230</sup> MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio, 173 Anos de Desenvolvimento: História da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993, p. 115.

<sup>231</sup> SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. São Paulo: Paz e Terra, SP, 1990, p. 94.

A Guerra do Paraguai, nesse sentido, trouxe consigo um elemento inédito para a época: o desgaste pelo fator tempo. Quando a guerra chegou a um impasse em torno da Fortaleza de Humaitá, ficou claro que a derrota do inimigo requereria esforço concentrado e organizado, isto ocorreu basicamente a partir do comando do general brasileiro Marquês de Caxias, em 1867, decorrido mais de dois anos de hostilidades.

Caxias teve que reorganizar todo o exército imperial em campanha e por fim, inclusive, as disputas políticas entre seus líderes militares, de modo a criar condições para vencer o conflito. Para isso, tornou mais eficientes as tropas brasileiras na guerra, fortaleceu a posição do exército e ampliou sua autonomia em relação ao governo da Corte do Rio de Janeiro, de modo a ter agilidade de comando nas ações de combate.

Foi inclusive essa relativa autonomia que permitiu ao exército construir no período da guerra uma identidade própria, dissociando-a paulatinamente, após o término do conflito, do Estado monárquico para associá-la ao conceito de Nação<sup>232</sup>.

De outubro de 1866 (pós batalha de Curupaiti) a julho de 1867 não se tomaram, quer pelos aliados, quer pelos paraguaios, iniciativas decisivas, se bem que freqüentemente ocorriam escaramuças e emboscadas entre as vanguardas das duas partes. Estas eram realizadas principalmente na chamada Linha Negra, espécie de “terra-de-ninguém”, uma extensão de terreno de uns oito metros de largura e não superior a seiscentos metros de extensão, aberta da região de Potreiro Piris, diante da trincheira paraguaia de Sauce, em torno do quadrilátero defensivo da Fortaleza de Humaitá.”<sup>233</sup>

A proximidade das forças brasileiras e paraguaias era tanta que permitia aos soldados conversarem aos gritos. Dionísio Cerqueira, que combateu como tenente durante toda a guerra, relata em suas memórias, um caso ocorrido nessas avançadas:

Entrei no terraplano por uma abertura à direita.  
O velho passou-me a mão pelo ombro e, mirando-me com olhar compassivo perguntou:  
- Que veniste a hacer aqui?  
- Nada – respondi – veni a visitarte...  
- Sientate, pues.  
O velho abraçou-me e convidou-me a ficar com ele.  
- Tu é que debes ir conmigo. Nós tratamos muito bem os pasados.  
- Nosotros somos soldados, como tu, y nuestro honor nos manda morir por la patria.

---

<sup>232</sup> Cf. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

<sup>233</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra... ob.cit.*, p. 284.

[...] Deixei-lhe, como lembrança, um grande lenço de seda amarelo e um cachimbo. Apertei-lhe a mão e voltei pensativo para o meu piquete.<sup>234</sup>

Estacionado o exército, cada vez mais o soldado precisava de algum tipo de contato que fizesse passar o tempo no dia-a-dia nos acampamentos. Notamos que a comunicação com o “mundo exterior”, longe daquela guerra se fazia através da leitura em suas diferentes formas e suportes.

Nessa perspectiva, a chegada de qualquer tipo de notícias ou de periódicos impressos à frente de combate era uma questão muito importante, mesmo assim, para se ter uma idéia quanto demorava a circulação de correspondências de toda ordem: cartas, documentos oficiais, salários, entre outros, observemos dois relatos do tenente de engenharia André Rebouças, contidos em seu diário de campanha: em 18 de março, o militar anotou que recebeu à noite, cartas de sua família de 21 de fevereiro e os seus vencimentos de um mês, já em 23 de março, anotou que recebeu cartas, mais uma vez da família, datadas de 24 de fevereiro, ou seja, infere-se daí que demorava cerca de mais ou menos um mês essas idas e vindas dos vapores administrativos que ligavam o exército imperial acampado no Paraguai e a corte.<sup>235</sup>

Neste mesmo diário, no dia 26 de maio de 1866, Rebouças também evidenciava o contato que a tropa tinha com periódicos produzidos no Império nos acampamentos militares: “[...]li o Suplemento do Jornal do Commercio de 25 de abril; nele se achavam por uma singular coincidência as descrições do combate de 10 de abril na ilha de Itapiru.”<sup>236</sup>

Esse contato com jornais era tão importante que existiu um periódico impresso nos campos de batalha. Chamava-se *A Saudade*, sendo primeiramente impresso em Tuiuti, quando houve a grande paralisia do Exército Aliado após a derrota de Curupaiti, em 22 de setembro de 1866, tendo uma interrupção em sua publicação depois de 21 de junho de 1867, quando o exército pôs-se em marcha outra vez, realizando a manobra de flanco ou desbordamento da Fortaleza de Humaitá, reaparecendo posteriormente na Assunção ocupada, em 05 de janeiro de 1869, pelas forças brasileiras, na última fase da guerra.

---

<sup>234</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha... op. cit.*, pp. 200-1.

<sup>235</sup> Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *André Rebouças: diário da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Inst. Brasileiros, 1973.

<sup>236</sup> *Idem*, p. 142.

O jornal seguia a linha de outros periódicos da época, era pequeno, de 4 páginas, publicado pela Typographia do Exército, a mesma que imprimia as ordens do dia e as proclamações dos comandantes.

Essa proximidade e comprometimento com a hierarquia militar eram evidentes, já no primeiro número lia-se a seguinte advertência: aceitavam-se “quaisquer artigo Literários e Recreativos e todas as notícias de interesse; que não tenha relação com a administração do Exército, suas posições, forças, operações a empreender, etc”<sup>237</sup>. Ao longo de sua existência, o periódico *A Saudade* publicou notícias oriundas da América e da Europa, buscando reduzir o isolamento dos soldados.

Também recebeu contribuição dos “poetas das trincheiras”, que por vezes digladiavam entre si nas páginas do periódico<sup>238</sup>. Poucos foram o que se identificaram, mas, a maioria das notas foi produzida por oficiais brasileiros.

Gustavo Barroso (1939) em seu livro “A Guerra do López” comenta um caso que ilustra bem esse papel desempenhado por esse periódico:

O cabo-artilheiro puxou do bolso um jornalzinho mal impresso, amarelado, que alguns oficiais e soldados publicavam no acampamento e interrompeu o cantor:

- Esta modinha veio aqui na "A Saudade". Guardei-a, mas até agora só a decorei do meio para o fim, que achei mais bonito que o princípio. Queres que te acompanhe?

E os dois, em côro:

Tenho saudades dos pagos,  
saudade do meu rincão,  
onde eu era conhecido  
por homem de opinião,  
saudade do bom churrasco  
e do mate chimarrão!<sup>239</sup>

Havia neste periódico assuntos ligados ao cotidiano da tropa, inclusive propagandas, como é o caso da edição de 22 de dezembro de 1866 que informava que principiaria a funcionar uma agência do Banco ali, em Tuiuti, na Rua do Comércio, a partir de 1º de janeiro de 1867, banco este pertencente a Irineu Evangelista de Souza, então Barão de Mauá.

---

<sup>237</sup> CARVALHO, Affonso Celso Villela de. *A Saudade: um jornal brasileiro da Guerra do Paraguai*. Itaguaí: UFRRJ, 1991, p. 2.

<sup>238</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha... op. cit.*, pp. 186-189.

<sup>239</sup> BARROSO, Gustavo. *A Guerra do López. Contos e episódios da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa. 4 edição. 1939, p. 101.

Interessante que esse anúncio tinha conexão com a notícia, publicada na mesma data, de que o banco se oferecia para intermediar o recebimento e remessa de valores dos militares brasileiros, bem como, guardar as somas que as praças e oficiais quisessem economizar.<sup>240</sup>

Apesar de estar inevitavelmente ligado ao Exército Imperial é possível encontrar também algumas críticas ao governo. Como bem evidencia Affonso Carvalho (1991), no número de 7 de outubro de 1866, fazendo o elogio aos voluntários da pátria, a certa altura encontra-se o seguinte trecho, quando fala da eclosão da guerra, atacando a imprevidência imperial:

Em tal estado, o Brasil não tinha exército nem esquadra; apenas existiam restos de ambos, que conquanto disciplinados e aguerridos, eram insuficientes para fazer frente as inumeráveis hostes que o inimigo com insólita arrogância apresentava em campo.<sup>241</sup>

Do ponto de vista do cotidiano da tropa, o acampamento de Tuiuti e o cerco de Humaitá representaram, talvez, o período de maior número de baixas de toda a guerra, ainda que muitas não eram em combate.

Foram dois anos de acampamento, amontoando milhares de seres humanos em uma faixa relativamente estreita de terreno, sob fogo de artilharia inimiga, enfrentando escaramuças e pequenos combates de reconhecimento, com alimentação deficiente, sujeito a administração militar deficiente que se reinventava nesse novo tipo de guerra.

Ao estudarmos essa guerra, fica evidente que a campanha do Paraguai requereu um esforço concentrado e coordenado por parte das autoridades brasileiras. A manutenção da tropa e do equipamento exigiram uma completa mudança nos métodos de guerrear. Era necessário um cuidado com o abastecimento e com as questões logísticas como um todo.

Pelas circunstâncias, o Estado imperial e o comando do exército viram-se obrigados a montar uma poderosa máquina administrativa para dar conta destas novas missões. No entanto, como bem salienta Ricardo Salles

Uma máquina que guardava íntima relação com aquelas organizadas pelos Estados nacionais das nações capitalistas. [...] entretanto, não correspondia à base social do Estado imperial, que repousava ainda na exclusão da maioria

---

<sup>240</sup> CARVALHO, Affonso Celso Villela de. *A Saudade: um jornal brasileiro da Guerra do Paraguai*. Itaguaí: UFRRJ, 1991, p. 40-3.

<sup>241</sup> *Idem*, p. 123.

da população dos direitos, da vida política e da atividade econômica principal.<sup>242</sup>

O esforço de guerra que também é evidenciado na imprensa brasileira da época insere-se nessa mesma perspectiva de uma sociedade aristocrática fortemente marcada pela escravidão e pela exclusão social que nesse momento de crise precisou de toda sua população a fim de atingir seus objetivos geopolíticos regionais e de afirmação nacional.

### **3.6 O jornalismo de trincheira**

Ao analisar os discursos produzidos nos periódicos brasileiros constata-se uma constante necessidade em legitimar a ofensiva aliada pelo viés civilizador. Seria o Brasil, em particular, o principal responsável em levar as “luzes” àquele esquecido rincão abandonado e distante da América.

A monarquia constitucional brasileira, com suas sólidas e harmônicas instituições, lutaria contra um país governado por um ditador tirânico e opressor, nesse sentido, observa-se também o caráter “libertador” da campanha militar, lutava-se contra López e seu “governo degenerado” e não contra o “oprimido” povo paraguaio. Essa era a narrativa brasileira para o conflito.

O Paraguai como país soava para a “boa sociedade brasileira” como um local inóspito, contrastando com o europeizado Brasil que se defrontava via Atlântico com o centro do mundo desenvolvido. A maior potência da época era também uma monarquia, enquanto que as repúblicas platinas, vez por outra, se guerreavam entre elas mesmas ao sabor dos interesses particulares de seus chefes caudilhos.

Outro ponto a ser considerado é o da alegada crueldade do adversário, um dos fatores mencionados constantemente para legitimar inclusive a perseguição implacável do presidente paraguaio até a derradeira Campanha das Cordilheiras.

Cabe aqui uma consideração importante a respeito do episódio da Retirada de Laguna e a invasão do Sul do Brasil que provocou uma grande comoção no país, tendo o centro dessa comoção a Corte do Rio de Janeiro e os periódicos que alimentavam a “sociedade ilustrada” e influenciava a população como um todo, inclusive o Imperador

---

<sup>242</sup> SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 129.



D. Pedro II. Sobre a pretensa “missão civilizadora”, Mauro Cesar da Silveira (1996) salienta que

A defesa da empreitada civilizadora do Império pela imprensa ilustrada da Corte se insere num amplo processo de mobilização de consciências, através de apelos emocionais, antecipando os mitos modernizadores que marcarão a entrada do país no novo século.<sup>243</sup>

Esse heroísmo, essa propaganda ideológica, se coloca num contexto de formação e afirmação da nacionalidade brasileira em contraposição ou mesmo em negação ao outro, o inimigo a ser vencido. De fato, no caso brasileiro, o Estado se fez antes da nação, e é na Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai que as distantes províncias brasileiras vão ser perceber como parte de um todo.

Em seu clássico estudo “Nações e nacionalismos”, Eric Hobsbawm (2004) trabalhou essa questão, apontando que entre os critérios decisivos para que um povo pudesse ser considerado uma nação no século XIX, além de uma associação estável com um Estado e uma elite cultural estabelecida, haveria a necessidade de demonstrar uma “provada capacidade para a conquista”.

Essa capacidade de conquista teria, obviamente, que ser realizada de fato, através da guerra e da vitória. Mas, teria também que ser vivida da forma a mais positiva possível, dentro das circunstâncias de um conflito armado a cobrar seu tributo de sangue e sofrimento, pelo povo-nação, para a partir de então poder se constituir povo-nação-estado.<sup>244</sup>

Tal dinâmica ocorreu tanto nas unificações tardias da Europa, na Guerra de Secessão Americana, como na Guerra do Paraguai, para o caso brasileiro e os países latinos. Por isso, as guerras do século XIX – e ainda mais as que se seguiram – foram travadas também na imaginação, através dos relatos e da cobertura na imprensa semanal e mesmo diária e, principalmente, das imagens e textos, os mais realistas possíveis em sua captação e reprodução.

Por esse ângulo, as imagens da selvageria paraguaia, da crueldade do invasor, entre outras abordagens imagéticas utilizadas nas redações dos jornais brasileiros durante

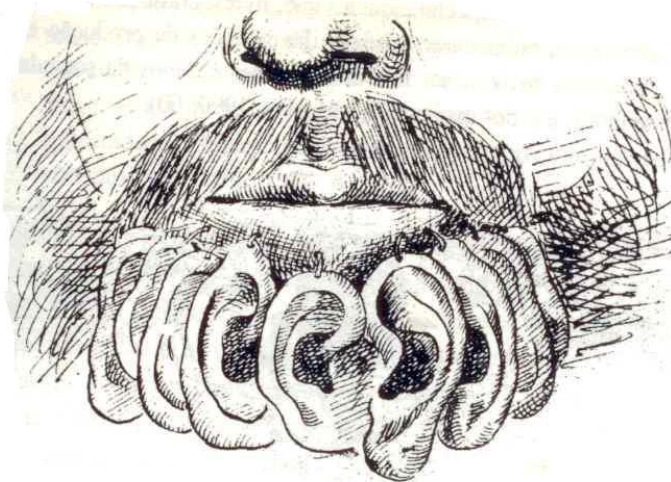
---

<sup>243</sup> SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996, p.155.

<sup>244</sup> Cf. HOBBSAWN, Eric. *Sobre História*. (Tradução Cid k. Moreira). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

o conflito contribuíram com esse aspecto. A ilustração a seguir é um exemplo, entre tantos, que dia a dia eram estampadas nos periódicos que cobriam a guerra.

**Figura 28.** A crueldade dos paraguaios sendo retratada nos periódicos brasileiros. Ao comentar a imagem, o periódico *Paraguay Illustrado* escreve: “O generalito acaba de criar uma nova condecoração com o fim de galardoar a selvageria dos paraguaios. Modo original de usá-la”



**Fonte:** Paraguay Illustrado, de 06/08/1865, p.7. In: SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996, p. 131.

Outra questão bastante importante é o efetivo papel que a imprensa possui de mobilização, o que no caso de uma guerra se potencializa, Humberto Machado (2010) nos esclarece que

Uma das características da imprensa, portanto, é seu poder de persuasão pela propaganda de idéias e programas, através do qual exerce verdadeira ascendência sobre a opinião pública. [...] A divulgação sugestiva e interessada, algumas vezes sutil, exerce uma pressão psicológica sobre as atitudes e comportamentos das pessoas, na medida em que utiliza, muitas vezes “slogans” direcionados para um determinado fim.<sup>245</sup>

Certamente, a imprensa paraguaia também possuía jornais, inclusive ilustrados, para incentivar seus exércitos no esforço de guerra, mais ainda, era comum que periódicos paraguaios circulassem propositadamente entre as tropas brasileiras, na frente de combate.

Um exemplo pertinente de circulação dos impressos paraguaios entre a tropa brasileira se encontra no jornal *A Semana Illustrada*, que publicou na edição de 17 de novembro de 1867, uma imagem extraída do periódico paraguaio *Cabichuí*, uma

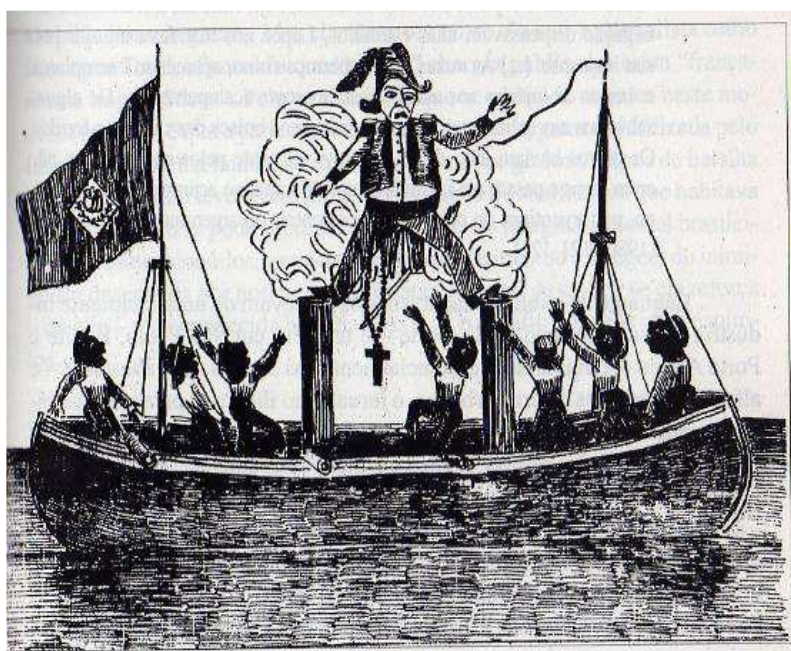
---

<sup>245</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. *A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil*. Revista do IGH, Rio de Janeiro, a. 171 (448):31-62, jul/set 2010. pp. 32-33

caricatura do almirante Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma, comandante da esquadra imperial, com um rosário em sua embarcação e sete negros que suplicavam algo ao assustado marinheiro.

Possivelmente, ao publicar essa imagem do periódico paraguaio na Corte do Rio de Janeiro, enviada da frente de combate, Henrique Fleiuss dono da *Semana Illustrada* tivesse a intenção demonstrar a seus leitores que os paraguaios mantinham uma representação depreciativa dos brasileiros e do Exército Imperial.

**Figura 29.** As imagens como motivação para a guerra. Na legenda desta imagem lê-se: “Specimen de bom gosto artístico na corte paraguaia em Paso Pocú” - cópia da estampa da segunda página do jornal ilustrado *Cabichuí*, nº 46.



**Fonte:** *A Semana Illustrada*, 17/11/1867. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos

Colocando o almirante em desequilíbrio e medroso e seu exército formado por macacos, o periódico afirmava que os brasileiros tinham uma condição inferior e irracional em relação aos paraguaios. Logo, os brasileiros seriam incapazes de vencer seus inimigos, ainda que os fatos mostrassem ao contrário já no ano de 1867.

Analisando os periódicos paraguaios nesse contexto, percebe-se uma clara tendência que mostra que quanto mais precária se tornava a posição militar paraguaia, nas sucessivas derrotas e retraimento de suas forças país adentro, mais intenso se tornou o culto à personalidade de Solano López e, por outro lado, mais se aumentou os esforços para reprimir o surgimento de qualquer movimento organizado de oposição interna. Esse empenho se evidenciava via imprensa periódica.

Em um país onde o que se escrevia nos jornais era apenas o que o governo paraguaio desejava, o *Cabichuí*, em 1867, comparou o líder paraguaio ao personagem bíblico Moisés, pois, assim como este tivera por missão libertar o povo hebreu do jugo egípcio, o presidente-marechal seria o grande líder “destinado por Deus a libertar o povo paraguaio da preponderância de seus inimigos.”<sup>246</sup>

**Figura 30.** Capa do periódico *Cabichuí*: um negro sendo picado por abelhas selvagens, o nome do jornal remete inclusive a uma espécie de abelha nativa paraguaia altamente venenosa e temida



**Fonte:** *Cabichuí*, nº 1, 1867 (edição facsimilar). Asunción, Edición Museo del Barro.

Os periódicos paraguaios, como acentuou Max Versen (1976)<sup>247</sup>, são exemplos sintomáticos do caráter autocrático assumido pelo governo de Solano López durante a guerra. Juan Crisóstomo Centurión, coronel paraguaio que lutou até o final da guerra, e que inclusive escrevia para o periódico *Cabichuí*, relembra o jornalismo guarani praticado à época, sem dissimular a revolta:

Las columnas de los periódicos salían llenas de artículos insultos y fastiosos que casi no contenían otra cosa que alabanzas a su persona, advirtiendo que **no se publicaba una línea sin la previa censura de él**. Pobres redatores! Solo eran de nombre, porque tenían que sacrificar su consciencia, sus sentimientos, su convicción, sus ideas y sus opiniones, para llegar a ser

<sup>246</sup> *Cabichuí*, 17/6/1867, p.1, edição fac-similar. In: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 315.

<sup>247</sup> VERSEN, Max Von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

instrumentos dóciles del Mariscal, que no respetaba para nada el amor propio, la opinión ni dignidad de los que estaban a su servicio.<sup>248</sup> (grifo nosso)

A imprensa nos campos de batalha, em particular, tinha um papel de construir derrotas em vitórias, incidindo diretamente no moral da tropa, um exemplo é combate de Corrales, ocorrido em 31 de janeiro de 1866, que fora festejado tanto pelo exército paraguaio quanto pelos aliados como uma grande vitória militar, o memorialista da guerra Dionísio Cerqueira (1980), que participou diretamente das ações de combate em sua “Reminiscências da Guerra do Paraguai” escreveu a respeito do feito:

No dia seguinte, os paraguaios vogavam nas suas canoas, para a margem oposta, e lá contaram a história desse feito, exaltando ainda mais a imaginação ardente do Ditador, - que mandou fazer pelo Cabichuy a sua descrição humorística em Guarani. O número onde a lemos encontrou-se no bolso de um oficial morto em Tuiuti.<sup>249</sup>

O autor ressaltava ainda que para exaltar o espírito dos seus soldados, cuja valentia, obediência e abnegação dispensavam estímulos, López mandava injúrias pela sua imprensa:

[...]O pequeno periódico Cabichuy (maribondo caboclo) tinha, às vezes, pilhérias muito insultas; outras, bastante picantes como as suas ferroadas. Os nossos generais eram representados por lentas tartarugas, arrastando a custo, pesadas espadas; um macaco, de barbas grandes com uma coroa na cabeça, figurava o Imperador. Dava-nos o nome de cambai o que significa macaco. Até nosso balão cativo, destinado a reconhecimentos, não escapou á veia humorística do gavarni guarani, que o pintava agarrado nas costas de um cágado.

Definiu, uma vez, os aliados na seguinte sentença, cuja injustiça dispensa comentários:

Orientales...general sin ejercito:

Brasileños... ejercito sin general:

Argentinos... ni general, ni ejercito!!!<sup>250</sup>

Destacava também que muitos espões paraguaios se passavam por argentinos em acampamento brasileiro ou de orientais (uruguaios) nos acampamentos argentinos, para recolher informações sobre prováveis ações tomadas pelo lado da Tríplice Aliança, nesses encontros, os jornais paraguaios alcançavam também as tropas aliadas, e assim, as notícias paraguaias atingiram os soldados aliados e por consequência, seguindo a rota de abastecimento de informações do conflito, todo o distante Império brasileiro.

---

<sup>248</sup> CENTURIÓN, Juan Crisóstomos. *Memórias o reminiscências históricas sobre La guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 1987, p.319.

<sup>249</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980, p.111.

<sup>250</sup> *Idem*, p.121-122.

Em outro momento, o então major Rufino Gustavo Galvão, futuro Visconde de Maracajú, anotou em seu diário durante a execução da marcha de flanco sobre o quadrilátero fortificado de Humaitá:

A 26 de julho – Não se marchou para passar-se em revista de armamento nos corpos e batalhões.

Encontrou-se um boletim de López, declarando esperar-nos no dia 28, e um número do pequeno jornal caricato, denominado “Cabichuy”, cujo emblema é um macaco, atacado por marimbondos.<sup>251</sup>

Ao lermos o diário do Visconde de Maracajú fica claro que os jornais abasteciam de informações a tropa, fazendo parte do cotidiano, como um entretenimento possível naquele selvagem ambiente de guerra, sobre a participação do general Mitre, comandante das forças argentinas, e a relação deste com o seu país o mesmo major Galvão comenta:

A imprensa platina, nem sempre bem inspirada, fazia jogo, ora com ele, ora com o nosso general em chefe. Às vezes encrespava ao general Mitre o desfalecimento das operações, outras vezes ao marechal Marquês de Caxias, fazendo crer que dificultava certos empreendimentos para tirar a glória daquele!<sup>252</sup>

Esse contato com os periódicos, inclusive os produzidos pelos paraguaios, é facilmente evidenciado ao lermos as correspondências desses soldados, sendo recorrentes as citações casuais a respeito dessa imprensa de guerra no dia a dia das trincheiras:

Conforme lemos no pequeno jornal ilustrado paraguaio “Cabichuy”, denodados guerreiros que avançaram eram menos numerosos do que os trezentos espartanos de Leônidas, nas Termópilas, e mais felizes de que eles, porque voltaram na maior parte. Bravatas...<sup>253</sup>

Nessa perspectiva, é importante refletirmos na rede imaginária que ficou evidenciada nos periódicos produzidos como “esforço de guerra”, tanto brasileiros quanto paraguaios, o que no possibilita observar a vitalidade histórica dos indivíduos, isto é, o uso social das representações e das idéias de época.

Os símbolos revelam o que está por trás da organização da sociedade e da própria compreensão da história humana vivenciada no dramático conflito, logo, as significações imaginárias despertadas por imagens determinaram referências simbólicas que definiram, para os sujeitos de uma mesma comunidade, os meios inteligíveis de seus intercâmbios com as instituições: a nação, o exército, a igreja etc.

---

<sup>251</sup> GALVÃO, Rufino Enéas Gustavo. *Diário. Guerra do Paraguay (1867 e 1868)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército, 1924, p. 17.

<sup>252</sup> *Idem*, p.67.

<sup>253</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha... op. cit.*, p.110.

Os sistemas simbólicos emergem para unificar o imaginário, através de múltiplas representações uma sociedade traduz visões que coexistem, superpõem ou excluem-se enquanto forças reguladoras do cotidiano. O real é, pois, sobredeterminado pelo imaginário, e nisto consiste a transcendência das ideologias.<sup>254</sup>

Ao examinar as tensões entre as forças sociais, particularmente nas diferentes narrativas sobre a guerra, penetra-se no campo de batalhas ideológicas pela conquista, antes de tudo, da hegemonia cultural durante o conflito: qual “discurso” foi melhor legitimador e capaz de mobilizar um país, ou uma aliança de países, para o campo de batalha e por quanto tempo o esforço de uma nação pôde ser abastecido através desse imaginário coletivo, quanto sustentáculo de suas ações.

De fato, o imaginário existente numa determinada sociedade ou nação influencia decisivamente no moral de uma tropa que está diretamente ligado ao sistema de símbolos criados para legitimar e dar sentido à vontade de se lutar em uma guerra. Essas representações também buscam desconstruir o inimigo para facilitar sua derrota ou mesmo justificar sua morte, possibilitando ao soldado utilizar a violência em todos seus desdobramentos e nuances sem se culpar e ainda assim se sentir um indivíduo possuidor de moral e honra.

Nesse sentido, Bronislaw Baczko (1998) explica o papel central que certos momentos históricos, principalmente àqueles onde há movimentos armados, como uma guerra ou uma revolução, propiciam na mobilização das energias sociais para o exercício do poder e da vitória no campo de batalha:

Em qualquer conflito social grave – uma **guerra**, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objectivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria acção das forças em presença? Como é que se podem separar, neste tipo de conflitos, os agentes e os seus actos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as acções efectivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências? [...] Não será que o imaginário colectivo intervém em qualquer exercício do poder e, designadamente, do poder político?<sup>255</sup> (grifo nosso)

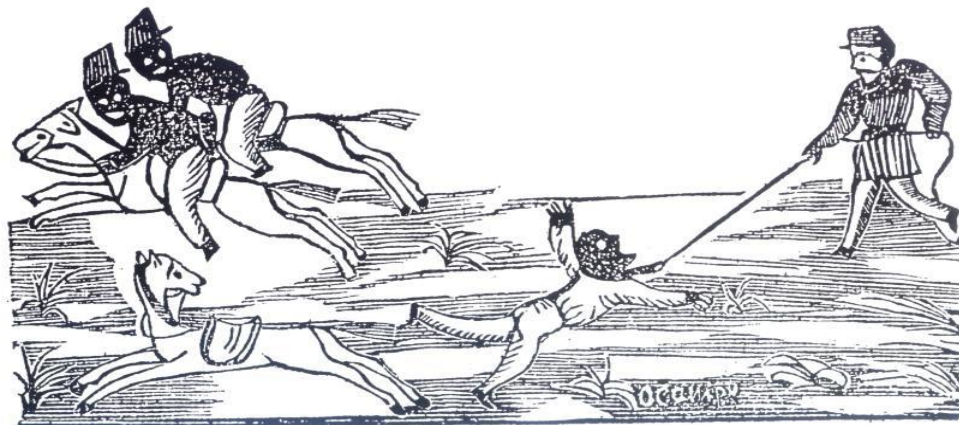
---

<sup>254</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

<sup>255</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginário social*. In: Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem, vol.5º, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p.298



**Figura 31.** Soldado paraguaio laça soldado brasileiro, nota-se o tom pejorativo aplicado às tropas brasileiras, sendo as mesmas compostas só de negros. O ato de laçar remete a uma postura superior do combatente paraguaio (este desenhado com as feições nitidamente europeizadas)



**Así se cazan los negros.**

Soldado paraguai "laça" soldados brasileiros. Paraguayan soldier captures Brazilian soldier. Xilogravura (Cabichuí, n.º 34, 1867). Colección Cabichuí, n.º 34, 1867. 21,5 x 33 cm. Coleção particular. Photo: Cabichuí.

292

**Fonte:** *Cabichuí*, n.º 34, 1867. (edição facsimilar). Asunción, Edición Museo del Barro.

Ao articular esses importantes conceitos de criação de um imaginário coletivo belicoso durante um conflito armado e como isso pode influenciar na capacidade de combater, no estímulo à capacidade de lutar e no “moral da tropa”, Fernando Goulart (2005) salienta, em artigo intitulado “Motivação para o combate” que:

Motivação para o combate e moral, ou moral militar, são conceitos intimamente relacionados, mas não idênticos. O moral refere-se ao estado psicológico ou à atitude do indivíduo ou do grupo em face da função ou tarefa que se espera que ele desempenhe ou cumpra, ao passo que a motivação compreende os impulsos que levam o indivíduo a agir. Historicamente, a consideração do comportamento humano nas batalhas tem se concentrado no moral coletivo, mas é lícito supor que o procedimento grupal tem como seu condicionante básico a predisposição individual.<sup>256</sup>

Evidenciando esse cenário, em outro relato, o capitão médico Severiano da Fonseca, irmão do capitão de infantaria Deodoro da Fonseca que anos mais tarde proclamará a República brasileira (em 15 de novembro de 1889), comentou esse contato com a imprensa inimiga em seu diário, em 23 de setembro de 1866, logo após a Batalha de Curupaiti:

[...] a manhã de hoje aparece nas linhas avançadas um boletim impresso, de López, que nos mete à bulha por não termos atacado Curupaity logo em

<sup>256</sup> GOULART, Fernando Rodrigues. *Motivação para o combate*. Military Review. Maio-Junho, 2005, p.76.



seguida à Curuzu, e diz “que” já acostumado com a nossa incúria guardou a esperança que dar-lhes-íamos tempo para fortificar-se melhor.<sup>257</sup>

Sobre a contrapartida dos nossos soldados-editores, Cerqueira (1980) relatou em suas *Reminiscências*:

Nas trágicas areias de Tuiuti corria sonorisa a “Hipocrene parnasiana”. Tivemos também o nosso jornal literário: “A Saudade”. Nas suas páginas diminutas, mas grandes de inspiração e sentimento, derramavam os nossos trovadores os tesouros do seu estro.

[...]o Graça cantava a “Pepita de las Dolores”, espanholita imaginária ou real que a sua imaginação de cadete destacado na bateria dos morteiros, fantasiava com olhos de bomba acesa e sorrisos de explosões.

O João Severiano tinha a sua opinião bem assentada sobre o beijo e a manifestava francamente, com autoridade de médico:

O beijo é um fruto

De gosto subido,

Mas, deve colhido

Na árvore ser...<sup>258</sup>

Descreveu, ainda, várias disputas através de versos e trovas que se seguiam nos números do jornal *A Saudade*, despertando o interesse e a curiosidade da tropa para o número seguinte. Porém, já no início do século XX, quando escreveu suas memórias, em 1910, arrematava evidenciando a grande tragicidade que é a guerra: “o reduzido número de exemplares da *A Saudade*, impressos na tipografia do exército, desapareceram no torvelinho da morte com grande parte dos seus colaboradores.”<sup>259</sup>

De fato, ao entrarmos em contato com várias fontes produzidas pelos militares que viveram esse drama, é perceptível o papel fundamental que a circulação de periódicos desempenhou no cotidiano dos acampamentos. Ali aparecem detalhes do dia-a-dia das tropas: como se vivia, matava e morria durante uma guerra longa e travada longe das regiões de origem da maioria dos soldados.

Analisando as cartas, diários e as publicações na imprensa de época é recorrente a relação de informações entre elas, percebe-se a solidão e a monotonia dos acampamentos, as doenças e o desmazelo resultantes da desorganização militar, muitas vezes afetada pelo jogo político do Império e seus aliados.

---

<sup>257</sup> FONSECA, Severiano. Arquivo pessoal da Família d'Alincourt Fonseca, gentilmente cedido para essa pesquisa.

<sup>258</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980, p.174

<sup>259</sup> *Idem*, p.189.

Emergem as preocupações, divertimentos e manifestações religiosas de soldados e oficiais. Percebe-se também os problemas logísticos de abastecimento durante boa parte da campanha e que afetaram a vida desses soldados, retardando a marcha no Paraguai e intensificando os sofrimentos e os incômodos decorrentes da precariedade da vida nos acampamentos.

O comércio ambulante fornecia algum alento para aqueles que podiam pagar. Os acampamentos acabaram se convertendo em vilas onde soldados, seus familiares, vivandeiras<sup>260</sup>, refugiados, comerciantes e fotógrafos interagiam com a tropa. Foi nesse lugar onde se efetivaram os contatos com as “folhas”, principalmente as produzidas na Corte do tão distante Brasil.

Para o lado do Comércio, onde em ranchos e sob latadas se estabelecera a cáfila de traficantes, agiotas e exploradores de toda a casta, língua e nação, que seguia o exército, eram maiores o rumor e o movimento. Ali se bebia e se jogava, se palestrava e se amava.<sup>261</sup>

Quando o exército esteve acampado em Tuiuti, por mais de um ano, os “comerciantes” e todos esses outros indivíduos, entre homens e mulheres de diferentes ocupações que seguiam e ofereciam seus serviços à tropa eram tão numerosos que formavam uma pequena cidade.

Foi nesse contexto que serão realocados quando o Marquês de Caxias assumiu o comando das operações, reorganizando toda a Força Aliada e dando a esse grupo de pessoas um caráter militar com a denominação de “Voluntários do Comércio”, provavelmente em alusão aos batalhões de Voluntários da Pátria.

Essa “tropa” dava um protagonismo, assim como responsabilidades, a esses comerciantes estabelecidos nos acampamentos, havendo um representante para cada quartirão, diretamente subordinados ao inspetor de polícia do campo. Assim, os próprios comerciantes, acrescido de todos que seguiam o exército de campanha, ficavam encarregados de defender suas propriedades por ocasião dos combates.

É interessante perceber que as visões de guerra daqueles que realmente participaram das ações em combate abrem perspectivas, reflexões, que vão dos sentimentos cotidianos experimentados por soldados, os contrastes culturais inerente

---

<sup>260</sup> Vivandeiras: como eram chamadas as mulheres que acompanhavam os Exércitos Aliados em campanha na época da Guerra do Paraguai.

<sup>261</sup> BARROSO, Gustavo. *A Guerra do López 1864-1870*. Fortaleza: Secult, 2000, p. 99.

àquele mundo evidenciado na imprensa brasileira tão europeizada e as diferentes formas de leitura possíveis desde a percepção de uma dita elite culta, que inevitavelmente foi à guerra, até a massa de homens livres e pobres, sejam eles negros, brancos ou mestiços que também participaram desse grande esforço nacional.

### **3.7 O público leitor na Corte do Rio de Janeiro na época da guerra**

O alvorecer da formação de uma opinião pública e a expansão do mercado editorial do impresso periódico esteve no centro da formação do que viria a ser a sociedade de massas, ligado diretamente à modernidade, ao ambiente urbano e à consolidação da nação. É nesse contexto que o século XIX é marcado pelo crescimento progressivo e exponencial da circulação de impressos, como vemos, não foi diferente no Brasil, principalmente nas capitais das províncias e, mais ainda, na capital do Império.

Longe da instável região da bacia do rio da Prata, a Corte do Rio de Janeiro ditava moda e era referência de hábitos e gostos culturais para as outras províncias brasileiras. A leitura de jornais e revistas se tornou um costume cada vez mais disseminado pelas ruas efervescentes da cidade, fato frequentemente evocado quando observamos o interessante período analisado, transformando-a numa espécie de “capital literária” do país, um lugar de difusão e práticas de leituras.

Passado as primeiras décadas pós independência e debeladas as rebeliões internas, o Império e, principalmente, sua capital, conhecia um progressivo estado de bem estar e segurança, tinha-se um rei brasileiro e partidos fortes que se revejavam no governo e sustentavam o projeto monárquico brasileiro. Florescia na Corte do Rio de Janeiro uma pequena, mas potente, elite ilustrada, consumidora de produtos como peças de teatro, poemas, romances, etc.

Nesse ambiente de consumidores e produtores de cultura circulavam políticos, diplomatas, militares, médicos, advogados, assim como, artistas, donos de jornais e literatos, entre outros personagens citadinos que orbitavam em torno da Corte de D. Pedro II.

De fato, foi nesse círculo de letrados que observamos o papel desempenhado por jovens literatos que para além de romances e contos prosaicos se relacionaram nas redações de jornais e se transformaram em grandes articulistas de época, assumindo um

papel fundamental na produção e circulação das notícias vinculadas ao desenrolar da Guerra do Paraguai.

Um outro bom exemplo de articulista de diversos jornais que se tornou posteriormente autor de uma obra clássica da literatura brasileira foi José de Alencar, típico intelectual de época que, à serviço desse ou daquele periódico, escrevia textos sobre conjunturas políticas e econômicas na agitada capital do Império.

Pontualmente, em 09 de agosto de 1853, José de Alencar começou a trabalhar na redação do jornal *Correio Mercantil*, conhecido como o grande jornal das ideias liberais, com a obrigação de promover mudanças em sua estrutura que viessem a torná-lo um pouco mais popular ao inserir na sua capa comentários e crônicas sobre o cotidiano da cidade, suas intrigas e comportamentos sociais. Nesse momento, o *Correio* era considerado um contraponto às ideias do conservador *Jornal do Commercio*.

Foi nesse “diálogo” entre literatura e jornalismo que veremos então, o próprio José de Alencar, anos mais tarde, em 1857, publicar em forma de fascículos, como romance folhetim, em outro conhecido periódico, no jornal *Diário do Rio*, o que viria a se transformar num grande clássico da literatura brasileira, e sua principal obra relegada à posteridade, a peça “O Guarani”.

Nessa perspectiva, observamos nessa citação de época, do Visconde de Taunay, três interessantes aspectos que permeavam o contato desses intelectuais com a imprensa, tendo o caso de Alencar e sua obra “O Guarani”, como mote: o papel duplo de articulista e literato, a capilaridade que esses textos poderiam ter ao usar os jornais como suporte e a propagada leitura coletiva e em “voz alta”, eis-la:

Em 1857 publicou O Guarani em folhetim no Diário do Rio de Janeiro, e ainda vivamente me recordo do entusiasmo que despertou, verdadeira novidade emocional ( ... ) o Rio de Janeiro em peso, para assim dizer, lia O Guarani (...) **Quando a São Paulo chegava o correio com muitos dias de intervalo** então, reuniam-se muitos e muitos estudantes numa república, em que houvesse qualquer feliz assinante do Diário do Rio, para ouvirem absortos e sacudidos, de vez em quando, por elétrico frêmito, a **leitura feita em voz alta** por algum deles, que tivesse órgão mais forte. E o jornal era depois disputado com impaciência e pelas ruas se viam agrupamentos em torno dos fumegantes lampiões da iluminação pública de outrora – ainda ouvintes a cercarem ávidos qualquer improvisado leitor.” (grifo nosso)<sup>262</sup>

---

<sup>262</sup> Citado por Ivo BARBIERI e outros em *Brasiliana. Guia das Fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, p. 460.

Logo, para investigarmos as trocas culturais no domínio da imprensa brasileira no que diz respeito ao intercâmbio existente entre os diferentes atores que compunham a rede de produção e circulação de notícias, partimos do pressuposto de que a imprensa não se constituiu de maneira autônoma, mas como um sistema de relações, nos quais as atividades dos mediadores – livreiros, editores, proprietários de jornais, escritores, tradutores, jornalistas correspondentes etc. – e das instituições – bibliotecas, gabinetes de leitura, livrarias, editoras etc., ocupam lugar central.

Nesse sentido, os periódicos no país não foram somente um suporte para as obras dos escritores românticos, tornaram-se, na verdade, veículos de comunicação do sentimento de nacionalidade. Por certo, um dos sentidos da construção da identidade nacional no século XIX passava pelo princípio romântico de criar a nação ao fazer literatura, no qual, como verificamos, a imprensa desempenhou um papel fundamental na sua disseminação.

Dessa forma, a imprensa brasileira, à época estudada da Guerra do Paraguai, nessa relação dialogal, foi um importante instrumento de difusão da literatura, primeiro das traduções de alguns romancistas estrangeiros (principalmente franceses, com destaque no período para Alexandre Dumas), segundo das publicações de escritores brasileiros e de portugueses, tais como, Alexandre Herculano, Camilo Castello Branco, entre outros, com ênfase nos romances e crônicas-folhetins, publicadas quase que diariamente em formato de capítulos seriados.

Como naturalmente a literatura e a instrução (no sentido do letramento) caminham juntas, esse cenário também favoreceu a educação das mulheres dessa elite branca, em um país de analfabetos de negros e mestiços. Facilitava-se de uma maneira peculiar o acesso ao livro e ao jornal, tanto que a partir da década de 1840, os periódicos e livros parecem querer satisfazer esta nova feição do público literário (inclusive o feminino) que se formava, sobretudo, na Corte, aproximando os sobrados patriarcais das tipografias, livrarias e gabinetes de leitura.

Em particular, a preferência desse emergente público feminino era por obras literárias francesas, graças às traduções para o português encontradas no *Jornal do Commercio* e que depois eram transformadas em volumes por seus proprietários franceses e vendidos em formato de livro, o que gerou, à época, uma grave questão sobre direitos autorais.

Logo, é de suma importância ampliarmos nossa visão para os primeiros receptores dessas notícias, àqueles que, em primeira mão, eram os alvos das reportagens produzidas e a quem, prioritariamente, deveriam influenciar, ao gerar entendimentos e visões acerca dos acontecimentos em andamento na sociedade brasileira.

Num país em que a grande maioria da população era analfabeta e escrava, como no Brasil no Segundo Reinado, em meados do século XIX, a expressão “público literário”, em sentido sociológico, pode parecer dizer respeito, numa primeira análise, somente à elite brasileira, na qual se supõe existirem condições estruturais necessárias, como educação e bens baseados na propriedade patriarcal, para dar suporte às informações textuais que circulavam na imprensa periódica e na produção literária à época.

Entretanto, recentes pesquisas realizadas sobre o público literário brasileiro nesse período, particularmente na capital do Brasil, revelam uma outra realidade nessa prática cultural, como por exemplo o considerável número de frequência de leitores num determinado gabinete de leitura do Rio de Janeiro, entre 1860 e 1870. No caso específico, me refiro ao singular Gabinete Português de Leitura, fundado em 1839. Em capítulo posterior, articularemos a criação desses gabinetes com a comunidade portuguesa residente na Corte e a corrente migratória constante entre os dois países.

É nesse contexto que a prática dos gabinetes de leitura se tornou comum e, pouco a pouco, se disseminou por todo o Brasil. Os leitores que não tinham condições de adquirir as obras literárias e os jornais periódicos podiam os encontrar disponíveis nos diversos gabinetes, como também, nas bibliotecas particulares que começavam a serem criadas, visando esse “público leitor” que se formava.

Havia, de fato, um interesse crescente do público pela leitura e os gabinetes assumiram um papel de vanguarda no processo de sua propagação, porque ofereciam o aluguel de livros a preços módicos. Podemos perceber a importância desses locais de leitura a partir do texto do próprio José de Alencar, à época:

**Com as minhas bem poucas sobras, tomei uma assinatura em um gabinete de leitura que então havia à Rua da Alfândega**, e que possuía copiosa coleção das melhores novelas e romances até então saídos dos prelos franceses e belgas [...] Devorei os romances marítimos de Walter Scott e Cooper, um após outro; passei aos do Capitão Marryat e depois a quantos se tinham escrito desse gênero, pesquisa em que me ajudava o dono do gabinete, em francês, de nome Cremieux, se bem me recordo, o qual tinha na cabeça toda a sua livraria. Li nesse discurso muita coisa mais: o que me faltava de

Alexandre Dumas e Balzac, o que encontrei de Arlincourt, Frederico Soulié, Eugênio Sue e outros. (grifo nosso)<sup>263</sup>

Certamente, o escritor José de Alencar fazia parte de um público letrado minoritário entre a população do Brasil. Apesar de vislumbrarmos os rumos da leitura no país, torna-se impossível saber como as obras eram recebidas. Embora os jornais fossem mais baratos que os livros e, na teoria, alcançavam um público mais abrangente, a população em geral não adquiria estas obras principalmente pela falta de instrução.

Na Europa, a taxa de indivíduos alfabetizados era relativamente elevada (se comparada ao Brasil), proporcionando o êxito do jornalismo literário, principalmente pelo baixo custo dos periódicos e a necessidade de satisfazer um público leitor crescente que via no jornal a principal fonte cultural regularmente disseminada.

Nesse sentido, a peculiar característica que um periódico possui, de maior capilaridade social, favoreceu que, a partir do suporte físico do jornal, outras formas de ler e de compreender os textos acontecessem como prática social, o que incluía a leitura em voz alta. Esse mecanismo deve ser necessariamente pensado quando falamos da formação de um público leitor no Brasil, em meados do século XIX, com uma população marcadamente iletrada.

De fato, ao tentarmos nos aproximar do que seria um público leitor nessa sociedade brasileira escravocrata, devemos, antes de tudo, constatar que ela possuía, um caráter excludente, não só pela questão da escravidão negra, como também, pelo profundo analfabetismo disseminado em todas as camadas sociais.

Segundo Darnton (2011), um bom começo para o estudo do público leitor de uma época passa pelos dados da população alfabetizada, ou seja, o “registro dos leitores” em potencial da sociedade estudada.

O Brasil, entretanto, só realizou o seu primeiro censo populacional em 1872, mesmo assim, nos dá uma interessante visão do cenário da época da guerra (apesar de ser dois anos após o seu término, ocorrido em 1º de março de 1870).

Nesse sentido, objetivamos elucidar o percentual dos leitores brasileiros a partir do censo de 1872, Assim, apesar de ficar evidenciado o alto grau de indivíduos

---

<sup>263</sup> NETO, Lira. *O inimigo do Rei: Uma biografia de José de Alencar ou A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006. p. 80

analfabetos no país como um todo 77,2% em contraposição aos alfabetizados 22,8%, na Corte do Rio de Janeiro, denominado de “município neutro” o índice de pessoas letradas salta quase 100%, atingindo a marca de 43,95%.

A despeito de todas as limitações que o 1º censo brasileiro possa ter devido a problemas de delimitações tanto técnico-operações, quanto teórico-metodológicas daquele momento histórico, não deixa de ser uma valiosa fonte ao tentar abarcar toda a população do país, entre brancos, negros (africanos) e indígenas (catalogados como “caboclos”), além de estrangeiros (os portugueses representaram 33% do total, os alemães 10,5%, os italianos 2,1% e os franceses 1,8%). Nesse esforço, foram recenseados todos os moradores em domicílios (chamados de “fogos”) particulares e coletivos e que se encontravam nele na data de referência do censo que foi o dia 1º de agosto de 1872. A distribuição da população se fez segundo a cor, o sexo, o estado de livres ou escravos, o estado civil, a nacionalidade, a ocupação e a religião.

**Tabela 2:** Número de pessoas livres que sabiam ler/escrever e analfabetos.<sup>264</sup>

<b>Província</b>	<b>Sabem ler e escrever</b>	<b>Analfabetos</b>
Alagoas	41.860	270.408
Amazonas	7.613	49.018
Bahia	249.072	962.720
Ceará	79.560	610.213
Espírito Santo	9.732	49.746
Goiás	22.656	127.087
Maranhão	68.571	215.530
Mato Grosso	10.922	42.828
Minas Gerais	224.539	1.444.737

<sup>264</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 1940, o qual reproduz os dados dos Censos anteriores.



Município da Corte (Cidade do Rio de Janeiro)	97.956	124.924
Pará	60.395	187.384
Paraíba	41.212	313.488
Paraná	31.816	84.346
Pernambuco	147.325	605.186
Piauí	27.770	150.657
Rio de Janeiro	114.600	375.487
Rio Grande do Norte	39.822	181.137
Rio Grande do Sul	95.303	271.719
Santa Catarina	21.926	122.892
São Paulo	141.067	539.675
Sergipe	29.134	124.486
TOTAL	1.562.851 (22,80%)	6.853.668 (77,20%)

Com o propósito de caracterizar a existência de um considerável público leitor em meados do século XIX, também investiguei alguns elementos constitutivos desse fenômeno social, como por exemplo, a relação entre a imprensa e o Real Gabinete Português de Leitura. Logo, foi interessante verificar o incremento do número de assinantes no período em questão.

Nesse sentido, cito a pesquisa quantitativa realizada por Alexandro Paixão (2012) na qual o pesquisador faz um levantamento desses frequentadores do Gabinete Português de Leitura, onde correlaciona o público frequentador à movimentação dos livros do acervo (entrada e saída) e ao número de acionista da agremiação.

**Tabela 3:** Frequência do público-leitor do Gabinete Português de Leitura (1860-1870)<sup>265</sup>

Anos	Público Frequentador da Biblioteca do Gabinete	Entrada e Saída de Livros	Nº de Acionistas
1860	--	33.819	--
1861	2.938	--	--
1862	3.145	30.153	--
1863	3.152	29.993	--
1864	3.002	31.935	--
1865	2.145	26.965	--
1866	2.109	--	--
1867	1.315	26.720	1340
1868	2.183	25.760	1414
1869	2.250	31.496	1620
1870	2.295	38.459	1796

A proposta do autor foi relacionar essas variáveis a fim de, minimamente, por falta de dados mais organizados, dimensionar o volume e a real existência dessa prática cultural da leitura na época, demonstrando como esses “lugares”, implementados pela comunidade portuguesa instalada no Brasil, tiveram um importante papel no que se refere ao incremento da prática da leitura.

Para nossa pesquisa em questão vale apontar que a presença desse público leitor de livros foi o mesmo que se utilizou dos préstimos dos gabinetes para a leitura dos jornais periódicos, fazendo dos gabinetes um espaço de referência da circulação das notícias no cotidiano da cidade para além, inclusive, da própria comunidade portuguesa assistida, seja dos associados ou dos novos imigrantes instalados nas províncias brasileiras.

De certo, essas experiências pontuais, entre outras evidenciadas no período, levam-nos a refletir sobre a antiga tese de que somente a elite aristocrática era a “classe” leitora no Brasil oitocentista, sobretudo porque o contato com uma fração do público indica que houve leitores para além dos círculos dirigentes, uma espécie de uma “classe média em gestação”, claro, longe de representar um contingente muito grande de pessoas que poderia representar as camadas mais baixas.

Assim, a contínua e vigorante emigração portuguesa para o Brasil, ocorrida durante todo o século XIX, marcou definitivamente essas trocas culturais evidenciadas

---

<sup>265</sup> PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Elementos Constitutivos para o Estudo do Público Literário no Rio De Janeiro e em São Paulo no Segundo Reinado*. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, 2012.p. 59.

no trabalho e foi um esteio importante por onde o fluxo de notícias seguiu do Brasil para Portugal, tendo em vista que essa comunidade, uma vez instalada prioritariamente no Rio de Janeiro, continuou com seus vínculos familiares em Portugal.

Em outras palavras, alguns dos jornais diários brasileiros originaram-se e circularam graças às iniciativas individuais desses emigrantes europeus, como os casos dos franceses Pierre Plancher e Junius Villeneuve, donos do *Jornal do Commercio*, e dos emigrantes portugueses, acionistas do Real Gabinete Português de Leitura. Ainda nessa consideração, o próprio *Jornal do Commercio* teve como redator-chefe, por um longo período, o também português, Manuel Moreira de Castro, conhecido entre os jornalistas como “Castro de óculos”, de 1852 até sua morte em 1860. Na verdade, Manuel de Castro já fazia parte da equipe do *Jornal* desde 1836, ou seja, mais de 25 anos na redação do periódico, inclusive, seu falecimento foi registrado no jornal com a devida reverência

Ontem, pelas seis e meia hora da manhã, deu a alma a Deus o sr. Comendador Manuel Moreira de Castro, um dos redatores em chefe do *Jornal do Commercio*. Um repentino ataque cerebral, que em uma luta de muito breves horas zombou dos mais energéticos esforços da medicina, pôs termo à sua afadigada e preciosa vida, privando assim a imprensa brasileira de um dos seus mais antigos, adestrados e dignos representantes e cobrindo de luto uma família extremosa e amigos numerosos e dedicados.<sup>266</sup>

Portanto, movimentos migratórios, importação de textos literários (base para os romances e crônicas “folhetins”), remessas de jornais produzidos no Brasil para a Europa e recebimentos de jornais estrangeiros, numa troca contínua, estão no âmago da questão da formação de uma parcela do público literário brasileiro, principalmente porque estamos falando de um público no centro político do Brasil que ditava influências culturais para todo o Império, criando um universo de sentido para todos nesse importante momento que marcou a Guerra do Paraguai (1864 a 1870). Dentro desse processo, os donos de jornais, correspondentes e literatos produziam notícias e informação para um públicos-leitor em formação, dentre eles latifundiários, funcionários públicos, militares e comerciantes.

Nessa perspectiva, o elemento escravo mantinha apenas a engrenagem do sistema produtivo estamental-escravista em funcionamento, logo, uma fundamental

---

<sup>266</sup> *Jornal do Commercio*, em 16 de agosto de 1860.

constatação deve ser pontuada: o público-leitor das notícias dos jornais, dos romances e das crônicas folhetins formar-se-ão à sombra da escravidão.

Em alguns momentos esse problema estrutural, que singularizou o Brasil em relação aos outros espaços nacionais do século XIX, chegou a interferir nas relações entre escritor e público – mais para atrapalhar, como um “membro adoecido”, que um dia cairia por si só, conforme afirma um dos nossos cronistas de época, do que para despertar algum senso crítico nessa comunidade leitora. Falo de “Smarra”, pseudônimo do famoso poeta Fagundes Varela, ao publicar no jornal *Correio Paulistano*, uma crônica, em 11 de agosto de 1867, que em tom satírico evidencia e revela esse olhar:

- Ah! doutor, eu bem que suspeitava que não seria necessário cortar o meu nariz!

- Certamente, certamente, meu amigo: não é preciso cortá-lo: há de cair por si. E o príncipe da ciência deu um piparote no nariz e o nariz caiu.

.....  
Esta anedota demonstra que não é necessário suprimir a escravidão. Cairá por si, como um membro apodrecido da sociedade.<sup>267</sup>

O fato é que o pretenso progresso e as “virtudes civilizacionais” viam de fora do Brasil e que muito se importava da Europa: o formato dos jornais, os livros que eram traduzidos, a moda e os costumes. Assim, ao observar o impresso periódico com mais um objeto cultural, verifica-se que tanto o sistema de impressão nas tipografias, que foi a base para o jornal diário de grande tiragem e circulação, quanto a forma das disposições dos textos, do formato dos jornais e dos estilos literários dos folhetins, tiveram como modelo a grande inspiração artística ocidental da época: a França.

Nesse sentido, percebe-se ao estudar essas publicações que o gênero de “folhetins”, seja como romances em capítulos ou crônicas do dia a dia, foi o primeiro meio de aproximação entre os literatos e as redações dos jornais, assim, esses autores primeiramente se utilizaram dos periódicos como um “suporte” para divulgação da sua “arte literária”.

A convivência com as outras demandas típicas dos jornais que visavam, para além dessas crônicas e romances, a farta produção de notícias, possibilitou que esses mesmos literatos, já inseridos nas redações dos jornais, se convertessem em singulares articulistas ao descreverem o ambiente político e econômico naqueles terríveis tempos

---

<sup>267</sup> Cf. PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Elementos Constitutivos...*, op. cit., p. 221.

de conflito. Mais do que isso, a aptidão que esses “homens das letras” possuíam transformaram-nos em poderosos instrumentos a serviço do esforço de guerra.

Por isso que, dentro desse processo de transferência cultural, não somente de objetos culturais, mas de homens, de sentimentos, de novos valores, e projetos estimulados pelos movimentos emigratórios da França e de Portugal para o Brasil, destacamos como um importante ponto de inflexão a vinda de Pierre Plancher para o Rio de Janeiro, em 1824, fundador do *Jornal do Commercio*, assim como, a fundação do Real Gabinete Português de Leitura, ocorrida em 1837, temas que serão tratados mais detidamente nos próximos capítulos nessa pesquisa.

### **3.8 As disputas pela propriedade intelectual das obras literárias publicadas nos jornais em “folhetins”**

Num primeiro momento, o que está em questão aqui é a “importação” de um objeto cultural: o folhetim. Sendo que sua presença em diferentes periódicos (a partir de 1830) esteve diretamente ligada a uma conjuntura própria da Corte do Rio de Janeiro pós-independência, na qual quem passava a tomar as decisões do que seria ou não importado eram os próprios proprietários e editores dos jornais, diferentemente das duas primeiras décadas do século XIX, quando o monopólio e a circulação do impresso dependiam quase que exclusivamente do governo.

Vincula-se como natural consequência a esse modelo adotado de estreita relação entre a produção literária e sua ampla transcrição e circulação, via jornais de época, a questão da propriedade intelectual das obras publicadas. Esse assunto foi bastante veiculado nos jornais brasileiros e portugueses do período, comprovando a importância do tema para os dois países e seus principais interessados, principalmente os portugueses que viam suas produções, sem controle algum, sendo publicadas e transcritas de jornal para jornal por todo o Império brasileiro do outro lado do Atlântico, sem qualquer benefício financeiro ou, quando muito, bastante aquém do que se achava no justo direito dos autores.

Nesse sentido, houve de fato, uma longa negociação, durante todo o século XIX e, em especial, nessa década que compreendeu o momento da Guerra do Paraguai (1860). A discussão se deu para que se chegasse a uma relativa proteção aos direitos autorais de

autores portugueses no Brasil que pareciam não ser muito importantes para alguns políticos e proprietários de jornais brasileiros, mas que conheceram alguns esforços das autoridades portuguesas na Europa, preocupadas e temerosas com as perdas financeiras e os desdobramentos dessa omissão legal.

A verdade é que desde o Tratado Brasil/Portugal de 29 de agosto de 1825 – no qual se reconhecia a Independência do Brasil e que “as propriedades dos súditos portugueses seriam protegidas e religiosamente guardadas no Brasil”, e do artigo 261 do Código Criminal do Império, de dezembro de 1830, que definia como crime “imprimir, gravar, litografar ou introduzir quaisquer escritos ou estampas que tivessem sido feitos, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem e dez anos depois de sua morte, se deixarem herdeiros”<sup>268</sup> – não houve qualquer outra proposta mais específica para regulamentar a questão.

Somente em 1851 iniciaram-se as negociações do governo português com o brasileiro para celebração de uma convenção literária. A correspondência consular trocada nesta ocasião demonstrava as dificuldades dos negociadores portugueses em relação aos representantes brasileiros sobretudo quanto ao controle da propriedade literária.

O Visconde de Atouguia, membro da missão portuguesa, em carta dirigida a José de Vasconcellos e Souza, o chefe da Legação Portuguesa no Brasil e seu superior hierárquico, escreveu:

Desejando o governo de Sua Majestade obstar por todos os meios ao seu alcance ao manifesto e escandaloso roubo da propriedade literária de autores portugueses que nesse país se está praticando, dando assim os brasileiros ao mundo inteiro uma bem triste ideia da capacidade dos seus escritores, entendo dever propor ao Governo Imperial um projeto de convenção literária fundada no princípio de uma perfeita reciprocidade, na esperança de que levado do mesmo princípio moral e de ordem...<sup>269</sup>

No entanto, não se tratava exclusivamente de questões de propriedade literária, mas também de direitos e deveres sobre produtos portugueses como um todo importados pelo Brasil e vice-versa.

---

<sup>268</sup> HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1985, p. 170-1.

<sup>269</sup> *Correspondência Consular do Visconde de Atouguia a José de Vasconcelos e Souza, 13 de dezembro de 1853*. Representações diplomáticas estrangeiras no Brasil/ Portugal. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

O comércio em geral incorporava-se a esse complexo problema e sempre houve um forte interesse em se recuperar outros tipos de negociações anteriores. Desejava-se neste processo formar-se uma base legal satisfatória, um ambiente de negócios mais confiável juridicamente, à semelhança de acordos que já existiam entre a França e a Bélgica e que tinham características basicamente universais.

Toda argumentação fundamentava-se na questão de que a propriedade literária deveria ser respeitada como a propriedade em geral, em benefício de seus detentores, brasileiros e portugueses, “impedindo-se reciprocamente que nos respectivos Estados se publicassem ou imprimissem obras de outra nação, sem prévio consentimento de seus autores ou legítimos donos.”<sup>270</sup>

O fato é que a questão dos direitos autorais se prolongou ainda por algumas décadas, recrudescendo no final da década de 1860 e início da década de 1870. Nesta época, tanto autoridades brasileiras quanto portuguesas estavam mais empenhadas em regulamentar os direitos dos autores.

Escrevendo a seus superiores do corpo consular, o Conde de Tojal, que representava os interesses de Portugal no Brasil, afirmava: “Contestá-lo seria negar a propriedade em si, no que ela tem de mais individual, de mais elevado, de mais filiado na origem legítima por excelência: o trabalho.”<sup>271</sup> Nesse mesmo período, como mencionamos, Portugal já possuía convenção sobre a propriedade literária com a Espanha e a França e negociava com a Bélgica.

De privilégio concedido pelo soberano a direito “legítimo e sagrado”, o percurso de concepções distintas acerca do direito autoral em Portugal, colocou em campos opostos àqueles que, como Almeida Garrett<sup>272</sup>, consideravam que as prerrogativas de autores, editores e livreiros deveriam ser regulamentadas; e os seguidores de Alexandre Herculano que entendia a obra intelectual como um bem público, pertencente à humanidade, pois que promovia o seu avanço.

---

<sup>270</sup> *Ibidem*.

<sup>271</sup> *Ofícios e correspondências. 1860-1870*. Representações Diplomáticas Estrangeiras no Brasil. Portugal. Rio de Janeiro. AHI.

<sup>272</sup> João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett nasceu na cidade do Porto, Portugal, no dia 04 de fevereiro de 1799. Foi um importante poeta, prosador e dramaturgo português que teve um relevante papel como o iniciador do movimento romântico em Portugal com a publicação do poema “Camões”, publicado em 1825.

À medida, entretanto, que os mercados literários (usando o suporte do livro ou da imprensa periódica) se consolidava no Brasil e que a legislação portuguesa sobre a matéria se aperfeiçoava, cresciam as acusações de escritores portugueses à usurpação de seus direitos por editores brasileiros.

Obras de Antônio Feliciano de Castilho, Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Camilo Castelo Branco, como exemplos concretos, eram constante e sistematicamente “pirateadas” de diversas maneiras, suscitando reclamações e acusações.

Embora o governo português tenha tentado resolver a questão, durante décadas, apenas em 1889, quando o tema já motivara, na Europa, congressos, acordos internacionais e a criação da Associação Literária Internacional, Sua Majestade Imperial, D. Pedro II, assinaria o decreto que regulamentava a questão que caracterizou esse cenário de conflitos e aproximações entre letrados de ambos os países, onde a imprensa foi mais um palco que evidenciava essa relação transatlântica entre escritores e leitores.

### **3.9 Uma “rede de informações” que seguia dos campos de batalha do Paraguai até além-mar**

É nesse contexto da “rede de informações” que se formou na produção e circulação das notícias de guerra que se insere a cobertura do conflito para além-mar. Logo, as informações mais atualizadas da guerra em curso, produzidas pelos jornais do país, notadamente, do Rio de Janeiro, costumavam seguir para Lisboa, acompanhando officios diplomáticos que anexavam as “notícias do teatro da guerra”, praticamente sem reparos dos representantes portugueses na Corte.

A maior parte das matérias também era reproduzida, na íntegra, na imprensa lusitana conferindo ao jornalismo brasileiro, em especial ao *Jornal do Commercio*, um papel de maior relevo na busca da legitimação de decisões impopulares como a do prolongamento da guerra, o que atingia inevitavelmente os interesses portugueses.

Nesse sentido, a apreciação do teor das publicações aumenta de importância o papel das narrativas jornalísticas divulgadas diariamente na imprensa de Portugal contraponto ao contexto político e econômico do período examinado. É importante salientar que a escolha dos jornais a serem remetidos para a Europa foi alvo de feroz disputa política entre a representação diplomática portuguesa, do Rio de Janeiro, e a



representação sediada em Montevidéu, francamente hostil ao Império brasileiro, como veremos posteriormente.

Logo, se faz reveladora a opção feita pelo importante jornal *O Commercio do Porto*, bastante sintonizado com um discurso a favor do governo do Brasil e que costumava transcrever as notícias provenientes do conservador *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Nessa linha de pensamento, em 1º de janeiro de 1865, esse mesmo jornal português publicava

BRASIL – Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1865 (Carta Particular)

Enviada ao Rio da Prata nova missão especial, confiada ao senador José Maria da Silva Paranhos, do Partido Conservador (Viajou dia 25 de novembro de 1864). Todos acreditam que o Brasil, “reconhecendo-se impotente ante uma republiqueta, quer a paz a todo o transe, que fica transido de medo só em ouvir falar nas espanholadas do caricato imperador paraguaio!”. Correspondente do *Jornal do Commercio* - “**A folha mais séria e rica do Império**” - em Buenos Aires “pinta um estado do Brasil que causa dó.”<sup>273</sup> (grifo nosso)

Esse periódico, em particular, era muitas vezes referência para outros jornais portugueses de cidades vizinhas, como Aveiro e Braga, que inclusive transcreviam várias das publicações que tinham como tema o Brasil e o andamento da Guerra do Paraguai, como podemos observar na publicação do jornal *O Bracarense*, de Braga, em 3 de junho de 1865

BRASIL - **Texto reproduzido do Commercio do Porto**: A abertura das câmaras brasileiras teve lugar no dia 6 de maio. Na votação que houve na Câmara dos Deputados para a presidência da mesma, reuniu o candidato da oposição igual número de votos aos que teve o candidato do governo. Depois de uma tal votação o ministério pediu a sua demissão. Para organizar o novo ministério constava, à saída do paquete, que tinha sido chamado o conselheiro José Antônio Saraiva. A guerra com o Paraguai continuava a dominar todas as atenções. Segundo as últimas notícias, no dia 14 de abril, foi tomada pelos paraguaios a cidade de Corrientes, bem como foram aprisionados dois vapores argentinos.<sup>274</sup> (grifo nosso)

Do mesmo modo, segue uma transcrição no *Campeão das Províncias*, de Aveiro, em 5 de julho de 1865, onde se destacava ampla cobertura sobre o Brasil e o conflito com o Paraguai, valendo-se de correspondência do Rio de Janeiro, datada de 7 de junho, com base no *Jornal do Commercio*, da Corte do Rio de Janeiro.

**Do Commercio do Porto** - Paraguaio avançam até Bela Vista, quartel-general do chefe argentino Paunero, que se refugia na esquadra brasileira. Injustificada inação da divisão naval do Império, estacionada na região há duas semanas, salvou o militar argentino. Forças paraguaias em Corrientes somam

---

<sup>273</sup> *O Commercio do Porto*, em 1º de janeiro de 1865.

<sup>274</sup> *O Bracarense*, em 3 de junho de 1865.

mais de 25 mil homens. Câmara votou crédito de 49.700.000\$000 Réis para atender despesas da guerra. (grifo nosso)

Para se ter ideia de como vários casos particulares ocorreram nessa emaranhada rede de contatos entre a frente de combate em solo paraguaio e o Império com sua Corte, instalada na cidade do Rio de Janeiro e suas distantes províncias, ávidas por notícias, Rudiguer (2003) nos conta em sua obra *Tendências do Jornalismo*<sup>275</sup>, que na província do Rio Grande do Sul, durante o conflito, um tipógrafo chamado Izidoro P. de Oliveira, o mesmo que havia fundado vários jornais nas cidades de Bagé e Pelotas, iniciou uma atividade de correspondente, atuando por intermédio do Exército Imperial, no entanto, acabou se envolvendo, de fato, na linha de frente dos combates de onde enviava informações para seus jornais e para os periódicos oficiais do estado.

Ainda sobre o papel dos correspondentes de guerras nas províncias do Sul do Brasil, temos um interessante caso evidenciado no periódico, voltado para a comunidade de imigrantes alemães, instalados na capital da província do Rio Grande do Sul, chamado *Deutsche Zeitung* (em português: “jornal alemão”), que revela o trânsito regular desses indivíduos entre a tropa combatente:

Segunda outra fonte informativa, os primeiros brasileiros que a 25 de julho que penetraram em Humaitá foram o Cel João Niederauer Sobrinho, o correspondente de guerra do jornal “Deutsche Zeitung”, de Porto Alegre, Otto Stiecher, e um senhor de nome Mendana. Stieher participou como voluntário, desde o início da guerra, de quase todos os combates da vanguarda, distinguindo-se por várias vezes e honrosamente, conforme registro de Carlos Von Koseritz, diretor do jornal, em 7 de outubro de 1868, comentando a façanha.<sup>276</sup>

Encontramos várias outras referências que evidenciam o trânsito desses profissionais entre os acampamentos militares, por exemplo, em um outro combate, o de Itororó, ocorrido em 06 de dezembro de 1868, um dos mais importantes da guerra que daria início a chamada “Dezembrada”, série de decisivas vitórias militares do Marquês de Caxias e que culminou com a ocupação de Assunção, capital do Paraguai, em janeiro de 1869, Romeu Beltrão (1998) em sua obra *O Vanguardeiro de Itororó* sinaliza que, “mais duas versões apareceram, uma de Otto Stieher, correspondente de guerra do *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, mandada em carta de Palmas, povoação e porto paraguaio, bem próximo de Villeta, onde se travou a batalha, escrita em 15 de dezembro

---

<sup>275</sup> Cf. RUDIGUER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS, 2003.

<sup>276</sup> BELTRÃO, Romeu. *O Vanguardeiro de Itororó*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1998, p.134.

de 1868 [...]”<sup>277</sup>. O que demonstra também a circulação de diversas versões a respeito da mesma batalha e o interesse da população de todo o Império sobre os acontecimentos do conflito.

Até mesmo o Uruguai, entre os aliados da Tríplice Aliança o que menos enviou soldados para a guerra, também possuiu seus correspondentes de guerra a serviço da sua imprensa periódica: O coronel León Palleja (1866), autor do *Diário de las fuerzas aliadas contra El Paraguay*, importante fonte primária de estudo dessa guerra.

A contribuição de Palleja forma um bloco de 64 cartas que foi publicado pelo periódico de Montevideú *El Pueblo*, durante o período de 22 de setembro de 1866 a 17 de julho de 1867. Os dois volumes editados logo após a morte do coronel, que se deu em julho de 1866, na Batalha do Boqueirão, trazem uma forte ligação da técnica de escrita direta que o militar usou ao se dirigir aos leitores do jornal uruguaio, fazendo com que os horrores da guerra, assim como o heroísmo dos combatentes se aproximassem dos cidadãos da capital uruguaia.

Através de suas cartas publicadas, Palleja dá uma ideia da vida daquela guerra tão diferente das anteriores na região Platina, levando o leitor a conviver com uma expectativa de combate que tarda demais a acontecer, devido a geografia, aos pantanais, ao tamanho das forças mobilizadas, aponta também a questão da deficiência logística, das doenças etc. Assim, as correspondências de Palleja, dirigidas explicitamente aos leitores dos jornais, paulatinamente vão esvaziando o caráter heroico e patriótico das primeiras cartas.

Nuestros lectores no habrán dejado de notar la incoherencia de este diario, pero cuando sepan que lo escribo em medio del bullicio del campo, ininterrumpido a cada momento y con la molestia consiguiente de tener que escribir a la intemperie soportando el viento, el sol, el frio y hasta el barro [...] que entonces sean indulgentes con este pobre soldado, metido a escritor tan intempestivamente[...]”<sup>278</sup>

Essas evidências levantadas nesse capítulo procuraram revelar os complexos caminhos que as notícias percorriam, desde o fato em si, nos combates em campanha, entre tiros de canhões, golpes de espadas e combates corpo a corpo, até sua transformação

---

<sup>277</sup> *Idem*, p. 177.

<sup>278</sup> PALLEJA, León. *Diario de La campaña de las fuerzas aliadas contra El Paraguay*. Montevideú: Imprensa El Pueblo, 1866, p. 149/150.

em notícias nas redações dos jornais, para posterior circulação, tanto no Brasil quanto na Europa.

Expõem também a complexa rede existente no período que dava o suporte necessário para esse fim específico: o de divulgar amplamente a perspectiva brasileira a respeito da conduta da guerra em curso, não só para o Brasil, mas para todo o mundo. Nesse contexto, ressalto o papel que cada indivíduo e que cada instituição teve nessa cadeia que ligou os fatos e os acontecimentos a homens com capacidade para produzirem narrativas, textuais e imagéticas que atingiram leitores, homens comuns, assim como, importantes personalidades políticas, formando um imaginário social, um entendimento comum sobre o conflito que muito serviu ao governo de D. Pedro II.

## CAPÍTULO 4

### PORTUGUESES NA REGIÃO PLATINA E A CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS NO BRASIL

Muitos estudos, tanto em Portugal quanto no Brasil, relacionaram o movimento migratório de portugueses, no século XIX, à crise estrutural que passou o país decorrente à falta de emprego, à proletarização dos campos e à baixa remuneração dos trabalhadores.

Ao estudar o tema em bibliografia específica, o que se percebe, de fato, é que a emigração para o Brasil, nas décadas posteriores a 1830, preencheu o vazio criado pelo decréscimo comercial entre os dois países, causado principalmente pela diminuição dos produtos da indústria portuguesa que se revelavam poucos interessantes, num quadro de concorrência direta com a Inglaterra, beneficiada pelos tratados pós independência da ex-colônia brasileira, em 29 de agosto de 1825 (Tratado de Paz, Amizade e Aliança).

Nesse sentido, esse fenômeno social caracterizou-se por um amplo movimento de populações que, partindo sobretudo do Norte de Portugal, procurou fugir às condições adversas que o meio rural, à época, lhes oferecia.

Em interessante estudo sobre o assunto, o pesquisador Jorge Fernandes Alves (2001) abordou o tema quantificando as partidas dos emigrados das regiões do Porto e do Minho, através do levantamento dos passaportes emitidos no período, oferecendo uma considerável seriação, que é hoje, o que se encontra disponível mais sistemático para um conhecimento aprofundado e quantificável desse importante movimento social.

Ao discorrer sobre a peculiar situação desses portugueses que partiam de sua terra natal, o autor sugere que, uma boa parte desses emigrantes, já possuía uma rede de acolhimento no Brasil

Esse facto, que mereceu atenção da Associação Comercial do Porto permitiu que se encarasse e promovesse a emigração como fator de reatamento das relações comerciais, através de uma rede de laços pessoais com os mercados urbanos brasileiros, que desde a década de trinta se vinham tornando menos profícuos.<sup>279</sup>

---

<sup>279</sup> ALVES, Jorge Fernandes - *Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa*. Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p.113-128

O contínuo fluxo migratório de portugueses foi assunto corrente no Brasil, no período estudado nessa tese, exemplifico essa situação com uma notícia publicada na primeira página do jornal *Correio Mercantil*, em meados da década de 1850, na qual aparece um balanço sobre o movimento da população no porto da Corte do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro, num período de quatro anos:

**Tabela 4** – Movimento migratório de portugueses no Rio de Janeiro (1850 a 1854)<sup>280</sup>

<b>Ano</b>	<b>Entrada de emigrantes portugueses</b>	<b>Saída de emigrantes portugueses</b>
1851	9.685	1.540
1852	6.879	1.877
1853	9.645	1.981
1854	8.673	1.773
Total do Quadriênio	34.882	7.171

Para termos uma comparação razoável, no mesmo estudo apresentado pelo jornal, com relação às nacionalidades de outros estrangeiros, o periódico apresenta os seguintes dados de entrada no porto do Rio de Janeiro, tendo como base, nesse caso, apenas o ano de 1854:

**Tabela 5** – Movimento migratório no Rio de Janeiro / outras nacionalidades (ano de 1854)<sup>281</sup>

Alemães:	4.323
Franceses:	462
Italianos:	203
Espanhóis:	192
Ingleses:	171
Suíços:	119

<sup>280</sup> Cf. PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Elementos Constitutivos...*, op. cit., p. 74.

<sup>281</sup> *Ibidem*.

Americanos:	97
Argentinos:	68
Belgas:	38

Constata-se que os emigrantes portugueses lideravam com folga as estatísticas naquele pequeno espaço de tempo. Trata-se de um número bastante elevado se compararmos com outras nacionalidades, como os alemães ou os franceses. Isso indica que, além dos portugueses tradicionalmente já estabelecidos no país, continuou existindo um intenso fluxo de estrangeiros vindo de Portugal para o Brasil, passados muitos anos após a independência.

Esse cenário só sofreu uma significativa mudança no pós Guerra do Paraguai, a partir de 1870, quando a emigração portuguesa, incapaz de fornecer a mão-de-obra camponesa suficiente para a economia da produção do café, que se expandia velozmente, se sente ameaçada no seu relativo controle do mercado de trabalho brasileiro, com o predomínio de outras nacionalidades, particularmente a italiana.

Em estudo sobre o perfil e o destino final, no Brasil, desses emigrantes portugueses, Alexandre Henrique Paixão (2012)<sup>282</sup> comprova que a Corte era a direção principal desse fluxo migratório, bem como, a zona urbana da cidade do Rio de Janeiro como o epicentro desse movimento, e o comércio, o local privilegiado na acomodação dessas pessoas, concentrando um número significativo de trabalhadores livres na capital do jovem Império brasileiro.

Logo, podemos propor que os altos índices de emigração portuguesa estão, em parte, também relacionados às oportunidades de trabalho existentes no espaço urbano e na rede de sociabilidades por eles encontradas, especialmente na capital do Brasil. Nesse sentido, é revelador que as diferentes associações de abrigo e proteção criadas no período na Corte, se articulavam com a lógica desse contínuo fluxo migratório.

---

<sup>282</sup> Cf. PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Elementos Constitutivos... ob.cit.*

**Tabela 6** - Algumas associações assistenciais portuguesas criadas no Rio de Janeiro (Corte)

<b>Associação assistencial</b>	<b>Ano de criação</b>
Real Gabinete Português de Leitura	1837
Beneficência Portuguesa	1840
Caixa de Socorros Dom Pedro V	1863
Associação Dramática e Beneficente	1863
Liceu Literário Português	1868
Clube Ginástico Português	1868

De certo, a necessidade e a capacidade associativas revelam um amadurecimento organizacional dessa comunidade que crescia e se articulava entre seus membros, propiciando a criação de várias agremiações de caráter assistencial a fim de suprir diferentes necessidades imediatas do novo imigrante, sendo, por um lado, uma consequência direta da sua chegada, na perspectiva que esse novo contingente humano gerava todo o tipo de demandas sociais, econômicas e culturais e, por outro lado, realimentava o próprio ciclo migratório ao viabilizar esse mínimo apoio à população imigrante, passando às famílias envolvidas no processo transatlântico a sensação de amparo e acolhimento no novo país, o que de fato nem sempre acontecia.

Essa conexão que as diferentes associações estabeleciam entre seus membros é evidenciada na pesquisa de Luís Manuel Almeida (2020) que incorpora em sua análise o protagonismo que a imprensa portuguesa teve ao dar vozes as reivindicações desses grupos organizados de portugueses residentes no Brasil

As sociedades formadas para a defesa dos interesses dos portugueses tiveram um papel determinante na coesão da comunidade. Foram importantes nas ações particulares para que estavam vocacionadas, tanto nas motivações culturais como nas de proteção, de inserção e apoio aos desvalidos. Outra função que desempenharam assiduamente foi a exigência de apoio junto das autoridades portuguesas em relação aos seus súbditos no Brasil, conscientes que estavam do valor que estes representavam para Portugal. Através da imprensa periódica portuguesa reivindicaram com frequência, junto dos cônsules e do governo português, que a sua disponibilidade, sempre presente,



na promoção de iniciativas de ajuda a instituições portuguesas e na contribuição para as finanças da pátria fosse reconhecida.<sup>283</sup>

Dessa forma, Luiz Almeida relacionada a criação dessas organizações associativas com a manutenção de uma identidade própria desses indivíduos imigrantes: a de continuar sendo “portugueses”, cabendo a esses “lugares associativos” um papel político de interlocutor legítimo com o governo português, aqui, no caso, era representado pela Legação Portuguesa e seu corpo diplomático instalada no Rio de Janeiro. Através de vários estudos de casos e exemplos pontuais, o autor prova o papel desempenhado pela imprensa como um importante espaço onde se poderia reivindicar certas demandas e pressionar as autoridades constituídas tanto do Brasil quanto de Portugal.

#### **4.1 Uma rede de acolhimento e uma comunidade de sentidos**

Nesse cenário, fruto dessa ligação familiar e afetiva, entre quem permaneceu e quem partiu, a imprensa portuguesa do período produziu intenso debate sobre o fenômeno da emigração reproduzindo ou contestando as diretivas do governo, tanto do Brasil quanto de Portugal.

Essa peculiar conexão é um ponto fundamental para se compreender a recepção ao português recém-chegado, no período estudado, onde já se encontrava uma comunidade instalada que lhe permitia uma promessa de solidariedade baseada em redes familiares e laços de compadrio e parentesco.

O próprio Alexandre Herculano, um dos mais importantes intelectuais portugueses que viveu nesse período e conviveu com esse fenômeno, na sua publicação *Opúsculo IV: Questões Públicas / “A Emigração (1870-1875)”*, ao se debruçar sobre o processo migratório em curso, evidenciava certas características bastantes peculiares no movimento quando se tratava do Brasil como destino

Por via de regra, o emigrante espontâneo, aquele que a miséria não atira cegamente, brutalmente, para fora da pátria, sabe o que quer, sabe como vai e para onde vai. Conta com o parente, com o amigo da família, com o protector que lhe hão-de dar as recomendações que leva. É pobre, porém não desvalido. Impõem-lhe os seus, ou impõe ele a si próprio anos e anos de laboriosidade, de sacrifícios, de abstenção; mas além desses anos, nos horizontes da vida ergue-se uma luz, uma esperança que o alumia e fortifica. Esta luz e esta esperança ensinam-lhe a norma do seu proceder, e o seu procedimento

---

<sup>283</sup> ALMEIDA, Luís Manuel. *O Brasil na imprensa.... op. cit.*, p. 103.

redundará, não direi em toda a espécie de proveitos, mas decerto em proveito económico dele e da terra que o viu nascer, e pela qual lhe vai redobrar o afecto o grande incentivo da ausência.<sup>284</sup>

Com algum destaque, foi frequente em diferentes lugares, a defesa da ideia de que brasileiros e portugueses eram dois povos irmãos que tinham como fundamentação o passado histórico comum, a língua e o fato dos seus respectivos monarcas serem familiares, lembremos que Dom Pedro II, Imperador do Brasil era tio de Dom Luís I, Rei de Portugal, pois este era filho de D. Maria II, Rainha de Portugal, nascida no Rio de Janeiro, irmã de D. Pedro II, ambos filhos de D. Pedro I, 1º Imperador do Brasil, posteriormente coroado como D. Pedro IV, em Portugal.

Em se tratando da imprensa, como exemplo, entre muitos encontrados nessa pesquisa, que pode ser verificado em anexo, no corpo desse trabalho, citamos o texto da página 4, do *Campeão das Províncias*, de 7 de outubro de 1865, dando destaque à saída de portugueses rumo ao Brasil, num total de 257 indivíduos em um único dia, sob o título “Emigração”, onde lê-se:

É ainda em grande escala a emigração portuguesa para o Brasil, não obstante a decadência em que se acha o comércio do império. Na galera portuguesa Nova Fama, entrada no dia 6 de setembro último no Rio de Janeiro, foram 169 portugueses para aquele país. Na barca São Manoel II foram 40 portugueses. No brigue Flor d'Angra foram 47. Ao todo foram 257 (sic) emigrantes.

Sobre o aspecto da relação familiar entre as duas coroas é revelador o texto publicado na capa do *O Commercio do Porto*, em 3 de dezembro de 1864, no contexto das comemorações do aniversário do Imperador brasileiro, em Portugal

Faz hoje 39 anos o Senhor D. Pedro II, Imperador do Brasil. Por este motivo estiveram as embarcações surtas do Tejo embandeiradas, bem como o arsenal, castelo, etc, tendo a honra de jantar no paço da Ajuda, com toda a família real, os membros da embaixada brasileira residentes nesta corte. O Senhor D. Pedro II nasceu em 2 de dezembro de 1825, sucedeu no trono por abdicação de seu pai o Senhor D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal em 7 de abril de 1831, foi declarado maior e tomou as rédeas do governo em 23 de julho de 1840, foi sagrado e coroado a 18 de julho de 1841, casou por procuração em 30 de maio de 1843 e em pessoa a 4 de setembro do mesmo ano com S. M. I. a Senhora Tereza Cristina, filha dos reis das Duas Sicílias Francisco II e Maria Izabel, que nasceu a 14 de março de 1822.<sup>285</sup>

A relevância dessa ligação entre os dois países é evidenciada também na edição de 4 de janeiro de 1865, do *Campeão das Províncias*, de Aveiro, na seção “Correio de Ontem – Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 3 de janeiro

---

<sup>284</sup> HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos II*. Lisboa: Presença, 1983, p.69 (org. de Jorge Custódio e José Manuel Garcia).

<sup>285</sup> *O Commercio do Porto*, em 3 de dezembro de 1864.

de 1865”, que transcreveu parte do discurso real na cerimônia de abertura do Parlamento Português, no dia 2 de janeiro de 1865, cujo tema de abertura da sessão da nova legislatura referia-se ao Brasil.

Tendo-se, no ano de 1863, suscitado entre o Brasil e a Grã-Bretanha dissentimentos de que resultou o rompimento das relações políticas dos dois estados, animado do vivo desejo de ver satisfatoriamente terminado este conflito entre **duas nações com quem nos achamos tão intimamente ligados**, ofereci a minha mediação que foi aceita por ambas as cortes, e havendo encarregado desta negociação o meu ministro em Londres, não tem este afrouxado no seu zelo para conseguir um resultado propício sem quebra na mútua dignidade das duas potências divergentes.<sup>286</sup> (grifo nosso)

Entretanto, nem tudo era pura harmonia ou bem-aventurança, outras notícias evidenciam uma consequência direta dessa forte conexão entre as duas nações, principalmente ligadas às questões de natureza econômicas.

Logo, as crises financeiras e a instabilidade na bacia do Prata e depois a Guerra do Paraguai, propriamente dita, serão temas recorrentes nos periódicos portugueses que acompanhavam, com especial atenção, o desenrolar dos acontecimentos nesse trágico período que influenciavam diretamente as contas do governo português e o dia a dia das famílias que contavam com a necessária ajuda dos seus parentes emigrados.

Foi nesse contexto que a imprensa deu voz e ouvidos ao que acontecia no Brasil, procurando trazer o mais próximo possível o desenrolar dos acontecimentos brasileiros para cotidiano português.

Em fins de 1864, pouco antes do início da Guerra do Paraguai, aconteceu a falência de um importante banco na cidade do Rio de Janeiro, a Casa Souto, por meses, inclusive durante a guerra, que ficou em segundo plano, esse foi um dos principais assuntos noticiados na imprensa portuguesa.

*O Commercio do Porto*, em 1º de dezembro de 1864, anunciava em sua capa, vários subtítulos sobre o tema, como: “Liquidação das casas bancárias ainda desagrada credores”; “90 escravos do ex-banqueiro Souto postos em leilão e vendidos por conto da massa falida”; ou ainda, “Caixa de Socorros D. Pedro V entre os credores da Casa Souto (37:348\$000 réis)”, o periódico português indicava que as notícias foram transcritas do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Publicou nessa mesma edição, a relação de

---

<sup>286</sup> *O Campeão das Províncias*, em 4 de janeiro de 1865.

credores da massa falida da Casa Bancária A. J. Souto e Cia, classificados pela Comissão Liquidadora, instaurada pelo governo brasileiro.

Ainda nesse contexto econômico-financeiro O *Commercio do Porto* noticiava, em 22 de agosto de 1865, a seguinte informação em sua primeira página, intitulada “Elevação da Taxa de Juro”, onde analisa a crise financeira do país, agravada pela situação vivida pelo Império de D. Pedro II na guerra em andamento e a relação direta desses acontecimentos com Portugal que influenciava, não só o governo como as famílias portuguesas que dependiam desse fluxo de recursos regulares provenientes do Brasil

**A crise do Brasil colocou Portugal em má posição para saldar as suas contas internacionais.** A Inglaterra era um país a que enviávamos letras que recebíamos d'além mar. Fazíamos como nas 'clearing-houses', e tínhamos a vantagem de recebermos muitas letras, **já para mesadas que o amor de família enviava, já para transferências de fundos de pessoas que voltavam ao berço pátrio.** Extintos esses meios, e alterado o sistema de comércio, vimos e estamos vendo o câmbio desvantajoso, e o dinheiro indo barra fora para o norte.<sup>287</sup> (grifos nosso)

De certo, o núcleo além-mar que se formava, estabelecia uma relação de dependência recíproca transatlântica, onde aquele que emigrou seria incumbido de enviar para Portugal dinheiro brasileiro, além de ser o responsável pela necessidade contínua de importação, para o Brasil, de gêneros alimentícios e outros produtos dos seus parentes em Portugal.

Para Maria Beatriz Nizza da Silva (1992), era assim possível que a emigração de um indivíduo português se integrasse na estratégia econômica familiar com continuidades de parentesco.

Entretanto, do outro lado do Atlântico, outra realidade e novas dinâmicas os aguardavam, assim, é revelador as palavras do senador brasileiro Cândido Borges Monteiro, também presidente da Associação Central de Colonização, a respeito da imigração portuguesa, levantando a polêmica questão que, talvez, esta não fosse a imigração mais interessante para o Brasil pois “(...) o inchaço do comércio nas cidades, de boa parte dos portugueses, se fixava mesmo por razões de parentesco.”

Essa população portuguesa imigrada é renovada constantemente pelo fluxo contínuo de indivíduos que saíram de Portugal para o Brasil em busca do “Eldorado”.

---

<sup>287</sup> O *Commercio do Porto*, em 22 de agosto de 1865.

Após alguns anos estabelecidos e inseridos em redes comerciais e de parentesco, formava-se assim um ramo brasileiro da família lusitana.

Cabe aqui pontuar algo bastante interessante e frequentemente percebido nas publicações periódicas analisadas: o uso do vocativo “brasileiro” ainda estava em construção, cabendo geralmente essa alcunha ao português emigrado quando o mesmo retornava para Portugal, aos nascidos no Brasil era comum chamar-se “brasiliense”, talvez por isso, a existência do periódico *Correio Brasiliense*.

#### **4.2 A importância das remessas de dinheiro do Brasil para Portugal**

Procuramos salientar que boa parte dessa contínua corrente migratória aproveitava-se também de uma estrutura comercial e financeira controlada pela colônia portuguesa que permaneceu no país após a independência brasileira. Certamente, essa base econômica tem origem no antigo sistema colonial que uniu estruturalmente os dois países, tendo como ponto de inflexão o ano de 1808, com a transferência para o Brasil da Família Real Portuguesa, no contexto das invasões napoleônicas.

Sabe-se que boa parte do contingente lusitano que integrava o séquito de D. João VI, estimado em torno de 15 mil pessoas, não tenha retornado com a Família Real à Lisboa, em 1821.

Para além da ocupação na máquina administrativa do governo monárquico instalado no Rio de Janeiro, muitos desses indivíduos, com forte ligação cortesã, se espalharam para outras áreas da produção de riqueza. Dessas, a mais importante, foi o rendoso comércio de negros escravizados vindos de África. A força desse grupo, calcada no domínio desse rendoso negócio, sobretudo depois que a convenção assinada entre o Brasil e a Inglaterra, em 26 de novembro de 1826<sup>288</sup> que decretou formalmente a extinção do tráfico internacional, ampliou-se, de forma gradativa, para outros setores e para o mercado financeiro, nas chamadas “casas comerciais”.

---

<sup>288</sup> O Brasil assume mediante a “Convenção com a Grã-Bretanha para a abolição do tráfico de escravos”, os compromissos portugueses de 1817 e também se obriga a cessar o comércio negreiro em três anos a contar da data de ratificação do acordo, isto é, em março de 1830. Assinaram os Plenipotenciários brasileiros Marquês de Inhambupe e Marquês de Santo Amaro e o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário britânico Robert Gordon. Essa é uma das primeiras normas que no Brasil cairão no gosto popular das chamadas “leis para inglês ver”, ou seja, que não se cumpre.

Assim, só em 1850, quando a Lei Eusébio de Queiroz<sup>289</sup> foi aprovada e o tráfico negreiro finalmente recebeu o golpe que o faria retroceder, a parcela mais favorecida da colônia portuguesa já se constituía em expressiva e florescente burguesia comercial na capital do Império. A significativa participação dessa comunidade era, vez por outra, noticiadas em jornais, tanto no Brasil quanto em Portugal, devido aos interesses e às consequentes ligações que ainda conectavam parentes de um lado e do outro do oceano Atlântico, principalmente quando envolviam interesses de remessas de dinheiro e de processos de heranças.

A situação dessa parte da comunidade portuguesa instalada no Brasil foi motivo de preocupação constante para o governo português e nos mostra um lado peculiar que permeou esse longo período do conflito platino que se consistiu em um monitoramento constante do ritmo e o volume de remessas de numerário para Portugal.

A historiadora Miriam Halpern Pereira (1981) em seus estudos sobre a relação entre as oscilações do câmbio e o desenvolvimento econômico de Portugal aponta-nos uma interessante constatação ao dizer que “a continuidade das remessas enviadas pelos emigrantes tornou as divisas brasileiras uma componente fundamental dos invisíveis da balança de pagamentos de 1850 a 1930”.<sup>290</sup>

Interessante que esse quadro de dependência econômica transparece nos jornais portugueses a partir dos atrasos ou mesmo das interrupções desses despachos financeiros registrados durante a Guerra do Paraguai, entre 1865 a 1870, quando o câmbio em relação a Londres, principal praça financeira do mundo, tornou-se criticamente desfavorável à moeda brasileira e provocou a redução, de forma drástica, da quantidade de moeda enviada para Portugal.

Esse tema vai aumentando conforme a demora do fim do conflito e se mantém constante quando se tornou mais evidente que a solução não viria nem a curto, nem a médio prazos. Por isso, é sintomático que essa preocupação vai aparecendo mais frequentemente nos noticiários jornalísticos a partir de 1868, após transcorridos mais de 3 anos de guerra!

---

<sup>289</sup> A Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como “Lei Eusébio de Queirós”, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico internacional de africanos no Império brasileiro. Sua promulgação é relacionada, sobretudo, às pressões britânicas sobre o governo de D. Pedro II para a extinção da escravidão no país.

<sup>290</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico; Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1983, p. 8.

O bom ânimo só retornou nos meses finais do conflito no Prata (fins de 1869, início de 1870), quando a vitória aliada estava desenhada e as perspectivas econômicas mostravam-se mais animadoras. Também pesava o fato de que Portugal, pela falta do aporte vindo do Brasil, mergulhara em grave crise financeira – que se estenderia até 1869, obrigando a suspensão das campanhas coloniais na África como forma reduzir as despesas governamentais.<sup>291</sup>

A partir daí, a imprensa lusitana passou a se referir, com frequência, às dificuldades financeiras de seus compatriotas provocadas pela defasagem cambial brasileira e as novas possibilidades abertas pela iminência do fim da guerra.

Em 21 de agosto de 1869, *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, reproduziria um texto do periódico *Primeiro de Janeiro*, do Porto, lamentando que a guerra ainda não tivesse terminado e reduzindo o alcance das vitórias militares para a alteração do quadro econômico, onde lê-se na publicação:

Em resultado, porém, de certas vantagens obtidas pelos aliados, o câmbio tem-se tornado mais favorável e algum papel bancário, mas não em grande quantidade, veio para a Europa no pacote *Navarre*. Para Portugal, e em especial para o Porto, sabemos que veio muito pouco dinheiro.

Outro pesquisador que se debruçou sobre a economia portuguesa no século XIX, Gervase Clarence-Smith (1985)<sup>292</sup>, considera que logo após a recessão da década de 1830, Portugal dependia das remessas do Brasil para cobrir o déficit crônico da balança de pagamentos. Embora os envios fossem geralmente associados aos pequenos poupadores, a fonte mais importante era constituída, na sua opinião, pelos mercadores de todos os matizes.

Como apontamos, até 1850, os maiores lucros dos negociantes portugueses deviam-se ao tráfico de escravos para a América do Sul. Depois, os fluxos de capital foram canalizados para outros setores, uma vez que os portugueses praticamente detinham o monopólio do comércio brasileiro da época. O mesmo autor sublinha que a influência lusitana no Brasil dos oitocentos continua sendo obscurecida pela inegavelmente forte presença inglesa e que precisaria ser melhor observada.

---

<sup>291</sup> Vide: HESPANHA, António Manuel (Coordenação). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

<sup>292</sup> Cf. CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.

Nessa interessante linha de pensamento, ressalta ainda que isso caracterizou o que ele chamou de uma espécie de neocolonialismo praticado pelos portugueses residentes no Brasil:

O comércio livre teve ainda a vantagem de permitir o desenvolvimento de uma espécie de neocolonialismo no Brasil. A questão das relações de Portugal com a sua ex-colônia não recebeu a atenção que merecia por parte dos historiadores e continua a ser mal avaliada. Considera-se geralmente que, depois de Portugal ter perdido o controle político da América do Sul, os únicos portugueses que se viam no Brasil eram camponeses pobres e iletrados, forçados a desempenhar as tarefas mais indiferenciadas e desagradáveis. Argumenta-se ao mesmo tempo que os ingleses constituíam a força neocolonial. É certo que de algum modo isto é verdade, mas está-se a subestimar a influência que os portugueses continuavam a ter na sua ex-colônia. O Brasil conquistou a sua independência de forma pouco violenta e manteve os imperadores portugueses da Casa Real de Bragança, os quais governaram o país até à revolução de 1889. A poderosa comunidade mercantil portuguesa foi autorizada a permanecer no país, mantendo as suas propriedades e continuando os seus negócios, apesar da forte hostilidade popular. A aliança entre a coroa e os mercadores era forte e os donos das plantações estavam por vezes tão endividados com os mercadores, que não podiam atuar como uma força independente. Não é, pois, de admirar que a população, desprovida de quaisquer privilégios, se tenha por vezes manifestado de forma violenta contra os portugueses, ao longo do século XIX.<sup>293</sup>

Esses mesmos grandes negociantes portugueses importavam produtos como o vinho, além de algumas manufaturas, mas eram, acima de tudo, significativas fontes de ouro e de moeda estrangeira para Portugal.

Isso ficou visível na citada crise financeira que assolou o Rio de Janeiro a partir de 1864, um pouco antes do início da guerra do Paraguai. Já no ano anterior, haviam surgido os primeiros indícios, na explosiva conjugação dos efeitos depressivos da guerra civil norte-americana (1860 a 1865) com fracas colheitas de café. Depois, viriam as sucessivas quebras de instituições bancárias brasileiras, incluindo a mais influente delas, já comentada, a Casa Souto, pertencente ao português da cidade do Porto, António Alves Souto, o Visconde do Souto<sup>294</sup>.

---

<sup>293</sup> *Idem*, pp. 13-14.

<sup>294</sup> Personagem prestigiado nos círculos do poder político no Brasil e em Portugal, sua reputação foi preservada na cobertura da imprensa lusitana. A falência de sua casa bancária foi atribuída a razões conjunturais. O *Commercio do Porto*, em sua edição de 17 de novembro de 1864, informou, discretamente, que “o Visconde de Souto demitiu-se de presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência”. A maioria dos Jornais portugueses fez questão de assegurar sua lisura mesmo nesses momentos mais delicados. Uma nota exemplar foi a publicada por *O Atlântico*, da Horta, nos Açores, em 24 de novembro de 1864, sob o título “A Casa Souto do Rio de Janeiro”. O texto observa que ao contrário do que costuma ocorrer nas quebras de instituições financeiras e comerciais, a imagem do Visconde de Souto, pelo menos nas principais “folhas” portuguesas saiu intocada do episódio, como “homem muitíssimo honrado”.



Nesse contexto, também faliram as casas comerciais Gomes & Filhos e a Montenegro, Lima & Cia, entre outras, gerando grande apreensão em Portugal<sup>295</sup>, como ficou notório nas edições de quase todos os jornais do país, principalmente no *Commercio do Porto*. A repercussão foi inevitavelmente grande, como pode ser percebido na influente publicação portuense, no mês seguinte ao desastre.

Datado de 15 de outubro de 1864, o texto intitulado “Brasil”, mencionava o universo dos prejudicados, onde lê-se:

A casa bancária de Souto & Cia era depositária de, além de 9.000 contos em contas correntes, mais 14.000 contos de economias de indivíduos de todas as classes, mas principalmente dos trabalhadores portugueses, que lá tinham a maior parte do seu pequeno pecúlio.<sup>296</sup>

O correspondente do jornal no Rio de Janeiro informava, também, que entre as principais causas da falência estavam as baixas safras na produção de café, deixando os fazendeiros em dificuldades para saldar suas dívidas, e a pressão que o banco sofria pelos “muitos empregos em Portugal de capitais que aqui se achavam e para lá iam sendo atraídos a pouco e pouco”.

A corrida desesperada aos balcões da Casa Souto estendeu-se às demais casas bancárias, provocando uma crise de grandes proporções, justamente às vésperas da Guerra do Paraguai, afligindo os poderosos negociantes portugueses, a maioria da cidade do Porto, com interesses no Brasil.

As medidas emergenciais do governo brasileiro, como a emissão de títulos do Banco do Brasil e de papel-moeda, como vimos na primeira parte deste capítulo, provocaram profunda instabilidade cambial e afetaram diretamente o nível das remessas de numerário dos imigrantes portugueses.

O prolongamento do conflito no Prata que durou mais de cinco anos, terminando apenas em 1º de março de 1870, absorveu homens e capitais, agravou ainda mais a situação, levando a imprensa portuguesa a manifestar-se frequentemente sobre o assunto, a fazer essa associação entre a duração do conflito e seus perversos reflexos econômicos.

---

<sup>295</sup> A falência das casas bancárias - sobretudo, a do Souto - e a crise comercial no Rio de Janeiro, a partir de setembro de 1864, figuravam entre os principais temas da correspondência diplomática lusitana. O chefe da Legação de Portugal na Corte de D. Pedro II, José de Vasconcelos e Sousa, manifestou sua preocupação em diversas oportunidades, através de ofícios dirigidos ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o Duque de Loulé. Essa documentação está guardada na Caixa nº 207 do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa (AHD-NEP).

<sup>296</sup> *O Commercio do Porto*, em 15 de outubro de 1864.

Antes da crise brasileira, o volume das remessas do Brasil permitiu que Portugal pudesse crescer, apesar da sua condição econômica inferior no contexto europeu do século XIX.

Para Amado Luiz Cervo (2000), depois de 1850, foram os capitais oriundos do Brasil que permitiram a chamada “Revolução Verde”, antecedendo a Revolução Industrial portuguesa, que se deu apenas a partir de 1890. O autor enfatiza o importante papel da colônia emigrada lusitana na transformação vivida pelo país, naquela época:

Nesses quarenta anos em que a modernização de Portugal avançou por meio de um vasto programa de infraestrutura física de transportes e comunicações e de progresso agrícola, foram os capitais dos negreiros brasileiros que afluíram no início, capitais ingleses no entremeio e remessas de trabalhadores emigrados para o Brasil ao final que forneceram o suporte financeiro de base sobre o qual firmou-se o modelo econômico.<sup>297</sup>

Para Cervo, não há dúvida de que o sonho de um novo eldorado na África, acalentado pelos estadistas portugueses, foi derrubado pelo real apoio financeiro vindo do Brasil, condicionando assim a ordem socioeconômica de Portugal durante todo o século.

Outros estudiosos também chamaram a atenção para o peso da comunidade mercantil lusitana instalada na América do Sul. Clarence-Smith (1985) afirma que sem as remessas do Brasil a industrialização de Portugal não teria sido possível. Para o autor, o “alarmante” déficit da balança comercial afetava os pagamentos externos, dependentes do socorro do outro lado do Atlântico. Ele ainda observa que, na Corte do Rio de Janeiro e no Nordeste, particularmente na Bahia e em Pernambuco, onde eram mais numerosa a comunidade, os portugueses ampliaram sua atuação, não mais limitada à atividade comercial, avançando para a agricultura e mesmo para a indústria que aos poucos se desenvolvia.

Assim, foram os pioneiros na fabricação de tecidos, empregando conhecimentos do mercado dos têxteis importados, para desenvolverem formas mais rentáveis de produção. Embora grande parte dos lucros dessas empresas fosse gasta ou investida no novo continente, uma soma considerável era enviada regularmente para Portugal. O resultado saltava aos olhos:

Enquanto que as poupanças dos imigrantes pobres serviam de suporte a uma agricultura caseira e deficiente no Norte de Portugal e nas ilhas do Atlântico,

---

<sup>297</sup> CERVO, Amado Luiz e MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas, as relações entre Portugal e o Brasil (1808-2000)*. Lisboa: Instituto Camões, 2000, p. 124.

os lucros capitalistas portugueses no Brasil eram investidos na indústria, em ações de empresas de utilidade pública, na banca e numa agricultura modernizada, representando, portanto, uma força significativa na industrialização e desenvolvimento econômico do Portugal do século XIX.<sup>298</sup>

Alguns autores portugueses, como é o caso de Oliveira Martins (1953)<sup>299</sup>, entendem que o aporte financeiro do outro lado do Atlântico justificava com sobra, a opção brasileira dos emigrados portugueses.

Estimando que a média dos ingressos anuais atingia 14.000 contos de réis, ele propõe em sua clássica obra, datada de 1880 (1ª edição), “O Brasil e as Colônias Portuguesas”, uma instigante questão retórica: seria bom negócio para Portugal “vender” 7.000 cabeças de portugueses à razão de dois contos de réis cada uma? Sua resposta é afirmativa.

Para este autor era preferível que as pessoas fossem para fora, e só o Brasil poderia oferecer essa contrapartida financeira face à fragilidade econômica das colônias africanas, do que engrossassem o imenso contingente de candidatos a empregos reais, de galopins de eleições ou de parasitas a quem seria necessário salariar por outra forma com obras públicas, ou simulacros delas, unicamente empreendidas para lhes dar de comer. Nessa reflexão, Oliveira Martins imagina um quadro trágico sem as remessas d'além-mar:

Nos termos a que deixamos chegar a nossa economia nacional é indubitável que, sem subsídios do Brasil pela exportação da indústria da cria de gado humano há muito que teríamos rebentado falidos. Não é uma afirmação no ar; é um fato comprovado. O câmbio do Brasil é o termômetro do nosso bem-estar econômico e até da nossa estabilidade constitucional. A longa crise da guerra do Paraguai, quando o câmbio desceu a 14, pôs-nos num tal apuro que, coincidindo com a revolução de Espanha, ia levando Portugal pelos ares.<sup>300</sup>

Se uma parte apreciável das transferências dos emigrantes podia ser dimensionada, pois as remessas eram efetuadas quase que exclusivamente pelas casas e sociedades bancárias portuguesas e brasileiras, havia uma quantidade de dinheiro que chegava de forma dispersa e praticamente sem controle: os recursos de todos aqueles que retornavam a Portugal, em especial dos que haviam obtido maior sucesso, os chamados “brasileiros”.

---

<sup>298</sup> CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985, pp. 14-15.

<sup>299</sup> Vide: OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães, 1953.

<sup>300</sup> SERRÃO, Joel (Org.). *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*. Antologia. Lisboa: Horizonte, 1976, p. 145.

Indivíduo experimentado e "amadurecido pelo conhecimento do mundo para além da sua aldeia", conforme a definição do especialista em emigração portuguesa, Joaquim da Costa Leite<sup>301</sup>, eram também, pessoas que voltavam carregadas de modismos, como o sotaque diferente, de novo vestuário e adereços contribuindo para reforçar o estereótipo desse "brasileiro"<sup>302</sup>, fixado pelo romantismo de época de acordo com a descrição de Jorge Fernandes Alves (1998)<sup>303</sup>.

Muitos regressavam nos mesmos portos onde haviam embarcado anos antes na barra do rio Douro, na cidade do Porto, que efetivamente centralizava o movimento migratório para o Brasil até a década de 1860<sup>304</sup>. Era, contudo, um movimento bem inferior ao registrado no sentido inverso para a América do Sul.

O governador civil do distrito do Porto, Joaquim Taibner de Moraes, estimava que 40% dos que viajavam ao Brasil retornavam, mais cedo ou mais tarde, a sua terra natal. Em seu interessante relato, que integra o "Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados", realizado em Lisboa, em 1873, têm-se uma ideia mais efetiva dos repatriados e suas distintas situações:

Pode dizer-se que de 100 indivíduos que emigram, regressam apenas 40, dos quais 20 voltam tão pobres como foram e com a saúde deteriorada, 15 com pequenos capitais e suficientes apenas para estabelecerem a sua indústria em melhores condições, ou comprarem alguma propriedade nas localidades de onde são naturais, e 5 com boas fortunas. Um fato que deve notar-se é que há

---

<sup>301</sup> Vide: LEITE, Joaquim da Costa. *O Brasil e a imigração portuguesa (1855-1914)*. In: FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999.

<sup>302</sup> Essa imagem era sedimentada na imprensa portuguesa através de referências negativas ao comportamento de verdadeiro brasileiro. O discreto *Diário de Notícias*, de Lisboa, publicou o texto "Vamos à Paris", no bloco inferior da capa de sua edição de 4 de julho de 1867, indicando os principais cuidados que deveriam ter os portugueses na capital francesa: "É preciso que o nosso traje não se confunda com o dos brasileiros - Nada de sustos... Recomende que não tragam chapéus-do-chile, anéis, breloques (sic), ou cousa que se pareça com traje brasileiro, porque de ordinário os brasileiros têm por cá fama de patinhos". Outro exemplo é o do jocoso anuário *Bocage*, que dedicou três páginas aos brasileiros na seção "Os Álbuns de Retratos" de sua edição de 1868. Alguns trechos reafirmam a visão negativa dos habitantes do Brasil: "Aqui temos nós um grupo de três. E de três brasileiros! Oh! Os meus tipos! As criaturas que eu mais admiro, depois do chimpanzé! [...] Estão de pé, em linha, com as mãos dadas: dois deles com chapéu-do-chile e um com uma cartola de exíguas dimensões e esquisito formato. [...] O da esquerda, tem a mão, que lhe fica livre, a pegar numa lapela do paletó, como quem deseja mostrar o anel de chapa, que traz no furabolos. [...] O do meio, que é o da cartola... no peito da camisa traz espetado um alfinete, que bem podia servir para broche a qualquer senhora. [...] último figurão...tem suíça rara, olhos à flor do rosto como um peixe à flor do rosto como um peixe, beiços grossos como um negro, e orelhas grandes como um asno".

<sup>303</sup> Cf. ALVES, Jorge Fernandes. *Emigração Portuguesa: exemplo do Porto nos meados do século XIX*. Centro de História da Universidade do Porto: Porto, 1998.

<sup>304</sup> Com a vulgarização dos vapores de grande de grande calado, no último quartel do século XIX, a barra do Douro foi perdendo sua importância para Lisboa, que passava a monopolizar as viagens transatlânticas. As agências de transporte costumavam oferecer a passagem de trem, desde o Porto – distante aproximadamente 320 quilômetros da capital portuguesa - para quem desejasse embarcar rumo ao Brasil, pela capital portuguesa.

muitos indivíduos que vão ao Brasil, onde somente se demoram três ou quatro anos, e regressam depois com pequenos capitais que empregam no país conforme acima indiquei. Muitos há também, e são quase todos os que adquirem alguns meios de fortuna, que estabelecem pequenas mensalidades as suas famílias, ou de tempos a tempos lhes mandam algumas quantias, com que elas suprem as próprias necessidades, ou compram alguma propriedade e se entregam em melhores condições à vida agrícola.<sup>305</sup>

Em textos da época, principalmente os favoráveis à emigração para o Brasil, como eram aqueles elaborados pelo político e diplomata José da Silva Mendes Leal (ministro dos Negócios Estrangeiros no período de 12 de agosto de 1869 a 20 de maio de 1870), divulgavam-se que os portugueses que enriqueciam na ex-colônia, voltavam a terra natal com quantias que somavam, a cada ano, 2.000 contos de réis, e contribuía para o crescimento do país.

Outra importante questão, ainda pouca mencionada na historiografia luso-brasileira são as remessas especiais que a colônia portuguesa do Brasil fez, durante o período da Guerra do Paraguai, para afastar um fantasma que rondava o seu saudoso país: a tentativa de se recriar a antiga União Ibérica. Entretanto, nas correspondências diplomáticas e na imprensa lusitana são fartas as fontes que revelam amplamente essa questão, bem como, a repercussão e o destaque dado à iniciativa dos emigrantes portugueses instalados no Brasil.

O fato é que o desenrolar da Revolução Liberal na Espanha, em 1868, contra a Rainha Isabel II<sup>306</sup>, provocou o temor de que fosse reeditado o longo período de dominação espanhola, com a união das duas Coroas, ocorrida entre os anos de 1580 a 1640, o que veio a mobilizar toda a sociedade portuguesa, bem como as comunidades lusitanas fora do país.

Em 23 de outubro de 1868, através do ofício nº 142, o chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, o ministro José de Vasconcellos e Sousa, comunicava ao ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português (interino), Carlos Bento da Silva, a realização de uma reunião de compatriotas, nos seguintes termos:

(...) a convite dos presidentes das três sociedades portuguesas mais importantes do Brasil - o Real Gabinete Português de Leitura, a Caixa de Socorros D. Pedro V, e a Sociedade Portuguesa de Beneficência – para tratar de uma subscrição

---

<sup>305</sup> ALVES, Jorge Fernandes. Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista. Porto: Gráf. Reunidos, 1994, p. 252.

<sup>306</sup> Movimento também conhecido como “Septembrina” ou “la Gloriosa”, foi liderado pelo general espanhol Joan Prim i Prats, culminou com a abdicação da rainha Isabel II, em 1869. Isabel se exilou em Paris, acolhida pelo imperador francês Napoleão III.

para a compra de armamento em defesa da pátria na presença das últimas notícias de Espanha<sup>307</sup>.

Junto com a correspondência, seguiram para o Palácio das Necessidades, em Lisboa, apensado aos documentos diplomáticos, recortes dos jornais brasileiros *Jornal do Commercio* (duas edições) e o *Correio Mercantil*, com matérias sobre o assunto, e a informação adicional, de última hora, de que já havia sido constituída, inclusive, a comissão encarregada de recolher os fundos.

Ao examinar mais detidamente os fundos documentais do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa, constata-se que, particularmente, entre os anos de 1868 e 1869, muitos outros ofícios sobre a mobilização da colônia portuguesa contra esse temor da União Ibérica foram remetidos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros Portugueses<sup>308</sup>, com muitos recortes de diversos outros periódicos (sempre prevalecendo, entre tantos, o *Jornal do Commercio*) a embasar os pareceres consulares.

Do mesmo modo, na imprensa portuguesa esse tema ganhou destaque. Na verdade, os textos publicados pelos jornais de Portugal indicam que o esforço despendido do outro lado do Atlântico teria sido infinitamente maior que o da própria sociedade portuguesa, emprestando ao gesto da colônia lusitana no Brasil uma força simbólica representativa de suma importância do envio regular de dinheiro d'além-mar para à causa.

Mauro César da Silveira (2003), numa abordagem inédita sobre o tema, no livro “Adesão Fatal, a participação portuguesa na Guerra do Paraguai”, aponta que o periódico *O Aljubarrota*, de Lisboa, que se anunciava como “jornal semanal anti-ibérico dedicado ao povo português”, apresentou, na edição de 23 de novembro de 1868, um artigo de Alberto Osório de Vasconcellos criticando a inércia da população residente no país diante da ideia de “se abrir uma subscrição nacional para a compra de armamentos, afim de defendermos a nossa nacionalidade, se porventura viessem estranhos ambiciosos atacarnos na própria casa”<sup>309</sup>.

---

<sup>307</sup> Ofício nº 142, em 23 de outubro de 1868, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, o ministro José de Vasconcelos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português (interino), Carlos Bento da Silva. Caixa nº 112 do AHD-NEP.

<sup>308</sup> Ofícios diversos, da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Caixa nº 213, do AHD-NEP.

<sup>309</sup> SILVEIRA, Mauro Cesar. Adesão Fatal... *op. cit.*, p. 109.

O autor do artigo aconselhava os leitores do jornal a seguirem o exemplo dos portugueses do Brasil: “A colônia portuguesa daquele juvenil e opulento Império, apesar das ruínas e críticas circunstâncias dos tempos, abriu já uma subscrição, a qual, se não enganam racionáveis previsões, deve montar à soma avultada”. O plano inicial era reunir 650 contos - o preço aproximado de 50 mil espingardas. “Se os portugueses d'além-mar concorrerem com 200 contos, devemos nós concorrer com a diferença”<sup>310</sup>, conclamava ele no seu artigo.

Nessa mesma linha de abordagem jornalística, *O Commercio do Porto*, na edição de 14 de novembro de 1868, atestava o maior empenho da colônia portuguesa no Brasil. Dois textos, dos correspondentes um instalado em Lisboa e o outro no Rio de Janeiro, enalteciam a iniciativa de recolher donativos em dinheiro para “repelir a União Ibérica”. Na página 2, o correspondente de Lisboa, em especial, não poupava os habitantes no país pela pouca participação no movimento contrário à união, para logo em seguida, elogiar o trabalho da comissão criada na Corte de D. Pedro II, onde lê-se:

Briosos compatriotas são os que tiveram tão feliz ideia, e bem merecem da pátria pelos seus elevados e bizarros sentimentos! Assim entende-se o verdadeiro patriotismo, obras e não palavras, dinheiro e não expansão banais. Ouvi que a comissão patriótica remetera, pelo paquete, que aqui chegou hoje (13 de novembro), ao governo, a quantia de 1.000\$000 Réis, para ser destinada à compra de armamento. É a primeira remessa, e ainda que não seja avultada, diga-se aqui, bem baixinho que é mais do que nós por cá temos obtido para aquele fim (...) <sup>311</sup>

O ato dos emigrantes era aplaudido, com entusiasmo, por vários órgãos da imprensa lusitana. O jornal *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, noticiou, em 18 de novembro de 1868, na página 4, a chegada, no paquete procedente dos portos brasileiros e ancorado no rio Tejo, em Lisboa, de uma letra de câmbio, no valor de 1:000\$000 réis (um conto de réis), “de um único capitalista português residente no Brasil e dirigida ao Governo para a compra das armas destinadas ao salvamento da independência pátria.”<sup>312</sup>

Na mesma edição, as palavras elogiosas se estendiam das páginas 3 a 4, em outro texto sobre o tema, intitulado “Patriotismo”, registrando e dando detalhes da formação da dita comissão para arrecadação de dinheiro na capital brasileira, onde lê-se:

O brado de indignação patriótica, que se levantou neste país contra a pérfida ideia da união ibérica, ecoou no Brasil, e os portugueses ali residentes,

---

<sup>310</sup> SILVEIRA, Mauro César da. *Adesão Fatal, a participação portuguesa na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS/Coleção Nova Et Vetera 6, 2003, pp.113-114.

<sup>311</sup> *O Commercio do Porto*, em 14 de novembro de 1868.

<sup>312</sup> *O Campeão das Províncias*, em 18 de novembro de 1868.

animados do santo e nobre amor da pátria, não perderam a ocasião de mais uma vez mostrarem que amam deveras a sua terra natal, e que por ela estão sempre prontos a fazer os maiores sacrifícios. Instalou-se uma comissão portuguesa no Rio de Janeiro, para o fim de promover uma subscrição em todo o Império, devendo o seu produto ser empregado na compra de armamentos para a defesa de Portugal. Encheu-nos da maior alegria a resolução tomada por aqueles nossos irmãos, resolução que está acima de todo o elogio. E mais um *gostinho* para os ibéricos. Tenham paciência.<sup>313</sup>

O estímulo que a comissão criada em solo brasileiro representou para a instalação de uma congênere em Portugal, chamada de “1º de dezembro de 1640”, também foi bastante divulgada entre outras notícias sobre o fato.

Outros jornais importantes acompanharam, com atenção, a mobilização no Brasil contra a ameaça espanhola. O *Braz Tisana*, do Porto, igualmente analisado por Silveira (2003), noticiava, em 17 de dezembro de 1868, que a subscrição progredia com celeridade e havia entusiasmo nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

O *Commercio do Porto* ficou atento à mobilização patriótica em terras brasileiras, zelando pela correta destinação do dinheiro recolhido em Portugal. O correspondente do jornal, em Lisboa, que assinava os textos apenas com a inicial M., firmaria essa posição, em 26 de novembro de 1868, onde lê-se:

Segundo um officio que foi remetido à Câmara dos Deputados a pedido dos srs. Mello e Faro e Osório de Vasconcelos, as quantias remetidas do Brasil, provenientes de uma subscrição pública para a compra de armamento, importam em 55.963\$482 Réis. Esta soma está nos cofres do Ministério da Fazenda, exceto uma parte dela, que está na agência financeira de Londres à ordem do Ministério da Guerra. É provável que este negócio se liquide agora, e que o dinheiro dos nossos beneméritos compatriotas tenha a devida aplicação.<sup>314</sup>

Os números das somas de dinheiro que as autoridades portuguesas oficialmente sabiam guardavam grande distância dos publicados nos periódicos de época, revelando um cenário onde muitos desvios possam ter ocorridos. Mais do que trazer luz às desconhecidas informações dos fundos arrecadados pela comunidade do outro lado do Atlântico, numerosa documentação diplomática nos permite inferir que a ajuda dos emigrantes para a compra das armas foi bem maior do que se imagina – possivelmente próxima dos 200 contos de réis, projetados por Alberto Osório de Vasconcelos, em seu artigo para o jornal *Aljubarrota*, em 23 de novembro de 1868<sup>315</sup>.

---

<sup>313</sup> *Ibidem*.

<sup>314</sup> *O Commercio do Porto*, de 26 de novembro de 1868.

<sup>315</sup> Cf. SILVEIRA, Mauro César da. *Adesão Fatal, a participação... op.cit.*



Além disso, revela que a arrecadação promovida no Brasil não foi apenas uma manifestação pontual bem-intencionada de patriotismo de quem estava muito longe da antiga terra natal, mas sim um efetivo e nada desprezível auxílio financeiro num momento agitado da vida política portuguesa oitocentista. Toda essa conjuntura aqui explicitada nos oferece um panorama de como havia uma ligação intrínseca entre as economias portuguesa e brasileira e como um conflito tão longe de Portugal influenciava decisivamente seus problemas internos no que tange ao equilíbrio financeiro da balança comercial.

Não à toa, quando os primeiros indícios do término efetivo da guerra chegaram à Portugal, um ambiente de euforia se estabeleceu nas redações desses mesmos periódicos, relacionando o fim do conflito com o reestabelecimento das corriqueiras remessas de grandes quantias de dinheiro brasileiro, agora valorizado, refletindo o sentimento de toda a sociedade portuguesa de época.

Nesse sentido, é revelador a matéria publicada em 18 de maio de 1870, dois meses após o fim da guerra, onde o correspondente do *Campeão das Províncias*, de Aveiro, instalado em Lisboa, assim se pronunciava: “Do Rio de Janeiro começam a chegar remessas importantes de capital. Bom sintoma é este.”<sup>316</sup>

### **4.3 Os vínculos familiares que ligavam as duas coroas de Bragança**

Superada a fase turbulenta que caracterizou a primeira década da independência e o forte antilusitanismo característico desse período<sup>317</sup>, as relações entre Brasil e Portugal aos poucos foram se acomodando. O que era antes um dado perigoso nessa relação entre dois países soberanos de governos monárquicos com fortes ligações familiares e que levava a naturais tensões relacionadas à sucessão dinástica, passou a ser um fator expressivo para aliviar preocupações e aparar arestas quando os interesses políticos e principalmente econômicos entraram em choque durante o século XIX.

---

<sup>316</sup> *O Campeão das Províncias*, em 18 de maio de 1870.

<sup>317</sup> Cf. FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Miscigenação e exclusão do Rio de Janeiro (1800-1850)*. Revista Oceanos, n.º 44, p. 100-110, out/dez. 2000; RIBEIRO, Gladys Sabina. “Ser português” ou “ser brasileiro”? Algumas considerações sobre o primeiro reinado. *Ler História*, n.º 25, p. 27-57, 1994; VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal, a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa: Ministério da Educação - Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

De fato, até a morte de D. Pedro I (ou D. Pedro IV, em Portugal), em 24 de setembro de 1834, no Palácio de Queluz, em Lisboa, esse assunto de um possível retorno à união com Portugal rondou o Brasil.

Se havia o manifesto desejo de que “os vínculos mais sagrados deviam conciliar em perpétua aliança”<sup>318</sup>, como firmaram D. João VI e seu filho D. Pedro I, em 1825, no tratado de amizade celebrado para assegurar o reconhecimento português da nova nação, essa ligação adquiriria mais força ao longo das décadas vindouras.

Seguramente, os laços consaguíneos que ligavam as duas coroas durante todo os oitocentos, bem como, a singular forma de governo adotada pelo Brasil em contraste com o restante da América, se refletiam não só nas ligações políticas, como econômicas e culturais. A intelectualidade brasileira tinha em Portugal e, em especial na Universidade de Coimbra, um caminho quase que natural na busca pela ilustração e “cultura” europeia.

Por isso, quando a filha de D. Pedro IV, D. Maria II (nascida no Rio de Janeiro), ascendeu ao trono português em 1834, aos 15 anos, ela era naturalmente irmã do menino Pedro de Alcântara, filho de D. Pedro I e que anos mais tarde, em 1840, assumiria o trono do Brasil, sendo coroado como D. Pedro II, através do movimento político brasileiro conhecido como o “Golpe da Maioridade”.<sup>319</sup>

Como D. Maria II permaneceu no poder até sua morte em 1853, durante 13 anos os dois irmãos estiveram à frente das duas monarquias atlânticas. Depois, mesmo com a morte prematura do novo rei português, D. Pedro V, em 1861, aos 23 anos, e a ascensão de seu irmão D. Luís I, permaneceu ainda o vínculo familiar, pois ambos os ocupantes eram sobrinhos do Imperador do Brasil, pertencentes da antiga dinastia de Bragança. Assim, esse grau de parentesco avançou por todo o período examinado no presente trabalho, de 1850 a 1870, e perdurou até 1889, quando quase ao mesmo tempo ocorreria o falecimento de D. Luís I e a queda de D. Pedro II com a proclamação da República no Brasil.<sup>320</sup>

---

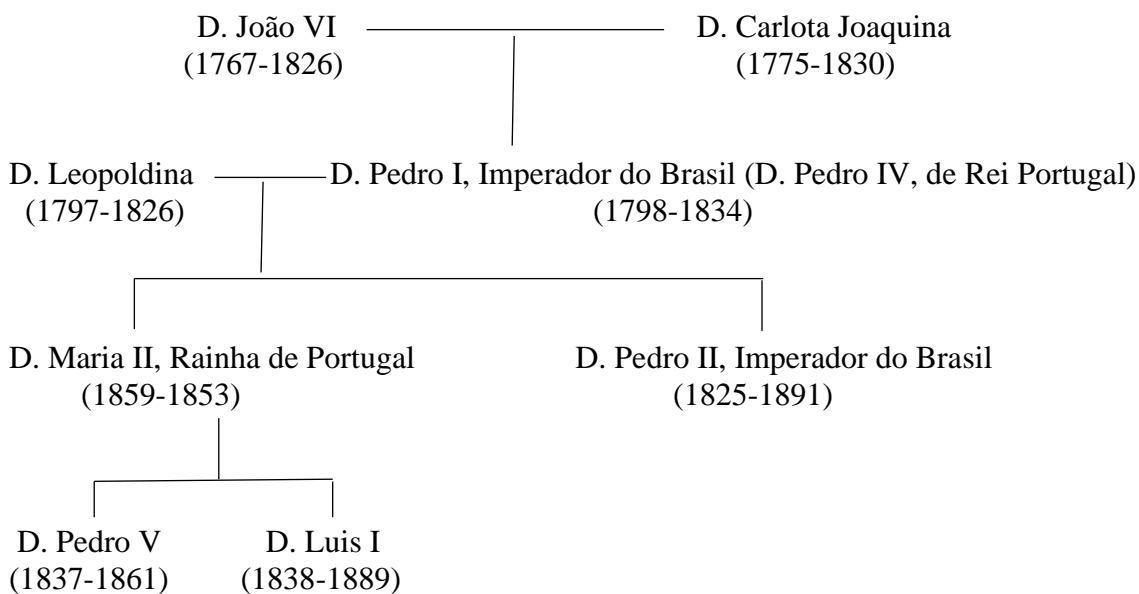
<sup>318</sup> O Tratado do Rio de Janeiro, também chamado Tratado Luso-Brasileiro e Tratado de Paz, Amizade e Aliança, foi o acordo bilateral firmado em 29 de agosto de 1825 entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal que reconheceu a Independência do Brasil e formalmente pôs fim à Guerra da Independência.

<sup>319</sup> A antecipação da Declaração da Maioridade de D. Pedro II, também referida na História do Brasil como “Golpe da Maioridade”, ocorreu em 23 de julho de 1840, com o apoio do Partido Liberal e pôs fim ao conturbado período regencial brasileiro.

<sup>320</sup> D. Luís I faleceu, adoecido, em 19 de outubro de 1889, menos de um mês antes da proclamação da República brasileira e o conseqüente banimento de D. Pedro II do Brasil.

A título de ilustrar esse vínculo parentesco direto existente entre D. Pedro II, Imperador do Brasil e D. Luís I, Rei de Portugal, no período estudado na investigação a que me propus, segue adiante, em resumo, focando nesses dois governantes a ligação familiar que torna um tio e o outro sobrinho, durante o longo reinado de ambos.

### Árvore genealógica simplificada da Casa de Bragança



Decerto, esses laços familiares permearam as relações diplomáticas entre as duas nações e marcaram certas singularidades típicas de um universo monárquico, fortemente pontuado por simbologias e liturgias que tinha na grande família Bragança dos dois continentes o epicentro das atenções. Não obstante, esses vínculos também se estabeleciam em uma rede de nobres cortesãos, entre duques, marqueses, condes, viscondes e barões para além das ligações consaguíneas e, porque não dizer, para toda a sociedade tanto no Brasil quanto em Portugal que observava os movimentos dessa aristocracia, via imprensa de época.

Portanto, sobrinho e tio ficaram no poder, ao mesmo tempo, durante quase três décadas – exatos 28 anos, aproveitando esse largo tempo para estreitar os laços consanguíneos e consolidar um relacionamento fraterno, marcado por gestos mútuos de apreço e carinho, como veremos mais adiante tendo como base farta documentação periódica, assim como, ofícios diplomáticos e bibliografia especializada no tema.

Curioso que às vésperas da eclosão da Guerra do Paraguai, em fins de 1864, o círculo familiar monárquico brasileiro foi reforçado com o casamento das Princesas Isabel e Leopoldina, filhas de D. Pedro II.

Isabel se casou com o francês Luís Felipe Gastão de Orléans, o Conde d'Eu, em 15 de outubro. Leopoldina, a irmã mais nova, uniu-se ao primo do Conde d'Eu, o também francês Luís Augusto Maria de Eudes, o Duque de Saxe, em 15 de dezembro de 1864. Ambos os consortes estrangeiros eram netos do rei francês Luís Felipe, da Casa Bourbon, tal como a Imperatriz brasileira Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II e, ainda, sobrinhos de D. Fernando, pai do monarca português.

Os dois nobres europeus, acompanhados das filhas de D. Pedro II, visitaram Portugal e conviveram com o tio e primo, o Rei D. Luís I, nos anos seguintes, contribuindo para aproximar ainda mais as duas Coroas. Os casamentos e as viagens da família real brasileira foram acompanhados por grande parte da imprensa portuguesa, numa clara evidência da importância que a Corte de D. Luís I dava a essa relação familiar transatlântica.

*O Commercio do Porto* apresentou, na edição de 16 de novembro de 1864, muitos detalhes da cerimônia de casamento ocorrida um mês antes no Brasil, descrita como “um sucesso”, em texto que foi reproduzido por muitos outros jornais portugueses. “O Príncipe Conde d'Eu vestia farda de marechal do Exército, posto a que fora elevado por decreto do mesmo dia”<sup>321</sup>, relatava o correspondente do jornal, baseado no Rio de Janeiro.

*O Commercio de Lisboa*, que a exemplo do jornal português, transcrevia muitas matérias publicadas pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, também divulgou muitas informações sobre o casamento no texto intitulado “Brasil”, veiculado ao longo das edições de 16, 18 e 19 de novembro.

No mês seguinte, no dia 30 de dezembro de 1864, *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, destinaria uma coluna inteira ao enlace matrimonial, igualmente reproduzindo, na íntegra, um texto do jornal brasileiro mais importante da época: o *Jornal do Commercio*.

Como o Conde d'Eu e a Princesa Isabel viajaram logo em seguida para a Europa, o casamento de Leopoldina com o Duque de Saxe ocupou menos espaço nas publicações

---

<sup>321</sup> *O Commercio do Porto*, em 16 de novembro de 1864.

lusitanas. A presença da herdeira do trono brasileiro em Portugal, na ida e na volta da viagem com destino à Inglaterra, mereceu uma cobertura extensa e claramente favorável. *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, fez questão de destacar, na edição de 4 de fevereiro de 1865, que, após cumprimentar o casal, D. Luís I agraciou o Conde d'Eu com a ordem da grã-cruz da Torre e Espada.

A longa estadia na Inglaterra e a passagem por outros países europeus tornaram a cobertura do regresso à Portugal ainda mais recorrente durante todo o percurso nupcial do casal. O *Diário de Notícias* de Lisboa, com sua inovadora proposta de produzir resenhas noticiosas sintéticas, incluindo apenas os fatos mais significativos do país e do mundo, noticiou o retorno do Conde d'Eu e da Princesa Isabel, na capa da edição, de 8 de junho de 1865, onde lê-se: “O palácio de Belém está pronto para receber a princesa do Brasil, e seu augusto esposo, que se esperam no dia 21 do corrente. O camarista que lhes fica de serviço é o nobre e simpático Marquês de Sousa Holstein.”<sup>322</sup>

Nos últimos oito dias da herdeira do trono brasileiro em Lisboa, um fato seria valorizado pela imprensa lusitana: a visita do Duque de Nemours, que se deslocara da Inglaterra para Portugal especialmente para rever o filho, o Conde d'Eu. *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, em 1º de julho de 1865, ressaltou o parentesco do marido da Princesa Isabel com a Família Real Portuguesa – sobrinho de D. Fernando e primo do rei D. Luís I - informando que o Duque de Nemours era o segundo filho do deposto rei francês, Luís Felipe, e que este havia casado com a Princesa Victoria Augusta, irmã do pai do monarca português.

Antes disso, em 24 de junho, o mesmo jornal havia relatado detalhes da passagem do casal pela cidade do Porto e anunciado que, no retorno à Lisboa, ocorreria a “grande parada em obsequio de SS. AA. do Brasil, devendo el-Rei passar em revista a todas as tropas da guarnição da capital, que se apresentarão formadas em linha”<sup>323</sup>.

Um ano depois, a atenção estava voltada para a visita da Princesa Leopoldina e o Duque de Saxe. O desembarque em Lisboa, ocorreu em 28 de julho, e as atividades sociais intensas em solo português mereceram uma cobertura detalhada em vários jornais

---

<sup>322</sup> *O Diário de Notícias*, em 8 de junho de 1865.

<sup>323</sup> *O Campeão das Províncias*, em 24 de junho de 1865.

portugueses. A primeira passagem por Lisboa foi breve, talvez, frustrando a expectativa das publicações lusitanas ávidas por novas notícias.

É preciso um olhar atento para observar as notícias veiculadas nas folhas para além das abordagens meramente ufanistas ou mesmo fulgazes que envolviam as casas reais dos dois países. À título de exemplo, nas inúmeras reportagens nos jornais pesquisados raras foram aquelas que apontaram algo que desabonasse esse duplo casamento de Isabel e de Leopoldina, as princesas brasileiras, primas do rei português.

Não obstante, *O Commercio do Porto* levantou uma delicada questão que permeou as negociações desses casamentos reais: as condições impostas pelos consortes para a aceitação das suas respectivas esposas imperiais. Assim, ao descrever a cerimônia do casamento da Princesa Isabel, em 16 de novembro de 1864, o editorial do jornal apontou uma dessas exigências: a elevação dos noivos aos mais altos postos da hierarquia militar das Forças Armadas Imperiais, no caso, o Conde d'Eu, no exército e o Duque de Saxe, na marinha, onde lê-se: “O Príncipe Conde d'Eu vestia farda de marechal do Exército, posto a que fora elevado por decreto do mesmo dia, conforme o depoimento do correspondente no Rio de Janeiro.”<sup>324</sup>

Depois, em 31 dezembro do mesmo ano, o jornalista que escrevia da capital brasileira limitou-se a informar que chegara da Europa, no início daquele mês, o conselheiro Miguel Maria Lisboa, como “portador do contrato nupcial da Princesa Leopoldina e o Duque de Saxe”. E em 1º de agosto de 1865, ele relatava que “a sessão de ontem (6 de julho) do Senado aprovou a concessão dos postos efetivos de marechal do Exército ao Conde d'Eu e de almirante ao Duque de Saxe, nos termos da condição estipulada nos respectivos contratos nupciais<sup>325</sup>”. Havia ainda uma pequena observação no final do texto: “Estas duas medidas passaram na Câmara Popular com grande número de votos contra”<sup>326</sup>.

Os motivos da resistência do parlamento brasileiro, que o correspondente do *Commercio do Porto* no Rio de Janeiro não mencionou, foram comunicadas pelo representante do governo português no Rio de Janeiro, o diplomata José de Vasconcellos

---

<sup>324</sup> *O Commercio do Porto*, em 16 de novembro de 1864.

<sup>325</sup> Em novembro de 1865, o Conde d'Eu seria nomeado comandante geral do Estado-Maior de Artilharia, acumulando esse cargo com a presidência da Comissão de Melhoramentos do Exército Brasileiro.

<sup>326</sup> *O Commercio do Porto*, em 1º de agosto de 1864.

e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, D. Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, o Duque de Loulé <sup>327</sup>, através do ofício reservado nº 24, de 10 de novembro de 1864.

Nesse documento, o chefe da Legação Portuguesa escreveu que o Conde d'Eu estabelecera “condições inaceitáveis para casar com a Princesa Isabel: quantias proibitivas em dinheiro e um comando superior, no Exército!”<sup>328</sup>

Observamos também poucas críticas ou mesmo uma certa discrição ao comentar alguma questão delicada ou embaraçosa que envolvesse membros da Família Imperial Brasileira. De uma maneira concisa, a edição de 4 de março de 1868, *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, pontuou, a existência de discordância na condução da guerra entre o Imperador e seu genro: “comentava-se, na corte (do Brasil), que há divergências entre o Imperador e o Conde d'Eu”. Comprovadamente, em sua ampla maioria, os jornais pesquisados nessa tese preferiram guardar silêncio sobre assuntos nessa linha mais crítica.

Sobre esse tema específico, o representante diplomático de Portugal no Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa, dirigiu o ofício nº 15, datado de 10 de março de 1868, ao ministro dos Negócios Estrangeiros português, nesse momento a pasta era ocupada pelo Conde de Ávila. Em caráter “reservadíssimo”, afirmava que seria “impossível saber a verdade em relação ao suposto (o desentendimento entre D. Pedro II e seus genros)<sup>329</sup>. De qualquer forma, relatou que os boatos que circulavam na sede da Corte brasileira indicavam a insatisfação do Conde d'Eu e do Duque de Saxe com os cargos ocupados, por acharem que não estariam desempenhando comandos condignos com suas patentes e altas posições militares na condução do conflito.

Por outro lado, as homenagens à monarquia brasileira obtinham garantia de maiores espaços nas páginas desses jornais portugueses. Nos aniversários do Imperador,

---

<sup>327</sup> O Duque de Loulé também fazia parte da dinastia dos Braganças. Foi um dos políticos portugueses mais influentes do seu tempo.

<sup>328</sup> Ofício (reservado) nº 24, de 10 de novembro de 1864, do chefe da Legação Portuguesa no Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, D. Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, o Duque de Loulé. Caixa nº 207, do AHD-NEP.

<sup>329</sup> Ofício (reservadíssimo) nº 15, de 10 de março de 1868, do chefe da Legação Portuguesa no Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o conde de Ávila. Caixa nº 211.

em 2 de dezembro, registravam-se na imprensa as grandes comemorações nos dois lados do Atlântico.

*O Commercio do Porto*, em 3 dezembro de 1864 noticiava, todos os anos, os gestos corteses de D. Luís I em comemoração a data natalícia do tio brasileiro, frequentemente ordenando salvas de tiros dos vasos de guerra ancorados no rio Tejo, em Lisboa, e oferecendo um jantar solene, no Paço da Ajuda, à Legação Brasileira de Portugal.

Os laços consanguíneos eram sempre referidos nessas publicações. Em textos quase idênticos, no ano de 1867, *O Commercio do Porto*, em 3 de dezembro e *O Campeão das Provincias*, em 4 dezembro, enfatizavam o convite para o jantar real, em homenagem ao Imperador brasileiro, oferecido pelo rei português D. Luís I ao ministro brasileiro residente em Lisboa, o Barão de Itamaracá. Na reportagem enfatizava-se ainda que “os navios de guerra portugueses surtos no Tejo tiveram a bandeira brasileira no tope do mastro grande”.

A reciprocidade da Corte brasileira com relação ao soberano português igualmente ocupava lugar de destaque nessas reportagens, sedimentando para a sociedade das duas nações a imagem de harmonia entre as Coroas do Brasil e de Portugal.

Ano após ano, as datas natalícias dos monarcas eram interessantes oportunidades para a reafirmação desses laços históricos. Como exemplo, cito o banquete oferecido pelo Imperador D. Pedro II, na Quinta da Boa Vista, pelo aniversário de seu sobrinho, em 31 de outubro de 1864, esta foi uma das notícias de capa da edição de 1º de dezembro daquele ano do *Commercio do Porto*.

Muitos outros eventos envolvendo as duas famílias reais foram acompanhados pela imprensa brasileira e portuguesa. O nascimento de um filho da princesa brasileira Leopoldina, no dia 6 de dezembro de 1867, figurava, por exemplo, nas páginas do *Commercio do Porto*, em 9 de janeiro de 1868. O aniversário da Imperatriz Teresa Cristina, em 14 de março, também foi noticiado algumas vezes em vários jornais. Caso curioso foi o artigo do *Commercio do Porto*, que assim se reportou, em 30 de abril de 1867, combinando a lembrança do aniversário da imperatriz brasileira com a Guerra do Paraguai em curso:

Os navios de guerra brasileiros formaram em linha e embandeirados deram uma salva de 21 tiros com bala contra as fortificações paraguaias, enviando ao



mesmo tempo proclamações aos paraguaios para se aliarem com o Brasil, depondo López, seu chefe.<sup>330</sup>

Tão forte essa ligação que até o aniversário da imperatriz viúva de D. Pedro I (o D. Pedro IV, de Portugal) D. Amélia de Leuchtenberg Eichstaedt e Bragança, era, por vezes, lembrado, como na edição de 2 de agosto de 1865 do *Campeão das Províncias*

Hoje (31 de julho), é dia de grande gala e feriado, havendo também beija-mão no Real Paço da Ajuda, em consequência de ser o aniversário de S. M. a imperatriz viúva do Brasil e da Carta Constitucional da Monarquia.

O mesmo jornal, um dos mais atentos às lisonjarias conferidas às duas famílias reais, assinalou, em 19 de junho de 1869, que o aniversário do Conde d'Eu, ocorrido em 28 de abril, havia sido festejado no acampamento brasileiro no Paraguai.

Fato é que no transcurso de toda a guerra na bacia do Prata, de novembro de 1864 a março de 1870, D. Pedro II foi uma figura quase que imaculada nas publicações periódicas portuguesas elegidas nessa pesquisa. Sua imagem não foi apenas preservada, mas efetivamente exaltada recebendo apenas epítetos elogiosos, como “zeloso monarca”, definida no *Commercio de Lisboa*, em 19 de janeiro de 1865, apoiando a decisão brasileira de combater o Paraguai. Aliás, pouco depois, em 8 de fevereiro, o mesmo jornal destacava uma distinção recebida pelo Imperador brasileiro: o diploma de membro honorário da Sociedade Geográfica de Londres, ressaltando uma vez mais sua imagem de “imperador ilustrado”.

Nessa mesma linha, *O Commercio do Porto* noticiava, em 17 de outubro de 1868, através do seu correspondente no Rio de Janeiro, que o monarca brasileiro era um modelo a ser seguido: “Sem lisonja, pode-se afirmar que é o imperador o cidadão de melhor fé e de melhores intenções do Brasil”.

No episódio em que D. Pedro II efetivamente se envolveu na campanha militar, na chamada “Rendição de Uruguaiana”<sup>331</sup>, ocorrida em 18 de setembro de 1865, no Rio Grande do Sul, a aprovação de sua conduta foi amplamente noticiada. Desde o embarque para o Sul do Império, em 10 de julho 1865, com todo seu estado-maior para à frente de

---

<sup>330</sup> *O Commercio do Porto*, em 30 de abril de 1867.

<sup>331</sup> Após a Batalha Naval do Riachuelo, em 11 de junho de 1865, que retirou a possibilidade de ressuprimento e recompletamento das tropas paraguaias que ocupavam a fronteira Sul do Brasil, os invasores ficaram cercados na cidade brasileira de Uruguaiana, na província do Rio Grande do Sul. Em 18 de setembro de 1865, o comandante da tropa paraguaiá, o coronel Antônio de la Cruz Estigarribia, aceitou render-se às tropas Aliadas. Estavam presentes no campo de batalha o Imperador Pedro II e os presidentes Bartolomeu Mitre, da Argentina, e Venâncio Flores, do Uruguai. Esse acontecimento ficou conhecido como o “Cerco” ou a “Rendição de Uruguaiana”.

combate, até o regresso ao Rio de Janeiro, em 9 de novembro, a jornada foi retratada, de forma glorificadora, nas páginas dos jornais brasileiros e portugueses.

O *Commercio do Porto*, de 29 de agosto de 1865, ao relatar esse acontecimento militar não poupou atributos que louvassem a passagem de D. Pedro II pela região em conflito, o periódico portuense ao mesmo tempo evidenciava qual era a fonte de todas essas informações, uma vez mais, o prestimoso *Jornal do Commercio*:

S. M. o imperador, continua a ser alvo do mais jubiloso alvoroço na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Acompanhado por S. A., o Duque de Saxe, tem percorrido as povoações mais importantes, e por toda a parte é a sua presença saudada e festejada com o mais estremecido afeto. Nacionais e estrangeiros confundem-se nessas demonstrações do alto apreço e amor que consagram ao virtuoso monarca.

Um único pensamento dominava a multidão. Ver e saudar com a expansão do mais santo regozijo o imperador e seus augustos genros. Mais bela festa de amor e gratidão, diz o *Jornal do Commercio*, nunca se observou no Rio de Janeiro. O imperador e os príncipes trajavam sobrecasacas militares, e traziam nos semblantes os sinais da afadigosa missão patriótica que souberam tão dignamente cumprir. [...] Em todo este tempo o largo do Paço esteve atotetado de povo, que vitoritava com ardor o defensor perpétuo do Brasil, e que prorrompeu em novas e arrebadoras aclamações no momento em que SS. MM. Imperiais seguiram para São Cristóvão pouco antes das seis horas da tarde.<sup>332</sup> (grifo nosso)

Ainda nesse contexto geopolítico verificamos a repercussão dada em Portugal reproduzindo informações colhidas na imprensa norte-americana que, nesse momento, se alinhava favoravelmente ao Brasil por conta do decreto que ordenou a abertura do rio Amazonas ao comércio internacional. Segundo o jornal *O Bracarense*, em 16 de fevereiro de 1867: “A popularidade que Sua Majestade, o Imperador do Brasil, já tinha entre os americanos aumentou bastante com a providência que acabara de tomar”.

Com o fim da guerra, em 1º de março de 1870, seguiu-se o episódio da recusa do Imperador brasileiro para que fosse erigida uma estátua em sua homenagem pelo fim do conflito internacional, o monarca teria sugerido que o dinheiro arrecadado da subscrição popular fosse destinado à construção de escolas públicas. Esse mesmo periódico de Braga se posicionou sobre o assunto e publicou, em 21 de abril de 1870 que

Não é só a expressão de um sentimento de modéstia e de patriotismo; é também um ato de alcance político, que deve ser muito apreciado aí na Europa como a prova mais cabal de que o Brasil não tem intuítos conquistadores, e que, apenas conclui uma guerra a que foi provocado deslealmente, voltou os seus olhos e braços para as conquistas duradouras da paz e da liberdade.<sup>333</sup>

---

<sup>332</sup> *O Commercio do Porto*, em 29 de agosto de 1865.

<sup>333</sup> *O Bracarense*, em 21 de abril de 1870.

No dia anterior, *O Campeão das Províncias* escrevia que a postura do Imperador confirmava que ele era “o monarca, depois de Leopoldo I, que mais tem sabido compreender a época, e nela o ofício de reinar. [...] Honra ao rei que assim procede. E glória ao povo que tem a ventura de possuí-lo”. E o conciso *Diário de Notícias*, de Lisboa, em 16 de abril daquele ano, tinha reproduzido as palavras de uma “senhora brasileira” que saudara o desprendimento de D. Pedro II, entre outras exclamações, com a frase: “Viva o anjo tutelar do Brasil, Sua Alteza Imperial!”.

Outro personagem enaltecido, com frequência, foi o Conde d'Eu, principalmente depois que ele assumiu o comando do Exército Brasileiro, em 16 de janeiro de 1869, em substituição ao general brasileiro Luís Alves de Lima e Silva, o Caxias. Sua partida para os campos de batalha no Paraguai, em 31 de março daquele ano, ocupou grande espaço na imprensa portuguesa. Ao noticiar que o “povo” aplaudira sua saída para a região de guerra, o correspondente do *Commercio do Porto*, no Rio de Janeiro afirmava, em 24 de abril daquele ano, que “o Príncipe é muito popular entre nós e cada vez adquire maiores simpatias”.

O mesmo jornal, em 17 de maio, relatava que tanto em “Montevidéu, como em Buenos Aires, foi o príncipe brasileiro recebido com vivas demonstrações de entusiasmo e simpatia”. Recepção idêntica teria ocorrido nos acampamentos no Paraguai, entre os soldados aliados, segundo *O Bracarense*, de 1º de junho de 1869.

A exaltação da figura do Conde, agora como possuidor de valores e capacidade militar foi uma regra no decorrer dessa última fase da campanha militar, quando finalmente assume o comando das tropas brasileiras, por ordem do próprio Imperador, em substituição ao Marquês de Caxias, que doente, retornou ao Rio de Janeiro, no início de 1869, depois de conquistar Assunção, capital paraguaia em 5 de janeiro.

Em 17 de maio de 1869, *O Commercio do Porto*, transcrevendo texto do seu correspondente do Rio de Janeiro, datado de 23 de abril daquele ano, exaltou a retomada dos combates saudando o Conde como “o generalíssimo”, onde destaca-se:

Recomeçadas operações militares no Paraguai; exército brasileiro moveu-se para o interior do país em busca de López, que estaria fortificado com 30 peças e 5.000 homens. Divisão da armada destrói a Villa do Rosário, no dia 8 de abril. Já deve estar em Assunção o "generalíssimo Conde d'Eu"(...) Tanto em Montevidéu como em Buenos Aires foi o príncipe recebido com vivas demonstrações de entusiasmo e simpatia. Conselheiro Paranhos em Buenos

Aires para tratar com representantes do governo argentino e uruguaio a formação de um governo provisório no Paraguai.<sup>334</sup>

Em outro importante caso, os laços familiares sobressaíram-se, igualmente, no papel desempenhado por Portugal na reaproximação entre Brasil e Inglaterra (que estavam rompidos diplomaticamente desde o ano de 1863, devido a “Questão Christie”<sup>335</sup>).

Nessa conturbada década, efetivamente, foi D. Luís I, o monarca português, que tomou a iniciativa de mediar o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, acionando seu representante em Londres, o Conde de Lavradio, para negociar um acordo com Lord John Russell, o ministro de Negócios Estrangeiros da Coroa Britânica.

Na abertura das câmaras brasileiras, em 3 de maio de 1864, D. Pedro II salientou que “tendo o governo britânico aceitado a mediação oferecida pela Sua Majestade Fidelíssima (seu sobrinho), aceitou o governo brasileiro tão graciosa oferta, esperando que em breve tenha esse negócio a desejada solução.”<sup>336</sup>

No ano seguinte, na primeira sessão do parlamento português, em 2 de janeiro de 1865, D. Luís I destacou a importância do restabelecimento dessas relações, assim se pronunciando:

Tendo-se, no ano de 1863, suscitado entre o Brasil e a Grã-Bretanha dissentimentos de que resultou o rompimento das relações políticas dos dois estados, animado do vivo desejo de ver satisfatoriamente terminado este conflito entre duas nações com quem nos achamos tão intimamente ligados, ofereci a minha mediação que foi aceita por ambas as cortes e havendo encarregado desta negociação o meu ministro em Londres, não tem este afrouxado no seu zelo para conseguir um resultado propício, sem quebra na mútua dignidade das duas potências divergentes.<sup>337</sup>

Certamente, os jornais lusitanos valorizaram a disposição de D. Luís I para reaproximar a Inglaterra e o Brasil, acompanhando cada passo da negociação ocorrida em Londres. *O Commercio de Lisboa*, por exemplo, dedicou boa parte da seção “Política

---

<sup>334</sup> *O Commercio do Porto*, em 17 de maio de 1869.

<sup>335</sup> A chamada Questão Christie foi um impasse diplomático entre o Império do Brasil e o Império Britânico entre os anos de 1862 a 1865.

<sup>336</sup> A íntegra do discurso de D. Pedro II, como era usual, foi remetida pelo representante português no Rio de Janeiro. José de Vasconcelos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na época o Duque de Loulé, através do ofício nº 70, de 9 de maio de 1864. O original está depositado na caixa nº 207 do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa.

<sup>337</sup> O discurso real, destacando o Brasil, foi publicado na íntegra na maioria dos jornais portugueses, como o *Commercio de Lisboa*, em 3 de janeiro; *O Campeão das Provincias*, de Aveiro, em 4 de janeiro, entre outros periódicos.

Estrangeira”, em sua edição de 14 de março de 1865, para tratar das perspectivas de acordo, informando que a posição do governo inglês era inflexível em relação à *Bill Aberdeen*<sup>338</sup>, que estabelecia o direito de vigiar e visitar navios brasileiros suspeitos de tráfico de negros escravizados.

O artigo refletia sobre a postura adotada pelo governo brasileiro como um obstáculo ao reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, uma vez que o governo de D. Pedro II insistia na derrubada do dispositivo legal, considerado atentatório à soberania nacional brasileira. Naquele ano, vigorava a inflexível política externa do *premier* lord Henry Palmerston<sup>339</sup> que recorria, com frequência, ao uso da força, ao mesmo tempo, o Império brasileiro vivia seu momento de maior afirmação regional, pouco afeito à transigência, evidenciado pelas constantes intervenções na região Platina.

O próprio *Commercio de Lisboa* indicava o alcance conjuntural da divergência existente, no final da matéria, ao noticiar que lord Palmerston assegurava que continuavam as negociações para o restabelecimento das relações amigáveis com o Brasil, "pela mediação de Portugal", e que o país da Rainha Vitória guardaria neutralidade na guerra que se desenvolvia na América do Sul.

Assim, cada indício de um possível entendimento desse embrólio internacional ocupava um lugar de destaque nas edições portuguesas. O *Commercio do Porto*, baseado em folha francesa, antevia, em 3 de março de 1865, o acerto diplomático e suas consequências vantagens geopolíticas, onde lê-se:

O *Moniteur* diz que recebeu notícias especiais que lhe permitem assegurar que as propostas do Brasil formuladas por meio de Portugal satisfarão completamente e restabelecerão entre o Brasil e o governo inglês relações mais íntimas do que as que existiam antes do rompimento das diplomáticas.<sup>340</sup>

Em 2 de junho do mesmo ano, o *Commercio de Lisboa*, que assim como a maior parcela da imprensa portuguesa costumava publicar, na íntegra, os discursos de D. Pedro II, ressaltava as palavras do Imperador brasileiro na abertura da terceira sessão legislativa anual, expressando seu desejo do pronto restabelecimento das relações diplomáticas com a Inglaterra. Cinco dias depois, o mesmo jornal transcreveu uma notícia publicada em

---

<sup>338</sup> Em 1845, o parlamento inglês aprovou uma lei, a Lei Bill Aberdeen, que dava poderes para a esquadra britânica prender e punir qualquer navio negreiro encontrado pelos mares do mundo.

<sup>339</sup> Lord Henry John Temple Palmerston um dos políticos ingleses mais conhecidos de sua época, faleceria no final daquele ano, em 18 de outubro de 1865, aos 81 anos de idade.

<sup>340</sup> O *Commercio do Porto*, em 3 de março de 1865.

Londres, em 27 de maio de 1865 (reproduzida também pelo *Commercio do Porto*, em 2 de junho): “que muito folgaremos ver realizada o fim próximo do rompimento entre os governos brasileiro e inglês.”

Bem informada, a publicação londrina anteciparia o nome do futuro representante britânico no Rio de Janeiro, Mr. Edward Thornton, que à época era ministro em Buenos Aires, capital argentina, acrescentando, ainda que “este diplomata é muito conhecido no Rio de Janeiro, e acreditamos que ele havia de contribuir eficazmente para restabelecer os sentimentos de amizade que outrora cimentavam as relações dos dois países”.<sup>341</sup>

Finalmente, o *Commercio de Lisboa*, em 3 de agosto de 1865, reproduziu o desenlace positivo dessas complexas negociações, tendo como base uma nota do jornal londrino *Times*, de 26 de julho, anunciando que o Brasil aceitou as condições do governo da Rainha Vitoria e que as relações diplomáticas seriam brevemente restabelecidas. Onde lê-se: “Esta feliz reconciliação é em grande parte devida à mediação do governo português e aos esforços amigáveis e incansáveis do Conde de Lavradio, ministro de S. M. D. Luís na Corte de S. James”.

O discurso de D. Luís I, na abertura das câmaras, em julho de 1865, não poderia deixar de comunicar a esperada reconciliação entre o Brasil e a Inglaterra. Suas palavras foram impressas ao lado do grande texto intitulado “Brasil”, em suplemento especial do *Commercio do Porto*, no dia 30 daquele mês, onde lê-se:

Continuo a receber das nações nossas aliadas provas constantes da melhor inteligência que, de dia para dia, mais estreitam as relações amigáveis que nos ligam entre o Brasil e a Grã-Bretanha terminando este temporário desacordo com muita dignidade para ambos os governos. Congratulo-me de ter oferecido a minha mediação, aceita por ambos os Estados interessados, em questão resolvida tão satisfatoriamente, como o fazia desde logo antever a reconhecida ilustração e prudência daquelas duas nações, a que nos ligam laços os mais íntimos.<sup>342</sup>

Por determinação da Coroa britânica, Edward Thornton, se deslocou da Argentina para a fronteira Sul do Brasil e encontrou-se pessoalmente com D. Pedro II, em 19 de setembro de 1865, aproveitando da sua presença no cerco e na rendição paraguaia na cidade de Uruguaiana.

O *Commercio do Porto* depois de meses passados, ainda se reportava ao tema em duas matérias posteriores. Na edição de 1º de abril, o correspondente do jornal no Rio de

---

<sup>341</sup> *Idem*, em 2 de junho de 1865.

<sup>342</sup> O *Commercio do Porto*, em 30 de julho de 1865.

Janeiro contaria que Lord John Russell havia remetido ao ministro português na Corte brasileira, José de Vasconcellos e Sousa, “uma rica caixa de ouro e brilhantes, tendo na tampa a efígie da rainha e armas da Inglaterra, em testemunho dos bons serviços que prestara por ocasião do restabelecimento da harmonia entre o governo inglês e o deste Império”<sup>343</sup>. E, em 29 de maio de 1866, o jornal transcreveu a íntegra do discurso de D. Pedro II na abertura da quarta sessão legislativa, reconhecendo o papel desempenhado por D. Luís I para as boas relações entre Brasil e Inglaterra: “Com sincera satisfação vos comunico este fato importante, devido em grande parte aos esforços e perseverança do augusto mediador, El-Rei de Portugal, meu muito prezado sobrinho”<sup>344</sup>.

As referências amistosas e as mesuras entre os dois monarcas e seus familiares acentuaram-se durante o período da Guerra do Paraguai. Em 27 de março de 1868, por exemplo, o secretário da Legação do Brasil em Lisboa, João Pereira de Andrada, comunicou ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Ávila, o envio de mais um presente do Imperador brasileiro para o sobrinho D. Luís I: uma pintura retratando aspectos da Estrada de Ferro D. Pedro II<sup>345</sup>.

Uma prática comum, nessa época, era a condecoração de portugueses no Brasil e de brasileiros em Portugal. Também eram valorizados os vínculos familiares e as relações de amizade com outras casas reais europeias. D. Luís I era genro do rei italiano, D. Victor Emanuel II, pai da Rainha Maria Pia de Sabóia, e essa condição era ressaltada, frequentemente, nas páginas dos jornais lusitanos. Quando o Conde d’Eu recepcionou o Príncipe Alfredo, Duque de Edimburgo e filho da Rainha Vitória, da Inglaterra, em 1867, no Rio de Janeiro, *O Commercio do Porto* também destacou o fato na sua edição, em 14 de agosto.

Com esses casos específicos e análises pontuais, procuro ressaltar que as afinidades entre as duas Coroas não contribuíram apenas para a imagem favorável do Imperador brasileiro em Portugal ou mesmo do Rei português no Brasil, mas serviram, acima de tudo, para reafirmar o poder da monarquia nos dois lados do Atlântico, sendo um esteio por onde caminharam e foram balizadas as relações diplomáticas entre os dois

---

<sup>343</sup> *O Commercio do Porto*, em 1º de abril de 1866.

<sup>344</sup> *Idem*, em 29 de maio de 1866.

<sup>345</sup> Ofício (comunicado) de 27 de março de 1868, do secretário da Legação do Brasil, em Lisboa, João Pereira de Andrada, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o conde de Ávila. Caixa nº 371, do AHD-NEP.

países. Essas conexões refletiam uma identidade comum a unir os dois povos que foram o sustentáculo para, nesses longos anos de guerra, criar um ambiente favorável à narrativa brasileira do conflito em Portugal, via imprensa.

Num dos poucos momentos em que surgiram boatos de abdicação de D. Pedro II, no início de 1868, face o desgaste pelo prolongamento da guerra, *O Campeão das Províncias* manifestava, numa frase, a apreensão dos políticos situacionistas portugueses: “Oxalá não se verifique tão triste notícia”, escrevia o redator do jornal, em 1º de fevereiro de 1868.

#### **4.4 O imigrante português como um *passer culturel***

Como todo processo social, complexo por sua natureza, na acomodação dos imigrantes portugueses no Brasil houve avanços e retrocessos, rupturas e continuidades. Certamente os comerciantes e artesãos portugueses já instalados no Brasil davam preferência aos seus conterrâneos emigrados, bloqueando de certa maneira, o acesso dos brasileiros aos empregos no setor comercial e urbano o que gerou muitas vezes atitudes antilusitanas, caracterizadas principalmente no Primeiro Reinado e no Período Regencial (de 1822 a 1840), que pouco a pouco se atenuou, mas nunca se extinguiu por completo.

Esse aspecto ajuda-nos a compreender, em certa medida, as dificuldades de integração dos portugueses na sociedade brasileira, para além do seu núcleo familiar e de compadrio estabelecido na própria comunidade. Não se entenda com isso que os relacionamentos de parentes, entre os que chegavam pobres e sem recursos ao Brasil, foram realizados de uma maneira sempre pacífica.

Jorge Alves (2001) revela-nos algumas dessas pressões que eram vividas, nas dinâmicas reais das práticas sociais e culturais, nem sempre harmoniosas, àqueles que emigravam e que envolviam tanto a família que ficou em Portugal, quanto na que iria se constituir no Brasil, particularmente, por conta dessa corrente migratória ser de jovens de 13 a 14 anos, do sexo masculino.

Mais do que acto individual, a emigração insere-se numa vasta trama de tensões, negociações e consensos ao nível de vários círculos de sociabilidade, em que avultavam a família e a comunidade local (a paróquia), consenso indispensável principalmente quando a corrente migratória era composta por jovens adolescentes (com a moda etária nos 13 ou 14 anos), como era o caso da emigração nortenha. Este quadro ajuda a estruturar uma cultura de emigração, que aposta na mobilização de afinidades para dar sequência à



*arrumação* do emigrante na terra de chegada. Pode até dizer-se que, com o crescimento económico brasileiro, a crescente urbanização e as profundas alterações técnicas ao nível das comunicações (navegação, correios, telégrafo), se tornaram mais proveitosas as condições da emigração oitocentista do que as verificadas no período colonial, tornando-se então o Brasil "a nossa melhor colónia... depois que deixou de ser colónia nossa".<sup>346</sup>

Muitos portugueses vieram integrar a população pobre e sem qualificações do Brasil, o que se costuma designar, na historiografia brasileira como: homem branco, livre e pobre<sup>347</sup>. Dessa forma, houve casos de portugueses que vinham sem família ou qualquer referência de acolhimento, muitos desses indivíduos se empregavam como caixeiros, pequenos negociantes de balcão, que trabalhavam e dormiam nos locais de trabalho. Quando perdiam esse trabalho perdiam tudo e ingressavam na marginalidade urbana das cidades. Entretanto, mesmo esses desamparados eram sempre preferidos aos negros e aos mulatos livres brasileiros, numa dimensão étnica e socioeconômica.

Nesse sentido, é interessante perceber que se por um lado o português emigrado obedecia, muitas das vezes, a uma estratégia, nem que desesperada, da família que ficou em Portugal, chegando ao Brasil, ele poderia se encaixar em outras situações inesperadas, inserido em outra dinâmica familiar, como salienta Jorge Fernandes Alves (2001), ao evidenciar os casamentos entre os imigrantes portugueses e a comunidade lusitana já residente no Brasil que se usufruía dessa corrente contínua de jovens detentores de uma mesma cultura, língua e tradição

Um de forte enraizamento tradicional, ligado ao ascendente conotado com a língua, com laços de família e de vizinhança e ao facto de os portugueses dominarem na realidade certos sectores do mercado de trabalho, como era o caso tanto do grande comércio de origem colonial como do pequeno comércio de retalho e manterem ainda posições importantes na construção civil, na organização bancária e seguradora, nos transportes, situação que leva à fixação urbana dos portugueses que para ali se dirigiam e/ou eram atraídos por compatriotas que lhes ofereciam trabalho e neles recrutavam os futuros sócios ou continuadores dos seus investimentos, como forma de garantirem as verbas convenientes por altura da retirada dos negócios, neles **seleccionando muitas vezes os genros para casar as suas filhas**.<sup>348</sup> (grifo nosso)

Ressalto que, o que mais nos interessa nesse processo migratório e nessas multifacetadas conexões sociais de parentesco, é a possibilidade de articulá-lo na

---

<sup>346</sup> ALVES, Jorge Fernandes. *Terra de Esperanças... op. cit.*, p. 4.

<sup>347</sup> ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. A economia brasileira no Império 1822-1889. Rio de Janeiro: Texto para discussão n.584, Departamento de Economia, PUC-Rio, novembro de 2010; FRAGOSO, João Luís. Economia brasileira no Século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História geral do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Kairós, 1983.

<sup>348</sup> *Idem*, pp. 9-10.

formação de uma comunidade de sentidos no Brasil, pois, acreditamos que esse grupo, uma vez constituído, acabou sendo um propagador e receptor de práticas culturais transatlânticas, no caso, através da leitura de textos literários e de notícias, via imprensa de época, inclusive dos relatos dos acontecimentos do quotidiano social brasileiro que saíam da América e que desembarcavam na Europa, como ocorreu durante o longo e importante período da Guerra do Paraguai.

Recentemente, o conceito de “mediações culturais” tem se difundido bastante nos estudos da Nova História Cultural, na perspectiva de se refletir sobre as práticas sociais e representações culturais de uma determinada época. Parece-nos promissor pensar sobre o papel que a comunidade portuguesa instalada, principalmente na Corte do Rio de Janeiro, desempenhou na relação com a imprensa de época, tanto a brasileira quanto a portuguesa.

O período que se inicia no Brasil, a partir de meados do século XIX, pode ser caracterizado como um momento de estabilização nas relações identitárias entre brasileiros e portugueses, pois já estava consolidada a separação política de Portugal, assim como, a base econômica de produção agroexportadora de produtos primários tropicais brasileiros, centrada no trabalho braçal do negro escravizado, o que fazia com que o português imigrante, branco e pobre se fixasse prioritariamente nas cidades e dentre elas, a capital do Império, o Rio de Janeiro.

Logo, entre conflitos, distanciamentos e aproximações propiciados pela comunidade portuguesa já instalada, acrescida da constante chegada de imigrantes, as trocas culturais se fizeram em vários setores da sociedade brasileira.

É nesse contexto que a cidade do Rio de Janeiro e várias outras capitais das províncias do Império viram surgir associações que procuravam suprir as mais prementes urgências dos imigrados portugueses quanto à saúde, ao desemprego, à falta de escolaridade, o apoio à velhice, ao lazer e às atrações culturais.

A instalação e funcionamento dessas organizações associativas no Brasil fundamentaram-se no esforço feito por muitos portugueses residentes, em apoio aos recém-chegados, bastantes numerosos ao longo de todo o século XIX. Cabe-nos ressaltar que para as instituições de caráter cultural a preocupação com a difusão dos textos literários na língua portuguesa foi bastante incentivada, seja através do contato direto

com livros ou através de periódicos (jornais e revistas) que eram oferecidos para leitura nos próprios gabinetes ou emprestados a baixo custo.

Assim, a circulação e acesso a esse tipo de saber não esteve vinculado, prioritariamente, às questões legais ou de legitimidade para com autores, impressores e comerciantes livreiros, fosse ele nacional ou estrangeiro, visou, antes de tudo, proporcionar, principalmente a esses emigrados, um meio possível de acesso contínuo a uma cultura originária, tornando-os necessariamente leitores e permanentemente “portugueses”.

Seja como suporte aos textos literários, seja como divulgador das obras em formato de livros, a imprensa serviu a esse propósito. É frequente a publicação, em vários jornais, de anúncios das obras portuguesas editadas no Brasil e os endereços das bibliotecas particulares que concentravam um bom índice de títulos portugueses editados no Corte ou importados e até mesmo traduzidos por integrantes dessas associações, assim como, a venda direta ou o empréstimo de reproduções de diversos romances que circulavam entre os ávidos leitores de época.

A título de exemplo, eis um recorte de um anúncio, entre tantos, contido no *Jornal do Commercio*, de 1º de junho de 1868, que oferecia as obras do importante e muito apreciado escritor português Camilo Castello Branco. O interessante é que muitas desses livros não rendiam quaisquer direitos autorais a seus autores originais, o que levou, à época, grandes discussões diplomáticas entre Brasil e Portugal.

**Figura 32** – Anúncio de venda de livros de Camilo Castello Branco



**Fonte:** *Jornal do Commercio*, de 1º de junho de 1868

O perfil dessas bibliotecas, sobretudo as de advogados e médicos, os bacharéis, que exerciam suas atividades no Rio de Janeiro, ajudam a compreender as preferências de leituras e o consumo de obras portuguesas entre os leitores nacionais e portugueses emigrados residentes no Brasil.

A historiadora Tânia Bessone (2000)<sup>349</sup> aprofunda esse estudo em “livros e Sociedade: A formação de leitores no século XIX”, onde comprova que, nas décadas de 1830 a 1850, os títulos mais freqüentes disponíveis, nesse caso, eram de obras de cunho profissional, de estudo de jurisprudências jurídicas e de ciências e artes que eram as chamadas “belas letras” que concentravam textos portugueses e franceses, como nos casos das bibliotecas do conselheiro Antônio Pereira Rebouças e dos advogados Melo Matos e Ferreira Viana.

Vários médicos possuíam acervos particulares, respeitando o que parece ter sido a preferência intelectual desta elite socioprofissional: livros de interesse profissional e também obras literárias ou leituras leves como romances-folhetins, livros de culinária e almanaques.

É nessa perspectiva que evidencio a posição singular dessa população portuguesa no Brasil oitocentista, tanto os já residentes como aqueles que, uma vez emigrados, se integraram a esse grupo, formando uma espécie de *porteur culturel*, um tipo de intermediários, de mediadores culturais, pois, foram eles que, de fato, se encontravam em contato entre as duas culturas, a brasileira e a portuguesa originária, numa peculiar posição intermediária, na produção, circulação e recepção cultural entre os dois países.

Essa configuração toma vulto no escopo do nosso trabalho porque se articula com a complexidade da crescente comunidade leitora no Brasil à época, como também, nas pessoas que produziam e faziam circular, com maior ou menor intensidade, os textos literários, as notícias e os jornais na Corte e nas províncias do Império, bem como, nas escolhas das informações e das narrativas que seguiram para fora do Brasil no período analisado, criando uma espécie de “cultura partilhada”.

Por isso, caracterizar quem eram esses indivíduos se torna uma importante tarefa na investigação desse grupo prioritário onde se concentravam a comunidade portuguesa na capital do Império brasileiro e que compõe a classe de comerciantes na cidade.

---

<sup>349</sup> Cf. FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros e Sociedade: A formação de leitores no século XIX. Rio de Janeiro: Ed UERJ – Revista Teias, 2000.

Alguns autores vão categorizá-los como uma classe comercial “caixeiral” que, uma vez ascendendo socialmente através da atividade mercantil, fundaram importantes instituições associativas de caráter assistencial, como por exemplo, as caixas de socorros para empréstimos e doações em dinheiro, os hospitais beneficentes, os liceus, os grêmios esportivos e os gabinetes de leituras.

De certo, desde o início do século XIX, a presença dos comerciantes caixeiros portugueses na cidade do Rio de Janeiro é notória: para quarenta negociantes regulares, dois mil retalhistas e cem vendeiros, havia um número de quatro mil caixeiros, aprendizes e criados de lojas, já nos primeiros anos do Segundo Reinado, na década de 1840, a situação dentro de alguns setores do comércio não se havia alterado em relação à presença dos trabalhadores portugueses: “os brasileiros possuem 36,6% das lojas, os portugueses 43,2% e os demais estrangeiros 20,0%”<sup>350</sup>.

Embora não saibamos qual porcentagem de caixeiros trabalhava nesses estabelecimentos do comércio a partir desse período, podemos ponderar, baseados nos índices apresentados, que o comércio continuava sendo um excelente lugar de acomodação de uma parcela expressiva de emigrantes portugueses que chegava ao país a partir de 1850, e dentre eles, citamos como um caso típico, do jovem imigrante português Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, que na juventude encontrou emprego de caixeiro num dos comércios estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro, era assíduo frequentador do Real Gabinete de Leitura Português, para anos mais tarde, se tornar um dos seus diretores e depois, presidente da Caixa de Socorros Dom Pedro V, evidenciando, uma vez mais, essa rede de sociabilidades existentes no período.<sup>351</sup>

Recentes pesquisas específicas sobre os perfis e trajetórias profissionais dos sócios e dos frequentadores dos gabinetes de leituras apontam que, casos como o do comerciante Joaquim Ortigão, eram a regra do público que circulava entre os livros e jornais dos gabinetes instalados no Brasil e que os mesmos viviam em contato

---

<sup>350</sup> Cf. ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. *A economia brasileira no Império 1822-1889*. Rio de Janeiro: Texto para discussão n.584, Departamento de Economia, PUC-Rio, novembro de 2010.

<sup>351</sup> Sobre o estudo da vida do português Joaquim da Costa Ramalho Ortigão como um caso típico de imigrante que chegando ao Brasil ainda jovem, construiu uma carreira profissional ligada ao comércio onde obteve grande sucesso, vide: PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Elementos Constitutivos para o Estudo do Público Literário no Rio De Janeiro e em São Paulo no Segundo Reinado*. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, 2012

permanente com as famílias que residiam em Portugal, inclusive mandando grandes somas de dinheiro como renda complementar aos seus parentes.

Essa comunidade permanecia atenta aos acontecimentos na sua pátria-mãe, nesse sentido, é revelador a publicação da página 2, na Seção “Correio de Hoje (Lisboa, 13 de novembro – Correspondente)”, do jornal *Commercio do Porto*, do dia 14 de novembro de 1868, acerca do posicionamento e ajuda financeira enviada pelos “portugueses residentes no Brasil” à luta contra um possível retorno à União Ibérica, onde lê-se

Chegou hoje o paquete dos portos do Brasil e entre outras notícias de interesse traz uma, que mostra mais uma vez o que são os sentimentos patrióticos dos portugueses residentes no império brasileiro. Ali, apenas se soube da revolução de Espanha e do pânico que se espalhou em Portugal, provocado pelos boatos aterradores que se espalharam de haver entre os corifeus da revolução misteriosos planos de união ibérica, logo se constituiu uma comissão patriótica para promover uma grande subscrição por todo o império destinada à compra de armamento para a defesa de Portugal. Briosos compatriotas são os que tiveram tão feliz ideia, e bem merecem da pátria pelos seus elevados e bizarros sentimentos! Assim entende-se o verdadeiro patriotismo, obras e não palavras, dinheiro e não expansões banais. Ouvi que a comissão patriótica remetera pelo paquete, que aqui chegou hoje, ao governo, a quantia de 1.000\$000 Réis, para ser destinada à compra de armamento. É a primeira remessa, e ainda que não seja avultada, diga-se aqui bem baixinho que é mais do que nós por cá temos obtido para aquele fim...<sup>352</sup>

Lenira Menezes Martinho (1993) em seus estudos sobre essa classe de comerciantes instalados na Corte do Brasil, demonstra que esses caixeiros eram, antes de tudo, uma mão de obra jovem, masculina, barata, numerosa e livre, estando suas atribuições divididas em diversas funções, que assim descreve: caixeiro de balcão (encarregado das vendas nos balcões pelos comerciantes a retalho); caixeiro de fora ou de porta-fora (encarregado das cobranças e das vendas fora do estabelecimento, geralmente acompanhado de um escravo); caixeiro de escritório (encarregado do expediente e de todo o trabalho de escritório, como cópias de cartas, faturas, de letras, ou das compras e vendas em grosso ou por atacado) e guarda-livros ou primeiro-caixeiro (fazia a escrituração dos negociantes, cuidando da caixa, além das correspondências).<sup>353</sup>

---

<sup>352</sup> *O Commercio do Porto*, em 14 de novembro de 1868.

<sup>353</sup> Nossa pesquisa nos mostra que essa ligação da comunidade portuguesa com o negócio comercial era recorrente em outras províncias. Uma sondagem realizada por Joel Serrão (1980), no seu livro “Temas Oitocentistas para a História de Portugal no Século Passado”, baseada em documentos da representação diplomática na Bahia, revela que a atividade “comercial” era a tarefa predominante da comunidade lusitana radicada naquela província em meados do século XIX. Observando as profissões dos portugueses falecidos na região, no período 1864 a 1872, ele constatou que a maioria, 78 dos 185 homens da lista, tinha exercido algum tipo de ocupação ligada à área comercial, desses 78, 62 tinham sido negociantes, 15 caixeiros e 1

A autora constata assim a heterogeneidade na estrutura dessa carreira profissional que era, de fato, acessível a boa parcela dos portugueses imigrantes que desembarcavam, principalmente na Corte do Rio de Janeiro, devido ao próprio dinamismo e complexidade comercial que a capital do Império brasileiro oferecia, logo, ingressar nessa categoria de “caixeiro” era visto pelos emigrados e por suas famílias portuguesas como ponto inicial, certas vezes obrigatório, para alcançar uma carreira bem-sucedida no ramo do comércio, cujo ponto máximo parecia ser a posição de “negociante”.

Nesse processo, a juventude era elemento importante, haja vista que os comerciantes estabelecidos desejavam para suas casas, patrícios seus que tivessem pouca idade para poder mandar e pagar baixos salários (como sinalizamos, entre doze e catorze anos era, portanto, a idade ideal).

Apesar de essas idades parecerem precoces para os padrões atuais, no passado, em Portugal e no Brasil, uma vez alcançados os dez anos de idade, as crianças do sexo masculino, que não fossem filhos de grandes heranças, mas de camponeses, pequenos comerciantes ou professores, eram obrigadas a trabalhar. Nessa estrutura socioeconômica predominava uma lógica patriarcal, inspirada no mando, no poder do mais velho sobre o mais moço, no tráfico de influências, de compadrios e parentescos, entre os dois espaços nacionais.

Recrutava-se mão de obra branca, jovem e barata, enquadrada na dinâmica do ciclo econômico do comércio citadino que foi, por um lado, algo bastante rentável para os negociantes portugueses estabelecidos no Rio de Janeiro e, por outro, uma promessa

---

comerciante. Compunham a lista, ademais, trabalhadores marítimos ou marinheiros, num total de 32, além de 16 proprietários, 15 trabalhadores rurais, 6 mendigos e 6 catalogados como outros. Ele examinou também a profissão de grande parte dos 1.498 imigrantes portugueses que chegaram à Bahia, entre 1862 e 1872, obtendo conclusões interessantes: “59 por cento dessa emigração, constituídos por caixeiros, era de rapazes que, ao modo tradicional, iam tentar fortuna no Brasil, furando como pudessem a rede dos negócios, dominada por conterrâneos seus; 18 por cento transferem-se já na categoria de negociantes. Portanto, 3/4 dessa emigração, ligada ou a ligar à prática comercial, obedece ainda a constantes estruturais, e só 6 por cento (trabalhadores e homens para a lavoura) anunciam a viragem que tentamos descortinar, acerca da qual só poderemos aventar, neste ensejo, que, pelo menos, na Bahia, ela, a ter ocorrido ali, é posterior a 1870.” A amostragem apresentada por Serrão é significativa levando-se em conta que a população portuguesa, na década de 1860, ainda estava fortemente arraigada também na província da Bahia (1ª capital do Brasil), onde os laços familiares portugueses eram grandes.

para as famílias portuguesas que cediam seus filhos, ainda meninos, para virem trabalhar como promissores comerciantes em terras brasileiras.

Entretanto, queremos salientar outro aspecto dessa categoria de “caixeiro” ou do “jovem comerciante”, pois a mesma estava associada a uma questão fundamental no ramo do comércio, que era à capacidade de ler e escrever, logo, estamos falando de indivíduos ou de uma camada da população imigrante que tinha minimamente a instrução da alfabetização, além do trabalho, como princípio organizador e sustentador da vida.

Conseqüentemente, tratar da questão da instrução, no século XIX brasileiro, era falar também de imigrantes capazes para além da média nacional, portanto possuidores de maiores chances de instrução contínua e de melhores empregos, num país de analfabetos e escravocrata e de poucas oportunidades no ramo do trabalho livre.

Quanto à formação, esses jovens caixeiros, além da possibilidade de acesso à necessária educação de técnicas mercantis básicas, eram levados a ter contato e, por vezes, conhecimento da língua francesa e/ou inglesa, o que deveria favorecê-los nas transações comerciais nacionais e internacionais dentro das firmas dos chefes negociantes do Rio de Janeiro. Desse grupo de trabalhadores livres e jovens do sexo masculino – que competia com os brasileiros e outros estrangeiros pelos poucos empregos no setor terciário brasileiro – saiu o tipo caixeiro imigrante que ascendeu à “classe caixeiral” e se constituiu num importante público leitor e frequentador dos “gabinetes de leituras”.

Destacamos aqui, a título de exemplo, uma vez mais, a figura de Joaquim Ramalho Ortigão, que como muitos, primeiro foi um simples associado do gabinete como leitor, entretanto, com o tempo, passou a ser um dos sócios diretores e por fim, já na década de 1860, um dos mais renomados caixeiros-comendadores do Real Gabinete Português de Leitura. Desse modo, podemos observar, a partir de um dos seus principais diretores, o perfil socioprofissional desses integrantes dos gabinetes de leitura e sua ligação com o setor comerciante da cidade. Nesse sentido, ficou evidenciado que foi dessa camada de trabalhadores livres ligados ao comércio que saíram os futuros fomentadores e administradores das instituições associativas portuguesas.

Impedidos ao antigo acesso privilegiado aos cargos públicos metropolitanos, passo a passo, os negociantes, especialmente portugueses, passaram a ocupar uma



posição social intermediária na sociedade oitocentista brasileira, detendo o controle do setor comercial-varejista do Rio de Janeiro, constituindo um primeiro grupo de *status* entre os trabalhadores imigrantes portugueses na Corte do Império.

Certamente, como já apontamos, essa situação peculiar desse imigrante que lhe propiciava uma possibilidade real de ter trabalho e de conseguir ascender socialmente, despertava na população livre brasileira uma espécie de insatisfação com a “sorte” lusitana.

O resultado disso envolveu tanto o governo que, vez por outra, voltava com a questão da nacionalização do comércio, quanto a imprensa no que diz respeito à publicidade cômica em relação aos caixeiros bem-aventurados, sendo essa uma das grandes responsáveis pela elaboração de uma certa continuidade na mentalidade antilusitana, carregada de discursos oblíquos em relação ao elemento português.

Se por um lado o contínuo antilusitanismo explicava-se em razão das condições de existência na sociedade escravocrata, na qual os homens livres eram excluídos das atividades econômicas, e os imigrantes portugueses gozarem minimamente de uma rede de proteção e de assistência, por outro, com o passar dos anos e somado a questões das contínuas instabilidades na bacia do Prata e posteriormente a Guerra do Paraguai (1864 a 1870), os imigrantes foram obrigados a se protegerem dentro de seus espaços e esforçarem-se por realizar atos de nobreza, com a expectativa de serem vistos, exaltados e livrados da condição de “raça estrangeira”, alheia à vontade e ao esforço nacional em curso.

#### **4.5 O Real Gabinete Português de Leitura**

Como procurei evidenciar, a transferência cultural pendular envolvendo o Brasil e Portugal foi pautada, sobretudo, por mediações recíprocas, graças às redes de relações entre os espaços nacionais construídos na longa ligação histórica, tanto institucionais quanto familiares.

No caso das práticas de leitura evidenciadas em meados do século XIX, verificamos que esse ambiente era formado, não só pelos produtores dos textos, como articulistas, literatos, tradutores, impressores etc, mas também, pelos vários tipos de leitores (os receptores), dispersos em diferentes grupos e segmentos sociais.

Um desses círculos de leitores são os dos associados vinculados aos gabinetes, isto é, um público que tinha nesse representativo espaço, um lugar de convivência, onde se podia consumir a cultura da época, publicada seja através de jornais ou em formato de livros.

Em se tratando de lugares de leitura, havia pelo menos três principais tipos de espaços de sociabilidade voltados à literatura no Brasil do Segundo Reinado, a partir de 1840, formados pelas livrarias, pelas bibliotecas e pelos gabinetes de leitura.

Nesse sentido, podemos, de antemão, incluir como importante parcela do público consumidor dos textos que circulavam no período, os próprios livreiros, os donos de determinadas coleções, os tradutores e os sócios dos gabinetes.

Deve-se considerar, da mesma forma, aquelas pessoas que transitavam nesses espaços, a fim de adquirir alguma obra do seu gosto, por compra ou por empréstimo, como faziam os leitores dos gabinetes.

Refiro-me, portanto, a um público culto, formado por escritores (poetas, romancistas, artistas, jornalistas), profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros), futuros dirigentes ligados à administração pública como políticos e diplomatas, além de militares, cônegos, entre outros indivíduos, todos frequentadores da Rua do Ouvidor e seu entorno<sup>354</sup>, na Corte do Rio de Janeiro, onde se localizavam os principais lugares de cultura da cidade.

É nesse sentido que destaco o papel do Real Gabinete Português de Leitura que se tornou, com o passar dos anos, mais do que uma simples biblioteca, seu escopo inicial, e se transformou em um núcleo fomentador de várias iniciativas culturais e educacionais da comunidade portuguesa instalada na cidade do Rio de Janeiro.

A inspiração para essa mudança de dimensão veio da França, das “lojas que emprestam livros” por uma quantia módica, com o intuito de “ampliar os conhecimentos

---

<sup>354</sup> Epicentro cultural da Corte do Rio de Janeiro, a Rua do Ouvidor, era uma das vias mais antigas da capital. De caráter cosmopolita, por lá se encontravam as lojas mais concorridas, as livrarias e as discussões intelectuais nas confeitarias de boa parte das pessoas mais influentes do país, ponto comum de reunião das elites políticas, econômicas e culturais do país. Toda essa importância começou com a chegada da Família Real, em 1808. Comerciantes que desembarcavam da Europa se instalavam na área. Era o local de moda e de compras da Família Imperial e toda a Corte. Ouvidor, uma rua do Rio. Machado de Assis, que citou a rua diversas vezes em seus contos e romances, dizia que se o Rio de Janeiro tivesse um rosto, este seria a Rua do Ouvidor. No seu entorno se localizavam as principais instituições culturais da época, como teatros e espaços culturais, entre eles, o próprio Real Gabinete Português de Leitura.

de seus sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império de ilustrar o seu espírito”<sup>355</sup>.

A partir da existência de um lugar como o gabinete criavam-se novas necessidades literárias, sobretudo, pelos próprios imigrantes portugueses e brasileiros que estavam por detrás da imprensa e dos próprios gabinetes de leitura, seja como sócios, administradores ou meros frequentadores, tudo isso com a tutela do Imperador brasileiro “amigo das artes e das ciências”, Dom Pedro II. Para Raymundo Faoro (2001), no Brasil

(...) é o Imperador que dá a nota e o tom a toda a época; é o símbolo da pirâmide e de suas camadas; as estratificações tomam-no como ponto de referência – estar perto ou longe da coroa define o prestígio de cada um. Natural é que sua presença se sinta por toda a parte, embora não se caracterize num episódio de ficção ou num gesto. Sua sombra projeta-se na vida da sociedade, sem mostrar a fisionomia e os gestos.<sup>356</sup>

É sintomático, o que comprova uma das hipóteses formuladas nessa pesquisa, que a maioria dos seus fundadores são “comerciantes da praça da cidade” e emigrados, além do 1º presidente da instituição, no caso, José Marcelino Rocha Cabral, ser advogado e jornalista, redator do periódico *O Despertador* e membro fundador do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), evidenciando, uma vez mais, a clara existência dessa rede entre esses homens ilustrados, portugueses e brasileiros.

Apesar de estatutariamente o foco das ações do gabinete serem os portugueses residentes no Brasil, raramente eram de exclusividade apenas dessa colônia o acesso aos livros e aos jornais. Na prática, a instituição, desde sua criação, atendeu às demandas originárias das camadas mais necessitadas da população urbana da cidade que, assim como os imigrantes, sofriam as carências de acesso a uma cultura letrada típicas de homens e mulheres livres e pobres dentro de uma sociedade escravocrata e de esmagadora maioria analfabeta.

Portanto, ao longo do século XIX foram constantes as trocas culturais, comerciais (envolvendo livros e acervos arquivísticos) e as iniciativas que preservaram as atrações entre brasileiros e portugueses, sobretudo, no caso específico dos gabinetes de leitura, diante da necessidade da compra contínua de novos livros, de se realizar novas traduções, impressões de originais, questões de propriedade intelectual etc, além de

---

<sup>355</sup> De acordo com o site oficial da instituição, citado em: “História – Catedral da Cultura Portuguesa”: <https://www.realgabinete.com.br/O-Real-Gabinete/Historia>

<sup>356</sup> FAORO, Raymundo, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, 4ª edição, revista, São Paulo: Globo, 2001, p. 52.

administrar a circulação desses impressos pelo contingente dos frequentadores do gabinete que cresceu, exponencialmente, com a constante chegada de novas levas de imigrantes.

Nas primeiras décadas de criação, o acervo do Gabinete Português de Leitura foi resultado das relações interculturais entre Brasil, Portugal e França. No que tange às edições compradas, sabe-se que foram adquiridas junto à França ou diretamente de Portugal; logo, os livros percorreram diferentes espaços até serem recepcionados no Brasil, representando o romance francês, nesse período, o gosto literário de um público formado por seus primeiros frequentadores. No catálogo de obras, elaborado em 1858 os títulos que estavam disponíveis para os leitores eram:

**Tabela 7** – O Real Gabinete Português de Leitura (Catálogo de 1858)<sup>357</sup>

<b>Assunto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Assunto</b>	<b>Quantidade</b>
Administração (em francês)	17	Filosofia	133
Administração (em português)	96	História	939
Artes e manufaturas	69	História eclesiástica	130
Biografias	119	Legislação	130
Culto	114	Literatura	500
Dicionários	144	Medicina	211
Direito civil	313	Novelas e romances	1633
Direito eclesiástico	118	Poesia	404
Economia política	76	Política	276
Educação	105	Teatro	210
Filosofia	133	Teologia	210
Viagens	196	<b>Total do acervo</b>	<b>6.347</b>

<sup>357</sup> Cf. *Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. Seguido de um suplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial de F. de Q. Q. Regadas, 1858.

Duas questões se evidenciam no catálogo: o predomínio de obras em português (o que revela o trabalho constante de tradutores) e o predomínio dos assuntos “Novelas e Romances”, “História” e “Literatura”.

Anos depois, na década de 1860, portanto o período que nos interessa durante a Guerra do Paraguai, principiou um movimento bastante peculiar entre os sócios administradores do Gabinete, atentos ao que se passava em Portugal e na Europa, quando abriram-se ferrenhas discussões sobre os aspectos sociológicos de temas como o trabalho e o papel da instrução e a da caridade nos grupos sociais, inseridos nos respectivos Estados Nacionais.

Nesse contexto, dentro do Gabinete, existiu um grupo de portugueses que, na posição originária de imigrantes e de comerciantes de sucesso vão voltar suas atenções para dentro da própria comunidade instalada no Brasil e tentar construir um pouco da nação portuguesa entre eles, inspirando-se nas teorias evolucionistas, positivistas e raciais que animavam as ideias dos portugueses da sua terra natal nesse momento.

De certo, esse movimento aconteceu enquanto o comtismo, juntamente com o darwinismo e as teorias raciais e evolucionistas difundiam-se em Portugal, tendo como os grandes responsáveis por sua disseminação a vanguarda dos pensadores portugueses, mais conhecidos como a “geração de 70”<sup>358</sup>, que se iniciou apenas como um movimento acadêmico, mas que depois tomou forma, com o amadurecimento intelectual de vários de seus integrantes, vindo a quebrar diversos paradigmas da cultura portuguesa, da literatura à política.

Nesse momento, em Portugal, cabia aos escritores e intelectuais dessa “geração nova”, por meio dos livros e jornais, inculcar na sociedade através da educação, como um instrumento reformador da sociedade, novos ideais, como o culto da humanidade, da elevação da cultura, da liberdade, da justiça e da pretensa raça superior portuguesa, por esse ângulo, Rui Ramos (1994) aponta essa singularidade portuguesa:

Ao contrário do que se passava em muitos países, onde o herói nacional era geralmente um chefe militar, em Portugal, no centro do culto

---

<sup>358</sup> Cf. ALMEIDA, Pedro Tavares de. A construção do estado liberal. Elite política e burocracia na “Regeneração” (1851-1890). Dissertação (Doutoramento) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995; CATROGA, Fernando. Os caminhos polémicos da geração nova. In: MATTOSO, José (org.). História de Portugal. Lisboa: Estampa, 1993a, p.569-582 e MACHADO, Álvaro Manuel. A Geração de 70: uma revolução cultural e literária. 2a ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

patriótico estava também um escritor [e a imprensa]. O destaque dos escritores e da imprensa não era um acidente. Decorria, logicamente, do modo como a imprensa e a literatura se conceberam e foram utilizadas como um elemento de organização da sociedade (portuguesa) na segunda metade do século XIX.<sup>359</sup>

A questão da instrução foi um tema bastante debatido em todas as esferas da sociedade portuguesa na década de 1860 e 1870, recebendo a imprensa e a literatura a responsabilidade e a missão de colaborar na construção e organização da sociedade<sup>360</sup>.

É nesse momento que escritores como Teófilo Braga, Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Alberto Pimentel, Mendes Leal, entre outros, dessa “geração nova”, vão buscar serem os porta-vozes desses anseios pátrios com a pretensão de possuírem a autoridade de reformadores da sociedade através das letras nacionais.

A imprensa e a literatura, para homens como o escritor e jornalista Ramalho Ortigão<sup>361</sup>, eram vistas como um apostolado, um nobre mister. Neste contexto, escolas, bibliotecas, museus, gabinetes de leitura ou qualquer tipo de instituição portadora das artes, das letras e das ciências deveriam buscar manter suas coleções e seus esforços na mesma direção da verdadeira instrução<sup>362</sup>, sabendo separar a boa literatura da má e, mais ainda, orientar seus membros pelo caminho da “boa educação” em defesa de uma certa “portugalidade” original.

É dentro desta concepção de instrução positivista em fins da década de 1860 que se revela sintomático o artigo de José da Silva Mendes Leal, publicado no jornal lisboeta, chamado *Da América* e que foi bastante debatido por aquela nova diretoria do Gabinete

---

<sup>359</sup> RAMOS, Rui. *História de Portugal, a segunda fundação (1890-1926)*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal, vol. VI*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 43.

<sup>360</sup> Vide: CATROGA, Fernando. *Os caminhos polémicos da geração nova*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal, o liberalismo (1807- 1890)*, vol. V. Lisboa: Estampa, 1993, pp. 569-571 e MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70: uma revolução cultural e literária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

<sup>361</sup> José Duarte Ramalho Ortigão foi um dos mais importantes intelectuais portugueses de sua época. Era irmão do, já citado nessa pesquisa, Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, imigrante português que no Brasil fez uma carreira comercial de sucesso e foi um dos grandes responsáveis pela expansão que o Real Gabinete Português de Leitura teve no Rio de Janeiro. Ramalho Ortigão durante grande parte da sua vida esteve ligado aos movimentos culturais no Brasil, inclusive, por algum tempo, foi correspondente em Portugal de jornais brasileiros como o *Correio Mercantil* e a *Gazeta de Notícias*. Curiosamente esteve em visita ao Brasil quando da inauguração da nova sede do Real Gabinete, em 1887, na Rua Luís de Camões, nº 30.

<sup>362</sup> TORRAL, Luís Reis. A instrução pública. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal, o liberalismo (1807- 1890)*, vol. V. Lisboa: Estampa, 1993.

Português de Leitura, eleita em 1866, e que ainda estava na direção da associação no início da década de 1870.<sup>363</sup>

Segundo Mendes Leal, respeitável político de sua época, que inclusive ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros nos últimos anos da Guerra do Paraguai (1869-1870), os gabinetes de leitura, principalmente o do Rio de Janeiro, ocupavam a posição de difusores da instrução portuguesa e por isso deveriam exercer esta função da maneira mais “civilizada” possível, isto é, sabendo formar suas coleções com o que havia de mais útil e benéfico no “ramo das artes e da ciência”, o que era imprescindível na educação do “povo” e enobrecimento de uma “raça”:

(...) tem os nossos compatriotas fundado e desenvolvido nas províncias do Imperio, nas principais senão ainda em todas, verdadeiros estabelecimentos de instrução.

(...) Esses institutos espontâneos, a bem dizer intuitivos, honram sobremodo os filhos de Portugal, e por consequência o mesmo Portugal.

(...) A cabeça dirige o braço, os esclarecidos corpos gerentes dos Gabinetes de Leitura já certo haverão reconhecido a necessidade de systematisar as suas respectivas colleções.

(...) Se a industria, o commercio, a agricultura, ou antes as industrias commercial e agrícola, constituem geralmente a occupação e a profissão dos associados, frequentadores de taes estabelecimentos; convenientissimo é estes associados sahir alli as obras especiaes desses ramos, que têm como todos os outros, além da sua pratica, a sua sciencia.

Nada d’isto obsta a que ao mesmo tempo se collija o que tendo character genérico, sirva para adorno e distração do espirito, ou para satisfação de curiosidade, comtanto que as obras d’essa “classe” occupem lugar accessório ou subsidiário.

Mendes Leal

*Da America*, Lisboa.<sup>277</sup>

Apesar do artigo de Mendes Leal não estar datado, consta que ele inspirou Reinaldo Carlos Montóro<sup>364</sup>, no Rio de Janeiro, a escrever uma espécie de resposta, que foi publicada no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1872, e em seguida, transformado em documento impresso juntamente com o “Relatório da Diretoria do Gabinete”, referente ao ano de 1871, no “Appenso n. 6”<sup>365</sup>.

---

<sup>363</sup> Vide: CAVACO, Suzana. *A América (1868-1871): um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*. Porto: FLUP, 2000.

<sup>364</sup> O português Reinaldo Montóro fez parte da Diretoria do Gabinete que tomou posse em 1866 e foi um dos sócios fundadores da Caixa de Socorros D. Pedro V, em 1863.

<sup>365</sup> “Appensos n. 6”. In: *Relatório da Directoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, apresentado Sessão de Assembleia Geral, de 26 de maio de 1872, pelo director Boaventura Gonçalves Roque*, Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1872, pp. 01-13.

Mendes Leal, nesta mesma época, participou ativamente da vida do Real Gabinete do Rio de Janeiro na condição de “Conselheiro”, posição que indicava o caráter distintivo e de autoridade que um escritor representante da “Geração de 70” tinha dentro da associação no período.

No Brasil, como consequência dessas “novas ideias”, assim que uma nova diretoria do Gabinete foi eleita, em 1866, formada em sua grande maioria por homens vindos do comércio cidadão, da dita “classe de comerciantes ou caixeiral”<sup>366</sup>, foram tomadas várias ações visando transplantar esses novos saberes e sentimentos emanados por seus compatriotas portugueses europeus a fim de reorientar seus pensamentos na mesma direção.

A concepção maior era de que os imigrantes portugueses do Brasil sentissem fazendo parte da grande nação portuguesa ultramar, uma comunidade imaginada<sup>367</sup>: “nós lemos o que outros portugueses leem, nós somos homens do mesmo sangue e da mesma procedência [...] e de ilustrada resolução”<sup>368</sup>.

Este é o espírito coletivo e racial que anima diretores com ares reformistas do Gabinete a partir de certo momento e marca a transferência cultural, inclusive, de ideais étnico-raciais portuguesas para a comunidade instalada no Rio de Janeiro.

Baseados nessa premissa, na década de 1860 a diretoria do Gabinete vai buscar com todas as forças incrementar e equipar a comunidade imigrante portuguesa do Rio de Janeiro com instrução, via Liceu Literário Português, criado em 1868, que tinha claro seu objetivo descrito em estatuto “querendo cooperar para mais difundir o ensino ao povo, especialmente aos deserdados da fortuna que empregam todo o dia no trabalho, tiveram a louvável ideia de fundar (...) o Liceu (...) e nele instituir cursos noturnos

---

<sup>366</sup> Cf. MARTINHO, Lenira Menezes. *Os caixeiros como grupo socioprofissional*. In: *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*, MARTINHO, Lenira Menezes e GORENSTEIN, Riva (Orgs.). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, parte 1.

<sup>367</sup> Vide: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 190.

<sup>368</sup> Extraído de uma parte do artigo de José da Silva Mendes Leal publicado no jornal *Da América*, de Lisboa, e difundido no Gabinete Português no final de 1860. Cf. TAVARES, Antônio Rodrigues (Org.). *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura: edição comemorativa do 140º aniversário de fundação*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977, p. 50.



gratuitos de instrução primária e secundária sem distinção de classes e nacionalidades.”<sup>369</sup>

O objetivo era fazer ecoar, num país de escravocrata e analfabeto, com poucas oportunidades de emprego, o quanto os emigrantes portugueses poderiam deter de diferencial através da instrução. Logo, instrução, trabalho e também caridade fraterna se tornam baluartes da diretoria do Gabinete – com destaque para o papel desempenhado por homens como Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, integrante do Conselho Deliberativo do Gabinete de Leitura e depois na Presidência da Caixa de Socorros Pedro V, fundada em 1863.

Com relação ao local de origem (nascimento) desses portugueses da diretoria do Real Gabinete Português de Leitura, vários trabalhos que se debruçam mais especificamente sobre o perfil desses homens, apontam a prevalência das cidades do Norte de Portugal, como as cidades do Porto, Braga, Aveiro e Viana do Castelo.<sup>370</sup>

Um tipo comum de associado que compõe a diretoria do Gabinete, nesse período, é o português emigrado que adquiriu fortuna no comércio citadino e, com o passar dos anos, conquistou alguma posição social na Corte do Rio de Janeiro, como aconteceu com o já citado Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, um outro tipo, menos comum, é o português instruído que presta serviços especializados (o bacharel médico ou advogado). Aliás, ser imigrante no Brasil e ocupar uma destacada posição social era característica preponderante, entre seus acionistas e sócios.

Assim aconteceu na época da sua fundação, em 1837, como também ocorreu nas outras décadas posteriores, com destaque para o decênio por nós analisado, de 1860, em que novos diretores, imigrantes portugueses, já estabelecidos no Brasil e detentores de uma carreira comercial de sucesso na Corte. Esse grupo também exibia, entre outras distinções na comunidade, suas insígnias de “comendadores”, de acordo com os ritos e liturgias criadas pelo próprio Gabinete em conagração e prestígio ao seu público interno.

Percebe-se que dentro dessas associações, nos gabinetes de leitura, nas caixas assistências, nos hospitais beneficentes e nos liceus educacionais, a comunidade

---

<sup>369</sup> PINHO, J. J. M. de. In: *Sessão Solene: discurso. O Lyceo Litterário Portuguez (1868-1884)*. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Moreira, Maximino & C. 1884, p. 19.

<sup>370</sup> Vide: PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Elementos Constitutivos...*, *op. cit.*

portuguesa encontrava, através das ações privadas organizadas, um espírito de solidariedade e de preservação de uma posição social conquistada na sociedade ilustrada nas principais províncias e, principalmente, na capital do Império.<sup>371</sup>

O que se evidencia nessa análise ora apresentada é a possibilidade que as associações criadas propiciaram aos portugueses naquela época: um “lugar” de onde se articularam diversas redes de sociabilidades, dentre elas, as que se apresentam também, como desdobramentos de relações interpessoais, na imprensa dos dois países.

Haveria ainda muito a dizer sobre a relação entre a literatura e a instrução, porém o que foi apresentado me parece ser suficiente para compreender o sentido de alguns posicionamentos adotados por essa intelectualidade que orbitava principalmente pela imprensa de época que lhe dava voz e que servia de suporte para a circulação de suas produções intelectuais, seja em forma de romances, contos, poesias, como também, de artigos de opinião e de estudos político-filosóficos.

#### **4.6 A participação de portugueses nos campos de batalha: alguns voluntários, outros compelidos**

Existem algumas pesquisas que apontam essa constante convocação de súditos portugueses a integrar as tropas brasileiras que, vez por outra, operavam na instável região Platina. Sendo geralmente engajados na Armada Imperial brasileira, seja pela questão da tradição marítima portuguesa, seja por ser uma arma mais técnica, que exigia uma habilidade específica na condução das engenhosas belonaves de guerra e da prática na balística dos tiros dos canhões.<sup>372</sup>

Ao examinarmos a questão mais detidamente percebemos que desde meados de 1840, encontramos denúncias de recrutamento forçado principalmente de marinheiros

---

<sup>371</sup> Vide: MENEZES, Lena Medeiros de. *Jovens portugueses: histórias de trabalho, história de sucessos, história de fracasso*. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, Riode Janeiro: 7 Letras, 2000, pp. 164-179.

<sup>372</sup> Cf. ALMEIDA, Francisco Alves de. *A formação da Marinha Imperial: uma criação autóctone*. Revista do Clube Naval, Rio de Janeiro, v.129, pp. 10-16, jul./ago./set. 2009; CARVALHO, José M. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; SILVA, Theotônio Meirelles da. *Apontamentos para a história da Marinha de Guerra Brasileira*. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1881.

portugueses para a Armada de Guerra do Brasil que, de tão corriqueiro, passou a chamar a atenção do Governo de Lisboa.

O alerta foi feito pelos representantes consulares portugueses em cidades portuárias, por meio da correspondência diplomática para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Carente de homens livres e com mínima capacidade técnica para ocupar postos nas embarcações militares, o Império brasileiro recorria à incorporação de marujos que serviam em barcos de comércio marítimo, fossem eles brasileiros natos, naturalizados ou estrangeiros, sobretudo portugueses.

Com relação a esse aproveitamento, por vezes compulsório, desses homens que, do comércio marítimo, migravam para a Força Naval, a Legação de Portugal no Rio de Janeiro, em março de 1847, emitiu um informe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros falando da condição particular dos portugueses

(...) matriculam-se como súbditos brasileiros para facilitar a sua admissão na Marinha Mercante. E desta prática resultam embaraços desagradáveis, pela sem-cerimónia das autoridades encarregadas de tais recrutamentos, às quais pouco atendem aos títulos de nacionalidade apresentados por nossos compatriotas, que apesar de se darem por brasileiros quando procuram emprego nos navios de comércio, recorrem a esta legação logo que se vêem obrigados a servir nos navios do Estado.<sup>373</sup>

O problema já havia sido alvo de protestos anteriores que, encaminhadas às autoridades imperiais brasileiras, ficaram sem resposta, levando a diplomacia portuguesa a afirmar que “o Governo imperial [encontra-se] interessado até certo ponto na continuação desse estado de coisas.”<sup>374</sup>

Veza por outra, a questão voltava à tona e era debatida no campo diplomático, chegando, inclusive, no ano de 1843, Ildefonso Leopoldo Bayard, diplomata responsável pela Legação de Portugal no Brasil sugerir, em carácter confidencial, a proposta de “declarar os marinheiros das duas nações como naturais daquela a que pertencer o barco onde estiverem matriculados, não só para nacionalização deste, como para todos os mais efeitos, enquanto durar tal emprego”.

Fato é que na ausência de solução, especificamente para o caso dos marinheiros portugueses, e como alternativa ao recrutamento forçado desses marujos, anos mais tarde,

---

<sup>373</sup> Ofício n.º 8, de 8 de março de 1847, de José de Vasconcellos e Sousa, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a Manoel de Portugal e Castro, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; em Legação de Portugal no Rio de Janeiro (LPRJ), correspondência recebida, 1847-1850, caixa 541, maço 1, Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros (FMNE), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

<sup>374</sup> *Ibidem*.

José de Vasconcellos e Sousa, diplomata responsável pela Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro, sugerir a Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, ministro da Marinha do Brasil, que se realizasse um esforço de alistamento naval no Norte de Portugal e na Galiza espanhola, com o objetivo de engajar jovens interessados em incorporar a Armada do Império.<sup>375</sup>

Não há notícia de que a iniciativa tenha ocorrido, mas alguns anos depois a chancelaria de Lisboa foi notificada pela Legação portuguesa no Rio de Janeiro que

(...) os navios mercantes brasileiros (...) são tripulados na maior parte por marinheiros portugueses (...) que para servir em tais navios, na sua quase totalidade empregados no comércio de cabotagem, devem ser matriculados na respectiva capitania do porto e, segundo a lei, de todos conhecida, são por este facto obrigados a servir na Marinha de Guerra!<sup>376</sup>

A atitude de fazer pouco caso à incorporação de portugueses incorporados às forças do Império brasileiro, como soldados ou marinheiros já era uma prática do governo brasileiro desprovido de quadros técnicos para comporem suas Forças Armadas. Aliás, a concessão de cidadania a militares estrangeiros foi recorrente, inclusive, no processo de Independência, quando centenas de soldados britânicos e franceses mercenários foram arregimentados para combater na expulsão das tropas coloniais lusitanas e, ao mesmo tempo, auxiliar na defesa da integridade territorial do Império.

Assim, a existência de “batalhões de estrangeiros” não-naturalizados na tropa persistiu até aos anos de 1830, quando foram dissolvidos por decreto-lei de 20 de dezembro daquele ano, onde lê-se

DECRETO- DE 20 DE DEZEMBRO DE 1830.

Dissolve os batalhões compostos de estrangeiros. Na conformidade da Carta de Lei de 24 de Novembro do corrente anno, sobre a fixação das forças de terra: Hei por bem que sejam dissolvidos os batalhões compostos de estrangeiros: 2º de granadeiros; de fuzileiros; 27 e 28 de caçadores de primeira linha do Exercito. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios.

Paço, em vinte de Dezembro de mil oitocentos e trinta, nono da Independencia e do Imperio.

Com rubrica de Sua Magestade o Imperador.<sup>377</sup>

---

<sup>375</sup> Ofício n.º 12, de 28 de março de 1847, de José de Vasconcellos e Sousa, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil em Legação de Portugal no Rio de Janeiro, a Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, ministro da Marinha do Brasil. Correspondência recebida, 1847-1850, caixa 541, maço 1, FMNE-ANTT.

<sup>376</sup> Ofício n.º 13, de 16 de março de 1853, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa a António Aloísio Jervis de Atouguia, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Caixa 202, do AHD-MNE.

<sup>377</sup> *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*, 1830. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p. 57.

Na ocasião, muitos receberam terras e a nacionalidade, e fixaram-se no país. Mesmo oficiais estrangeiros de alta patente contratados para comandar a guerra aos portugueses, como, entre outros, o brigadeiro francês Pierre Labatut<sup>378</sup>.

Nas décadas posteriores a relação que se estabeleceu com os cidadãos portugueses imigrantes no Brasil fez com que essa comunidade se estabelecesse nas estruturas administrativas e comerciais do Brasil, assim como, na própria estrutura militar. Assim, além de muitos convocados extraordinariamente para servirem como soldados ou marinheiros, uma parte da oficialidade da marinha brasileira era composta regularmente por portugueses ou seus descendentes diretos, comissionados para determinadas missões ou mesmo integrantes do corpo permanente de oficiais, como foram os casos, entre tantos, do almirante Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma (nascido em Lisboa, em 1º de agosto de 1808), e do grande herói da batalha naval de Riachuelo, o almirante Barroso<sup>379</sup>, Barão do Amazonas.

Documentações diplomáticas nos mostram que antes mesmo da intervenção armada no Uruguai, em 1864, as forças do governo brasileiro não hesitaram em convocar cidadãos portugueses para que acompanhassem os militares do Brasil. Como em outras situações de conflito relatadas, o governo de Portugal limitou-se a expedir protocolos protestos diplomáticos, Amado Cervo (2000) comenta a questão da recorrente conscrição de portugueses e ressalta que o Império de D. Pedro II, constantemente, não dava ouvidos às reclamações portuguesas e que “proseguiu, durante a longa guerra, a recrutar súditos portugueses, obrigando-os, por vezes, a engajar-se no exército e na armada em operação no Paraguai.”<sup>380</sup>

---

<sup>378</sup> *Collecção de leis do Império*. Decreto nº 101, de 25.10.1831 (carta de naturalização de Pedro Labatut). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876, p. 169.

<sup>379</sup> Francisco Manuel Barroso da Silva é um caso típico desses militares portugueses integrantes das Forças Armadas do Império do Brasil, em meados do séc. XIX, nascido em Lisboa, em 29 de setembro de 1804, fez toda a carreira militar no Brasil onde ingressou como Aspirante na Academia de Marinha no ano de 1821. Como guarda-marinha e tenente, lutou na Guerra da Cisplatina (1825-1828). Durante o período regencial atuou na repressão à Revolta da Cabanagem, na província do Pará, e da Revolta dos Farrapos, no Sul do Império. Na Guerra do Paraguai, comandou a força naval brasileira que venceu, em 11 de junho de 1865, a Batalha Naval do Riachuelo. Essa batalha é considerada por muitos historiadores como a mais importante da guerra, pois assegurou a hegemonia brasileira nas comunicações fluviais mantendo o bloqueio que impediu o Paraguai de receber armamento e os navios encouraçados que havia encomendado no exterior (França). Chegou ao posto máximo de almirante e foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão do Amazonas.

<sup>380</sup> Vide: CERVO, Amado Luiz e MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas, as relações entre Portugal e o Brasil (1808-2000)*. Lisboa: Instituto Camões, 2000, p. 105.

Ainda nos meses iniciais da Guerra do Paraguai, o 1º batalhão de linha do Exército Brasileiro, o primeiro que entrou em ação no conflito, operando a partir do território uruguaio, levava consigo quatro soldados portugueses<sup>381</sup>, incorporados sob protesto do governo de Portugal.<sup>382</sup> Os militares tinham-se alistado na polícia do Rio de Janeiro, como faziam muitos portugueses residentes na Corte. Acusados de mau comportamento, e mesmo sendo estrangeiros não-naturalizados, foram punidos com a transferência para o regimento que seguiu para a guerra.<sup>383</sup>

Passado o ardor patriótico dos primeiros meses da guerra, quando chegou-se a conter o ímpeto do voluntariado de cidadãos brasileiros a fim de comporem os batalhões da Guarda Nacional e de Voluntários da Pátria que foram enviados à frente de combate, outros casos de alistamentos compulsórios foram se somando ao passo que o conflito não chegava ao fim.

Efetivamente o que se viu foi um esforço extraordinário, realizado pelo Império, envolvido numa guerra de imensas proporções, logo, o governo brasileiro de D. Pedro II, pouco a pouco, foi aumentando sua capacidade de conscrição militar. Nessa lógica, a convocação de brasileiros filhos de portugueses e de outros imigrantes fez parte desse momento histórico levando um número cada vez maior desses convocados a procurar obter das autoridades consulares dos países dos seus ascendentes o reconhecimento de que possuíam a nacionalidade paterna, ao invés da brasileira, na esperança de se livrar do alistamento compulsório.

Se baseavam no decreto imperial de 10 de setembro de 1860 que autorizava os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil a usufruir, até a maioridade, dos direitos a eles outorgados pela nação de origem dos pais.<sup>384</sup> Desde a promulgação da medida, os consulados portugueses passaram a emitir papeletas de habilitação nacional a lusodescendentes, mencionando que estariam dispensados de servir na Guarda Nacional e no Exército de Linha do Império.

---

<sup>381</sup> Ofício n.º 3, de 7 de janeiro de 1865, do chefe da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Duque de Loulé. Caixa 208, AHD-MNE.

<sup>382</sup> Ofício s/n.º, de 13 de março de 1865, do chefe da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, João Pedro Dias Vieira; anexo ao ofício n.º 49, de 22 de março de 1865, do chefe da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Duque de Loulé, Caixa 208, AHD-MNE.

<sup>383</sup> *Ibidem*.

<sup>384</sup> *Collecção das leis do Império*. Decreto n.º 1.096, de 10 de setembro de 1860... *op.cit.*, p. 39.

A própria Legação Portuguesa da Corte do Rio de Janeiro expediu vários desses documentos (as “papeletas”) em favor de filhos de imigrantes portugueses residentes no Brasil.<sup>385</sup>

No entanto, esse entendimento nunca prevaleceu entre as autoridades brasileiras, principalmente nesses terríveis tempos que duraram as ações de guerra no Paraguai, entre novembro de 1864 a março de 1870. Assim esse documento emitido pelos consulados acabava por não ter força de lei, prestando-se mais para certificar a condição do indivíduo descendente do nacional, no âmbito do Estado que expediu a tal documentação. Pela legislação brasileira, o preceito constitucional deixava de fora da conscrição militar apenas os filhos de estrangeiros que estivessem no país ao serviço dos seus países.

Assim, a eclosão e a escalada do conflito levaram o Império a ser drástico e desconsiderar sumariamente essa documentação, tendo em vista a possibilidade de convocar para a luta, inclusive, os filhos de imigrantes. A diplomacia de Lisboa ainda tentou argumentar, junto do governo brasileiro, que a dispensa do alistamento militar por meio das papeletas de habilitação era um expediente mantido por outras representações estrangeiras, como o consulado da França, que considerava seu conacional todo o filho de francês, sem distinção do lugar de nascimento.<sup>386</sup>

Refutando drasticamente tais argumentos, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, João Pedro Dias Vieira, respondeu que ignorava tal procedimento da diplomacia francesa, mas, caso fosse verdade, não permitiria que continuassem a receber dispensa militar filhos de franceses, nem de italianos, do mesmo modo como não havia permitido, pouco antes, a isenção requerida pelo filho de um prussiano, para o ministro mais um brasileiro pronto para ir à guerra.<sup>387</sup>

Os imigrantes dessas origens radicados no Brasil naqueles dias eram, no entanto, pouco numerosos se comparados com a situação da comunidade portuguesa instalada principalmente nas maiores cidades do Brasil.

---

<sup>385</sup> Ofício n.º 9, de 21 de janeiro de 1865, do chefe da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro, José Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Duque de Loulé. Caixa 208, AHD-MNE.

<sup>386</sup> Nota de João Pedro Dias Vieira a José de Vasconcellos e Sousa (Rio de Janeiro, 14.04.1865); anexo ao ofício n.º 65, de 22 de abril de 1865, do chefe da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Duque de Loulé. Caixa 208, AHD-MNE.

<sup>387</sup> Ofício n.º 9, de 21 de janeiro de 1865, do chefe da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Duque de Loulé. *op. cit.*

O chefe da Legação Portuguesa na corte do Rio de Janeiro José de Vasconcellos e Sousa, percebeu a dimensão do problema: “A importância desta questão, a meu ver de não pequena monta em circunstâncias normais, sobe ainda de ponto agora que o Governo imperial procura organizar um Exército numeroso, servindo-se para esse fim de todos os meios ao seu alcance.”<sup>388</sup>

Para além da capital do Império, a preocupação crescia também nas principais cidades das distantes províncias, como mostra o pedido de instruções encaminhado pelo cônsul português na Bahia, inseguro sobre como lidar com as solicitações de reconhecimento da nacionalidade de filhos de portugueses residentes na sua jurisdição.<sup>389</sup>

Em um caso pontual, em abril de 1865, o governo brasileiro acatou as reclamações de Lisboa contra a incorporação forçada dos seus súbditos no regimento brasileiro que invadiu o Uruguai, meses antes, e informou que o Exército daria baixa aos quatro soldados (os da força policial do Rio de Janeiro) indevidamente engajados.<sup>390</sup>

Porém, a atitude benevolente surgia em contraponto ao aviso remetido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério da Justiça, em 14 de março de 1865, e desta pasta ao Comando Superior da Guarda Nacional, no dia 28 do mesmo mês, negando aos brasileiros filhos de portugueses a pretensão de obterem dispensa do serviço militar.<sup>391</sup> A decisão era definitiva e não deixava brecha para nova contestação.

A documentação diplomática portuguesa registou diversos casos dramáticos que, apesar da pequena repercussão com que foram noticiados pela imprensa de época, esboçam o quadro do envolvimento de cidadãos portugueses nesse imbróglio do alistamento para o serviço militar brasileiro durante o conflito.

Cito como exemplo, o caso da corveta Bahianna, da Marinha do Brasil, que transportava súbditos portugueses prontos para irem à zona de guerra quando foi avistada pela Divisão Naval Portuguesa que vinha ao Brasil, em escala, para depois seguir para

---

<sup>388</sup> *Ibidem.*

<sup>389</sup> *Ibidem.*

<sup>390</sup> Ofício n.º 59, de 7 de abril de 1865, do chefe da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros, António José de Ávila, conde Ávila. Caixa 208, AHD-MNE.

<sup>391</sup> OLIVEIRA, José Manoel de (org.). *Actos diplomáticos do Brasil*. Ed. fac-similar, original publicado pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 1912. Brasília: Senado Federal, 1997, p. 365.



bacia do Prata, com o objetivo de defender os interesses dos cidadãos portugueses residentes na região.

Sobre o episódio, o capitão Antonio Sergio de Sousa, comandante da dita divisão naval, relatou que, em abril de 1865 a corveta portuguesa Bartolomeu Dias, ao entrar na baía de Guanabara, no porto da cidade do Rio de Janeiro, foi abordada por apelos insistentes vindos de uma corveta brasileira que se encontrava ancorada um pouco distante. Pensando tratar-se de pedido de socorro em razão de algum sinistro, o comandante enviou um escaler para averiguar. Ao aproximar-se, “bradaram do tombadilho da Bahianna alguns marinheiros, dizendo que haviam ali desertores da Armada Real [de Portugal], os quais se queriam entregar para não irem à guerra.”<sup>392</sup> Impossibilitado de agir, o comandante do navio português limitou-se a narrar o fato ao representante da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro.

Num outro episódio, 13 marinheiros portugueses pediram intervenção diplomática do governo para evitar que fossem mandados para a frente de batalha na Guerra do Paraguai. Diziam terem sido colocados à força numa fragata militar brasileira, assim que o navio comercial em que viajavam atracou no porto do Rio de Janeiro.<sup>393</sup> Consultado, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil informou que os marujos haviam sido contratados pela Legação Brasileira em Portugal, designadamente para servir na Armada Imperial, em concordância com as normas e formalidades legais exigidas pelo governo de D. Luís I.<sup>394</sup>

Em dezembro de 1867, diante da constatação de que habilitações de nacionalidade estrangeira não isentavam jovens nascidos no Brasil de prestar serviço militar no Império, “e tendo ordinariamente tais declarações unicamente esse fim em vista”<sup>395</sup>, o consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro decidiu suspender o reconhecimento de filhos de pais portugueses. A suspensão foi acolhida igualmente pelos consulados estabelecidos nas

---

<sup>392</sup> Ofício de 22 de abril de 1865, de António Sergio e Sousa, comandante da Divisão Naval da Real Armada portuguesa, ao consulado geral de Portugal no Rio de Janeiro; citado no ofício n.º 69, de 23 de abril de 1865, de José de Vasconcellos e Sousa ao Duque de Loulé. Caixa 208, AHD-MNE.

<sup>393</sup> Ofício n.º 99, de 22 de junho de 1866, do Chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o conde de Ávila. Caixa 208, AHD-MNE.

<sup>394</sup> Nota de José Antônio Saraiva, ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, a José de Vasconcellos e Sousa (Rio de Janeiro, 27.06.1865); anexo ao ofício n.º 107, de 7 de julho de 1865, de J. Vasconcellos e Sousa ao conde de Ávila. Caixa 208, AHD-MNE.

<sup>395</sup> Ofício n.º 3, de 10 de dezembro de 1867, de António d’Almeida Campos, do consulado geral de Portugal, a José de Vasconcellos e Sousa. Caixa 210, AHD-MNE.

outras províncias brasileiras. Aqui é necessário lembrar a neutralidade assumida pelo governo português frente à guerra do Brasil contra o Paraguai, o que complicava ainda mais a participação dos seus cidadãos nas forças brasileiras.

A suspensão do reconhecimento da nacionalidade portuguesa de filhos de imigrantes nascidos no Brasil foi um ato de carácter provisório que se tornou permanente, não sendo modificado até ao final da Guerra do Paraguai, em 1870, nem tendo sido retomada a prática das tais “papeletas” com o término do conflito.

A Legação de Portugal no Rio de Janeiro concordou com o argumento oferecido pelo seu consulado geral. Na justificativa endereçada à chancelaria de Lisboa, a principal repartição consular envolvida com as solicitações de carta de naturalidade de lusodescendentes opinou que “a posse do mesmo título não satisfaz o intuito único dos que o procuram, que é só, e exclusivamente, o de livrar-se do serviço do Exército e da Guarda Nacional, sem ideia de pátria, de nacionalidade ou outra que nobilite o acto!”<sup>396</sup>

Entretanto, há outras evidências documentais que apontam que houve também interesse voluntário de cidadãos portugueses em participar do conflito ao lado das forças brasileiras. Num desses registros, em ofício datado de 6 de novembro de 1866, ao ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal, José Maria do Casal Ribeiro, o cônsul interino de Portugal na Legação da Corte do Rio de Janeiro, Daniel da Silva Ribeiro, comunicava sua decisão de cobrar uma taxa de 200 mil réis fortes (moeda portuguesa de época) ou 4 contos e 40 mil réis fortes (câmbio de 220%) para a expedição de cada “desembarço” aos cidadãos portugueses, residentes no Brasil, interessados em assentar praça no exército imperial<sup>397</sup>.

Nessa época, em fins do segundo ano de guerra, começava-se a arrefecer a participação voluntária de brasileiros prontos para formarem os batalhões de Voluntários da Pátria. O diplomata alegava que a medida se devia a intensa procura dos súditos portugueses dispostos a substituir membros brasileiros da Guarda Nacional designados

---

<sup>396</sup> Ofício n.º 128, de 23 de dezembro de 1867, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa a José Maria do Casal Ribeiro, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Caixa 210, AHD-MNE.

<sup>397</sup> Ofício s/nº, de 6 de novembro de 1866, do cônsul interino de Portugal na Legação da Corte do Rio de Janeiro, Daniel da Silva Ribeiro, ao ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal, José Maria do Casal Ribeiro. Caixa nº 544, AHD-MNE.

para a campanha no Prata, seduzidos pelas crescentes cotações do mercado – que já superava a mil e duzentos réis.

Mesmo aplicando a taxa aos primeiros doze pretendentes, o diplomata português Daniel Ribeiro tinha dúvida sobre a correção da cobrança e desejava saber se havia amparo legal para isso.<sup>398</sup> A resposta do seu chefe em Portugal, duas semanas depois, foi enfática, desautorizando o encarregado de negócios do consulado português, e informando que o governo de D. Luís I “desaprova completamente tais concessões e considera como nulas todas as que já tiveram lugar”. Na mesma correspondência, a atitude do representante consular foi definida como “deplorável erro”<sup>399</sup>.

No mês seguinte, em 22 de dezembro, o mesmo Daniel da Silva Ribeiro se justificou à censura ministerial, desculpando-se pela decisão adotada e argumentando que não pretendeu “quebrar a neutralidade portuguesa na guerra e que outros representantes diplomáticos fizeram o mesmo.”<sup>400</sup> Não obstante, meses depois a prática de emitir os tais “desembaraços” continuava, mesmo que oficialmente as concessões seguissem sendo restringidas pelas autoridades do reino de Portugal.<sup>401</sup>

Em 24 de março de 1867, o jornal *Diario do Rio de Janeiro* publicou um “a pedido”, ou seja, uma informação paga por um particular, firmado por Jose Antonio Gonçalves Barbosa, denunciando a “venda” de portugueses por 500 mil réis, no consulado geral da Corte, para integrarem-se às forças imperiais, substituindo cidadãos brasileiros. A grave acusação foi encaminhada para Portugal, via canal diplomático, mas não constam, nos arquivos pesquisados qualquer desdobramento sobre o assunto em questão.

Entretanto esse assunto foi fortemente veiculado na imprensa revelando mais amiúde a posição governamental estampada nas páginas da imprensa, novamente utilizada para tranquilizar a sociedade portuguesa e preservar a imagem do gabinete ministerial português.

---

<sup>398</sup> *Ibidem*.

<sup>399</sup> Ofício s/nº de 21 de novembro de 1866, do ministério dos Negócios Estrangeiros a Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro. Caixa nº 544 (Livro nº 31), AHD-MNE.

<sup>400</sup> Ofício nº 112, de 22 de dezembro de 1866, do cônsul interino de Portugal na Legação da Corte do Rio de Janeiro, Daniel da Silva Ribeiro, ao ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal, José Maria do Casal Ribeiro. Caixa nº 544, AHD-MNE.

<sup>401</sup> *Ibidem*.

Na edição de 5 de maio de 1867 do *Commercio do Porto*, o redator que assinava seus textos com apenas com a inicial M. e escrevia desde Lisboa saía em defesa do cônsul, em matéria transcrita em muitas outras publicações do país, evidenciando que o diplomata apenas estava cumprindo o seu dever ao emitir “certificados” solicitados por pessoas interessadas em provar que estavam livres de qualquer contrato de trabalho, portanto, desimpedidas para se alistarem para irem à guerra, se assim quisessem fazê-lo:

(...) É injusta e imerecida a acusação que se tem feito ao sr. Almeida Campos de proteger o alistamento de súditos portugueses no exército brasileiro com os certificados que tem passado atestando estarem alguns portugueses inteiramente libertos de compromissos ou de contratos para trabalhos agrícolas. O sr. Almeida Campos, nesses certificados que tem passado, e que é obrigado a passar por lhe serem requeridos pelos interessados, tem tido o cuidado de declarar que tais documentos não autorizam o alistamento no exército brasileiro de indivíduos a quem os certificados dizem respeito. O nosso governo tem dado as devidas instruções para regular esses atestados, a fim de garantir aos súditos portugueses residentes no Brasil todos os direitos de que podem gozar, segundo a Carta Constitucional e as leis brasileiras e portuguesas.<sup>402</sup>

Claro que a adesão voluntária de parte da colônia portuguesa no Brasil nem sempre teve o desfecho imaginado no momento do alistamento. No ofício nº 47, de 14 de agosto de 1867, o chefe da Legação de Portugal em Montevideú, Leonardo de Sousa Leite Azevedo, o Barão de Sousa, queixava-se ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Maria do Casal Ribeiro, que as autoridades militares brasileiras não estavam respeitando os prazos estabelecidos nos contratos firmados com os cidadãos portugueses, protelando indefinitivamente sua liberação das tropas aliadas. “São frequentes as reclamações que tenho recebido de portugueses ao serviço do Brasil, para o qual engajaram por tempo determinado, e depois de concluído não têm sido despedidos daquele serviço.”<sup>403</sup> Relatava o Barão de Sousa que ainda, por diversas vezes, voltaria ao sensível tema.

Em 28 de março de 1869, meses depois da ocupação da capital paraguaia pelas tropas aliadas e já efetivado o regresso do cônsul Francisco José Correia Madruga ao Paraguai (que desde o início das hostilidades estava residindo em Buenos Aires, capital argentina), ainda se registravam acusações da permanência de portugueses nas forças

---

<sup>402</sup> *O Commercio do Porto*, em 5 de maio de 1867.

<sup>403</sup> Ofício nº 47, de 14 de agosto de 1867, do chefe da Legação de Portugal em Montevideú, Leonardo de Sousa Leite Azevedo, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Maria do Casal Ribeiro, Caixa nº 789, AHD-MNE.

armadas brasileiras, por parte da Legação Portuguesa em Montevidéu, agora aproveitando-se, inclusive, de relatos do seu representante residente em Assunção:

(...) Diz-me mais o referido cônsul (Madruga), que existem ali muitos portugueses servindo no exército brasileiro, uns que já concluíram o tempo do seu engajamento, outros que foram recrutados no Brasil e mandados para o exército sem lhes dar tempo para justificar a sua nacionalidade, e requererem às autoridades portuguesas.<sup>404</sup>

Na verdade, as primeiras denúncias sobre coação de cidadãos portugueses para essas campanhas militares na região surgiram durante a intervenção militar brasileira no Uruguai, em meio à guerra civil uruguaia entre integrantes dos partidos Blancos e Colorados.

Por muito tempo Leonardo de Sousa Leite Azevedo, o Barão de Sousa, comunicou aos seus superiores, em outros ofícios, o engajamento forçado de “súditos portugueses<sup>405</sup>”. Finalmente, em 14 de setembro de 1869, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José da Silva Mendes Leal, solicitou ao chefe da Legação da Corte do Rio de Janeiro, Mathias de Carvalho e Vasconcellos, um posicionamento oficial do governo do Brasil para as muitas denúncias de recrutamento compulsório formuladas pelo Barão de Sousa e por seu cônsul, em Assunção, Francisco José Correia Madruga.

Menos de duas semanas depois, em 25 de setembro de 1869, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros, o Duque de Loulé, manifestou aos seus subordinados da Legação na Corte do Rio de Janeiro que “muito estimo saber que o governo imperial tem atendido as suas representações relativas aos súditos portugueses recrutados à força para o exército e armada desse país e que já se acham em liberdade alguns daqueles indivíduos.”<sup>406</sup> Demonstrando que essa sensível questão foi habilmente contornada, a fim de não interferir nas relações entre os dois países.

Analisando a numerosa correspondência diplomática do período encontramos um caso específico que foi tratado com muita cautela, ainda no 1º ano do conflito: caso do “brigue Octávio”<sup>407</sup>. O primeiro registro sobre o assunto é datado de 12 de agosto de

---

<sup>404</sup> *Ibidem*.

<sup>405</sup> Ofício nº 53, de 8 de setembro de 1867, do chefe da Legação de Portugal em Montevidéu, Leonardo de Sousa Leite Azevedo, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Maria do Casal Ribeiro, Caixa nº 789, AHD-MNE.

<sup>406</sup> Ofício s/nº, de 25 de setembro de 1869, do ministro dos Negócios Estrangeiros, o Duque de Loulé, a Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro. Caixa nº 375, AHD-MNE.

<sup>407</sup> Brigue é um tipo de navio de dois mastros com velas quadradas transversais, muito usado, à época para a travessia transatlântica de pessoas e mercadorias entre Brasil e Portugal.

1865, quando o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Ávila, cobrou uma posição do ministro português no Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa, que havia comunicado a denúncia de suspeita de engajamento forçado de portugueses para a marinha de guerra brasileira, alguns dias antes, nos seguintes termos:

Ao Ministério do Reino dei conhecimento dois ofícios de V. Excia. nº 99 e 107 acerca de vários indivíduos que deste Reino seguiram viagem para essa capital a bordo do brigue brasileiro *Octavio*, passando depois como emigrados para bordo de uma fragata da armada imperial, a fim de que o ilustre ministro haja de mandar colher os mais minuciosos esclarecimentos, tanto em relação aos referidos indivíduos como a respeito do fato do engajamento que se diz feito pela Legação do Brasil nesta Corte<sup>408</sup>.

Meses depois, em 24 de agosto, o Conde de Ávila encaminhou a Vasconcellos e Sousa cópias do ofício “que o ilustre ministro do Reino lhe dirigiu com a resposta (expedida em 16 de agosto) sobre a denúncia do *Octavio*<sup>409</sup>”. Mas essa correspondência não figurava no livro oficial, o que pode indicar que o governo português fez questão de manter o assunto no mais absoluto sigilo<sup>410</sup>. Corroborando a essa hipótese, não há mais nenhuma referência ao navio brasileiro nos documentos diplomáticos da época emitidos pelos governos de Portugal e do Brasil<sup>411</sup>.

Sintomaticamente, não encontramos qualquer citação do caso do “brigue Octávio”, nos jornais mais analisados nessa pesquisa, como *O Commercio do Porto*, *O Campeão das Províncias*, *Diários de Notícias*, entre outros, o que nos revela quanto sensível foi esse caso e como o silêncio e a não circulação de certas notícias como esse exemplo, dizem também muitas coisas. Nesse sentido, as embaraçosas acusações, envolvendo autoridades luso-brasileiras, produziram convergência entre o discurso do

---

<sup>408</sup> Ofício s/nº, de 12 de agosto de 1865, do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o conde de Ávila, ao chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa. Caixa 544 (Livro nº 30), AHD-MNE.

<sup>409</sup> Ofício s/nº, de 24 de agosto de 1865, do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o conde de Ávila, ao chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa. Caixa 544 (Livro nº 30), AHD-MNE.

<sup>410</sup> Uma importante lacuna no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal atinge exatamente o ano de 1865 da correspondência da Legação portuguesa no Rio de Janeiro. A Caixa nº 208 foi extraviada, sem que haja uma razão plausível para isso. Sabe-se apenas que, em 1994, quando foi realizada a microfilmagem da documentação dessa representação diplomática, as películas saltam da Caixa nº 207 (ano de 1864) para a Caixa nº 209 (Ano de 1866).

<sup>411</sup> O sucinto ofício expedido em 5 de setembro de 1865 pelo conde de Castro, que assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros, ao ministro brasileiro em Lisboa, Antonio Pingrim Maciel Monteiro, o Barão de Itamaracá, aceitando seu pedido para um encontro “hoje, às cinco da tarde, nesta Secretaria de Estado”, pode ser uma indicação de que o caso do brigue *Octavio* tenha sido alvo de muitos encontros reservados entre os representantes diplomáticos de Brasil e Portugal (Caixa nº 544, Livro nº 30 do AHD-MNE).

governo e a representação do seu poder, no jornalismo praticado em boa parte da imprensa portuguesa na época da Guerra do Paraguai.

Entretanto, Mauro César da Silveira (2003)<sup>412</sup> avança na questão utilizando dois outros jornais de época como referências, o *Braz Tisana*, do Porto e o *Commercio de Coimbra*. As primeiras denúncias apareceram nas páginas do periódico *O Braz tisana*, do Porto, na edição de 15 de novembro de 1865, quando o correspondente do jornal no Rio de Janeiro divulgou a informação pela primeira vez, acusando o representante português na Corte do Império de omissão.

De acordo com a reportagem formulada pelo correspondente, o brigue Octávio teria partido de Lisboa, em 3 de maio de 1865, levando 23 cidadãos portugueses contratados pela Armada Imperial brasileira para lutar no Paraguai. O navio teria atracado no porto da Corte do Rio de Janeiro, em 18 de junho daquele ano.

No dia 1º de dezembro, em outra correspondência ao jornal português, o mesmo correspondente acusou que um dos portugueses havia resistido ao “engajamento forçado”, que havia sido preso e posteriormente libertado, mas que não se conhecia o destino dos demais 22 homens da embarcação, “vendidos à armada brasileira”<sup>413</sup>.

Em 4 de janeiro de 1866, mais uma reportagem a reafirmar a grave denúncia, agora responsabilizando o cônsul e o ministro do Brasil em Portugal, respectivamente, Vicente Ferreira da Silva e Antonio Pingrim Maciel Monteiro, o Barão de Itamaracá, pela “cilada” armada contra os passageiros do tal navio brasileiro. As acusações incluíam a falsificação de passaportes, conforme a correspondência:

(...) em melhor português, aí (Portugal) mandou o governo do Brasil caçar em Lisboa para vir-lhe defender a integridade do Império, visto que sua covardia o impedia de arrostar com os próprios seus, das falanges de López. (...) No *Octavio*, vieram com passaportes de brasileiros quatro portugueses, um branco natural de Penafiel, e três pretos, dois naturais de Angola e um de Moçambique, os quais foram, como todos, convidados a tirar passaportes no consulado brasileiro, como meio justificativo para aqui se praticar com eles, mais a salvo, a violência de que foram vítimas, mas não conseguiram os agentes brasileiros em Lisboa iludir todos, como pretendiam iludir, sendo só os quatro os únicos a quem conseguiram enganar! Este escândalo, praticado em Lisboa, nas faces do governo de Portugal, não tem comentários.<sup>414</sup>

---

<sup>412</sup> Cf. SILVEIRA, Mauro César da. *Adesão Fatal, a participação portuguesa na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS/Coleção Nova Et Vetera 6, 2003.

<sup>413</sup> SILVEIRA, Mauro César da. *Adesão Fatal, a participação portuguesa na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS/Coleção Nova Et Vetera 6, 2003, p. 213.

<sup>414</sup> *Idem*, pp. 214-215.

O jornalista correspondente do *Braz Tisana* desafiava publicamente o ministro brasileiro em Portugal e identificava alguns lesados, prosseguindo em tom desafiador:

Comprometo-me a provar estes fatos e a sustentá-los em público, com meu próprio nome se for necessário, sem que esses homens possam justificar seu indigno procedimento. [...] As vítimas assim imoladas ao infame logro e arrastadas ao campo de morte são as seguintes: negros Felipe de Carvalho Bastos, natural de Angola; Máximo da Luz, idem; Faustino da Gama, natural de Moçambique; do branco natural de Penafiel apenas sei que se chama João. Escuso repetir, como já disse, que todos os passageiros do *Octavio* foram para a guerra, apenas João Joaquim Gomes de Sequeira não foi, porque resistindo, formaram-lhe processo de que foi absolvido, e, portanto, posto em liberdade.<sup>415</sup>

O correspondente da Corte do Rio de Janeiro do jornal *O Commercio de Coimbra*, em 17 de novembro de 1865, também criticando a ação de “aves de rapina” dos cônsules portugueses no Brasil, exigia “energia, patriotismo e dedicação” para o cargo de chefe da Legação Portuguesa na Corte brasileira. Confiava que, uma vez sabedor das denúncias, o ministro dos Negócios Estrangeiros Português, o Conde de Castro, tomaria as providências cabíveis, substituindo os representantes diplomáticos que estavam sendo acusados:

É, no entanto, convicção nossa que S. Excia. (Conde de Castro) nos apreciará, fazendo com que nos sejam dadas as garantias, que não temos. Saberá que foram vendidos 22 portugueses para a armada brasileira em 18 de junho de 1865; vieram pelo navio *Octavio*, de nacionalidade brasileira, que os trouxe de Lisboa, tendo largado o Tejo em 3 de maio. Pobre nação portuguesa! Pedimos, por honra dessa cara mãe de nós todos, que vos levanteis aí bem alto nas colunas do vosso jornal, para fulminardes esses funcionários, que nos atraçoam! As folhas públicas já publicaram este escândalo; nem o consulado, nem a Legação portuguesa deu solução deste fato! Nunca se viu uma nação descer mais pela infâmia cometida por homens deste quilate!

De fato, muitos cidadãos portugueses integraram o imenso contingente aliado que efetivamente empunhou armas na bacia do Prata, nem todos participaram por livre e espontânea vontade. Além das pessoas que se engajaram voluntariamente nas tropas da Tríplice Aliança com o objetivo de ganhar dinheiro, substituindo brasileiros que não desejavam rumar para a guerra, houve casos pontuais, alvos de denúncias, via corpo diplomático e via imprensa, de pessoas que foram levados à força ou ludibriados nos processos que os despacharam para o teatro de operações, no Paraguai.

Certamente, a dicotomia existente entre a tradição portuguesa, da qual o Brasil era o natural representante, e a tradição espanhola que formou a base cultural das outras nações sul-americanas envolvidas no conflito, fazia com que os portugueses e suas

---

<sup>415</sup> *Ibidem*.



famílias, residentes fixos nesses países latinos, fora do Império do Brasil, tivessem uma posição, no mínimo, desconfortável.

## CAPÍTULO 5

### AS NOTÍCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI PUBLICADAS NA IMPRENSA PORTUGUESA

De alguma maneira, pós independência do Brasil até 1847, Portugal viveu um período de grande instabilidade marcado por conflitos e rupturas políticas constantes que resultaram no desenvolvimento de várias guerras civis, a última que marca esse período ficou conhecida como Guerra da Patuleia (1846-1847). Em 1851, na sequência de um novo golpe militar, se estabeleceu um novo período de estabilidade designado como “Regeneração” que apaziguou a agitada vida política portuguesa, inaugurando um sistema liberal mais ou menos bipartidário denominado “Rotativismo”<sup>416</sup>.

Retorno a caracterizar esse contexto político da “Regeneração”, por que foi um período de grandes oportunidades para a imprensa portuguesa que, através de várias disposições legislativas, flexibilizou-se o controle sobre a prática jornalística no país, nesse contexto, José Tengarrinha (1989) destaca alguns como a de propriedade intelectual de obra literárias, a extensão da liberdade de imprensa para as colônias, a concessão de anistia para algumas condenações que envolvia a prática jornalística, entre outros:

Decreto de 24 de Maio de 1851, que mandou ficar em ‘perpétuo silêncio’ todos os processos por abuso de liberdade de Imprensa requeridos pelo Ministério Público; Decreto de 8 de Julho de 1851, regulando a propriedade literária (...); Decreto de 1 de Outubro de 1856, estabelecendo que as leis da Liberdade de Imprensa se observassem também no Ultramar; Decreto de 12 de Fevereiro de 1862, amnistiando os crimes de abuso de Liberdade de Imprensa em que somente fosse parte o Ministério Público; Lei de 1 de Julho de 1863, sobre os privilégios dos jornais; e, por fim, a Lei de 17 de Maio de 1866, que aboliu ‘todas as cauções e restrições estabelecidas para a Imprensa Periódica’.<sup>417</sup>

O autor, em seus estudos sobre a imprensa portuguesa, aponta esse momento como um estágio de transição em Portugal, da fase, por ele categorizada de “imprensa romântica”, ou de opinião, para a “fase industrial da imprensa”.

Pontuo esse fato, pois, esse é o momento, que nos interessa como pano de fundo político e institucional no “corte histórico” proposto na nossa pesquisa, período em que

---

<sup>416</sup> Cf. MATTOSO, José. et al. (org.) *História de Portugal... op. cit., vol. IV, V e VI.*

<sup>417</sup> TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª ed., Lisboa: Caminho, 1989. p 184.

são criadas as condições para o desenvolvimento e aprimoramento de vários setores da indústria, do comércio e dos serviços em Portugal, dentre eles, a imprensa.

Estudos específicos que pretendem sistematizar a produção jornalística portuguesa apontam que, nessa época, vão coexistir na imprensa portuguesa, tanto periódicos de opiniões combativas como jornais que procuravam uma linha editorial mais “neutra”, de baixo custo, vistos mais como um negócio a dar lucro como uma empresa capitalista<sup>418</sup>.

Desta forma, começaram a ocorrer investimentos de origem privada nesse setor que teve como consequência o reaparecimento dos jornais mais populares de caráter meramente noticiosos, que possuíam linguagem acessível, não seguindo um ideário político, nem público-alvo específico.

Luís Manuel Almeida (2020), em recente pesquisa sobre o tema, vai na mesma direção, acrescentando alguns pontos que nos parecem bastantes relevantes como a relação dos literatos com as práticas jornalísticas, o aumento da capacidade da circulação das notícias, por conta de diversos avanços de natureza tecnológica e a articulação com o mercado editorial brasileiro. Nessa linha de pensamento, o autor comenta que

O desenvolvimento da imprensa periódica portuguesa, na segunda metade do século XIX, conheceu um curso extraordinário para o qual contribuíram, em nossa opinião, três fatores relevantes: o primeiro deveu-se ao fato de as personalidades literárias portuguesas serem ao mesmo tempo jornalistas. O segundo, ao desenvolvimento dos serviços que facilitam a circulação dos periódicos e, em terceiro lugar, a sua abertura a públicos mais vastos, a nível nacional e intercontinental, entre populações que falavam em português, designadamente no espaço territorial brasileiro.<sup>419</sup>

De fato, na imprensa classificada pelos autores como “romântica”, os jornais não se dirigiam a todo o público: eram jornais de facção, ou de partido, veiculavam uma ideologia muito precisa, tinham um pequeno número de leitores – apenas aqueles que se identificavam com o combate político ou ideológico veiculado pelo jornal – e por isso tendiam a desaparecer rapidamente.

---

<sup>418</sup> BAPTISTA, Carla e SOUSA, Jorge Pedro (orgs.). *Para uma história do jornalismo em Portugal*. Lisboa: ICNOVA, 2020; PENA RODRÍGUEZ, A. *Historia del periodismo portugués*. In: PIZARROSO QUINTERO A. *Historia de la Prensa*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1994; TENGARRINHA, José Manuel. *A Imprensa... op. cit.*; (et al.)

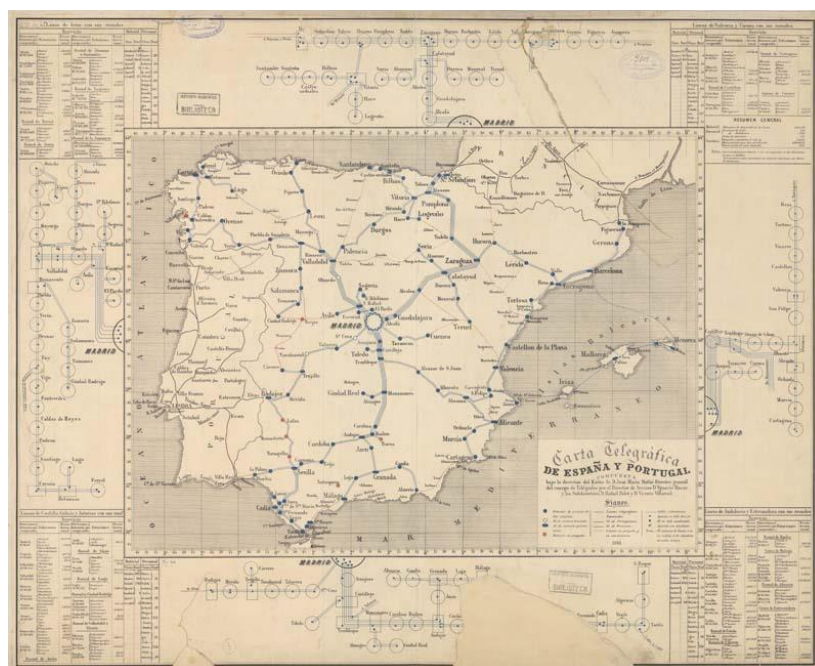
<sup>419</sup> ALMEIDA, Luís Manuel. *O Brasil na imprensa portuguesa (1850-1893)*. Lisboa: Lisbon International Press, 2020, p. 57.

Aos poucos isso vai mudando, alguns jornais irão se adaptar à nova realidade, acompanhar os novos formatos, as novas linguagens e admitir as novas tecnologias de impressão, de reprodução de recursos imagéticos, de logística e da divisão e especialização do trabalho nas repartições jornalísticas, além de receberem investimentos de agentes privados e governamentais, como o caso emblemático do *Comercio do Porto*, periódico fundado em 1854, que trouxe consigo características desse momento de transformação da imprensa periódica portuguesa.

Certas questões estruturantes do próprio território português também começaram a ser resolvidas, no que tange aos aspectos de fluxo de pessoas e de informações, como bem salienta Regina Gouveia (2009) ao comentar o incremento nas redes ferroviárias e articulação dessas estruturas com a rede de telégrafos elétricos que, inclusive, articulou, paulatinamente, Portugal com toda a Europa. Interessante pensar que o próprio fluxo contínuo de informações que o telégrafo possibilitou, influenciou diretamente a fragmentação das notícias em segmentos menores e mais frequentes.

Portugal inicia também a era da modernização com a inauguração de vias ferroviárias internas e de ligação a Espanha (1863) e a entrada em funcionamento do telégrafo, que permitiram a melhoria do correio diário, maior difusão e rapidez na circulação das notícias e das ideias.<sup>420</sup>

**Figura 33.** Carta Telegráfica de Portugal e Espanha (1861)



**Fonte:** Catálogo da Exposição “150 años Aniversario del Telégrafo en España”, p. 135.

<sup>420</sup> GOUVEIA, Regina. *A Interação entre o Universo Político e o campo da Comunicação A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*. Covilhã:Universidade da Beira Interior, 2009, p.34.

Tengarrinha, igualmente, aponta como a grande referência para essa imprensa que estava a mudar, um dos periódicos analisados nessa tese, o jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa, fundado em 1865, que o autor considera como o primeiro jornal português da denominada “fase industrial”, de grande tiragem, essencialmente noticioso e sem filiação partidária, como salienta o autor ao citar a própria linha editorial do jornal em seu lançamento

(...) interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas, e compreensível a todas as inteligências (...). Eliminando o artigo de fundo, não discute política nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor.<sup>421</sup>

Entretanto, essa pretensa mudança inaugurada pelo *Diário* teve seus críticos. Ao querer agradar ao maior número de leitores, havia quem entendesse que o periódico lisboeta transigia com o mau gosto literário e lisonjeava a mediocridade. Dentre eles, muitos pertencentes da “Geração de 70”, citaremos Antero de Quental, à época, tipógrafo em Lisboa, para quem seus jornalistas eram “bonzos”, os editores desses periódicos, “bárbaros” e a opinião pública que os consumia, um “vulto escuro que interpõe a sua forma confusa entre a verdade e os homens”<sup>422</sup>. Para lá do desprezo com que olhava para os jornalistas do seu tempo, Antero de Quental via na opinião pública um “monstro moderno” que se exprimia através da imprensa, “sua boca”.

Escrevia ele, à época, ao seu amigo Henrique das Neves, de Ponta Delgada: “Não lendo ninguém senão o que lhe agrada, o público nunca favorecerá senão o que estiver à sua altura e por isso o jornal para durar será sempre o espelho lisonjeiro do público e não o seu severo mestre”<sup>423</sup>.

Claro que essa mudança de linha editorial não se fez de forma estanque e o próprio *Diário de Notícias*, contrariando seus princípios editoriais abertamente propagadas, de informações apolíticas e de curtas matérias informativas, vez por outra, se rendeu às notícias mais complexas e de caráter político.

Por exemplo, no que tange ao conflito por nós estudado nessa tese e seus reflexos na imprensa portuguesa, é notório a posição que o jornal adotou francamente a favor do

---

<sup>421</sup> TENGARRINHA, José Manuel. *A Imprensa... op. cit.*, p. 215.

<sup>422</sup> QUENTAL, Antero de. *Prosas da época de Coimbra*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982, p. 136.

<sup>423</sup> *Idem, Cartas (vol. II)*. Organização, prefácio e notas de Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

Brasil, diversas vezes transcrevendo em suas folhas farta documentação, vindas do Rio de Janeiro, sobre a Guerra do Paraguai, como vemos na publicação da capa, de 22 de dezembro de 1868, em texto intitulado “NOTÍCIAS DO BRASIL”, onde lamenta a derrota dos Aliados e revela-nos o interesse pelo assunto entre seus leitores

São muito más as notícias da guerra do Paraguai. Os aliados tentaram fazer um reconhecimento sobre Villeta em 15 de novembro, sendo infelizmente rechaçados com consideráveis perdas, avaliadas em 1.500 homens. Três couraçados brasileiros tentaram passar Angostura, mas foram também infelizes, sofrendo graves avarias. Estas notícias causaram na praça do Rio de Janeiro grande desalento. Em Lisboa, não causarão menos.<sup>424</sup>

Certamente, todas essas características e transformações que só o distanciamento temporal nos permite categorizar anos depois, conviviam umas com as outras, entre avanços e retrocessos, tão comuns quando nos permitimos observar, mas detidamente, um período específico.

Nesse sentido, também se mostram marcantes os reflexos que a interação entre a imprensa e os literatos trouxeram tanto para a produção jornalística, quanto para a literatura portuguesa. Não à toa, é nesse contexto, que se inaugurou a primeira fase do Realismo Português que se serviu dessa imprensa como suporte às suas primeiras manifestações veiculadas, majoritariamente, nos periódicos em circulação.

Vários desses jovens intelectuais literatos da chamada “geração nova” trabalhavam nos jornais de época como o próprio Antero de Quental, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Camillo Castelo Branco, entre outros, muitos como articulistas, mas, também, como tipógrafos, editores, tradutores, especializações que essa nova “empresa” passava a ter. De certo, o corte histórico proposto nessa pesquisa vai encontrar muitos desses importantes escritores nos seus primeiros anos de produção intelectual, apesar de já bastante ativos, como o exemplo, onde muitos deles se envolveram na “Questão Coimbrã”<sup>425</sup>, ocorrida em 1865.

Na complexidade do cenário para se analisar as notícias da Guerra do Paraguai veiculadas no jornais portugueses pesquisados, creio que outro ponto importante que deva ser levado em consideração nesse estudo é a contínua cordialidade que pautava a relação bilateral do reino de Portugal com a república do Paraguai em meados do século XIX.

---

<sup>424</sup> *Diário de Notícias*, em 22 de dezembro de 1868.

<sup>425</sup> Importante movimento intelectual português que marcou o início da ruptura entre duas tendências artística e duas gerações de escritores portugueses: os românticos de um lado e os realistas de outro.

Por exemplo, em 5 de janeiro de 1863, o presidente Francisco Solano López acusou o recebimento da notificação, expedida em 10 de outubro de 1862, do casamento de D. Luís I e Maria Pia de Sabóia, ocorrida quatro dias antes. O mandatário paraguaio respondeu ao monarca português que “siento intimamente complacido por tan feliz acontecimento y hago fervientes votos por la prosperidade de vuestra Majestad.”<sup>426</sup>

Ainda evidenciando essas misuras diplomáticas entre os governos, em 29 de janeiro de 1864, o chefe da Legação de Portugal em Montevidéu, Leonardo de Souza Leite Azevedo, que respondia como um chefe de todos os países da bacia do Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai) encaminhou ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, o Duque de Loulé, um ofício do próprio Solano López cumprimentando o rei D. Luís I pelo nascimento do herdeiro do trono português, o Príncipe Carlos Fernando.<sup>427</sup>

Em ofício anterior, datado de 20 de janeiro de 1864, também encaminhado pela embaixada de Montevidéu a Lisboa, o presidente paraguaio Francisco Solano López havia acusado o recebimento do comunicado do nascimento do herdeiro, ocorrido em 28 de setembro de 1863, afirmando que “es para mi motivo de viva satisfacció.”<sup>428</sup>

Analisando a documentação diplomática do período, percebe-se que desde o ano de 1863, o cônsul geral em Assunção, Francisco José Correia Madruga, vez por outra, insistia na necessidade de que fosse formalizado um tratado de amizade e comércio permanente com o Paraguai.

Mesmo depois de iniciada a guerra, o cônsul Francisco Madruga ainda emitiu um ofício diretamente ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé, em 26 de março de 1865, aproveitando que estava temporariamente em Buenos Aires, na capital argentina, dizia ele para “encarecer a urgência que tem o governo de sua Majestade de fazer um tratado com esta república”. Afinal, de acordo com o representante português, havia muitos interesses em jogo naquele contexto beligerante e a conjuntura que se apresentava era preocupante, referindo-se aos portugueses que estavam a bordo do vapor

---

<sup>426</sup> Cartas protocolares de Príncipes, Cardeais e Presidentes da república, séculos XVIII, XIX e XX. Caixa 4 – Maço 49 (C5M6), AHD-MNE.

<sup>427</sup> Ofício de 29 de janeiro de 1864, do chefe da Legação de Portugal em Montevidéu, Leonardo de Souza Leite Azevedo, que respondia como um chefe de todos os países da bacia do Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai), ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé, Caixa nº 788, AHD-MNE.

<sup>428</sup> Cartas protocolares de Príncipes, Cardeais e Presidentes da república, séculos XVIII, XIX e XX. Caixa 4 – Maço 49 - C5M6 - do AHD-MNE.

brasileiro Marquês de Olinda, apresado pelas forças paraguaias desde novembro do ano anterior, em 1864. Assim esclarece a gravidade da situação:

Hoje, mais do que nunca, urge aquele tratado pela guerra entre este país (Paraguai) com o Brasil e mais os Estados vizinhos. O governo desta república invadiu a província do Mato Grosso. [...] A falta daquele tratado prejudica muito nosso comércio e mesmo a segurança individual dos súditos de S.M.<sup>429</sup>

No mês seguinte, em novo relato ao Duque de Loulé, suas esperanças se desvaneciam pelo avanço das operações militares no Prata:

A falta de um tratado que há tanto tempo estou pedindo para se fazer tem posto este consulado em bastantes dificuldades. [...] E quando se quiser efetivar já será tarde, já que este governo (Paraguai) talvez não se possa ocupar disso pelas circunstâncias acima ponderadas.<sup>430</sup>

O futuro mostrou que as apreensões do cônsul Francisco Madruga não eram infundadas. O quadro ainda seria agravado pelo envolvimento de um funcionário do consulado português em Assunção, seu genro e substituto José Maria Leite Pereira, numa conspiração contra o presidente paraguaio, que uma vez descoberta, determinou funestas consequências para todos os seus integrantes, bem como, para toda a colônia portuguesa no Paraguai, como veremos, mais adiante.

### **5.1 Uma Divisão Naval Portuguesa na bacia do Prata**

O deslocamento de uma Divisão Naval Portuguesa para a região Platina, mais perto dos combates, foi solicitada oficialmente pela representação diplomática de Portugal sediada em Montevideu, entretanto, já vinha sendo reclamada constantemente pela imprensa portuguesa desde os agravamentos das relações e das primeiras escaramuças militares entre os governos do Brasil e do Uruguai, no início do ano de 1864.

Com efeito, a presença portuguesa na região, desde a época da expansão marítima, em fins do século XV e início do século XVI, bem como, a longa ligação estabelecida no Antigo Sistema Colonial<sup>431</sup> com aquela estratégica localidade, tinha como consequência a permanência de súditos portugueses e muitos dos seus descendentes, dispersos, não só

---

<sup>429</sup> Ofício de 26 de março de 1865, do consulado português no Paraguai ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé. Caixa nº 769, do AHD-MNE.

<sup>430</sup> *Ibidem*.

<sup>431</sup> Denomina-se Antigo Sistema Colonial a um conjunto de práticas jurídicas, políticas e econômicas aplicadas posteriormente às expansões marítimas europeias, iniciadas em fins do século XV, onde procurou-se incorporar as novas terras conquistadas pelos europeus ao que convencionou chamar-se de Novo Mundo, no caso específico, do continente americano, decretando o relacionamento entre as colônias e as metrópoles.



no Brasil, mas também, em outros países da região, como na Argentina, no Paraguai e, principalmente, no Uruguai, concentrados na capital, Montevideu e em Colônia do Sacramento.

De fato, essa presença secular foi um fator de preocupação constante que permeou o comportamento diplomático do governo português no decorrer do conflito platino. Nesse sentido, apesar da suposta ligação “previsível” com o Império do Brasil no início da guerra, outros fatores deveriam ser levados em conta nesse ambiente de crise que envolviam negócios estatais, mas também, interesses individuais, no sentido de que vidas portuguesas, assim como, seus bens comerciais e propriedades, na região, estariam em riscos iminentes.

De certo, essas questões foram fundamentais para que o governo de D. Luís I, seguindo a resolução dos principais países europeus, optasse oficialmente pela neutralidade<sup>432</sup> na Guerra do Paraguai.

Mais uma vez, ressalto o papel que a confrontação entre os documentos governamentais e as versões apresentadas pela imprensa de época se apresenta como um instigante percurso investigativo e oferece-nos uma interessante possibilidade de recuperação desse acontecimento pouco pesquisado pela historiografia luso-brasileira.

Em primeiro lugar, porque o desconhecimento sobre a atuação portuguesa nesse conflito se reflete nesse silêncio bibliográfico, tanto no Brasil como em Portugal, e segue como um desafio ao pesquisador do período que se debruça mais amiúde nesse momento conturbado da América do Sul.

Curioso é que essa discrição também atinge os relatórios oficiais nos dois lados do Atlântico, especialmente em Portugal, encobrendo a maior parte das afinidades, dos desencontros e das contradições que marcaram o relacionamento bilateral entre o Império do Brasil e o reino de Portugal, entre os anos de 1864 e 1870.

---

<sup>432</sup> Os jornais portugueses analisados, de uma maneira geral, justificaram a opção oficial pela dita neutralidade. *O Commercio do Porto*, em 3 de março de 1865, publicou uma curta nota a respeito. As edições do *Commercio de Lisboa*, de 14 de março e de 16 de abril de 1865, por exemplo, noticiaram as posições da Inglaterra e da Itália, externadas logo após a intervenção brasileira no Uruguai. A primeira delas informava que “a Inglaterra não interviria na guerra entre Montevideu e o Brasil” a outra edição, se referindo ao reino da Itália anunciava que “o governo do rei Victor Manoel, através de notificação expedida em 31 de março de 1865, vai conservar a mais restrita neutralidade a respeito dos negócios da guerra, que estão dando na América Meridional entre a República do Uruguai, Paraguai e Brasil”.

Em Lisboa, no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, os dois únicos balanços gerais que marcam esse “corte histórico”, sequer mencionavam o conflito militar no Prata.

No “Relatório e Documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1867” pelo ministro Conde de Casal Ribeiro comenta-se, em suas 198 páginas, a conjuntura internacional de “graves apreensões”, se referindo às escaramuças entre a Alemanha e a Itália e a insurreição que se alastrava pelo território espanhol, mas não dispensa uma linha ao conflito platino.

Três anos depois, as 164 páginas do texto assinado pelo novo ministro dos Negócios Estrangeiros, José da Silva Mendes Leal, destacava o concílio ecumênico em Roma e pequenos incidentes diplomáticos com a Espanha. Sobre o Brasil, apenas um tema ocupava o relatório: os reflexos da Convenção Consular de 1863. Além disso, nessa publicação, o titular da pasta dos Estrangeiros exibia farta troca de correspondências com o chefe da Legação do Brasil sobre uma divergência de interpretação da Lei no Porto e o acordo celebrado posteriormente, em 23 de maio de 1867, que encerrava o assunto com a polêmica que caracterizava a aplicação das cláusulas sobre a administração das heranças de portugueses residentes no Brasil com parentes em Portugal.<sup>433</sup>

Por esse ângulo, se ficássemos limitados a esses dois importantes documentos, poderíamos inferir que a campanha brasileira no Paraguai foi acompanhada com indiferença pela nação portuguesa. Não foi o que aconteceu, como veremos adiante, descortinando essa presença militar portuguesa na região, através de farto material das notícias estampadas nos periódicos estudados.

Por agora, me concentrarei na demanda amplamente exposta na imprensa de época de uma presença militar portuguesa mais efetiva que, na prática, se concretizou com o envio de uma Divisão Naval à região conflituosa.

Ainda em novembro de 1864, o jornal *Braz Tisana*, do Porto, num dos poucos reparos ao comportamento do influente político que ocupava a pasta da Marinha no final daquele ano (e que anos mais tarde ocuparia a de Negócios Estrangeiros), queixava-se da “esquisita mania do ilustre e patriota Mendes Leal”. Diz o jornal, de acordo com a edição

---

<sup>433</sup> Ofícios diversos da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Caixa n° 788, AHD-MNE.

de 8 de novembro, que o ministro preferia enviar aspirantes “alfacinhas”<sup>434</sup> para brincar com uma esquadra no Mediterrâneo do que socorrer a colônia portuguesa no Brasil e no Rio Prata”.

As providências não tardaram muito e, menos de uma semana depois, no dia 16 de novembro, *O Commercio do Porto* confirmaria a saída em breve de três corvetas para o Brasil, publicando matéria que ratificava o desejo do governo português em proteger seus súditos residentes na região. Em texto da página 2, na seção “CORREIO DE HOJE” (Lisboa, 15 de novembro – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada apenas pela inicial M, lê-se:

Afirma-se que o governo resolvera mandar três corvetas estacionar nos portos mais importantes do Império do Brasil. A providência é muito acertada e ninguém deixara de a louvar. É sempre de grande vantagem haver um vaso de guerra português nas águas brasileiras; mas isso nunca foi tão conveniente como agora, em que os ânimos estão um pouco exaltados por um falso e fatal patriotismo, e pode dar-se a desgraçada conjuntura dos portugueses precisarem pedir o agasalho e a proteção do pavilhão das quinas. [...] Os navios que se diz devem partir para esse serviço são as corvetas Bartolomeu Dias, Infante D. João e Estefânia. A primeira deverá estacionar na baía do Rio de Janeiro, a segunda em Pernambuco e a terceira na Bahia.<sup>435</sup>

Nota-se que o correspondente estava bem-informado apontando, inclusive, os portos nos quais seriam ancorados, inicialmente como escala, os vasos de guerra: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, para depois daí, seguirem para bacia do Prata.

De fato, em matéria posterior do mesmo periódico, em 22 de novembro de 1864, se confirmaram essas informações, onde lê-se, na Seção “CORREIO DE HOJE” (Lisboa, 21 de novembro – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M: “Parece que se resolveu que as corvetas Bartolomeu Dias, Infante D. João e Estefânia, depois de terem estado no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, irão ancorar no Rio da Prata, fazendo ali estação principal.”

Mesmo assim, ainda em 4 de fevereiro de 1865, o periódico *Braz Tisana* destacaria “as cenas sangrentas que ocorreram no Sul, efetuadas pelos bárbaros

---

<sup>434</sup> Ainda hoje a expressão “alfacinha” é conhecida para designar o cidadão que reside em Lisboa. Para os habitantes do Porto, onde se editava *O Braz Tisana*, essa palavra tem evidente sentido pejorativo, associada à pouca disposição para o trabalho. Os lisboetas costumavam revidar chamando os portuenses de “tripeiros”, numa alusão, também de forma depreciativa, às preferências gastronômicas naquela cidade do Norte de Portugal.

<sup>435</sup> *O Commercio do Porto*, em 16 de novembro de 1864.

montevideanos (sic) em portugueses e brasileiros!” e demonstraria grande indignação com a ausência de navios lusitanos no porto de Montevidéu, capital uruguaia.

Ainda nessa linha, em 4 de abril de 1865, relatando a evacuação de Montevidéu, *O Commercio do Porto* lamentava que a tal divisão naval ainda não estivesse no Prata, pois a mesma, até aquele momento, se encontrava no Brasil: “É lástima que não tenhamos naquelas águas nem um vaso de guerra para proteger tantas vidas e fortunas de súditos portugueses”.

Na prática, o comando da divisão composta pelas corvetas<sup>436</sup> “Bartolomeu Dias”, “Estefânia” e “Infante D. João” foi confiado ao conselheiro e capitão Antonio Sergio de Souza, ajudante de campo do Rei D. Luís I, definido como “um dos mais bravos e inteligentes dos nossos homens do mar”, segundo o *Commercio de Lisboa*, de 31 de dezembro de 1864.

Esses navios de guerra escolhidos para a missão eram o que Portugal possuía de mais moderno. A corveta Bartolomeu Dias, que era o navio capitânia da divisão, tinha ido ao mar há poucos anos, em 1858. O navio foi construído na Inglaterra, no estaleiro Green, sendo a primeira corveta da Marinha Portuguesa com propulsão a vapor. Possuía uma guarnição de 300 homens.

Na sua viagem inaugural, foi responsável por trazer para Portugal D. Estefânia de Hohenzollem-Sigmaringen, noiva do rei D. Pedro V de Portugal. Curioso que este navio, à época, foi comandado desde a sua entrada ao serviço, pelo infante D. Luís, irmão do rei e oficial da Marinha. Por coincidência, foi em 1861 que, ao chegar a Lisboa, comandando a corveta “Bartolomeu Dias”, que D. Luís recebe a triste notícia da morte do seu irmão e a de que seria ele o novo Rei de Portugal, coroado como D. Luís I de Portugal.

---

<sup>436</sup> A categoria de “corveta” para as embarcações militares começou a ser designados no século XVIII para os navios de guerra semelhantes às “fragatas”, mas de menor dimensão. Tal como as fragatas, as corvetas tinham três mastros de velame, mas, ao contrário daquelas, não dispunham de uma bateria inteira coberta de canhões. Até nossos dias permanece a denominação de “corveta” para navios de guerra para navios de guerra dotados de armas antiaéreas e anti-submarinas.

**Figura 33.** A corveta Bartolomeu Dias ancorada no rio Tejo, Portugal (s.d.)



**Fonte:** Acervo digital do Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa.

A outra corveta, denominada “Infante D. João”, era mais nova ainda que a Bartolomeu Dias, de construção nacional, foi lançada à água no Arsenal da Marinha de Lisboa, em julho de 1863. Apesar de ser totalmente de madeira, em janeiro de 1864, foi enviada também à Inglaterra de forma a meter um aparelho propulsor à vapor. Sua guarnição era constituída de 77 homens e possuía 12 peças de canhão.

Por último, compondo esse conjunto de três belonaves, havia a corveta Estefânia lançada ao mar em 1859. Era armada com 18 peças de canhão de 32 mm e possuía uma guarnição de 180 tripulantes, entre oficiais, sargentos e praças. Já havia tomado parte numa expedição que teve por destino Angola e, desde 1862, fazia parte de uma força naval ancorada permanentemente no rio Tejo, em Lisboa, nomeada de Divisão Naval de Reserva, quando então foi convocada a compor a força naval que iria para a região Platina, palco dos combates da Guerra do Paraguai.

Certamente, nesse cenário de grave crise estabelecido, o envio dessa divisão naval para a América do Sul, diante da intervenção brasileira no Uruguai e da subsequente escalada do conflito para uma guerra de maiores proporções, apenas repetia o procedimento usual de outras potências europeias (como a Itália, a França e a Inglaterra), todas com navios de guerra na região, visando proteger seus cidadãos em zonas conflagradas, num movimento militar conhecido como dissuasão.

Fato é que na chegada da divisão naval portuguesa ao Brasil, D. Pedro II fez questão de cumprimentar pessoalmente seu sobrinho, o Duque de Penthièvre, antigo

pretendente da mão da sua filha, a Princesa Isabel<sup>437</sup>, que servia na corveta “Bartolomeu Dias” como 2º tenente.

Entretanto, o que se destaca nas reportagens que acompanharam o itinerário marítimo dessa divisão naval deslocada para a guerra nesses primeiros anos do conflito é que as embarcações portuguesas estiveram mais presentes no litoral brasileiro, atendendo a pedidos pontuais dos consulados nas províncias e da Legação no Rio de Janeiro, do que efetivamente na bacia do Prata, de maneira que, já no fim daquele ano, a divisão recebeu nova missão: se dirigir para África com a denominação de Divisão Naval de Angola<sup>438</sup>.

Tanto que, em 2 de agosto de 1865, o periódico *O Commercio de Lisboa* noticiava, que em 29 de junho, havia retornado proveniente da região de guerra as três corvetas portuguesas para os portos do Rio de Janeiro. A partir daí esses navios foram deslocados para outras missões mais administrativas e corriqueiras, como o contínuo traslado de autoridades portuguesas do Brasil para Portugal. Entre tantos casos reportados com esse teor temos, em 8 de outubro de 1865, na Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO (Do nosso correspondente)", a seguinte informação: "Lisboa, 7 de outubro, às 2h30m da tarde. Na corveta Estefânia, chegada do Brasil, veio o sr. José Henriques Ferreira, cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro".

De fato, a presença dessa força naval na conturbada bacia Platina havia sido reivindicada pelo chefe da Legação de Portugal em Montevidéu, Leonardo de Sousa Leite

---

<sup>437</sup> Pierre de Orléans, Duque de Penthièvre foi um príncipe francês que recusou se casar com a filha do Imperador Dom Pedro II: “Em setembro de 1863, o Imperador do Brasil escreveu uma carta ao seu cunhado, o Príncipe de Joinville, as características que desejava aos possíveis maridos de suas filhas Dona Isabel e Leopoldina, a fim de assegurar sua sucessão: O Marido deve ser católico, de sentimentos liberais, e não ser português, espanhol, italiano, e especialmente que não seja Austríaco.”

A irmã de Dom Pedro II, Dona Francisca de Bragança, propõem ao imperador dois candidatos, o Duque de Penthièvre (filho de Francisca com o Príncipe de Joinville) e o Conde Philippe de Flandres, filho do Rei Leopoldo II da Bélgica, como possíveis maridos de Isabel e Leopoldina respectivamente. Para o soberano, os dois jovens oferecem sim, a vantagem de pertencerem a dinastias de fama liberal, para se unirem a Família Imperial Brasileira.

A Princesa Isabel declarou ao Pai que só aceitaria se casar com o seu primo-irmão, o príncipe Pierre de Orléans, Duque de Penthièvre, veterano da Guerra Civil Americana, que serviu na corveta "John Adams" do lado na União.

No entanto, o príncipe Pierre desejava mais do que tudo abraçar uma carreira na marinha, além de estar sofrendo as sequelas da malária, que o deixou quase surdo, portanto, recusou a proposta de seu tio Dom Pedro II.

Dom Pedro II ficou extremamente decepcionado com a recusa do Duque de Penthièvre em se casar com Isabel: "Lamento profundamente que seu filho não será meu genro" escreveu a sua irmã Francisca. Cf. BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. Editora UNESP: São Paulo, 2005.

<sup>438</sup> Vide: ESPARTEIRO, Antonio Marques. *Catálogo dos Navios Brigantinos (1640-1910)*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha, 1976.

e Azevedo, o Barão de Sousa, desde 14 de agosto de 1864, através do ofício nº 25, redigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o Duque de Loulé<sup>439</sup>, logo, foi preciso também circunscrever, oficialmente, qual seria sua missão a fim de não desviar da atribuição recebida, evitando qualquer constrangimento ou prejuízo diplomático para Portugal.

Assim, em ofícios, com o mesmo teor, remetidos pelo Duque de Loulé às Legações do Rio de Janeiro e de Montevidéu, estavam definidos os objetivos da tal missão naval:

Deve zelar pelo direito dos portugueses e estrangeiros neutros e impedir que as forças brasileiras se afastem do que pelo direito internacional lhes for permitido, mas também observar **a mais estrita neutralidade** nas questões pendentes entre esse Império e a dita República (Uruguai).<sup>440</sup> (Grifo nosso)

Apesar de todo esse alarde e atenção observados na imprensa portuguesa, podemos dizer que a divisão naval teve vida efêmera e, em 31 de dezembro de 1865, menos de um ano depois de sua chegada, *O Commercio do Porto* em texto da capa, intitulado "Viagem da divisão naval portuguesa ao Brasil e Montevidéu" transcreveu relatório do capitão de mar e guerra, o conselheiro Antonio Sergio de Souza, sobre a viagem ao Brasil e ao Prata da divisão naval sob o seu comando, composta das corvetas Bartolomeu Dias, Estefânia e D. João, "que há poucos dias regressaram a Lisboa", publicado no *Diário de Lisboa*, em 29 de dezembro.

Interessante verificar que dois movimentos ocorreram simultaneamente: enquanto a imprensa lusitana tratou de mostrar a necessidade da presença da divisão naval portuguesa no continente sul-americano, os diplomatas de Portugal se empenharam em atenuar o impacto das notícias sobre distúrbios envolvendo seus conterrâneos em solo brasileiro nesse momento tão instável que lembravam alguns graves casos de antilusitanismos do período pós independência<sup>441</sup>, o que poderia, ainda mais, justificar a permanência de tal força no Brasil.

Analisando mais detidamente as trocas de correspondências diplomáticas, percebe-se que a narrativa preponderante em favor do Império do Brasil não foi

---

<sup>439</sup> Ofício nº 25, de 14 de agosto de 1864, do chefe da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé. Caixa nº 544, AHD-MNE.

<sup>440</sup> Ofícios diversos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal às legações portuguesas da Corte do Rio de Janeiro e de Montevidéu. Caixa nº 544 (Livro nº 30) e Caixa 788 (Livros nº 45), AHD-MNE.

<sup>441</sup> Cf. SOUZA, Ricardo Luiz. O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade. Revista Politeia: Hist. E Soc., Vitória da Conquista (BA), v. 5, n. 1, p. 133-151, 2005.

conseguida harmoniosamente. Aqui entra em cena o chefe da Legação Portuguesa em Montevideu, Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, que não escondia sua antipatia pelo Império brasileiro. Ele foi o tal diplomata que enviou o ofício nº 40, em 28 de outubro de 1865, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Conde de Castro, acusando grandes prejuízos financeiros aos seus compatriotas, quando da intervenção brasileira no Uruguai, observando ainda que “as reclamações foram comprovadas e justificadas competentemente.”<sup>442</sup>

Antes disso, no final de 1864, em 29 de dezembro, através de outro ofício diplomático já havia denunciado que o general brasileiro Antônio de Souza Neto havia entrado no Uruguai, com forças vindas do Rio Grande do Sul, “ao serviço do general Venâncio Flores, e compelira muitos estrangeiros habitantes no Departamento de Tacuarembó, principalmente portugueses, a tomar as armas<sup>443</sup>”. Para uma melhor compreensão dessas acirradas discussões diplomáticas que se seguiram durante a Guerra do Paraguai é importante termos em mente as constantes mudanças, principalmente em Portugal, dos ministros dos Negócios Estrangeiros no período analisado, como veremos na tabela a seguir:

**Tabela 8:** Relação temporal entre o corpo diplomático de Portugal e suas representações diplomáticas (Legações) no Rio de Janeiro (Brasil) e Montevideu (Uruguai)

<b>Anos de guerra (de novembro de 1864 a março de 1870)</b>	<b>Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal</b>	<b>Chefe da Legação Portuguesa no Rio de Janeiro (Brasil)</b>	<b>Chefe da Legação Portuguesa em Montevideu (Uruguai)</b>
De novembro de 1864 a 17 de abril de 1865	Duque de Loulé	José de Vasconcellos e Sousa	Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão de Sousa
De 18 de abril de 1865 a 4 de setembro de 1865	Conde de Ávila	José de Vasconcellos e Sousa	Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão de Sousa
De 5 de setembro de 1865 a 9 de maio de 1866	Conde de Castro	José de Vasconcellos e	Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o

<sup>442</sup> Ofício nº 40, de 28 de outubro de 1865, da Legação de Portugal em Montevideu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, conde de Castro. Caixa nº 544, Livro nº 30, AHD-MNE.

<sup>443</sup> Ofício nº 52, de 29 de dezembro de 1864, da Legação de Portugal em Montevideu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Duque de Loulé. Caixa nº 544, Livro nº 30, AHD-MNE.



		Sousa	Barão de Sousa
De 10 de maio de 1866 a 4 de janeiro de 1868	Conde de Casal Ribeiro	José de Vasconcellos e Sousa	Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão de Sousa
De 5 de janeiro de 1868 a 22 de julho de 1868	Conde de Ávila	José de Vasconcellos e Sousa	Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão de Sousa
De 23 de julho de 1868 a 18 de novembro de 1868	Carlos Bento da Silva	José de Vasconcellos e Sousa	Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão de Sousa
De 19 de novembro de 1868 a 11 de agosto de 1869	Marquês de Sá da Bandeira	Fausto de Queiroz Guedes / Mathias de Carvalho Vasconcellos (interino)	Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão de Sousa
De 12 de agosto de 1869 a 20 de maio de 1870	José da Silva Mendes Leal	Mathias de Carvalho Vasconcellos	Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão de Sousa

Entretanto, é interessante notar que essas trocas não interferiram na coerência da política externa portuguesa para região, bem como, no contínuo e fraterno alinhamento ao discurso brasileiro em relação à condução e à legitimidade da ação militar. Isso pode ser observado também por conta dos novos cargos ocupados pelos ex-ministros que saíram desta pasta: geralmente a chefia do governo como presidente do Conselho de Ministros, foi assim com o Duque de Loulé, o Conde de Ávila e o Marquês de Sá da Bandeira.

Igualmente, nunca foi afetada a oficial neutralidade diplomática adotada pelo reinado de D. Luis I com relação à guerra em si, assim como se permitiu a existência de sérias divergências no próprio corpo diplomático português nos países envolvidos na guerra, como foi o caso da representação instalada no Uruguai, francamente a favor de Solano López, como veremos adiante.

Nesse trabalho de tentar desprestigiar a conduta do Brasil para região, o diplomata português em Montevideu já havia denunciado que durante o bombardeio brasileiro da cidade uruguaia de Paissandu, ocorrido em de 31 de dezembro de 1864, na intervenção

no Uruguai contra o governo do Partido Blanco, 14 portugueses se sentiram lesados e haviam lhe pedido auxílio diplomático.

Em 24 de abril de 1865, cobrou do então ministro dos Negócios Estrangeiros, o Conde de Ávila, o resultado do encaminhamento da questão pela Legação do Rio de Janeiro, visto que essa informação vinda da região Platina, passava antes pelo escritório instalado na capital brasileira. Em 30 de maio, receberia um ofício de Lisboa com uma informação lacônica que encerrou o assunto: “A resposta do Imperador D. Pedro II satisfaz.”<sup>444</sup>

Bem mais graves foram as acusações de abusos cometidos pelas tropas brasileiras comandadas pelo Marquês de Caxias depois da ocupação de Assunção, capital paraguaia, em janeiro de 1869. Mais uma vez, as denúncias partiram da mesma Legação de Portugal em Montevidéu. Através do ofício nº 6, de 28 de janeiro, Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, já ostentando o título de Barão de Sousa, informou ao ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, agora o Marquês de Sá da Bandeira, que “corre aqui como certo que na cidade de Assunção, capital do Paraguai, os brasileiros saquearam as casas sem distinção depois que ali entraram sem resistência<sup>445</sup>”.

Entre as residências despojadas estava a de seu subalterno, o cônsul-geral português em Assunção, Francisco José Correia Madruga, que teve inclusive o cofre da sua casa arrombado. Em 14 de fevereiro, o agora Barão de Sousa escreveu ao mesmo ministro que “pelos jornais que aqui se publicam, e por cartas particulares, se confirma a notícia de saqueios feitos na capital da dita República pelas tropas brasileiras<sup>446</sup>”.

No ofício nº 13, de 13 de março de 1869, ele reiterou as acusações e acrescentou que a casa do gerente do consulado, José Maria Leite Pereira, que substituiu Francisco Madruga de novembro de 1865 até junho de 1868<sup>447</sup>, também havia sido arrombada<sup>448</sup>. Quinze dias depois, em 28 de março de 1869, o chefe da Legação em Montevidéu fez um

---

<sup>444</sup> Ofício nº 53, de 30 de maio de 1865, do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o conde de Ávila, a Legação de Portugal em Montevidéu. Caixa 788, AHD-MNE.

<sup>445</sup> Ofício nº 6, de 28 de janeiro de 1869, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês de Sá da Bandeira. Caixa nº 789, AHD-MNE.

<sup>446</sup> *Ibidem*.

<sup>447</sup> Em junho de 1868, José Maria Leite Pereira asilou-se na Legação norte-americana, suspeito de estar envolvido numa conspiração contra o presidente paraguaio Francisco Solano López. Após forte pressão das autoridades guaranis, ele saiu, em meados de julho, e foi imediatamente detido. Levado para San Fernando, seria executado – como muitos outros acusados – em 21 de dezembro de 1868.

<sup>448</sup> Ofício nº 13, de 13 de março de 1869, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês de Sá da Bandeira. Caixa nº 789, AHD-MNE.

relato pormenorizado ao ministro Sá da Bandeira do episódio, baseado em depoimento que lhe dirigiu Francisco José Correia Madruga, após seu regresso à Assunção.

Um dos trechos da correspondência diplomática mostrava a dimensão do problema:

(...) participando-me que encontrou a sua casa completamente saqueada pelas forças brasileiras, bem como o arquivo do consulado e os seus papéis particulares, que estavam fechados no cofre de ferro, que era dos melhores, e mais forte neste gênero, o qual foi arrombado pelo fundo, por maquinistas de bordo dos vapores de guerra imperiais em presença de oficiais; que o saqueio de sua casa, e da cidade em geral, foi consentido e autorizado pelo general em chefe e oficiais; que nos seus armazéns nada encontrou; que perdeu oito mil arrobas de fumo...<sup>449</sup>

O Barão de Sousa voltaria ao tema em outras correspondências, durante todo aquele ano, mas desta vez não estaria exagerando. A maior evidência disso seria o ofício nº 89, de 7 de agosto de 1869, enviado pelo chefe interino da Legação no Rio de Janeiro, Fausto de Queiroz Guedes, ao ministro Sá da Bandeira, afirmando que “hoje é fato averiguado o saque praticado pelo exército brasileiro<sup>450</sup>”, apesar das negativas do ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros, Barão de Cotegipe, em relatório encaminhado à assembleia geral legislativa e que já havia sido remetido para Lisboa. “Do referido relatório verá V. Excia. que o governo imperial recebeu já pelo mesmo motivo reclamações da França, da Itália, e dos Estados Unidos”, observou Fausto Guedes.

Mas, surpreendentemente, as referências às denúncias quanto a má conduta da guerra por parte do Império eram raras na imprensa lusitana. *O Commercio do Porto* estampou na capa de sua edição de 12 de março de 1869 o texto intitulado “O exército brasileiro na guerra do Paraguai”, reproduzindo longa exposição do governo brasileiro, publicado no Diário Oficial do Império, que rebatia todas as acusações, já divulgadas por jornais argentinos. Na apresentação do material, o redator do *Commercio do Porto* enfatizava “que pela seguinte correspondência se vê que tais arguições são infundadas”.

Essa predileção pela narrativa brasileira da condução do conflito certamente não foi adotada de maneira despretensiosa e natural, nem pelo governo português, nem pela imprensa de época que cobria a guerra, pelo contrário, foi uma escolha política, orientada

---

<sup>449</sup> *Ibidem*.

<sup>450</sup> Ofício nº 89, de 7 de agosto de 1869, da Legação da Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês Sá da Bandeira. Caixa nº 212, AHD-MNE.

e executada por diversos atores que possuíam interesses diversos e afinidades com a causa brasileira.

## **5.2 O papel da diplomacia portuguesa nas escolhas das notícias que chegavam a Portugal sobre a guerra em curso**

Com efeito, o Brasil precisava construir e manter uma imagem favorável na Europa de quem seria o detentor de uma narrativa que legitimasse o uso das armas na bacia do Prata. É nesse espectro que o jornalismo português propagou narrativas e sedimentar entendimentos sobre o conflito para todo o continente europeu.

A imprensa e a prática jornalística constituíram-se em importantes instrumentos, extremamente úteis à ação diplomática brasileira e aos interesses políticos e econômicos que a impulsionavam, mesmo refletindo a complexidade e, por vezes, as contradições existentes no âmbito do círculo governamental brasileiro e a frágil aliança que conduziam à guerra. É nesse contexto que Portugal teve um papel fundamental na disseminação do discurso brasileiro para todo Velho Continente.

No entanto, como adiantamos, o alinhamento entre os governos brasileiro e português não foi assim tão automático, lembremos, uma vez mais, que Portugal, assim como todos os países europeus, se declarou oficialmente “neutro”, posição esta que perdurou durante todos os mais de cinco anos do conflito.<sup>451</sup>

Assim, o que as documentações diplomáticas de época nos revelam é um intenso embate entre as embaixadas portuguesas do Rio de Janeiro e a de Montevideú, cada uma se alinhando a um lado do conflito e tentando influenciar diretamente o posicionamento do governo português como um todo.

Não por acaso, o chefe da Legação de Portugal no Brasil, instalado na capital, na Corte do Rio de Janeiro, bastante relacionado com o governo brasileiro de D. Pedro II, remetia, constantemente, farta documentação e publicações jornalísticas sobre a guerra para seus superiores em Lisboa, principalmente as edições do *Jornal do Commercio* e

---

<sup>451</sup> Ofícios diversos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal às legações portuguesas da Corte do Rio de Janeiro e de Montevideú. Caixa n° 544, Livros n° 30 e 45, AHD-MNE.

*Diário do Rio*, que eram acompanhadas de pareceres dessa legação, francamente favoráveis ao Brasil.<sup>452</sup>

Nesse sentido, os periódicos brasileiros formavam a base do noticiário não só português, mas, como consequência, de toda a Europa, graças a posição estratégica ocupada por Lisboa, nessa complexa rede de circulação de notícias vindas da América do Sul para a Europa, propiciando assim que a perspectiva brasileira sobre a guerra ganhasse a cobertura jornalística necessária, por intermédio da imprensa d'além-mar.

Essa capilaridade periodista começava mesmo internamente em Portugal, entre suas principais cidades. Em 12 de novembro de 1865, *O Commercio do Porto* noticiava, na página 3, na Seção “Telegrafia ao Commercio do Porto”, importantes notícias provenientes de Lisboa, tendo como base informações trazidas por um navio francês. Nesse detalhe, percebemos a utilização de uma importante inovação tecnológica de época, o telégrafo elétrico, que desde 1856, ligava, em fio direto, essas duas importantes cidades portuguesas: Lisboa e Porto.

Lisboa, 11, à 1h. e 47m. da tarde. Chegou o paquete da carreira do Brasil, vindo do sul. Idem, 12, à 1h. e 25m. da madrugada. Os passageiros do paquete Navarre, chegado ontem dos portos do Brasil, dizem que o empréstimo de três milhões de libras estava feito, esperando-se que o governo contratasse outro brevemente. A notícia do novo empréstimo causou má impressão na praça. Não havia notícias do Paraguai. O Imperador já tinha saído para o Rio de Janeiro. O câmbio sobre Londres era de 25 e meio.<sup>453</sup>

Continuava na mesma edição, agora em nota intitulada "BRASIL", introduzindo as informações comerciais do Império, onde registrava a rapidez da viagem do paquete francês *Navarre*: "Chegou três dias mais cedo do que se esperava, parece-nos que desde que se acha estabelecida a carreira dos paquetes para o Brasil **é esta uma das viagens mais rápidas que se tem feito. Foi de 17 dias.**"<sup>454</sup> (grifo nosso)

Como podemos perceber, a parada em Lisboa com as notícias “mais frescas”, sobre o desenvolvimento do conflito independiam da bandeira dos navios, pois eles obrigatoriamente aportavam na capital portuguesa, por questões logísticas, após 20 ou até

---

<sup>452</sup> Ver Caixas 207 a 213 e 788 – 789 do AHD-MNE. Importante ressaltar que a Caixa de nº 208 (que corresponde ao ano de 1865) não está microfilmada no acervo consultado, as “películas” saltam do nº 207 (ano de 1864) para o nº 209 (ano de 1866).

<sup>453</sup> *O Commercio do Porto*, de 12 de novembro de 1865.

<sup>454</sup> *Ibidem*.

40 dias no mar! Nota-se que nesse caso, em especial, a viagem foi tão rápida que mereceu destaque no jornal.

Eis outro exemplo, este publicado n’*O Campeão das Províncias*, de Aveiro, em 13 de outubro de 1869, já na fase final da guerra, na “Seção de Notícias”, citando, nesse caso, que as informações são provenientes de um navio inglês, o *Southampton*, onde lê-se:

O vapor correio de Southampton trouxe notícias relativas à guerra do Paraguai e por elas se vê que a guerra ainda não está concluída, como afirmam alguns jornais brasileiros. López, é verdade, sofreu várias derrotas, mas não abandona o campo, e com o resto de suas forças prossegue em retirada, mas defendendo-se com selvagem valor, e ocupando posições fortificadas. [...] Outras notícias trouxe o correio da América do Sul. O Congresso de Buenos Aires resolvera pela sua parte por termo à guerra contra a qual clama todo o país argentino, retirando o contingente de tropas da República, e já tinha chamado a Guarda Nacional de Buenos Aires, que se encontrava no teatro da guerra. A guerra contra o Paraguai custou já 189.840 homens aos aliados e 66.888.000 libras esterlinas. Só o Brasil perdeu 168.000 homens e 56 milhões de libras. [...] É para sentir se são verdadeiras estas notícias na parte que diz respeito à guerra do Brasil.<sup>455</sup>

Procuro evidenciar esse papel central que Portugal, e a cidade de Lisboa, especificamente, possuíam nessa rede de produção e circulação de notícias vindas da América do Sul, porque, a partir daí, podemos ressaltar, nesse complexo jogo de interesses, a preponderância da força política da Legação Portuguesa do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro e principal representação diplomática fora de Portugal, no envio das notícias sobre a Guerra do Paraguai.

Tão forte era o poder da embaixada portuguesa no Rio de Janeiro que ela, servindo-se da sua posição estratégica, de ser uma espécie de passagem obrigatória das correspondências de outras legações da bacia do Prata (antes do envio dos malotes para Lisboa), que muitas vezes, ela controlava àquelas informações que poderiam ou não seguir destino para Portugal.

Ao analisar essa farta documentação diplomática trocada entre essas autoridades fica evidente que Portugal já acompanhava os passos do governo brasileiro na bacia do Prata muito antes do estouro da Guerra do Paraguai, ocorrido em novembro de 1864. Antevendo o conflito, através do ofício de 7 de abril de 1864, o chefe da Legação Portuguesa no Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa, anunciava que uma eminente

---

<sup>455</sup> *O Campeão das Províncias*, em 13 de outubro de 1869.

intervenção militar brasileira na região estava à vista e prometia manter o governo português informado sobre o assunto.<sup>456</sup>

Na verdade, frequentemente, interesses dos súditos brasileiros e portugueses residentes nos países platinos de tradição espanhola estavam alinhados, particularmente pela constante dicotomia de como eram vistos pelos naturais, com relação à língua (o português e o castelhano) e a forma de governo (a monarquia e a república).

Abundante documentação diplomática de época corrobora com essa tese, revelando ainda o papel central que as notícias dos jornais possuíam para esses homens que, ao trocarem informações e impressões pessoais sobre os últimos acontecimentos geopolíticos desenvolvidos na bacia do Prata, anexavam abundante documentação jornalística aos seus superiores em Portugal, a fim de comprovar e embasar seus pareceres técnicos. Certamente a escolha de quais periódicos serviriam a esse propósito foram vitais para a construção da narrativa dominante a respeito da guerra.

Em 23 de dezembro de 1864, o mesmo encarregado do Consulado Geral de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Souza, em ofício ao seu superior em Portugal, naquele momento, o Duque de Loulé, traçava um panorama da grave crise que se iniciava na região Platina, ressaltando o anúncio que o presidente paraguaio Solano López não permitiria a intervenção brasileira no Uruguai, considerando-a *casus belli*<sup>457</sup> e lembrava, ainda, que tal advertência já fizera três meses antes, em ofício, em 23 de setembro de 1864, dizendo que nesse contexto, o governo brasileiro estava consciente dos riscos que implicava o envio de tropas à região.<sup>458</sup>

Na mesma correspondência, o diplomata português previa, com aguçada percepção, um início de guerra muito difícil para o Brasil, “(...) em consequência, sobretudo, da pouca ou nenhuma defesa que poderá oferecer neste momento pelo lado do Mato Grosso, que confina com a referida república (do Paraguai), e que há de ser o alvo dos primeiros ataques do presidente López.”<sup>459</sup> Para respaldar seus prognósticos, ele

---

<sup>456</sup> *Ibidem.*

<sup>457</sup> Na terminologia militar diz-se *casus belli* (uma expressão latina) para designar um fato considerado suficientemente grave para um Estado ofendido que justifique e legitime a declaração de uma guerra justa contra um Estado supostamente ofensor.

<sup>458</sup> Ofício 58, de 23 de dezembro de 1864, da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé. Caixa 207, AHD-MNE.

<sup>459</sup> *Ibidem.*

anexou, por diversas vezes, recortes de jornais, principalmente do *Jornal do Commercio*, mas também, do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Diário Oficial do Império do Brasil*.

Articulando a diplomacia efetivamente praticada pelos diplomatas portugueses no Brasil e a circulação transatlântica de jornais, percebemos que a imprensa portuguesa, mais do que qualquer outro lugar, refletiu esse sentimento de identidade e de pertencimento existente entre essas duas nações de passado comum.

Mesmo antes do início da Guerra do Paraguai, os laços que ligavam os dois reinos e suas importantes questões diplomáticas viravam constantemente as notícias principais nos jornais portugueses. Como por exemplo, lembro, uma vez mais o importante papel desempenhado por Portugal na intermediação de paz entre Brasil e Inglaterra, no início da década de 1860, a chamada “Questão Christie”. Refiro-me aqui ao jornal *Commercio de Lisboa*, de 14 de março de 1865, em texto da página 2, na Seção “Política Estrangeira”, onde lê-se:

Mr. White perguntou no parlamento ao governo de Sua Majestade britânica se este tinha o pensamento de derogar a Lei Aberdeen (Direito dos ingleses de visitar e vigiar os navios brasileiros), e também o de restabelecer as relações amigáveis com o Brasil. Lord Palmerston declarou que o governo não tinha ideia de abolir aquela lei; porque isso importaria o facilitar o tráfico de escravatura, que os esforços do Brasil não seriam bastantes para o impedir, como sucede em Cuba, que apesar dos desejos leais do governo e do Capitão General daquela ilha, para a supressão do tráfico, não pode conseguir-se o fim, pela venalidade e corrupção de seus subordinados. **Mas acrescentou o mesmo Lord que, pela mediação de Portugal, continuavam as negociações para o restabelecimento das relações amigáveis com o Brasil.** Assegurou mais aquele ministro que a Inglaterra não intervirá na guerra entre Montevideú e o Brasil, mas representará, para evitar prejuízos aos estrangeiros ali residentes.<sup>460</sup> (grifo nosso)

Sobre o mesmo assunto, qual seja, o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra e a preponderante intermediação de Portugal nas negociações de paz, *O Commercio do Porto*, transcreveu, em 29 de maio de 1866, na íntegra, o discurso de abertura da sessão legislativa de D. Pedro II, Imperador do Brasil, no qual o governante brasileiro ressaltava a relação peculiar entre as duas nações pautada por laços de sangue, em texto de capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 8 de maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", onde lê-se:

O desagravo da honra nacional ofendida pelo presidente do Paraguai, ainda nos não consente largar as armas; alegro-me, porém, de reconhecer que tem sido incessante o concurso de todos no desempenho de tão sagrado dever. [...] Mediante a proteção da Divina Providência, e confiado no valor e disciplina

---

<sup>460</sup> *Commercio de Lisboa*, em 14 de março de 1865.



do nosso exército e armada, e dos nossos aliados, espero ver em pouco tempo terminada a guerra. [...] **Estão restabelecidas as relações diplomáticas entre o Império e a Grã Bretanha. Com sincera satisfação vos comunico este fato importante, devido em grande parte aos esforços e perseverança do augusto mediador, El-Rei de Portugal, meu muito prezado sobrinho.**<sup>461</sup>  
(grifo nosso)

Os temas diplomáticos, num período em que inexistiam organismos internacionais legitimados, capazes de arbitrar contentas e vontades dos países, eram matérias certas que propiciavam um vigoroso acompanhamento do público leitor de época.

Interessante, como já comentamos, que iniciada a Guerra do Paraguai, Portugal acompanhou a decisão das outras nações europeias, declarando-se “neutro”. Nesse intrincado cenário de crise platina, em 4 de outubro de 1865, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai, José Bergues, encaminhou uma correspondência ao chefe da Legação Portuguesa, em Montevidéu, reconhecendo a importância da política neutra de Portugal.

A documentação chegou em Lisboa apenas em 13 de novembro de 1865. Em seu teor, elogiava a postura do rei D. Luís I e assegurava que se houvesse excesso das “disciplinadas tropas paraguaias”, eventualmente atingindo interesses dos súditos portugueses que viviam na região Platina em guerra e no Paraguai, o governo do presidente Solano Lopez se comprometia em indenizar todos os prejudicados no final do conflito. “Os súditos pacíficos de sua Majestade terão a proteção das autoridades paraguaias”, anunciava o documento do confiante José Bergues e lembrava ainda, com satisfação, que Portugal “ocupando-se somente em seus negócios e interesses particulares, se mantém neutro na guerra que atualmente sustenta a República contra a Tríplice Aliança.”<sup>462</sup>

O que percebemos ao analisar essas correspondências diplomáticas trocadas entre as representações portuguesas na América e a sua chefia em Lisboa é que apesar do governo português se alinhar às posições oficiais assumidas pelas principais potências europeias, ao declarar-se “neutro” no embate militar entre o Brasil e seus aliados contra o Paraguai, ao longo do conflito, essa imparcialidade se revelou uma mera decisão

---

<sup>461</sup> *O Commercio do Porto*, em 29 de maio de 1866.

<sup>462</sup> Ofício 32, de 9 de outubro de 1865, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o conde de Castro. Caixa nº 788, AHD-MNE.

administrativa para firmar a política externa portuguesa, não correspondendo com os atos efetivamente praticados dentro e fora de Portugal em favor do Brasil.

Assim, tão forte era a relação (entre brasileiros e portugueses), que sempre essa “neutralidade oficial” não se revelou nas práticas sociais e políticas, no cotidiano entre as pessoas e os governos envolvidos diretamente no conflito, naqueles terríveis longos anos de guerra, tanto que os integrantes da Embaixada Portuguesa em Assunção, capital do Paraguai, sempre foram, primeiramente, vistos com desconfiança pelo governo paraguaio, para depois, no decorrer da guerra, serem efetivamente acusados de traição e sentenciados à morte, nos *Tribunales de Sangre*, instalados em 1868, na cidade paraguaia de San Fernando, seus nomes: José Maria Leite Pereira e Antônio Augusto de Vasconcelos.

Essas mortes, entre tantas, foram bastante noticiadas na imprensa portuguesa, como exemplo, em 31 de janeiro de 1869, *O Commercio do Porto*, noticiava em texto de capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de janeiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto), uma subscrição para arrecadação de fundos para ajudar a família do cônsul português morto durante a guerra, revelando ainda o motivo de sua morte: “a ajuda a prisioneiros brasileiros”, onde lê-se

(...) vai o produto desta publicação servir de base à subscrição promovida a favor da viúva e filhos do infeliz José Maria Leite Pereira, cônsul português na Assunção, que foi vítima da sua caridade com os prisioneiros brasileiros.<sup>463</sup> (grifo nosso)

Encontramos também, na edição de 26 de fevereiro de 1870, n' *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, uma notícia que se relaciona ao triste fim do cônsul português e sua família, onde lê-se:

CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular – Lisboa, 25 de fevereiro de 1870), informa que López, ao fugir, abandonou os doentes e lançou a artilharia no rio Aguaraty (sic) (...)“**Entre as mulheres que se achavam sob o seu poder, foi encontrada a viúva do infeliz cônsul português no Paraguai, que ali foi assassinado.** Narrou ela as amarguras que sofreu. No Rio de Janeiro, foi publicado o programa para a recepção das tropas, que regressarem dos campos de batalha. A febre amarela continua a fazer estragos no Rio.<sup>464</sup> (grifo nosso)

O tratamento dispensado ao cônsul esteve diretamente ligado à sua nacionalidade portuguesa, de certo, seu caso ganhou mais notoriedade por conta da proeminente posição que ocupava. Mas, diversas outras narrativas e descrições dramáticas foram encontradas

---

<sup>463</sup> *O Commercio do Porto*, em 31 de janeiro de 1869.

<sup>464</sup> *O Campeão das Províncias*, em 26 de setembro de 1870.

nos periódicos analisados nesse trabalho, relatando os mesmos sofrimentos a outros súditos lusitanos que residiam, à época, na zona de guerra, como alguns comerciantes, donos de casas comerciais, em Assunção, e outros tantos que tiveram o mesmo fim dos diplomatas.

Nessa linha, o jornal *O Bracarense*, em 23 de fevereiro de 1869, na capa, na seção “Folhetim”, em texto intitulado “Triste memória histórica das horríveis atrocidades praticadas pelo ex-ditador do Paraguai, Francisco Solano López, antes e depois da hoje terminada guerra com o Brasil”, publicou além das mortes dos diplomatas, nomes de outros portugueses assassinados:

Vítimas que fez, casas que saqueou, entre umas e outras figuram muitos portugueses -, transcrito do jornal Diário de Notícias, de Lisboa, confirmando a execução dos diplomatas portugueses (...) eis aqui o nome das casas portuguesas, que foram saqueadas e cujos chefes morreram nas masmorras: - Américo Varella (vice-cônsul), Antonio Vasconcelos, Leite Pereira, Candido Vasconcelos, Luiz Homem.<sup>465</sup>

Seguramente, o papel desempenhado pela Legação Portuguesa instalada no Rio de Janeiro fez parte dessa rede de disseminação de informações a favor dos interesses brasileiros. Nesse esforço constata-se a remessa regular e intencional de exemplares dos principais jornais brasileiros que seriam uma espécie de porta-vozes dessa narrativa patriótica.

Pelo contrário, quando ocorria algum incidente desagradável envolvendo portugueses, a representação na Corte do Rio de Janeiro tratava de reduzir sua importância e dimensão política, enaltecendo, ainda, as medidas adotadas pelas autoridades brasileiras. Foi assim, entre outros casos, no episódio conhecido como “Revolta dos Cocheiros”, que teve como resultado a prisão de 14 imigrantes, a maioria de origem portuguesa, acusados de desordem pública.

Em ofício de nº 6, de 7 de janeiro de 1864, o chefe da Legação Portuguesa no Rio de Janeiro tranquilizava seu superior, em Lisboa, o Duque de Loulé, definindo o episódio como um “pequeno distúrbio”, que não deveria merecer a atenção do governo português.<sup>466</sup> Nessa perspectiva, podemos ressaltar o papel de relevo desempenhado pelo

---

<sup>465</sup> *O Bracarense*, de 23 de fevereiro de 1869.

<sup>466</sup> Ofício de nº 6, de 7 de janeiro de 1864, da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé. Caixa nº 207, AHD-MNE.

corpo diplomático português na Corte do Rio de Janeiro, nesse circular de informações e impressões da guerra que vinham da América e desembarcavam em Lisboa.

### **5.3 O suplício dos representantes diplomáticos portugueses no Paraguai e seus reflexos na imprensa portuguesa**

Se recuarmos um pouco no tempo vemos que antes do início da guerra, a representação portuguesa em Assunção, capital paraguaia, gozava de uma posição relativamente confortável, similar a qualquer outra nação europeia. O cônsul Francisco José Correia Madruga obteve a patente régia para exercer a função, em 30 de janeiro de 1854. Ele comercializava fumo e cigarro e estava perfeitamente adaptado à sociedade paraguaia.

Antes de Francisco Madruga quem era a mais alta autoridade portuguesa no país era o próprio Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão Sousa, que até a designação de Madruga exercia cumulativamente as funções de Encarregado de Negócios e Cônsul Geral de Portugal não residente no Paraguai.

O vice-cônsul, era o sobrinho de Francisco Madruga, Antonio Augusto de Vasconcelos, que tinha sido nomeado, em 13 de setembro de 1863, e já havia chamado a atenção da elite paraguaia e, particularmente, do presidente paraguaio Solano López com ideias inovadoras ao elaborar planos para exploração do rio Pilcomayo, na fronteira oeste do país, ambicionando obter uma conexão com a Bolívia. Sua ideia era alcançar uma via de comunicação com o exterior, através da impenetrável e selvagem região da floresta do Chaco.

O gerente administrativo do consulado era José Maria Leite Pereira, genro de Francisco Correia Madruga, que também fazia parte desse círculo de amizades que tinha compatível acesso às autoridades políticas e às elites econômicas do país. Era casado com Francisca Madruga Leite Pereira, de presença frequente nos principais eventos sociais na capital Assunção. Uma nota publicada na seção “Variedades”, do jornal paraguaio *El Centinela*, em 31 de outubro de 1867, em pleno curso da guerra, registrou que o casal havia comparecido a um concorrido evento social e Francisca havia tocado piano aos convivas. Esse baile teria sido oferecido pelos diplomatas estrangeiros em celebração ao

aniversário da ascensão ao poder de Solano López, em substituição a seu pai Carlos López<sup>467</sup>, comemorado anualmente no dia 16 daquele mês.

No entanto, essa harmonia do consulado português, em Assunção, foi, pouco a pouco, se desmanchando com o governo paraguaio, no decorrer da guerra. Pontualmente, quando o cônsul Francisco José Correia Madruga decidiu afastar-se temporariamente do país esses laços já estavam em suspensão, tanto que a saída, estimada para durar, no máximo, dois meses, se estendeu até janeiro de 1869, regressando o representante português, apenas depois da ocupação de Assunção pelas tropas brasileiras.

Ao se retirar da capital paraguaia, Francisco Madruga deixou em seu lugar, o seu genro José Maria Leite Pereira. A decisão foi reprovada pelo ministro português na capital uruguaia, Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão de Sousa, que exigiu a nomeação protocolar do vice-cônsul Antonio Augusto de Vasconcelos para a função e não do indicado pelo cônsul.

Como relatou bem mais tarde, em processo específico em sua defesa, Francisco Madruga teria ordenado a tal substituição de acordo com os ditames do Barão de Sousa, em 25 de janeiro de 1866, mas alegava que não sabia dizer se a comunicação havia sido efetivamente recebida por Leite Pereira. “Se esta ordem nunca ali chegou, como não chegaram às minhas mãos os ofícios que me foram dirigidos desde ali, nem eu, nem ele (Leite Pereira), tínhamos culpa disto”, argumentaria Madruga ao Barão de Sousa em ofício expedido, em 22 de janeiro de 1869, quando voltava ao Paraguai.<sup>468</sup>

O cônsul também justificava sua escolha, afirmando que Leite Pereira “já exercia as funções de chanceler e era pessoa de minha inteira confiança.”<sup>469</sup> Seu sobrinho Antonio Augusto de Vasconcelos, como parte interessada no caso, não pensava assim, alegando que somente o vice-cônsul poderia ser designado para o cargo exercido pelo titular.<sup>470</sup>

---

<sup>467</sup> Carlos Antonio López Ynsfrán foi presidente do Paraguai por mais de 18 anos, de 1844 a 1862, quando veio a falecer em 10 de setembro, sendo substituído por seu filho Francisco Solano López.

<sup>468</sup> Ofício, de 22 de janeiro de 1865, do consulado de Portugal no Paraguai para Legação de Portugal em Montevideú. Caixa nº 789, AHD-MNE.

<sup>469</sup> *Ibidem*.

<sup>470</sup> De acordo com os artigos 140 e 143 da Regulamentação consular de Portugal em vigor naquela época, o cônsul poderia destituir um vice-cônsul nomear livremente outra pessoa que deveria substituí-lo durante sua ausência. Somente o Ministério de Negócios Estrangeiros em Lisboa, poderia anular sua decisão, o que não aconteceu em relação ao ato praticado por Francisco Madruga.

A insatisfação do sobrinho de Francisco Madruga, inclusive, seria levada ao conhecimento do próprio governo paraguaio, em 31 de agosto de 1866, através de uma correspondência encaminhada ao ministro de Relações Exteriores do país, José Berges<sup>471</sup>. Nessa época, Leite Pereira, por conta da indicação de Francisco Madruga, era o representante de Portugal reconhecido pelo Paraguai na capital e, por isso, a reclamação do vice-cônsul não foi acolhida.

Em 1867, Antonio Augusto de Vasconcelos insistiria para que José Berges reconsiderasse a posição ministerial, explicando novamente suas prerrogativas de vice-cônsul, mas novamente não obteve êxito. Apesar disso, a imagem de José Maria Leite Pereira diante das autoridades paraguaias já não eram as mesmas.

Embora a conspiração que estava sendo tramada contra Solano López ainda não tivesse sido descoberta, seu comportamento já era tido como suspeito pela polícia paraguaia. Em 30 de julho de 1867, Leite Pereira enviou um ofício ao ministro José Berges estranhando que não tivesse sido convidado para a festa nacional, em 18 de julho, dia de São Francisco Solano, assim como não teria sido convocado para a celebração do aniversário do presidente López em 24 de julho.

No documento, ele tentava encontrar uma explicação para o fato, entendendo que não fora chamado talvez por não possuir um traje de gala apropriado para a ocasião. Além de justificar-se, anunciava a providência que havia tomado: comprado um uniforme de gala compatível com seu novo posto consular, revelando assim a preocupação com a possibilidade de ficar fora do círculo próximo ao presidente, assim se expressando:

Como he abrigado siempre la esperanza de que la ausencia del Señor Cônsul Francisco Correia Madruga seria de curta duración, no creia necesario hacerme uniforme oficial para presentarme em el caracter que invisto como Encargado del Consulado, aceptado y reconocido por el Gobierno de La Republica. Pero como esa ausencia se prolonga..., he resuelto mandar hacerme un uniforme a fin de estar habilitado para asistir con el Cuerpo Consular a las funciones de gala.<sup>472</sup>

No mês de outubro de 1867, o chefe da Legação de Portugal em Montevideú, Leonardo de Sousa Leite e Azevedo, o Barão de Sousa, comunicava oficialmente ao

---

<sup>471</sup> Esse ofício, segundo a administração do *Archivo Nacional de Asunción*, tinha o nº 4.259, na Coleção Rio Branco e figura na lista daqueles que alegam que não foram devolvidos pelo governo brasileiro em fevereiro de 1981, quando a documentação foi transferida do Arquivo Histórico e Diplomático do Itamaraty, no Rio de Janeiro, para Assunção, no Paraguai.

<sup>472</sup> *Colección Rio Branco*. Archivo Nacional de Asunción, Paraguai, Doc. nº 4427.

ministro paraguaio que Leite Pereira deveria entregar a representação diplomática portuguesa em Assunção ao vice-cônsul Antonio Augusto de Vasconcelos.

Entretanto, o governo paraguaio tinha outros planos para Leite Pereira e Antonio de Vasconcelos. Assim, passados mais alguns meses confirmou-se as suspeitas que rondavam os nomes dos representantes portugueses em Assunção. Isso ocorreu em 16 de junho de 1868, quando o próprio José Berges caiu em desgraça com o presidente Solano López e foi substituído por Gumesindo Benítez na pasta das Relações Exteriores.

Nessa data, o novo ministro paraguaio, investido de suas funções diplomáticas, informou a Leite Pereira que, não tendo sua nomeação sido reconhecida pelo Barão de Sousa, o representante português no país passava a ser Antonio Augusto de Vasconcelos<sup>473</sup>.

Apenas quatro dias depois, em 20 de junho, em meio da descoberta e da caça aos culpados de uma conspiração para derrubar o governo de Solano López, o mesmo ministro Benítez encaminhou um ofício ao ministro norte-americano em Assunção, Charles Washburn, querendo saber se o português Leite Pereira estava asilado no prédio da Legação Norte Americana. Depois da confirmação de que o gerente do consulado português buscara efetivamente abrigo na representação dos Estados Unidos logo após receber a comunicação de 16 de junho, uma série de correspondências foram dirigidas a Washburn, exigindo a imediata entrega do português às autoridades policiais paraguaias.

A pressão foi tão grande que, no dia 12 de julho, José Maria Leite Pereira e alguns outros refugiados abandonaram a Legação Americana, em Assunção. Na saída, ainda em frente do prédio, o representante português foi preso e levado para San Fernando para os temidos “Tribunales de Sangre”.

Logo em seguida, em 20 de julho, um decreto de Solano López cassaria o *exequatur* do vice-cônsul Antonio Augusto de Vasconcelos, acusado-o também de alta traição como agente do inimigo<sup>474</sup>. Três dias mais tarde, Antonio Augusto de Vasconcelos, desesperado, expediu diversos ofícios ao ministro Gumesindo Benítez e aos colegas da França e da Itália, rechaçando a incriminação e pedindo ajuda. “Me ha sido muy estraña e sensible esta medida en momento en que yo creía estar en la mejor

---

<sup>473</sup> *Idem*, Doc. n° 4725.

<sup>474</sup> *Idem*, Doc. n° 4768.

harmonia con el Supremo Gobierno y demás autoridades de la República<sup>475</sup>”, ponderava no documento encaminhado ao ministro Benitez.

Era tarde demais para qualquer tentativa destinada a provar sua inocência. O cônsul interino português Antonio de Vasconcelos foi igualmente preso, sendo encaminhado para a companhia do seu antigo desafeto e concorrente Leite Pereira. Os tribunais de exceção, instalados na cidade de San Fernando, estavam ansiosos para ouvir os dois diplomatas lusitanos.

O mais visado pelos fiscais paraguaios nas oitivas nos processos foi José Maria Leite Pereira. O presidente Solano López estava desapontado com seu antigo comensal e exigiu uma punição rigorosa. Antes de ser preso, o gerente consular que representou seu país na ausência de Francisco Correia Madruga, durante mais de três anos, havia redigido uma longa exposição ao ministro norte-americano Charles Washburn ao pedir-lhe asilo, oferecendo sua versão dos fatos.

Interessante é que essa correspondência foi anexada ao ofício nº 63, de 6 de julho de 1869, enviado pela Legação de Portugal, no Rio de Janeiro, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, Marquês de Sá da Bandeira<sup>476</sup>.

No significativo relato, dividido em dois ofícios, o primeiro produzido, em 3 de maio, e o segundo, em 29 de junho de 1868, José Maria Leite Pereira deixou transparecer que poderia estar desagradando o governo paraguaio desde 6 de agosto de 1866, quando chegou a Assunção, procedente de Corumbá (cidade brasileira, da província de Mato Grosso, ocupada por tropas paraguaias no contexto da guerra), o vapor de guerra Igurey, trazendo centenas de prisioneiros brasileiros. O diplomata português tomou a iniciativa de ajudar essas pessoas, desenvolvendo um trabalho que seria acompanhado com muita atenção pelos “pyragüés”, os informantes do regime ditatorial de Solano López.

Nesse arrazoado entregue ao diplomata americano Charles Washburn, Leite Pereira tentou justificar seu gesto de solidariedade, garantindo que era movido apenas pela compaixão com a gente sofrida trazida do Brasil. Também ressaltava o amparo legal que o regimento consular português lhe dava ao amparar seus procedimentos:

---

<sup>475</sup> *Idem*, Doc. nº 4783.

<sup>476</sup> Ofício nº 63 (documentos em anexo), de 6 de julho de 1869, da Legação de Portugal da Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês de Sá da Bandeira. Caixa nº 212, AHD-MNE.



“Llegaban generalmente em estado de la mayor destitución y miseria, no sabiendo donde dirigirse para conseguir su sustento diario. Se componian de ciudadanos de varias naciones, muchos portugueses, pero como era natural de brasileiros em su mayor numero. Estos desgraciados, hambrientos y casi desnudos, se dirigian en tropel al Consulado a mi cargo, pidiendo socorro, como al representante de una nación amiga. Desde luego no quedaba duda que era de mi deber proteger, encuanto me fuera posible, a mis compatriotas, pero también, Señor Ministro, me parecía oficio de caridad recomendable en semejantes inusitadas circunstancias acordar el socorro que pudiera a los necesitados de otras nacionalidades, cuanto mas cuando el Reglamento Consular Portugues impone como deber a sus agentes la protección de los naturales de otros países que no tengan representante.”<sup>477</sup>

Mesmo assim, o representante de Portugal em Assunção cercou-se de alguns cuidados para que essa ajuda não tivesse o caráter “oficioso” e assim pediu autorização ao ministro paraguaio de Relações Exteriores José Berges para alojar uma parte dessas pessoas em sua chácara particular, na vila de Trinidad, nas cercanias da capital e um contingente menor na sua própria residência consular, em Assunção.

A resposta do ministro paraguaio havia tranquilizado José Maria Leite Pereira, nos seguintes termos: “A esto me contestó el Señor Ministro Berges que estos hombres estaban libres, y podian alojarse o establecerse em la parte de esta Capital donde tuviesen a bien fijar su residencia”, recordava ele, na explanação ao ministro americano.

Com a devida autorização obtida, ele acabou abrigando em sua casa três súditos brasileiros, dois deles funcionários públicos que estavam servindo na província do Mato Grosso na época da invasão paraguaia, de nomes Joaquim Pires da Silva e Antonio Gandia Ley, respectivamente, inspetor e tesoureiro da Alfândega de Corumbá, além de mais oito cidadãos portugueses. Na chácara do cônsul, foram alojadas 26 pessoas – entre brasileiros e portugueses. “Todo estos eran, además de su manutención, socorridos por mi con lo necesario para vestirse y para sus atenciones mas precisas”, enfatiza no mesmo documento encaminhado ao colega norte-americano.

A suspeita postura caridosa de Leite Pereira chamaria mais a atenção depois da chegada de outro vapor paraguaio proveniente de Corumbá, o “25 de Mayo”, em 14 de março de 1867. Na embarcação, estavam vários familiares dos hóspedes do cônsul português e ele tratou de recebê-los também em suas propriedades. No início do mês seguinte, agentes da polícia paraguaia estiveram na casa e na chácara do diplomata para prender seis portugueses e dois brasileiros – os ditos funcionários da alfândega.

---

<sup>477</sup> *Ibidem.*

Esses detentos teriam ficado incomunicáveis até fevereiro de 1868, quando Assunção foi evacuada, e depois foram levados para o acampamento prisional de Cerro León. A ação policial não inibiu Leite Pereira, que continuou mandando comida e roupas para o grupo mesmo depois da sua transferência para o interior do país.

Em pouco tempo, ele descobriu que as prisões haviam ocorrido em razão do depoimento do “miserable espia y delator llamado Bento José Chaves”, súdito português da localidade paraguaia de San Pedro. O tal delator havia informado às autoridades policiais que a representação portuguesa em Assunção estava recebendo auxílio do governo do Império do Brasil no valor de duas mil onças de ouro para o socorro dos brasileiros que se encontravam prisioneiros nas mãos dos paraguaios. Entretanto, Leite Pereira garantia, no ofício, que estava utilizando apenas recursos próprios na atividade de acolhimento dos miseráveis desafortunados.

Fato é que a partir daí, o cerco policial ao diplomata tornou-se cada vez mais intenso. Na madrugada seguinte a uma tertúlia que ele promoveu para comemorar o aniversário do monarca português D. Luís I, em 31 de outubro de 1867, um agente paraguaio armado o intimou a comparecer presencialmente na chefatura de polícia. “Fui ali, siendo recibido com estraños gestos y muestras de desagrado por parte del Señor Jefe, quién me interrogó con un lenguaje irritante y difícilmente fue aplacado mediante las explicaciones convenientes”, relembra Leite Pereira, sem revelar, contudo, o teor das indagações.

Na noite de 21 de fevereiro de 1868, véspera da evacuação da capital paraguaia, determinada pelo governo já em retirada para o interior do país, ocorreu uma reunião do corpo consular na sede da Legação dos Estados Unidos. Charles Washburn externou sua posição pela permanência dos representantes diplomáticos em Assunção, recebendo vivo apoio do cônsul português. Leite Pereira teria alegado que a movimentação para o interior do país aumentaria a situação miserável já vivida por muitos estrangeiros, mas recordou, na correspondência, que sua opinião foi combatida, com veemência, pelos agentes consulares da França e da Itália, que optaram por acompanhar Solano López para a nova capital, em Luque.

Depois disso, seus passos começaram a ser permanentemente acompanhados, culminando, na madrugada de 2 de maio de 1868, com nova intimação, desta vez em sua chácara, na vila de Trinidad, apresentada por uma patrulha paraguaia fortemente armada.

Depois de mais alguns interrogatórios e do reconhecimento oficial pelo governo paraguaio do vice-cônsul Antonio Augusto de Vasconcelos como único representante legítimo de Portugal no país, ele decidiu, então, recorrer ao amigo Charles Washburn para obter a proteção da bandeira norte-americana, pois julgava que, a partir dali, sua vida e de seus familiares, corriam perigo.

Na sua longa exposição para solicitar abrigo, Leite Pereira reiterou sua inocência em relação às denúncias de envolvimento na conspiração contra Solano López. E, como dissemos, insistiu no caráter filantrópico do seu gesto humanitário, comprometendo, inclusive, o patrimônio de sua família:

He sido incansable em mis esfuerzos, por mitigar la suerte de los infortunados portugueses y individuos de otras naciones que han incurrido em la desgracia de caer presos. Puedo atreverme à decir que he ejercido una caridad verdaderamente cristiana para con italianos, alemanes, españoles, franceses, chilenos y paraguayos de uno y otro sexo, tanto como con portugueses y brasileiros, en el alivio de cuyas necesidades he gastado la enorme suma de cerca de doscientos mil patacones, no solo agotando mis propios recursos sino los de mi familia, los fondos de que podía disponer y otras cuantiosas sumas que me han sido facilitadas por otras personas. Esta conducta me ha atraído las infundadas sospechas y la ojeriza del Gobierno Paraguayo y ha sido la única causa de los procedimientos actuales del aquel Gobierno en mi contra.<sup>478</sup>

Depois que os dois diplomatas portugueses foram levados para San Fernando, primeiro Leite Pereira, depois o próprio Antonio de Vasconcelos, o sobrinho de Francisco Madrugá, os boatos de que eles haviam sido condenados à morte foram ganhando espaços na imprensa portuguesa, preocupando os ministros que se sucederam na pasta dos Estrangeiros, em Lisboa.

Nesse processo de informações contraditórias e imprecisões que se seguiu, em 23 de setembro de 1868, o chefe da Legação no Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa, comunicou ao ministro Carlos Bento da Silva que ainda não estava confirmado o fuzilamento do “vice-cônsul português José Maria Leite Pereira”, anexando, como prova, um recorte do *Diário Oficial do Império do Brasil*, de 16 de setembro, que noticiava a informação que ainda não havia confirmado a tal execução<sup>479</sup>.

---

<sup>478</sup> Ofício nº 63 (documentos em anexo), de 6 de julho de 1869, da Legação de Portugal da Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês de Sá da Bandeira. Caixa nº 212, AHD-MNE.

<sup>479</sup> Ofício de 23 de setembro de 1868, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, o ministro José de Vasconcellos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português (interino), Carlos Bento da Silva. Caixa nº 112 do AHD-MNE.

Poucos dias depois, em 7 de outubro, Vasconcellos e Sousa remete outro documento, agora se referindo ao representante português como “cônsul”, informando que embora bastante preocupado, não podia assegurar o que tinha acontecido de fato, limitando-se a remeter um recorte do jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, com uma das cartas-denúncias redigidas pelo ministro norte-americano Charles Washburn após sua saída do Paraguai<sup>480</sup> que contava esses momentos dramáticos vividos pelo corpo diplomático dos países com representações no Paraguai.

Baseado no depoimento do representante dos Estados Unidos na sua chegada a Buenos Aires, em 23 de setembro de 1868, o cônsul de Portugal no Paraguai, Francisco José Correia Madruga, que estava há anos na capital argentina e não retornara à Assunção, escreveria ao seu chefe, o Barão de Sousa, em Montevidéu, um ofício confuso, primeiro homenageando as duas supostas inocentes vítimas (seu genro e seu sobrinho) e, depois, manifestando esperança de que José Maria Leite Pereira e Antonio Augusto de Vasconcelos ainda estivessem vivos:

Creio, porém, até a evidência, que principiando pelo nosso justo e magnânimo Rei até o último de seus súditos se hão de orgulhar de que dois dos seus compatriotas sofressem o martírio, porque os portugueses daquela têmpera morrem por praticar ações generosas e não por conspiradores nem por cometerem ações vis<sup>481</sup>. [...] Apesar de tudo o que levo dito persisto em minha destacada opinião de dúvida em respeito ao fuzilamento que o ministro americano disse que houvera no acampamento aliado, ainda que Leite Pereira fez suas disposições testamentárias ao entregar-se preso.<sup>482</sup>

Receosos da repercussão negativa das execuções, os ministros portugueses procuravam corrigir as informações enviadas pelos representantes na Corte do Rio de Janeiro a fim de evitar qualquer pressão ao governo português. Assim, argumentava Carlos Bento da Silva, então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em ofício dirigido a José de Vasconcellos e Sousa, em 8 de novembro de 1868, que o português José Maria Leite Pereira não fazia parte do corpo diplomático português no Paraguai:

---

<sup>480</sup> Ofício de 7 de outubro de 1868, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, o ministro José de Vasconcelos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português (interino), Carlos Bento da Silva. Caixa nº 112 do AHD-MNE.

<sup>481</sup> A inocência dos acusados seria apregoada pela versão oficial brasileira, mas não convenceria o chefe da Legação de Portugal em Montevidéu, Leonardo de Sousa Leite Azevedo, o Barão de Sousa, simpatizante de Solano López e dos seus aliados uruguaios *blancos*. Muito tempo depois, em ofício de 14 de outubro de 1869, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, esse diplomata escreveria ao ministro que José Maria Leite Pereira “se envolveu na política do país (Paraguai) e por isso foi fuzilado por ordem do General López”. Caixa nº 789, do AHD-MNE.

<sup>482</sup> Ofício de 25 de setembro de 1868, do cônsul-geral português do Paraguai (de Buenos Aires, Argentina), Francisco José Correia Madruga ao chefe da Legação de Portugal em Montevidéu. Caixa nº 212, AHD-MNE.

Pelo que respeita ao súdito português José Maria Leite Pereira que se diz haver sido fuzilado em Assunção cumpre-me informar à V. Excia. que o referido indivíduo **nem era e nem foi nunca vice-cônsul de Portugal como erradamente se disse.** (grifo nosso)<sup>483</sup>

Na verdade, antes disso, baseado nos pareceres vindos da Legação de Montevidéu, Carlos Bento da Silva já se mostrava aliviado com uma informação do Barão de Sousa, não reconhecendo Leite Pereira como representante lusitano em Assunção: “Saiba o governo de Sua Majestade e folga com a certeza de que José Maria Leite Pereira não era autoridade consular portuguesa no Paraguai, como se propalou.”<sup>484</sup>

No ano seguinte, em 11 de junho de 1869, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de Sá da Bandeira, fez questão de desqualificar os dois pretensos diplomatas, desprezando o fato de que o nome de Antonio Augusto de Vasconcelos constava nos mapas enviados, com regularidade, para Lisboa, pelo chefe da Legação em Montevidéu. Em ofícios remetidos às Legações Portuguesas no Brasil e no Uruguai, desenvolve esta explicação:

O cônsul de Portugal no Paraguai é Francisco José Correia Madruga. O português Leite Pereira que, segundo penso, fora fuzilado, não tinha caráter nenhum oficial, servia de chanceler do consulado e o cônsul Madruga o deixara encarregado do expediente do mesmo consulado durante sua ausência que então supunha seria de pouca duração. O vice-cônsul Vasconcelos não exercia funções algumas oficiais porquanto nunca haviam chegado ali as ordens para que ele tomasse conta do consulado.<sup>485</sup>

No mês anterior, o chefe interino da representação de Portugal no Rio de Janeiro, Fausto de Queiroz Guedes, quase cinco meses após a morte de Leite Pereira, ocorrida de fato, em 21 de dezembro de 1868, ainda colocava em dúvida a veracidade das informações divulgadas pela imprensa internacional, notadamente baseada nas notas produzidas pelo diplomata norte-americano Charles Washburn após sua saída do Paraguai.

O diplomata português na Corte do Rio de Janeiro insistia em assegurar que Leite Pereira não ocupava função consular e solicitava uma manifestação oficial do governo

---

<sup>483</sup> Ofício de 8 de novembro de 1868, do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Carlos Bento da Silva, à Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro. Caixa nº 544, Livro nº 31, AHD-MNE.

<sup>484</sup> Ofício de 23 de setembro de 1868, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Carlos Bento da Silva. Caixa nº 544, Livro nº 45, AHD-MNE.

<sup>485</sup> Ofício de 11 de junho de 1869, do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês de Sá da Bandeira às representações diplomáticas portuguesas sediadas no Brasil (Corte do Rio de Janeiro) e Uruguai (Montevidéu). Caixa nº 544, Livro nº 31, AHD-MNE.

português sobre o tema. Em ofício dirigido ao Marquês de Sá da Bandeira, em 7 de maio de 1869, Fausto de Queiroz Guedes assim se expressou ao seu superior:

Como V. Excia. estará lembrando, por vezes se espalhara nos jornais que Leite Pereira, Cônsul português no Paraguai, havia sido preso por López, e até mesmo fuzilado. Notas de Mr. Washburn, ministro dos Estados Unidos no Paraguai, e a correspondência oficial publicada nos Estados Unidos, e que aqui tenho presente, repisam a mesma ideia. Não sei qual terá sido a causa que originou e tem sustentado tal notícia, sendo certo, conforme tive ocasião de verificar nessa Secretaria de Estado, que Leite Pereira não exercia cargo algum consular por parte de Portugal. [...] Em todo o caso, parecia-me muito conveniente, e desculpe-me V. Excia. ponderá-lo aqui, que o governo de Sua Majestade, por meio de uma declaração mais ou menos oficial, rebatesse a ideia errônea que ainda corre, e sobre a qual estou sendo interpelado a cada instante, de que fora preso e fuzilado o Cônsul português no Paraguai.<sup>486</sup>

Não tardaria muito para as evidências falarem mais alto. Em 6 de junho daquele ano, o mesmo Fausto de Queiroz Guedes seria obrigado a admitir a possibilidade de que os fuzilamentos tivessem ocorrido, embora ressaltasse que as notícias ainda eram “contraditórias”. Enfim, embasado em extenso material publicado pelo *Diario Oficial do Imperio do Brasil* anunciou, finalmente, ao Marquês de Sá da Bandeira que as execuções, incluindo a do bispo paraguaio Manuel Antonio Palacios e a de Benigno Lopez, irmão do presidente Solano López “parecem ser confirmadas”.

Pela primeira vez, a correspondência diplomática expedida no Rio de Janeiro registrava a pressão exercida sobre a Legação de Portugal para obter uma posição oficial do governo de D. Luís I, onde lê-se:

Vê-se no referido documento (divulgado pelo *Diário Oficial*) que quatro das cinco testemunhas que foram inquiridas são concordes em asseverar que López fuzilara também o Vice-Cônsul português José Maria Leite Pereira. [...] É do meu dever ponderar a V. Excia. que a notícia dada com tanta persistência, do fuzilamento de um Vice-Cônsul de Portugal, produz mau efeito; havendo quem pergunte pelo desforço que há tomado Portugal por tão grave desacato.<sup>487</sup>

No mês seguinte, em 6 de julho de 1869, Fausto Guedes confirmaria as mortes de José Maria Leite Pereira e Antonio Augusto de Vasconcelos ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, baseado no relato apresentado pelo cônsul Francisco José Correia Madruga, que vindo de Assunção, havia chegado ao Rio de Janeiro naquele período.

---

<sup>486</sup> Ofício de 7 de maio de 1869, da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Caixa nº 212, AHD-MNE.

<sup>487</sup> *Ibidem*.

No ofício nº 63, despachado para o Marquês de Sá da Bandeira, enfim se reconhecia a condição legal dos dois representantes consulares portugueses e se mencionava, ainda, os laços familiares que ligavam os súditos portugueses no Paraguai nessa trágica história:

O vice-cônsul Vasconcelos, há muito nomeado, e que por isso devo crer que havia recebido o *exequatur* do Presidente López, e que se achava, no gozo das imunidades respectivas, foi fuzilado pelo referido López. Leite Pereira ficou substituindo em Assunção o Cônsul Madruga, na qualidade de Gerente do Consulado de Portugal, reconhecido por López como tal, e foi exonerado da sua qualidade de Cônsul português por um Decreto do mesmo López, reclamando da Legação Americana em Assunção, e finalmente torturado e fuzilado. Além destes foram igualmente fuzilados um irmão de Vasconcelos, um irmão de Madruga e muitos outros súditos portugueses. É de notar que Vasconcelos era sobrinho do Cônsul Madruga, e Leite Pereira era genro do mesmo Madruga, cuja filha se acha atualmente prisioneira em poder de Lopez. [...] Se supõe com relação a Leite Pereira e a Vasconcelos que os serviços humanitários prestados aos prisioneiros em poder de López, e a princípio autorizados por ele, desgostaram finalmente aquele ditador.<sup>488</sup>

Em pouco tempo, não restaria mais dúvida alguma. Trinta dias depois, em 6 de agosto de 1869, o ministro interino de Portugal no Rio de Janeiro remeteria ao Marquês de Sá da Bandeira uma fotografia dos representantes portugueses fuzilados no Paraguai, reafirmando todas as informações contidas na correspondência anterior.

O retrato era uma cópia de muitas outras que encontravam-se à venda em Buenos Aires, capital da Argentina, prejudicando ainda mais a imagem de Portugal, como ressaltava o diplomata Fausto de Queiroz Guedes, da Legação da Corte do Rio de Janeiro, em correspondência ao seu chefe português, em Lisboa:

Este fato parece dar a medida da publicidade, e sensação, produzidas pela audácia de López, em ordenar o fuzilamento de estrangeiros, revestidos de caráter oficial, e gozando de imunidades internacionais. Infelizmente sobre o nosso país recai a censura de não haver tomado providência alguma sobre tais acontecimentos.<sup>489</sup>

Junto com a fotografia, Fausto Guedes enviou dois exemplares do pequeno romance *A Casa de João Jacques Rousseau – episódio de uma viagem na Suíça*, de autoria de Ernesto Cybrão, com o prólogo assinado por Machado de Assis, que deveria ser distribuído aos assinantes do periódico *Semana Illustrada*, do Rio de Janeiro. Informava ainda que havia sido aberta uma subscrição para recolher fundos em socorro

---

<sup>488</sup> Ofício de 6 de julho de 1869, da Legação Portuguesa na Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Caixa nº 212, AHD-MNE.

<sup>489</sup> *Ibidem*.

da viúva de Leite Pereira, Francisca Madruga, e para erguer um monumento em homenagem ao diplomata lusitano. O que nunca ocorreu.

**Figura 35.** Cópia da fotografia dos representante portugueses executados pelo governo Paraguaio



**Fonte:** Caxia nº 212, do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa.

Interessante refletirmos se a estratégia utilizada pelo editor da *Semana Illustrada* no sentido de articular a imagem e o texto literário de um conto romanceado a fim de potencializar o dramático episódio vivido pelos representantes consulares portugueses, de fato, trouxe resultados. Mais revelador ainda é pensarmos sobre como o tempo dos protocolos oficiais são desconectados do acontecimento em si, como percebemos ao lermos a publicação do *Commercio do Porto*, em 31 de janeiro de 1869 (quase seis meses antes dos ofícios enviados da embaixada do Rio de Janeiro para Lisboa), que chamava a atenção sobre a obra “A Casa de João Jacques Rosseau”, onde lê-se:

Duplamente recomendável, por isso que, depois de passarmos uma hora agradável com aquela singela e amena leitura, vai o produto desta publicação servir de base à subscrição promovida à favor da viúva e filhos do infeliz José Maria Leite Pereira, cônsul português na Assunção, que foi vítima da sua caridade com os prisioneiros brasileiros.<sup>490</sup>

Abaixo da imagem dos dois representantes portugueses publicada na *Semana Illustrada*, em 6 de dezembro de 1868, seguia a seguinte legenda: “As duas infelizes

<sup>490</sup> *O Commercio do Porto*, em 31 de janeiro de 1869.



vítimas, o Sr. Vasconcellos e Leite Pereira, do consulado português no Paraguai, que, por terem prestado socorros a prisioneiros brasileiros, foram mortos pelo inimigo da humanidade Francisco Solano Lopez.”<sup>491</sup>

O suplício vivido pelos diplomatas portugueses deve ter sido imenso, pelo que se depreende dos depoimentos daqueles que escaparam da morte. No mesmo momento em que Leite Pereira e Antonio Vasconcelos seguiam para os chamados “tribunales de sangre”, constituídos em San Fernando, em julho de 1868, suas mulheres e seus filhos iniciavam a penosa marcha para a região de Yhú, um dos ermos pontos do interior do Paraguai definidos como desterro para os familiares dos acusados de envolvimento em conspiração.<sup>492</sup>

**Figura 36.** Desenho à “bico de pena”, de autoria de Henrique Fleiuss (editor e desenhista da *Semana Illustrada*), baseado na fotografia dos representantes portugueses José Maria Leite Pereira e Antonio de Vasconcelos



**Fonte:** Jornal *A Semana Illustrada*, em 6 de dezembro de 1868

<sup>491</sup> *A Semana Illustrada*, em 6 de dezembro de 1868.

<sup>492</sup> Na obra de Guido Rodríguez Alcalá, em “Residentas, destinadas y traidoras” (1991: 23-50), conta que a “dolorosa” caminhada das “traidoras” e “destinadas” até Yhú podia se estender até dois meses, através de 140 quilômetros. Do período compreendido entre a evacuação de Assunção, em fevereiro de 1868, a 31 de maio de 1869, os degredados somaram 2021 pessoas, a maioria mulheres, “entre adultas, criaturas y unos pocos enfermos, paralíticos, ciegos, etc.”. Em setembro de 1869, a miserável caravana rumou para Curuguaty, “por aquellos desiertos, pantanos, arroyos profundos, cordilleras, etc.”, agregando um grupo oriundo de San Joaquín. Logo em seguida, cerca de 2.800 pessoas marcharam para Igatimí e, no final de outubro, partiram para Espadín – cruzando o rio Igatimi e vencendo a distância de 65 quilômetros a pé, durante uma semana. Nessa última fase, a viúva do vice-cônsul Antonio Vasconcelos, Rosa, tentou fugir, mas não conseguiu. Ela seria resgatada por militares brasileiros nos últimos dias de 1869, juntamente com a viúva de Leite Pereira, Francisca Madruga.

Depois, seriam duramente torturados, em razão da grave acusação formulada por outro prisioneiro, o gerente do consulado francês, Gustave Bayon de Libertat, que revelou a existência de um documento assinado pelos principais líderes da conspiração pregando a destituição de Solano López, uma dessas supostas assinaturas seriam as dos desafortunados portugueses.

Nas memórias de um dos inquisidores mais temidos, o padre Fidel Maíz, tem-se o registro desse testemunho que selou a sorte dos representantes lusitanos, documento assinado possivelmente sob as piores condições humanas possíveis:

Confiesa (el señor Libertad) haber firmado el documento arriba indicado por Salinares con los citados individuos, es decir, Benigno López, José Berges, Saturnino Bedoa, Dr. Carreras, Rodríguez Larreta, **Leite Pereira, Antonio Vasconcelos**, Simón Fianza, Domingo Pomié e Blis<sup>493</sup>. (grifo nosso)

O britânico George Frederick Mastermann, libertado após intervenção direta dos Estados Unidos, foi uma das pessoas que viu, em seus últimos dias, Leite Pereira entre os presos “especiais” nas masmorras de San Fernando. Assim descreve em livro de memórias *Siete años de aventuras en el Paraguay*: “Estaban (Leite Pereira, Fianza, Berges, Benigno López, Venancio López e o uruguaio Carreras) colocados en una caverna em la montaña lejos de los demás.”<sup>494</sup>

No dia 17 de dezembro de 1868, a denúncia acusatória estava pronta e foi encaminhada pelos juízes, também chamados de “fiscales”, Justo Román, Fidel Maíz, Vicente Ávalos, Juan Antonio Jara, Silvestre Carmona, Maurício Benítez e Juan B. Delvalle, ao Conselho de Guerra instalado no acampamento em Pikysyry. Relacionava nominalmente quinze “reos conspiradores contra la Patria e su Gobierno<sup>495</sup>”, acusados de subscreverem o documento de instalação do comitê revolucionário e de assumirem o compromisso de assassinar a pessoa do presidente paraguaio Solano López.

---

<sup>493</sup> MAÍZ, Fidel. *Etapas de mi vida*. Asunción: El Lector, 1986, p. 61.

<sup>494</sup> MASTERMANN, George F. *Siete años de aventuras en el Paraguay*. Buenos Ayres: Imprensa Americana, 1870, pp. 243-244.

<sup>495</sup> A relação dos sentenciados foi a seguinte: bispo Manuel Antonio Palacios, Benigno e Venancio López (irmãos do presidente Solano López), Inocencia e Rafaela López (irmãs do presidente Solano López), José Berges, Vicente Barrios, Eugenio Bogado, José Maria Leite Pereira, Simón Fianza, Paulino Alén, Juan Bautista Zalduondo, Juliana Insrán, Dolores Recalde e Mercedes Egusquiza. O Conselho acatou todas as sentenças de morte para os acusados, com exceção de três irmãos do *Mariscal*, Venâncio, Inocencia e Rafaela. A pena capital que seria imposta a eles foi comutada para dez anos de desterro. Apenas Benigno López, escolhido para suceder a Solano na conspiração, não foi poupado. In: GODOI, Juan Silvano Godoi. *Documentos Históricos: El fusilamiento del Obispo Palacios i los Tribunales de Sangre de San Fernando*. Asunción: El Lector, 1996, p. 133.

Doze deles, incluindo o português José Maria Leite Pereira, foram condenados imediatamente à morte, através de sentença definitiva aprovada pelo general Francisco Isidoro Resquin, responsável por todo o processo nos tribunais de exceção instalado e, naquela época, o braço direito de Solano López.

A pena inicial era por enforcamento, mas foi trocada por fuzilamento pelas costas, em decisão pessoal do próprio presidente paraguaio. Definia-se que a execução do grupo ocorreria no dia 21 de dezembro de 1868, destacando-se nesse momento trágico a peculiar e solene vestimenta do representante português na ocasião, como recordaria mais tarde Alonzo Taylor, outro inglês liberado pelos desse fatídico destino nos “tribunales”:

Todos respondieron al llamado dando dos pasos a frente, hasta concluir a lista y dejar completa la fila. Entonces recibieron órdenes de marchar acompañados de una fuerte guardia al frente y a la retaguardia. Cerraban la triste procesión tres sacerdotes para confesar a los condenados en el lugar de la ejecución. No los vimos después. Cuando hubo transcurrido cerca de una hora se dejó oír una descarga, luego uno que otro tiro, y todo se acabó. La guardia volvió: un viejo soldado llevaba el sobretodo del capitán Fianza, y el oficial el uniforme de Leite Pereira con sus botones dorados.<sup>496</sup>

Houve relatos nos jornais que contaram que os líderes da conspiração executados ouviram a sentença de joelhos antes de serem fuzilados. Os juízes paraguaios que comandaram a execução foram: Hilario Marcó, Vicente Ávalos e Matias Goyburú. O tenente coronel Marcó, antigo chefe de polícia de Assunção, que integrava o Conselho de Guerra, foi considerado pelo capitão Adolfo Saguier, que sobreviveu à prisão, um dos sete piores verdugos de Solano López, ao lado do general Resquin, dos coronéis Silvestre Aveiro e Germán Serrano, do padre Fidel Maíz, do clérigo Justo Román e de Luís Caminos, que tornou-se ministro das Relações Exteriores, em 1868, em substituição a José Berges, outro setenciado no processo.<sup>497</sup>

Solano López fez questão de dar ampla publicidade à execução dos principais implicados na trama, com o claro objetivo de oferecer um forte exemplo aos seus já reduzidos comandados. Por isso, o fuzilamento de Leite Pereira foi testemunhado por Masterman e outros estrangeiros libertados, como o oficial prussiano Max Von Versen.

---

<sup>496</sup>A descrição corresponde ao “grande uniforme” dos representantes consulares para aquela época. No *Anuario Diplomático e Consular Portuquez do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1888*, consta que vigorava o decreto, de 4 de agosto de 1824, como regulador do fardamento usado pelo corpo diplomático, prevendo casaca em azul marinho, gola e mangas vermelhas com bordaduras de ouro. In: GODOI, Juan GODOI, Silvano. *Documentos Históricos: El fusilamiento del Obispo Palacios i los Tribunales de Sangre de San Fernando*. Asunción: El Lector, 1996, p. 112.

<sup>497</sup> Seus antecessores no Ministério de Relações Exteriores, José Berges e Gumesindo Benítez, caíram em desgraça com o presidente Solano López e também foram executados nesse mesmo processo instaurado.

O vice-cônsul Antonio Augusto de Vasconcelos foi executado alguns dias depois, juntamente com muitos outros suspeitos, nas decisões sumárias que ocorreram depois de 21 de dezembro de 1868, que não apresentavam mais a mesma visibilidade do primeiro grande processo julgado pelos “tribunales de San Fernando”.

A imprensa portuguesa também ficou desconcertada com as notícias da execução de Leite Pereira e Antonio de Vasconcelos, reagindo de forma muito semelhante aos atônitos representantes lusitanos na Corte brasileira.

O primeiro jornal a tocar no assunto foi *O Commercio do Porto*, em 16 de outubro de 1868. Em texto do correspondente do Rio de Janeiro, produzido em 24 de setembro de 1868, as execuções eram noticiosamente antecipadas, onde lê-se:

Grande número daqueles que tanto o ajudaram (Lopez) caíram debaixo das balas dos fuziladores. O próprio cônsul português foi arrancado da casa da delegação dos Estados Unidos e vitimado com outros personagens ilustres.<sup>498</sup>

Em 23 de outubro de 1868, o geralmente conciso jornal *Diário de Notícias* romperia, mais uma vez, seu projeto editorial, caracterizado por sintéticos registros informativos, para destacar a morte do diplomata na seção “Assuntos do Dia”.

Citando uma “via fidedigna” de Buenos Aires, capital argentina, ressaltava em texto na capa a “notícia do fuzilamento do vice-cônsul português Leite Pereira”, oferecendo detalhes da prisão e do fuzilamento do representante português, após sua saída das instalações da Legação dos Estados Unidos, no mês de julho de 1868. Seguem as duas avocações onde lê-se: “Solene protesto do ministro dos Estados Unidos no Paraguai, ao retirar-se, contra as violências praticadas pelo ditador López e relação de algumas dessas violências”, e a outra, mais pormenorizada:

Notícias de via fidedigna que ontem recebemos de Buenos Aires confirmam a notícia do fuzilamento do vice-cônsul português, Pereira, no Paraguai. López julgou-o, como a muitos outros, implicado na conspiração que supôs tramada para o envenenarem, e depois de lhe ter feito entregar os passaportes, como ele desaparecesse, e houvesse denúncia de que estava em casa de mr. Washburn, ministro dos Estados Unidos, fez com que o seu ministro Benites requeresse a Washburn uma relação das pessoas que tinha em sua casa. Nessa relação era incluído o nosso vice-cônsul e esposa. López requisitou a sua entrega. O ministro americano recusou, mas a pedido do próprio Pereira entregou-os, e López incluiu-os na infame hecatombe que o converteu num vil assassino aos olhos da Europa e da América. A nota que o ministro americano enviou a López ao abandonar horrorizado aquele bárbaro país contém um protesto soleníssimo contra as infâmias do cruel ditador do Paraguai. Recebemo-la por

---

<sup>498</sup> A matéria, contendo mais informações sobre a guerra e o Brasil, foi reproduzida por outros jornais portugueses, como *O Bracarense*, em sua edição de 20 de outubro, e no *Campeão das Províncias*, de Aveiro, em 21 de outubro de 1868.

via oficial e adiante a reproduzimos. É necessário que o governo português lavre também o seu protesto, e se não pode, como os Estados Unidos fariam, montar a fera através dos sertões, mostre ao menos a sua indignação pelo assassinio inqualificável do seu representante e nosso concidadão. López ainda se fortificava na Villeta, e os brasileiros preparavam-se para o desalojar.<sup>499</sup>

O assunto ganhava a devida repercussão por toda imprensa portuguesa, com informações desencontradas. No dia 25 de outubro, *O Commercio do Porto*, reafirmava que o “vice-cônsul português Leite Pereira foi barbaramente assassinado”, complementando com informações da imprensa brasileira recebidas pelo *Jornal do Commercio*, de Lisboa.

Por essa versão, o diplomata teria morrido ao sair da embaixada americana e em via pública: “Apenas dera alguns passos na rua, foi agarrado pela soldadesca e assassinado”, descreveu o jornal, apontando o suposto momento exato da morte de Leite Pereira.

Na mesma semana, no dia 21 de outubro, *O Campeão das Províncias*, de Aveiro, seria ainda mais enfático ao contradizer informações publicadas anteriormente:

Os leitores devem estar ainda lembrados do que dissemos numa das nossas correspondências que o sanguinário López, ditador da República do Paraguai, fez fuzilar o nosso cônsul. Hoje, sabemos, por cartas vindas no último paquete, que é destituída de fundamento tal notícia. Efetivamente o ditador López fez fuzilar um português por nome Leite; porém esse nosso irmão não estava investido de nenhum caráter consular.<sup>500</sup>

Depois dessa série de reportagens em outubro de 1868, as publicações portuguesas voltariam a se referir ao tema somente em fevereiro de 1869, jornais como *O Bracarense*, *O Campeão das Províncias* e *O Commercio do Porto*, publicaram relações de vítimas de cidadãos portugueses durante a Guerra do Paraguai, incluindo os nomes de Leite Pereira e, pela primeira vez, o do vice-cônsul Antonio Augusto de Vasconcelos.

Depois disso, em 13 e 23 de junho, respectivamente *O Commercio do Porto* e *O Campeão das Províncias*, expuseram o longo relato do britânico George Frederick Masterman, transcrito do periódico *Memorial Diplomatique*, de Paris, contando seu padecimento como prisioneiro de guerra, no Paraguai, e citando, por diversas vezes, o desafortunado “cônsul português Leite Pereira”.

A imprensa portuguesa só voltou ao assunto em 1870, no epílogo do conflito bélico, ao registrar o resgate de miseráveis famílias confinadas na vila de Espadín, no

---

<sup>499</sup> *Diário de Notícias*, em 23 de outubro de 1868.

<sup>500</sup> *O Campeão das Províncias*, em 21 de outubro de 1868.

interior do território paraguaio, em 25 de fevereiro daquele ano. *O Commercio do Porto* ressaltava que “entre as mulheres que se achavam sob o poder de López foi encontrada a viúva do infeliz cônsul português no Paraguai, covardemente assassinado; a viúva conta os horrores que sofreu.”<sup>501</sup> Na mesma edição, o correspondente do jornal no Rio de Janeiro também se reportaria à mulher de Leite Pereira e as agruras que viveu no desterro, onde lê-se:

Entre as senhoras ultimamente libertadas das garras do déspota figura a jovem esposa do Sr. Leite Teixeira (sic), vice-cônsul de Portugal, morto, como se sabe, pelo feroz ditador. A miséria dessas pobres chegou ao ponto de comerem sapos, e algumas com o fim de por termo à vida, chegaram a comer cobras venenosas.<sup>502</sup>

Nos ofícios diplomáticos, o fuzilamento dos representantes portugueses no Paraguai já não era mais mencionado. Nem mesmo quando o chefe da Legação no Rio de Janeiro, Mathias de Carvalho e Vasconcelos comunicou ao ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal, José da Silva Mendes Leal, “a importantíssima notícia da terminação da guerra do Paraguai”, anexando as partes oficiais do general brasileiro José Antonio Correa da Câmara, em 25 de março<sup>503</sup>, ou quando felicitou o ministro brasileiro João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegeipe, em 22 de abril de 1870, pela vitória do Império, as execuções foram lembradas.

Nessa correspondência, Mathias de Carvalho e Vasconcelos congratulou-se pelo final dos embates, ocorrido em 1º de março, com a morte de Solano Lopez, em Cerro Corá, sublinhando que “os aliados aumentaram o brilho de suas vitórias, sendo sempre humanos com os vencidos e diligentes em socorrer os estrangeiros oprimidos.”<sup>504</sup>

Interessante que nesses últimos meses de guerra, com a vitória das armas já definida a favor dos Aliados, até as correspondências do representante português da Legação em Montevideu, que ostentava a status de “Legação e Consulado Geral de Portugal nos Estados do Rio da Prata”, começaram a mudar o tom, adquirindo um cunho mais favorável ao Império brasileiro.

---

<sup>501</sup> Esta mesma informação também foi publicada do *Campeão das Províncias*, de Aveiro, em 26 de fevereiro de 1870.

<sup>502</sup> Essa matéria foi reproduzida integralmente no *Bracarense*, de Braga, em 1º de março de 1870.

<sup>503</sup> Ofícios de 25 de março e 22 de abril de 1870, da Legação da Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José da Silva Mendes Leal. Caixa nº 213, AHD-MNE.

<sup>504</sup> *Ibidem*

No dia 28 de agosto de 1869, ele previa ao Marquês de Sá da Bandeira, então ministro dos Negócios dos Estrangeiros, o fim próximo do conflito e visivelmente procurava melhorar seu relacionamento com os colegas lotados na Corte brasileira:

Se crê geralmente que aquela guerra terminará dentro de pouco tempo, e que o exército aliado se retirará do Paraguai, deixando ali uma forte guarnição em apoio do governo provisório, e até que aquele país fique completamente tranquilo. [...] ao encarregado da Legação de Sua Majestade no Rio de Janeiro tenho enviado várias reclamações que os súditos portugueses residentes no Paraguai me têm dirigido, e de algumas tem ele obtido bom resultado.<sup>505</sup>

Logo em seguida, um mês depois, aparecia pela primeira vez uma referência depreciativa à pessoa do presidente paraguaio Francisco Solano López, que “apesar de todas as crueldades que contra ele tem exercido este, e disto provem a coragem com que constantemente têm arrostado nos combates contra os aliados<sup>506</sup>”, observava no ofício despachado, em 28 de setembro ao novo ministro dos Negócios Estrangeiros, José da Silva Mendes Leal.

Consciente disso, o Barão de Sousa, pragmático, trocou de lado e, sem constrangimentos iniciou, junto com seu cônsul, em Assunção, Francisco Madruga uma série de entendimentos e ligações protocolares visando os interesses da comunidade portuguesa residente no Paraguai, com o representante brasileiro indicado pelo governo, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.

Quando soube da morte do presidente paraguaio em combate com as tropas brasileiras, agora comandadas pelo marido da Princesa Isabel, o Conde D’Eu, imediatamente comunicou o fim das hostilidades aos seus superiores em Lisboa, em ofício de 12 de março de 1870, informando que a guerra terminara “com a morte do tirano López, no dia 1º dia deste mês.”<sup>507</sup>

---

<sup>505</sup> Ofício de 28 de agosto de 1869, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de Sá da Bandeira. Caixa 212, AHD-MNE.

<sup>506</sup> Ofício de 28 de setembro de 1869, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José da Silva Mendes Leal. Caixa 212, AHD-MNE.

<sup>507</sup> Ofício de 12 de março de 1870, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José da Silva Mendes Leal. Caixa 212, do AHD-MNE.

#### 5.4 A imagem do Brasil disseminado na imprensa portuguesa na época da Guerra do Paraguai

Como vimos, em meados do século XIX, o movimento da indústria portuguesa gerou interesses comerciais que passavam pela sua expansão no mesmo momento em que a emigração para o território brasileiro conhecia valores elevados. Aliado a essas circunstâncias, o interesse em reafirmar os laços culturais e políticos com o Império do Brasil era assinalado com frequência na imprensa portuguesa de época, a título de exemplo *O Commercio do Porto* publicava, em 3 de dezembro de 1867, as honras feitas em Portugal na data natalícia de D. Pedro II, onde lê-se na Seção “Correio de Hoje” (Lisboa, 2 de dezembro - Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., o seguinte teor:

Faz hoje 42 anos S. M. I. o senhor D. Pedro II, Imperador e defensor perpétuo do Brasil. Por esse motivo foi hoje de manhã o sr. Conde de Ficalho ao hotel de Bragança, onde atualmente reside o sr. Barão de Itamaracá, ministro brasileiro nesta Corte, cumprimentá-lo da parte de el-rei e convidá-lo para jantar no paço. Os navios de guerra portugueses surtos no Tejo tiveram a bandeira brasileira no tope do mastro grande.<sup>508</sup>

Nessa lógica, o mesmo periódico, em matéria publicada em 8 de dezembro de 1867, chamava a atenção na Seção “Noticiário” dos festejos ocorridos no Rio de Janeiro, desenvolvidos em 31 de outubro daquele ano, no Teatro Ginásio Dramático, evento promovido pela sociedade portuguesa em homenagem ao transcurso do aniversário do rei português D. Luiz I, o que atesta que era comum essas comemorações oficiais que existiam em cada país em louvor aos governantes monarcas da outra nação-irmã.

Início essa questão das representações do Brasil difundidas na imprensa portuguesa na época da guerra com essa primeira dicotomia que pontuarei, dentre outras, evidenciadas na pesquisa realizada: a tradição lusitana em oposição à tradição castelhana. Nessa linha de pensamento, *O Commercio do Porto*, em matéria do dia 1º de abril de 1866, deixava evidente esse aspecto, que chama de “caráter espanhol”, onde lê-se:

Jornais de Montevideu e Buenos Aires queixam-se do Brasil pela longa permanência da esquadra em completa inatividade. **O caráter espanhol é o mesmo em toda a parte; sempre em revolução com tudo e com todos. Se hoje acatam uma ideia, amanhã apedrejam-na.** Das três potências aliadas a que razão tem para formular queixas é, sem dúvida alguma, o Brasil. A esquadra é *toda* sua; o exército é *quase todo* seu, e seu é o dinheiro com que se está fazendo a guerra. Porém, as espanholadas não faltarão, como já não

---

<sup>508</sup> *O Commercio do Porto*, de 3 de dezembro de 1867.



faltam, para desconhecer todos estes elementos com que o Império entrou para a tríplice aliança.<sup>509</sup> (grifo nosso)

Nessa campanha, tanto a imprensa brasileira quanto a portuguesa desempenharam um papel de suma importância, principalmente quanto à desqualificação do opositor a ser derrotado, no caso, o Paraguai. Na teoria de Bronislaw Bazco (1986), deflagrou-se uma espécie de guerra de representações, aproveitando-se desse ambiente singular: “os tempos de crise são tempos quentes na produção de imaginários sociais, estimulados pelos conflitos, pela busca de legitimidade, pela comoção das estruturas”<sup>510</sup>.

A relativa facilidade com que as narrativas brasileiras atravessavam o Atlântico e chegavam à imprensa europeia era estimulada pelo fato da existência dessas redes familiares que envolviam a comunidade de imigrantes portugueses residentes no Brasil e suas famílias que restavam ainda em Portugal, assim como, pela estreita relação entre os diplomatas e os políticos que, quando não eram eles próprios donos de jornais, tinham relações muito próximas com os editores, correspondentes e redatores de periódicos de grande circulação no Brasil e em Portugal, ponto chave para a entrada de notícias no continente europeu.

Certamente, em Portugal já existiam, pelo passado que o unia ao Brasil, expectativas e imaginários de soluções rápidas para as necessidades econômicas emergentes por parte do governo e dessa população pobre que emigrava para a antiga colônia portuguesa e que, muitas das vezes, deixava grande parcela de sua família ainda em solo lusitano.

Essa linha de pensamento é salientada por Jorge Alves (2001) que relaciona esses interesses imediatos portugueses ao próprio aparato criado pelos jornais brasileiros para que a circulação de notícias vindas do Brasil chegasse no tempo mais rápido possível em solo português. Criando a partir daí, por necessidade logística, um corpo de profissionais correspondentes desses periódicos em cidades estratégicas portuguesas, como Lisboa e Porto que dialogavam diretamente com seus colegas do outro lado do Atlântico.

Os diários de maior circulação no Brasil da segunda metade do século XIX tinham em Portugal correspondentes, alguns não só em Lisboa mas também no Porto: se eram importantes as notícias político-sociais da Corte, não se podia esquecer que uma parte significativa dos leitores dos jornais brasileiros eram os comerciantes do Rio de Janeiro e outras praças comerciais, muitos

---

<sup>509</sup> *O Commercio do Porto*, em 1º de abril de 1866.

<sup>510</sup> BAZCKO, Bronislaw. *Imaginário social*. Enciclopédia Einaudi/Antropos-Homo. Lisboa: Imprensa Nacional, casa da Moeda, 1986.

deles originários do Porto, onde mantinham relações económicas, faziam investimentos e sobre cuja região queriam acompanhar as novidades.<sup>511</sup>

O mesmo autor sugere, ainda, a formação de um interessante “triângulo jornalístico”, que relacionava intimamente as três praças comerciais: do Rio de Janeiro, Porto e Lisboa, com transcrições e colaborações mútuas. Assim, essa imprensa assumia um papel de mediador na aproximação luso-brasileira, como se vislumbra num editorial d’*O Comércio do Porto*, de 27 de julho de 1861, onde lê-se:

As relações mais íntimas e seguidas que existem entre estes dous povos são devidas ao jornalismo. Nesta honrosa missão, a iniciativa proveio do Brasil. Raro é o jornal daquele império que não tenha um correspondente em Portugal, e alguns até dous, um em Lisboa e outro no Porto. A imprensa periódica portuguesa conta já algumas das suas folhas diárias tendo correspondentes regulares do Rio por todas as malas. Entretanto, mesmo fora da acção do governo, que muito podia fazer neste sentido, cumpre à imprensa promover constantemente, por todos os modos ao seu alcance, que os dous povos que tanto interesses ligam, se conheçam e apreciem.<sup>512</sup>

As fontes que utilizamos, como as publicações periódicas de imprensa e textos literários que, de alguma maneira, tinham relação com os editoriais desses jornais, revelaram as concepções culturais criadas por uma elite letrada que tinham ao seu dispor os meios de produzir, transcrever e circular as informações, isto é, foi nesse círculo, nem sempre coincidentemente detentor de poder econômico, que conseguimos observar essa sociedade “construída, pensada, dada a ler”<sup>513</sup> e que, de fato, baseamos a nossa investigação.

Analisamos uma grande quantidade de transcrições e citações em determinados jornais portugueses, cujo tema foi o Brasil e suas múltiplas questões políticas, econômicas, culturais e, em particular, o desenrolar dessa guerra e suas repercussões nas vidas dos brasileiros e portugueses que tanto se interessavam pela rápida vitória Aliada, o que efetivamente não ocorreu.

Entretanto, entendemos que o conjunto dos documentos jornalísticos analisados como um produto de uma sociedade de época deve ser circunscrito em seus aspectos temporais, culturais, políticos e econômicos. Nesse sentido, as redes que se formaram a fim de produzir informações e notícias sobre o conflito, desde os acampamentos no Paraguai até as ruas das principais cidade de Portugal, foram um interessante campo de

---

<sup>511</sup> ALVES, Jorge Fernandes. *Terra de Esperanças... op. cit.*, p. 4.

<sup>512</sup> *O Comércio do Porto*, de 27 de julho de 1861.

<sup>513</sup> Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

pesquisa estudado. Logo, compreender o olhar que os portugueses lançaram para o Brasil, revelou-nos fatores ora de aproximação, ora de distanciamento, entre os dois países.

O período estudado, o da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), tornou esse cenário ainda mais sintomático, devido à crise decorrente a mais de cinco anos de conflito, o que inevitavelmente atingia os interesses de Portugal, quanto país, e dos portugueses, quanto povo, sejam eles emigrados solitários ou os residentes que, no Brasil, possuíam parentes, daí a forte presença de notícias dessa guerra nos diferentes periódicos de Portugal, sobretudo na região Norte do país.

Nesse sentido, passo a reproduzir alguns exemplos dos resultados mais encontrados nos jornais elegidos que deram suporte a essa tese, no que concerne a assuntos, temas e opiniões recorrentemente publicadas, quase que diariamente, nos periódicos portugueses, o que revela essa conexão entre os dois países, observada a partir de suas impensas e tendo o período da guerra como mote.

Primeiramente, me aterei aos aspectos que revelavam as questões logísticas e operacionais necessárias para a produção e circulação dessas informações vindas do Brasil, condicionadas, antes de tudo, a três fatores que estavam em franca evolução técnica: a navegação, o serviço de correios e o telégrafo elétrico.

Por isso, essa rede que se formou entre o Brasil e Lisboa, ávida por notícias, servia-se de qualquer navio, de qualquer bandeira, a fim de suprir de informações mais atualizadas as manchetes dos jornais do dia seguinte. Não à toa, na capital portuguesa existiam bases das principais agências de notícias internacionais europeias, bem como, ligação por telégrafo elétrico para a importante cidade do Porto.

Como já pontuamos, desde meados de 1850, a telegrafia elétrica em Portugal se desenvolvia com relativa rapidez, de modo que em 1865 já se articulava com toda a Europa Ocidental, como bem ficou caracterizado quando, em 17 de maio daquele ano, durante a Conferência Telegráfica Internacional de Paris, 20 delegados representantes de países europeus, dentre eles o de Portugal, assinaram a convenção que criou a União Telegráfica Internacional. Ainda no ano anterior, em 1864, Portugal já havia feito outro acordo internacional visando a criação da ligação transatlântica, entre a América do Sul e Lisboa, mas que só aconteceria de fato 10 anos depois.

É nesse contexto, anterior ao cabo intercontinental, mas de uso sistemático e usual desse serviço dentro do país, que *O Commercio do Porto*, o principal periódico do Norte, revelava, na “Seção Telegrafia ao Commercio do Porto (do correspondente de Lisboa)”, esse dinamismo, ao noticiar, em 14 de junho de 1866, a tentativa de invasão do território Paraguaio, na Batalha do Passo da Pátria, tendo como fonte dessas informações o pacote *Guienne*, que fazia parte da *Compagnie des Services Maritimes des Messageries Impériales*, uma espécie de agência de correios francesa, ligada ao serviço consular

Lisboa, 14, às 6h e 55m. da manhã. Os passageiros do pacote *Guienne*, entrado ontem, dizem que o exército aliado perseguiu os paraguaios até a distância de 20 léguas. No Passo da Pátria houve batalha morrendo muita gente de ambos os lados. As perdas dos aliados foram consideráveis. As bexigas e o sarampo invadiram o exército aliado. Nas transações comerciais no Rio de Janeiro houve pouca animação.<sup>514</sup>

Certamente, o uso indiscriminado de navios de outros países estava relacionado às dificuldades e aos custos que uma viagem transatlântica possuía. Mesmo em meados do século XIX, a irregularidade da chegada desses navios era enorme, podendo durar, como já pontuamos, de 20 a 40 dias, normalmente. Como exemplo, a Batalha de Tuiuti, maior embate armado da guerra, ocorrida em 24 de maio de 1866, só foi noticiada em Portugal em 27 de junho. Como vemos no texto de capa d’*O Commercio do Porto*, na seção “Noticiário”

Paquete do Brasil – No dia 24 de maio deu-se novo combate (Tuiuti), em que ficaram vitoriosas as forças aliadas, mas as perdas foram consideráveis de parte a parte. O general Osório, comandante em chefe das forças brasileiras, ficou ferido, bem como o general Pinheiro Guimarães. A nossa correspondência do Rio de Janeiro, que hoje devemos receber, nos dará os pormenores deste novo combate.<sup>515</sup>

No mesmo jornal, na página 2, na seção “Correio de Hoje”, trazia informações mais detalhadas do acontecimento, indicando que, mesmo já em solo português, da notícia que chegava em Lisboa até sua efetiva produção no jornal portuense, o prazo era de 24 horas, onde lê-se

“CORREIO DE HOJE” (Lisboa, 26 de junho - Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., mais informações sobre a guerra: Chegou o pacote do Brasil. Trouxe para Lisboa 124 passageiros. As notícias não são das mais favoráveis. Do campo pedem ao governo mais 10.000 homens. No dia 24 tinha havido uma sanguinolenta batalha. Os paraguaios surpreenderam o exército aliado e depois de renhida luta fugiram, avançando aquele. Os jornais dão 5.000 mortos paraguaios, 250 feridos e 300 prisioneiros, 400 brasileiros mortos e 100 feridos. Acho desproporcionados estes números e não me merece crédito uma tal estatística. Os generais Osório e Pinheiro

---

<sup>514</sup> *O Commercio do Porto*, de 14 de junho de 1866.

<sup>515</sup> *O Commercio do Porto*, em 27 de junho de 1866.

Guimarães tinham sido feridos. A força paraguaia era de 20.000 homens e a dos aliados de 30.000.<sup>516</sup>

Claro que no decorrer dessa longa guerra, que durou mais de 5 anos, pouco a pouco, esses prazos temporais que limitavam, de certa forma, a produção e a circulação das notícias, vão se tornando menores.

Essa mudança esteve relacionada diretamente à própria ação tecnológica aplicada à melhoria das comunicações de época, logo, é sintomático que a notícia do fim da guerra, que se deu efetivamente com a morte do presidente paraguaio em ação de combate, em 1º de março de 1870, no interior paraguaio, numa região inóspita, na Serra de Maracaju, às margens do riacho Aquidabã, foi noticiada, menos de um mês depois, na cidade de Aveiro, em Portugal, isso para termos uma ideia da nova velocidade percorrida pela informação. Assim, *O Campeão das Províncias*, em 30 de março de 1870, informava, com detalhes, o fato que marcava o fim da guerra:

"CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 29 de março de 1870), onde lê-se: "(...) o feroz López transpôs o território paraguaio, fugindo para a Bolívia, acossado pelos brasileiros e levando em sua companhia filhos e alguns generais e 800 soldados. Pode, portanto, considerar-se terminada a prolongada campanha do Brasil com o Paraguai. Foi brilhante no Rio a recepção feita aos voluntários no seu regresso do campo da luta, achando-se as ruas cheias de povo, flutuando bandeiras em todas, e queimando-se fogos de artifício. O Imperador recebeu os voluntários no arsenal da Marinha, abraçou o comandante e dirigiu a toda a força uma jubilosa saudação."<sup>517</sup>

Aliás, por conta dessa posição central de Lisboa na rede de produção e circulação de notícias pela Europa, era comum a transcrição de notícias em jornais portugueses de informações colhidas também dos principais periódicos franceses e ingleses, como observamos nessa publicação d'*O Commercio do Porto*, em 3 de março de 1865, na seção "Exterior", na página 3:

LONDRES, 24 - O governo inglês declarou na Câmara dos Comuns que guardará a mais absoluta neutralidade na questão entre Brasil e Montevideú.  
PARIS, 27 - O Moniteur diz que recebeu notícias especiais que lhe permitem assegurar que as propostas do Brasil formuladas por meio de Portugal satisfarão completamente e restabelecerão entre Brasil e o governo inglês relações mais íntimas do que as que existiam antes do rompimento das diplomáticas.<sup>518</sup>

---

<sup>516</sup> *Ibidem*.

<sup>517</sup> *O Campeão das Províncias*, de 30 de março de 1870.

<sup>518</sup> *O Commercio do Porto*, de 3 de março de 1865.

Na mesma linha, esse periódico português, em 14 de outubro de 1868, na seção “Noticiário”, em texto intitulado “Guerra do Brasil com o Paraguai”, transcreveu uma matéria de 8 de outubro, publicada no jornal londrino *Times*, onde lia-se:

Forças brasileiras atacaram a esquerda das posições fortificadas de Tebicuary. López fugiu com uma pequena escolta para Villeta, sete léguas abaixo de Assunção. Prisioneiros confirmam que Berges e outras pessoas foram fuzilados, e que dois irmãos de López estão presos.<sup>519</sup>

O dinamismo verificado na produção e circulação de notícias de cidade para cidade servia-se de uma sofisticada rede de correspondentes desses jornais que eram responsáveis, de fato, pela seleção e envio das informações de país para país, de jornal para jornal.

Logo, a complexidade do serviço de correspondentes de guerra fica latente, mais ainda, nesse ambiente de crise que o conflito trouxe consigo, provando, inclusive, ser bastante eficiente para os padrões de época o serviço de telegrafia elétrica, atividade essa que funcionava 24h por dia! Como deixa claro a publicação d’*O Commercio do Porto*, de 30 de janeiro de 1867, na Seção “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO”, transcrita às 3 da madrugada, de Lisboa:

**(Lisboa, 30 às 3h. da madrugada)** O exército aliado prepara-se para uma batalha decisiva, devendo haver um bombardeamento constante durante oito dias contra as fortificações paraguaias. Nas linhas de López houve uma grande explosão, morrendo 40 pessoas e ficando feridas outras tantas. Foram para o teatro da guerra 2.000 soldados e continua ainda o recrutamento.<sup>520</sup> (grifo nosso)

No contexto da Guerra do Paraguai, a partir das análises das matérias publicadas nos diferentes periódicos analisados, fica evidente que existiam jornalistas brasileiros, correspondentes desses jornais nas cidades da bacia Platina, estrategicamente localizadas para a melhor coleta de informações da frente de combate, como as cidades argentinas de Corrientes e Buenos Aires e, ainda, Montevideú, no Uruguai, para, só a partir daí, seguirem, as informações coletadas, para a Corte do Rio de Janeiro, que eram transformadas em notícias, sendo posteriormente remetidas para Lisboa.

Em 20 de março de 1868, em texto de capa, *O Commercio do Porto* deixa isso evidente ao transcrever uma longa matéria produzida pelo correspondente do periódico

---

<sup>519</sup> *Idem*, de 14 de outubro de 1868.

<sup>520</sup> *O Commercio do Porto*, em 30 de janeiro de 1867.

brasileiro *Jornal do Commercio*, sediado em Montevideu, onde lê-se sob o título “BRASIL – Guerra do Paraguai”:

O Marquês de Caxias apontou ao vice-almirante a necessidade de que a esquadra tentasse forçar Humaitá, para completar o assédio do inimigo. Tropa animada com as novas operações previstas. Águas do rio Paraguai continuam subindo; boas condições para um ataque aliado.<sup>521</sup>

Em outra matéria, pode-se perceber que esses profissionais seguiram o avanço dos exércitos aliados, pois o texto publicado pelo *O Commercio do Porto*, em 16 de outubro de 1869, transcreve material produzido pelo correspondente do *Jornal do Commercio* que se encontrava agora em Assunção, já ocupada militarmente pelas forças brasileiras, onde se lê, na página 2, a transcrição intitulada “BRASIL”, de 31 de agosto de 1869 (de Assunção, Paraguai):

(...) Nova derrota dos paraguaios, depois das "brilhantes vitórias" dos aliados em 12, 16 e 18 de agosto. Forças brasileiras do general Auto e argentinas do general Mitre (Emilio) vencem o combate em Ignacio-Cué, a três léguas de Caraguatay; inimigo "deixou na estrada" 300 mortos, três peças de artilharia e grande número de carretas com munições de guerra. "Dizem" que López está fugindo para a Bolívia, com 2.000 homens. Conde d'Eu organizou seu quartel-general em Caraguatay e planeja a perseguição do inimigo.<sup>522</sup>

Essa elaborada “rede” que podemos definir como “triangular”, na produção e circulação de notícias que envolvia, via imprensa, as praças comerciais do Rio de Janeiro, no Brasil e as cidades de Lisboa e Porto, em Portugal, criava ainda uma sofisticada malha de “correspondentes”, profissionais a serviço dos principais jornais nos dois lados do Atlântico.

Antes mesmo de iniciada a Guerra do Paraguai (novembro de 1864), num editorial de 27 de julho de 1861, intitulado “Relações oficiais entre o Brasil e Portugal”, o jornal *O Commercio do Porto* revelava esse potente intercâmbio de notícias à época e o papel que o jornalismo desempenhava nessa relação transatlântica:

As relações mais íntimas e seguidas que existem entre estes dous povos são devidas ao jornalismo. Nesta honrosa missão, a iniciativa proveio do Brasil. Raro é o jornal daquele império que não tenha um correspondente em Portugal, e alguns até dous, um em Lisboa e outro no Porto. A imprensa periódica portuguesa conta já algumas das suas folhas diárias tendo correspondentes regulares do Rio por todas as malas. Entretanto, mesmo fora da acção do governo, que muito podia fazer neste sentido, cumpre à imprensa promover constantemente, por todos os modos ao seu alcance, que os dous povos que tanto interesses ligam, se conheçam e apreciem.<sup>523</sup>

---

<sup>521</sup> *Idem*, em 20 de março de 1868.

<sup>522</sup> *Idem*, em 16 de outubro de 1869.

<sup>523</sup> *Idem*, em 27 de julho de 1861.

Certamente, o processo colonial concebido na América Portuguesa que teve como seu principal contraponto o lado castelhano, desenvolvido nos países de colonização espanhola, contribuiu naturalmente para que visões de mundo já arraigada nessas jovens nações se aprofundassem, mais ainda, na construção do inimigo a ser vencido, levando para as narrativas construídas na imprensa, as dicotomias mais evidentes entre os povos em guerra, como os contrapontos: “monarquia de origem portuguesa” *versus* “repúblicas espanholas” e “civilização” *versus* “barbárie”, como podemos perceber nas seguintes matérias publicadas n’*O Commercio do Porto*, que ressaltava a selvageria paraguaia e o atos de desumanidades praticados pelos invasores na província brasileira do Mato Grosso, na edição do dia 4 de março de 1865, em texto de capa intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1865 (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, lê-se:

Paraguaios continuam invadindo a província de Mato Grosso; tomaram, sem resistência, Nioaque, Albuquerque e Corumbá (Por toda a parte o povo indefeso fugia diante dos selvagens). Em Corumbá, alguns prisioneiros foram mutilados, cortando-se-lhes as orelhas, que o Iporá levou à Assunção enfiadas numa corda. Violência dos paraguaios é muito grande (Segundo a descrição feita por uma testemunha ocular, cometeram os paraguaios em terra todos os atos de requintada barbaridade que a selvageria lhes sugeriu. Roubaram quanto acharam, violaram mulheres, insultaram, feriram, mataram, nada respeitaram; mesmo súditos estrangeiros foram suas vítimas). Pouco a pouco cresce o número de voluntários da pátria. (fonte: *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro).<sup>524</sup>

Em 29 de novembro de 1865, o mesmo jornal comparava os paraguaios aos temidos e bárbaros hunos, invasores do Império Romano, chamando a atenção às pilhagens e às atrocidades praticadas pelos soldados paraguaios, agora em retirada do território argentino, em texto intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, ocupando praticamente toda a primeira página (6 colunas), com informações baseadas no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, destaca-se:

(...) Exército aliado avançava pelo território de Corrientes. Forças paraguaias continuam promovendo saques e violência por onde passam (O que a história conta das invasões dos Hunos ou dos Sarracenos é descorado e banal ao pé do que os paraguaios praticam em sua retirada de Corrientes).<sup>525</sup>

Entretanto, devemos salientar que a complexidade das redes existentes entre Brasil e Portugal, bem como, os interesses diversos que interagiam na produção das notícias que eram efetivamente impressas nos jornais portugueses para serem lidas e

---

<sup>524</sup> *Idem*, em 4 de março de 1865.

<sup>525</sup> *O Commercio do Porto*, de 29 de novembro de 1865.



reproduzidas em solo português e por todo o mundo, davam espaços para, pontualmente, trazerem relatos críticos à condução da guerra, assim como, levantar dúvidas, inclusive, a respeito da veracidade das informações que chegavam em solo europeu, num verdadeiro jogo de informações e contrainformações.

Nesse sentido, *O Commercio do Porto*, em matéria de 15 de junho de 1866, põe em descrença certos êxitos militares das forças brasileiras, onde lê-se na seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 14 de junho – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pelo correspondente de inicial M.

Disseram os passageiros (do paquete do Brasil) **que os jornais brasileiros tem ocultado a verdade dos fatos para não desanimar a população do Rio e das províncias, mas que cartas particulares dos oficiais pintam as coisa com feias cores.** [...] Como não vi ainda carta nem jornal do Brasil, dou todas essas notícias com certa reserva, e fica dito de uma vez para sempre, que pelas notícias que dou por ter ouvido aos passageiros, apesar de me serem apresentadas como pessoas de toda a confiança, não me responsabilizo.<sup>526</sup> (grifo nosso)

O mesmo jornal, em 29 de novembro de 1868, em texto da página 3, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 8 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" manifestava a inconformidade com o prolongamento da guerra, afinal já se passara 4 anos, desde seu início, onde lê-se: "Estamos fartos de ouvir anunciar a queda do tirano e a última vitória dos aliados, mas nem aquele cai, nem estes a obtém."

Nesse esforço, na busca pela informação mais fidedigna, *O Campeão das Províncias* foi além e, em 9 de junho de 1869, publicou um texto tendo como base informações colhidas em jornais franceses e ingleses em texto intitulado "Notícias de Origem Paraguaia", onde lê-se

Regimento de cavalaria brasileiro surpreendido e destroçado pelas forças de López. No Alto Paraguai, tripulações de navios brasileiros mortas ou aprisionadas pelos paraguaios. Embarcações brasileiras no Rio Tebicuary também atacadas pelo inimigo.<sup>527</sup>

Assim, ao analisar todo o período da guerra nos jornais elegidos como fontes primárias dessa pesquisa, mesmo com o grande predomínio de matérias em favor do Brasil, é possível observar um olhar mais crítico a respeito do conflito, evidenciado em abordagens quanto ao prolongamento do conflito, a uma atitude imperialista brasileira, ao gasto desenfreado, a possível fuga de Solano López, entre outros fatos.

---

<sup>526</sup> *Idem*, em 15 de junho de 1866.

<sup>527</sup> *O Campeão das Províncias*, em 9 de junho de 1869.

Nessa linha de pensamento, *O Campeão das Províncias* publicou na capa, de 29 de dezembro de 1866, longo texto intitulado "Lisboa (Do nosso correspondente - 27)", onde destacavam-se as dificuldades passadas pelo Brasil na condução da guerra, sugerindo, inclusive, o pedido de paz

A guerra continuava com bastante furor, e desgraçadamente para o Brasil o seu exército acha-se completamente desmoralizado; tal é a indisciplina que lavra nas suas fileiras, que os próprios brasileiros já agouram mal do resultado da guerra com o Paraguai. A nomeação do marechal Marquês de Caxias para comandante em chefe do exército julga-se que já foi tarde (...) As falências sucedem-se de modo que, na praça do Rio de Janeiro, conserva-se um terror comercial, que é prejudicialíssimo ao Brasil.

Tropas imperiais fogem espavoridas quando avistam os paraguaios, que têm dizimado o exército brasileiro! Brasil agiu mal ao recusar as propostas de paz apresentadas pelos paraguaios; a persistência do governo brasileiro tem exaurido o tesouro público, de modo que a continuação da guerra é a ruína do império.

Déficit do orçamento do estado é fabuloso; parlamento brasileiro deve pedir a paz. (...) A aliança do Império com o Uruguai e a Argentina está quase rota; enredos e intrigas tomam conta dos governos das duas Repúblicas.<sup>528</sup>

Em 16 de janeiro de 1868, *O Commercio do Porto* publicou um texto intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 23 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" que foi reproduzido no jornal *Bracarense* dois dias depois, em tom bastante crítico, provoca ironicamente a narrativa brasileira, onde lê-se:

Estas frases, como, por exemplo, a de que o cerco às forças de López é tão grande que até lhes faltará o ar para respirar, são ditas e escritas com o mesmo critério daquelas outras do princípio da guerra, isto é, de que o exército de López era composto de crianças, mendigos e inválidos, armados de paus em vez de espingardas, e que para combater inimigos tais não precisava o Brasil nem de exército, nem de esquadra.<sup>529</sup>

Essas informações desencontradas, por vezes otimistas demais, que noticiavam que a guerra terminaria rapidamente, que as forças paraguaias não iriam aguentar por muito tempo ou que haveria uma sublevação interna entre os próprios partidários e familiares de Solano López, só faziam aumentar essas críticas quanto a veracidade dessas informações que chegavam às redações portuguesas. Foi assim também quando por diversas vezes, por conta de uma ou outra grande batalha, se pensou que a guerra estivesse terminada, puro engano ou notícia falsa.

Como exemplo dessas informações ilusórias que minavam os ânimos dos leitores portugueses vemos *O Commercio do Porto*, em 15 de janeiro de 1869, noticiar em texto da página 3, intitulada "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de dezembro (Corresp. Parte. do

---

<sup>528</sup> *Idem*, em 29 de dezembro de 1866.

<sup>529</sup> *O Commercio do Porto*, em 16 de janeiro de 1868.

Commercio do Porto)", onde destaca-se o fim do conflito (que só aconteceu, de fato, mais de um ano depois), certamente causada pelo impacto das sucessivas vitórias do Marquês de Caxias em dezembro de 1868, nas batalhas de Itororó (6 de dezembro), Avaí (11 de dezembro), Lomas Valentinas (21 a 27 de dezembro) e a rendição de Angustura (30 de dezembro), onde lê-se do relato: "Está terminada a guerra entre o Brasil e o Paraguai! E terminada à força de armas, por uma vitória brilhante e decisiva sobre os últimos restos do mísero povo paraguaio, que o seu bárbaro ditador sacrificou, parte às mãos do carrasco e parte às do inimigo." O texto lembra a grande vitória das armas brasileiras e a tomada das posições paraguaias da vila de Villeta e do forte de Angustura.

O correspondente do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, não se conteve e se dirigindo aos leitores portugueses no final do texto, conclama: "**Aceitamos desde já os parabéns entusiásticos dos nossos irmãos d'além-mar. Glória ao Brasil e a Portugal, combinados filhos somos!**" (grifo nosso)

Não confirmadas as notícias, nas próximas edições os jornais portugueses tinham que se explicar aos seus leitores e seguiam-se desaprovações e julgamentos depreciativos quanto a guerra e seu comando.

Entretanto, apesar da existência desses textos mais críticos com relação a conduta adotada pelo Brasil na guerra, o tom geral das publicações mais disseminadas entre os jornais portugueses e desses transcritos para fora de Portugal, quase sempre, foram alinhados à causa brasileira, pautada, a meu juízo, por algumas questões fundamentais que ligaram e, ainda ligam, esses dois países, apontadas nesse texto do jornal *O Commercio do Porto*, de 26 de setembro de 1869, intitulado "A última vitória das armas brasileiras", já nos últimos meses do conflito

As armas brasileiras, dirigidas por um príncipe guerreiro e dedicado à glória do seu país adotivo, parece que conseguiram dar o derradeiro golpe nos restos dispersos e fugitivos do obcecado tirano que tem feito a ruína da nação que se lhe entregara nas mãos. O Brasil acaba assim a sua bela obra de iniciação do Paraguai na comunhão dos princípios da civilização moderna. [...] **Portugal que, desde os confins do mundo velho, via e acompanhava com dolorosa ansiedade as peripécias dessa luta importantíssima pelos seus resultados, estremece de espontânea alegria ao som festivo da última vitória do povo que é seu irmão pelas tradições da história, pela identidade da origem e pela união e confraternidade dos interesses e das relações econômicas e sociais.**<sup>530</sup> (grifo nosso)

---

<sup>530</sup> *Idem*, em 26 de setembro de 1869.

Esses exemplos apontados de como se produziam e circulavam as informações vindas da América do Sul para a Europa, tanto em seus aspectos de natureza logística e operacional, quanto no que tange ao conteúdo das matérias jornalísticas, propriamente dito, foram escolhidos por serem os temas e as abordagens mais recorrentes encontradas nos periódicos portugueses que, como procurei demonstrar, acabaram por embasar uma narrativa brasileira acerca da Guerra do Paraguai não só para Portugal, mas a partir deste, para todo o mundo.

Nesse sentido, o intercâmbio transatlântico de notícias entre Brasil e Portugal, apesar de se articular originalmente numa rede de migrações humanas, de mediações culturais e de interesses econômicos, propiciou finalmente um original e eficaz objetivo diplomático e propagandístico a serviço do Império brasileiro no esforço de guerra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

O presente trabalho procurou analisar a circulação das notícias publicadas nos jornais impressos entre Brasil e Portugal, focando em alguns periódicos editados na época da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (1864 a 1870).

Meu principal objetivo foi indentificar e examinar a produção e a circulação desses periódicos numa escala transatlântica, verificando as apropriações das informações a respeito da guerra em curso, noticiadas quase que diariamente nas principais cidades portuguesas, a partir de um complexo jogo de interesses que envolveu, entre outros atores, donos de jornais, literatos, correspondentes de guerra, militares, políticos e diplomatas dos dois países.

De fato, para existir essa circulação de notícias em escala transnacional procurei apontar o importante papel desempenhado por certas instituições e “lugares” como os gabinetes de leitura, as bibliotecas particulares, em especial, da comunidade portuguesa estabelecida na Corte do Rio de Janeiro e as redações e tipografias dos jornais que efetivamente eram o epicentro da sofisticada “rede” criada para a produção e circulação das notícias do conflito no período estudado.

Do mesmo modo, inseri nesse contexto, a posição singular que essa comunidade portuguesa, instalada na capital do Império brasileiro, ocupou, no que se refere às práticas de leitura e na disponibilização dos periódicos a um público mais alargado na cidade. Nesse sentido, minha intenção foi evidenciar e articular o contínuo fluxo de imigrantes portugueses com a permanente atenção de suas famílias, ainda redidentes em seu país natal, tão preocupadas com os acontecimentos na antiga colônia, mesmo após a Independência.

Interesses esses que envolviam, certamente, sentimentos sinceros de parentesco, mas também, questões econômicas e aspectos culturais comuns que uniam tradicionalmente as duas nações e que se mantiveram no “longo século XIX”.

Nessa perspectiva, a recepção das notícias que chegavam na Europa tinham Portugal e a cidade de Lisboa, sobretudo, como ponto estratégico primordial para o conhecimento de tudo que se desenrolava na guerra entre os povos da região Platina, na América do Sul. Adotei como mote o tema “Guerra do Paraguai” pois, atualmente, nos países platinos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) há um vigoroso “revisitar” historiográfico sobre o assunto, particularmente, no Brasil e no Paraguai.

Para além dessas novas perspectivas, fruto de atuais métodos e teorias, como a Nova História Cultural, a História Comparada, a Micro História e o ressurgimento da Biografia, pesquisadores procuram novos objetos e aspectos que problematizem o tema guerra como um todo. Consequentemente tem-se um conjunto de temas, até então, esquecidos ou colocados em segundo plano, como o recrutamento militar, o papel da mulher na guerra, o comércio etc e, em nosso caso particular, o papel dos jornais impressos no jogo político das relações internacionais do Brasil e Portugal, à época do conflito.

Assim, observando a imprensa como fonte e objeto, creio que o tema “guerra” fez com que essa imaginação criadora se potencializasse no caso de ver o inimigo a ser vencido. Nesse sentido, é importante lembrar das dificuldades de comunicação dos povos latino-americanos em meados do século XIX, dos poucos contatos entre as populações dos países na América do Sul e da particular posição interiorana paraguaia (onde efetivamente se travavam os principais combates entre as forças armadas em confronto).

Procurei ressaltar alguns casos singulares em que profissionais civis das redações e tipografias desses periódicos brasileiros se voluntariaram para ir à guerra, simplesmente para estarem perto das notícias.

De certo, essa mesma imprensa serviu da logística militar instalada, principalmente da Marinha Imperial do Brasil, para o acesso direto a essas informações do *front*. Julgo, inclusive, que a logística empregada para a produção de informação do conflito no Paraguai contribuiu para a maior complexidade da própria imprensa periódica brasileira pois, as dificuldades da produção das notícias fizeram com que surgisse uma importante e original rede de comunicações que articulou editores, proprietários de jornais, fotógrafos e os correspondentes de guerra.

Ainda, constatei que existia uma forte relação entre os editores e donos de jornais e os correspondentes de guerra, alguns deles oficiais do Exército e da Marinha, contratados por esses periódicos para trazerem informações do conflito para Corte do Rio de Janeiro, que depois se irradiava para as outras províncias e para o exterior, notadamente para Lisboa e daí para toda a Europa.

Demonstrando assim que havia uma eficiente circulação de periódicos do Brasil para Portugal, baseada numa rede de contatos para além dos donos de jornais e editores brasileiros e portugueses, na produção e circulação de notícias da guerra, envolvendo

outras instâncias, entre pessoas, grupos sociais e instituições, inclusive, o mais interessado nessa propagação das narrativas sob a perspectiva brasileira, ou seja, o Governo brasileiro de D. Pedro II que, dessa maneira, se utilizou dessa “rede” para disseminar sua opinião sobre o conflito, usando Portugal como porta de entrada para a Europa.

Nesse ponto, a diplomacia portuguesa, apesar de se declarar neutra oficialmente, atuou em favor do Brasil no conflito, inclusive, utilizando-se das notícias produzidas pelos principais periódicos brasileiros para legitimar seus pareceres e visões sobre a guerra que se construiu no período.

Constatai também a íntima ligação entre os intelectuais literatos e romancistas e seus duplos papéis como articulistas dos periódicos. Na verdade, os grandes romancistas e escritores dos dois países eram, igualmente, os articulistas dos principais jornais analisados no período, evidenciando a forte ligação entre a literatura e a imprensa existente nesses primeiros anos de um jornalismo mais profissional.

No Brasil, esses textos literários produzidos se faziam presentes entre os leitores brasileiros e portugueses imigrantes, seja na forma de livros, seja na forma de romances, publicados geralmente nas seções dos jornais denominadas “folhetins” ou “crônicas do dia”, que na prática, editavam partes dessas obras literárias em curtos capítulos a fim de gerar no público leitor uma expectativa para o próximo número do jornal. Tanta era a circulação de impressos entre Brasil e Portugal que houve uma intensa troca de informações que envolveu, igualmente, o consulado português, no sentido de garantir os direitos autorais dos autores portugueses no Brasil.

Dentro desse processo de transferência cultural, não somente de objetos culturais, como os jornais e suas notícias, mas de homens, de sentimentos, de novos valores, e projetos estimulados pelos movimentos emigratórios de Portugal para o Brasil, temos como um ponto importante a fundação do Gabinete Português de Leitura, ocorrida em 1837 na Corte do Rio de Janeiro. Para além do próprio Real Gabinete Português de Leitura, as diversas associações portuguesas que se estabeleceram no Brasil durante o século XIX foram um elemento novo e fundamental para garantir e aprofundar as relações luso-brasileiras.

De certo, no decorrer dos oitocentos, os portugueses viveram uma situação peculiar no Brasil, pois as ligações com o antigo país colonizado nunca foram quebradas,

nem mesmo pós Independência. Diferentemente do restante da América, o Brasil manteve as estruturas monárquicas, inclusive com um rei português e depois com seu filho Dom Pedro II.

Nessa lógica, muitos portugueses e seus descendentes diretos se mantiveram nas estruturas político-administrativas e econômicas do jovem Império brasileiro em consolidação. As consequências culturais dessa presença e intercâmbio revelaram-se no contexto do que seria ser “brasileiro” e tiveram expressão nas várias disputas em todos os níveis da vida política, econômica e social do país.

Igualmente, a preponderante posição das taxas de emigração portuguesa no período analisado (de 1850 a 1870), comparativamente com as outras nacionalidades sempre foram largamente superiores, influenciaram nas preferências ocupacionais e os espaços geográficos ocupados por essa comunidade lusitana, particularmente na capital do Brasil, onde a maioria se fixou, revelando dinâmicas singulares dessa relação.

A guerra fez despertar paixões e interesses e a imprensa brasileira soube dar vozes a esse estado de espírito. Por esse ângulo, a mobilização da imprensa brasileira foi mais um esforço nessa guerra que envolveu todas as energias do Império. Em uma perspectiva transatlântica, miramos nosso olhar para a produção e circulação de periódicos brasileiros que chegavam à Portugal durante a Guerra do Paraguai e mapeamos quais foram os principais jornais que serviram de referência para a produção de notícias em solo lusitano e constatamos o papel central que o periódico brasileiro *Jornal do Commercio* desempenhou nesse contexto beligerante, entre novembro de 1864 a março de 1870.

As informações que chegavam em Portugal, por intermédio dos principais periódicos da capital brasileira, eram transcritas diretamente ou serviam como informações fidedignas, base para as notícias publicadas nas páginas dos principais jornais da época como *O Commercio do Porto*, da cidade do Porto, *O Bracarense*, de Braga, *O Campeão das Províncias*, de Aveiro e o *Commercio de Lisboa* e o *Diário de Notícias*, da capital portuguesa.

A narrativa da “civilização” contra “a barbárie”, da tradição monárquica portuguesa *versus* o caráter republicano e belicoso espanhol, entre outras dicotomias criadas nos jornais analisados, visaram amplificar esse discurso brasileiro sobre o conflito. Logo, as representações construídas a respeito da Guerra do Paraguai tiveram na imprensa um relevante papel na composição do imaginário social do período.



Nesse sentido, acredito que estudar a Guerra do Paraguai na perspectiva da produção da informação desse conflito nos periódicos portugueses do século XIX, tendo como pressuposto esse complexo jogo de interesses, traz uma nova compreensão no entendimento desse importante conflito que revela questões fundamentais para se entender a formação dos Estados Nacionais do Cone Sul da América, assim como, apresentar um novo panorama, por um outro viés, para se compreender as relações luso-brasileiras na segunda metade do século XIX.

Logo, creio que a imprensa é um interessante “lugar” para se analisar essa relação de trocas culturais recíprocas e podem nos apresentar um interessante cenário de conflitos e aproximações entre esses dois povos.

De fato, se a diplomacia já era um precioso instrumento que os governos dispunham para estabelecer contatos pacíficos com outros Estados, buscando atingir os propósitos traçados pelas suas elites políticas – mas também econômicas -, a imprensa, que se complexificava, revelou-se, ao longo do século XIX, um poderoso mecanismo de mobilização da opinião pública, tornando-se uma expressão social que deveria ser considerada pelos detentores do poder e foi nesse contexto que a imprensa brasileira influenciou e foi influenciada por essa guerra, envolvendo propositadamente sua antiga metrópole colonial.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **1.1 Instituições arquivísticas**

Archivo Nacional de Asunción (Assunção, Paraguai)

Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal)

Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa, Portugal)

Arquivo Histórico e Documental da Marinha (Rio de Janeiro, Brasil)

Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro, RJ)

Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro, Brasil)

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, Brasil)

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal)

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa, Portugal)

Hemeroteca Municipal de Lisboa (Lisboa, Portugal)

Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro, Brasil)

### **1.2 Fontes Manuscritas**

Cartas protocolares de Príncipes, Cardeais e Presidentes da república, séculos XVIII, XIX e XX. Caixa 4 – Maço 49 (C5M6), Arquivo Histórico e Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa, Portugal).

Cartas, Reservados e Confidenciais referentes à Campanha do Paraguai. Códice 924 – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil).

Correspondência Consular do Visconde de Atouguia a José de Vasconcellos e Souza, 13 de dezembro de 1853. Representações diplomáticas estrangeiras no Brasil/ Portugal. Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro, Brasil).

Correspondência da Guerra do Paraguai (assuntos diversos). Códice 547 – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil).

Correspondência reservada do Ministro da Marinha Afonso Celso ao Barão de Inhaúma (15 de abril de 1868). Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, Brasil).

Documentos referentes ao Duque de Caxias (correspondência manuscrita). Códice 551 – Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, Brasil).

Ofício n.º 8, de 8 de março de 1847, de José de Vasconcellos e Sousa, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a Manoel de Portugal e Castro, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; em Legação de Portugal no Rio de Janeiro (LPRJ), correspondência recebida, 1847-1850, caixa 541, maço 1, Fundo Ministério dos Negócios Estrangeiros (FMNE), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Ofício n.º 12, de 28 de março de 1847, de José de Vasconcellos e Sousa, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, ministro da Marinha do Brasil; em Legação de Portugal no Rio de Janeiro, correspondência recebida, 1847-1850, caixa 541, maço 1, FMNE-ANTT.

Ofício n.º 13, de 16 de março de 1853, de José de Vasconcellos e Sousa a António Aloísio Jervis de Atouguia, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; em Legação de Portugal no Rio de Janeiro (LPRJ), correspondência recebida, 1851-1853, caixa 202, maço 5, Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa (MNE).

Ofício de n.º 6, de 7 de janeiro de 1864, da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé. Caixa n.º 207, AHD-MNE.

Ofício s/n.º de 29 de janeiro de 1864, do chefe da Legação de Portugal em Montevidéu, Leonardo de Souza Leite Azevedo, que respondia como um chefe de todos os países da bacia do Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai), ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé, Caixa n.º 788, AHD-MNE.

Ofício n.º 25, de 14 de agosto de 1864, do chefe da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé. Caixa n.º 544, AHD-MNE.

Ofício (reservado) n.º 24, de 10 de novembro de 1864, do chefe da Legação de Portugal no Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros

de Portugal, D. Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, o Duque de Loulé. Caixa nº 207, do AHD-MNE.

Ofício nº 58, de 23 de dezembro de 1864, da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Duque de Loulé. Caixa 207, AHD-MNE.

Ofício nº 52, de 29 de dezembro de 1864, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Duque de Loulé. Caixa nº 544, Livro nº 30, AHD-MNE.

Ofício n.º 9, de 21 de janeiro de 1865, do chefe da Legação de Portugal no Rio de Janeiro, José Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Duque de Loulé; Rio de Janeiro, 21.01.1865; em LPRJ, correspondência recebida, 1865, caixa 208, AHD-MNE.

Ofício, de 22 de janeiro de 1865, do consulado de Portugal no Paraguai para Legação de Portugal em Montevidéu. Caixa nº 789, AHD-MNE.

Ofício de 13 de março de 1865, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa a João Pedro Dias Vieira, ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Caixa 208, AHD-MNE.

Ofício n.º 49, de 22 de março de 1865 do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Duque de Loulé. Caixa 208, AHD-MNE.

Ofício nº 53, de 30 de maio de 1865, do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Ávila, a Legação de Portugal em Montevidéu. Caixa 788, AHD-MNE.

Ofício n.º 59, de 7 de abril de 1865, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa a António José de Ávila, Conde Ávila, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Caixa 208, AHD-MNE.

Ofício nº 32, de 9 de outubro de 1865, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Castro. Caixa nº 788, AHD-MNE.

Ofício nº 40, de 28 de outubro de 1865, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Conde de Castro. Caixa nº 544, Livro nº 30, AHD-MNE.

Ofício (reservadíssimo) nº 15, de 10 de março de 1868, do chefe da Legação de Portugal no Rio de Janeiro, José de Vasconcellos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Ávila. Caixa nº 211, AHD-MNE.

Ofício (comunicado) de 27 de março de 1868, do secretário da Legação do Brasil, em Lisboa, João Pereira de Andrada, ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Conde de Ávila. Caixa nº 371, do AHD-MNE.

Ofício de 23 de setembro de 1868, da Legação de Portugal em Montevideu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Carlos Bento da Silva. Caixa nº 544, Livro nº 45, AHD-MNE.

Ofício de 23 de setembro de 1868, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, o ministro José de Vasconcellos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português (interino), Carlos Bento da Silva. Caixa nº 112, AHD-MNE.

Ofício de 25 de setembro de 1868, do cônsul-geral português do Paraguai (de Buenos Aires, Argentina), Francisco José Correia Madruga ao chefe da Legação de Portugal em Montevideu. Caixa nº 212, AHD-MNE.

Ofício de 7 de outubro de 1868, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, o ministro José de Vasconcellos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português (interino), Carlos Bento da Silva. Caixa nº 112, AHD-MNE.

Ofício nº 142, de 23 de outubro de 1868, do chefe da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro, o ministro José de Vasconcellos e Sousa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros do governo português (interino), Carlos Bento da Silva. Caixa nº 112 do AHD-MNE.

Ofício de 8 de novembro de 1868, do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Carlos Bento da Silva, à Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro. Caixa nº 544, Livro nº 31, AHD-MNE.

Ofício nº 6, de 28 de janeiro de 1869, da Legação de Portugal em Montevideu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês de Sá da Bandeira. Caixa nº 789, AHD-MNE.

Ofício de 7 de maio de 1869, da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Caixa nº 212, AHD-MNE.

Ofício de 6 de julho de 1869, da Legação de Portugal na Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Caixa nº 212, AHD-MNE.

Ofício de 11 de junho de 1869, do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês de Sá da Bandeira às representações diplomáticas portuguesas sediadas no Brasil (Corte do Rio de Janeiro) e Uruguai (Montevidéu). Caixa nº 544, Livro nº 31, AHD-MNE.

Ofício nº 13, de 13 de março de 1869, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês de Sá da Bandeira. Caixa nº 789, AHD-MNE.

Ofício nº 63 (documentos em anexo), de 6 de julho de 1869, da Legação de Portugal da Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês de Sá da Bandeira. Caixa nº 212, AHD-MNE.

Ofício nº 89, de 7 de agosto de 1869, da Legação de Portugal da Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Marquês Sá da Bandeira. Caixa nº 212, AHD-MNE.

Ofício de 28 de agosto de 1869, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o Marquês de Sá da Bandeira. Caixa 212, AHD-MNE.

Ofício de 28 de setembro de 1869, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José da Silva Mendes Leal. Caixa 212, AHD-MNE.

Ofício de 12 de março de 1870, da Legação de Portugal em Montevidéu ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José da Silva Mendes Leal. Caixa 212, do AHD-MNE.

Ofícios de 25 de março e 22 de abril de 1870, da Legação de Portugal da Corte do Rio de Janeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José da Silva Mendes Leal. Caixa nº 213, AHD-MNE.

MELO, Custódio de. *Cartas de Custódio de Melo a sua noiva prometida Janú*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1963, caixa 164. Arquivo Histórico e Documental da Marinha (Rio de Janeiro, Brasil).

### **1.3 Fontes impressas**

#### **1.3.1 Relatório, decretos, leis etc.**

*Annaes do Senado do Império do Brasil*. Segunda Seção, em 1870, da 14ª Legislatura, de 1 a 31 de julho. Vol.II.

“Appensos nº 6”. In: *Relatório da Directoria do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, apresentado Sessão de Assembleia Geral, de 26 de maio de 1872, pelo director Boaventura Gonçalves Roque*, Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, Rua do Hospício, 91, 1872

*Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. Seguido de um suplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial de F. de Q. Q. Regadas, 1858.

*Collecção das Leis do Império do Brazil, 1824, (2ª Parte)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

*Collecção de leis do Império*. Decreto nº 101, de 25.10.1831 (carta de naturalização de Pedro Labatut). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

*Colección Rio Branco (Docs. nº 4427, nº 4725, nº 4768, nº 4783)*. Archivo Nacional de Asunción, Paraguai.

*Decreto nº 399, de 21 de dezembro de 1844. Dá Novo Regulamento para o serviço dos Correios do Império*. Publicação Original - Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1844 - vol. 001.

*Lei nº 602, de 1850 – Dá nova organização à Guarda Nacional do Império*. Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil.

PINHO, J. J. M. de. In: *Sessão Solene: discurso. O Lyceo Litterário Portuguez (1868-1884)*. Edição Comemorativa. Rio de Janeiro: Moreira, Maximino & C. 1884

*Relatórios da 2ª seção*. Repartição do Ajudante-General do Ministério da Guerra, Pasta 07. Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro, Brasil).

### **1.3.2 Publicações periódicas**

#### **- Jornais portugueses:**

*O Commercio do Porto* (de 1º de novembro de 1864 a 16 de abril de 1870)

*Commercio de Lisboa* (de 3 de novembro de 1864 a 12 de agosto de 1865)

*Diário de Notícias* (de 29 de dezembro de 1864 a 16 de abril de 1870)

*O Bracarense* (de 9 de novembro de 1864 a 19 de abril de 1870)

*O Campeão das Províncias* (de 3 de dezembro 1864 a 16 de abril de 1870)

#### **- Jornais brasileiros:**

*A Imprensa* (edição de 27 de junho de 1865)

*A Saudade: periódico literário e noticioso* (de 7 de outubro de 1866 a 16 de julho de 1867);

*A Semana Illustrada* (de 1º de novembro de 1864 a 30 de maio de 1870);

*Paraguay Illustrado* (de 30 de julho de 1865 a 26 de outubro de 1865);

*Bazar Volante* (de 5 de outubro de 1865 a 15 de dezembro de 1866 - sucedido por: *O Arlequim*);

*O Arlequim* (de 5 de maio de 1867 a 29 de dezembro de 1867 - sucedido por: *A Vida Fluminense*);

*A Vida Fluminense* (de 4 de janeiro de 1868 a 11 de junho de 1870);

*O Cabrião* (edição de 15 de setembro de 1867)

*O Paiz* (edição de 10 de outubro de 1888)

*O Piauhí* (edições de 20 de março de 1869 e 10 de fevereiro de 1869);

*Liga e Progresso* (edição de 31/01/1865).

#### **- Jornal paraguaio:**

*Cabichuí* (edição de 17 de junho de 1867)



## 2. Bibliografia

ABREU, Marcia. *A circulação Transatlântica dos Impressos*. A globalização da cultura no século XIX. In: Revista do núcleo de estudos do livro e da edição. Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Os caminhos dos livros*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/Fapesp, 2003.

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. *A economia brasileira no Império 1822-1889*. Rio de Janeiro: Texto para discussão n.584, Departamento de Economia, PUC-Rio, novembro de 2010.

AGUIAR, Pedro. *Notas para uma História do Jornalismo de Agências*. Encontro Nacional de História da Mídia. Fortaleza: Rede Alcar, 2009.

ALBERDI, Juan Bautista. *La guerra del Paraguay*. Assunção: Intercontinental, 2001.

ALCALÁ, Guido Rodríguez Alcalá. *Residentas, destinadas y traidoras*. Asunción: Criterio, 1991.

ALMEIDA, Francisco Alves de. *A formação da Marinha Imperial: uma criação autóctone*. Revista do Clube Naval. Rio de Janeiro, v.129, pp. 10-16, jul./ago./set. 2009.

ALMEIDA, Luís Manuel. *O Brasil na imprensa portuguesa (1850-1893)*. Lisboa: Ed. Lisbon, 2020.

ALMEIDA, Pedro Tavares de. *A construção do estado liberal. Elite política e burocracia na “Regeneração” (1851-1890)*. Dissertação (Doutoramento) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

ALVES, Jorge Fernandes. *Emigração Portuguesa: exemplo do Porto nos meados do século XIX*. Centro de História da Universidade do Porto: Porto, 1998.

\_\_\_\_\_. *Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa*. Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001.

ASSIS, Machado de. *Iaiá garcia*. Porto Alegre: LP&M, 2000.

AZEVEDO, Moreira de. *Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro*. In SILVA, Hebe Cristina da. *A Ascensão do Romance no Brasil - considerações acerca da*

- presença do gênero em anúncios do Jornal do Comércio. Congresso Internacional ABRALIC, 2006, Rio de Janeiro. Anais. Niterói: Ed. UFF, 2006.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica. História da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800 – 1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Jornal e Literatura: a imprensa no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.
- BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. Editora UNESP: São Paulo, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. *História política, discurso e imaginário: aspecto de uma interface*. Revista de História, João Pessoa, jan./jun.2005.
- BARROSO, Gustavo. *A guerra do López 1864-1870*. Fortaleza: Secult, 2000.
- BASTOS, Lúcia Maria Bastos P. Neves. FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. MOREL, Marco (Orgs). *História e Imprensa: representações culturais e prática de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- BAZCKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi- Antroposhomo, 1986.
- BELTRÃO, Romeu. *O vanguardeiro de Itororó*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 1998.
- BETHELL, Leslie. *A Guerra do Paraguai: História e historiografia*. In: Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- \_\_\_\_\_. *História da América Latina. Da independência até 1870*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: USP, 1995.
- BOYD-BARRET, Oliver. *The international news agencies*. London: Constable, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/RJ: Difel/Bertrand, 1989.

\_\_\_\_\_. *Journalisme et éthique*. Actes du colloque fondateur du centre de recherche de l'École Supérieure de Journalisme (Lille), Les cahiers du journalisme, n°1, Juin, 1996.

\_\_\_\_\_. *La distinción : criterios y bases sociales del gusto*. 2a ed, Madrid: Taurus, 2000.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CABECINHAS, Rosa. *Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise* (p. 51-66). In: BAPTISTA, M.M. (ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação*. Lisboa: Ver o Verso Edições. 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de Teoria e Metodologia*. 5.ed. São Paulo: Editora Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: grande caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Affonso Celso Villela de. *A saudade: um jornal brasileiro da Guerra do Paraguai*. Itaguaí: UFRRJ, 1991.

CATROGA, Fernando. *Os caminhos polémicos da geração nova*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993.

CAVALCANTI, Alberto R. *Imprensa e estado no Brasil: da subvenção ao condomínio*. *Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v.18, n.1, p.67-92, jan/jun. 1995.

- CENTURIÓN, Juan Crisóstomos. *Memórias o reminiscências históricas sobre la guerra del Paraguay*. Asunción: El Lector, 1987.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- CERVO, A. L. e MAGALHÃES, J. C. *Depois das caravelas, as relações entre Portugal e o Brasil*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFGRS, 2002.
- CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.
- COOPER-RICHET, Diana. *Introduction*, in: *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe (XIX<sup>e</sup> et XX<sup>e</sup> siècle) sous la direction de Diana Cooper-Richet, Jean-Yves Mollier, Ahmed Silem, Villeurbanne Cedex: Presse de l'enssib, 2005.*
- CORRÊA-MARTINS, Francisco José. *O fim, o início e o meio: o apresamento do Marquês de Olinda e o cativo dos primeiros prisioneiros de guerra brasileiros a partir das memórias dos sobreviventes*. Rio de Janeiro: Revista Navigator, nº 31, 2020.
- COSTA, Francisco Félix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay*. Livraria de A.G. Guimarães. Rio de Janeiro, 1870.
- COSTA, Maria Adelina. *Gravando paradigmas na memória*. Revista da Educação Gráfica. São Paulo: UNESP, 2009.
- CUARTEROLO, Miguel Angel. *Soldados de la memória: imágenes e hombres de La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 2000.
- CUNHA, Marcos Antônio. *A chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

- DARNTON, Robert. ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa. A Imprensa na França, 1775-1800*. EDUSP, 1997.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. *André Rebouças: diário da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Inst. Brasileiros, 1973.
- DONATO, Ernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. *A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a centralidade do poder monárquico*. História Econômica & História de Empresas, v. 2, 2002.
- ESPAGNE, Michel. *Les capitales littéraires allemandes*, in: *Capitales culturelles Capitales symboliques: Paris et les expériences européennes XVIII<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles*, sous la direction de Christophe Charle et Daniel Roche, Paris: Publications de la Sorbonne, 2002.
- ESPARTEIRO, Antonio Marques. *Catálogo dos Navios Brigantinos (1640-1910)*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha, 1976.
- FAORO, Raymundo, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, 4<sup>a</sup> edição, revista, São Paulo: Globo, 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Editora da USP/ Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1998.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos*. Revista Escritos, Ano 5.n.5, 2011.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.
- FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Miscigenação e exclusão do Rio de Janeiro (1800-1850)*. Revista Oceanos, n.º. 44, p. 100-110, out/dez. 2000.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 5v, Rio de Janeiro: Bibliex, 1950.

- FRAGOSO, João Luís. *Economia brasileira no Século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996;
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.
- GODOI, Silvano. *Documentos Históricos: El fusilamiento del Obispo Palacios i los Tribunales de Sangre de San Fernando*. Asunción: El Lector, 1996
- GALVÃO, Rufino Enéas Gustavo. *Diário: Guerra do Paraguay (1867 e 1868)*. Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército. Imprensa Militar, 1924.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A micro história e outros ensaios*. Tradução Antonio Norino. Lisboa: Difel, 1989.
- GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- GOUVEIA, Regina. *A Interação entre o Universo Político e o campo da Comunicação. A imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*. Universidade da Beira Interior/Covilhã: Livros Labcom, 2009.
- GOULART, Fernando Rodrigues. *Motivação para o combate*. Military Review. Maio-Junho, 2005.
- GRANJA, Lúcia e LUCA, Tânia Regina de (Orgs). *Suportes e Mediadores. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- GRANZIEIRA, Rui Guilherme. *A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil, moeda e vida urbana na Economia Brasileira*. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1979.
- GUÉNAIRE, Michel. *Déclin et renaissance du pouvoir*. Paris: Editora Gallimard, 2002.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Henrique. Fleiuss: vida e obra de um artista prussiano na Corte (1859 – 1882)*. Disponível em [http: < sitemason.vanderbilt.edu/files/lretmo/Guimarães%20Lucia.doc >](http://sitemason.vanderbilt.edu/files/lretmo/Guimarães%20Lucia.doc) Acesso em: 14 de março de 2019.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.
- HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos por Alexandre Herculano – Tomo IV*. Project Gutenberg (ebook): Biblioteca Nacional Digital (Portugal), 2005.
- HESPANHA, António Manuel (Coordenação). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) *Brasil Monárquico: declínio e queda do Império*. História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Sobre história*. Tradução Cid k. Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Papirus: Campinas, 1996.
- KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève & VAILLANT Alain (orgs.). *La civilisation du journal. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe siècle*. Paris: Nouveau monde, 2011.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil. Século XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 4 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEMOS, Renato. *Cartas da guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- LESSA, Carlos. *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- LUCA, Tânia; MARTINS, Ana. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70: uma revolução cultural e literária*. 2a ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- MACHADO, Humberto Fernandes. *A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista do IGHB, a. 171 (448):31-62, jul/set 2010.
- MADUREIRA, Antonio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao sr Jorge Thompson*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Guerra do Paraguai*. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- MARCONDES, Renato Lemos. *O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem*. Brazilian Journal of Political Economy. 2012.
- MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- MARTINHO, Lenira Menezes. *Os caixeiros como grupo socioprofissional*, in: GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- MATHIAS, Herculano Gomes. *Comércio, 173 Anos de Desenvolvimento: História da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- MAÍZ, Fidel. *Etapas de mi vida*. Asunción: El Lector, 1986.
- MEYER, Marlyse. *As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NETO, Lira. *O inimigo do Rei: Uma biografia de José de Alencar ou A mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.



- NEVES, Lucia Bastos P. Neves e MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVEIRA, José Manoel de (org.). *Actos diplomáticos do Brasil*. Ed. fac-similar, original publicado pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 1912. Brasília: Senado Federal, 1997.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães, 1953.
- PARENTE, Paulo André Leira. *Uma nova História Militar? Abordagens e campos de investigação*. Revista A Defesa Nacional. Rio de Janeiro: BIBLIEx., 2006.
- PAIXÃO, Alexandre Henrique. *Elementos Constitutivos para o Estudo do Público Literário no Rio De Janeiro e em São Paulo no Segundo Reinado*. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, 2012.
- PAULA, Edgley Pereira de. *Guerra na Imprensa ou Imprensa de Guerra? A imprensa brasileira nos campos de batalha da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Scortecci, 2020.
- PENA RODRÍGUEZ, A. *Historia del periodismo portuguê*s. In: PIZARROSO QUINTERO A. *Historia de la Prensa*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.
- PEREGRINO, Umberto. *A Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis*. Departamento de Cultura, UFPB, 1969.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento económico; Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- POMER, León. *La Guerra Del Paraguay! Gran negocio!* Buenos Aires: Caldén, 1968.
- \_\_\_\_\_. *A guerra do Paraguai: a grande tragédia Rioplatense*. São Paulo: Global, 1980.
- PONCIONI, Claudia e LEVÍN, Orna (Orgs). *Deslocamento e Mediações. A circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.
- QUENTAL, Antero de. *Prosas da época de Coimbra*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982, p. 136.

\_\_\_\_\_. *Cartas (vol. II)*. Organização, prefácio e notas de Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Antes sem pão do que sem pátria*. Revista Convergência Lusíada. Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, especial n.º 2, 2001.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. *Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil*. Análise Social, Lisboa.

ROUANET, Sergio Paulo (Org.). *Correspondência de Machado de Assis, tomo I: 1860-1869*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

RAMOS, Rui. *História de Portugal, a segunda fundação (1890-1926)*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal, vol. VI*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Editora Miguel de Cervantes, 2003.

SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio (1827-2007)*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007.

SARMENTO, Cristina Montalvão e SILVA, Júlio Rodrigues da (eds.) *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Instituto Diplomático e Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

SERRÃO, Joel (Org.). *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*. Antologia. Lisboa: Horizonte, 1976.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D' África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem de cor*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SILVA, Mauro Costa da. *A Telegrafia Elétrica Estatal do Brasil de 1852-1914*. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-65, jan/jun, 2011.

SILVA, Theotonio Meirelles da. *Apontamentos para a história da Marinha de Guerra Brasileira*. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1881.

SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a Guerra do Paraguai através da caricatura*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

\_\_\_\_\_. *As marcas do preconceito no jornalismo brasileiro e a história do Paraguay Illustrado*. Revista INTERCOM, São Paulo, v. 30, p. 41-66, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil. 1850-1938*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1992.

SILVA, Maria Manuela R. de Souza. *Portugueses no Brasil: imaginário social e táticas cotidianas (1880-1895)*. In: Revista Acervo, v.10, n.º 2, Rio de Janeiro, 1997.

SOARES, Pedro Paulo. *A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa Ilustrada Fluminense*. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. *Uma História do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa, perspectivas luso-brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.

SOUZA, Ricardo Luiz. *O Antilusitanismo e a afirmação da nacionalidade*. Revista Politeia: Hist. E Soc., Vitória da Conquista (BA), v. 5, n. 1, 2005.

SQUINELO, Ana Paula. *A guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular*. Campo Grande: UCDB, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*, São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

TAVARES, Antônio Rodrigues (Org.). *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura: edição comemorativa do 140º aniversário de fundação*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977.

TAUNAY, Alfred D'Escrognolle. *A retirada da laguna: episódios da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Campanha do Paraguay: commando em chefe de S. A. o Sr: Marechal de Exército Conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

TORAL, André. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, v.9, n. 24, p. 287-296, mai/ago, 1995.

\_\_\_\_\_. *Imagem em desordem: a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: USP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Entre retratos e cadáveres a fotografia na Guerra do Paraguai*. Revista brasileira de História. São Paulo, v. 19, n.38, p. 283-310. 1999.

TENGARRINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editora Caminho, 1989.

\_\_\_\_\_. *Nova História da Imprensa Portuguesa – das origens a 1865*. Ed. Temas e Debates, 2013.

VAQUINHAS, Irene M. 2000. *Um espaço em transformação: a extensão da cultura do arroz nos campos do Mondego (1856-1888)*. In: A cidade e o campo. Colectânea de Estudos. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2000.

VARGUES, Isabel Nobres. *A Afirmação da Profissão de Jornalistas em Portugal: Um Poder Entre Poderes?* Revista das Histórias da Ideias, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2003

VERSEN, Max Von. *História da guerra do Paraguai*. São Paulo: Edusp, 1976.

VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal, a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa: Ministério da Educação - Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

WILLIAMSON, Jeffrey G. *Land, labor and globalization in third world: 1870-1940*, Journal of Economic History, v. 62, n. 1, March, 2002.

## **ANEXO – Transcrição dos periódicos portugueses analisados com citações sobre a Guerra do Paraguai.**

### **1) O COMMERCIO DO PORTO**

- Período das transcrições: do nº 250, XI Ano, de 1º de novembro de 1864, ao nº 315, XVII Ano, de 16 de abril de 1870.

- Possui 4 páginas. Diário. Proprietários: H. C. Miranda e Manoel de Souza Carqueja.

- Impressão: Tyographia do Commercio do Porto: (Rua da Ferraria de Baixo, nº 108, Porto.

- Assinatura Trimestral: 1\$500 Réis. Número avulso: 40 Réis.

- Seções:

1) PORTO (Editorial, defendendo os interesses - sobretudo os comerciais - da cidade do Porto);

2) REVISTA DA POLÍTICA EXTERNA;

3) EXTERIOR;

4) CORREIO DE HOJE (Notícias de Lisboa);

5) INTERIOR (Braga Aveiro, Guimarães, Coimbra, Regoa);

6) NOTICIÁRIO (Seção com notícias variadas, da família real, condições do tempo, notas policiais, militares, religiosas, culturais, entre outras, e registro paroquial – batismos, casamentos e óbitos. Muitas notas, a partir de julho de 1865, por exemplo, referem-se à presença do *cholera-morbus* na Europa);

7) CORTES (Atas das sessões da Câmara dos “Dignos Pares do Reino” e da Câmara dos “Senhores Deputados”)

8) COMUNICADOS (Documentos oficiais do Banco Nacional Ultramarino e da Companhia Geral de Crédito Predial Português, entre outras instituições bancárias e comerciais);

9) TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO (Notas telegráficas de última hora enviadas pelo correspondente em Lisboa);

10) PARTE COMERCIAL (Cotações gerais de vários países, com destaque para as praças de Lisboa e do Brasil, como Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia);

11) CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO” (Atas das sessões de interesse dos comerciantes);

12) REVISTA CIENTÍFICA

13) PARTE MARÍTIMA (Movimentação portuária do mundo inteiro).

Entre outros importantes escritores que assinaram textos literários no jornal, autores como Arnaldo Gama, Camilo Castelo Branco, Teófilo Braga e Pinheiro Chagas, também assinaram textos nesse periódico o influente político e intelectual José da Silva Mendes Leal.

O Jornal costumava publicar suplementos (uma folha, em média), sobre o Brasil. Também transcrevia muitos textos - sobre economia e negócios - do *Jornal do Commercio*, de Lisboa.

**Edição nº 250, XI Ano, de 1º de novembro de 1864, “SUPLEMENTO”.**

- Texto intitulado “Lisboa, 31 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, assinada pela inicial M., refere-se a quebra da Casa Souto, no Rio de Janeiro:

*“Pelos informações dos passageiros (do Magdalena, paquete recém-chegado do Brasil) parece que há grande esperança que os credores do sr. Visconde do Souto apenas sofrerão diminutos prejuízos, por isso que do balanço que se deu à massa falida se conheceu que há um saldo a favor”.*

Entre outros temas, o mesmo correspondente destaca que o vapor Florida (Que estava sofrendo reparos e “estava sob a guarda de dois navios de guerra brasileiros!”) foi rebocado por “vapor federal americano” na Bahia.

- Texto intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinado pela inicial V., anuncia que

*“Vão-se, felizmente, dissipando os terrores que se seguiram à suspensão de pagamentos dos banqueiros a 10 e 12 do mês passado, e apesar da massa enorme de negócios, que se operava por intermédio deles, é justo confessar que o comércio legítimo, na sua generalidade, tem achado recursos para vencer a situação”.*

Entre outras notícias, de várias províncias brasileiras, como a polêmica da aplicação da convenção consular na Bahia e a criticada atuação do representante diplomático português, destaque para as movimentações militares no sul do Brasil:

*“No Rio Grande reina grande atividade em preparativos bélicos por causa das ocorrências com o governo do Estado Oriental. Marchavam para a fronteira diversos corpos de linha e guarda nacional, cuja força se eleva a 8.000 homens das três armas, prontos a entrarem no território da Banda Oriental. [...] A imprensa oriental cobre o Império de injúrias e vitupérios, e procede de modo que dá fraca ideia do estado de civilização e adiantamento do país. [...] É certo que talvez por causa dessa atitude (medidas de Mitre na Argentina) o general Urquiza procurou acomodar Flores com o governo de Montevideú, a quem protege secretamente; mas os seus esforços foram infrutíferos; tendo-se quebrado todas as diligências diante da tenaz selvajaria do ministro Carreras, o herói dos 500 fuzilamentos de Quinteros durante a presidência de Berro”.*

Nota-se que na avaliação do correspondente uma reação do Paraguai era considerada improvável: *“As folhas de Montevideú esforçam-se por fazer crer que o Paraguai tem 15.000 homens prontos a atravessar o território da Confederação Argentina para irem em socorro do governo de Montevideú; não há porem quem creia em tal.”*

**Edição nº 251, XI Ano, de 3 de novembro de 1864.**

- Texto na capa do jornal intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de outubro (Correspondência Particular)” - aborda com mais profundidade a crise financeira do Rio de Janeiro, corrigindo informações publicadas na edição anterior e antevendo muitos prejuízos para os credores dos bancos falido (Souto & Cia., Montenegro Lima & Cia., Oliveira & Bello, Amaral & Pinto, e Gomes & Filhos): *“O governo imperial nomeou as comissões liquidantes das massas falidas.”*

**Edição nº 252, XI Ano, de 4 de novembro de 1864.**

- Texto intitulado “BRASIL - Notícias da Bahia”, destaca o “*atentado cometido dentro daquele porto (Bahia) pela corveta da marinha federal Wassuchet contra o vapor confederado Florida, atentado que produziu a maior indignação naquela cidade*”. E transcreve matéria publicada pelo Jornal da Bahia, de 9 de outubro de 1864, sob o título “Traição, Insulto, Covardia” (o incidente ocorrera na madrugada de 7 de outubro, no contexto das rivalidades entre as forças da Guerra de Secessão Americana e seus reflexos em incidentes no Brasil). Esta mesma reportagem foi transcrita na edição nº 475, de 3 de novembro de 1864, no Jornal Commercio de Lisboa.

**Edição nº 253, XI Ano, de 5 de novembro de 1864.**

- Dois textos em destaque (na capa e página 2), o primeiro sob o título geral “BRASIL”, transcrito do Jornal da Bahia, de 13 de outubro, analisa as consequências da quebra do banqueiro Souto, enfatizando a “*lisura e honradez*” do Visconde que dirigia a instituição falida; o segundo, transcrito do Jornal espanhol *El País*, intitulado “A crise do Rio de Janeiro e o Banco Mauá & Cia”. Enaltece a “*solidez*” da casa bancária de Mauá.

**Edição nº 261, XI Ano, de 15 de novembro de 1864.**

- Texto de capa intitulado “Brasil - Rio de Janeiro, 24 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, apresenta uma resenha noticiosa sobre o império. Entre outros assuntos, destaca-se:

“*Vendaval violento dia 10 de outubro no Rio de Janeiro.*”

“*Governo divulga comunicados sobre as liquidações das casas bancárias.*”

“*Adiada a venda dos três magníficos prédios do ex-banqueiro Gomes na rua Direita. Propriedades (prédios) de Montenegro & Lima e Oliveira & Bello, outros banqueiros falidos, já estão anunciados à venda.*”

“*Mesmo com tamanha queda e de tantos prejuízos ter causado, prestígio do ex-banqueiro Souto é notável.*”

“*Atriz portuguesa Emília das Neves iniciou nova série de apresentações no teatro lírico.*”

**Edição nº 262, XI Ano, de 16 de novembro de 1864.**

- Texto de capa intitulado “Brasil - Rio de Janeiro, 24 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, ocupando mais três colunas, conclui a resenha de variadas informações do Brasil iniciada na edição anterior. Entre outros assuntos ressalta o casamento da Princesa Isabel com o Conde d’Eu, apresentando muitos detalhes da cerimônia, realizada em 15 de outubro, um exemplo: “*O Príncipe Conde d’Eu vestia farda de marechal do Exército, posto a que fora elevado por decreto do mesmo dia*”. Destaca-se o agravamento das turbulências na bacia do Prata, no Uruguai, sob intervenção brasileira:

“*General Flores a três quartos de légua de Montevideú.*”

“*Barão de Tamandaré dirigiu circular aos chefes das estações navais estrangeiras alertando que capturaria as embarcações que levassem armas ou munições para o governo de Montevideú.*”

*“Nenhum indício por ora de que o Paraguai tenciona mexer-se. (As notícias do Prata foram transcritas do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro)” – grifo nosso*

- Texto da página 2, na seção “CORREIO DE HOJE” (Lisboa, 15 de novembro – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada apenas pela inicial M, outra nota sobre o Brasil: *“Afirma-se que o governo resolvera mandar três corvetas estacionar nos portos mais importantes do Império do Brasil. A providência é muito acertada e ninguém deixara de a louvar. É sempre de grande vantagem haver um vaso de guerra português nas águas brasileiras; mas isso nunca foi tão conveniente como agora, em que os ânimos estão um pouco exaltados por um falso e fatal patriotismo, e pode dar-se a desgraçada conjuntura dos portugueses precisarem pedir o agasalho e a proteção do pavilhão das quinas. [...] Os navios que se diz devem partir para esse serviço são as corvetas Bartolomeu Dias, Infante D. João e Estefânia. A primeira deverá estacionar na baía do Rio de Janeiro, a segunda em Pernambuco e a terceira na Bahia.”*

**Edição nº 263, XI Ano, de 17 de novembro de 1864.**

- Texto de capa, intitulado “Brasil - Rio de Janeiro, 24 de outubro (Correspondência Particular)”, assinado pela inicial C., apresenta uma resenha de notícias do Império. Destaca-se que *“as medidas regulamentares das liquidações tomadas pelo governo acalmaram a situação do mercado financeiro. Visconde de Souto demitiu-se de presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência. “A Caixa de Socorros D. Pedro V acode, sempre que pode, aos infelizes portugueses que necessitam da sua ação benfazeja e salutar”.*

**Edição nº 266, XI Ano, de 20 de novembro de 1864.**

- Texto da página 2, Seção “NOTICIÁRIO”: *“Vapor Zarco – O vapor português de guerra Zarco, que está em construção em Liverpool, foi lançado ao mar no dia 15 do corrente.”*

**Edição nº 267, XI Ano, de 22 de novembro de 1864.**

- Texto da página 2, Seção “CORREIO DE HOJE” (Lisboa, 21 de novembro – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M: *“Parece que se resolveu que as corvetas Bartolomeu Dias, Infante D. João e Estefânia, depois de terem estado no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, irão ancorar no Rio da Prata, fazendo ali estação principal”* (grifo nosso)

**Edição nº 275, XI Ano, de 1º de dezembro de 1864.**

- Extenso texto de capa, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de novembro (Corresp. Part do Commercio do Porto)”. Ocupando mais de cinco colunas inteiras, apresenta uma resenha noticiosa do Brasil. Destaca-se: *“Continuam os festejos pelo casamento da Princesa Isabel. Casamento da Princesa Leopoldina será nos primeiros dias de dezembro.”*



*“Imperador D. Pedro II oferece banquete, na sua quinta, da Boa Vista pelo aniversário de D. Luiz, o Rei de Portugal (sobrinho do monarca brasileiro).”*

*“Conselheiro Bernardo de Souza Franco tomou posse, no dia 3 (de novembro), da presidência do Rio de Janeiro.”*

*“Liquidação das casas bancárias ainda desagrada credores.”*

*“90 escravos do ex-banqueiro Souto postos em leilão e vendidos por conto da massa falida.”*

*“Caixa de Socorros D. Pedro V entre os credores da Casa Souto (37:348\$000 réis).”*

*“Brigada brasileira, quase sem resistência, tomou a vila de Mello, no Uruguai, comandada pelo general Menna Barreto. Governo da República Oriental pediu proteção do corpo diplomático diante da ameaça do suposto bombardeio de Montevideú.”*

*“Jovem pianista português Hernani Braga despediu-se do público fluminense com seu último concerto, na noite de 26 de outubro, no teatro lírico.”*

Indica-se, na edição, que as notícias do Prata foram transcritas do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro. Nessa edição foi iniciada (porque é extensíssima) a relação de credores da falida Casa Bancária A. J. Souto e Cia, classificados pela Comissão Liquidadora, instaurada pelo governo brasileiro.

- Texto da página 2, na seção “INTERIOR” (Lisboa, 29 de novembro)”, assinada pela inicial M., também há referências ao Brasil, em mais de uma coluna, com mais uma análise das consequências da crise financeira no Rio de Janeiro para os portugueses.

#### **Edição nº 277, XI Ano, de 3 de dezembro de 1864.**

- Texto da capa, Seção “REVISTA DA POLÍTICA EXTERNA”: *“A nota do ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro ao governo brasileiro, em consequência da captura do Florida, feriu as suscetibilidades da Inglaterra. Nem outra coisa era para esperar. Diz o Morning Post que sem serem causa para inquietações algumas ameaças que nunca poderão realizar-se, contudo convém lembrar ao povo dos Estados Federais que “a paciência das outras nações está quase esgotada pelas provações constantes a que a submete o seu governo”. E termina o artigo dizendo que se a Inglaterra tivesse reconhecido os Estados do Sul, já não estaria sujeita a ataques e calúnias do governo de Washington”.*

- Texto da página 3, na seção “CORREIO DE HOJE” (Lisboa, 2 de dezembro – Corresp. Part. do Commercio do Porto): *“Faz hoje 39 anos o Senhor D. Pedro II, Imperador do Brasil. Por este motivo estiveram as embarcações surtas do Tejo embandeiradas, bem como o arsenal, castelo, etc, tendo a honra de jantar no paço da Ajuda, com toda a família real, os membros da embaixada brasileira residentes nesta corte. O Senhor D. Pedro II nasceu em 2 de dezembro de 1825, sucedeu no trono por abdicação de seu pai o Senhor D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal em 7 de abril de 1831, foi declarado maior e tomou as rédeas do governo em 23 de julho de 1840, foi sagrado e coroado a 18 de julho de 1841, casou por procuração em 30 de maio de 1843 e em pessoa a 4 de*

*setembro do mesmo ano com S. M. I. a Senhora Tereza Cristina, filha dos reis das Duas Sicílias Francisco II e Maria Izabel, que nasceu a 14 de março de 1822.*”

**Edição nº 283, XI Ano, de 11 de dezembro de 1864.**

- Texto da página 3, Seção “EXTERIOR” (Despachos dos Jornais Estrangeiros): “*PARIS, 6 - MONTEVIDÉU, 31 de outubro. - Uma série de revezes sucessivos obrigou Flores a fastar-se de Montevideú. Os ministros estrangeiros declaravam que consideravam o assalto que intentavam dar os brasileiros como uma violação do direito das gentes, pelo que ordenaram aos chefes das suas estações navais, que impedissem o ataque. O almirante da armada brasileira notificou aos ministros estrangeiros que tinha intenção de exercer o direito de visita aos navios de diversas nações para colher o contrabando de guerra. Os ministros protestam contra tal pretensão*”.

**Edição nº 228, XI Ano, de 17 de dezembro de 1864, “SUPLEMENTO”:**

- Texto intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto”, ocupando a maior parte da página, apresenta uma extensa resenha noticiosa, onde destaca-se “*Marasmo ainda toma conta do comércio e do quadro monetário. Café, principal elemento de riqueza do país, persiste em apatia.*”

“*Índios coroados ou caiapós tem feito “selváticas correrias pelas fazendas rurais próximas àquela capital (Cuiabá); degolam as cabeças dos indivíduos que encontram e levam-nas em procissão, fazendo a mais bárbara algazarra.*”

“*Diplomatas estrangeiros em Montevideú não reagiram à notificação do bloqueio dos portos da República Oriental pelas forças brasileiras, “conservando-se na mais restrita neutralidade.*”

**Edição nº 289 XI Ano, de 18 de dezembro de 1864.**

- Texto de capa intitulado: “BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de novembro (Carta particular)”, assinado pela inicial C., oferece nova resenha noticiosa do país. Destaca-se “*Negócios retomam, aos poucos, o ritmo normal. Queixas contra as comissões liquidantes dos bancos falidos não cessam; Casa Souto é a mais visada (propostas dos falidos aceitas sem contestação).*”

**Edição nº 296, XI Ano, de 27 de dezembro de 1864.**

- Texto da página 3, Seção “EXTERIOR (Despachos dos Jornais Estrangeiros)”: “*MONTEVIDÉU, 14 de novembro. - Flores, abandonado pela maior parte da força que capitaneava, vai em retirada para Cerro Largo, a fim de juntar-se aos brasileiros, que ainda não entraram no território do Uruguai. Os brasileiros devem chegar amanhã a Paissandu e a Salto*”.

**Edição nº 299, XI Ano, de 30 de dezembro de 1864.**

- Texto da página 3, Seção “CORREIO DE HOJE” (Lisboa, 29 de dezembro – Corresp. Part. do Commercio do Porto). Texto assinado pela inicial M. tenta tranquilizar os leitores

do jornal: “*O estado da praça (Rio de Janeiro) era muito melhor e as transações faziam-se quase como em época anterior à última crise bancária.*”

Na mesma página, na seção “EXTERIOR”, nota informa que as notícias chegadas pelo pacote Paraná são “*mais tranquilizadoras*”. “*A praça vai reassumindo a sua antiga posição, e a confiança principia a aparecer, se bem que muito mais cautelosa e assisada*”.

#### **Edição nº 300, XI Ano, de 31 de dezembro de 1864.**

- Texto de capa. O tema “Brasil” predomina na maior parte do jornal, com três grandes matérias. A primeira, intitulada “BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do porto)”, destaca-se: “*Regressou o conselheiro Miguel Maria Lisboa, portador do contrato nupcial da Princesa Leopoldina e o Duque de Saxe, a celebrar-se dia 15 de dezembro.*”

“*Governo atento aos negócios do Prata*”.

“*Reforçado exército no Rio Grande do Sul.*”

“*Brasil perdeu uma das suas maiores glórias literárias, Antonio Gonçalves Dias. Gigante do Minho faleceu em Porto Alegre.*”

“***Em Montevideu, “permanecia a crença de que os paraguaios viriam em auxílio ao governo oriental (Porém é certo que o presidente López não havia ainda passado de promessas palavrosas, até a última data.*”**). (grifo nosso)

A segunda matéria, intitulada “Rio de Janeiro, 8 de dezembro (Carta Particular)”, assinada pela inicial X., faz uma análise crítica da crise financeira na Corte.

A terceira, intitulada “A crise do Rio de Janeiro”, assinada pela inicial S., produz uma ampla abordagem das consequências, ainda bem visíveis, das quebras bancárias, acrescentando que as perspectivas não são animadoras, face à conjuntura atual: “*O Brasil debate-se ainda contra o desastre financeiro que o acometeu na própria capital, e antes mesmo de ter tempo de o conhecer a fundo e menos ainda se de lhe apreciar as consequências inevitáveis, faz já maiores preparativos para a guerra que está sustentando na Banda Oriental, e que parece ter de estender-se a todo o Rio da Prata, declarando-se a República Argentina pelo Brasil e o Paraguai por Montevideu. [...] O Brasil acha-se, infelizmente, numa situação melindrosa. Tem recursos inesgotáveis, não há dúvida, mas, se como disse e escreveu o sábio Humboldt, aqui tudo é grande menos o homem, é óbvio que sem homens de préstimo pouco ou nada se pode fazer, por melhores que sejam os elementos de que se disponha*”. (grifo nosso)

#### **Edição nº 1, XII Ano, de 1º de janeiro de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de dezembro (Carta Particular)”, ocupando mais de três colunas, apresenta uma resenha noticiosa do país, onde pela primeira vez, em Portugal, noticia-se o acontecimento que para muitos historiadores foi o estopim da Guerra do Paraguai: o aprisionamento do vapor brasileiro Marques de Olinda, em 12 de novembro de 1864. Destaca-se: “*O vapor brasileiro Marquês de Olinda, que conduzia o novo presidente de Mato Grosso, o deputado e “velho engenheiro” Carneiro de Campos, irmão do ministro da Fazenda, e que levava “grandes*

somas em ouro, artilharia e outras munições de guerra”, teria sido retido na fortaleza de Humaitá, no Rio Paraguai. Estrangeiros do Prata censuram a “indecisão e fraqueza” do Brasil na questão uruguaia (“A convicção que lavra, atentos aos últimos acontecimentos, nos espíritos republicanos dos países vizinhos, é que o Brasil é fraco, que não pode fazer a guerra ao povo mais insignificante, que sabe, e isto poucas vezes, bravatear e mais nada!”).

“Enviada ao Rio da Prata nova missão especial, confiada ao senador José Maria da Silva Paranhos, do Partido Conservador (Viajou dia 25 de novembro de 1864). Todos acreditam que o Brasil, “reconhecendo-se impotente ante uma republiqueta, quer a paz a todo o transe, que fica transido de medo só em ouvir falar nas espanholadas do caricato Imperador paraguaio!”. Correspondente do Jornal do Commercio - “A folha mais séria e rica do Império” - em Buenos Aires “pinta um estado do Brasil que causa dó”.

### **Edição nº 13, XII Ano, de 17 de janeiro de 1865.**

- Texto de capa, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1864 (Corresp. Part. Do Commercio do Porto)”, ocupando mais de quatro colunas, **anuncia a declaração de guerra do Paraguai ao Brasil** (grifo nosso), lê-se: “O Paraguai declarou guerra ao Brasil, alegando que não fizemos caso da sua notificação a favor do governo oriental, invadimos e ocupamos a vila de Mello, fato este (o da ocupação) de que ninguém tem notícia senão o presidente López. O arrojo e deslealdade deste governo não se manifestaram só por este ato. O paquete Marquês de Olinda foi à falsa fé capturado pelo vapor de guerra paraguaio Tacuari, águas acima da Assunção; com o novo presidente de Mato Grosso, o Sr. Frederico Carneiro de Campos, deputado à assembleia geral, e os oficiais empregados brasileiros que o acompanhavam. Paquetes e os ditos passageiros lá estão retidos sob ardente calor no porto de Assunção por esse inaudito abuso da fé pública, por este ato de pirataria paraguaia. [...] O astuto déspota de Assunção julga enganar as outras nações, declarando que lhes franqueia a navegação e comércio do Mato Grosso sob as suas respectivas bandeiras, salvas as reservas que autoriza o direito das gentes. O direito das gentes para o Paraguai é a vontade arbitrária e estulta do seu tiranete. O sr. Vianna de Lima, ministro brasileiro residente naquela república, pediu logo os seus passaportes, e retirou-se com o pessoal da legação para Buenos Aires”.

Outras informações em destaque: “Conselheiro Paranhos chegou a Buenos Aires no dia 2 de dezembro. Presidente de Montevideu e seus ministros continuam na mesma senda de insultos de todo gênero ao Brasil (Bem cara lhes há de custar essa política ousada e quase barbaresca que têm adotado).”

“Princesa Leopoldina casou, no dia 15 de dezembro, com o Duque de Saxe.” (Algumas outras “Notas Culturais” são indicadas como “extraídas do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.”

Também na capa, outro texto, intitulado “Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1864 (Carta Particular)”, assinado pela inicial X., analisa a movimentação comercial na Corte, que ainda não voltou ao ritmo normal desde a crise financeira de 10 de setembro, da Casa Souto.

**Edição nº 27, XII Ano, de 2 de fevereiro de 1865, “SUPLEMENTO”:**

Telegramas enviados pelo correspondente do jornal em Lisboa anunciam a chegada do pacote do Brasil, trazendo a Princesa Isabel e o Conde d’Eu, e informam sobre os detalhes da recepção do rei, D. Luiz I, acompanhado pelo infante D. Augusto.

**Edição nº 28, XII Ano, de 4 de fevereiro de 1865.**

- Texto de capa, intitulado “Rio de Janeiro, 9 de Janeiro de 1865 (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, ocupando quase quatro colunas, apresenta uma resenha noticiosa sobre o Império brasileiro, observando na abertura que *“tudo que há de importante a relatar refere-se à guerra em que o Brasil está empenhado com as republiquetas de Montevideú e do Paraguai”*. Destaca-se: *“Paissandu ainda resiste às forças brasileiras e do general Flores. O tiranete que preside aos destinos do Paraguai vai traduzindo em fatos de agressiva selvageria as suas reiteradas ameaças ao Brasil (A esta hora deve ter invadido a província de Mato Grosso e praticado, talvez, atos de verdadeiro canibalismo, à imitação do que em Paissandu fizeram os caudilhos do presidente Aguirre a um mísero tambor do exército brasileiro, que puderam apanhar à unha). Perspectivas são boas para as tropas imperiais (O Brasil tem forças e recursos em demasia para domar a fúria sanguinária desses selvagens das repúblicas Oriental e do Paraguai, e ninguém nutre a mínima dúvida de que serão vencidos e domados. A questão é só de tempo.). General Mitre, presidente da República Argentina, será chamado para defender o seu território, já invadido, e unir as suas armas as do Brasil, aumenta o civismo brasileiro (A defesa da honra nacional vai fazendo despertar em todos os pontos do império o adormecido patriotismo. Em algumas províncias organizam-se os corpos de voluntários para irem às margens do Prata fazerem triunfar os brios do império brasileiro). Força militar aumenta cada vez mais (Em breve se esperam neste porto – Rio de Janeiro – dois vapores encouraçados que o governo mandara construir na Europa e são destinados à guerra do Rio da Prata. Com eles deve vir também grande porção de armamento e diversos artigos bélicos. A nação está empenhada na luta e deve vencê-la a todo o transe).*

**Edição nº 33, XII Ano, de 10 de fevereiro de 1865.**

- Texto da página 3, Seção “EXTERIOR”: “RIO DE JANEIRO, 9 de janeiro.” *“A guerra entre o Brasil, Montevideú e o Paraguai apresenta um caráter cada vez mais grave. O exército brasileiro tem tomado posições importantes. Espera-se a capitulação de Paissandu. Há mais de 10.000 homens nas fronteiras do Rio Grande do Sul, e todos os dias partem novos reforços do Rio de Janeiro e de outras províncias. Há grande atividade nos arsenais”*.

**Edição nº 38, XII ANO, de 16 de fevereiro de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL- Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1865 (Corresp. Part do Commercio do Porto)”, destaca-se a tomada de praça de Paissandu, Uruguai, pelas tropas brasileiras (cerca de 2.000 homens), aliadas às do general uruguaio Flores (comandando 500 combatentes), na madrugada do dia 1º de janeiro, lê-se: *“É a primeira assinalada vitória do Brasil contra o despótico governo de Montevideú, cuja capital*

*deveria ser atacada dia 20 e talvez que a esta hora tremulem em seus muros os pavilhões imperiais e os do general libertador D. Venancio Flores. [...] Os soldados do império deram brilhante prova de sua coragem e disciplina. [...] Leandro Gómez tinha precedentes de homem sanguinário, e uma das suas atrocidades foi praticada em pessoas da família do oficial colorado que o mandou passar pelas armas. [...] Os inimigos do Brasil, não se preocupando dos excessos que cometeram os sitiados de Paissandu, e do sangue que fizeram derramar por sua obstinada resistência, pretenderam tornar-nos cúmplices da morte do seu decantado herói. Há, porém, contra esta calúnia as mais irrecusáveis provas. [...] A praça e a cidade de Paissandu ficaram quase completamente arruinadas. O fato de Paissandu produziu em Montevideú as mais estranhas cenas de onipotente delírio. Ali se proclamou que o punhal e a força devem funcionar sumariamente contra todos os suspeitos. Desde então a imprensa oficial dos Aguirre e Carreras não prega senão a mais feroz vingança.”*

Ainda comentando sobre a guerra e suas dimensões, lê-se: *“A expedição paraguaia que invadiu Mato Grosso chegou ao forte de Coimbra em 26 de dezembro. Entre os prisioneiros do Marquês de Olinda, existem espanhóis, portugueses e argentinos; mas ainda não houve diplomata que julgasse conveniente reclamar a favor desses infelizes! No domingo 22 de janeiro, mais de duas mil pessoas do povo deram vivas aos vencedores de Paissandu e ao Imperador D. Pedro II.*

*“Alistamento de voluntários da pátria prossegue com algum entusiasmo em diversos pontos das províncias (Aqui na Corte tem havido ruidosas manifestações patrióticas, mas o alistamento dos voluntários há sido demasiado escasso). Marechal de campo, Visconde do Camamú, foi nomeado presidente de Mato Grosso, em substituição ao coronel Frederico Carneiro de Campos, que está prisioneiro de López do Paraguai.”* (Indica-se que as informações publicadas foram extraídas do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

#### **Edição nº 50, XII Ano, de 3 de março de 1865.**

- Texto da página 3, Seção “EXTERIOR”: *“LONDRES, 24 - O governo inglês declarou na Câmara dos Comuns que guardará a mais absoluta neutralidade na questão entre Brasil e Montevideú.*

*PARIS, 27 - O Moniteur diz que recebeu notícias especiais que lhe permitem assegurar que as propostas do Brasil formuladas por meio de Portugal satisfarão completamente e restabelecerão entre Brasil e o governo inglês relações mais íntimas do que as que existiam antes do rompimento das diplomáticas”.*

#### **Edição nº 51, XII Ano, de 4 de março de 1865.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1865 (Corresp. Part. do Commercio do Porto)” ressalta que a guerra é o tema predominante no país. *“Atualmente todas as vistas se fixam num só ponto, todas as ideias se prendem a um só assunto. Nos passeios, nos cafés, nos ônibus e gôndolas, no recesso das famílias, não há mais que um tema para a conversação: é a guerra do Brasil com Montevideú e o Paraguai. Nunca com tanta ansiedade foram esperados os paquetes francês e inglês da*

*carreira do Rio da Prata*". Lê-se também, como informação do conflito: "Já deve ter iniciado o ataque contra a cidade de Montevideu por mar e terra, calcula-se em 12.000 homens a força sitiante. Paraguaiois continuam invadindo a província de Mato Grosso; tomaram, sem resistência, Nioaque, Albuquerque e Corumbá (Por toda a parte o povo indefeso fugia diante dos selvagens). Em Corumbá, alguns prisioneiros foram mutilados, cortando-se-lhes as orelhas, que o Iporá levou à Assunção enfiadas numa corda. Violência dos paraguaiois é muito grande (Segundo a descrição feita por uma testemunha ocular, cometeram os paraguaiois em terra todos os atos de requintada barbaridade que a selvajeria lhes sugeriu. Roubaram quanto acharam, violaram mulheres, insultaram, feriram, mataram, nada respeitaram; mesmo súditos estrangeiros foram suas vítimas). Pouco a pouco cresce o número de voluntários da pátria. (fonte: *Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro*).

**Edição nº 52, XII Ano, de 5 de março de 1865.**

- Texto da capa e página 2, intitulado "GUERRA DO BRASIL COM O PARAGUAI", o correspondente do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, conta, em mais de duas colunas detalhes das "atrocidades cometidas por essa horda de canibais" na invasão paraguaia do Mato Grosso, reafirmando o que seria a tônica de várias publicações no discurso da civilização contra a barbárie.

**Edição nº 59, XII Ano, de 14 de março de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "EXTERIOR": "PARIS, 9 – O *Moniteur* publica hoje largos e interessantes pormenores sobre a situação das cousas no Brasil e nas repúblicas atacadas pelas tropas do império. Confirma-se que um corpo do exército brasileiro, composto por 12.000 homens, chegou à vista de Montevideu, onde há grande consternação. É grande a irritação contra o Paraguai. O Brasil formou um corpo mobilizado de 15.000 milicianos nacionais, destinado exclusivamente para a defesa do território e para repelir os ataques do Paraguai. Os armamentos fazem-se com a maior atividade, e a opinião pública manifesta-se completamente favorável ao governo em tudo o que diz respeito a este conflito."

**Edição nº 65, XII Ano, de 21 de março de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Notícias do Brasil" apresenta numa resenha noticiosa do Império Brasileiro e da guerra, transcrevendo informações publicadas pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, destaca-se: "Governo de Assunção "canta" uma nova vitória com a tomada da vila Miranda (Mato Grosso)."

"Esquadilha paraguaia concentrada no Forte de Coimbra."

"López ameaça levar o exército paraguaio pelo território argentino."

"Carneiro de Campos e outros prisioneiros de Marquês de Olinda seguiram para o desterro de São Joaquim."

"Montevideu continua sitiada pelas "nossas" forças de mar e terra e do "nosso aliado general Flores."

**Edição nº 74, XII Ano, de 1º de abril de 1865 “SUPLEMENTO”.**

- “O correspondente do jornal em Lisboa expediu dois telegramas com as seguintes informações de última hora: “Acabam de desembarcar os passageiros do paquete inglês Paraná, vindos dos portos do Brasil. Por eles, se soube que o paquete francês Bearn dera à costa, nas alturas da Bahia. Salvaram-se todos os passageiros, vindos muitos no Paraná. Salvou-se também a tripulação e as malas da correspondência. Montevideú rendeu-se, fazendo a paz com o Brasil. A guerra com o Paraguai continua. No Rio de Janeiro, a cotação do câmbio sobre Londres era de 25  $\frac{3}{4}$ .”

**Edição nº 76, XII Ano, de 4 de abril de 1865.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL”, o jornal dedica praticamente todas as seis colunas da sua primeira página ao país, com informações baseadas, em sua maioria, no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

O primeiro texto, intitulado “Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1865 (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: “No dia 15 de fevereiro, quando expirou o mandato de Anatasio Aguirre (que já havia declarado que “não governaria um dia mais”), senado uruguaio nomeou para seu presidente, e do Estado, D. Thomaz Villalba, “do partido blanco moderado”. Milhares de famílias têm saído de Montevideú, procurando refúgio em Buenos Aires e entre as próprias forças sitiadoras (**“É lástima que não tenhamos naquelas águas nem um vaso de guerra para proteger tantas vidas e fortunas de súditos portugueses”**). (grifo nosso, que demonstra a existência de muitos portugueses integrados, no caso, à sociedade uruguaia e que sofreram graves consequências com o agravamento do conflito, quase sempre colocados a mesma sorte que os brasileiros, por parte dos paraguaios e seus aliados.”

“Enviado do Paraguai (Caminos) a Buenos Aires pediu ao governo argentino permissão para que as tropas do presidente López atravessassem o território de Corrientes, mas o general Mitre recusou formalmente a licença.”

“De muitos pontos do Império afluem à Corte contingentes de tropa de linha e de voluntários para reforçarem o exército de operações no Prata e guarnecerem as fronteiras. Tomada de Paissandu ficará sendo uma das mais brilhantes páginas da história nacional; atos de verdadeira bravura foram aí praticados pelos oficiais da marinha e do exército”.

O segundo texto, intitulado “Rio de Janeiro, 10 de março (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, anuncia que “reina a paz entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. Montevideú capitulou sem nova efusão de sangue.”

“Convênio celebrado entre o “então” presidente da República, D. Thomaz Villalba, o general Venâncio Flores e o representante do Império do Brasil, conselheiro José Maria da Silva Paranhos, pôs termo à guerra que esta nação se via obrigada a fazer ao bárbaro governo de Montevideú e colocou na direção dos destinos daquele Estado o mesmo general Flores, seu aliado”.

“Chegaram no dia 7 de março as três corvetas portuguesas Bartolomeu Dias, D. Estefânia e Infante D. João.”



E o terceiro texto, intitulado “Naufrágio do Pacote Francês *Bearn*” apresenta detalhes do acidente, transcritos também do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

**Edição nº 83, XII Ano, de 12 de abril de 1865.**

- Texto da página 3, Seção “CORREIO DE HOJE” (Lisboa, 11 de Abril – Corresp. Part. do *Commercio do Porto*), assinado pela inicial M., aborda temas da política portuguesa, mas faz comentários sobre o Brasil, destaca-se: “*Em Paris, já há quem defenda o Brasil das censuras que lhe tem feito os jornais dali por causa da guerra com o Paraguai e Montevideu. O cavalleiro que assim se apresentou na liça defendendo o seu país das injustas argüições dos periódicos parisienses é o sr. Pereira da Silva, brasileiro distinto, homem de elevada inteligência e que está encarregado de escrever a história do Brasil. Este cavaleiro está atualmente em Paris e não pode conter-se ao ver injuriado ou pelo menos mal apreciado o Brasil na guerra com as repúblicas espanholas. Na Patrie e Constitutionel apareceram artigos, que apesar de anônimos todos sabem que são devidos à hábil pena de S. As. A Revista dos dous mundos, que mais agrediu o Brasil, respondeu ao sr. Pereira da Silva, assinando os artigos na Revista Contemporânea de modo a confundir o seu adversário.*”

**Edição nº 85, XII Ano, de 15 de abril de 1865.**

- Texto da capa. Mais uma vez, destaque absoluto para o Brasil. Todo o espaço editorial da primeira página - também são publicados alguns anúncios e a programação artística do fim de semana - é dedicado ao Império e a guerra no Prata. Sob o título “Rio de Janeiro, 24 de março (Corresp. Part. do *Commercio do Porto*)”, é apresentada uma ampla resenha noticiosa atualizada com os últimos acontecimentos, destaca-se: “*Ministro dos Negócios Estrangeiros (Conselheiro Dias Vieira) dirige aviso ao colega da Fazenda, com data de 30 de janeiro (publicado nos jornais em 10 de março), censurado, com bastante descortesia, e com não menos sem-razão, o modo pelo qual o cônsul português aplica a convenção consular. Cônsul pediu que o ministro português na Corte exigisse pronta satisfação de “tão rude desagravo” por parte do governo brasileiro.*”

“*Tudo é lícito esperar sr. Ministro de Portugal, mas nada que tenda a perturbar S. Excia. da doce e cômoda posição que a si mesmo tão gostosamente se impôs. Os negócios da legação devem caminhar bem por si mesmos, e se não tomarem a rota mais digna e mais curta, a culpa será deles e nunca do sr. Ministro. Sabemos que o sr. Vasconcellos encontra embaraços intoleráveis - o adjetivo aqui é de rigor – nas secretarias de Estado; sabemos que S. Excia. só recebe uma resposta por cada trinta notas que escreve; sabemos que não podemos nem mesmo queremos usar de meios que não sejam os da maior brandura e longanimidade; mas também sabemos e é bem certo que nós os portugueses do Brasil merecemos que se nos dê um outro representante.*”

“*Bacharel Francisco Octaviano de Almeida Rosa, deputado geral e principal redator do Correio Mercantil, substitui o conselheiro Paranhos na missão especial no Rio da Prata. Demissão do conselheiro Paranhos causa a mais dolorosa impressão (alguns - blancos - dos mais moderados perguntavam: Então, o queriam mais? Que fôssemos fuzilados pelas costas?*”

**Edição nº 86, XII Ano, de 16 de abril de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Convenção consular com o Brasil", ocupando seis colunas do jornal, publica a representação que "milhares" de portugueses residentes no Rio de Janeiro dirigiram ao governo português, por intermédio de seu representante na Corte de D. Pedro II, solicitando providências "acerca do modo por que estava sendo entendida e executada a última convenção consular celebrada entre o Brasil e Portugal, com referência especial ao aviso do ministro brasileiro dos Negócios Estrangeiros de 30 de janeiro último". Percebe-se nesse momento a recorrência de notícias ligadas às questões da convenção consular entre Brasil e Portugal, na defesa dos interesses de portugueses principalmente quanto a heranças dos emigrados para o Brasil e que permaneciam com familiares em Portugal.

**Edição nº 87, XII Ano, de 18 de abril de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Convenção consular com o Brasil – RIO DE JANEIRO, 24 DE MARÇO DE 1865", assinado pela inicial X., analisa as divergências de interpretação do texto do acordo celebrado entre os dois países. "O pacote francês é portador de mui desagradáveis notícias acerca do estado de inquietação de espírito em que se acha aqui a população portuguesa. [...] A convenção consular com Portugal é o assunto do dia, e o objeto das mais estranhas e aventureiras conjecturas."

**Edição nº 90, XII Ano, de 21 de abril de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 20 de abril – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., onde lê-se: "As *nossas relações com o Brasil, segundo as últimas notícias, estavam em perigo de ser interrompidas! Para dois povos quase irmãos um fato destes é mais do que surpreendente. Desgraçadamente é verdadeiro. É possível que o sr. Vasconcellos nos tenha prestado serviços como nosso ministro no Brasil, mas é fora de dúvida que na presente conjuntura se tem havido de um modo muito censurável. A sua substituição é, pois, inevitável, mas é difícil a substituição, e o atual ministro dos Estrangeiros deve procurar com todo o cuidado e discrição pessoa competente que nos represente no império brasileiro*". (grifo nosso)

**Edição nº 91, XII Ano, de 22 de abril de 1865.**

- Texto da capa. Novamente, a convenção consular é o destaque da edição. O editorial - intitulado "A convenção consular com o Brasil" transcreve artigos do texto acordado entre os dois países e, em tom moderado e conciliador, manifesta divergência com a interpretação do ministro brasileiro, destaca-se: "O parágrafo quinto do artigo 13 prescreve que 'fica além disso entendido que o direito de administrar e liquidar as sucessões dos brasileiros falecidos em Portugal pertencerá aos cônsules do Brasil, ainda quando os herdeiros sejam menores, filhos de brasileiros nascidos em Portugal, em reciprocidade de igual faculdade que fica pertencendo aos cônsules de Portugal no Brasil, de administrar e liquidar as sucessões de seus nacionais em casos idênticos'. O aviso do ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil entende porém que

*estas disposições se aplicam tão somente às heranças jacentes. E tão convencido parece disto que a linguagem do aviso nem sequer guarda as conveniências que o estilo diplomático e a gravidade usam respeitar sem precisarem de subserviência. Herança jacente se diz, pelo nosso direito, aquela que, estando como que suspensa, precisa de ser sujeita a curador, enquanto que o herdeiro não aparece, ou se habilita. O direito romano dava esse nome às heranças enquanto o herdeiro não declarava aceitá-las. É de certo no primeiro sentido que aplica tal palavra o sr. Ministro Dias Vieira. Mas o princípio do artigo 13 e o § 5º não dão razão a restringir-se assim o que o tratado dispôs. Aí se fala de herdeiros juridicamente incapazes, e sob esta denominação se compreendidos os menores, sem importar que haja quem pelo direito pátrio entre na posse e cabeça do casal para nesta qualidade proceder perante as autoridades do país ao competente inventário e partilha".*

**Edição nº 92, XII Ano, de 23 de abril de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "EXTERIOR", sob o título "RIO DE JANEIRO, 24 de fevereiro" – *"O tratado de entrega da cidade de Montevideu foi vigorosamente atacado pela imprensa brasileira. O ministro plenipotenciário do Brasil em Montevideu pediu a sua demissão. O governo brasileiro declarou na folha oficial que cumpriria e faria cumprir o tratado".*

**Edição nº 99, XII Ano, de 2 de maio de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de abril (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", onde lê-se: *"A questão da convenção consular continua a preocupar mui seriamente, mais veridicamente, a insistência tenaz com que o governo brasileiro continua a sofismar algumas das mais importantes disposições da convenção".* *"Com lentidão, e recebendo queixas gerais dos credores do ex-banqueiro Souto, administração da massa falida anuncia o pagamento do primeiro rateio.*

*"Conselheiro Paranhos tem recebido a solidariedade de muitas pessoas em sua residência. López comprou dois vapores italianos."*

*"Por todo o vastíssimo Império continua, com fervor, o alistamento de voluntários para a guerra. Já há mais de 60.000 homens em armas para combater as forças do "tiranete do Paraguai". Guerra deve ser curta (É fora de dúvida que os combatentes de López não oferecerão prolongada resistência, e ainda neste ano tremulará em Assunção o pavilhão brasileiro).*

*"Ainda nas águas do Rio de Janeiro as três corvetas portuguesas."*

- Texto também na capa, mas na Seção "NOTICIÁRIO", onde lê-se: *"Fusão de Bancos - A direção do London & Brazilian Bank acordou com o Sr. Barão de Mauá a fusão daquele banco com os bancos Mauá no Brasil, Rio da Prata, Montevideu e Rosário, passando para o London & Brazilian Bank o privilégio que tinha a casa bancária Mauá de emitir notas em Montevideu e Rosário. Este acordo vai ser submetido à deliberação dos acionistas do London & Brazilian Bank, que brevemente serão convocados para esse fim, devendo a fusão proposta começar a vigorar no dia 1º de janeiro de 1866."* Essa mesma notícia foi transcrita no Jornal Commercio de Lisboa, de 4 de maio de 1865.

**Edição n° 100, XII Ano, de 3 de maio de 1865.**

- Texto da página 3, Seção “CORREIO DE HOJE” ( Lisboa, 2 de Maio – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinado pela inicial M., onde lê-se: *“Consta que pelo último paquete que saiu para os portos do Brasil foi ordem para recolher a Portugal a divisão naval, que daqui tinha saído para estacionar no Rio de Janeiro e Rio da Prata. Em substituição da divisão ficará o vapor Zarco, que estacionará na baía do Rio de Janeiro”*.

**Edição n° 102, XII Ano, de 5 de maio de 1865.**

- Texto da página 3, Seção “EXTERIOR”, intitulado “RIO DE JANEIRO”- *“O Congresso do Paraguai nomeou López generalíssimo e votou um empréstimo de 25 milhões de duros. Vinte mil paraguayanos (sic) ameaçam entrar no território argentino para invadirem o Brasil. Em Buenos Aires, teme-se uma guerra próxima”*.

**Edição n° 103, XII Ano, de 6 de maio de 1865.**

- Texto da página 3, Seção “CORREIO DE HOJE” (Lisboa, 5 de Maio – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M. onde lê-se: *“Hoje o sr. Vieira de Castro anunciou uma nota de interpelação ao sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros relativamente à convenção consular entre Portugal e Brasil. O distinto orador fez em um brilhante improvisado sentir a necessidade urgente do governo resolver as dificuldades que se tem dado entre os dois países, de modo a assegurar a paz e a entre os seus súditos e os interesses e regalias dos cidadãos portugueses concórdia residentes no Império do Brasil”*.

**Edição n° 105, XII Ano, de 9 de maio de 1865.**

- Texto da capa. Editorial, intitulado "A convenção consular com o Brasil", analisa as divergências sobre o texto do tratado entre os dois países. Destaca-se: *"Proponha (o Brasil) a revisão da convenção, exponha as suas razões, fale dos seus argumentos, diga as suas próprias queixas; por certo encontrará quem aceite qualquer modificação razoável; mas proceder de outro modo não é a altura d'um povo que se preza de cultor dos bons princípios"*.

**Edição n° 108, XII Ano, de 12 de maio de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "EXTERIOR": *“RIO DE JANEIRO – O Brasil continua a fazer grandes armamentos. O Paraguai pela sua parte também faz grandes preparativos, dispendo-se para uma resistência a todo o custo. O general López foi nomeado generalíssimo do exército”*.

**Edição n° 112, XII Ano, de 17 de maio de 1865.**

- Texto da página 3, nota intitulada “BRASIL”, onde lê-se: *"Recebeu-se hoje nesta cidade a mala do Brasil vinda pelo paquete Estremadure. A hora adiantada a que chegou o correio não permite fazer grandes extratos. As notícias que se tinham recebido no Rio de*

*Janeiro da província de Mato Grosso eram pouco satisfatórias pelas devastações praticadas pelos paraguaios e assassinatos por eles cometidos contra os brasileiros. A Bolívia estava de mãos dadas com o Paraguai na guerra que esta república faz ao Brasil, tendo os bolivianos chegado a invadir o território brasileiro pelo lado do rio Madeira. A questão da convenção consular achava-se no mesmo estado. Estava com o consulado o sr. Machado Reis em consequência de se achar doente o sr. Henriques Ferreira. Dizia-se que o ex-banqueiro Gomes projetava abrir um novo estabelecimento bancário de parceria com alguns capitalistas e vultos políticos. As três corvetas portuguesas tinham saído no dia 23 de abril para o Rio da Prata".*

**Edição n° 113, XII Ano, de 18 de maio de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de Abril (Corresp. Part, do Commercio do Porto)", ocupando mais de duas colunas, destaca-se: "*Paraguaios têm devastado e saqueado as povoações por onde passam", na Província de Mato Grosso; algumas propriedades e estabelecimentos rurais têm sido por eles incendiados(Coimbra, Corumbá, Nioaque, Miranda, Albuquerque e Vila Maria, gemem sob a bárbara pressão dessa horda de selvagens. Grande número de brasileiros tem sido assassinado, as mulheres são violadas publicamente, e muitos dos que, para escaparem a tais cenas de horror, se internaram por ínvios sertões, encontraram a morte nos pantanais desertos ou foram vítimas da fome".).* Grande enchente do rio Cuiabá veio entenebrececer ainda mais o quadro de tantas desgraças".

*"Bolívia de mãos dadas como Paraguai na guerra com o Império."*

*"Presidente Mitre já tomou providências para proteger Corrientes; dentro de pouco tempo deve ter um exército forte de 30.000 homens nas margens do rio Paraná."*

*"Questão das convenções consulares não evolui. Ex-banqueiro Gomes planeja fundar um Banco Agrícola."*

**Edição n° 116, XII Ano, de 21 de maio de 1865.**

- Texto da capa intitulado, mais uma vez, "Convenção consular com o Brasil", ocupando quatro colunas, publica uma carta particular do Rio de Janeiro, assinada pela inicial X., sobre o tema que divide os dois países, onde lê-se. "*Apesar de expostas com dr. Henriques Ferreira em seus protestos, feriram o amor próprio do sr. Dias Vieira, que aproveitou a primeira ocasião para cevar as suas iras no cônsul português, tornando-o assim em bode expiatório dos seus desatinos"*.

**Edição n° 124, XII Ano, de 1° de junho de 1865.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL" destaca-se: "*Câmaras brasileiras abriram no dia 6 de maio."*

*"Conselheiro José Antonio Saraiva teria sido chamado para organizar o novo ministério. Guerra com o Paraguai domina todas as atenções."*

*"Atriz portuguesa Emilia das Neves representou "Medéia" no teatro de S. Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro."*

**Edição n° 125, XII Ano, de 2 de junho de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de Maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" apresenta uma resenha noticiosa, repetindo informações da edição anterior. Destaca-se também o Discurso do Imperador na abertura do parlamento, publicado na íntegra, onde manifesta **desejo do restabelecimento das relações diplomáticas com a Inglaterra** (Nas palavras de D. Pedro II, destacam-se também o casamento de suas filhas, as Princesas Isabel e Leopoldina; a recuperação da "confiança" no sistema financeiro, após a falência de algumas casas bancárias; e a "invasão, por um modo inaudito", da província de Mato Grosso por tropas paraguaias). (grifo nosso, até essa data permanecia a chamada Questão Christie entre Brasil e Inglaterra). Destaca-se ainda: *"Guerra com o Paraguai provocou a queda do ministério, em consequência da imprevidência e falta de energia que asselam (sic) todos ou a mór parte de seus atos em referência à repressão dos audaciosos atentados do presidente López"*.

*"Paraguaios tomaram Corrientes dia 14 de Abril sem que fosse disparado um tiro. General Mitre reage, chamando às armas todos os cidadãos da República (Trata de organizar fortes exércitos para se livrarem a si de tão incômodo vizinho, e à humanidade de um déspota sangüinário, qual é o ditador do Paraguai)."*

*"Presidente da Argentina declara que em 3 dias estariam suas forças em quartéis, em 15 na campanha e em 3 meses na Assunção. Propala-se que López tencionava colocar-se à frente de um grosso exército e invadir aquela província do Rio Grande pela fronteira de São Borja: Deus permita que tais boatos nada tenham de reais, porque que infelizmente já todo mundo sabe de que atrocidades são capazes os salteadores que obedecem ao régulo do Paraguai"*.

- Texto da página 2, na seção "NOTICIÁRIO", intitulado: "RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A INGLATERRA – *"Um jornal de Londres de 27 de maio dá a seguinte notícia, que muito folgaremos ver realizada: "Correspondências particulares do Brasil fazem-nos esperar a próxima continuação das relações diplomáticas entre aquele país e a Inglaterra. Nas regiões oficiais em Londres conta-se igualmente que assim acontecerá, e o governo inglês parece ter já lançado as suas vistas para Mr. Thornton, tencionando nomear este cavalheiro seu representante junto da Corte do Brasil, Este diplomata é muito conhecido no Rio de Janeiro, e acreditamos que ele havia de contribuir eficazmente para restabelecer os sentimentos de amizade que outrora cimentavam as relações dos dois países"*. A mesma nota, com idêntico conteúdo e título foi publicada na Seção Interior da edição de 7 de junho de 1865 do Commercio de Lisboa.

**Edição n° 130, XII Ano, de 8 de junho de 1865.**

- **Texto da capa.** Editorial intitulado "Relações com o Brasil" chama a atenção para a necessidade de que um tratado sobre propriedade literária seja assinado com o Brasil, apesar das divergências recentes entre os dois países sobre a convenção consular. *"Atualmente as obras aqui escritas lá (Brasil) são aproveitadas por editores brasileiros; e o lucro que deveria vir para o produtor de pensamentos passa para os de papel com tinta sob certa forma"*. (grifo nosso)

**Edição n° 134, XII Ano, de 13 de junho de 1865.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL" destaca-se: *"Organizado novo ministério. Celebrado tratado "ofensivo e defensivo" entre o Brasil e as Repúblicas Argentina e Uruguai."*

*"Cidade de Corrientes ainda sob o domínio de 16.000 paraguaios. Outro exército de 10.000 paraguaios próximo às fronteiras da província do Rio Grande."*

**Edição n° 135, XII Ano, de 14 de junho de 1865.**

- Texto capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de Maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" comenta as dificuldades para a formação do novo gabinete brasileiro, depois das fracassadas tentativas do conselheiro José Antonio Saraiva e do senador José Thomaz Nabuco de Araújo, onde lê-se: *"No dia 11 de maio, finalmente, o Marquês de Olinda conseguiu alcançar esse objetivo, ficando o ministério assim composto:*

*Presidente do Conselho e Ministro do Império: Senador Marquês de Olinda*

*Justiça - Senador José Thomaz Nabuco de Araújo*

*Estrangeiros - Deputado Francisco Octaviano de Almeida Rosa*

*Fazenda - Senador José Pedro Dias de Carvalho*

*Marinha – Deputado José Antonio Saraiva*

*Guerra: Senador Ângelo Moniz da Silva Ferraz*

*Agricultura -Deputado Antonio Francisco de Paula e Sousa*

Destaca-se ainda: *"Exército brasileiro em Montevideú seguiu para San Francisco (Departamento de Paissandu), nas margens do rio Uruguai, para se juntar com uma força de 12.000 homens acampada acima de Uruguaiana, sob o comando dos generais Canabarro e Barão do Jacuí, atingindo 30.000 militares armados. Imprensa de Buenos descontente com a lentidão das forças navais e terrestres que devem operar contra o Paraguai."*

**Edição n° 136, XII Ano, de 15 de junho de 1865.**

- Texto de capa, intitulado "Convenção consular com o Brasil" reproduz do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, de 12 de maio, a nota dirigida pelo ministro de Portugal na Corte, José de Vasconcellos e Souza, ao ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Império, João Pedro Dias Vieira, com data de 15 de março de 1865, manifestando seu protesto pela interpretação brasileira dos termos da convenção consular.

**Edição n° 144, XII Ano, de 28 de junho de 1865.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL" destaca-se: *"Pequeno encontro dos paraguaios (em número de 600, com 200 homens das forças correntinas), em Riachuelo, termina em derrota completa dos soldados de López (Seguramente a esta hora já a cidade de Corrientes estará desinfestada daquela horda de selvagens, verdadeiros sacerdotes do incêndio, da faca e da pilhagem). Presidente argentino Mitre obteve licença do parlamento para colocar-se à frente do exército; no dia 1° de junho estaria em marcha para a campanha. Urquiza já teria reunido um exército de 10.000 entrerrianos.*

*Paraguaios (entre 12.000 e 16.000 homens) ocuparam São Tomé, em frente à São Borja. Embarque de voluntários para o exército continua em ritmo intenso.”*

**Edição nº 145, XII Ano, de 29 de junho de 1865.**

Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de Junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", apresenta uma resenha noticiosa, baseada no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, sobre o país e a guerra. Destaca-se: *“Paraguaios avançaram até Bella Vista, quartel-general do chefe argentino Paunero, que refugiou-se nos navios da nossa esquadra. Inação das forças brasileiras preocupa.*

*“É uma fatalidade que com um exército como temos, com uma esquadra sem segunda na América do Sul, tenhamos sempre de fazer figura secundária! Precisamos andar sempre à reboque!”* O mesmo texto foi transcrito no jornal Commercio de Lisboa, em 1º de julho de 1865.

**Edição nº 152, XII Ano, de 8 de julho de 1865.**

- Texto de capa, Seção "REVISTA DA POLÍTICA EXTERNA", onde lê-se: *"Na América do Sul percorre quase todos os Estados o facho da guerra ou o da revolução. Além da guerra da triple aliança contra o Paraguai, de que vão dando miúda conta as correspondências do Brasil, vemos a insurreição no Honduras, movimentos revolucionários em San Salvador, a guerra civil concentrada no norte do Haiti, continuação de um estado muito precário no Peru, e possibilidade de desavenças do Chile com a Espanha. No continente americano a natureza semeou vulcões, os homens semeiam discórdias".*

**Edição nº 160, XII Ano, de 18 de julho de 1865.**

- Texto de capa, intitulado "BRASIL (Corresp. Part. do Commercio do Porto) – Rio de Janeiro, 22 de junho", entre outras notícias, informa que: *“Ainda não se conhece o que estipula o pacto entre Brasil, Argentina e Uruguai (E a não ser esta liga, a campanha que o Brasil empreendeu contra o famigerado López teria sido enormemente pesada e talvez desastrosa).”*

*“Forças do exército brasileiro que estavam em Montevideu seguiram pelo rio Uruguai acima e marcham para Uruguaiana. Tudo indica que as forças aliadas, em número de 50 a 60.000 homens (sendo 40.000 brasileiros) invadirão o Paraguai, passando o rio Paraná por qualquer ponto imediato à cidade correntina de Candelária.”*

**Edição nº 161, XII Ano, de 19 de julho de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL (Corresp. Part. do Commercio do Porto) – Rio de Janeiro, 22 de Junho" conclui a resenha noticiosa iniciada na edição anterior., onde lê-se: *“Questão das **convenções consulares** não avança.”*(grifo nosso)

*“Exército brasileiro em Salto, perto da fronteira do Rio Grande, com mais de 20.000 homens das três armas. Saiu ao mar a canhoneira encouraçada que estava sendo construída na parte do arsenal de marinha que fica na ilha das Cobras; embarcação foi denominada Tamandaré.*



**Edição n° 171, XII Ano, de 30 de julho de 1865, “SUPLEMENTO”.**

- O maior espaço da página extra é dedicado ao Império brasileiro, intitulado: “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de Julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se o relato da **“lição severa”** que o chefe da divisão brasileira (**o português Barroso**) **deu aos paraguaios** em 11 de Junho de 1865, na chamada Batalha do Riachuelo, lê-se: *“No dia 29 de junho chegou a este porto o Oiapoque, de volta do sul, com as mais importantes notícias que até hoje têm vindo do teatro da guerra. O chefe da divisão Barroso, que tomou o comando da esquadra de evoluções no rio Paraná, deu aos paraguaios uma lição severa a 11 de junho, e provavelmente aniquilou por uma vez as forças de mar de López. A jornada de 11 de junho foi cheia de episódios e atos de bravura que recordam as façanhas dos grandes capitães portugueses que assoberbaram os mares com a sua coragem e extremada ousadia. [.....] A batalha naval de 11 de junho é, pois, um fato assaz honroso para a marinha brasileira, conquanto a Reforma Pacífica, folha que representa em Montevideu o partido decaído, dissesse que toda a glória cabia ao chefe Barroso e ao seu práctico Bernardino, os quais são portugueses de nascimento, e foram os heróis do dia, nem por isso se pode desconhecer que a marinha imperial se portou galhardamente, embora mesmo o seu chefe e a parte talvez a mais seleta das suas equipagens, menos oficiais, se componha de marinheiros portugueses ao serviço do Brasil. [...] Corre que o chefe Barroso vai ser elevado a chefe de esquadra, e feito grã-cruz da Ordem da Rosa, com o título de Barão do Amazonas, nome que o leitor já sabe o é da fragata que sob o seu comando superior representou o mais brilhante papel na ação”.* (grifo nosso) É importante salientar que o fato narrado que rendeu uma edição suplementar do jornal foi a crucial Batalha Naval de Riachuelo (11 de junho de 1865), que rendeu uma das maiores vitórias estratégicas de todo o conflito, pois possibilitou aos aliados o domínio dos rios a partir de então.

- O suplemento do Commercio do Porto também transcreve o discurso da Coroa Portuguesa na sessão real da abertura das câmaras, que faz referência ao Brasil, lê-se: *“Continuo a receber das nações nossas aliadas provas constantes da melhor inteligência que, de dia para dia, mais estreitam as relações amigáveis que nos ligam. Tenho a satisfação de vos anunciar que cessou o rompimento das relações políticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, terminando este temporário desacordo com muita dignidade para ambos os governos. Congratulo-me de ter oferecido a minha mediação, aceita por ambos os Estados interessados, em questão resolvida tão satisfatoriamente, como o fazia desde logo antever a reconhecida ilustração e prudência daquelas duas nações, a que nos ligam laços os mais íntimos”.* (grifo nosso) O tal fato mencionado é a famosa “Questão Christie”, que teve seu desenlace intermediado pelo governo português.

**Edição n° 172, XII Ano, de 1° de agosto de 1865.**

- Texto de capa, intitulado “BRASIL”, que conclui a resenha iniciada na edição anterior, anunciando que o Imperador brasileiro havia decidido partir para o Rio Grande do Sul, lê-se: *“para com a sua presença e o seu prestígio animar o exército a repelir o inimigo que pisa o nosso território”.* Destaca-se ainda: *“Corpo do exército paraguaio teria*

*entrado em São Borja, e passado à espada os dois regimentos de voluntários que aí se achavam, sendo um dos alemães que se alistaram em Pelotas e outro o primeiro de Voluntários da Corte".*

*"López em pessoa na cidade de Corrientes para animar com sua presença as tropas guaranis e preparar os meios de melhor receber o inimigo. Marquês de Olinda eleito presidente do Conselho de Ministros. Imperador decidiu partir para o Rio Grande do Sul, "para com sua presença e o seu prestígio animar o exército e repelir o inimigo que pisa o nosso território".*

*"As duas câmaras receberam com vivas demonstrações de contentamento esta notícia, e mandaram comissões de seu seio agradecer ao Imperador esse ato de patriotismo".*

*"Com o Imperador, vai o Duque de Saxe, o ministro da guerra Ferraz, o Marquês de Caxias e o general Cabral, seu ajudante de Campo."*

*"Bispo de Assunção pregou ao povo, dizendo-lhe que os que morressem em combate iriam ressurgir na Assunção!".*

*"Folha de Buenos Aires não perdeu o ensejo de fazer espírito à custa de tal tolice e acrescentou que para dar mais valor às palavras do bispo, o presidente López proclamava que aqueles que tendo morrido em combate não se apresentassem depois na Assunção, seriam fuzilados!"*

*"Tão logo chegue da Europa o Conde d'Eu partirá também para o Rio Grande. Sessão de ontem (6 de julho) do Senado aprovou a concessão dos postos efetivos de marechal do Exército ao Conde d'Eu e de almirante ao Duque de Saxe, "nos termos da condição estipulada nos respectivos contratos nupciais"("Estas duas medidas passaram na Câmara Popular com grande número de votos contra)."*

Sobre a convecção consular entre Brasil e Portugal, destaca-se: *"segue a mesma doutrina do seu antecessor Dias Vieira. [...] Diz-se, à boca pequena, que o sr. Vasconcellos (ministro português na Corte) tem sido admoestado de Lisboa pela maneira por que tem andado neste negócio, mas isto não é bastante, e a ser exato, é considerado aqui como tática do sr. Conde d'Ávila. Se o governo não quer cuidar seriamente da questão consular, então é melhor acabar com a legação portuguesa, que não passa de uma impostura à sombra da qual se dão a um homem inútil 24.000\$000 réis fracos por ano para ele não fazer nada. E se até agora estávamos mal, pior vamos ficar. Segue para Lisboa a bordo de uma das corvetas portuguesas o sr. Dr. José Henriques Ferreira, que o sr. Avila deixou, ou aproveitou o ensejo para retirar daqui, justamente na ocasião em que o consulado mais carecia de seus serviços e de sua experiência. Neste pacote vai já o dr. Santiago, advogado do consulado, moço distintíssimo por sua ilustração e qualidades, que muito podia auxiliar o sr. Vice-cônsul Machado Reis; ficam portanto os interesses portugueses entregues à superior proteção do sr. Vasconcellos".*

- Texto da página 2, Seção "NOTICIÁRIO", também da edição nº 172, intitulado: "RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A INGLATERRA"

- Acerca do restabelecimento das relações entre o Brasil e a Inglaterra, a que se refere o discurso real da abertura das câmaras, transcrito do *Times*, de Londres, de 26 do corrente (julho) o seguinte: *"Em resultado da correspondência entre os governos inglês, português e o do Brasil, este último aceita as propostas do governo de S. M., a Rainha Victoria, de*

*fevereiro passado, e, por isso, as relações diplomáticas serão brevemente restabelecidas. Essa feliz reconciliação é em grande parte devida à mediação do governo português e aos esforços amigáveis e incansáveis do Conde de Lavradio, ministro de S. M. D. Luiz na Corte de S. James. Corre que o ministro Thornton, de Buenos Aires, vai para o Rio. O fato de que faz menção o jornal inglês, se é de estimar por ter posto termo a uma desinteligência verdadeiramente lamentável, é ao mesmo tempo sumamente honroso para o monarca português, cuja mediação, tão lisonjeiramente aceita, produziu o satisfatório resultado que refere o Times, e a que S.M. aludiu, no seu discurso, por ocasião da inauguração dos trabalhos parlamentares. Folgamos sinceramente que terminasse a pendência que tinha interrompidas as relações amigáveis dos dois países, e que esse restabelecimento se operasse por efeito da mediação do nosso soberano."*

**Edição n° 184, XII Ano, de 15 de agosto de 1865.**

Texto da página 3, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de Julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" apresenta, em duas colunas, uma resenha noticiosa sobre o país e a guerra, com base em informações publicadas pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro. Duas informações em destaque: "*D. Pedro II e seu genro, o Duque de Saxe, partiram para o Rio Grande. Imperador cogita investir o Marquês de Caxias no comando dos exércitos brasileiros em operações no sul.*" O texto também apresenta uma pormenorizada descrição da invasão paraguaia na província do Rio Grande, a partir de São Borja, transcrita do jornal Correio do Sul, de Porto Alegre, e relata outras ações militares, além de notícias políticas e econômicas sobre o Brasil. O texto foi produzido na edição n° 1365, no jornal de Aveiro, O Campeão das Províncias, em 19 de agosto de 1865, mostrando essa rede entre os jornais e a defasagem temporal entre as notícias.

**Edição n° 185, XII Ano, de 17 de agosto de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL", o texto apresenta detalhes da saída do Imperador para o front da guerra no Rio Grande do Sul, além de depoimentos de militares brasileiros sobre as operações no sul do país. Destaca-se: "*Despedida de D. Pedro II e do Duque de Saxe movimentou o Rio de Janeiro, todos os pontos elevados e praias da cidade, desde o arsenal até à Glória, estavam apinhados de povo que não cessava de dar vivas e acenar com os lenços*".

**Edição n 189, XII Ano, de 22 de agosto de 1865.**

- Texto de capa, intitulado "*Elevação da Taxa de Juro*" analisa a crise financeira do país, agravada pela situação vivida pelo Império de D. Pedro II na guerra em andamento e a relação direta com Portugal, onde lê-se: "*A crise do Brasil colocou Portugal em má posição para saldar as suas contas internacionais. A Inglaterra era um país a que enviávamos letras que recebíamos d' além mar. Fazíamos como nas 'clearing-houses', e tínhamos a vantagem de recebermos muitas letras, já para mesadas que o amor de família enviava, já para transferências de fundos de pessoas que voltavam ao berço pátrio. Extintos esses meios, e alterado o sistema de comércio, vimos e estamos vendo o câmbio desvantajoso, e o dinheiro indo barra fora para o norte*". (grifos nosso)

### **Edição n 195, XII Ano, de 29 de agosto de 1865.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL Rio de Janeiro, 8 de agosto (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" valoriza a presença de D. Pedro II no sul do país, onde lê-se: "*S. M. o Imperador continua a ser o alvo do mais jubiloso alvoroço na província de São Pedro do Sul. Acompanhado por S. A. o Duque de Saxe tem percorrido as povoações mais importantes, e por toda a parte é a sua presença saudada e festejada com o mais estremecido afeto. Nacionais e estrangeiros confundem-se nessas demonstrações do alto apreço e amor que consagram ao virtuoso monarca*".

Outros destaques: "*Paraguaios retiraram-se de Itaquí no dia 14 (julho) em direção à Uruguaiana.*"

"*Vapor Santa Maria chegou a Santa Catarina dia 3, conduzindo o Conde d'Eu e a ala direita do 32º Corpo de Voluntários.*"

"*Continuam as queixas do mau tratamento que recebem os "miseros soldados" nos hospitais de campanha.*"

"*Corveta Estefânia seguiu para Lisboa levando o cônsul José Henriques Ferreira (Que o mar e o vento lhe sejam bonançosos).*"

### **Edição n° 200, XII Ano, de 3 de setembro de 1865.**

- Texto de capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 1º de agosto (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" é mais antigo que o publicado anteriormente, explica que foi trazido por outro pacote, o *Douro*, que saiu do Rio de Janeiro sete dias depois do vapor *Kepler* e chegou quatro dias antes. O *Kepler* levou 30 dias até Lisboa e o *Douro* 19 dias!). Além de reproduzir na íntegra a proclamação "Viva a nação brasileira!" que o Imperador mandou publicar ao chegar no sul do país, destaca-se ainda: "*Barão de Porto Alegre nomeado comandante em chefe do exército em operações no Rio Grande do Sul. Representante português no Brasil, José de Vasconcellos, continua a fornecer as mais altas provas de incapacidade para desempenhar as importantes funções inerentes ao cargo que ocupa*".

### **Edição n° 209, XII Ano, de 14 de setembro de 1865.**

- Texto da página 2, Seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 13 de setembro – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M.: "*Os paraguaios cantavam vitória, e corria o boato de que o Brasil pretendia fazer a paz e que o tratado não faria muita honra ao Império nem lhe daria grande proveito. Não é oficial a notícia, segundo me consta, mas mau sinal é espalhar-se o boato, que, como é de supor, tem sido muito mal recebido. Diz-se que os paraguaios tomaram a Uruguaiana, onde já está um exército de 26.000 homens, e espera-se que o grosso do exército que está em Corrientes apareça brevemente na Uruguaiana, para onde se dirigia a marchas forçadas. Se isto assim é, o Brasil está em má posição, e não se pode prever o resultado da luta em que o Império se empenhou contra aqueles povos altivos, insolentes e maus*".

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de agosto (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" apresenta uma resenha noticiosa sobre o Império brasileiro e a guerra. Destaca-se: "*Ainda não ocorreu o importante encontro previsto, no sul, entre os*

*exércitos aliado e invasor, batalha que há de pesar fortemente na balança desta luta da civilização contra a barbárie em que está empenhado o Império, Conde d'Eu chegou dia 7 em Porto Alegre e seguiu para Rio Pardo.*" (grifo nosso)

E na mesma página, na seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO (Do nosso correspondente): *"Os passageiros do Brasil dizem que os paraguaios tomaram Uruguaiana, e que vão ser reforçados pelo grupo do exército que marcha de Corrientes em marchas forçadas. Suspeitam-se traições por parte dos aliados do Brasil"*.

**Edição nº 210, XII Ano, de 15 de setembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de agosto (Corresp. Part, do Commercio do Porto) conclui a resenha iniciada na edição anterior, ocupando cinco colunas e recapitulando as últimas operações militares no sul, onde lê-se: *"Novo general em chefe do exército paraguaio é homem extremamente cruel, substituto é Barrios, cunhado de López e seu valido. Barrios é o herói de Coimbra, o chefe da expedição de Mato Grosso que, à frente de 4 mil homens, foi entretido por mais de 24 horas pelo pequeno forte que, apenas guarnecido por 150 homens, opôs-lhe viva resistência, matou-lhe 300 homens e, finalmente, retirou-se sem perda de um soldado! Barrios passa por estúpido, covarde e cruel. Tem talvez todos estes merecimentos sobre Robles, que se não era inteligente, era pelo menos mais humano que os seus companheiros. Foi sob seu comando que se perpetraram em Mato Grosso as atrocidades que tivemos notícia, mandando supliciar cruelmente os prisioneiros, violentando crianças e ultrajando as mulheres."* (grifo nosso)

**Edição nº 220, XII Ano, de 27 de setembro de 1865.**

- Texto da página 2, Seção "NOTICIÁRIO" nota intitulada "Várias Notícias": *"O presidente da República do Paraguai, general López, decretou que a província Corrientes fique incorporada à República do Paraguai, por assim ser necessário para equilíbrio dos Estados do Prata."*

**Edição nº 221, XII Ano, de 28 de setembro de 1865.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de setembro (Corresp. Part, do Commercio do Porto)" apresenta uma resenha noticiosa sobre o país e a guerra. Destaca-se: *"General Flores comanda vitória sobre os paraguaios que desciam pela margem correntina do rio Uruguai a (ao esplêndido clarão de uma brilhante vitória alcançada pelo exército aliado rasgaram-se os véus que encobriam os horizontes da nobre campanha em que porfia o Império contra a selvageria e o despotismo."* (grifo nosso)

*"Apreensão no Uruguai com movimentação dos blancos. Exército paraguaio que opera em Corrientes estaria novamente sob o comando do general Robles (cuja destituição e fuzilamento não se confirmam)."*

*"Coxim, no Mato Grosso, teria sido ocupado por mais de 400 paraguaios. Dois desertores de López se apresentaram às tropas brasileiras em Cuiabá (Como os outros que não procurado a nossa sombra proteção, têm sido bem tratados, porque é preciso*

*que nos mostremos, tais quais somos, civilizados e humanos, e não bárbaros e selvagens como os mandatários de López"*, (grifo nosso) transcreve do jornal Imprensa, de Cuiabá, apesar de sinalizar que a principal fonte das informações continua sendo o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

**Edição nº 222, XII Ano, de 29 de setembro de 1865.**

- Texto da capa. Dois textos especiais, ocupando mais de quatro colunas, tornam o Império brasileiro e a guerra em andamento o principal tema da edição. No primeiro, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", que conclui a resenha iniciada na edição anterior. No segundo, intitulado "Rio de Janeiro, 30 de agosto (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", os destaques são: "Chegaram de Liverpool os vapores *Isabel* e *Leopoldina*, encomendados pelo governo brasileiro."

*"Voluntária do Piauí causa furor no Rio de Janeiro."* No texto, transcrito do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, lê-se que *"Jovita tem se tornado o alvo da curiosidade pública. Não há quem não deseje conhecê-la. Vestida a caráter, calça e fardeta branca, saiotte azul e elegante boné, contemplam-na percorrendo garbosa as ruas desta capital, ou fazendo exercício no quartel com seus companheiros, muitos dos quais não a igualam na destreza e desgarro militar com que executa as manobras. Jovita se tem fotografado mais de uma vez e raro é quem não possui aqui um retrato da voluntária do Piauí."*

**Edição nº 230, XII Ano, de 8 de outubro de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO (Do nosso correspondente): *"Lisboa, 7 de outubro, às 2h30m da tarde. Na corveta Estefânia, chegada do Brasil, veio o sr. José Henriques Ferreira, cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro"*.

**Edição nº 236, XII Ano, de 15 de outubro de 1865.**

- Texto das páginas 2 e 3, Seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 14 de outubro - Corresp. Part. do Commercio do Porto)", assinada pela inicial M.: *"É certo que da parte dos generais aliados foram feitos aos paraguaios propostas extraordinariamente vantajosas. Essas propostas foram rejeitadas com altivez e sobranceira, respondendo aqueles aos aliados, que preferiam morrer a renderem-se. É notável o princípio da resposta do general paraguaio aos generais aliados e até ao fim desse escrito se nota a resolução do exército do Paraguai em se bater até à última extremidade. Diz-se geralmente que se qualquer dos aliados for traidor ao Brasil este ficará altamente comprometido e perderá todo o prestígio e força para com as repúblicas americanas. A corveta Bartolomeu Dias conservava-se fundeada na baía do Rio de Janeiro, à saída do Guienne. A guarnição passava de perfeita saúde."*

- Texto da página 3 da mesma edição, texto intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" destaca: *"Exército paraguaio, comandado pelo coronel D. Antonio Estigarribia, ainda domina a cidade de Uruguaiana. General Mitre se aproxima do local tomado pelos paraguaios."*

*“Paquete inglês Mersey levou a Buenos Aires ao sr. Thornton a sua nomeação para vir ao Brasil em missão especial reatar as relações diplomáticas anglo-brasileiras (O sr. Thornton aprontava-se para subir o Uruguai e ir à fronteira brasileira cumprimentar S. M. o Imperador”).*

**Edição n° 237, XII Ano, de 17 de outubro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", ocupando mais de quatro colunas, conclui a resenha iniciada na edição anterior. Destaca-se: *“O mesmo Visconde Tamandaré que se opôs ao acordo celebrado pelo conselheiro José Maria da Silva Paranhos em Montevideu assinou a proposta demasiadamente humilhante, encaminhada em 2 de setembro ao chefe das forças paraguaias em Uruguaiana. Morreu o coronel brasileiro Fidélis, ferido na batalha de Yatay.”*

*“Presidente do Piauí elevou Jovita ao posto de sargento [...] foi a 9 de setembro que chegou a esta Corte, fazendo parte do Corpo de Voluntários de Piauí, e sargenteando uma das companhias, a assaz decantada em prosa e verso Jovita Alves Feitosa, jovem pardinha de 19 anos de idade, ao que dizem. [...] Choveram no quartel da pasmada Jovita cento e um convites para todos os bailes do mundo equívoco de todas as cores. Eles queriam ser os cavalheiros serventes daquela moderna Joana d'Arc, elas endoideciam por polkarem (sic) com tão gentil sargento”). Mas Jovita foi obrigada a sair das fileiras do exército (“Cochichou – alguém - ao ouvido do ajudante do quartel-general que tu eras a indisciplina viva do teu batalhão e que se tornava necessário dar-te baixa de posto. [...] Nada disto obstou a tua deposição, e eis-te aí reduzida a uma prosaica vivandeira, se persistires em querer acompanhar o teu corpo. Vais ou ficas, oh heroína sem par? ”* Cita-se a transcrição do Jornal do Commercio. do Rio de Janeiro

**Edição n° 243, XII Ano, de 24 de outubro de 1865.**

- Texto da página 2, Seção “NOTICIÁRIO”: "NOTÍCIAS DO BRASIL”, onde lê-se *“Entrou anteontem no Tejo o paquete inglês Galileu da carreira de Liverpool, que saiu do Rio de Janeiro a 25 de setembro, um dia depois do paquete francês Guienne. Recebemos o Jornal do Commercio do Rio de 25, mas nele nada encontramos de novo do teatro da guerra, que adiante às notícias há dias recebidas pelo Guienne. No dia 24 de setembro pelas 8 horas da noite faleceu o sr. Antonio Emilio Machado Reis, vice-cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, e que estava atualmente exercendo este cargo pela ausência do sr. Dr. José Henriques Ferreira. A perda do sr. Machado Reis há de ter sido verdadeiramente sentida pelos nossos compatriotas, de quem era muito estimado pelas suas excelentes qualidades.”* (grifo nosso)

**Edição n° 249, XII Ano, de 31 de outubro de 1865.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" que destaca a rendição de Uruguaiana, ocorrida em 18 de setembro de 1865, lê-se: *“A festejada notícia melhora as perspectivas do Brasil na guerra, principalmente levando-se em conta as características do exército inimigo: Os*

*soldados do ditador López são na América do Sul tão temidamente odiados como a cholera-morbus na Europa e na Ásia. Os vestígios que deixam pelos povoados por onde passam são o roubo, a pilhagem, o incêndio, a devastação, o estupro e a desonra." O longo texto oferece, ainda, detalhes da rendição; a íntegra de uma carta do ministro da guerra brasileiro Ferraz ao conselheiro Octaviano, plenipotenciário do Império em Buenos Aires e valoriza a presença de D. Pedro II em Uruguaiana, ao lado dos outros dois presidentes aliados. "O chefe paraguaio Antonio Estigarribia achava-se no Rio de Janeiro, tendo escolhido o Brasil para sua residência depois da rendição de Uruguaiana".*

**Edição nº 250, XII Ano, de 1º de novembro de 1865.**

- Texto da capa e página 2. Tendo como base o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, complementa a matéria iniciada na edição anterior, sob o título "BRASIL – Rio de Janeiro, 9 de outubro (Correspondência Particular do Commercio do Porto), apresentando mais detalhes da rendição de Uruguaiana e mais informações sobre o Império. Destaca-se: " - *Quem diria? Temos aqui na Corte, passeando e folgando livremente, o chefe paraguaio Estigarribia. [...]Tendo escolhido o Brasil para sua residência depois da rendição de Uruguaiana, veio ontem de passagem no Mersey, acompanhado pelo primeiro tenente da armada Francisco José de Freitas. Ao lar de um povo livre há lugar até para os seus inimigos mais encarniçados, para os que esse povo soube vencer lealmente no campo da batalha e a quem deu depois da vitória o exemplo da mais brilhante magnanimidade. Estigarribia é hoje nosso hóspede e como tal será respeitado por todos os brasileiros. Verá o chefe paraguaio agora de perto, na capital do Império, como vive um povo livre e civilizado e o quanto distam os costumes brasileiros da barbaria e do fanatismo. [...] No arsenal de marinha da Corte e no estaleiro da ilha das Cobras trabalha-se ativamente na prontificação de mais duas canhoneiras couraçadas. [...]A expedição que desta Corte saíra a 5 de abril para Mato Grosso, conduzindo alguns mil homens que se lhe fossem incorporando, das províncias de São Paulo e Minas, só em 4 de setembro é que se resolveu deixar o ninho que havia feito em Uberaba (na primeira - ? - daquelas províncias), caminho de Cuiabá. [...] Está acéfalo o nosso consulado. No dia 25 sepultou-se no cemitério de S. Francisco Xavier, o cadáver do sr. Antonio Emilio Machado Reis, vice-cônsul exercendo nesta Corte as funções de cônsul geral. [...] Das correspondências e cartas recebidas de Goiás sabe-se que o alqueire de sal custa naquela província cem mil réis! Por tal carestia calcula-se como serão insossos e desenxabidos os habitantes daquela região."*

**Edição nº 251, XII Ano, de 3 de novembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Convenções consulares", transcreve do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, um artigo assinado pelo advogado brasileiro Joaquim José Palhares, "que mostra como é errôneo e sofisticado o modo como o seu governo tem interpretado algumas das disposições da convenção".



**Edição nº 252, XII Ano, de 4 de novembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Convenções consulares", continua a publicação do artigo do advogado brasileiro Joaquim José Palhares, transcrito do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

**Edição nº 254, XII Ano, de 7 de novembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Convenções consulares", publica a terceira parte do artigo do advogado brasileiro Joaquim José Palhares, transcrito do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

**Edição nº 256, XII Ano, de 9 de novembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Convenções consulares", publica a quarta e última parte do artigo do advogado brasileiro Joaquim José Palhares (que nessa edição aparece com o nome de Joaquim José Alvares), transcrito do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

**Edição nº 259, XII Ano, de 12 de novembro de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO": *"Lisboa, 11, à 1h. e 47m. da tarde. Chegou o paquete da carreira do Brasil, vindo do sul. Idem, 12, à lh. e 25m. da madrugada. Os passageiros do paquete Navarre, chegado ontem dos portos do Brasil, dizem que o empréstimo de três milhões de libras estava feito, esperando-se que o governo contratasse outro brevemente. A notícia do novo empréstimo causou má impressão na praça. Não havia notícias do Paraguai. O Imperador já tinha saído para o Rio de Janeiro. O câmbio sobre Londres era de 25 e meio."*

E a nota intitulada "BRASIL", na mesma página, introduzindo as informações comerciais do Império, registra a rapidez da viagem do *Navarre*: *"Chegou três dias mais cedo do que se esperava, Parece-nos que desde que se acha estabelecida a carreira dos paquetes para o Brasil é esta uma das viagens mais rápidas que se tem feito. Foi de 17 dias."*

**Edição nº 260, XII Ano, de 14 de novembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de Outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", apresenta uma resenha de notícias sobre o país e a guerra. Destaca-se: *"Depois da entrega de Uruguaiana desconhece-se os planos militares dos aliados. Folhas de Buenos Aires informam que 6.000 homens de López passaram para o sul do rio Corrientes. Espera-se festejos na volta do Imperador à Corte."* Transcrição do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

**Edição nº 264, XII Ano, de 18 de novembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Reconciliação entre a Inglaterra e o Brasil", onde lê-se: "Estão felizmente reatadas, como é sabido, as relações diplomáticas da Inglaterra com o Brasil. Para este acontecimento, de grande alcance econômico e político para os dois povos, **concorreram poderosamente os bons ofícios do Rei de Portugal, que teve a fortuna de reconciliar dois governos** a quem uma pequena questão havia levado a quebrar antigos laços de amizade, com grave prejuízo dos interesses comerciais de ambos. Uma

das mais autorizadas folhas inglesas, o *Times*, festeja este importante fato, e aproveita a ocasião para demonstrar as vantagens que a Inglaterra poderá colher se os seus comerciantes atentarem bem nas riquezas que possui o florescente império transatlântico." (grifo nosso)

**Edição n° 271, XII Ano, de 26 de novembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "O Brasil na exposição internacional" comenta a importância do Império na balança comercial portuguesa e relaciona os produtos brasileiros expostos em Londres.

**Edição n° 273, XII Ano, de 29 de novembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", ocupando praticamente toda a primeira página (6 colunas), baseado no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, destaca: "*Exército aliado avançava pelo território de Corrientes. Forças paraguaias continuam promovendo saques e violência por onde passam (O que a história conta das invasões dos Hunos ou dos Sarracenos é descorado e banal ao pé do que os paraguaios praticam em sua retirada de Corrientes.)*". (grifo nosso)

*"Forças brasileiras comandadas pelo Barão de Porto Alegre preparavam-se para entrar no território paraguaio por Itapua.*

*"Imperador D. Pedro II e seus genros esperados no Rio de Janeiro."*

**Edição n° 286, XII Ano, de 15 de dezembro de 1865.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", tendo como principal fonte o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, destaca a chegada à Corte, no dia 9 de novembro, do Imperador D. Pedro II e seus genros, os Príncipes Conde d'Eu e Duque de Saxe, lê-se: "*Um único pensamento dominava a grande multidão: ver e saudar com a expansão do mais santo regozijo o Imperador e seus augustos genros. Mais bela festa de amor e gratidão, diz o Jornal do Commercio, nunca se observou no Rio de Janeiro: O Imperador e os Príncipes trajavam sobrecasacas militares, e traziam nos semblantes os sinais da afadigosa missão patriótica que souberam tão dignamente cumprir. [...] Em todo este tempo o largo do Paço esteve atopetado de povo, que vitoritava com ardor o defensor perpétuo do Brasil, e que prorompeu (sic) em novas e arrebatadoras aclamações no momento em que SS. MM. Imperiais seguiram para São Cristóvão pouco antes das seis horas da tarde".*

Outras informações em relevo: "*Exército aliado, com 30 mil homens, já deve ter passado para o outro lado do rio Corrientes. Cidade de Corrientes acha-se totalmente "limpa" dos soldados do López. No dia 15 de novembro, o sr. Eduardo Thornton apresentou sua credencial de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S.M. a Rainha da Grã-Bretanha ao Imperador D. Pedro II."*

Na mesma página, a coluna "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 14 de dezembro - Corresp. Part. do Commercio do Porto), também registra a chegada efusiva do Imperador ao Rio

de Janeiro. Essa informação foi repetida na seção “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO”, também publicada na página 3.

**Edição n° 287, XII Ano, de 16 de dezembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL Rio de Janeiro, 24 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)” conclui a resenha iniciada na edição anterior. Destaca-se “*Barão de Penedo é novamente ministro plenipotenciário e foi enviado extraordinário do Brasil em Londres. Nomeado como comandante geral do estado-maior de artilharia o Conde d'Eu, que acumulará o cargo com a presidência da comissão de melhoramentos do exército.*”

**Edição n° 297, XII Ano, de 29 de dezembro de 1865.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL Rio de Janeiro, 8 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" destaca-se: “*Surpreendente solicitação de paz do arrogante ditador López (Ofícios reservados foram enviados a Mitre).*”

“*Jornais La Tribuna, de Buenos Aires e Montevideú não aceitam paz (Seria comprometedor para a popularidade do governo da República Argentina, diz o primeiro. Com o déspota do Paraguai não há nem pode haver arranjo possível)*”. A publicação de Montevideú também desmente boatos de paz, condicionando o fim da guerra à rendição de López.. *Mulheres e filhas de Estigarribia e outros oficiais que se renderam ao Brasil foram entregues pelo "bárbaro ditador López à marinhagem dos seus chavecos de guerra para cevarem nessas pobres vítimas os mais torpes e brutais desejos". Prisioneiros brasileiros que há mais de um ano "gemem sob os ferros do tirano" foram conduzidos para Humaitá. Império do Brasil com seu exército de 30.000 homens e com a sua "bonita esquadra irá intrépido libertar o Paraguai do bárbaro governo que o flagela".*

**Edição n° 298, XII Ano, de 30 de dezembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" conclui a resenha iniciada na edição anterior. Destaca-se: “*Segundo sarau da Associação Literária Arcádia Fluminense, fundada na festa centenária de Bocage, contou com a participação do Imperador D. Pedro II. Conselheiro Cristiano Ottoni confirmado no cargo de presidente da estrada de ferro D. Pedro II. Continua o envio de tropas para o exército brasileiro em operações no sul.*”

**Edição n° 299, XII Ano, de 31 de dezembro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Viagem da divisão naval portuguesa ao Brasil e Montevideú" transcreve relatório do capitão de mar e guerra Antonio Sergio de Souza sobre a viagem ao Brasil e ao Prata da divisão naval sob o seu comando, composta das corvetas Bartolomeu Dias, Estefânia e D. João, “*que há poucos dias regressaram a Lisboa*”, publicado no Diário de Lisboa, em 29 de dezembro.

**Edição n° 2, XIII Ano, de 4 de janeiro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado “Viagem da divisão naval portuguesa ao Brasil e Montevidéu” continua a transcrição do relatório do capitão de mar e guerra Antonio Sergio de Souza sobre a viagem ao Brasil e ao Prata da divisão naval sob o seu comando, composta das corvetas Bartolomeu Dias, Estefânia e D. João, “*que há poucos dias regressaram a Lisboa*”, publicado no Diário de Lisboa, em 29 de dezembro de 1865.

**Edição n° 4, XIII Ano, de 6 de janeiro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado “Viagem da divisão naval portuguesa ao Brasil e Montevidéu” conclui a transcrição do relatório do capitão de mar e guerra Antonio Sergio de Souza.

**Edição n° 12, XIII Ano, de 17 de janeiro de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" destaca-se: “*Na última quinzena de dezembro, três vapores, fretados pelo governo imperial, conduziram 2.000 praças para o Rio da Prata.*”  
*Eleita nova diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Anunciado leilão de mais de 20 prédios e chácaras que pertenceram ao ex-banqueiro Visconde de Souto.*”

**Edição n° 13, XIII Ano, de 18 de janeiro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "GUERRA DO PARAGUAI", reproduz a carta enviada por Francisco Solano López ao General em Chefe dos exércitos aliados, Bartolomeu Mitre em 20 de novembro de 1865, desde Humaitá. A proposta de paz era mesmo apenas boato. No ofício, que ocupa duas colunas do jornal, o presidente paraguaio afirma que está respeitando os prisioneiros inimigos, mas o mesmo não está ocorrendo no exército aliado, principalmente na Argentina, que executa os inimigos capturados. A matéria também transcreve a resposta de Mitre a López. O ofício, em duas colunas, rebate as acusações do presidente paraguaio, afirma que os prisioneiros têm sido tratados com “humanidade”, e denuncia os excessos praticados pelas tropas paraguaias, como arrebataram violentamente criações de gado em inúmeras fazendas do Prata. O mesmo ofício foi publicado no jornal Braz Tisana, nas suas edições de 20 e 23 de janeiro de 1866, ou seja, posteriormente ao publicado no Commercio do Porto.

**Edição n° 24, XIII Ano, de 31 de janeiro de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de janeiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" destaca-se: “*Guerra contra o ditador do Paraguai ainda monopoliza a opinião pública brasileira (O bom e indiferente público desta capital só se sente desperto e curioso quando o telégrafo anuncia à barra algum vapor procedente das margens do Prata). Exércitos aliados continuam a marchar próximos ao Passo da Pátria. Marechal Osório comanda 25 mil homens. Com reforços enviados do Brasil calcula-se que "passaríamos" a fronteira com 40.000 homens.*”

**Edição nº 35, XIII Ano, de 15 de fevereiro de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de janeiro (Corresp. Part. do *Commercio do Porto*)", destaca-se: "*Paraguai ainda não foi invadido. Humaitá ainda não foi arrasada. Os três exércitos aliados continuam acampados no Passo da Pátria. Reforços brasileiros aumentam a cada dia e hoje as forças já somam 60.000 homens.*"  
"*Valente chefe de divisão Francisco Manoel Barroso (português) recebeu o título de Barão do Amazonas.*"  
"*Canhoneira francesa Decidée rompeu o bloqueio do rio Uruguai e dirigiu-se à capital do Paraguai, de onde voltou mui airosamente depois de ter oferecido os seus bons serviços ao presidente López*".

**Edição nº 36, XIII Ano, de 16 de fevereiro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de Janeiro (Corresp. Part. do *Commercio do Porto*)" conclui a resenha iniciada na edição anterior, sem apresentar grandes novidades sobre o Império e a guerra, preferindo destacar a morte do almirante espanhol Pareja, que comandava a esquadra que estava bloqueando os portos chilenos.

**Edição nº 41, XIII Ano, de 22 de fevereiro de 1866.**

- Texto da página 2, intitulado "Cabo elétrico de Portugal ao Brasil", transcreve artigo assinado por John Lemoine no "Diário dos Debates", de Paris, que critica a resistência de membros do governo português ao projeto – em execução – da grande linha telegráfica ligando os dois continentes e que foi aprovado pelos representantes do Brasil, da França e de Portugal, na conferência realizada em Paris no ano de 1864.

**Edição nº 47, XIII Ano, de 1º de março de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de fevereiro (Corresp. Part. do *Commercio do Porto*)" destaca-se: "*Ainda não ocorreu a batalha decisiva para levar a redenção aos escravizados povos do Paraguai. Grande exército aliado permanece em santo ócio defronte ao inimigo, no Passo da Pátria.*"  
"*Almirante Tamandaré prepara a esquadra brasileira para o grande combate da guerra (Assim, pois, poucos dias restam de existência ao decantado Humaitá).*"  
"*Segue para o Rio da Prata mais um batalhão de voluntários de Pernambuco (O exército atualmente em armas contra a pequena e insignificante republiqueta do Paraguai eleva-se a 65.000 homens, dos quais 53.000 são brasileiros, 10.000 argentinos e 2.000 orientais).*"

**Edição nº 48, XIII Ano, de 2 de março de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" conclui a resenha iniciada na edição anterior e publica informações trazidas pelo pacote inglês "Galileu", com data de 1º de fevereiro, oito dias atrasado em relação ao pacote "Rhone", que trouxe as informações com data de 7 de fevereiro, onde lê-se: "Confirma-se a notícia do incêndio de carretas, no território de Corrientes, conduzindo artigos bélicos para o exército brasileiro."

“Composta a comissão internacional de emigração, que formulará as bases da atração para o Império de uma poderosa corrente de emigrantes europeus e americanos dos Estados Unidos”.

**Edição nº 62, XIII Ano, de 18 de março de 1866.**

Texto da página 3, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de fevereiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)” destaca-se: *“Armada brasileira já conta com cinco vapores encouraçados, quatro dos quais, o Brasil, Barroso, Tamandaré e Bahia, já estão no Rio da Prata para entrar na campanha contra o ditador do Paraguai”.*

**Edição nº 63, XIII Ano, de 20 de março de 1866.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de fevereiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)” conclui a resenha iniciada na edição anterior. Destaca-se: *“Aumenta o cerco ao Paraguai (Sabíamos que defronte do inimigo tínhamos o forte exército aliado, composto de mais de 60.000 homens, e que na retaguarda dele flutuava nas águas de Corrientes uma esquadra de 24 vapores, sendo encouraçados”.*

*“Inação e apatia ainda caracterizam as forças aliadas (Sabíamos mais que o almirante brasileiro, Visconde de Tamandaré, passeava nas ruas da cidade de Buenos Aires, em vez de ir colocar-se à frente da sua esquadra, e... não é lícito dizer-se tudo; há verdades que os curiosos averiguam por si mesmo, compulsando os fatos).”*

*“Exército do Rio Grande, comandado pelo Barão de Porto Alegre, já está em território correntino, mas começam a ocorrer as primeiras deserções (O que é deplorável é a má vontade com que – pela primeira vez – marcham os rio-grandenses onde a honra da sua pátria os chama. A deserção é escandalosa, e receia-se que o Barão de Porto Alegre tenha de lançar mão de medidas muito enérgicas para o poder conter, logo que se afastar das margens do Uruguai).”*

*“Confirma-se a notícia do fuzilamento do General Robles.”*

**Edição nº 72, XIII Ano, de 1º de abril de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 10 de março (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *“Presidente da província de São Paulo assume pasta da Fazenda. Almirante Tamandaré chegou a Corrientes dia 21 de fevereiro e partiu imediatamente para o acampamento do General Mitre. Estado sanitário do exército aliado em Corrientes é lastimoso.*

*“Jornais de Montevideu e Buenos Aires queixam-se do Brasil pela longa permanência da esquadra em completa inatividade. O caráter espanhol é o mesmo em toda a parte; sempre em revolução com tudo e com todos. Se hoje acatam uma ideia, amanhã apedrejam-na. Das três potências aliadas a que razão tem para formular queixas é, sem dúvida alguma, o Brasil. A esquadra é toda sua; o exército é quase todo seu, e seu é o dinheiro com que se está fazendo a guerra. Porém, as espanholadas não faltarão, como já não faltam, para desconhecer todos estes elementos com que o Império entrou para a triplíce aliança.” (grifo nosso)*

*“Inglaterra agradecida pela mediação portuguesa: O Conde Russell mandou ao ministro português D. José de Vasconcellos uma rica caixa de ouro e brilhantes, tendo na tampa a efigie da rainha e armas da Inglaterra, em testemunho dos bons serviços que prestara por ocasião do restabelecimento da harmonia entre o governo inglês e o deste Império.”*

**Edição n° 79, XIII Ano, de 10 de abril de 1866.**

- Texto da capa intitulado "Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro" transcreve detalhado relatório da instituição, seus associados e relação de obras, apresentado em assembleia geral realizada em 28 de janeiro de 1866.

**Edição n° 84, XIII Ano, de 15 de abril de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de março (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“Expectativa de decisivo combate no Paraguai (...) e pelo primeiro vapor que chegar procedente do Rio da Prata tenhamos a satisfatória notícia de haver sido arrasada Humaitá e arreado dos muros da Assunção o emblema da tirania do atual dominador daquele miserando Estado”*.

Na mesma página, na seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 14 de abril – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., registra-se impaciência com a aproximação do inverno na América do Sul, lê-se: *“A estação invernososa vai começar e o exército terá ou de retirar ou de acampar por muito tempo à espera da nova estação para recomençar as suas operações. Tudo isto é questão de tempo e de dinheiro, e ainda mais o pior, de muitas vidas inutilmente perdidas!”*.

**Edição n° 85, XIII Ano, de 17 de abril de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de março (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *“Brasil mantém neutralidade na guerra entre Espanha e Chile.”* Nesse sentido, é reproduzida, na íntegra, a circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros publicada no *Diário Oficial do Império*, de 10 de março 1866.).

**Edição n° 86, XIII Ano, de 18 de abril de 1866; Edição n° 87, XIII Ano, de 19 de abril de 1866; Edição n° 88, XIII Ano, de 20 de abril de 1866 e Edição n° 89, XIII Ano, de 21 de abril de 1866.**

- Textos das capas, intitulados "Caixa de Socorros de D. Pedro V" reproduzem continuamente (devido ao tamanho da transcrição) a publicação do relatório da instituição, sediada no Rio de Janeiro, correspondente aos anos de 1864 e 1865.

**Edição n° 90, XIII Ano, de 22 de abril de 1866.**

- Texto da capa, intitulado (editorial) “Tratado de comércio com o Brasil” onde lê-se a importância de que sejam celebrados acordos com o Brasil para estimular ainda mais a movimentada balança comercial entre os dois países, destaca-se: *“Na guerra, ora travada entre paraguaios e brasileiros, os nossos concidadãos residentes no Império têm dado provas de dedicação aos seus colegas de trabalho pacífico; este fato, por estar mais presente, havia por certo de ser mui atendido pelo governo imperial, não para nos*

*conceder favores, o que seria impróprio da dignidade de ambos, na conjuntura atual, mas para francamente contratar conosco, e segundo cumpre a dois povos amigos."*

**Edição n° 96, XIII Ano, de 29 de abril de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de abril (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"No dia 25 de Março, exército aliado deveria atravessar o rio, no Passo da Pátria, depois que a esquadra arrasasse a fortaleza de Itapiru."*

*"Barão de Porto Alegre guarnece vários pontos importantes do território brasileiro."*

*"Embaixador do Brasil, Dr. Octaviano, achava-se no acampamento do presidente Mitre, e parece que tenciona assistir ao desfecho da campanha".*

*"Mais um encouraçado chega de Liverpool para a esquadra brasileira."*

**Edição n° 109, XIII Ano, de 16 de maio de 1866.**

- Texto da página 2, Seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 15 de Maio – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M. onde lê-se: *"O que de mais interessante contaram (passageiros do paquete do Brasil) foi uma grande desgraça, que ninguém deixará de lamentar, ocorrida a bordo do couraçado Tamandarê. Tinha este vapor acabado de arrasar um forte que os paraguaios levantaram na entrada do rio, e o comandante que já não ouvia o som dos tiros e que supunha com fundamento que o inimigo se tinha posto em fuga, mandou abrir uma portinhola para melhor ver os estragos que a artilharia brasileira tinha causado. Quando estava nessas observações uma bala, ou um foguete à congrève como querem outros, entra pela portinhola e mata o comandante, três oficiais, todos os artilheiros e algumas pessoas mais que próximo estavam. O comandante era o sr. Moniz e Barros, **filho do almirante brasileiro Joaquim José Inácio (na verdade, português, natural de Lisboa)**, aquele valoroso e destemido mancebo, que pelos seus brilhantes feitos de armas tinha recebido uma verdadeira ovação dos seus compatriotas, depois dos primeiros combates em que a esquadra brasileira tanto se distinguiu. [...] Oxalá que a guerra acabe quanto antes, e que Deus proteja o exército aliado, a fim de que os semi-selvagens escravos de López recebam o condigno prêmio dos seus latrocínios e violências". (grifo nosso)*

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de abril (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Projeto de reforma do Banco do Brasil prendeu a atenção da opinião pública, apesar das últimas notícias da guerra."*

*"Grande combate contra o grosso do exército de López – entre 20 e 30.000 homens - já deve ter ocorrido."*

**Edição n° 119, XIII Ano, de 27 de maio de 1866, SUPLEMENTO.**

- Texto intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", onde lê-se: *"São cada vez mais satisfatórias as notícias que nos vão chegando da guerra contra o Paraguai. Em 18 de abril, as bandeiras aliadas tremulavam sobre as ruínas do forte Itapirú, (...) foi o marechal Osório o herói desta jornada, e os soldados brasileiros sob o seu comando, que formaram a vanguarda no desembarque e colheram*



*os primeiros louros, combateram com um valor e entusiasmo dignos dos defensores de um povo livre e de uma justa e nobre causa.”* Esta notícia foi reproduzida, citando o *Commercio do Porto*, no jornal *Bracarense*, de 31 de maio de 1866.

*“Forças aliadas atravessaram, com a maior facilidade, o rio Paraná e acamparam no território paraguaio; na madrugada de 16 de abril 10.000 brasileiros comandados pelo marechal Osório, junto com 5.000 argentinos, desembarcaram perto da foz do rio Paraguai. Na madrugada do dia 23 de abril, acampamento paraguaio do Passo da Pátria ardia em chamas; posição foi tomada pela cavalaria do General Netto. O desembarque foi tão feliz que apenas lhes custou 3 mortos e 19 feridos. Acontecimentos precipitam-se e brevemente teremos notícia de outros feitos importantes. É muito provável que pelo seguinte paquete transmita a notícia festejadíssima do arrasamento de Humaitá e entrada do exército na capital da República.”*

*“Comandante em chefe do exército brasileiro, marechal Manoel Luiz Osório, recebeu o título de Barão do Herval.”*

*“Indignação geral pelo bombardeamento de Valparaiso, no Chile, pela esquadra espanhola.”*

#### **Edição nº 120, XIII Ano, de 29 de maio de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 8 de maio (Corresp. Part. do *Commercio do Porto*)" transcrição na íntegra do discurso de D. Pedro II, destacando que o Imperador brasileiro abriu, no dia 3 de maio, a quarta e última sessão da atual legislatura, destaca-se: “O desagravo da honra nacional ofendida pelo presidente do Paraguai, ainda nos não consente largar as armas; alegro-me, porém, de reconhecer que tem sido incessante o concurso de todos no desempenho de tão sagrado dever”. [...] Mediante a proteção da Divina Providência, e confiado no valor e disciplina do nosso exército e armada, e dos nossos aliados, espero ver em pouco tempo terminada a guerra. [...] **Estão restabelecidas as relações diplomáticas entre o Império e a Grã Bretanha. Com sincera satisfação vos comunico este fato importante, devido em grande parte aos esforços e perseverança do augusto mediador, El-Rei de Portugal, meu muito prezado sobrinho.** (grifo nosso)

#### **Edição nº 122, XIII Ano, de 31 de maio de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "Tratado entre o Brasil e as repúblicas oriental e argentina" reproduz do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, a íntegra do acordo celebrado em 1º de maio de 1865 entre os três países unidos na guerra contra o Paraguai e firmado por seus representantes: Carlos de Castro, do Uruguai, Francisco Octaviano de Almeida Rosa, do Brasil, e Rufino Elisalde, da Argentina. Na introdução ao documento transcrito, o redator assinala que *"os artigos deste tratado só agora foram conhecidos no Brasil, depois que o publicaram as folhas inglesas"*.

#### **Edição nº 123, XIII Ano, de 2 de junho de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "Guerra com o Paraguai" reproduz, em mais de três colunas, documentos militares publicados pelo “Diário Oficial do Império do Brasil” sobre o

*"brilhante feito de armas praticado no dia 10 de abril pelas forças brasileiras, que ocupavam a ilha fronteira a Itapirú". Também informa que "depois da vitória alcançada pelas forças brasileiras, houve a lamentar a perda do tenente coronel João Carlos de Willagran Cabrita, comandante das forças que guarneciam a ilha fronteira a Itapirú e a do major Luiz Fernandes de Sampaio."*

**Edição n° 127, XIII Ano, de 7 de junho de 1866.**

- Texto da capa, Seção "NOTICIÁRIO", intitulado "Emigração para o Brasil", lê-se: "O total da emigração para o Brasil pela barra do Porto no ano de 1865 foi de 3.044 passageiros, dos quais 3.024 foram livres e 20 como colonos". Também na capa, o texto intitulado "Verdadeiro patriotismo" enaltece o trabalho desenvolvido pelos portugueses residentes no Brasil através da Caixa de Socorros de D. Pedro V.

**Edição n° 132, XIII Ano, de 14 de junho de 1866.**

- Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", onde lê-se: *"Lisboa, 14, às 6h e 55m. da manhã. Os passageiros do paquete Guienne, entrado ontem, dizem que o exército aliado perseguiu os paraguaios até a distância de 20 léguas. No Passo da Pátria houve batalha morrendo muita gente de ambos os lados. As perdas dos aliados foram consideráveis. As bexigas e o sarampo invadiram o exército aliado. Nas transações comerciais no Rio de Janeiro houve pouca animação."*

**Edição n° 133, XIII Ano, de 15 de junho de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", citando o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, como fonte da informação, destaca-se: *"Estero-Bellaco, mais um nome para escrever nos fastos gloriosos desta campanha."*

*"López fez grandes fortificações no ponto denominado Curupaity, uma légua abaixo de Humaitá. Forças brasileiras em Coxim, no Mato Grosso, rumaram para Miranda."*

Na mesma página, na seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 14 de junho – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., registravam-se dúvidas em relação aos êxitos das forças imperiais, destaca-se: *"Disseram os passageiros (do paquete do Brasil) que os jornais brasileiros tem ocultado a verdade dos fatos para não desanimar a população do Rio e das províncias, mas que cartas particulares dos oficiais pintam as coisa com feias cores. [...] Como não vi ainda carta nem jornal do Brasil, dou todas essas notícias com certa reserva, e fica dito de uma vez para sempre, que pelas notícias que dou por ter ouvido aos passageiros, apesar de me serem apresentadas como pessoas de toda a confiança, não me responsabilizo"*.

Também na página 3, texto intitulado "Pernambuco" dá mais algumas informações sobre o Brasil, baseadas no "Jornal do Recife", como o falecimento, no dia 27 de maio, do marechal de campo e comandante das armas Francisco Sergio de Oliveira.

**Edição nº 143, XIII Ano, de 27 de junho de 1866.**

- Texto da capa, Seção "NOTICIÁRIO": *"Paquete do Brasil – No dia 24 de maio deu-se novo combate (Tuiuti), em que ficaram vitoriosas as forças aliadas, mas as perdas foram consideráveis de parte a parte. O general Osório, comandante em chefe das forças brasileiras, ficou ferido, bem como o general Pinheiro Guimarães. A nossa correspondência do Rio de Janeiro, que hoje devemos receber, nos dará os pormenores deste novo combate"*.

- Texto da página 2, na seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 26 de junho - Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., mais informações sobre a guerra: *"Chegou o paquete do Brasil. Trouxe para Lisboa 124 passageiros. As notícias não são das mais favoráveis. Do campo pedem ao governo mais 10.000 homens. No dia 24 tinha havido uma sanguinolenta batalha. Os paraguaios surpreenderam o exército aliado e depois de renhida luta fugiram, avançando aquele. Os jornais dão 5.000 mortos paraguaios, 250 feridos e 300 prisioneiros, 400 brasileiros mortos e 100 feridos. Acho desproporcionados estes números e não me merece crédito uma tal estatística. Os generais Osório e Pinheiro Guimarães tinham sido feridos. A força paraguaia era de 20.000 homens e a dos aliados de 30.000."*

**Edição nº 144, XIII Ano, de 28 de junho de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" conclui a resenha iniciada na edição anterior, destacando, entre outras coisas, a parte oficial do general Mitre sobre a vitória obtida em 24 de maio (Tuiuti), transcrita na íntegra.

**Edição nº 161, XIII Ano, de 15 de julho de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de Junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Aliados ainda não atacaram fortificação paraguaia além do Estero Bellaco (...) Sei de fonte segura que o governo está muito desgostoso com a inércia dos generais e almirante brasileiro, e os atos do general Mitre, como comandante em chefe do exército aliado, tem alheado por modo bem sensível as esperanças nele depositadas, esfriado fortemente as simpatias de que foi alvo quando começou a peleja."*

*"Incompreensível inação das forças militares após Tuiuti (...) Censura-se em todos os círculos - menos pela imprensa! - a poltronice de não seguir o exército aliado no encalço do inimigo logo após a batalha de 24 de maio, a despeito de dizerem as partes oficiais que o exército pode marchar em perseguição das forças do López por ser o terreno pantanoso."*

*"Circulou boato de que o Imperador se preparava para nova viagem à província do Rio Grande do Sul e de que, depois seguiria, para Corrientes."*

Na mesma página, a seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 14 de julho – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., mais comentários sobre a guerra: *"Além dos estragos que as armas dos selvagens paraguaios têm feito no exército aliado, muitas privações e enfermidades o têm diminuído consideravelmente. Depois de um*

*combate, em que houve muitos mortos, o exército aliado voltou aos seus quartéis em Passo da Pátria e dali não sairá sem lhe ir o reforço de 20.000 homens que já pediu mais de uma vez."*

**Edição n° 163, XIII Ano, de 17 de julho de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" conclui a resenha iniciada na edição n° 161, onde lê-se: "*Mais dois vapores encouraçados, construídos na Inglaterra, vieram engrossar a já bastante importante armada brasileira*".

**Edição n° 176, XIII Ano, de 30 de julho de 1866.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" introduz uma resenha noticiosa, que ocupa quatro colunas, com grandes indagações, onde lê-se: "*A guerra contra o Paraguai vai tomando tal aspecto, que promete durar muito mais tempo do que se presumia. A opinião pública está hoje muito modificada a respeito de López, inimigo de quem ao princípio ninguém fazia o menor caso. Será porque o império não haja desenvolvido na luta a que o obrigaram a entrar todos os meios de ataque que era licito esperar dos seus grandes recursos, ou porque o ditador da pequena república opôs resistência de sobejo superior àquela com que se contara, atentos os exíguos recursos e limitadíssima população do seu Estado, que não chega a 1.000.000 de habitantes?*"

**Edição n° 177, XIII Ano, de 31 de julho de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" continua a resenha iniciada na edição anterior, ocupando mais de três colunas, destacando que "*nenhuma medida tem sido adotada para remediar, ao menos, o gravíssimo estado do comércio e das finanças*". *Continuou por toda a quinzena que passamos em revista a apatia que tem ultimamente caracterizado o nosso mercado de importação. Os compradores limitam-se a suprir-se para as necessidades imediatas do consumo. No mercado de exportação houve mais alguma animação em consequência de haverem os possuidores de café resolvido fazer alguma redução nos preços. Entretanto, os receios da guerra, que pelas últimas notícias parecia iminente, obrigam os exportadores para a Europa a operarem com muita prudência. As notícias dos Estados Unidos também não sendo favoráveis ao nosso principal produto não convidam a especulação para aqueles mercados, que, segundo as últimas notícias, estavam abundantemente supridos...*" Esse texto foi transcrito pelo jornal Bracarense, em 2 de agosto de 1866.

**Edição n° 190, XIII Ano, de 15 de agosto de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Governo argentino expropria 5.000 cavalos e 1.500 animais muares para a guerra contra o Paraguai.*"

*"Plenipotenciário brasileiro Octaviano saiu dia 29 de Junho para o Passo da Pátria."*

*“Paraguaios finalmente se retiraram de Nioaque e Miranda, no Mato Grosso, mas ainda dominam Corumbá.”*

*“Morrem os generais Antonio de Souza Netto e Sampaio, (...) que muita falta deverão fazer ao general Osório, (...) morreram de moléstias adquiridas na campanha.”*

**Edição nº 200, XIII Ano, de 28 de agosto de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL Rio de Janeiro, 7 de agosto (Corresp. Part, do Commercio do Porto)”, destaque para a queda do ministério brasileiro, onde lê-se: *“Caiu o ministério presidido pelo velho Marquês de Olinda e fica organizado novo governo, sob a presidência do senador Zacarias de Góes e Vasconcelos, É a mais importante notícia que tem de atravessar paquete Rhone. Desde muitos dias constava que entre os membros do gabinete Olinda havia grave desinteligência. Eram causa as encontradas opiniões acerca do modo prático de afastar o país de sobre a voragem financeira, em que já tem afundidos os pés. Quase sem recursos de espécie alguma não pode o tesouro satisfazer os muitos e pesados sacrifícios que dele exigem os compromissos de honra, contraídos por causa da guerra fatal em que esta nação está empenhada. [...] Do teatro da guerra contra o Paraguai nada há a comunicar.*

*A melhor informada folha desta capital (Jornal do Commercio) resume assim as notícias chegadas no dia 2 - últimas que temos: ... “Tratava-se ativamente de mandar cavalos para o exército. Na província de Buenos Aires, tinham-se expropriado uns 5.000 que já principiavam a ser expedidos para o seu destino. De Montevideú tinham largado dois vapores com mulas e cavalos, e a província de Entre-Rios já tinha fornecido alguns milhares de animais. As províncias argentinas nem todas estavam tranqüilas. Na de Córdoba, o governo legal foi derrubado por um partido faccioso, e ninguém sabia o que era feito do governador Ferreira. O cabeça da revolução, Cáceres, foi proclamado governador pelos seus parciais. [...] De Montevideú, também nada há de importância. Suspirava-se pela volta do general Flores para organizar finalmente o governo constitucional, mas reconhecia-se que não podia aquele general retirar-se do teatro da guerra, antes que uma ação decisiva desse a questão por terminada ou pelo menos resolvida. [...] Na guerra contra o Paraguai, foi a província da Bahia a que deu maiores e mais significativas provas de patriotismo. Das primeiras a oferecer voluntários e que maior número deles deu, foi ainda agora a que por um modo esplêndido, verdadeiramente patriótico, a que primeiro acudiu aos reclamos lastimosos que têm partido do exército em operações, pedindo médicos, remédios e fios para curar os infelizes soldados que adoecem ou são feridos em combate. Muitos médicos distintos da cidade da Bahia, alguns deles lentes da escola de medicina daquela cidade, deram de mão a todas as suas comodidades e interesses, e vieram oferecer-se ao governo como voluntários, para serem empregados nos hospitais do sul. Acompanharam-os muitos moços estudantes da referida escola, e a exemplo destes, grande número dos estudantes da faculdade desta Corte se dispôs a acompanhar os seus colegas da Bahia. Já há dias seguiram todos para o seu destino. Foi decretado que todos os alunos que marchassem para o exército brasileiro no sul fossem aprovados nos respectivos anos em que estivessem matriculados.”.*

Foi publicada a relação completa dos nomes do novo ministério brasileiro. Algumas dessas notícias foram repetidas nas seções “CORREIO DE HOJE” e “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO”, na mesma edição.

**Edição n° 216, XIII Ano, de 15 de setembro de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL Rio de Janeiro, 24 de agosto (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", onde lê-se: *“Exército, refeito das perdas sofridas nos quatro combates de julho, está preparado para novas operações.”*

*“Reclamações no acampamento aliado sobre alimentação dos cavalos.”*

*“Corria boato em Buenos Aires de conflito diplomático provocado por Washburn, ministro plenipotenciário dos Estados Unidos em Assunção, entre o comando aliado.”*

**Edição n° 220, XIII Ano, de 20 de setembro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado “Navios de guerra portugueses em Pernambuco” transcreve matéria do jornal Americano, daquela província, que, ao contrário de uma "parte" da imprensa pernambucana, não censurou a visita de dois navios de guerra portugueses no porto de Recife e, posicionando-se contra o Diário de Pernambuco, de 13 de agosto, entendeu que *“um governo ilustrado, justo e patriótico, jamais deixou de curar do bem de seus súditos, ainda quando residentes em país estrangeiro”*. Mas reconhece que o Diário de Pernambuco tem razão ao afirmar que *“por ora não há motivo para receios por parte dos portugueses aqui residentes”*.

**Edição n° 226, XIII Ano, de 27 de setembro de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)” destaca-se: *“Pela manhã, salvaram as fortalezas e vasos de guerra surtos no porto do Rio de Janeiro pelo aniversário da emancipação do Império do Brasil. Iminente uma batalha geral e decisiva contra as forças do ditador López (...) Que a sorte das armas proteja a causa da liberdade e da civilização! Acredita-se, com base no depoimento de desertores paraguaios, que as forças de López ainda somam entre 20 e 30 mil homens. Repúblicas do Pacífico – Chile, Peru e Bolívia - protestaram contra a continuação da guerra por parte das potências aliadas contra o Paraguai (...) Mas estes protestos foram contrariados com facilidade, e não há a recear complicações sérias.”*

Na mesma página, na seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", lê-se: *“Em Pernambuco, havia sossego”*.

**Edição n° 227, XIII Ano, de 28 de setembro de 1866.**

- Texto da capa, Seção “NOTICIÁRIO”, intitulado "Revolução de Pernambuco" transcreve ofício do comandante militar em Recife, dirigido ao ministro da guerra, relatando as providências adotadas para impedir que algumas pessoas mobilizassem a população para manifestações contra a presença de vasos de guerra portugueses na costa pernambucana. As tropas estiveram no local da reunião, mas não foi necessário entrar em ação, onde lê-se: *“o povo apupou os chefes, que, envergonhados se retiraram”*.

- Texto da página 3, na seção "CORREIO DE HOJE", o redator M. escreveu que *"efetivamente, estão mais sossegados os ânimos dos pernambucanos, e os oficiais da guarnição dos vasos de guerra portugueses ali estacionados devem estar muito satisfeitos com o acolhimento que lhe fizeram, pois não podia ser nem mais cortês nem mais fraternal"*.

**Edição n° 242, XIII Ano, de 16 de outubro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", ocupando cinco colunas, destaca-se, com base no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro: *"Bateria de Curuzú, abaixo de Curupaity, em nosso poder."*

**Edição n° 256, XIII Ano, de 1° de novembro de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" destaca-se: *"López esteve no acampamento dos aliados propondo paz. Derrota das forças aliadas nos entrincheiramentos de Curupaity."*  
*"General Flores retirou-se para a República Oriental do Uruguai."*

**Edição n° 257, XIII Ano, de 3 de novembro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se o texto sob o título "GUERRA COM O PARAGUAI" ao transcrever, na íntegra, a comunicação do general brasileiro Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão dirigida ao ministro da guerra, conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz, sobre a entrevista de López com Mitre e as participações oficiais do General Mitre e dos Viscondes de Tamandaré e Porto Alegre sobre o ataque às fortificações de Curupaity, grande derrota aliada ocorrida em 22 de setembro de 1866.

**Edição n° 268, XIII Ano, de 16 de novembro de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Exército nada tem podido fazer depois do malogrado assalto a Curupaity. Pedem-se dois meses para remontarem o exército e iniciarem as operações decisivas."*

*"Boatos na corte colocam em dúvida a lealdade de Mitre."*

*"Partiu para o Rio da Prata o Marquês de Caxias, que vai comandar as forças brasileiras na campanha."*

*"Parece-me que em Lisboa se deu demasiada importância aos motins de Pernambuco."*

**Edição n° 277, XIII Ano, de 27 de novembro de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Aguardada, com ansiedade, a chegada do Marquês de Caxias ao teatro de operações da guerra. Muitos brasileiros para se livrarem de ir combater paraguaios em suas inóspitas plagas têm tomado o expediente de*

*comprarem (os que não têm) e libertarem escravos, pretos e pardos, e oferecerem-nos, em seu lugar, como praças do exército".*

**Edição n° 292, XIII Ano, de 15 de dezembro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" apresenta uma síntese das notícias publicadas pelos jornais brasileiros e platinos, que alcançam até 13 de novembro, destaca-se: "*Jornal Siglo, de Montevideu, informa que a mediação oferecida pelo Chile e pela Bolívia na Guerra do Paraguai não foi aceita pelo governo argentino.*"

**Edição n° 294, XIII Ano, de 18 de dezembro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Governo imperial intensifica remessa de tropas para a campanha contra o Paraguai. Bolívia desmente a "fantasiada" invasão ao território argentino; Melgarejo estava em Cochabamba e não em Tupiza com os 6.000 homens que lhe emprestaram os inventores de tal balela*". Cita-se como fonte principal das notícias o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

**Edição n° 302, XIII Ano, de 28 de dezembro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" apresenta uma resenha de jornais do Brasil e do Prata, destaca-se: "*Marquês de Caxias era esperado em Curuzú no dia 17 de novembro.*" "*O La Nacion Argentina afirma que Viscondes de Tamandaré e Porto Alegre se retirariam da guerra dentro de poucos dias.*"

**Edição n° 303, XIII Ano, de 29 de dezembro de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Conselheiro Joaquim José Inácio assume comando da esquadra em operações no Paraguai no lugar do Visconde de Tamandaré. Marquês de Caxias e General Mitre, duas lideranças que compõem uma "perfeita direção da guerra"*. As mesmas informações foram repetidas nas seções "CORREIO DE HOJE" e na "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO".

**Edição n° 304, XIII Ano, de 30 de dezembro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Construção da estrada de ferro de D. Pedro II tem avançado. Já está funcionando o telégrafo elétrico entre a Corte, Santos e São Sebastião. Julio Constancio Villeneuve, encarregado de negócios do Brasil na Confederação Helvética e proprietário do JORNAL DO COMMERCIO, mandou entregar na pagadoria das tropas 10.000\$000 Réis para o engajamento de voluntários que vão servir na guerra contra o Paraguai. Governo imperial mandou louvar e agradecer mais esta prova de dedicação e interesse que o sr. Villeneuve tem mostrado pela causa do Brasil.*" (grifo nosso)  
"*Jornal do Commercio publicou os Estudos sobre o casamento civil, de Alexandre Herculano.*"



**Edição n° 14, XIV Ano, de 17 de janeiro de 1867.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", onde lê-se: "(...) *não temos notícias importantes do teatro da guerra contra o Paraguai*". Destaca-se ainda o esforço de reorganização do exército brasileiro feito por Caxias. O texto reproduz, ainda, documento do general uruguaio Henrique de Castro sobre uma sublevação contra o presidente do Paraguai e afirma que os paraguaios "*principiam talvez a abrir os olhos, procurando sacudir o jugo que sobre eles faz pesar o despótico e tirânico López*". No relato, o general Castro diz: "*Declara o mensageiro que quando López pediu a entrevista com o General Mitre já tinha conhecimento da segunda vitória alcançada pelos revolucionários*". A mesma notícia foi reproduzida no jornal Bracarense, de 19 de janeiro de 1867.

**Edição n° 15, XIV Ano, de 18 de janeiro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Inaugurado dia 29 de novembro o telégrafo subfluvial entre Buenos Aires e Montevideu (...) As duas repúblicas do Prata, apesar da guerra, colaboram distintamente na grande e interminável obra da civilização*)."

**Edição n° 25, XIV Ano, de 30 de janeiro de 1867.**

- Texto da página 3, na Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", onde lê-se: "*Lisboa, 30 às 3h. da madrugada. O exército aliado prepara-se para uma batalha decisiva, devendo haver um bombardeamento constante durante oito dias contra as fortificações paraguaias. Nas linhas de López houve uma grande explosão, morrendo 40 pessoas e ficando feridas outras tantas. Foram para o teatro da guerra 2.000 soldados e continua ainda o recrutamento.*" (grifo nosso)

**Edição n° 38, XIV Ano, de 15 de fevereiro de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de janeiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Chefe de Esquadra Joaquim José Inácio tomou posse dia 21 de dezembro no comando da esquadra brasileira em operações no Paraguai.*"

*"Artilharia postada em Curuzú promoveu reconhecimento do forte Curupaity; trincheiras inimigas arrasadas em muitos pontos. (...) Foi sem dúvida uma ação brilhante da armada, que pode inscrever-se nos seus anais mais este feito glorioso. O bravo chefe da esquadra inaugurou assim auspiciosamente o seu comando."*

*"Marquês de Caxias assevera que há de vir assistir à abertura do Senado, a 3 de maio, tendo deixado a guerra completamente terminada".*

*"General Ashboth, ministro dos Estados Unidos em Buenos Aires, ofereceu ao governo argentino os seus bons ofícios como mediador, para quando o mesmo Governo os considerar oportunos".*

*"Barão do Herval ainda prepara no Rio Grande do Sul exército para as grandes operações no Paraguai."*

- Texto da página 2, na seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 14 de fevereiro - Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., onde lê-se: *“Espalhou-se uma notícia a que não dei crédito e que repito, por querer dar conta dos boatos que correm. O boato a que me refiro consistia em que em Pernambuco tinha havido uma grande desordem entre portugueses e brasileiros, intervindo a guarnição de um navio de guerra inglês a favor dos filhos do país. Não sei se há ou não fundamento para se espalhar notícia de tal gravidade”*.

- Texto da página 3, na seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO" (Além de repetir as informações mais importantes do texto "BRASIL", da capa), destaca-se: *“A força do exército aliado achava-se elevada a 46.375 praças e todos os dias estavam chegando reforços. Houve promoção na armada. O Visconde de Tamandaré foi promovido a almirante, e a vice-almirante o sr. Joaquim José Inácio.*

#### **Edição nº 39, XIV Ano, de 16 de fevereiro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de janeiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“No Pará, foi recebida com grande satisfação a notícia de haver o governo imperial franqueado a navegação do Amazonas e seus afluentes a todas as bandeiras mercantes, a contar do dia 7 de setembro de 1867.”*

#### **Edição nº 50, XIV Ano, de 1º de março de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de fevereiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“Revoltas em diversas regiões da Confederação Argentina. General Flores aconselhado a não se descuidar dos blancos. Mais 800 praças reforçaram o exército brasileiro na última quinzena.”*

#### **Edição nº 51, XIV Ano, de 2 de março de 1867.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de fevereiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“Força marítima brasileira no Paraguai composta por 38 embarcações, 186 canhões e 4.037 tripulantes.”*

#### **Edição nº 64, XIV Ano, de 18 de março de 1867.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de fevereiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“No dia 2 de fevereiro, esquadra brasileira conseguiu fazer um reconhecimento das posições do inimigo em Curupaity. Comenta-se que Mitre iria reassumir a presidência da República.”*

- Texto da página 3, na seção “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO”, onde lê-se: *“Num bombardeamento morreu Vital Oliveira, comandante do encouraçado Silvano.”*

*“O general Mitre entregou ao Marquês de Caxias o comando dos exércitos aliados.[...] Continuam os donativos de libertos para a guerra, concedendo-se títulos aos oferentes. O Imperador deu 100 contos (100.000\$000 Réis) para libertar escravos para a guerra. [...] Foi transferido para cônsul geral de Portugal o cônsul geral na Prússia, o sr. Manoel Araújo Porto Alegre.”*

**Edição n° 75, XIV Ano, de 2 de abril de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 11 de março (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Esquadra bombardeia diariamente o forte de Curupaity. Barão do Herval ainda nas fronteiras da província de São Pedro do Sul (Rio Grande do Sul) organizando o pequen" exército que vai auxiliar as forças do Marquês de Caxias. General Mitre já voltou a Buenos Aires, levando consigo uma força de 3.000 homens (4.000 ficaram no acampamento aliado, às ordens do general Emilio Mitre).*"

**Edição n° 87, XIV Ano, de 16 de abril de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de março (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Esquadra brasileira, comandada pelo intrépido vice-almirante Joaquim José Inácio não tem cessado de bombardear Curupaity.*"

*"Morte do General Diaz, a maior perda do exército paraguaio na guerra."*

*"Visconde de Porto Alegre já chegou a Curuzú e assumiu o comando do 2º Corpo do Exército."*

*"Governo imperial publica decreto chamando às armas mais 8.000 praças da Guarda Nacional. (Documento é publicado na integra) "(...) Decisão gerou grande descontentamento; grande número de praças tem desertado para o interior."*

**Edição n° 97, XIV Ano, de 30 de abril de 1867.**

- Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", destaca-se: "*Lisboa, 29 às 2h, e 15m, da tarde. Está à vista o paquete inglês Seine, vindo dos portos do Brasil. (...) Continuava o bombardeamento contra as fortificações paraguaias. No dia 14 de março, aniversário natalício da imperatriz, os navios brasileiros formados em linha, e embandeirados em arco, deram uma salva de 21 tiros com bala, contra as fortificações levando a última bomba proclamações exortando o exército paraguaio a libertar-se de López, e propondo aliança com o Brasil depois de deposto o tirano. Cartas de Buenos Aires dizem que os paraguaios estão na última miséria, sem fato, sem calçado, desprovidos de munições de guerra, enquanto que os aliados em número de 40.000 homens dispõe de todos os recursos. O Barão de Herval chegou defronte de Itapua com a vanguarda do seu exército, composto de 8.000 homens. Era esperado o combate decisivo nos princípios de abril. López insiste nas diligências para fazer a paz. O ministro americano residente em Assunção veio no dia 11 de março ao acampamento aliado conferenciar com o Marquês de Caxias. A conferência foi muito secreta, mas sabe-se que Caxias respondera estar no propósito firme e inabalável dos aliados recusar toda e qualquer negociação, sem que López resigne o poder e saia do Paraguai. Foi mal recebido o decreto chamando para o serviço da guerra mais 8.000 guardas nacionais. [...] Há receios de que nas províncias do norte houvesse revolução por causa de tal decreto. Em Pernambuco, o povo desarmou a guarda da cadeia soltando os recrutados que deviam ir para a guerra. No último paquete, tinha chegado ao Rio de Janeiro o Barão Veyen (MAX VON VERSEN), distinto major prussiano. O chefe de polícia sabendo que ia para o exército paraguaio, contratou por López, prendeu-o. O ministro da França*

*reclamou-o por parte da Prussia, e o Barão foi solto imediatamente, recebendo 20 contos de indenização. Passa como certo que o governo finda a guerra tratará da questão dos escravos. O respectivo projeto de lei já foi discutido no conselho de estado."*

**Edição n° 102, XIV Ano, de 5 de maio de 1867.**

- Texto da página 3, Seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 4 de maio - Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M, onde lê-se: "*É inteiramente infundado o boato que correu no Rio de Janeiro e que alguns jornais de Lisboa tem repetido de ter fugido daquela Corte o nosso cônsul, o sr. Antonio de Almeida Campos. ...aquele cavalheiro saiu do Rio em direção à Bahia e Pernambuco, mas saiu em consequência de ordens que teve do sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros para inspecionar os consulados estabelecidos naquelas duas cidades. Também é injusta e imerecida a acusação que se tem feito ao sr. Almeida Campos de proteger o alistamento de súditos portugueses no exército brasileiro com os certificados que tem passado atestando estarem alguns portugueses inteiramente libertos de compromissos ou de contratos para trabalhos agrícolas. O sr. Almeida Campos nesses certificados que tem passado, e que é obrigado a passar por lhe serem requeridos pelos interessados, tem tido o cuidado de declarar que tais documentos não autorizam o alistamento no exército brasileiro dos indivíduos a quem os certificados dizem respeito. O nosso governo tem dado as devidas instruções para regular esses atestados, a fim de garantir aos súditos portugueses residentes no Brasil todos os direitos de que podem gozar, segundo a Carta Constitucional e as leis brasileira e portuguesa.*" (grifo nosso)

**Edição n° 111, XIV Ano, de 16 de maio de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de abril (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Espera-se a qualquer momento o marechal Osório no teatro de operações da guerra. Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, José Berges, divulga nota lamentando que os governos aliados não lhe quisessem dar paz, seguindo avante na guerra*".

**Edição n° 122, XIV Ano, de 29 de maio de 1867.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Cholera-morbus ataca tropas dos exércitos beligerantes no Prata.*"

*"Bombardeio da esquadra e das avançadas do exército contra as fortificações paraguaias continua de forma incessante. Lopes Netto, enviado pelo Império à Bolívia, recebe tratamento lisonjeiro e um acordo comercial, de navegação e limites, pode ser celebrado.*

**Edição n° 129, XIV Ano, de 7 de junho de 1867.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL" transcreve a troca de correspondência entre os representantes diplomáticos brasileiros e peruanos sobre a guerra do Paraguai. Ministro

Interino de Negócios Estrangeiros do Peru esclarece que o presidente da República, Coronel Prado, não teve a menor intenção de ofender o Brasil.

**Edição n 137, XIV Ano, de 16 de junho de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL, Rio de Janeiro, 23 de maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Cholera extinto no exército brasileiro.*"

*"Secretário da Legação Brasileira na Bolívia chegou dia 20 de maio com o tratado celebrado entre o Império e o governo boliviano (...) tendo por fim a navegação dos rios comuns aos dois países, afluentes do Prata e do Amazonas, e a demarcação de limites dos respectivos territórios".*

**Edição n° 138 XIV Ano, de 18 de junho de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" reproduz a íntegra do discurso pronunciado pelo Imperador D. Pedro II na abertura das câmaras legislativas. *"A guerra provocada pelo presidente do Paraguai não tocou ainda o desejado termo; mas o Brasil e as Repúblicas Argentina e Oriental, fiéis à aliança contraída hão de em breve consegui-lo".* Também são lembradas as propostas de mediação visando a paz apresentadas pelo Peru; por Chile, Bolívia e Equador, e pelos Estados Unidos: *"Os aliados agradecendo os oferecimentos não puderam contudo aceitá-los, porque não o consentia o pundonor nacional".*

**Edição n° 146, XIV Ano, de 2 de julho de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Ainda se espera a batalha decisiva na guerra.."*

**Edição n° 155, XIV Ano, de 12 de julho de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "Convenção consular como Brasil" reproduz a íntegra do acordo firmado entre os governos de Portugal e do Brasil para a execução do artigo 13° da convenção consular de 4 de abril de 1863, onde lê-se: *"(...) acordo que põe termo aos conflitos a que dava lugar aquele artigo da convenção, entre cônsules de Portugal e as autoridades locais brasileiras".* O documento é assinado pelo ministro plenipotenciário de Portugal na Corte, José de Vasconcellos e Souza e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, com data de 28 de maio de 1867.

**Edição n° 159, XIV Ano, de 17 de julho de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL Rio de Janeiro, 23 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Exército brasileiro continua bombardeando diariamente Curupaity, que ainda resiste. Apenas posso repetir o estafado estribilho que nos chega do Rio da Prata."*

*"General Asboth, plenipotenciário dos Estados Unidos no Prata oferece novamente ao governo argentino a mediação para o término da guerra; nota apresenta impressões pouco amistosas para o Brasil, o que ainda mais uma vez induz a crer que a diplomacia*

*e o próprio governo do Império tudo fazem para arredar de si as simpatias de todo o mundo."*

**Edição n° 167, XIV Ano, de 26 de julho de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL", destaca-se, com base no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, o seguinte: "*Guerrilhas em Rioja, na Argentina, obrigam o General Paunero a enfrentá-las através de outra expedição.*"

**Edição n° 183, XIV Ano, de 14 de agosto de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Chuvas impedem a esperada grande batalha da guerra. Marquês de Caxias sai do acampamento em Curuzú e dirige-se com seu exército para o ponto ocupado pelo Barão do Herval.*"

**Edição n° 195, XIV Ano, de 29 de agosto de 1867.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de agosto (Corresp. Part. Do Commercio do Porto)", destaca-se: "*General Mitre esperado para a batalha decisiva, que deveria ocorrer em 25 ou 26 de julho. Forças de López não parecem exceder a 15.000 homens.*"

*"Expedição do Mato Grosso obrigada a retirar-se de Bela Vista e Nioaque, onde já havia chegado, acossada fortemente pelos paraguaios."*

**Edição n° 210, XIV Ano, de 15 de setembro de 1867.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de agosto (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" destaca-se: "*Grosso dos exércitos aliados às ordens de Caxias contornou inteiramente o flanco esquerdo do inimigo e postou-se em Tuyu-Cué, tendo a vanguarda em São Solano; avistando-se a fortaleza de Humaitá a menos de duas léguas de distância. Finalmente parece que a guerra do Império contra o governo do Paraguai aproxima-se do termo final.*"

*"General Mitre reassumiu o comando geral dos exércitos aliados."* É publicado, na íntegra, o ofício do general brasileiro Marquês de Caxias ao presidente argentino Bartolomeu Mitre.

**Edição n° 211, XIV Ano, de 17 de setembro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 23 de agosto (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Mais um encouraçado nacional sai da Ilha das Cobras, o Rio Grande do Sul. Mais 500 praças partiram para a guerra. De espaço a espaço anunciam os jornais donativos de escravos para o exército, e os senhores ofertantes são, pouco depois, oficialmente apreçados nobres, com o título de Barão.*"  
Nessa mesma seção, o Commercio do Porto transcreve um ofício do Marquês de Caxias sobre as operações militares em andamento e uma matéria do jornal Diário do Rio de Janeiro, de 22 de agosto de 1867 que analisa os prós e contras de uma ação da Armada Brasileira sobre a Fortaleza de Humaitá.

**Edição n° 222, XIV Ano, de 29 de setembro de 1867.**

Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", onde lê-se: *"No dia 27 de agosto tinha entrado no Rio de Janeiro o paquete Halley trazendo notícias de feitos brilhantíssimos obrados pela esquadra brasileira no dia 15 daquele mês, a qual havia transposto Curupaity, apesar das balas do inimigo, e dos torpedos. Que no mesmo dia 15 duas divisões couraçadas, posto que tivessem recebido 200 balas, chegaram ao alcance de Humaitá, rompendo logo o fogo. O ministro da Marinha participou tão boa nova à Câmara dos Deputados, sendo recebida com grande entusiasmo. Seis dias depois soube-se que a ação tinha sido malograda, aparecendo logo suplementos dos jornais fazendo ver a quase impossibilidade da esquadra transpor Humaitá sem ser sacrificada. O General Mitre é acusado de pretender aniquilar o exército brasileiro e a esquadra, expondo esta a empresas arriscadíssimas, e conservando o exército numa imobilidade completa. Cartas particulares asseveram que no caso de que a esquadra pretenda passar Humaitá, cada navio será despedaçado por 100 balas de calibre 68. A folha oficial desmente o boato de haver desinteligência entre o general Mitre e o Marquês de Caxias."*

**Edição n° 223, XIV Ano, de 1° de outubro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Indefinição da guerra divide opiniões na Corte (...) Quando era crença geral de que com 20 mil homens e sete navios de madeira podíamos arrasar Humaitá e destronar Lopez, um homem houve, um jornalista ilustre, o sr. Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, que, à frente da redação do Diario do Rio, pedir medidas decisivas, uma forte esquadra e um exército de 100.000 homens para concluir-se a guerra com presteza e precaver-se contra os acidentes futuros. Cassandra inútil e desprezada, o ilustre jornalista foi ridicularizado; acusaram-o de querer armar todo o país..."*

**Edição n° 225, XIV Ano, de 3 de outubro de 1867.**

- Texto da página 2, Seção "NOTICIÁRIO". Nota intitulada "O Brasil e o Paraguai" reproduz o ofício do representante dos Estados Unidos no Paraguai, Charles A. Washburn, dirigido ao Marquês de Caxias, reiterando os objetivos da mediação de paz oferecida pelo governo de seu país.

**Edição n° 227, XIV Ano, de 5 de outubro de 1867.**

- Texto da página 2, Seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada "O Paraguai e o Brasil" reproduz, do Diário Oficial do Império, ofícios do presidente da província do Mato Grosso, J. V. Couto de Magalhães, dirigidos ao ministro da Guerra, sobre a expedição que derrotou os paraguaios em Corumbá.

**Edição n° 236, XIV Ano, de 16 de outubro de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Nenhuma operação de importância na guerra do*

*Paraguai. Telégrafo de Buenos Aires informa que Urquiza morreu, mas a notícia ainda não foi confirmada. Mais 304 praças seguiram para o Prata.”*

**Edição n° 238, XIV Ano, de 18 de outubro de 1867.**

- Texto da página 2, Seção “NOTICIÁRIO”, nota intitulada "Guerra do Paraguai", transcrita do jornal Diário da Bahia, de 28 de setembro divulga carta de um "oficial da nossa esquadra" sobre a passagem de Curupaity e os riscos que implicam a manobra, que Mitre insiste em realizar, de forçar Humaitá.

**Edição n° 242, XIV Ano, de 23 de outubro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL - NAVEGAÇÃO DO RIO AMAZONAS” analisa as perspectivas abertas pela liberação da bacia amazônica ao comércio e à navegação de todos os povos.

**Edição n° 248, XIV Ano, de 30 de outubro de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: “*Agitação no Rio com notícia da proposta de paz que o representante do governo inglês em Buenos Aires estaria negociando com os aliados.*”

*“Nesta quinzena, mais 750 praças seguiram para o Prata; governo imperial esforça-se em mobilizar mais gente para a guerra.”*

*“Esquadra continua bombardeando Curupaity e Humaitá. Almirante Joaquim José Inácio agraciado com o título de Barão de Inhaúma.”*

**Edição n° 259, XIV Ano, de 13 de novembro de 1867.**

- Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", onde lê-se: “*O paquete francês Navarre, entrado ontem de tarde no Tejo, vindo dos portos do Brasil, traz notícias que confirmam a tomada de Pilar pelos aliados. No dia 24 de setembro em um encontro que os aliados tiveram com os paraguaios, ficaram aqueles vitoriosos. Uma coluna paraguaia de perto de 5.000 homens atacou um comboio aliado que ia em caminho de Tuyucué, e que era protegido por uma pequena força de cavalaria. Estando prestes a retirar, acudiu um corpo aliado derrotando completamente o inimigo, que deixou no campo perto de 600 soldados. As perdas que tiveram os aliados entre mortos e feridos foram de 439 homens. Dias depois López fez uma sortida com uma coluna de 2.500 homens, marchando direto contra Tuyucué. Por um movimento estratégico dirigido pelo brigadeiro Andrade Neves, foi cortada a retirada do inimigo, ficando 1.500 homens fora de combate, 700 mortos e 260 prisioneiros, inclusive o comandante da coluna. As perdas dos aliados foram insignificantes. A esquadra continua bombardeando vigorosamente Humaitá. O bárbaro López colocou nas muralhas os oficiais brasileiros prisioneiros para serem as primeiras vítimas! Tal fato causou a maior indignação. O secretário de López, em um ofício dirigido ao secretário inglês sobre as bases da paz, faz crer que elas tinham sido combinadas com os chefes dos aliados e o ministro do Brasil em Buenos Aires. Isto deu lugar a reclamação do governo do Brasil*



*ao ministro inglês e à seguinte declaração publicada no Diário Oficial: 'As últimas notícias do Paraguai nos fazem crer que depressa veremos terminada a luta, Visto terem-se executado importantes operações, o resultado será render-se todo o exército inimigo' O ministro inglês respondeu que era impossível que o seu secretário tivesse falado daquele modo, quando nenhum acordo para isso existia, e esperava que o secretário quando regressasse desmentiria formalmente aquelas asserções tão ofensivas da sua honra. Apesar destas declarações fala-se muito na paz".*

**Edição n° 260, XIV Ano, de 14 de novembro de 1867.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL Rio de Janeiro, 23 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Não se fala mais em negociações de paz.*"

*"Notícias da guerra, diz o Jornal do Commercio, "(...) oferecem mais um glorioso episódio para registrar nos anais desta longa e sanguinolenta campanha."*

*"Derrota dos paraguaios, com 660 mortos, em batalha comandada pelo brigadeiro José Joaquim de Andrade Neves, que comandara a tomada de Pilar. Aparecem casos de cholera-morbus no exército brasileiro. Pouco a pouco, aperta-se o cerco em torno do quadrilátero que parece encerrar quanto o Paraguai possui em homens e materiais de guerra."*

*"Brigadeiro Andrade Neves agraciado com o título de Barão do Triunfo."*

**Edição n° 270, XIV Ano, de 26 de novembro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" apresenta uma resenha de jornais do Rio de Janeiro, sobretudo do Jornal do Commercio, onde lê-se: "*Cholera-morbus faz vítimas nos acampamentos de Tuiuti e Tuyu-Cué.*"

*"Retornou para Buenos Aires, ferido, o General Emilio Mitre."*

**Edição n° 271, XIV Ano, de 27 de novembro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" apresenta mais uma resenha dos jornais do Rio de Janeiro (Jornal do Commercio e Diário do Rio) , onde lê-se: "*D. Pedro II, acompanhado dos ministros da Guerra e da Marinha, assistiu, no dia 26 de outubro, ao embarque de mais 773 praças para o Paraguai.*"

**Edição n° 274, XIV Ano, de 30 de novembro de 1867.**

Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" apresenta uma resenha noticiosa sobre o Império, onde lê-se: "*Marquês de Caxias teria apresentado ao General Mitre dois planos para o fim da campanha no Paraguai.*"

*"Esquadra continua a bombardear Humaitá. Império com maioria absoluta das forças aliadas (40.000 brasileiros, 7.000 argentinos e apenas 700 uruguaios)."*

Na mesma página, na seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 29 de novembro - Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., lê-se: "*As notícias não são más, porque o cholera desapareceu no acampamento, nos ataques que houve as tropas aliadas se saíram sempre vitoriosas, e forças consideráveis tinham ido para pontos importantes,*

*o que demonstrava um certo movimento no exército, que não pode deixar de ser muito vantajoso para o fim que o Brasil tem em vista, que é derrotar o bárbaro López e todos os seus sicários".*

**Edição n° 275, XIV Ano, de 1° de dezembro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Guerra do Paraguai" traz uma síntese de informações da guerra publicadas pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, destaca-se: "*Cholera desaparece quase completamente nos exércitos aliados.*"

*"Paraguaios mortos em 3 de outubro ainda não haviam sido enterrados 8 dias depois, exemplo frisante da crueldade do tirano do Paraguai. Caxias mandou enviado à López para garantir que o enterro dos mortos pudesse ser feito ou que os aliados providenciassem isso, mas não obteve sequer "as honras de uma resposta".*

**Edição n° 276, XIV Ano, de 3 de dezembro de 1867.**

- Texto da página 3, Seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 2 de dezembro - Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., onde lê-se: "*Faz hoje 42 anos S. M. I. o senhor D. Pedro II, imperador e defensor perpétuo do Brasil. Por esse motivo foi hoje de manhã o sr. Conde de Ficalho ao hotel de Bragança, onde atualmente reside o sr. Barão de Itamaracá, ministro brasileiro nesta Corte, cumprimentá-lo da parte de el-rei e convidá-lo para jantar no paço. Os navios de guerra portugueses surtos no Tejo tiveram a bandeira brasileira no tope do mastro grande.*"

**Edição n° 281, XIV Ano, de 8 de dezembro de 1867.**

- Texto da página 2, Seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada "Festejo no Rio de Janeiro" registra que o aniversário do rei D. Luiz I foi comemorado, no dia 31 de outubro, no teatro do ginásio dramático, evento promovido pela sociedade portuguesa *Amor à Monarquia*, fundada em 31 de outubro de 1866.

**Edição n° 287, XIV Ano, de 15 de dezembro de 1867.**

- Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", transmitido pelo telégrafo de Lisboa, dá conta de três vitórias obtidas pelas tropas brasileiras, onde lê-se: "*Na mais importante delas, forças comandadas pelo Visconde de Porto Alegre repeliram o ataque paraguaio ao acampamento argentino, provocando no inimigo 2.000 mortes, 200 prisioneiros, incluindo vários chefes. Nessa operação, Menna Barreto foi ferido gravemente na boca.*"

A resenha informa também que Mitre prevê breve derrota de López e que no dia 27 de setembro tinha sido ratificado solenemente, na capital da Bolívia, o tratado de limites, amizade, comércio e navegação com o Brasil.

**Edição n° 288, XIV Ano, de 17 de dezembro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 23 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", tendo como fonte o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, destaca-se: "*Série de novos triunfos das forças aliadas sobre o exército de Solano López.*"

*Mais importante foi a vitória do dia 29 de outubro em Potrero Ovelha, onde López construía novas trincheiras; operação foi comandada pelo General Menna Barreto.”*

*“Ataque surpresa de 8.000 paraguaios no acampamento de Tuiuti, (...) novo e mais arrojado vigor no ânimo ardido do ditador da pequena República do Paraguai, convertido numa das etapas de maior glória para o exército brasileiro.”*

**Edição n° 5, XV Ano, de 8 de janeiro de 1868.**

- Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", onde lê-se: *“Do Brasil nada há de importante. A guerra continua no mesmo estado. Os aliados de dia para dia apertam o cerco aos paraguaios. Continuavam a sair do Rio de Janeiro tropas para o Paraguai. Receava-se que vingasse a candidatura de Urquiza para presidente da República Argentina. “*

**Edição n° 6, XV Ano, de 9 de janeiro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 9 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *“Marechal Osório, o Barão do Herval, rumou com 4.000 homens com destino à Assunção. Candidatura do General Urquiza ganha terreno na Argentina.”*

**Edição n° 12, XV Ano, de 16 de janeiro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 23 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" apresenta, entre outras notas do teatro de operações no Paraguai e da Corte no Rio de Janeiro, **críticas ao prolongamento da guerra**: *“Estas frases, como, por exemplo, a de que o cerco às forças de López é tão grande que até lhes faltará o ar para respirar, são ditas e escritas com o mesmo critério daquelas outras do princípio da guerra, isto é, de que o exército de López era composto de crianças, mendigos e inválidos, armados de paus em vez de espingardas, e que para combater inimigos tais não precisava o Brasil nem de exército, nem de esquadra.”* (grifo nosso) Esse texto foi reproduzido pelo jornal Bracarense, em 18 de janeiro de 1868.

**Edição n° 26, XV Ano, de 1° de fevereiro de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de janeiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *“Estreita-se o cerco ao ditador daquela república (Paraguai), que dentro de breve tempo até lhes faltaria o ar para respirar. Mas ainda há muita dúvida sobre a possibilidade da guerra acabar logo. O que é certo é que López não está tão estreitamente sitiado como se apregoa.”*

*“Província argentina de Santa Fé revolucionou-se contra as autoridades legais, e os revoltosos estavam senhores da cidade do Rosário. Chefe de Entre-Rios poderia estar por trás de tudo (Diz-se que é Urquiza quem fomenta a revolta, despeitado como está, contra o presidente Mitre, pela maneira pública e categórica com que este se pronunciou contra a sua candidatura à chefe da República. Consta mais, que Urquiza diz que está disposto a mostrar a Mitre que tem recursos bastantes para vencê-lo e tirar-lhe das mãos*

*as rédeas do governo, o que seria uma calamidade para o Brasil, em consequência de amizade existente entre aquele caudilho e o presidente do Paraguai. “*

*“Dificuldades na convocação para a guerra (...) Que a guerra está ainda longe do seu natural desfecho, di-lo bem clara e amargamente o modo por que se procede aqui ao recrutamento. Nestes últimos dias deram uma caçada nos negros minas livres, que se empregam na venda de legumes e aves, que denominam quitanda e não contentes com este abuso, passaram a outro, mais inqualificável, capturando pretos carregadores, chamados do ganho, sobre cuja condição de escravos não podia haver dúvida. Estes foram reclamados por seus senhores e consta que a legação inglesa reclamara contra a prisão daqueles, dos quais muitos seguiram incontinentemente para as fileiras do exército. Era curioso ver e ouvir o infernal barulho que as pobres pretas minas faziam na polícia e no quartel reclamando as caras metades, que nada tinham que ver com a guerra, nem com quem a faz.”*

*“Ex-redator em chefe do Diário do Rio de Janeiro, Quintino Bocaiúva, parece querer deixar a vida jornalística e literária, com a qual adquiriu merecida e justa nomeação, e está agora à frente de uma empresa para a abertura de duas estradas de rodagem desde a Barra do Piraí até a cidade de Valença e até o Passa-Vinte, na província do Rio de Janeiro.”* (grifo nosso) Esses textos foram reproduzidos pelo jornal Bracarense em 4 de fevereiro de 1868.

#### **Edição n° 38, XV Ano, de 15 de fevereiro de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de janeiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *“Exército aliado continua imóvel. Mitre já deve estar em Buenos Aires; cholera morbus matou o vice-presidente argentino Marcos Paz (Isso ocorreu em 2 de Janeiro de 1868).”*

*“Impossível prever até quando durará a guerra.”* Esses textos foram reproduzidos pelo jornal Bracarense em 20 de fevereiro de 1868.

#### **Edição n° 49, XV Ano, de 29 de fevereiro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" inicia a publicação de dois artigos do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, sobre a guerra com o Paraguai, a extensão do artigo fez com que o mesmo fosse escrito da edição n° 49 até a de n° 54, de 6 de março de 1868. O primeiro, sob o título "A guerra e as finanças - I" analisa a grave situação econômica do país face ao prolongamento do conflito.

#### **Edição n° 50, XV Ano, de 1° de março de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL", reproduz o segundo artigo do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, sobre a guerra com o Paraguai. Sob o título "A guerra e as finanças - II" conclui a análise sobre a grave situação econômica do país face ao prolongamento do conflito.

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL- Rio de Janeiro, 8 de fevereiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" apresenta uma resenha sobre o país e a guerra, onde lê-se:

*“Estado financeiro da praça do Rio de Janeiro é o mais aterrador possível e não há esperanças de tão cedo podê-lo conter, quando mais levá-lo ao seu estado normal.”*

*“Continuam os boatos de pouca cordialidade entre o Imperador e seu genro, o Conde d’Eu; ele insiste em ir à guerra.”*

*“Chaco, o único ponto por onde o exército paraguaio é abastecido, desconhecido das forças brasileiras.”*

#### **Edição n° 65, XV Ano, de 19 de março de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de fevereiro (Do outro nosso correspondente)”, destaca-se: *“Visconde de Porto Alegre, depois de uma longa carreira militar, doente, cansado ou talvez aborrecido das miseráveis intrigas em que se tem envolvido seu nome, solicitou sua exoneração do comando do 2° Corpo de Exército.”*

*“Novo ministro plenipotenciário na Argentina, Joaquim Thomaz do Amaral, recebido em audiência solene pelo presidente Bartolomeu Mitre.”*

- Texto da mesma página 2, na seção "CORREIO DE HOJE" (Lisboa, 18 de Março – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., onde lê-se: *“As informações mais importantes são a perspectiva de que a passagem de Humaitá será forçada em breve; a revolução que eclodira no Uruguai e a nomeação de Miguel Maria Lisboa como ministro plenipotenciário do Brasil em Portugal.”*

#### **Edição n° 66, XV Ano, de 20 de março de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Guerra do Paraguai" apresenta uma longa matéria produzida pelo correspondente em Buenos Aires do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, onde lê-se: *“Marquês de Caxias apontou ao vice-almirante a necessidade de que a esquadra tentasse forçar Humaitá, para completar o assédio do inimigo. Tropa animada com as novas operações previstas. Águas do rio Paraguai continuam subindo; boas condições para um ataque aliado.”*

- Texto da página 2, na seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada *“Quantas vidas tem custado a guerra?”*, transcreve do jornal *Diario Mercantil*, do Rio de Janeiro, números sobre as tropas brasileiras, informando que a guerra teria custado apenas 24.173 vidas até agora, e observando que houve exageração quando se disse que a guerra tem custado o sacrifício de mais de 50.000 vidas.”

#### **Edição n° 81, XV Ano, de 8 de abril de 1868.**

- Texto da capa, intitulado “Passagem de Humaitá”, transcreve do jornal argentino *Standard* o relato do feito militar, através do texto "GRANDE VITÓRIA NAVAL – Batalha de Humaitá". *“Nenhum acontecimento de igual importância ocorreu nesta parte do mundo nesta geração; e, para honra do pavilhão brasileiro, é necessário confessar que a vitória naval alcançada é a todos os respeitos digna de figurar a par de Aboukir e de Trafalgar.”*

**Edição n° 82, XV Ano, de 9 de abril de 1868.**

- Texto da capa, seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada "Festejos em projeto" informa que moradores do Porto planejam realizar festejos na cidade, incluindo a celebração de um Te-Deum, caso o próximo pacote traga a notícia do fim da guerra do Paraguai.

**Edição n° 85, XV Ano, de 15 de abril de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 23 de março (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca a operação militar da passagem de Humaitá. O artigo ataca o presidente paraguaio Solano **López**, definido como *"rancoroso e feroz, o sangue é, para ele, um líquido como a água"*. São reproduzidos outros documentos oficiais aliados, assinados pelo Marquês de Caxias e outros oficiais, com detalhes das últimas manobras realizadas no Paraguai. Esses textos foram reproduzidos pelo jornal Bracarense em 18 de abril de 1868.

**Edição n° 88, XV Ano, de 18 de abril de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL- Guerra do Paraguai" transcreve matéria produzida pelo correspondente em Buenos Aires do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, sobre a atual situação "desesperada" do presidente López.

**Edição n 97, XV Ano, de 29 de abril de 1868.**

- Texto da capa, seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada "Paquete do Brasil", onde lê-se: *"Os fatos confirmam a esperança que se nutria de ser chegado enfim o termo de uma luta que tantos danos estava causando. Tudo, a julgar pelas notícias trazidas por este pacote, se encaminha rapidamente para esse fim. [...] Dizem os passageiros que os paraguaios abandonaram Curupaity. Dizem também que López retirou-se de Humaitá.[..]JA bandeira brasileira tremula desde Curupaity até Passo Curú (Pucú)"*.

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de abril (Corresp. Part, do Commercio do Porto)" continua enaltecendo a passagem de Humaitá e prenuncia a *"queda próxima e inevitável de López"*. São reproduzidos outros documentos oficiais brasileiros, assinados pelo Marquês de Caxias, com detalhes das manobras militares realizadas no Paraguai. Esses textos foram reproduzidos pelo jornal Bracarense em 2 de maio de 1868.

**Edição n° 98, XV Ano, de 30 de abril de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL GUERRA COM O PARAGUAI" transcreve textos publicados pelo *Jornal do Commercio*, enviados de Curuzú e Tuyu-Cué, sobre a ocupação de Curupaity, onde lê-se. *"O Brasil está vingado! Pode levantar orgulhoso a cabeça, pois tem um exército e uma marinha para os quais não há impossíveis. Hoje temos direito ao respeito e consideração do mundo"*.

**Edição nº 107, XV Ano, de 10 de maio de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "AS VITÓRIAS DO BRASIL NO PARAGUAI", transcreve o artigo de José da Silva Mendes Leal, publicado no nº 4 da revista AMÉRICA, celebrando os últimos resultados alcançados pelas tropas brasileiras na guerra.

**Edição nº 112, XV Ano, de 16 de maio de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de abril (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Villa Rica ou Tebicuary, possíveis locais onde está López.*"

*"Timbó, fortificação que cobre Humaitá, vencida no dia 23 de março pelo Barão da Passagem. Fortaleza de Humaitá não tem mais comunicação com outros pontos das tropas de López."*

**Edição nº 119, XV Ano, de 26 de maio de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL" transcreve notícias publicadas pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, onde lê-se: "*Bombardeamento de Humaitá deve estar preparando o assalto à fortaleza. Chuvas impedem novas operações (...) Temos segura a presa, e ela não nos escapará! Humaitá há de ser nosso com sua guarnição, e com seus canhões, senão em estado completo, ao menos em posição de infundir respeito.*"

**Edição nº 122, XV Ano, de 29 de maio de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Paraguaios não param de trabalhar nas suas fortificações. No dia 6 de maio, lançado ao mar o monitor Santa Catarina, construído no estaleiro da Ilha das Cobras. López continua em Tebicuary com 6.000 homens.*"

**Edição nº 123, XV Ano, de 30 de maio de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 8 de maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se a demora das operações militares e transcreve um artigo publicado pelo jornal Diário do Rio que procura justificar os necessários preparativos para a guerra.

**Edição nº 136, XV Ano, de 16 de junho de 1868.**

- Texto da capa, seção "NOTICIÁRIO", texto intitulado "Paquete do Brasil", onde lê-se: "*Paraguaios atacaram ousadamente as forças brasileiras no Chaco, mas foram repelidos heroicamente, deixando 400 mortos, muitos prisioneiros e armamentos. Humaitá está completamente sitiada, "esperando-se a qualquer momento que os paraguaios se rendam pela fome."*

**Edição nº 146, XV Ano, de 30 de junho de 1868.**

- Texto da capa, editorial valoriza a publicação de informações sobre o Brasil e a guerra e o destaque que ocupam na edição, onde lê-se: "*A ansiedade com que são esperadas duas vezes por mês as notícias da guerra do Brasil com o Paraguai move-nos a dar hoje*

*folha extraordinária para não demorarmos até amanhã a publicação das que vieram pelo paquete inglês Oneida, que entrou ontem no Tejo, procedente dos portos do Brasil, e que chegaram a esta cidade no correio de hoje".* (grifo nosso) Algumas notícias são antecipadas na primeira página, como a expectativa pela iminente queda de Humaitá.

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Perspectivas de desenlace pronto e satisfatório. Paraguaio embrenham-se nas matas.*"

#### **Edição nº 147, XV Ano, de 1º de julho de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", ocupando praticamente toda a primeira página, em cinco colunas, conclui a resenha iniciada na edição anterior. Publica na íntegra três ofícios do Marquês de Caxias sobre as últimas atividades na Campanha do Paraguai.

#### **Edição nº 148, XV Ano, de 2 de julho de 1868.**

- Texto da página 2, Seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada "As mulheres no exército do Paraguai", baseado em jornais de Buenos Aires de língua inglesa, onde lê-se: "*Que são os que recebem notícias mais exatas do campo paraguaio*", confirma o "fato insólito", e por muita gente posto em dúvida, da organização de um exército de mulheres por López, presidente do Paraguai. E apresenta detalhes da nova formação militar: "*A famosa Elisa Lynch, inglesa ativa, ambiciosa, de grande poder intelectual, e de uma vontade indomável, comanda esta tropa feminina com o título de Brigadeiro General. Depois de Misstress Lynch desempenham os cargos mais importantes D. Margarida Ferreira, com o grau de tenente coronel, e a Senhora de Herrera, esposa de um distinto oficial da Marinha*". A nota informa, ainda, que as mulheres já desempenhavam serviços de grande utilidade para o exército, como o atendimento nos hospitais, atividades dos correios, fabricação de munição, confecção de roupas para os soldados e o plantio e colheita nas lavouras, além de se responsabilizarem pelas provisões das tropas.

Essas informações de mulheres no exército paraguaio foram transcritas na edição nº 1666 do jornal O Campeão das Províncias, de 8 de julho de 1868 e na edição nº 1569 de O Bracarense, de 11 de julho de 1868.

#### **Edição nº 161, XV Ano, de 17 de julho de 1868.**

- Texto da página 3. Texto intitulado "BRASIL Rio de Janeiro, 23 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Expedição do General Menna Barreto ao Tebicuary encontrou o inimigo fortemente entrincheirado, e dispondo ainda de uma força superior a 10.000 homens!" Soldados brasileiros destroem linha de telégrafo que comunicava López com o Chaco.*"

*"Semanaio mostra que a aparição dos encouraçados aliados em Assunção, no final de fevereiro, havia impressionado fortemente a população da capital do Paraguai, imensas famílias paraguaias - e estrangeiras - migraram para o interior do país."*

*"General Barrios despachado por López para a catarata de Guairá para fazer recrutamento. Os aborígenes servem-lhe, na falta de gente mais civilizada."*



*“Conflito com a canhoneira norte-americana que iria levar Washburn (ministro americano no Paraguai) e sua família para Assunção; Caxias não queria liberar a passagem sem aprovação dos governos aliados.*

**Edição n° 162, XV Ano, de 18 de julho de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *“Agitação em Buenos Aires não é novidade (...) É quase a vida cotidiana nas repúblicas Oriental e Argentina.”*

**Edição n° 171, XV Ano, de 29 de julho de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de Julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *“Frases animadoras dos correspondentes no Prata – “Espera-se a todo o momento a rendição de Humaitá” – ainda não é realidade (...) Escreveu-se pela primeira vez no dia 20 de fevereiro, um dia após a passagem da fortaleza, e repetida continuamente até hoje, vigora ainda como esperança, sem que se possa calcular quando virá a realidade”.*

*“Boatos de intervenção americana na guerra aumentaram ainda mais depois do conflito entre o Marquês de Caxias e o ministro dos Estados Unidos, Washburn, provocado por este”.*

**Edição n° 173, XV Ano, de 31 de julho de 1868.**

- Texto da capa, intitulado “Guerra com o Paraguai” transcreve a Ordem do Dia n° 222, expedida no quartel general em Pare-Cué, no Paraguai, em 18 de junho de 1868, pelo Marquês de Caxias, comandante em chefe de todas as forças brasileiras em operações no Prata, relatando as últimas operações realizadas na campanha militar.

- Texto da página 2, na seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada "Humaitá" transcreve texto do jornal *Tribuna*, de Montevideú, com informações sobre a fortaleza paraguaia e a posição dos exércitos que a cercam.

**Edição n° 184, XV Ano, de 13 de agosto de 1868.**

- Texto da página 3, Seção “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO”, despacho telegráfico de Lisboa apresenta as novidades do último pacote do Brasil, onde lê-se: *“Caiu o ministério Zacarias e assumiu o Visconde de Itaboraí, que comanda o novo gabinete. Dissolvida a Câmara.”*

*“Paraguaios atacam em pequenas canoas, mas são repelidos pelos aliados.”*

*“Brasileiros tentam tomar Timbó para, depois, promover o assalto geral a Humaitá.”*

*“Oposição argentina planeja romper a aliança com o Brasil.”*

**Edição n° 185, XV Ano, de 14 de agosto de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)" amplia e informações adiantadas pelo telégrafo na edição anterior, apresentando, entre outras coisas, a nominata completa do novo ministério brasileiro e os

detalhes das operações para assaltar Humaitá. Como isso ainda não aconteceu, as notícias são consideradas desanimadoras.

**Edição n° 188, XV Ano, de 19 de agosto de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL" apresenta uma resenha de notícias publicadas pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, onde lê-se: "*Dois feitos das armas teriam ocorrido nas duas margens do rio Paraguai, no dia 16 de julho, mas os relatos não eram muito precisos.*"

*"Os jornais argentinos (manifestamente injustos) tentam a desforra do revés de Curupaity, atribuído a Mitre, e acusam Caxias pelo malogrado reconhecimento de Humaitá, provocando as mortes de dois militares - os argentinos Campos e Martinez. Também são publicadas participações oficiais dos comandantes militares aliados sobre as últimas operações no Paraguai."* O mesmo texto foi transcrito no jornal O Braz Tizana, de 21 de agosto de 1868.

**Edição n° 189, XV Ano, de 20 de agosto de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" conclui a resenha do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, transcrevendo nova participação oficial com detalhes de um ataque à Humaitá e um confronto no Chaco, vencido pelos brasileiros, onde lê-se: "*Quanto heroísmo e quanto brio militar até os últimos momentos!*" Essa parte foi reproduzida também no jornal Bracarense, em 27 de Agosto de 1868.

**Edição n° 196, XV Ano, de 28 de agosto de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "Guerra entre o Brasil e o Paraguai" transcreve do jornal Diário dos Debates, de Paris, a nota que Mr. Gould, ministro da Inglaterra na Confederação Argentina, dirigiu, em 19 de maio de 1868, ao Lord Stanley, contestando a versão de "Mr. Benites" (Gregorio Benites), representante do Paraguai junto ao governo inglês, de que a guerra "*tem por causa única o desejo do presidente López de proteger a independência do Uruguai, e de assegurar a livre navegação do rio da Prata e dos seus afluentes, ameaçada pelo Brasil e pela Argentina*". Mr. Gould usa os mesmos argumentos do Império para justificar a ação armada contra o Paraguai, ocupando três colunas da primeira página do jornal.

**Edição n° 197, XV Ano, de 29 de agosto de 1868.**

Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de agosto (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*(...) guerra do Império ofendido em sua honra e direitos contra o ditador obedecido por um povo valente, mas extremamente ignorante.*" "*(...) fortaleza de Humaitá, julgada invencível e inexpugnável (...) esta fortaleza abatida e humilhada não será mais um ultraje ao mundo civilizado*". A transcrição é do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, o correspondente, relata, cronologicamente, o feito militar, entre os dias 16 e 18 de julho. Relembra o revés inicial, com um grande número de mortos e o aprisionamento do coronel argentino Martinez e seu ajudante Campos, e oferece detalhes da ação do "*sempre corajoso e audaz o Barão do Herval (Gen, Osório)*,

que, mesmo exitosa, resultou em 2.000 baixas nas forças aliadas – entre mortos e feridos.” Esse texto foi transcrito no jornal O Campeão das Províncias, em 2 de setembro de 1868.

**Edição n 198, XV Ano, de 30 de agosto de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL", ocupando praticamente todo o espaço das duas primeiras páginas, transcreve do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, uma coleção de extensos ofícios de militares brasileiros (Caxias, major Ayres Antonio de Moraes Âncora, Visconde de Inhaúma e Barão da Passagem) sobre os mais recentes feitos das forças imperiais, incluindo a tomada de Humaitá.

**Edição n 210, XV Ano, de 13 de setembro de 1868.**

- Texto da capa, Seção "NOTICIÁRIO", intitulado "Paquete do Brasil" destaca-se: *“Guarnição paraguaia do Chaco rendeu-se depois de desesperada luta; entregaram-se 4 chefes, 97 oficiais e 1.200 praças (...) Havia 5 dias que não comiam! Estavam exaustos de forças, mas ainda mostravam extraordinária bravura”.*

*“López conserva-se no Tebicuary com 10.000 homens. Fortalezas de Timbó e Tebicuary continuam sendo bombardeadas.”*

*“Começou a demolição de Humaitá pela bateria de Londres. Aliados dividem as munições encontradas em Humaitá.”*

*“Exército brasileiro mostra magnífico aspecto e muito entusiasmo. Confirma-se o fuzilamento de Carreras e Berges; (...) lavra-se entre os paraguaios grande indisposição contra López”.*

*“Guerra civil iminente na Argentina.”*

**Edição n° 211, XV Ano, de 15 de setembro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Guerra do Brasil com o Paraguai" transcreve matéria do correspondente em Buenos Aires do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, com data de 8 de agosto, descrevendo a fortaleza de Humaitá e detalhando a tomada do Chaco, e publica ofício do general argentino **Gelly y Obes**, dirigido ao presidente Mitre.

**Edição n 212, XV Ano, de 16 de setembro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL Guerra do Brasil com o Paraguai" transcreve do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, correspondência datada de 6 de agosto de 1868 de Humaitá, com detalhes sobre a tomada da fortaleza, onde lê-se: *“O coronel Martinez confirmou a notícia do fuzilamento de Carreras e Berges e acrescenta o do general Briguez, por causa de uma tentativa de revolução no Tebicuary”.*

**Edição n° 213, XV Ano, de 17 de setembro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL Guerra do Brasil com o Paraguai" transcreve do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro ofícios do Marquês de Caxias dirigido ao Barão de Muritiba, ministro da Guerra, e do Barão de Inhaúma ao ministro da Marinha, Barão de Cotegipe, ainda sobre a tomada de Humaitá.

**Edição n° 214, XV Ano, de 18 de setembro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL Guerra do Brasil com o Paraguai" transcreve do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, ofício do chefe de Estado Maior, Francisco Cordeiro Torres e Alvim, dirigido ao Visconde de Inhaúma, comandante da força naval brasileira, sobre a tomada do Chaco pelos aliados.

**Edição n° 215, XV Ano, de 19 de setembro de 1868.**

- Texto da página 2, na Seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada "Proclamação aos paraguaios" registra a conclamação (publicada na íntegra) do padre Inácio Esmerate, capelão da armada imperial brasileira, aos paraguaios do Chaco para que se rendessem, e transcreve o ofício do Visconde de Inhaúma ao Ministro da Marinha reconhecendo a importância do religioso no êxito da operação militar.

**Edição n° 217, XV Ano, de 22 de setembro de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL" destaca -se, com base no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, que a fortaleza de Timbó estava sitiada pelos aliados, entre outras informações gerais sobre a guerra do Paraguai.

**Edição n° 227, XV Ano, de 2 de outubro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de setembro (Corresp. Part. do *Commercio do Porto*)" contém fortes críticas ao prolongamento da guerra, onde lê-se: "(...) *homens e dinheiro vão desaparecendo naquele sorvedouro*".

*"Dizem os oficiais que ultimamente vem chegando do teatro da guerra que Tebicuary fará que a esquadra e o exército permaneçam muito tempo imóveis como estiveram em frente de Curupaity, e depois em frente de Humaitá. O Marquês de Caxias, a quem lealmente ninguém pode negar grandes qualidades como cidadão, tem um sistema singular como general. Espera e espera sempre! Parece que desde o começo da guerra se o nobre general tivesse levado o exército a empresas arrojadas contra o inimigo, menor teria sido o número de aliados mortos e mais vantajosos os resultados obtidos. Até onde irá isto? E se o Brasil, supondo que está sempre na véspera de vencer e aniquilar López, continuar com o sacrifício do dinheiro, e de vidas, não será ainda tempo para que as nações grandes e humanas aconselhem o fim desta imensa tragédia!"* Esse texto foi reproduzido no jornal O Bracarense, em 6 de outubro de 1868.

- Texto da página 3, na seção "CORREIO DE HOJE (Lisboa, 1º de outubro – Corresp. Part. do *Commercio do Porto*)", escrevia o redator que assinava pela inicial M., onde lê-se: "*O Timbó foi evacuado pelos paraguaios e o Marquês de Caxias marchava sobre o Tebicuary, último reduto (?) onde se abriga o tirano do Paraguai e o mais implacável inimigo que o Brasil tem tido.*"

**Edição n° 238, XV Ano, de 14 de outubro de 1868.**

- Texto da página 2, Seção "NOTICIÁRIO", intitulado "GUERRA DO BRASIL COM O PARAGUAI" transcreve do *Times*, de 8 de outubro, entre outras, as seguintes notícias:

*“Forças brasileiras atacaram a esquerda das posições fortificadas de Tebicuary. López fugiu com uma pequena escolta para Villeta, sete léguas abaixo de Assunção. Prisioneiros confirmam que Berges e outras pessoas foram fuzilados, e que dois irmãos de López estão presos.”*

**Edição n° 240, XV Ano, de 16 de outubro de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *“O penúltimo vapor chegado do teatro da guerra fez escrever a todos os jornais que López fugiu espavorido pelos sertões que levam à Bolívia’. Alguns davam já tirano foragido, a bordo da canhoneira americana de guerra Wasp, e a guerra concluída. Posto que há largos meses se nos afiança o próximo fim da guerra, a harmonia dos jornais deram desta vez uma certa alegria, que a praça ressentiu-se dela em parte de suas transações. O câmbio subiu e as libras desceram. [...] A guerra de recursos deve dar ainda muito que fazer, não só porque o número das guerrilhas é respeitável, mas porque são elas compostas de soldados velhos. Será difícil que apareçam homens que queiram governar Assunção, estando López a algumas léguas de distância, ainda mesmo conservando os aliados um corpo de exército para auxiliá-los. O que acabará num momento a guerra será a revolução interna. Essa sim. Não podendo ter confiança entre os seus, López ver-se-á na necessidade, inclusive, de fugir. Que tal revolução houve, ou pelo menos veementes indícios de conspiração, prova-o a crueldade cometida sobre os reputados cabeças. E horroroso ouvir a história dessa incrível hecatombe. O tirano não poupou ninguém; nem irmãos, nem generais, nem amigos, nem estrangeiros. Nos fossos do Tebicuary foram encontrados insepultos cerca de duzentos cadáveres. Grande número daqueles que tanto o ajudaram, caíram debaixo das balas dos fuziladores. **O próprio cônsul português naquela república, o sr. Leite Pereira, foi arrancado da casa da delegação dos Estados Unidos, e vitimado com outros personagens ilustres!** Diz-se, à boca pequena, que para esta Corte vieram alguns números do Semanario, jornal oficial do Paraguai, onde vem feito o processo e relatadas as provas dos conspiradores, acompanhado tudo de uma espécie de manifesto às nações, em que o verdugo pretende justificar-se de tal carnificina. Não vi esse jornal, não quero portanto afiançar que tivesse vindo. Seja como quer que for, o ditador bárbaro pretende aniquilar a população do seu país. É coisa notável! Os paraguaios prisioneiros com quem tenho falado, não falam nem ouvem falar no 'Supremo', que se não descubram reverentemente! E lamentam não ter morrido na batalha, porque ao menos não ficariam suas famílias sujeitas à vergonha e ao desprezo! [...] A julgar pela correspondência datada de Buenos Aires de 12 do corrente e publicada no Jornal do Commercio de 22, está a guerra acabada e o exército aliado marchando para a Assunção. É pena que assim não seja. [...] Fala-se que a diplomacia está definitivamente encarregada de concluir a guerra. Isto vem pela centésima vez, porém agora argumentam com a subida para a Assunção do ministro inglês e do ministro americano. Se a guerra não pode acabar breve pela guerra, que acabe então pela paz. Basta de sacrifícios: o Brasil deve dar-se por satisfeito e vingado.”* O texto foi republicado pelo jornal O Bracarense, em 20 de outubro de 1868.

**Edição nº 242, XV Ano, de 18 de outubro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Guerra do Paraguai" transcreve, do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, ofício do Marquês de Caxias dirigido ao Barão de Muritiba sobre a tomada das linhas de Tebicuary; correspondência dirigida da esquadra ao jornal; e o depoimento do alferes paraguaio Boaventura Flecha, sobre as execuções e prisões promovidas por López. Segundo as declarações do militar guarani, Bruguez, Nuñez e outros chefes paraguaios foram degolados, calculando-se em mais de 500 as vítimas. Flecha citou também a troca de correspondência entre o ministro norte-americano Washburn e o ministro Benitez, publicada no Semanario, sobre a extradição da casa do diplomata dos uruguaio Carreras e Rodriguez e do português Leite Pereira.

**Edição nº 244, XV Ano, de 21 de outubro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "A guerra do Brasil com o Paraguai" faz uma retrospectiva da guerra, estimando as perdas de brasileiros no Paraguai em 35.000 homens - mortos ou prisioneiros -, de acordo com os dados oficiais, mas admitindo que o número pode ser bem maior, e que 80.000, como havia sido divulgado, não é um número totalmente descabido.

**Edição nº 248, XV Ano, de 25 de outubro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "PARAGUAI", destaca-se tendo como fonte o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, os "*inauditos atentados praticados pelo ditador López contra vários súditos estrangeiros residentes no Paraguai, contando-se entre estes, como já os leitores têm notícia, o vice-cônsul português Leite Pereira, que foi barbaramente assassinado*". (grifo nosso), onde lê-se: "*Pelos jornais do Rio de Janeiro chegados hoje, e que alcançam até ao dia 3 do corrente mês, recebemos amplos pormenores dos atentados cometidos pelo ditador López, do Paraguai, contra os súditos estrangeiros residentes no território daquela república. O nosso cônsul Leite Pereira não foi arrancado da legação americana pelos soldados do feroz general. Reclamada a sua saída da legação, e depois de trocadas várias notas entre o governo paraguaio e o ministro americano, saiu o sr. Leite Pereira para se entregar às justiças da república, conforme o exigia López. Apenas dera alguns passos na rua, foi agarrado pela soldadesca e assassinado! Acusavam-no de conspirar contra a vida do presidente López e de pertencer a uma sociedade secreta que intentara matá-lo. [...]*" "Acaba de ser publicada a correspondência oficial trocada entre o ministro americano residente na Assunção e o governo do Paraguai. Como se verá da franca exposição dos fatos que extractamos (sic) desta extensa correspondência, sir Washburn decaiu da graça do governo paraguaio, simplesmente obrou com retidão como homem honesto e humano, fornecendo asilo a alguns infelizes estrangeiros que eram perseguidos por espiões e dizimados pela soldadesca. A história deste desagradável negócio teve o seu princípio em fevereiro, quando a esquadra encouraçada subiu o rio e lançou algumas bombas contra a capital. Antes disto, mr. Washburn não só tinha alguma familiaridade, mas até estava nas melhores relações de amizade com o governo paraguaio, residindo com

cômoda dignidade na legação. A 22 desse mês, porém, foi promulgado um decreto ordenando que todos saíssem de Assunção; mr. Washburn recebeu cumprir com essa ordem, alegando que a sua legação era território americano. Todos os cônsules estrangeiros fugiram da cidade, e com efeito, à exceção do ministro americano, ninguém se atreveu a desobedecer ao 'Gal'. Uns vinte e dois ingleses, dois ou três americanos, e alguns outros procuraram refúgio na legação. [...] Os srs. Carreras e Rodriguez (uruguayos) ficaram na legação gozando da hospitalidade de mr. Washburn até a história da conspiração A 16 de junho, o sr. Pereira, cônsul português, fugiu da sua chácara em Trindade (Trinidad) e refugiou-se na legação americana. Foi a isso induzido em consequência de o ter informado o cônsul francês Lopez estava muito contra ele. Mr. Washburn prontamente o recebeu, apesar de nessa ocasião estar a casa rondada por quatro patrulhas militares. [...] Parece que Pereira era homem que ocupava boa posição e dispunha de grande fortuna, tendo-se casado com uma senhora paraguaia rica. No decurso da presente guerra gastara toda a sua fortuna em mitigar os padecimentos dos prisioneiros de guerra e por isso caiu no desagrado de López. O governo paraguaio exigiu a entrega de Pereira, Mr. Washburn recusou até que o governo fez contra ele uma acusação especial; então disse-lhe o ministro que fizesse o que quisesse, que fosse ou ficasse; mas Pereira julgando que o governo empregaria por fim meios violentos para dali o levar, partiu da legação. Foi preso ao voltar à esquina da rua para ir encontrar uma morte prematura. [...] Finalmente a 31 de agosto, mr. Washburn recebeu os seus passaportes, mas não pode sair senão a dez, quando o governo paraguaio pôs à sua disposição o Rio Apa, e ao deixar a legação entregou-a ao cônsul italiano. Quando mr. Washburn se dirigia com sua família para embarcar no vapor, foram acompanhados pelos cônsules italiano e francês, por mrs. Bliss e Masterman, que levavam consigo os seus sacos de tapete. Ao saírem da legação, Bliss e Masterman foram presos e levados para o acampamento em Villeta. Antes de saírem da legação estes infelizes, desconfiando que López os mandasse prender também, escreveram várias cartas aos seus amigos, confiando algumas a mr. Washburn, pedindo-lhe que defendesse os seus caracteres perante o mundo." Esse texto foi reproduzido pelo jornal Braz Tisana, em 28 de outubro de 1868.

**Edição n° 252, XV Ano, de 30 de outubro de 1868.**

- Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", onde lê-se: "O exército brasileiro tinha avançado, achando-se apenas a 3 léguas de Villeta, onde López concentrara todas as forças. Esperava-se que houvesse um ataque decisivo por se acharem reunidas grandes forças de ambos os lados".

**Edição n° 253, XV Ano, de 31 de outubro de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL" apresenta uma resenha dos jornais brasileiros, destacando a carta do Marquês de Caxias ao Barão de Muritiba, ministro da Guerra, datado do quartel general em Vila Franca, em 10 de setembro de 1868. No texto, o comandante dos exércitos aliados afirma ter visto cadáveres de vítimas das execuções, em local próximo ao rio Tebicuary. Alguns prisioneiros paraguayos teriam identificado

entre os mortos o vice-presidente da República do Paraguai, D. Sanches, o general Bruguez, o Doutor Carreras e seu secretário Rodriguez. De acordo com as informações, uma cruz indicaria o número de vítimas: 353. Na edição nº 1618, do jornal O Bracarense reproduz essas informações, tendo como fonte o Commercio do Porto.

**Edição nº 254, XV Ano, de 1º de novembro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL – GUERRA DO PARAGUAI” publica a **parte oficial** do capitão de mar e guerra Mamede Simões da Silva, sobre o reconhecimento feito, à viva força, pela divisão naval sob seu comando, das baterias paraguaias no Passo de Angostura, único ponto fortificado de López sobre o rio. Também é reproduzida matéria do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, citando uma carta de 23 de setembro de 1868, no rio Paraguai, onde lê-se: “(...) *de pessoa muito sisuda, que diz que já se contam uns vinte cadáveres de mulheres e crianças que apresentam sinais de facadas ou balas, isto no trajeto que as forças de López tinham feito de Tebicuary para diante...*”

**Edição nº 265, XV Ano, de 14 de novembro de 1868.**

- Texto da página 2, Seção “CORREIO DE HOJE (Lisboa, 13 de novembro – Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, onde lê-se: “*Chegou hoje o paquete dos portos do Brasil e entre outras notícias de interesse traz uma, que mostra mais uma vez o que são os sentimentos patrióticos dos portugueses residentes no império brasileiro. Ali, apenas se soube da revolução de Espanha e do pânico que se espalhou em Portugal, provocado pelos boatos aterradores que se espalharam de haver entre os corifeus da revolução misteriosos planos de união ibérica, logo se constituiu uma comissão patriótica para promover uma grande subscrição por todo o império destinada à compra de armamento para a defesa de Portugal. Briosos compatriotas são os que tiveram tão feliz ideia, e bem merecem da pátria pelos seus elevados e bizarros sentimentos! Assim entende-se o verdadeiro patriotismo, obras e não palavras, dinheiro e não expansões banais. Ouvi que a comissão patriótica remetera pelo paquete, que aqui chegou hoje, ao governo, a quantia de 1.000\$000 Réis, para ser destinada à compra de armamento. É a primeira remessa, e ainda que não seja avultada, diga-se aqui bem baixinho que é mais do que nós por cá temos obtido para aquele fim...*” (grifo nosso)

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)” destaca-se, com base no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro: “*Caxias promete assalto geral sobre o inimigo. Comissão de 40 portugueses para subscrever donativos para repelir a união ibérica. Mais 120 praças partiram para a guerra do Paraguai.*”

**Edição nº 267, XV Ano, de 17 de novembro de 1868.**

- Texto da capa, editorial intitulado “O patriotismo da colônia portuguesa no Brasil” elogia a iniciativa de formar a comissão para arrecadar fundos visando a aquisição de armamento para Portugal resistir à união ibérica.



**Edição nº 268, XV Ano, de 18 de novembro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL – Guerra do Paraguai” transcreve do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, ofícios do Marquês de Caxias e do Visconde de Inhaúma aos ministros da Guerra, Barão de Muritiba, e da Marinha, Barão de Cotegipe, relatando as últimas operações militares realizadas.

**Edição nº 278, XV Ano, de 29 de novembro de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 8 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)” manifesta a inconformidade com o prolongamento da guerra, onde lê-se: “**Estamos fartos de ouvir anunciar a queda do tirano e a última vitória dos aliados, mas nem aquele cai, nem estes a obtém.**” (grifo nosso)

**Edição nº 279, XV Ano, de 1º de dezembro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 8 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: “*Marquês de Caxias desmente, em ofício ao ministro dos Negócios Estrangeiros, que tivesse a mínima parte nos projetos de revolução contra López, como lhe atribuíam Washburn, Berges, Carreras e os dois irmãos do presidente paraguaio.*”

Também é publicado extenso material do correspondente em Buenos Aires do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, sobre o terreno que os aliados devem operar para desalojarem López de sua atual posição, indicando o plano projetado de campanha e os recursos que dispõe o inimigo.

**Edição nº 293, XV Ano, de 17 de dezembro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)” e “Rio de Janeiro, 24 de Novembro (De outro nosso correspondente)”, destacam-se: “*Guerra continua em paz. Espera-se um grande ataque, mas ainda não contra Villeta e Angostura. Para agravar a situação do comércio, guerra não deve terminar logo. (...) Mas o que é pior é ter de acrescentar-se que durará talvez até ao princípio de 1869, dando-se graças a Deus se não for ao princípio de 1870!*”. (grifo nosso)

**Edição nº 1, XV Ano, de 1º de janeiro de 1869 – “SUPLEMENTO ESPECIAL DEDICADO AO BRASIL E À GUERRA”.**

- Texto intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 9 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, tendo como fonte o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, destaca-se: “*Comenta-se que teria ocorrido um malogrado reconhecimento de Angostura e Villeta em 19 de novembro. Marquês de Caxias não fará ataque à “viva força”, para evitar sacrificar de seis a oito mil homens. Infelizmente, esta cautela não tem evitado que mais de cem mil brasileiros, orientais e argentinos, estejam enterrados no rio Paraguai, Paraná e suas margens.*”

**Edição n ° 11, XVI Ano, de 15 de janeiro de 1869.**

- Texto da capa, Seção "NOTICIARIO", intitulado "Guerra do Brasil com o Paraguai" destaca que o pacote é o "mensageiro de faustas novas", onde lê-se: "*López foge, deixando para os aliados seus incontestáveis baluartes. Brasil proclama enfim sua vitória no Paraguai, assinalando o termo da luta com grandes feitos de armas.*

*"Brasileiros tomaram Villeta e Angustura. López, ferido, é perseguido pelo General Osório e sua cavalaria. Caballero, paraguaio geral, foi morto. Argollo e Barão do Herval (Osório) feridos. 400 paraguaios conhecidos fora de combate."*

- Texto da página 3, intitulada "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de dezembro (Corresp. Parte. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Está terminada a guerra entre o Brasil e o Paraguai! E terminada à força de armas, por uma vitória brilhante e decisiva sobre os últimos restos do mísero povo paraguaio, que o seu bárbaro ditador sacrificou, parte às mãos do carrasco e parte às do inimigo*". O texto lembra a grande vitória das armas e a tomada de posições de Villeta e Angustura. E o correspondente do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro se dirigia aos portugueses no final do texto, onde lê-se: "*Aceitamos desde já os parabéns entusiásticos dos nossos irmãos d'além-mar. **Glória ao Brasil e a Portugal, combinados filhos somos!***" (grifo nosso)

**Edição n ° 12, XVI Ano, de 16 de janeiro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" apresenta mais detalhes da tomada de Villeta e Angustura; e transcreve documentos oficiais (telegramas de Caxias ao General argentino Gelly y Obes e do ministro brasileiro em Buenos Aires ao colega de Montevideú) e trechos do Diario Official do Imperio.

**Edição n ° 17, XVI Ano, de 21 de janeiro de 1869.**

- Texto da página 3, Seção "CORREIO DE HOJE (Lisboa, 20 de janeiro - Corresp. Parte. do Commercio do Porto)", assinada pela inicial M. onde lê-se: "*Dizia-se hoje na praça que por um telegrama de origem paraguaia vindo de Londres se sabia que López se estava fortificando em Luque*".

**Edição n ° 23, XVI Ano, de 28 de janeiro de 1869.**

- Texto da página 3, Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", nota telegráfica informa que notícias de origem paraguaia de Marselha asseguram que os paraguaios continuavam ocupando Villeta e Angustura. Mas o correspondente de Lisboa, com razão, observa que "*este despacho que nos transmite a agência Havas não merece o menor crédito*".

**Edição n ° 25, XVI Ano, de 30 de janeiro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Paquete do Brasil", destaca-se: "*Confirmada tomada de Villeta e Angustura pelos aliados. Incêndio na alfândega do Rio foi bem menor do que se imaginava; apenas dois armazéns foram destruídos. López fugiu. (...)Tem mandado muito dinheiro para a Europa*".

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de Janeiro (Corresp. Parte do Commercio do Porto)”, destaca a tomada de Villeta e Angostura pelas tropas aliadas. Os aliados teriam perdido mais de 4.500 homens (a metade, feridos, entre eles o “valente” Barão do Herval ferido no rosto e os paraguaios 6.000 (dois terços mortos e feridos, o restante, prisioneiros). O relato apresenta detalhes das batalhas de Villeta e Angostura, em dezembro, e transcreve a intimação de Caxias a López, bem como a resposta negativa do presidente paraguaio, que lembrou sua iniciativa em 1866, em Yataiti-Corá, na conferência de paz com Mitre. Também há transcrições de ofícios dos comandantes brasileiros e muitas notícias da Corte, como o incêndio da alfândega, no Rio de Janeiro. A principal fonte das informações foi o Jornal da Commercio, do Rio de Janeiro, O correspondente do Commercio do Porto justifica como sendo a publicação brasileira “**que mais se aproxima da verdade**”. (grifo nosso)

O texto foi transcrito na edição do jornal Campeão das Províncias, em 3 de fevereiro de 1869.

#### **Edição n ° 26, XVI Ano, de 31 de janeiro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de janeiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto) noticia a abertura de uma subscrição para arrecadação de fundos para ajudar a família do cônsul português morto durante a guerra, onde lê-se: “(...) *vai o produto desta publicação servir de base à subscrição promovida a favor da viúva e filhos do infeliz José Maria Leite Pereira, cônsul português na Assunção, que foi vítima da sua caridade com os prisioneiros brasileiros*”. (grifo nosso)

#### **Edição n° 37, XVI Ano, de 16 de fevereiro de 1869.**

- Texto da página 2, Seção "NOTICIÁRIO", intitulado "Paquete do Brasil" anuncia que "*chegou finalmente ao seu termo a prolongada luta sustentada entre o Brasil e o Paraguai. López, apertado de reduto em reduto pelo exército aliado, fugiu para as montanhas, deixando livre aos seus contrários o campo que durante tanto tempo defendera a todo o transe.*" Segundo a nota, Madame Lynch, esposa de Solano López, teria fugido. "*Parabéns ao Brasil! Intimamente ligados aos sucessos prósperos ou adversos do império, já pelos laços das simples relações comerciais simples, já pelos de uma quase fraternidade, a nós, portugueses, cabe-nos uma grande parte no regozijo que a esta hora deve alvoroçar o brasileiro por ver finalmente terminado o flagelo de uma guerra, sorvedouro de vidas e ruína da sua prosperidade.*"

Ainda na página 2, na seção “CORREIO DE HOJE”, assinada pela inicial M., o registro das "*boas notícias*" do pacote do Brasil e, entre outras, a informação de que "*apenas 100 homens acompanharam o feroz ditador na sua fuga para as montanhas.*"

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de janeiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Acabou a guerra do Brasil contra o governo do Paraguai? Voltam breve os exércitos vencedores, e virá a paz e os seus frutos suavizar a desgraça de quatro anos? Perguntas são estas que todos fazemos, e a que ninguém conscienciosamente saberá responder. Lidos os jornais, ouvidos os entusiastas, está tudo acabado, e dentro de um mês ninguém mais falará na guerra que houve. Oxalá.*"

*“Caxias está em Assunção. Governo provisório do Paraguai será nomeado pelos aliados. Novo ministro americano no Paraguai, Mac-Mahon, está, inexplicavelmente, ao lado de López; acompanha-o para toda a parte, “é o seu testamenteiro, e declarou capital do Paraguai o lugar (qualquer que seja) em que estiver López”.*

*“Saindo (Mac-Mahon) daqui numa carruagem com Madame Lynch, com os filhos, na hora em que os aliados tomavam posse desse ponto (Lomas Valentinas), onde ficaram mortos seis ou oito mil homens!!!”*

*“São a hidrofobia no seu extremo paroxismo. A ser verdade metade, Solano López não tinha igual na história do mundo. Nero e Rosas são anjos ao pé do cacique do Paraguai. Eu penso que a exageração prejudica a acusação”.*

Destaca-se ainda a informação de que o coronel paraguaio Martínez (que se rendeu em Humaitá), ao tomar conhecimento das crueldades contra sua mulher (Juliana Insfrán de Martínez foi executada no dia 21 de dezembro de 1868, sob a alegação de que sabia de uma conspiração e ficou calada) e suas duas filhas, anunciara que daria caça à López, onde ele estivesse. As atrocidades que teriam sido cometidas pelo presidente paraguaio haviam se transformado no tema principal abordado pela imprensa argentina. A resenha reproduz um texto do jornal *La Nación*, da Argentina, traduzido pelo correspondente do *Comercio do Porto*, no Rio de Janeiro, onde lê-se. *“A Nación não é um jornal declamador ou atribiliário, mas antes muito sisudo e comedido; seus escritos tem dentro e fora do país bastante autoridade”, descreve o periódico mitrista o tradutor do texto, esquecendo-se dos ataques violentos que a publicação dirigia contra López, justificando as ações militares da Tríplice Aliança. O relato das execuções decretadas pelo Mariscal incluem os nomes dos diplomatas portugueses Leite Pereira e Vasconcellos.”*

Também é destacado o depoimento de Adolpho Saguier, prisioneiro no Paraguai, sob o título *“Ferocidades de López - Novos Detalhes”*, onde lê-se: *“O capitão D. Adolpho nos seguindo os seguintes detalhes sobre os atos de barbaria perpetrados por López: López fazia castigar os prisioneiros com 500, 1 000 e 1.200 açoites antes de os fuzilar. O dr. Carreras foi assim açoutado da maneira mais bárbara. O sr, Saguier, que se achava à vista do dr. Carreras, também com ferros aos pés, havia 5 meses, tudo presenciou e refere até os gritos que dava o dr. Carreras aos golpes do laço e das chibatadas. Berges foi também açoutado antes de ser fuzilado. D. Benigno López (irmão do tirano) foi também despedaçado a açoites. O Sr. Saguier viu-o, e conhece o carrasco que o açoutou. Chama-se Aveiros, e foi outrora escrivão de governo e fazenda. O Marquês de Caxias tem prisioneiro ao capitão de cavalaria Mathias Goigurú (sic), que foi quem comandou a execução de Benigno Lopez, general Barrios, bispo, deão Bogado, da mulher do coronel Martínez, de D. Mercedes Egusquiza, D. Dolores Recalde, e outras pessoas cujos nomes não lembra. Isto aconteceu no dia 21 de dezembro e assistiram às execuções, por ordem de López, suas duas irmãs, D. Inocencia, mulher do general Barrios, e D. Rafaela, viúva de D. Saturnino Bedoya, que López fez morrer no tormento chamado Cepo (tronco) Uruguaiana, e seu irmão Venancio, os quais depois da execução foram levados para o interior, numa carreta, sem se saber a que ponto se dirigiam. [...] Fez a marcha a pé de S. Fernando a Villeta, tendo os pés inchados, e, extenuado pelos sofrimentos, resignou-se, como os mais, a essa tremenda marcha de 40 léguas por caminhos impraticáveis, pois*

*a ordem era de matar à baioneta indistintamente todos os que cansassem, fossem generais, chefes, oficiais, soldados, presos, sacerdotes, mulheres, crianças, velhos, enfim todos os que faziam o trajeto; e como era natural muitos infelizes caíram por terra desfalecidos, pedindo por Deus em gritos que lhes dessem um só momento de descanso, afim de seguir adiante. Porém, a ordem do facínora era terminante, e os que caíam eram executados sem piedade pelo esbirro Hilario Marcó, antigo chefe de polícia da Assunção, muito conhecido de todos. É inútil querer desviar os fatos do malvado López, porque não há voz para narrar esses horrores inauditos executados no século da civilização. Os que tiveram lugar nos tempos mais bárbaros não alcançam, nem com muito, a assemelhar-se ao que o déspota tem praticado quase à nossa vista. [...] Entre os carrascos mais caracterizados que o tirano tinha um serviço, podemos citar com nomes e sobrenomes os mais notáveis, deixando para outra ocasião os de segunda categoria. São os seguintes: General Resquín, tenente coronel Hilario Marcó, tenente coronel German Serrano e os padres Maíz e Roman. [...] Maíz foi o que esteve preso três anos, acusado de conspiração. Depois se desdisse de tudo, e saindo da prisão converteu-se no mais bárbaro e cruel carrasco de López. Luis Caminos era um outro algoz que julgava e mandava executar por sua conta. Também um Beron, e o Aveiro, que acima nomeamos. Entre os estrangeiros que tem sofrido os tormentos acham-se de todas as nacionalidades, ingleses, franceses, espanhóis, norte-americanos, italianos, portugueses e alemães. Não há que falar dos argentinos, orientais e brasileiros, porque estes foram sacrificados em massa. [...] Entre os que podemos mencionar... portugueses, o cônsul de S.M.F. Leite Pereira, o vice-cônsul Vasconcelos e outros. [...] É inaudito que no século do telégrafo, que tem facilitado a comunicação imediata entre todos os povos e portanto a morigeração dos costumes mais duros dos países não civilizados, se tenham estado a cometer atrocidades semelhantes, tão perto de nós, e na presença de muitos agentes estrangeiros, que de alguma forma com ela os autorizavam, e que tendo tido estes comunicação freqüente, por meio de canhoneiras de guerra, não tenham protestado ou fugido dali, se não tinham coragem para fazer o primeiro, a fim de pedir justiça a seus governos, e com esse passo humanitário salvarem tantas vítimas inocentes da ferocidade selvagem de López. Longe disso, ficaram-se tranquilos, embarcando os tesouros roubados a nacionais e estrangeiros, e aos cofres públicos do Paraguai. Agora resta-nos ver qual será o governo que aceite em seus Estados tão atroz criminoso. Breve saberemos. O malvado ganhou as selvas, indo provavelmente a caminho da Bolívia. Se chegar aquela república irmã nós o recomendamos ao general Melgarejo, não para que proceda a um juízo político, pois disso não se trata, mas para que obre contra ele em nome dos mais sagrados direitos da humanidade calcados aos pés por aquele monstro, por isso que em tal sentido López é justificável ante todas as nações do mundo. Por hoje aqui paramos, garantindo a autenticidade destes detalhes, que todos, repetimo-lo, nos foram transmitidos pelo sr. Capitão Saguier."*

**Edição nº 41, XVI Ano, de 20 de fevereiro de 1869.**

- Texto da página 2, Secção "NOTICIÁRIO", intitulada "Guerra do Paraguai" reproduz do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, matéria transcrita da Tribuna, de

Montevidéu, que descreve, pormenorizadamente, as grandes dificuldades naturais que as tropas aliadas encontraram no Chaco paraguaio.

**Edição nº 49, XVI Ano, de 2 de março de 1869.**

- Texto da página 2, Secção "NOTICIÁRIO", intitulada "Notícias do Brasil", destaca-se: *"Agência Havas informa que há suspeitas de que López concentrava suas forças, novamente, no interior do país. Devemos recebê-las - essas notícias da Havas - com toda a reserva, não só porque de origem paraguaia mas também porque são exageradas as notícias transmitidas pela agência Havas."*

**Edição nº 50, XVI Ano, de 3 de março de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 8 de fevereiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Imprensa da Argentina e do Uruguai atribuem aos soldados brasileiros os desmandos que praticaram os traficantes de todas as nacionalidades, que precederam o grosso do Exército, em Assunção. Marechal Caxias e o Visconde de Inhaúma retiraram-se do teatro da guerra; Osório (Visconde do Herval) e Argollo, feridos nos últimos combates, também. "Valente" general gaúcho Andrade Neves, o Barão do Triunfo, faleceu na capital paraguaia, vítima de "febre perniciosa". Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza assumiu o comando em chefe do exército brasileiro. Eliziário Antonio dos Santos vai comandar a esquadra. Ignorado paradeiro de López. Dizem-no em diversos lugares, ora com 100 homens, ora com 500, ora com 1.000. É a guerra de recursos. Desta tinha eu medo, porque pode ser interminável."*

*"Redação do Jornal do Commercio apresentou, na edição de 27 de janeiro, a idéia de um monumento ao exército e à armada."*

Ainda na página 2, na Seção "CORREIO DE HOJE (Lisboa, 2 de março - Corresp. Part. do Commercio do Porto)", assinada pela inicial M., mais algumas informações da guerra, onde lê-se: *"Caxias se recolheu ao Rio de Janeiro, por considerar finda a guerra. Conselheiro Paranhos parte para o Paraguai em missão especial do governo. Supõe-se que López organiza algumas guerrilhas, para incomodar com elas o exército vitorioso. Ocupação de Assunção gera desinteligência entre generais aliados."*

**Edição nº 51, XVI Ano, de 4 de março de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Notícias do Paraguai" apresenta uma resenha de vários números do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, onde lê-se: *"López na serra, acompanhado pelo ministro norte-americano Mac-Mahon, com uma força entre 1.500 e 2.000 homens; ele fez proclamação em Cerro León no dia 28 de dezembro. General Emílio Mitre, com uns 500 homens de cavalaria, foi conhecer as posições de López."*

**Edição nº 52, XVI Ano, de 5 de março de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Guerra com o Paraguai", inicia a publicação da Ordem do Dia nº 272, de 14 de janeiro de 1869, escrita por Caxias, relatando, minuciosamente, as *"vitórias gloriosamente alcançadas pelas armas brasileiras"*, nos campos de Villeta, em dezembro de 1868.

**Edição n° 53, XVI Ano, de 6 de março de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Guerra com o Paraguai", continua a publicação da Ordem do Dia n° 272, de 14 de janeiro de 1869, escrita por Caxias.

**Edição n° 54, XVI Ano, de 7 de março de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Guerra com o Paraguai", conclui a publicação da Ordem do Dia n° 272, de 14 de janeiro de 1869, escrita por Caxias.

**Edição n° 58, XVI Ano, de 12 de março de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "O exército brasileiro na guerra do Paraguai" reproduz relatório, assinado por José Candido Gomes, em 21 de janeiro de 1869, e que foi publicado pelo Diário Oficial do Império do Brasil, rebatendo as acusações da imprensa argentina de abusos cometidos em Assunção pelas forças comandadas por Caxias, durante a ocupação da cidade, onde lê-se: *"Pela seguinte correspondência do Diário Oficial do Império do Brasil se vê que tais argüições são infundadas", diz o Commercio do Porto na apresentação do texto.*

**Edição n° 65, XVI Ano, de 19 de março de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 23 de fevereiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *“Guerra ainda não está acabada. Marquês de Caxias chegou abatido ao Rio; afirma-se que ele queixou-se do governo imperial. Visconde de Inhaúma (Joaquim José Inácio) chegou em estado lastimável. Caxias condecorado com medalha de mérito militar; Osório também.”* (grifo nosso)

**Edição n° 75, XVI Ano, de 2 de abril de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – NOTÍCIAS DO PARAGUAI" transcreve material publicado pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, incluindo a parte oficial do coronel Frederico Buez ao general Emílio Mitre, datada de 4 de fevereiro de 1869, no acampamento em Campo Grande, sobre a primeira expedição sob o seu comando, trazendo famílias paraguaias (mulheres, idosos e crianças), que marchavam para as cordilheiras, com mais 800 cabeças de gado. A resenha também divulga o pedido que teria sido feito por 388 paraguaios para a formação de um governo provisório em Assunção. O texto informa que a sede nominal do governo de López ainda é em Pirebebuy (a terceira capital), onde o vice-presidente Francisco Sánchez mantém as formas exteriores de governo. O jornal O Campeão das Províncias, de Aveiro, transcreveu essas informações em 7 de abril de 1869.

**Edição n° 78 XVI Ano, de 6 de abril de 1869.**

- Texto da página 3, Seção "CORREIO DE HOJE (Lisboa, 5 de abril - Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M. onde lê-se: *“Disse há dias que se espalhara a notícia de que breve partirá para o Rio de Janeiro uma comissão composta de um general e de mais alguns empregados do ministério da Guerra, para liquidar umas contas militares com o governo brasileiro, e acrescentei que dava a notícia com certa*

*reserva. Esta reserva provinha de não acreditar facilmente que em uma época de economias se fizesse tão grande desperdício, pois aquela comissão deve custar-nos muitos contos de réis, e parecia-me que o nosso agente diplomático no Brasil coadjuvado, se fosse preciso, por alguns empregados do consulado, estaria perfeitamente no caso de ultimar aquelas contas. Hoje ainda estou nas mesmas ideias, mas enquanto à verdade da notícia tenho razões para dizer que dela se não pode duvidar! [...] O que hoje me disseram foi que efetivamente a comissão estava nomeada, e que ela ia tratar com o governo brasileiro relativamente às contas com as tropas no tempo da independência do Brasil e às que uma comissão mista que em tempo foi nomeada não chegou a liquidar.”*

**Edição n° 89, XVI Ano, de 17 de abril de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 24 de março (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“Majestoso e Imponente, o enterro do Visconde de Inhaúma. Aliados armam uma “legião paraguaia” para combater López.”* Na mesma página, a coluna “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO” apresentava mais duas informações importantes: *“O sr. Conde d’Eu tinha partido para Assunção. Em Assunção, já havia governo provisório dos aliados.”*

**Edição n° 100, XVI Ano, de 30 de abril de 1869.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL – NOTÍCIAS DO PARAGUAI”, transcreve correspondências enviadas do Paraguai e de Montevidéu para o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, a maioria de oficiais brasileiros relatando detalhes do andamento da campanha militar.

**Edição n° 114, XVI Ano, de 17 de maio de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de abril (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“Recomeçadas operações militares no Paraguai; exército brasileiro moveu-se para o interior do país em busca de López, que estaria fortificado com 30 peças e 5.000 homens. Divisão da armada destrói a Villa do Rosário, no dia 8 de abril. Já deve estar em Assunção o “generalíssimo Conde d’Eu”(…) Tanto em Montevidéu como em Buenos Aires foi o príncipe recebido com vivas demonstrações de entusiasmo e simpatia. Conselheiro Paranhos em Buenos Aires para tratar com representantes do governo argentino e uruguaio a formação de um governo provisório no Paraguai.”*

- Texto da página 3, na seção “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO”, lê-se: *“Brasileiros se preparam para atacar López nas cordilheiras.”*

**Edição n° 124, XVI Ano, de 29 de maio de 1869.**

- Texto da página 4, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“Conde d’Eu organiza em Luque o exército brasileiro; em breve deve seguir para as cordilheiras atrás do ditador López. Tropa recebe o novo general brasileiro com entusiasmo.”*



Na mesma página, a coluna "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO" informa que "*a vanguarda do exército brasileiro ficou além da ponte de Yuqueri. Está próxima uma batalha*".

**Edição n ° 136, XVI Ano, de 13 de junho de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "A guerra do Prata – ATROCIDADES DE LÓPEZ" transcreve extenso material do *Memorial Diplomatique*, de Paris, reproduzido do *Standard*, de Londres, descrevendo "*com minuciosidade as atrocidades cometidas por López, no Paraguai*", através do depoimento do britânico *George Frederick Masterman sobre o terror instalado no Paraguai, citando o cônsul português Leite Pereira*". Destaca-se: "*Humaitá resistiu quase três meses, e se caiu não foi aos golpes do Brasil e dos seus aliados, mas aos de um inimigo mais poderoso que eles. A fome e a fadiga foram corroendo uma guarnição de crianças e de homens emagrecidos e cobertos de feridas, soldados que se conservaram no posto até o final, e isto em circunstâncias perante as quais todas as outras tropas da América do Sul teriam revoltado, à mingua de coragem. E para que fim tanto sacrifício?... Para se salvar uma liberdade e uma independência que só de nome haviam existido; para que se não abatesse um sistema de governo que era a escravidão de um povo inteiro; para se proteger López, o tirano mais cruel, mais egoísta e mais ingrato da atualidade. [...] Homens, mulheres e crianças foram fuzilados, chibatados e presos aos centos, pelo simples agravo de terem dito que o país estava em ruína, ou por terem carpido a morte de filhos e parentes seus. Ainda mais: uma multidão de mulheres, inocentes evidentemente, sofreram pena capital por terem seus filhos ou irmãos ora desertado, ora caído em poder do inimigo. No entanto, parece-me que uma descrição sucinta de meus próprios sofrimentos será bastante para revelar o caráter de López, e para confirmar, além disso, os fatos gerais que notei. Em dezembro de 1861, entrei para o serviço do Paraguai, na qualidade de farmacêutico militar em chefe; no ano seguinte fui nomeado professor de química e medicina, e em 1866 adido ao hospital militar da Assunção. Dei conta das mais difíceis funções, creio que com satisfação do sargento-mor, dr. Stewart, e recebi por várias vezes provas de que a minha conduta era aprovada pelo próprio López. A 8 de outubro do mesmo ano, os meus colegas, dr. Rhind e mr. Fox, foram presos, debaixo da acusação, sem provas, de se terem descuidado dos seus deveres. No dia seguinte, de tarde, recebi da mão de meu amigo, o cônsul de França, um maço de cartas para o dr. Rhind e pedi ao major da praça licença para lhes levar. Não só não me deram esta licença, mas ainda exigiram que eu entregasse as cartas. A isto recusei-me eu, visto serem cartas particulares de amigos de Inglaterra, e também porque não considerava no major o direito de mim dar uma ordem semelhante. Na mesma tarde fui preso, e lançado com meus amigos para um calabouço. A minha cela era baixa, sombria, úmida e tapetada de lama; não tinha janela alguma, e alumiaava-se apenas por meio de uma abertura estreita feita na porta que dava para um corredor abobadado. [...] Na cela abundavam escorpiões, centopéias e outros bichos, de modo que era impossível lá viver. A comida e vinho algumas vezes eram-me fornecidos por um criado, mas proibiram-me falar-lhe e comunicar-me, de qualquer modo que fosse, com os meus amigos. Para cúmulo de desgraças, a cela dava para um pátio interior, onde os*

prisioneiros políticos sofriam de vez em quando as mais revoltantes torturas. Eu não podia vê-los, mas ouvia-lhes os gritos e soluços de um modo que nunca poderei esquecer a dor que sofri. Fiquei neste lugar horrível, no meio de uma escuridade intensa, de uma atmosfera fétida, e entre doentes atacados de cólera asiática, todo o espaço de onze meses, sem sair uma vez única e sem ver a luz do sol. [...] O dr. Rhind e mr. Fox voltaram para o serviço do governo, o que de fato eles não podiam evitar; mas eu, julgando que podia ficar ao abrigo que me dava a proteção do pavilhão americano, recusei-me a imitá-los; isto escandalizou imenso a López, e fê-lo procurar pretexto para me castigar de um modo singular. [...] Basta dizer que fui preso em plena capital, e mesmo perto da legação; que me não permitiram o praticar a medicina, conquanto uma terrível epidemia de cólera e febres fosse dizimando a população, e o sr. Dr. Rhind, único médico deixado em Assunção, incapaz, pelo seu estado, de prestar serviço algum. [...] A 22 de fevereiro de 1868 dois couraçados subiram pelo rio até Assunção, e atiraram alguns projéteis inofensivos. À chegada deles, evacuou-se rapidamente a cidade, não ficando lá mais que a guarnição e os membros da legação dos Estados Unidos, sem contar alguns amigos do ministro Washburn, e seis artífices ingleses com as famílias, que se entregaram à proteção da América. Tomou López a peito a recusa que Mr. Washburn fizera de abandonar a cidade, e um desgraçado fracasso que, dois meses depois, teve lugar com a polícia, mudou o ditador no nosso mais cruel inimigo. A 11 de julho, todos os refugiados na legação receberam ordem para abandonar, com particularidade ou dr. Carreras, outrora primeiro-ministro em Montevideu, o sr. Rodríguez, secretário, que havia sido, da legação oriental, e o sr. **Leite Pereira, cônsul português**. Mr. Washburn lutou denodadamente para os salvar, mas como, na realidade, o não podia fazer, foram eles próprios que se entregaram à polícia. Tinham-me contado que os acusavam falsamente de terem conspirado contra o governo do Paraguai. Puseram-nos logo a ferros, e enviaram-nos para S. Fernando. [...] Encetou-se então uma longa correspondência entre ele (Washburn) e o ministro dos negócios estrangeiros do Paraguai. Esta correspondência veio a resolver-se em um maço de autos elaborados pelo dr. Carreras, Rodríguez, Benigno López e outros, acusando o ministro, não só de ter cometido o mesmo crime que lhes imputavam a eles, mas também de ser a alma e o chefe de uma conspiração contra a vida de López e destruição de seu governo. [...] Um instante depois levaram-me para a rua, onde achei mr. Bliss, acompanhado de um negro do dr. Carreras e montados ambos em mulas; colocaram-me também sobre uma e deram-me por guarda um sargento e três homens. Levaram-nos para Villeta, que dista 25 milhas aproximadamente de Assunção. Do que nos pertencia só algumas camisas reouvemos da polícia; o dinheiro, esse não o tornamos a ver. [...] Não me foi possível saber de Rodríguez, mas disseram-me mais tarde que tinha sido fuzilado. [...] Afinal, apertaram-me com mais força e perguntaram-me se eu queria confessar. - Não! - Eu não tinha que revelar. Então ligaram-me de novo, mas com duas espingardas sobre o pescoço. Enquanto que eles estendiam as cordas, a cabeça ia-me para diante, e a boca batia-me contra a espingarda que estava debaixo das minhas pernas. Os beiços cobriram-se-me de sangue, e em breve sucumbi ao sofrimento que me excedia as forças. [...] No momento em que iam de novo apoderar-se de mim, declarei dizer tudo o que sabia. O padre tornou a levar-me para a

barraca, e lá comecei contando como me lembrava o depoimento de Carreras, Berges, Leite Pereira, e outros. Isto de nada serviu, mas Deus sabe com quanta vergonha e agonia eu relatei essa história falsa e miserável, do princípio ao fim. Felizmente era inofensivo o que eu dizia, pois que Mr. Washburn estava são e salvo um bordo do Wasp. [...] A 27 de setembro, vi-o (dr. Carreras) com mr. Benites, ambos conduzidos para a execução, e no dia seguinte alguns dos quarenta prisioneiros foram principiando por uns poucos de oficiais paraguaios fuzilados à minha vista. A mesma sorte esperava eu, mas o receio da vingança dos Estados Unidos, com a qual Mr. Washburn ameaçara López, foi o que provavelmente o conteve. Por ali fiquei três longos meses, exposto aos calores tropicais, e às chuvas copiosas, debaixo de um abrigo que mal merecia tal nome, carregado de pesadas cadeias, preso a uma parede desde as quatro horas da tarde até ao nascer do sol, e vendo diariamente um ou alguns de meus companheiros, chibatados ou assassinados com uma crueldade refinada e revoltante. Enfim, a 10 de dezembro, puseram-me em liberdade, graças à generosa e ativa intervenção dos Estados Unidos. Se eu não receasse tornar esta carta muito extensa, entraria em minudências sobre as circunstâncias da minha libertação. Direi apenas que fui enviado para Washington, e que de lá, concordemente com Mr. Bliss, escrevi uma declaração provando a inocência de Mr. Washburn. [...] Descrevendo algumas de minhas aventuras no Paraguai, tenho por fim chamar a atenção sobre o caráter de López, e particularmente lembrar que alguns ingleses estão ainda debaixo de suas garras, e podem ser tratados com a mesma descabelada barbárie." A mesma transcrição foi publicada pelo jornal O Campeão das Províncias, em 23 de junho de 1869.

**Edição n° 137, XVI Ano, de 15 de junho de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de maio (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Conde d'Eu continua reorganizando o exército. López estaria acampado em Ascurra com 9.000 homens.*"

**Edição n° 161, XVI Ano, de 15 de julho de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - NOTÍCIAS DA GUERRA" publica três documentos oficiais: o primeiro, da Legação do Brasil em Buenos Aires ao ministro da Guerra, o Barão de Muritiba, comunicando o "bom resultado" obtido pelas forças comandadas pelo general Menna Barreto contra o inimigo (4 mil famílias foram recolhidas pelos aliados); o segundo, do coronel Antonio da Silva Paranhos, relatando detalhes dessa operação militar ao ministro brasileiro em Buenos Aires, Antonio Pedro Carvalho Borges; o terceiro, de um oficial não identificado dirigido a Carvalho Borges com mais informações da guerra; e o último, do coronel Antonio Pedro de Alencastro ao Barão de Muritiba, apresentando pormenores da libertação das 4 mil famílias paraguaias.

**Edição n° 162, XVI Ano, de 16 de julho de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 17 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*Brigadeiro Câmara assumiu o comando da expedição do Rosário e aprisionou o destacamento de São Pedro, onde López obtinha*

gado. *Concluída em Buenos Aires a convenção elaborada pelos representantes das nações aliadas para formar o governo provisório em Assunção.*” É transcrito, na íntegra ofício do Conde D’Eu, datado em 29 de maio de 1869, sobre as últimas operações realizadas.

**Edição n ° 164, XVI Ano, de 18 de julho de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de junho (Corresp. Part. do Commercio do Porto) destaca que as forças aliadas preparam o grande ataque ao acampamento de López em Ascurra. A resenha reproduz um ofício de Francisco Solano López, datado de 3 de junho de 1869, ao Conde d'Eu, reiterando seu protesto já manifestado anteriormente contra a utilização da bandeira paraguaia nas formações militares dos aliados, onde lê-se: *"V. A. imperial não deve esquecer que, se encontrou espíritos fracos que se deixaram forçar e corromper, tem ainda diante de si com o presidente da República outros capazes de combater."*

**Edição n ° 173, XVI Ano, de 29 de julho de 1869.**

- Texto da página 3. Seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO" destaca as principais novidades trazidas pelo pacote do Brasil: *"Aliados atacam paraguaios junto ao rio Aguarihy (sic); inimigos evadiram-se, ficando no campo 200 mortos, 500 feridos, 300 prisioneiros, 12 peças, 34 carretas e 3 bandeiras. Houve 18 mortos e 81 feridos entre os brasileiros. Em outro combate, foi destruída a fundição de López (Ibicuí, instalada desde 1850) e apreendidas as munições, havendo 200 mortos e sendo tomados 2 estandartes".*

*"General Osório regressou ao acampamento, sendo muito lisonjeiramente acolhido pelo Conde d'Eu."*

**Edição n ° 174, XVI Ano, de 30 de julho de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 8 de julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"No dia 30 de maio, brigadeiro José Antonio Correia da Câmara derrota força inimiga de 1.200 homens das três armas perseguida durante três dias entre as margens do rio Jejuy e seu afluente Araguay. Inimigo deixou 500 cadáveres no campo. Tomaram-se 12 bocas de fogo, 3 estandartes, 300 prisioneiros e 34 carretas, mas cerca de 200 homens conseguiram escapar. Brigadeiro João Manoel Menna Barreto derrota paraguaios dia 1° de junho no desfiladeiro de Sapucaí, fazendo 28 prisioneiros, e dias depois recolheu uma "população de mulheres, crianças e velhos pouco inferiores a 4.000 almas, que, sujeitando-se às maiores fadigas, acompanharam a coluna que os para libertar da miséria e da nudez."*

**Edição n ° 186, XVI Ano, de 13 de agosto de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Espera-se brevemente um ataque geral às linhas paraguaias. "Célebre" ministro norte-americano Mac-Mahon, exonerado da missão no*

*Paraguai pelo seu governo, apresentou-se nas forças aliadas. Conde d'Eu enfrenta problemas com fornecedores, principalmente os de forragens."*

**Edição n° 197, XVI Ano, de 26 de agosto de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de agosto (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Governo civil teria sido inviabilizado no Paraguai (...) pretensões dos paraguaios justificariam um governo militar. Canhoneira francesa Decidée saiu de Assunção, levando todos os cônsules estrangeiros que, ao que parece, recusam reconhecer o governo que se vai fundar."*

**Edição n° 213, XVI Ano, de 14 de setembro de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL" destaca informações publicadas pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro:, onde lê-se: *"No dia 5 de agosto, Conde d'Eu atacou o passo fortificado de Sapucaí. Exército pode considerar-se à retaguarda da posição de Acurra; permitindo que em breve ocupe Peribebuy (terceira capital paraguaia na guerra), atual sede do governo de López, e Caacupé, cortando então inteiramente a retirada de quaisquer forças."*

Na mesma página, na seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", lê-se: *"Exército prepara-se para atacar todas as posições do inimigo. Conde d'Eu toma Vervella(sic), onde encontrou muitos prisioneiros feitos na expedição paraguaia do Mato Grosso. Generais Mitre e Avo devem seguir para "coadjuvar" o Conde d'Eu. Em Assunção, "grandes festejos" por ocasião da formação do governo provisório. Pronunciaram-se discursos entusiásticos e laudatórios a Paranhos e ao Brasil."*

**Edição n° 214, XVI Ano, de 15 de setembro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", transcreve, do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, extenso material do correspondente em Assunção, Paraguai, sobre a formação do governo provisório e as últimas operações militares, detalhando as informações publicadas no dia anterior.

**Edição n° 221, XVI Ano, de 23 de setembro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Heranças dos portugueses no Brasil" transcreve do jornal Diario do Governo o decreto assinado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, José da Silva Mendes Leal, em 9 de setembro de 1869, criando junto dos consulados do Brasil comissões consultivas para auxiliarem os cônsules na arrecadação, administração e liquidação das heranças; e uma circular fixando as regras a serem respeitadas pelos representantes diplomáticos portugueses nesses serviços.

- Texto da página 2, na Seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada "Termo da guerra do Paraguai", onde lê-se: *"Ontem à noite e esta manhã fizemos distribuir aos srs. assinantes da cidade um suplemento contendo a satisfatória notícia de ter acabado a guerra do Paraguai., em virtude de S. A, o Conde d'Eu, ter atacado e derrotado López nos seus últimos redutos. Esta notícia fora comunicada pelo ministro do Brasil em Londres à legação brasileira em Lisboa, de onde o nosso solícito correspondente no-la participou"*

*em telegrama que recebemos ontem ao fim da tarde. Congratulamo-nos por tão próspera nova e folgaremos que as notícias que o próximo paquete trazer sejam a completa confirmação do feliz anúncio que foi transmitido à legação brasileira em Lisboa.*" Esse texto foi publicado no jornal O Campeão das Províncias, em 25 de setembro de 1869.

Outra nota, na mesma página, intitulada "O Paraguai", menciona a passagem das missões jesuítas no país, onde lê-se: "Os primeiros conquistadores que entraram no terreno, onde hoje se dá grande luta entre López e o Brasil, trajavam uma túnica, não se cobriam com barretina de soldados, e levavam por armas um crucifixo e um breviário. Eram os jesuítas, que tentavam como afoitos missionários o caminho do deserto. O Paraguai, na falda das Cordilheiras entre o Orenoque e o Rio da Prata, era país de selvagens, que escapara ainda às devastações, de que os **espanhóis encheram a América**". (grifo nosso)

**Edição n° 223, XVI Ano, de 25 de setembro de 1869.**

- Texto da página 2, Seção "NOTICIÁRIO", nota intitulada "Guerra do Paraguai", citando a agência Havas que confirma: "*guerra está terminada*".

**Edição n° 224, XVI Ano, de 26 de setembro de 1869.**

- Texto da capa, editorial intitulado "A última vitória das armas brasileiras" comemora o anúncio do fim da guerra, lê-se: "*As armas brasileiras, dirigidas por um príncipe guerreiro e dedicado à glória do seu país adotivo, parece que conseguiram dar o derradeiro golpe nos restos dispersos e fugitivos do obcecado tirano que tem feito a ruína da nação que se lhe entregara nas mãos. O Brasil acaba assim a sua bela obra de iniciação do Paraguai na comunhão dos princípios da civilização moderna. [...] Portugal que, desde os confins do mundo velho, via e acompanhava com dolorosa ansiedade as peripécias dessa luta importantíssima pelos seus resultados, estremece de espontânea alegria ao som festivo da última vitória do povo que é seu irmão pelas tradições da história, pela identidade da origem e pela união e confraternidade dos interesses e das relações econômicas e sociais*". (grifo nosso)

Ainda na capa, texto da Seção "NOTICIÁRIO" intitulado "Guerra do Paraguai" destaca-se: "*Grande vitória das armas brasileiras derrota completamente o exército de López. Conde d'Eu atacou e tomou, no dia 12 de agosto, a forte posição ocupada por López em Pirebebuy, terceira capital do Paraguai. Tropas brasileiras perseguem o "ditador", que fugiu em direção a Caraguatay e pode ser alcançado a qualquer momento. (...)A todo o momento se espera receber a notificação do fim da guerra.*"

*"Dois decretos, expedidos pelo governo provisório de Assunção, declaram López fora da lei e traidor aquele que o acompanhasse.*

*"A guerra considera-se terminada. Em Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro, há grande regozijo."*

**Edição n° 226, XVI Ano, de 29 de setembro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: "*López foge "a unhas de cavalo". Agora sim. A*

*guerra entrou em via de atividade, e posto que seja arriscado afirmar nada, depois de tantos malogros, creio que há esperança de terminar este já prolongado conflito."*

**Edição n° 227, XVI Ano, de 30 de setembro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Guerra do Paraguai", transcreve do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, relatos pormenorizados do combate travado em 16 de agosto, em Campo Grande, no Paraguai.

- Texto da página 2, na seção "NOTICIARIO", nota intitulada "Regozijo" registra que a Associação Comercial do Porto, *"intérprete dos sentimentos da classe que representa, mandou ontem conservar içadas no seu edifício as bandeiras portuguesa e brasileira, em sinal de regozijo pelas agradáveis notícias que se receberam"*.

**Edição n° 241, XVI Ano, de 16 de outubro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL" material transcreve material produzido pelo correspondente em Assunção do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1869, destaca-se: *"Nova derrota dos paraguaios, depois das "brilhantes vitórias" dos aliados em 12, 16 e 18 de agosto. Forças brasileiras do general Auto e argentinas do general Mitre (Emilio) vencem o combate em Ignacio-Cué, a três léguas de Caraguatay; inimigo "deixou na estrada" 300 mortos, três peças de artilharia e grande número de carretas com munições de guerra. "Dizem" que López está fugindo para a Bolívia, com 2.000 homens. Conde d'Eu organizou seu quartel-general em Caraguatay e planeja a perseguição do inimigo."*

- Texto da página 3, na seção "TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO", além da confirmação das principais notícias do texto "BRASIL", da página 2, mais informações, onde lê-se: *"López está em San Estanislao (quinta capital paraguaia na guerra). Perdas paraguaias nos últimos combates "excedem a 8.000 homens."*

**Edição n° 242, XVI Ano, de 17 de outubro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" transcreve do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, ofícios do general Emilio Mitre e do coronel Carlos de Oliveira Nery, relatando os pormenores dos encontros das forças aliadas com as de López nos dias 20 e 21 de agosto, onde lê-se: *"Grande era a quantidade de velhos, mulheres e meninos, sem forças, já pela fome e pelo cansaço e em nudez completa nudez, abandonados no caminho por onde foi fugindo o tirano López; isto atesta mais uma vez a inumanidade desse monstro para com seus compatriotas"*, escreve o coronel Nery.

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de setembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"López em San Estanislao com 2.000 homens e 20 peças de artilharia; (...) exército aliado, descansando um pouco após a longa corrida que levava, prepara-se para aniquilar o déspota de uma vez"*.

*"Autoridades de Villa Rica e S. José dos Arroyos reconheceram o governo provisório do Paraguai."*

**Edição n° 246, XVI Ano, de 22 de Outubro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" apresenta uma resenha sobre o país e a guerra, baseada principalmente no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, onde lê-se: *"López fugiu de Ascurra com o "resto" do seu exército - 3.000 homens – e chegou, "sem alento", a San Estanislao. Depois, foi para Ehu, onde dizem que trata de atravessar a grande mata de Igatemi para alcançar as serras de Caaguazú."*

**Edição n° 253, XVI Ano, de 30 de outubro de 1869.**

- Texto da páginas 2, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"Conde d'Eu à frente da coluna que seguiria para Rosário, em direção a San Estanislao, "onde se acha López". Desmoralização do inimigo é grande, ofícios de López aos chefes da Villa Rica e outros pontos do sul do Paraguai são entregues aos comandantes aliados. Desertou das fileiras paraguaias um certo coronel Hermosa, homem muito do peito dele (López) e assaz bravo."*

**Edição n° 265, XVI Ano, de 14 de novembro de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de outubro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)", destaca-se: *"López comandou o assassinato de 1.000 sublevados e fugiu com o generais Caballero e Resquín, alguns outros oficiais e 200 soldados, para a Bolívia."* O mesmo texto foi republicado pelo jornal Bracarense, em 16 de novembro de 1869.

**Edição n° 268, XVI Ano, de 18 de novembro de 1869.**

- Texto da página 3, nota intitulada "A ÚLTIMA HORA - BRASIL" informa que *"as forças aliadas estão ativamente empenhadas na perseguição de López"*.

**Edição n° 269, XVI Ano, de 19 de novembro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL" transcreve notícias publicadas pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, destaca-se: *"López abandonou San Estanislao e internou-se numa povoaçãozinha 50 léguas além das serras, levando todas as famílias que tinha consigo. Até o final do mês estarão concluídas as operações da nova campanha. (...) Se agarrarmos López, teremos conseguido plenamente nosso fim, e se ele refugiar-se, o que não me parece crível, nos inóspitos ervaes do Paraguai, não restará mais que o trabalho de prendê-lo nessas matas e hostilizá-lo por pequenas partidas". Mais provável é que ele fuja, (...) O que parece quase certo, na opinião de pessoas competentes, é que López fuja. Todos os passados são acordes em dizer que ele prepara sua fuga pela Bolívia. [...] - Entretanto, continuo a crer que López tentará fugir, não para a Bolívia, mas buscando o Alto-Paraná, com direção a Corrientes e Entre-Rios."*

**Edição n° 278, XVI Ano, de 30 de novembro de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL", com base no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, apresenta mais uma resenha noticiosa sobre o Império e a região Platina. Destaca-se: *"Conde d'Eu ocupou San Estanislao: A agitação política toma conta de Montevideú."*



general Câmara, com uma forte coluna das três armas, desembarcou em Concepción "Confirma-se a notícia da conspiração tramada pela escolta de López, (...) ele fuzilou mais 250 em mato fechado próximo a San Estanislao." Esse texto foi reproduzido pelo *Jornal Bracarense*, em 2 de dezembro de 1869."

**Edição nº 284, XVI Ano, de 7 de dezembro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL- Rio de Janeiro, 5 de novembro (Corresp. Part. Do Commercio do Porto)", destaca-se "*O Príncipe (conde D'Eu) achou em Santo Estanislau alguns cadáveres de soldados paraguaios e, segundo a narração de pouca gente que ali estava, eram eles as últimas vítimas do furor de Lopez. Mesmas pessoas informaram que López seguira adiante com 3 mil homens apenas, restos do pujante exército com que encetou esta campanha*".

*"Assunção já é outra cidade. Quem o acreditará? A cidade de Assunção, que era até antes da guerra uma espécie de necrópole, está hoje uma cidade animada, meia americana, meia europeia, apresentando já em ponto pequeno os benefícios e os vícios da civilização, que ambas as coisas andam emparelhadas em todas as sociedades polidas. Inaugurados, em Assunção, uma sociedade e um hospital portugueses. Também os portugueses lá tiveram a sua festa. [...] A sociedade denomina-se Beneficência Portuguesa D. Fernando. [...] A ideia desta sociedade foi apresentada e executada pelo encarregado do consulado de Portugal, sr. Maurício Gonzaga da Costa. Concorreram à inauguração da sociedade sessenta e tantos portugueses e brasileiros, graciosamente convidados pelo cônsul. A sociedade conta 140 sócios fundadores e 20 honorários, havendo entre estes, médicos, sacerdotes, e algumas senhoras, da nacionalidade brasileira. É sócio honorário da sociedade o general Osório. Foi uma excelente festa. Compreende-se bem que estando longe dos seus respectivos países, deva crescer ainda mais a simpatia entre portugueses e brasileiros. De parte a parte houve a mais sincera expressão de sentimentos. O hospital, apenas em começo, já conta grande número de leitos e está apercebido de todo o necessário."* (grifo nosso)

**Edição nº 288, XVI Ano, de 11 de dezembro de 1869.**

- Texto da capa, sem título e sem autoria, transcrito do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, apresenta um quadro da cidade de Assunção, depois da instalação do governo provisório, onde lê-se: "*A primeira impressão que sentiríamos ao chegar à capital do Paraguai já se acha dissipada. Quando em abril deste ano aportamos a ela, procurando o exército, recebêramos um choque desagradável; tudo nos parecera, e com razão, sombrio: as casas baixas, os palacetes enegrecidos pelas chuvas e pelas recordações, as ruas sujas, sem movimento, o ar mefítico, o silêncio, a monotonia, os sítios lúgubres, mais aumentavam aquela tristeza inerente ao espírito de quem entrava como elemento na solução de um intrincado problema – a campanha das Cordilheiras. [...] Em Assunção há hoje de tudo quanto se necessita para a vida do confort geral; por todos os lados vêem-se casas fortes de comércio, os gêneros de toda a espécie, os objetos de luxo, as ninharias (francesas) apresentavam-se à venda, afluindo os barcos carregados para um porto, onde ainda não se pagam impostos de importação, e que vive só de importação.*

*Nas praças e ruas, o chapéu alto cruza-se com o sombrero e o gorro, os coques encontram-se com as mantilhas das damas paraguaias. De vez em quando desliza-se com donaire, chamando as vistas, causando sensação, uma rapariga de novo tom, com seu vestido curto à Benoiton, suas botinas de seda franjada de ouro e tacão alto, seus taços (sic) imensos, chapéuzinho microscópico, penteado indescritível, representando mais uma conquista de Paris no seio do Paraguai. A curiosidade com que para ela olham a paraguaias é o seu triunfo; nesse olhar há o espanto, a admiração sincera, a inveja; a homenagem enfim mais completa que uma mulher pode render aos esplendores da moda. [...] As classes se confundem e a liberdade por fim já é conhecida de todos em Assunção. [...] A sociedade paraguaia na sua mais fina expressão também já pode formar vistoso salão nesta capital. No dia 16 de setembro distribuíram-se cartões que convidavam para um baile dado por alguns oficiais brasileiros e cidadãos paraguaios às famílias mais distintas. Havia escolha nos convites e muita procura. O salão, na casa do falecido cônsul Barbosa, rua da Igualdade, estava brilhantemente preparado: arandelas de entre vasos de flores o iluminavam profusamente, bonito tapete cobria o chão, as bandeiras brasileira e paraguaia se entrelaçavam no fundo, e retratos de nossos estadistas ornavam as paredes. [...] A bandeira paraguaia tremula nos edifícios públicos e nos mastros de alguns barcos mercantes; mas conforme com as circunstâncias pede paz para pensar as feridas da pátria e justiça para não desrespeitar-se a sua vida social. O Brasil quer-lhe dar paz e paz notável: o Brasil nunca lhe negará justiça.”* O mesmo texto foi reproduzido pelo jornal O Campeão das Províncias, em 18 de dezembro de 1869.

**Edição nº 289, XVI Ano, de 12 de dezembro de 1869.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 22 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: “*Brasileiros ocupam Caraguay (A “quarta capital” de López) em 28 de Outubro. López em Iguatemy, sua “quinta capital” (seria em San Estanislao, segundo ALCALÁ, Guido Rodríguez, em Caballero Rey, página 20). general Câmara ruma pra lá.*”

**Edição nº 290, XVI Ano, de 14 de dezembro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 22 de novembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, transcreve uma carta do “bravo capitão” Arthur Silveira da Motta, em resposta à outra carta do general Bartolomeu Mitre, em La Nación Argentina, sobre a passagem de Curupaity e Humaitá. O militar brasileiro reafirma que o almirante Tamandaré protestara contra a intervenção do presidente argentino nas ações da esquadra imperial em Curupaity e contesta sua afirmação de que os oficiais da armada brasileira não julgavam possível a passagem de Humaitá, dizendo que ele “não foi o único” a pensar que a fortaleza poderia ser ultrapassada.

**Edição nº 297, XVI Ano, de 22 de dezembro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL” destaca, baseado em “jornais do Rio de Janeiro”, onde lê-se: “*Ninguém sabe onde está López; desertores paraguaios acreditam*

*que ele fugiu. Três semanas sem notícias dele; uns dizem que pode ter morrido, outros que está refugiado em Salto del Guairá.*”

#### **Edição nº 2, XVII Ano, de 3 de janeiro de 1870.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto), destacam-se em mais uma edição “extraordinária” dedicada ao Brasil. As informações mais importantes, onde lê-se: *“O orgulhoso ditador hoje em dia não exerce mais influência sobre um palmo de todo esse território”, relata o Conde d’Eu.*”

*“Forças do general Câmara obtêm quatro triunfos nos últimos dias.”*

*“Ministro dos Estrangeiros da Confederação Argentina celebrou com o brasileiro Paranhos acordo para a redução do efetivo do exército.”* O protocolo é publicado na íntegra, juntamente com outras partes oficiais da guerra, a maioria do Conde d’Eu.

- Texto da página 3, na seção “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO”, onde lê-se: *“Houve muitos combates com derrota para os paraguaios. Lopez já não ocupa o território paraguaio. Supõe-se ter passado os campos da Vacaria, além da serra de Maracajú.”* Esse texto foi reproduzido pelo jornal Bracarense, em 5 de janeiro de 1870.

#### **Edição nº13, XVII Ano, de 16 de janeiro de 1870.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 23 de dezembro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“Preparativos em Buenos Aires para receber as tropas que regressam do Paraguai. O ex-presidente Bartolomeu Mitre agradeceu os elogios às forças argentinas, mas reagiu às críticas de Gomez ao Império. (...) Se há glória em combater a tirania, dessa glória participam os aliados, escreveu Mitre.”*

#### **Edição nº 16, XVII Ano, de 20 de janeiro de 1870.**

- Texto da página 3, Seção “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO”, intitulada “Um telegrama procedente de Inglaterra”, onde lê-se que *“(...) López reuniu 5.000 homens e mais 15.000 índios, achando-se entrincheirado em um ponto inacessível”*. Esse texto foi reproduzido pelo jornal Bracarense, em 22 de janeiro de 1870.

#### **Edição nº17, XVII Ano, de 21 de janeiro de 1870.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL” transcreve notícias publicadas pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Destaca-se: *“A guerra está definitivamente acabada. López não pode resistir “no deserto em que se meteu”. Oficiais vindos do Igatemy (sic) consideraram a guerra terminada. No dia 1º de dezembro, o general Osório (Visconde do Herval) partiu para o Rio Grande do Sul para tratar da saúde. General Câmara marcharia em 24 de dezembro no encalço de López.”*

- Texto da página 2, na seção “NOTICIÁRIO”, lê-se: *“Pelo que se vê do telegrama de procedência inglesa a que ontem se referiu o nosso correspondente de Lisboa, as notícias da guerra não são ainda completamente lisonjeiras, porque dão López entrincheirado com 20.000 homens em um ponto inacessível, o que equivale a dizer-se que o termo da luta ainda não está próximo.”*

**Edição nº 25, XVII Ano, de 30 de janeiro de 1870.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL” transcreve notícias do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, onde lê-se: “*Telégrafo Marítimo, de Montevideú, informa que o Conde d’Eu e o general Câmara já tem conhecimento da nova posição do inimigo e, por isso, preparam o ataque final a López. Notícia da Inglaterra sobre reforço de índios nas tropas paraguaias é “balela”. Guarda Nacional e Voluntários estão retornando ao Brasil; preparativos para festejos no Rio de Janeiro.*”

**Edição nº 36, XVII Ano, de 13 de fevereiro de 1870.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL - de Janeiro, 22 de janeiro (Corresp. Part. Do *Commercio do Porto*)”, destaca que o general Câmara e o Conde D’eu iriam se reunir em Panadero para atacarem os restos das forças de López.

A mais importante notícia, atribuída ao correspondente do *Jornal do commercio*, do Rio de Janeiro, revela que o depoimento de um informante, de nome Abraão Sertório (fugitivo da cidade de Panadero) indica o exato lugar do paradeiro de López: Cerro Corá, de onde não poderá fugir. A matéria informa que o general Câmara rumou para Panadero e reconhece que a notícia anteriormente divulgada da fuga de López para a Bolívia era “inexata”. Essa notícia foi reproduzida pelo *Bracarense*, em 17 de fevereiro.

**Edição nº 42, XVII Ano, de 20 de fevereiro de 1870.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL”, destaca-se: “*Forças do general Câmara derrotam 600 paraguaios e aprisionam o coronel Gomez (...) Temos de registrar mais um brilhante triunfo obtido pelo infatigável general Câmara, que vem acossando a fera em todos os seus refúgios do lado do rio Paraguai. Coronel Moura chegou ao passo de Espadín e encontrou mais de mil pessoas em horrível estado de miséria, mas só conseguiu recolher cerca de 400, pois as demais já não tinham condições de acompanhar a nossa gente. Entre as pessoas libertadas pelas nossas forças, contam-se a viúva de Leite Pereira, filha do sr. Cônsul português Madruga que, em seu nome, anda apresentando exageradíssimas reclamações ao governo imperial, como o valor dos auxílios prestados por seu genro aos nossos infelizes compatriotas de Mato Grosso, a mãe do bispo Palácios, e uma neta de sr. Barão de Melgaço.*” (grifo nosso)

**Edição nº 46, XVII Ano, de 25 de fevereiro de 1870.**

- Texto da página 2, Seção “NOTICIÁRIO”, intitulado “Paquete do Brasil” destaca que o Conde d’Eu ficou no Rosário, deixando guarnecidos Caraguaty e Iguatemy. O plano é atacar pela retaguarda de López, através do Rio Apa. Há mais uma referência à viúva do cônsul português Leite Pereira, onde lê-se: “*Entre as mulheres que se achavam sob o poder de López foi encontrada a viúva do infeliz cônsul português no Paraguai, covardemente assassinado; a viúva conta os horrores que sofreu.*” (grifo nosso)

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 5 de fevereiro (Corresp. Part. do *Commercio do Porto*)” volta a mencionar a viúva do cônsul Leite Pereira, onde lê-se: “*Não mencionarei aqui os depoimentos das mulheres recolhidas no interior do país porque seria repetir uma enfadonha ladainha das atrocidades de López. Entre as senhoras ultimamente libertadas das garras do déspota figura a jovem esposa do Sr. Leite Teixeira (sic), vice cônsul de Portugal, morto, como se sabe, pelo feroz ditador. A jovem senhora fez um longo depoimento dos seus padecimentos e de seu marido. A*

*miséria dessas pobres chegou ao ponto de comerem sapos, e algumas com o fim de por termo à vida, chegaram a comer cobras venenosas”.*

**Edição nº 61, XVII Ano, de 15 de março de 1870.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 23 de fevereiro (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“Rio de Janeiro prepara para a festa da entrada dos Voluntários da Pátria. López perseguido pelo general Câmara. Prolongamento de guerra deve-se muito à Madame Lynch (...) Mrs. Lynch é uma ambiciosa e odienta mulher, que leva o ditador pelo nariz.”* A base das fontes é o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

**Edição nº 67, XVII Ano, de 22 de março de 1870.**

- Texto da página 3, intitulado “BRASIL”, destaca-se: *“López, seguido de alguns generais e soldados, que se supunha passarem de 800, teria entrado no território de Mato Grosso, procurando por ali caminho para Bolívia. General Câmara, com 1.500 homens, saiu em seu encalço, esperando alcançá-lo antes que atravessasse o Rio Paraguai.”*

**Edição nº 68, XVII Ano, de 23 de março de 1870.**

- Texto da capa, intitulado “BRASIL” transcreve notícias publicadas pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, onde lê-se: *“Bárbaro ex-ditador, depois que seus exércitos foram destruídos em dezembro de 1868 e agosto de 1869, foge do teatro da guerra (...) A fera guarani foge apressadamente, acompanhada de sua amásia, seus filhos, os generais Resquín, Caballero e Roa, alguns oficiais e cerca de 800 soldados em direção à Bolívia. Conde d’Eu permanece em Rosário, que é o centro de onde partem todas as providências.”*

**Edição nº 72, XVII Ano, de 28 de março de 1870.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de março (Corresp. Part. do Commercio do Porto)”, destaca-se: *“Acossado pelos brasileiros, López, Mrs. Lynch, filhos, Generais Requín, Caballero e Roa, alguns oficiais e cerca de 800 soldados, fogem em direção à Bolívia. General Câmara, com 1.500 homens, persegue os paraguaios, Conde d’Eu tem feito casar os soldados brasileiros com as mulheres paraguaias que os querem acompanhar para o Brasil”.*

*“Brilhantíssima” a recepção dos valentes soldados brasileiros no Rio de Janeiro. Imperador recebeu os voluntários no arsenal da Marinha.”* Esse texto foi reproduzido pelo O Campeão das Províncias, em 30 de março de 1870 e pelo Bracarense, em 31 de março de 1870.

**Edição nº 87, XVII Ano, de 14 de abril de 1870.**

- Texto da página 2, Seção “CORREIO DE HOJE (Lisboa, 13 de abril – Corresp. Part. do Commercio do Porto), assinada pela inicial M., onde lê-se: *“Causou aqui satisfação geral, como havia de ter produzido aí, a boa notícia de ter acabado a guerra entre o Brasil e o Paraguai. Diz ter o telegrama que veio de Londres que López fora assassinado pelos seus, e que esse acontecimento pusera ponto à luta que há tantos anos dura entre brasileiros e paraguaios.”* (grifo nosso)

- Texto da página 3, na seção “TELEGRAFIA AO COMMERCIO DO PORTO”, a confirmação da notícia: *“O ministro brasileiro nesta Corte recebeu um telegrama de Londres, confirmando a notícia da morte de López e dando como terminada a guerra do Paraguai.”* (grifo nosso)

**Edição nº 88, XVII Ano, de 16 de abril de 1870.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL – Rio de Janeiro, 25 de março (Corresp. Part. Do Commercio do Porto)” anuncia o fim da guerra, incluindo as partes oficiais do general Câmara, que comandou a operação em Cerro Corá, onde lê-se: *“Enfim! A guerra está verdadeiramente e literalmente acabada. [...] foi o general Câmara quem deu o derradeiro combate ao inimigo, à margem esquerda do Aquidaban, no dia 1º de março. Não de lembrar-se que o general Câmara, a 28 de fevereiro, do lugar em que López se acampara junto ao rio Aquidaban. Imediatamente forçou a marcha, e chegou à noite em frente das forças inimigas, que não chegavam a 1.000 homens. [...] Se as notícias telegráficas e das gazetas ainda desta vez não mentem, acabou a guerra do Brasil no Paraguai, e acabou do único modo seguro por que poderia acabar. O ditador López, tirado pertinaz, mas soldado valente, seria capaz de entreter a guerra depois de todas as derrotas e contra-tempos, se sobrevivesse a eles. Mas parece que a sua última hora chegara no último encontro com as tropas brasileiras. Ele e um filho foram mortos, e a família e o resto de suas tropas prisioneiras.”*

- Texto da página 3, sem título, indica que a Associação Comercial do Porto recebeu do seu correspondente em Lisboa um telegrama, onde lê-se: *“Confirma-se a notícia recebida de Liverpool de ter terminado a guerra. [...] Grande regozijo no Rio. [...] O coronel López, filho de López, foi morto quando fugia do acompanhando o carro em que ia Madame Lynch. Estão prisioneiros muitos chefes, entre eles os generais Resquín, e Delgado, vários oficiais superiores e quatro padres, entre eles o célere Maiz. (...) López foi morto porque, apesar de não querer entregar-se, procurava fugir, acompanhado pelo ministro Caminos e o vice-presidente Sanchez. (...) López foi morto à vista do general Câmara, que debalde o intimou para render-se; o ex-ditador obstinou-se em animar a resistência, procurando, entretanto, fugir; sucumbiu na ponta da lança de um dos nossos soldados. (...) Preparam-se festas para receber o Conde d’Eu.”* Nessa edição foi publicado um Suplemento Especial sobre a guerra que foi reproduzido na íntegra pelo jornal Bracarense, em suas edições de 19, 21 e 23 de abril de 1870.

## 2) COMMERCIO LISBOA

(Período das transcrições: do nº 475, II Ano, de 3 de novembro de 1864, ao nº 701, de 12 de agosto de 1865, última edição, alega-se "*graves dificuldades financeiras*").

- Possui 4 páginas. Diário (menos às segundas-feiras). Responsável e Redator Principal: M. J. Cabral.

- Impressão: Typographia Universal (Rua dos Calafates, 110 LISBOA).

- Assinatura anual: 4\$800 Réis. Semestral: 2\$600 Réis. Trimestral: 1\$400 Réis. Número avulso: 40 Réis.

- Seções:

1) FOLHETIM (Crônicas da cidade de Lisboa);

2) ANGOLA (Notícias da colônia angolana);

3) COMÉRCIO (Cotações gerais de vários países, com destaque para as praças brasileiras do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia);

4) ATOS OFICIAIS (Portarias e decretos publicados no Diário de Lisboa);

5) PARTE MARÍTIMA;

6) VIAGEM PELOS JORNAIS (Transcrição dos jornais portugueses, principalmente o jornal Commercio do Porto, que tem textos publicados em quase todas as edições)

7) POLÍTICA ESTRANGEIRA (Destaque para França e Itália);

8) INTERIOR (Noticiário de Lisboa e da família real, de Moçambique, de Cabo Verde, de Macau e do Brasil e temas religiosos, necrológicos, econômicos, culturais, policiais, entre outros).

### Edição nº 475, II Ano, de 3 de novembro de 1864.

- Texto da capa, intitulado "Brasil", datado do "Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1864", destaca-se: "*Suspensão de pagamentos da Casa Souto provocou violento choque no comércio. O que causa admiração geral é ver como, comparando os respectivos balanços das casas falidas, a Casa Souto, que demonstra um lisonjeiro estado de solvabilidade, foi a primeira vítima, quando se reconhece que o estado de algumas outras há muito tempo se achava comprometido.*"

### Edição nº 507, II Ano, de 11 de dezembro de 1864.

- Texto da capa, Seção "BOLETIM DE POLÍTICA ESTRANGEIRA", destaca-se: "*Montevideú, 31 de Outubro. Uma série de revezes sucessivos obrigou Flores a afastar-se de Montevideú. Os ministros estrangeiros ali residentes declararam que consideravam o assalto que intentavam dar os brasileiros, como uma violação do direito das gentes, pelo que determinaram aos chefes das respectivas estações navais que impedissem o ataque. O almirante da esquadra brasileira (Tamandaré) avisou os ministros estrangeiros do propósito em que estava de exercer o direito de visita nos navios das diversas nações para apreender o contrabando de guerra. Os ministros estrangeiros protestaram contra semelhante pretensão. Uma divisão brasileira entrou no território da Confederação Argentina.*"

### Edição nº 521, II Ano, de 28 de dezembro de 1864.

- Texto da capa, "Seção "BOLETIM DE POLÍTICA ESTRANGEIRA", onde lê-se: "*Montevideú, 14. Flores, abandonado pela maior parte das forças do seu comando, marcha em retirada para Cerro Largo, a fim de reunir-se com os brasileiros, que ainda*

*não entraram no território do Uruguai. Os brasileiros deviam chegar no dia sete a Paissandu e a Salto.”*

**Edição nº 524, II Ano, de 31 de dezembro de 1864.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil – Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1864 (Correspondência Particular)", destaca-se: *“Paquete brasileiro Marquês de Olinda retido no Rio Paraguai; ação vista como consequência da realização das ameaças de López de intervir na questão que sustentamos contra o governo de Montevideu por honra e dignidade do Império. Seja como for, o país deve estar tranqüilo de que o governo imperial cumprirá o seu dever, salvando a honra e dignidade nacional, por maiores que sejam os sacrifícios que tenha de fazer. Se para isto não houver outro remédio, ele fará mesmo a guerra com toda a energia, contando com a dedicação do brioso povo brasileiro, que prontamente acudirá ao reclamo da pátria.”*

Também na capa, texto intitulado "Divisão Naval" anuncia a saída, no dia 10 de janeiro, para o Brasil e o Rio da Prata das corvetas Bartolomeu Dias, Estefânia e D. João, onde lê-se: *“O comando da divisão foi confiado a um dos mais bravos e inteligentes dos nossos homens do mar; o sr. Conselheiro Antonio Sergio de Souza, ajudante de campo de el-Rei, o senhor D. Luiz I”.*

**Edição nº 525, III Ano, de 1º de janeiro de 1865.**

- Texto da capa, Seção "POLÍTICA ESTRANGEIRA", destaca-se: *“As notícias da América Meridional dizem que a questão entre o governo brasileiro e o de Montevideu continua no mesmo estado. O gabinete do Rio de Janeiro declarou que não tem vistas algumas de engrandecimento territorial, e que só procura satisfação das ofensas recebidas”.*

**Edição nº 526, III Ano, de 3 de janeiro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "DISCURSO DA COROA" reproduz o pronunciamento do rei D. Luiz I na abertura da nova legislatura, destaca-se: *“Tendo-se, no ano de 1863, suscitado entre o Brasil e a Grã-Bretanha dissentimentos de que resultou o rompimento das relações políticas dos dois estados, animado do vivo desejo de ver satisfatoriamente terminado este conflito entre duas nações com quem nos achamos tão intimamente ligados, ofereci a minha mediação, que foi aceita por ambas as cortes, e havendo encarregado desta negociação o meu ministro em Londres, não tem este afrouxado no seu zelo para conseguir um resultado propício, sem quebra na mútua dignidade das duas potências divergentes.”*

**Edição nº 527, III Ano, de 4 de janeiro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "A Crise do Rio de Janeiro", transcrito do Commercio do Porto, onde lê-se: *“O Brasil debate-se ainda contra o desastre financeiro que o acometeu na própria capital, e antes mesmo de ter tempo de o conhecer a fundo e menos ainda de lhe apreciar as consequências inevitáveis, faz já maiores preparativos para a guerra que está sustentando na banda oriental, e que parece ter de estender-se a todo o Rio da Prata, declarando-se a República Argentina pelo Brasil e o Paraguai por Montevideu”.*

**Edição nº 536, III Ano, de 15 de janeiro de 1865.**

- Texto da capa, Seção "POLÍTICA ESTRANGEIRA", destaca-se: *“Nova Iorque, 27. Publicou-se a resposta do ministro Seward (norte-americano) às reclamações do Brasil. O capitão Collins foi suspenso das suas funções, o cônsul dos Estados Unidos na Bahia*



*foi demitido. A bandeira brasileira será saudada, e a tripulação do Florida posta em liberdade. Seward desaprova o fato do reconhecimento pelo Brasil dos estados do sul como beligerantes; mas acrescenta que aos indivíduos não toca a vingança de uma ofensa feita à nação".*

**Edição n° 538, III Ano, de 18 de janeiro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil – Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1864" apresenta a perspectiva brasileira sobre a eclosão do conflito na bacia do Prata, divulgando também os ofícios trocados entre o ministro do Brasil em Assunção, Cesar Sauvan Vianna de Lima, e o ministro de Relações Exteriores do Paraguai, José Berges. Destaca-se: *"Paraguai ofende a dignidade e os brios da nação brasileira e provoca a necessidade de outra guerra (além da ação contra Montevideú) da parte do Império contra aquele país clássico de barbarismo. Protesto do governo paraguaio ao ultimato do Brasil ao Uruguai recebeu a resposta que merecia, o mais solene desprezo. López reagiu, violando tratados solenes, e apoderou-se do vapor Marquês de Olinda, que levava o presidente nomeado para a província de Mato Grosso, coronel Frederico Carneiro de Campos. Ministro brasileiro residente em Assunção, Vianna de Lima, pediu seus passaportes ao déspota paraguaio. Passageiros do Marquês de Olinda retidos como prisioneiros de guerra e sujeitos ao mais bárbaro tratamento. Ação do governo paraguaio é um atentado (Ele - o atentado – por si só revela o estado de atraso e barbarismo em que neste século esplêndido de luz e civilização se acha ainda sumido o infeliz povo paraguaio, vítima da caprichosa vontade de um déspota estúpido e feroz). Governo imperial vai reagir (A honra do Brasil não permitirá que fique impune o agravo que lhe acaba de irrogar o caricato Napoleão do Paraguai)."*

*"Brasileiros, os heróis em Paissandu. Mas Leandro Gómez ainda resiste (Jura que ficará enterrado nas ruínas da praça antes de entregá-la)."*

**Edição n° 539, III Ano, de 19 de janeiro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil - Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1864" conclui a resenha iniciada na edição anterior, transcrevendo informações publicadas pelo jornal do Rio de Janeiro, Correio Mercantil, de 23 de dezembro, e pelo Diário Oficial do Império. Destaca-se: *"Boato (publicado no Correio Paulistano, de 17 de dezembro) da invasão do território do Mato Grosso pelos paraguaios. Capital da província mobilizada para impedir ação das tropas de López."*

Também são reproduzidos longos trechos do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, conclamando, a partir da manchete "À GUERRA! À GUERRA", a população brasileira, onde lê-se: *"Brasileiros! Eis chegado o momento de empunhades as armas e voardes ao Rio do Prata, onde vos chama ansiosa a causa da pátria e da civilização! [...] Brasileiros! Hoje não há partidos, nem desuniões políticas, somos todos brasileiros, somos todos irmãos, a causa é comum, a causa é nacional; demos pois o abraço fraternal e corramos unidos onde a pátria nos chama! [...] Já não é só Montevideú, é ao Paraguai, é a Assunção, que cumpre correr, e ali plantarmos o nosso pavilhão auriverde, e com ele a liberdade e a civilização daqueles bárbaros. Às armas pois brasileiros! Às armas, e a vitória é nossa, porque a causa é justa, a causa é santa."*

**Edição n° 546, III Ano, de 27 de janeiro de 1865.**

- Texto da página 2, Seção "POLÍTICA ESTRANGEIRA", onde lê-se: *"Rio de Janeiro - As hostilidades começaram seriamente entre o Brasil e o Uruguai. Doze mil brasileiros penetraram no território de Montevideú e ocuparam Paissandu".*

**Edição n° 552, III Ano, de 4 de fevereiro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil", datado de 10 de janeiro de 1865, destaca-se: *"Apresamento do Marquês de Olinda pelo Tacuary ocorreu na manhã de 12 de dezembro. Paraguai estaria de posse, também, de território correntino. O Governo Imperial, porém, está vigilante e preparado para todas as eventualidades, sem desprezar aviso algum, mas também sem mudar do plano principal por esta ou outra possibilidade."*

**Edição n° 553, III Ano, de 5 de fevereiro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil" destaca a iminência da queda da praça de Paissandu, no Uruguai, e informa que López encaminha suas forças para o Mato Grosso.

**Edição n° 554, III Ano, de 7 de fevereiro de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado "Brasil" apresenta uma resenha noticiosa com temas políticos, econômicos e culturais, destacando os casamentos do Conde d'Eu com a Princesa Isabel e do Duque de Saxe com a Princesa Leopoldina. Sobre o conflito com o Paraguai, uma mensagem de otimismo, onde lê-se: *"Havemos de vencer, porque a nossa causa é justa, e sobram-nos patriotismo e elementos de guerra"*.

**Edições n° 562, III Ano, de 16 de fevereiro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil", com data de 24 de janeiro de 1865, atribuído à "Correspondência Particular do Commercio de Lisboa", no Rio de Janeiro, baseado em fontes oficiais e no Jornal do Commercio, do Brasil. Destaca-se: *"Caiu no dia 2 do corrente (janeiro) o mais forte baluarte da tirania branca na infeliz República Oriental, diante do ataque vigoroso e renhido das forças imperiais reunidas às do general Flores. Já não domina portanto em Paissandu o célebre general Leandro Gómez. [...] Pretendem os blancos que o general Leandro Gómez e três outros chefes secundários foram fuzilados depois de tomados prisioneiros no ardor do combate. [...] Uma força brasileira comandada pelo coronel Bello e outra colorada comandada pelo coronel Goyo Suarez penetravam no próprio recinto em que se achava Leandro Gómez, que é tomado prisioneiro por aquele chefe brasileiro. Nesta ocasião o chefe colorado reclama-o em nome do general Flores e pondera ao general Gómez que também garantida estaria sua vida sob a bandeira imperial como sob sua própria bandeira. A este reclamo ele não hesita, orgulhoso como é, em preferir acompanhar os colorados, que o conduziram a uma casa afastada e aí o fuzilaram"*.

**Edições n° 563, III Ano, de 17 de fevereiro de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil", continuação do texto da edição anterior, com data de 24 de janeiro de 1865, atribuído à "Correspondência Particular do Commercio de Lisboa", no Rio de Janeiro, baseado em fontes oficiais e no Jornal do Commercio, do Brasil. Destaca-se: *"A expedição (paraguaia) que havia subido pelo Mato Grosso tinha tomado o Forte de Coimbra, abandonado pela guarnição, depois de 2 dias de bombardeamento e de um assalto em que os sitiados foram repelidos com grande perda. [...] É preciso que o Brasil todo se levante para castigar o Paraguai. Trinta mil homens são bastantes para expelir deste belo país o cacique López"*.

**Edição n° 574, III Ano, de 3 de março de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil - Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1865 (Do nosso correspondente particular)", apresenta notícias que alcançam até o dia 28 de Janeiro, onde lê-se: *"Aguirre, depois de ter ouvido o Conselho de Estado e o Conselho de Ministros,*

*declarou que não transigia, e que Montevidéu resistiria até que todos os seus defensores ficassem sepultados sob suas ruínas, e Carreras chegou a declarar a um dos ministros estrangeiros que faria antes voar a cidade do que render-se. [...] Aguirre, para provar que é coerente com o que respondeu aos mediadores, acaba de publicar uma proclamação, na qual na posição de comandante em chefe que assumiu, propõe vencer ou morrer".*

**Edição n° 575, III Ano, de 4 de março de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil – Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1865 (Do nosso correspondente particular)" complementa resenha iniciada na edição anterior, onde lê-se: *"As barbaridades cometidas pelos paraguaios; que já tinham tomado Corumbá, e que seguiam para Cuiabá, excedem a tudo quanto a humanidade tem registrado com indignação nas páginas da História. [...] Nossos irmãos cativos, assassinados, roubados, nossas mulheres violadas, nossos caminhos destruídos, estão clamando vingança, e vingança pronta. É preciso marchar"*.

Também são transcritos ofícios dos comandantes militares sobre a tomada de Paissandu, destacando-se uma longa correspondência datada de 7 de janeiro de 1865, em Arroio Negro (Uruguai), do marechal de campo João Propicio Menna Barreto ao ministro da Guerra do Império, conselheiro e general Henrique de Beaurepaire Rohan.

**Edição n° 579, III Ano, de 9 de março de 1865.**

- Texto da capa, Seção "POLÍTICA ESTRANGEIRA", onde lê-se: *"Um telegrama de Paris do dia 3 diz que o representante do Paraguai na Corte Imperial pedira ao governo que não permitisse a saída dos navios que se estão construindo em França, por conta do governo do Brasil, e que não sejam entregues ao mesmo governo"*. O governo paraguaio possuía na França um representante, chamado Cândido Bareiro, encarregado de negócios do Paraguai diante dos governos da França e Grã-Bretanha. Esse caso, em particular, ficou conhecido como "A recompra de navios paraguaios", que estavam sendo construídos na França e que foram adquiridos pelo governo brasileiro.

**Edição n° 583, III Ano, de 14 de março de 1865.**

- Texto da página 2, Seção "POLÍTICA ESTRANGEIRA", onde lê-se: *"Mr. White perguntou no parlamento ao governo de Sua Majestade britânica se este tinha o pensamento de derogar a Lei Aberdeen (Direito dos ingleses de visitar e vigiar os navios brasileiros), e também o de restabelecer as relações amigáveis com o Brasil. Lord Palmerston declarou que o governo não tinha ideia de abolir aquela lei; porque isso importaria o facilitar o tráfico de escravatura, que os esforços do Brasil não seriam bastantes para o impedir, como sucede em Cuba, que apesar dos desejos leais do governo e do capitão general daquela ilha, para a supressão do tráfico, não pode conseguir-se o fim, pela venalidade e corrupção de seus subordinados. Mas acrescentou o mesmo Lord que, pela mediação de Portugal, continuavam as negociações para o restabelecimento das relações amigáveis com o Brasil. Assegurou mais aquele ministro que a Inglaterra não intervirá na guerra entre Montevidéu e o Brasil, mas representará, para evitar prejuízos aos estrangeiros ali residentes."* (grifo nosso)

**Edição n° 589, III Ano, de 21 de março de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil", baseado em notícias publicadas pelo *Jornal do Commercio* e pelo *Jornal do Povo*, ambos do Rio de Janeiro, que vão até 14 de fevereiro,

destacam-se: a visita do Imperador aos arsenais da Marinha e da Guerra e a inspeção que ele fez no navio encouraçado de fabricação própria em construção para a guerra.

Há também a transcrição de uma correspondência oficial, assinada pelo 1º tenente da Armada Imperial, Francisco José de Freitas, datada de 10 de dezembro de 1865, em Paissandu, reproduzida do Jornal do Commercio, relata detalhes da "gloriosa" operação militar que liquidou os blancos liderados por Leandro Gómez.

O artigo transcrito do Jornal do Povo registra o "patriótico" pioneirismo dos baianos na mobilização para a guerra, onde lê-se: *"Foi grande o entusiasmo quando desembarcou o primeiro contingente com que a heróica província da Bahia correu para a desafiada dos insultos praticados pelos selvagens do Paraguai."*

#### **Edição nº 600, III Ano, de 4 de abril de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Brasil – Rio de Janeiro, 11 de março de 1865 (Correspondente Particular)", registra a chegada ao Brasil das corvetas portuguesas Bartolomeu Dias, D. Estefânia e Infante D. João, no dia 7 de março, recebidas pelo Imperador D. Pedro II. No Bartolomeu Dias, o monarca conversou com seu sobrinho, o Duque de Penthièvre, que servia na embarcação como 2º tenente.

É publicado material do Diário Oficial do Império sobre o convênio de paz assinado em Villa Unión, no dia 20 de fevereiro, entre Venancio Flores e Manuel Herrera y Obes, representante do presidente interino do Uruguai, Thomaz Villalba. Também é destacado o acordo com o líder colorado Flores para a formação de um governo afinado com o Brasil, onde lê-se: *"Villalba, antes de entregar a capital e o governo ao nosso aliado Flores, fulminou a Legação Oriental no Paraguai, negando-lhe até razão de ser, e ferindo assim a estulta vaidade do selvagem déspota do Paraguai, que se declarara em aliança com os blancos de Montevideú contra o Brasil"*.

Há dois textos reproduzidos do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, sobre o conselheiro Paranhos. No primeiro, ele é criticado por ter concordado com a anistia de alguns líderes blancos para selar a paz no Uruguai. Os elogios são todos para a "firmeza" do almirante Tamandaré. No segundo, ao comentar a demissão de Paranhos, esclarece a posição anterior, afirmando que a anistia não era tão ampla como se imaginava. O segundo artigo que trata do convênio assinado em 20 de fevereiro, lê-se: *"(...) que são excetuados das declarações do artigo precedente (anistia) os crimes e delitos comuns, como os políticos que possam estar sujeitos à jurisdição dos tribunais de Justiça por seu caráter especial. Assim, considerando que o governo demitiu inconvenientissimamente o conselheiro Paranhos, (...) Não estão compreendidos nesta última parte os celerados e os ultrajadores criminosos da nossa bandeira!"*

#### **Edição nº 604, III Ano, de 8 de abril de 1865.**

- Texto da página 2, Seção "POLÍTICA ESTRANGEIRA", onde lê-se: *"Paris, 4. Diz o Moniteur que o general Flores assinara um tratado dando muitas garantias ao Império do Brasil, e contratando com este uma íntima aliança contra a República do Paraguai"*.

#### **Edição nº 609, III Ano, de 16 de abril de 1865.**

- Texto da capa, Seção "POLÍTICA ESTRANGEIRA", citando a Gazeta Oficial da Itália, informa que o governo do rei Victor Manoel, através de notificação expedida dia 31 de março de 1865, anunciou que *"vai conservar a mais restrita neutralidade a respeito dos negócios da guerra, que se estão dando na América Meridional entre a República do Uruguai, Paraguai e o Brasil"*.

**Edição nº 610, III Ano, de 18 de abril de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de março de 1865 (Correspondência Particular)", onde lê-se: "(...) *a demissão do conselheiro Paranhos causa a mais dolorosa impressão. "Alguns (brancos) dos mais moderados perguntavam: Então, o queriam mais? Que fôssemos fuzilados pelas costas?"*

**Edição nº 611, III Ano, de 19 de abril de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 24 de março de 1865 (Correspondência Particular)" conclui a resenha iniciada na edição anterior destacando que, no dia 5 de março, devia reunir-se em Assunção Congresso convocado por López, sob o protesto dos paraguaios residentes em Buenos Aires, onde lê-se: "*Protestam porque o tirano há de exercer sobre o Congresso, embora fosse legalmente constituído, anularia de fato todos e quaisquer dos seus atos*", *sublinha um dos trechos do documento, datado da capital da República Argentina em 10 de março de 1865. No texto, López é sempre chamado de tirano, que pratica "atos de selvageria e barbarismo".*

**Edição nº 622, III Ano, de 2 de maio de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL (Do nosso correspondente)", datado do Rio de Janeiro em 8 de abril de 1865, apresenta uma resenha noticiosa sobre o Brasil e a guerra, sobressaindo-se duas informações: o discurso de López na abertura do Congresso paraguaio, em 5 de março, justificando a decisão de empreender a guerra contra o Brasil e o conflito entre praças dos batalhões de Voluntários da Pátria da Bahia e policiais da província de Alagoas.

**Edição nº 624, III Ano, de 4 de maio de 1865.**

- Texto da capa, Seção "POLÍTICA ESTRANGEIRA", onde lê-se: "*Rio de Janeiro, 9 - O Congresso do Paraguai nomeou a López, generalíssimo, e o mesmo congresso votou 25 milhões de duros. 20 mil paraguaios ameaçam armar o território argentino para invadir o Brasil. Em Buenos Aires, receia-se uma guerra próxima.*"

- Texto da página 2, na seção "INTERIOR", uma nota econômica importante e que impactou diretamente na guerra, lê-se: "*FUSÃO DE BANCOS – Diz o Commercio do Porto que a direção do London & Brazilian Bank acordou com o Sr. Barão de Mauá a fusão daquele banco com os bancos Mauá no Brasil, Rio da Prata, Montevidéu e Rosário, passando para o London & Brazilian Bank o privilégio que tinha a casa bancária Mauá de emitir notas em Montevidéu e Rosário. Este acordo vai ser submetido à deliberação dos acionistas do London & Brazilian Bank, que brevemente serão convocados para esse fim, devendo a fusão proposta começar a vigorar no dia 1º de janeiro de 1866.*"

**Edição nº 635, III Ano, de 17 de maio de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro (Correspondência Particular do Commercio de Lisboa)" apresenta uma resenha noticiosa sobre a guerra e o Brasil, destacando que a Argentina já contava com a declaração de guerra por parte do Paraguai, destaca-se: "*O vapor argentino Salto, da linha da Assunção, não tinha chegado ainda, fazendo esta demora nascer receios de que tivesse ele tido entre as mãos do desleal tirano paraguaio a sorte do nosso próprio Marquês de Olinda. [...] A guerra com o Paraguai já era popular entre argentinos e orientais, sorrindo-lhe a idéia de marchar a combater ao lado dos brasileiros. Se uma tripla aliança tão poderosa faz demasiada honra ao cacique de Assunção consola a lembrança de que, precipitado o desfecho, menos sofrerá a humanidade e mais breve soará a hora da redenção para os míseros paraguaios.*"

O texto publica também a notificação do chefe da Divisão Naval do Império, almirante Barroso, de que faria o bloqueio dos portos paraguaios, como ocorrera em Montevideú, encaminhada ao representante do Brasil no Uruguai, Henrique Cavalcanti de Albuquerque. E ainda apresenta detalhes – além da transcrição do discurso do cônego Fonseca Lima aos que partiam para a guerra – do embarque, no Rio de Janeiro, de 430 praças de voluntários da Bahia e de 560 do corpo policial do Pará, juntamente com 50 soldados de outras regiões do país, para o Paraguai, no dia 23 de abril de 1865.

**Edição n° 648, III Ano, de 2 de junho de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de maio de 1865 (Do nosso correspondente particular)" apresenta uma resenha noticiosa sobre o Brasil e a guerra, destacando a abertura, no dia 6 de maio, da 3ª sessão da 12ª legislatura da Assembleia Geral Legislativa. O discurso de D. Pedro II é publicado na íntegra. Nas palavras do Imperador, destacam-se o casamento de suas filhas, as Princesas Isabel e Leopoldina; a recuperação da "confiança" no sistema financeiro, após a falência de algumas casas bancárias; o desejo do restabelecimento das relações diplomáticas com a Inglaterra, mediado pela Coroa Portuguesa; e a invasão, por um modo inaudito, da província de Mato Grosso por tropas paraguaias.

**Edição n° 649, III Ano, de 3 de junho de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 9 de maio de 1865 (Do nosso correspondente particular)" continua a resenha iniciada na edição anterior, destacando que o Paraguai invadira a província argentina de Corrientes.

**Edição n° 652, III Ano, de 7 de junho de 1865.**

- Texto da página 2, Seção "INTERIOR", onde lê-se: *"RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A INGLATERRA - Um jornal de Londres de 27 de maio dá a seguinte notícia, que muito folgaremos ver realizada. Correspondências particulares do Brasil fazem-nos esperar a próxima continuação das relações diplomáticas entre aquele país e a Inglaterra. Nas regiões oficiais em Londres conta-se igualmente que assim acontecerá, e o governo inglês parece ter já lançado as suas vistas para Mr. Thornton, tencionando nomear este cavalheiro seu representante junto da Corte do Brasil. Este diplomata é muito conhecido no Rio de Janeiro, e acreditamos que ele havia de contribuir eficazmente para restabelecer os sentimentos de amizade que outrora cimentavam as relações dos dois países"*.

**Edição n° 658, III Ano, de 15 de junho de 1865.**

O Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro (Correspondência Particular)", destaca-se: *"General Argentino Paunero chegou à Bella Vista com sua divisão; serão combinadas as ações fluviais com as terrestres. Corrientes ocupada por 16 mil paraguaios. Congresso argentino aprovou por aclamação a guerra contra o Paraguai. Presidente Mitre diz que Argentina respeitará a independência e a soberania do Paraguai. Tropas brasileiras avançam."*

**Edição n° 666, III Ano, de 4 de julho de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 8 de junho de 1865 (Correspondência Particular)", destaca-se: *"Paraguaios avançaram até Bella Vista, quartel-general do chefe argentino Paunero, que refugiou-se nos navios da nossa esquadra. Inação das forças brasileiras preocupa. E uma fatalidade que com um exército*

*como temos, com uma esquadra sem segunda na América do Sul, tenhamos sempre de fazer figura secundária! Precisamos andar sempre à reboque!"*

**Edição n° 678, III Ano, de 16 de julho de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "NOTÍCIAS DO BRASIL", transcrito do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, destaca-se: *"Presidente Mitre parte para a guerra. Mais de 20 mil homens do exército brasileiro estão nas imediações da cidade de Concordia para reunirem-se com 10 mil argentinos. Ratificado pelos representantes do Brasil, Argentina e Uruguai, o Tratado da Tríplice Aliança celebrado em 1° de Maio."*

*"Anedotas do Paraguai em folhas de Montevideu: Entre as estórias, conta-se que o estado de barbaria a que hão sido reduzidos os infelizes paraguaios pelos seus tiranos não tem exemplo nem nos tempos mais primitivos do mundo. Outros ao ser levados em carruagens julgavam estas umas casas que voavam para outro mundo, deste acreditavam volver à Assunção". A célebre frase "os soldados paraguaios que morrerem pelejando ressuscitarão em Assunção", muito difundida na imprensa da Corte de D. Pedro II e atribuída ao bispo do Paraguai, é uma das muitas piadas relacionadas."*

**Edição n° 692, III Ano, de 2 de agosto de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 9 de julho de 1865 (Correspondência Particular)" destaca a Batalha Naval de Riachuelo, em 11 de junho, apresentando muitos detalhes das operações que culminaram com a vitória brasileira, onde lê-se: *"Escrevo-lhe apressadamente, abraçado no entusiasmo que desperta no coração brasileiro o heroísmo e valor de nossos bravos soldados", (...)* A história contemporânea vai registrar um dos mais brilhantes e intrépidos feitos de armas das forças brasileiras". Também são publicadas relações de oficiais mortos e feridos em combate e a proclamação do general Venancio Flores aos uruguaios no momento de partir para o teatro de operações da guerra. Outra informação destacada é a chegada ao Rio de Janeiro dia 29 de junho das corvetas portuguesas Bartolomeu Dias e Estefânia, que estavam em Montevideu.

**Edição n° 693, III Ano, de 3 de agosto de 1865.**

- Texto da página 2, Seção "INTERIOR", intitulado "RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A INGLATERRA", transcreve do jornal Times, de Londres, de 26 de julho, onde lê-se: *"Em resultado da correspondência entre os governos inglês, português e o do Brasil, este último aceita as propostas do governo de S. M., a Rainha Victoria, de fevereiro passado, e, por isso, as relações diplomáticas serão brevemente restabelecidas. Esta feliz reconciliação é em grande parte devida à mediação do governo português e aos esforços amigáveis e incansáveis do Conde de Lavradio, ministro de S. M. D. Luiz na Corte de S. James. Corre que o ministro Thornton, de Buenos Aires, vai para o Rio."*

### 3) DIÁRIO DE NOTÍCIAS

(Período das transcrições: do nº 1, de 29 de dezembro de 1864, ao nº 1.579, de 16 de abril de 1870).

- Possui 4 páginas. Diário. Proprietários: Thomaz Quintino Antunes & Eduardo Coelho.

- Impressão: Typographia Universal, Rua dos Calafates, 110 – LISBOA.

- Assinatura Trimestral: 700 Réis. Mensal: 240 Réis. Número avulso: 10 Réis.

- Seções específicas:

1) CRÔNICA DO DIA (noticiário local, nacional e internacional; curiosidades e efemérides; notas policiais, militares, religiosas e culturais);

2) FOLHETIM DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS;

3) ESPETÁCULOS DE HOJE;

4) ECO DOS JORNAIS (principais informações e transcrições dos jornais portugueses);

5) REVISTA ESTRANGEIRA (notas telegráficas, com destaque para a Europa, especialmente a França, a Inglaterra, a Espanha e a Itália);

6) CARREIRA DOS BARCOS A VAPOR DO TEJO;

7) PRAÇA DE LISBOA (cotações do dia);

8) BOLETIM METEOROLÓGICO.

#### Edição nº 1, de 29 de dezembro de 1864.

- Texto da capa, intitulado “AO PÚBLICO”, esclarece o que se propõe o novo periódico, onde lê-se: “*AO PÚBLICO – A publicação que hoje empreendemos, convencidos da sua necessidade e utilidade, visa a um único fim: interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências. O DIÁRIO DE NOTÍCIAS – o seu título está dizendo – será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades, um noticiário universal. Em estilo fácil, e com a maior concisão, informará o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal, como das demais nações, reproduzindo à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas, literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais, e estatísticas, etc.*

*Eliminando o artigo de fundo, não discute política nem sustenta polêmica. Registra com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor. Escrito em linguagem decente e urbana, as suas colunas são absolutamente vedadas à exposição dos atos da vida particular dos cidadãos, às injúrias, às alusões desonestas e reconvenções insidiosas. É pois um jornal de todos e para todos - para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos. Todos os países ilustrados possuem publicações deste gênero, e nomeadamente a Inglaterra, a França, a Bélgica, e ainda a nossa vizinha Espanha, publicações que têm atraído considerável número de simpatias, leitores e subscritores. A idéia não é pois original nossa, senão imitada ou traduzida, como melhor quiserem, para preencher uma notável lacuna do nosso jornalismo. E os meios de publicação que a empresa do DIÁRIO DE NOTÍCIAS adota, embora pareçam singulares, são também uma cópia fiel do que se usa nesses países onde se compreendem e exploram todos os meios de publicidade. O programa do DIÁRIO DE NOTÍCIAS está posto em ação no seu primeiro número. A empresa não faz senão uma promessa, e é que buscará corresponder à confiança pública, e ser grata ao favor com que espera ver acolhida a sua idéia, operando gradualmente todos os melhoramentos que a experiência lhe for aconselhando.”*



**Edição n° 2, de 1° de janeiro de 1865.**

- Texto da página 3, sem título, destaca-se: *“As notícias comerciais do Brasil são poucas e más. No que diz respeito à crise bancária, nada há a acrescentar às notícias do último pacote. O estado geral do comércio é mau: o câmbio continua a baixar. Os cafezistas não querem fazer vendas senão a dinheiro à vista.”*

**Edição n° 75, de 2 de abril de 1865.**

- Texto da página 3, destaca-se: *“As notícias chegadas ontem do Brasil são importantes. O exército imperial entrou em Montevideú, que capitulou. Foi assinada a paz entre o Brasil e o Uruguai. Este acontecimento produziu vivo e geral entusiasmo. Foi celebrado com festejos públicos em todo o Brasil”.*

**Edição n° 97, de 30 de abril de 1865.**

- Texto da página 3, onde lê-se: *“Do Rio da Prata nada dizem de importante as notícias que recebemos ontem pelo pacote do Brasil. Os governos do Brasil e do Paraguai continuavam os preparativos para a guerra”.*

**Edição n° 124, de 2 de junho de 1865.**

- Texto da capa, onde lê-se: *“Notícias do Rio da Prata, vindas no pacote chegado ante-ontem a Lisboa, confirmam a notícia de ter o presidente do Paraguai declarado guerra à Confederação Argentina, começando as suas operações por se apoderar de dois vapores daquele estado, fato que causou grande impressão em Buenos Aires, havendo uma reunião popular em que o presidente Mitre disse: “Em três dias nos quartéis, em quinze no campo e em três meses na Assunção”.*

**Edição n° 129, de 8 de junho de 1865.**

- Texto da capa, onde lê-se: *“O palácio de Belém está pronto para receber a Princesa do Brasil, e seu augusto esposo, que se esperam no dia 21 do corrente. O camarista que lhes fica de serviço é o nobre e simpático Marquês de Sousa Holstein.”*

**Edição n° 405, de 16 de maio de 1866.**

- Texto da capa, onde lê-se: *“Não vieram pelo pacote chegado ontem dos portos brasileiros as boas notícias que se esperavam. A guerra continua no mesmo estado. A bordo do vapor couraçado Tamandarê deu-se uma grande desgraça. Depois do fogo, e tendo o inimigo ficado derrotado, uma granada entrou por uma portinhola do navio e matou o comandante, uns poucos oficiais, e todos quanto encontrou na passagem! O comandante era mancebo muito valente e filho do almirante brasileiro Joaquim José Inácio”.*

**Edição n° 804, de 17 de setembro de 1867.**

- Texto da página 3, sem título, datado do Rio de Janeiro, em 23 de agosto, baseia-se nos jornais da Corte brasileira, destaca-se: *“As últimas operações do exército aliado têm sido coroadas de bom êxito e espera-se que em breve López será encurralado, e metido entre dois fogos se veja na dura necessidade de render-se ou fugir metendo-se a bordo de algum navio inglês. [...] Ansiamos pelo termo da guerra, que tem sido funesta tanto ao comércio, como à indústria, e a agricultura do Império, tirando-lhe os braços de que tanto necessita e cavando um vácuo nas suas finanças. - Do nosso correspondente.”*

**Edição n° 1.136, de 23 de outubro de 1868.**

- Texto da capa, onde lê-se: *“Solene protesto do ministro dos Estados Unidos no Paraguai, ao retirar-se, contra as violências praticadas pelo ditador López e relação de algumas dessas violências.”*

Também na capa, sob o título “ASSUNTOS DO DIA” confirma-se a notícia do fuzilamento do “vice-cônsul” português LEITE PEREIRA, onde lê-se: *“Notícias de via fidedigna que ontem recebemos de Buenos Aires confirmam a notícia do fuzilamento do vice-cônsul português, Pereira, no Paraguai. López julgou-o, como a muitos outros, implicado na conspiração que supôs tramada para o envenenarem, e depois de lhe ter feito entregar os passaportes, como ele desaparecesse, e houvesse denúncia de que estava em casa de mr. Washburn, ministro dos Estados Unidos, fez com que o seu ministro Benites requeresse a Washburn uma relação das pessoas que tinha em sua casa. Nessa relação era incluído o nosso vice-cônsul e esposa. López requisitou a sua entrega. O ministro americano recusou, mas a pedido do próprio Pereira entregou-os, e López incluiu-os na infame hecatombe que o converteu num vil assassino aos olhos da Europa e da América. A nota que o ministro americano enviou a López ao abandonar horrorizado aquele bárbaro país contém um protesto soleníssimo contra as infâmias do cruel ditador do Paraguai. Recebemo-la por via oficial e adiante a reproduzimos. É necessário que o governo português lavre também o seu protesto, e se não pode, como os Estados Unidos fariam, montear a fera através dos sertões, mostre ao menos a sua indignação pelo assassinio inqualificável do seu representante e nosso concidadão. López ainda se fortificava na Villeta, e os brasileiros preparavam-se para o desalojar.”* (grifo nosso)

**Edição n° 1.185, de 22 de dezembro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado NOTÍCIAS DO BRASIL, lamenta derrota dos aliados num dos últimos confrontos com o inimigo, onde lê-se: *“São muito más as notícias da guerra do Paraguai. Os aliados tentaram fazer um reconhecimento sobre Villeta em 15 de novembro, sendo infelizmente rechaçados com consideráveis perdas, avaliadas em 1.500 homens. Três couraçados brasileiros tentaram passar Angostura, mas foram também infelizes, sofrendo graves avarias. Estas notícias causaram na praça do Rio de Janeiro grande desalento. Em Lisboa, não causarão menos.”*

**Edição n° 1.203, de 15 de janeiro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Importantíssimas notícias do Brasil", ocupando três colunas, anuncia, com entusiasmo, a vitória decisiva alcançada pelas armas brasileiras e aliadas sobre o exército paraguaio, onde lê-se: *"O entusiasmo é grande; ontem, mesmo àquela hora da noite, cerca de 4.000 pessoas foram ao ginásio, onde se achava o Imperador, felicitar sua majestade. O Imperador recebeu o dr. Caetano Felgueiras, que, em nome do povo, dirigiu um eloqüente discurso à sua majestade, que se dignou responder, vivamente comovido, que 'como chefe do povo abraçava o seu entusiasmo e congratulava-se com ele'."*

É publicada parte oficial do general Osório, informando as conquistas brasileiras ao general argentino Gelly y Obes. Finaliza-se o artigo assim: *"Glória ao Brasil e aos seus valentes defensores! Uma lágrima para os que sucumbiram pela causa santa da pátria"*.

**Edição n° 1.228, de 17 de fevereiro de 1869.**

- Texto da capa, Seção “FOLHETIM DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS”, confirma a execução dos diplomatas portugueses e assegura que a guerra acabou, intitula-se: "TRISTE

MEMÓRIA HISTÓRICA DAS HORRÍVEIS ATROCIDADES PRATICADAS PELO EX-DITADOR DO PARAGUAI, FRANCISCO SOLANO LÓPEZ, ANTES E DEPOIS DA HOJE TERMINADA GUERRA COM O BRASIL - Vítimas que fez, casas que saqueou, entre umas e outras figuram muitos portugueses". Destaca-se do longo texto (contrariando a linha editorial do periódico): *"Acredita-se, todavia, geralmente que López embarcou em um navio a vapor e está já na Bolívia, outros, enfim, afirmam que o ditador do Paraguai partiu em um navio americano. A cidade de Assunção foi encontrada em inteiro estado de abandono e militarmente ocupada a 5 de janeiro pelos aliados. Está, portanto, acabada a guerra e a diplomacia vai assumir a direção dos negócios. (...) Digamos agora algumas palavras a respeito dos horrores praticados por López. Sob o seu punho de ferro, o Paraguai viu desaparecer tudo quanto aí havia de distinto, assim entre os nacionais como os estrangeiros, tanto nos dignatários como nos oficiais militares. Foram todos sacrificados ao bárbaro ditador, que até seus próprios irmãos mandou fuzilar. A guerra, apesar de sanguinolenta e cruel como foi, não produziu tantos males como a bárbara sanha do iracundo ditador. López aniquilou o povo paraguaio, quebrou os laços mais sagrados, fez desaparecer a família e a cidade. Não existe hoje no Paraguai nem uma família, nem um povo, nem uma cidade, nem uma aldeia. López fez soldados dos velhos e das crianças. Recrutou mulheres, sujeitando-as a uma disciplina subordinada aos seus soldados, subordinação que a nossa pena se recusa a descrever, e da qual não eram excluídas as esposas de seus próprios irmãos. Suas irmãs foram obrigadas a assistir aos suplícios dos maridos, e seu irmão, Benicio (sic) López, foi fuzilado, apesar das súplicas, das orações e das lágrimas de sua mãe. Esta mísera mãe, condenada por verter lágrimas sobre o suplício do filho, foi exilada para os desertos do interior do país. E qual seria o crime desta vítimas imoladas à fúria do ditador López? Depois de um estudo profundo das tendências do caráter deste homem e dos costumes de tão desgraçado país, não receamos dizer que todas estas atrocidades foram praticadas só porque as vítimas recusaram levar sua abnegação até ao fanatismo selvagem de alguns sicários do ditador. Um gesto, uma lágrima, uma palavra, uma suspeita foram suficientes para condenar à morte estes mal-aventurados. [...] O dever que hoje tínhamos a cumprir parecia claramente indicado; a nossa missão era tentar resumir as impressões que nos causam o conhecimento que temos dos crimes, crueldades, violências, assassinios, roubos, prejuízos, ultrajes à moral, infâmias de toda a espécie, de que é culpado o tristemente famoso ditador da república do Paraguai. [...] Desde a infância, López revelou, sem cessar, ambição desmesurada, insaciável sede de mando, mas na esfera vulgar do crime. Assenhoreado das fortunas e das famílias do Paraguai, quis logo lançar a desonra entre as suas vítimas e escolheu uma donzela, Francisca Garmendia, para alvo de seus impuros deleites. Esta donzela, que é o mais interessante tipo, a mais nobre figura que sobreleva na interessante história do Paraguai, repeliu as exigências do imprudente coronel, que não desanimou perante tal resistência e, disfarçado em simples popular, se introduziu se uma noite na habitação da donzela, que, fingindo desconhecê-lo, lhe deu algumas chicotadas. Francisco Solano fugiu e ocultou sempre o segredo deste ridículo e lastimável episódio. Não tardou, porém, que a mísera família fosse exilada para o Chaco, e que o vingativo López se não vingasse dela em 20 anos de perseguição. [...] E é este homem que fez morrer no campo da batalha e nas torturas mais de 400.000 homens. López dizia a seus amigos pouco tempo antes de ser eleito presidente: - 'A minha maior glória é a glória das armas. Acharei ocasião de fazer uma guerra, serei senhor e árbitro do Rio da Prata; quero que meu nome seja o terror da Europa. [...] Vamos dizer aos leitores os nomes das casas de comércio e os dos negociantes de todas as nações que foram feitos prisioneiros ou fuzilados. Façamo-lo*

para que se note bem que nenhum ministro estrangeiro levantou a voz para reclamar contra este atentado, e a favor da vida dos seus compatriotas, excetuando contudo os agentes dos Estados Unidos, que enviaram a López suas reclamações e se encarregaram dos filhos de Madame Lynch. Casas espanholas – a casa Uribe & Cia... A casa inglesa William Stark, esta casa foi saqueada e o seu chefe fuzilado. Casas francesas saqueadas e os seus chefes fuzilados... Casas argentinas que foram saqueadas, cujos chefes morreram na prisão... Casas orientais saqueadas e cujos chefes e empregados foram mortos igualmente... Casas alemãs saqueadas e cujos chefes e empregados foram mortos... Enfim, eis aqui o nome das casas portuguesas, que foram saqueadas e cujos chefes morreram Vamos dizer aos leitores os nomes das Casas argentinas que foram saqueadas, cujos chefes nas masmorras: Américo Varella (vice-cônsul), Antonio Vasconcelos, Leite Pereira, Candido Vasconcelos, Luiz Homem. A primeira hecatombe foi em San Fernando; foram mortas 600 pessoas. O desgraçado argentino Desiderio Azias, estimado de todos pelo seu nobre caráter foi um dos que o tirano mais fez sofrer. Durante meses inteiros esteve exposto ao sol e muitas vezes amarrado a um potro, a que López chamava Uruguaiana. [...] López fez amarrar o dr. Carreras ao potro e cortou-lhe as duas mãos. [...] Antes de fugir, tinha López feito carregar oito carretas de objetos preciosos. Não tem exemplo na história a sanguinolenta tragédia que acaba de terminar em Villeta. Esses bosques, sombrios como o coração de López, são hoje o sepulcro do povo que foi seu mártir no silêncio dessas imensas solidões. Quantos crimes! Quantas faltas! Quanta vergonha! Fugindo, sacrificou tudo. Se ele se tivesse sacrificado também com os despojos do seu povo, talvez encontrasse ainda compaixão nos homens. Julgou que era melhor fugir e fugiu.” Essa matéria foi reproduzida integralmente no jornal O Bracarense, em 23 de fevereiro de 1869.

#### **Edição nº 1.578, de 14 de abril de 1870.**

- Texto da capa, "Morte do ex-ditador do Paraguai" anuncia o fim de López, em Cerro Corá, no dia 1º de março de 1870, onde lê-se: *“A América do Sul, e particularmente a República do Paraguai e as nações banhadas pelo rio da Prata, estão livres do tirano sangüinário que por espaço de oito anos oprimira e escravizara o povo à testa do qual o destino o colocara, e que desde 1865, época em que declarara guerra ao Império do Brasil, ensangüentara aquelas regiões, imolando sem dó nem piedade não só seus inimigos no campo de batalha, como seus compatriotas, seus amigos, seus parentes e seus próprios irmãos em holocausto à ambição de mando, de poder e de glória”.*

- Texto da página 2, duas notas em destaque (negrito), citando a agência Havas, confirmam a notícia da morte de López., destaca-se: *“O general brasileiro Câmara derrotou o general López em Aquitania (sic). O ditador foi morto e o seu exército prisioneiro”.*

#### **Edição nº 1.579, de 16 de abril de 1870.**

- Texto da capa, intitulado "Pormenores e confirmação da morte do ex- ditador do Paraguai", ocupando quatro colunas, apresenta muitos detalhes da operação militar em Cerro Corá, enviados pelo correspondente do jornal no Rio de Janeiro (Sr. Henrique Chaves), onde lê-se: *“Viva sua majestade o Imperador e a família imperial! Viva o anjo tutelar do Brasil, sua alteza imperial. Viva o bravo general o jovem Conde d'Eu. Vivam o exército e a armada brasileira. Vivam os exércitos aliados!”.* São publicadas também a parte oficial do general Câmara, que comandou a ação, e a carta de D. Pedro II sugerindo que a subscrição que estava aberta para a construção de uma estátua com a sua figura fosse destinada a construção de uma escola.

#### 4) O BRACARENSE

- Período das transcrições: do nº 886, Ano IX, de 9 de novembro de 1864, ao nº 1830, Ano XVI, de 19 de abril de 1870.

- Possui 4 páginas. Diário. Proprietários: M. J. Alves Passos.

- Impressão: Typographia Lusitana: Rua Nova, nº 3, Braga.

- Assinatura Anual: 4\$400 Réis. Trimestral: 2\$300 Réis. Número Avulso: 20 Réis

- Seções específicas:

1) NOTICIOSA (Seção com notícias variadas como festividades religiosas, notas necrológicas, informações sobre o mercado rural, curiosidades, folhetins, as chamadas “crônicas de Setúbal”, notícias sobre o *cholera-morbus*, entre outras notas da Corte);

2) EXTERIOR (Transcreve trechos de jornais de Portugal e do Exterior, incluindo o Brasil, além de França, Espanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos, e apresenta notas telegráficas.

Há material também sobre o Chile e o México, entre outros países que menos se repetem).

Publica muitas notícias sem enquadrá-la em uma seção específica, sendo o próprio título a chamada da notícia em si, como exemplo, “Mala do Brasil”, “BRASIL” “PAQUETE DO BRASIL, entre outros. Os anúncios de mercadorias e serviços encontram-se, a maior parte, na última página.

#### Edição nº 886, Ano IX, de 9 de novembro de 1864.

- Texto da capa, Seção “Exterior”, texto transcrito do jornal Comercio do Porto, onde lê-se: “ *No Rio Grande reina grande atividade em preparativos bélicos por causa das ocorrências com o governo do Estado Oriental. Marchavam para a fronteira diversos corpos de linha e guarda nacional, cuja força se eleva a 8.000 homens das três armas, prontos a entrarem no território da Banda Oriental. [...] A imprensa oriental cobre o Império de injúrias e vitupérios, e procede de modo que dá fraca ideia do estado de civilização e adiantamento do país. [...] É certo que talvez por causa dessa atitude (medidas de Mitre na Argentina) o general Urquiza procurou acomodar Flores com o governo de Montevideú, a quem protege secretamente; mas os seus esforços foram infrutíferos; tendo-se quebrado todas as diligências diante da tenaz selvajaria do ministro Carreras, o herói dos 500 fuzilamentos de Quinteros durante a presidência de Berro*”. Este mesmo texto foi publicado na página 3, da 2ª Edição do nº 886, de 10 de novembro de 1864.

#### Edição nº 901(2ª Ed.), Ano IX, 15 de dezembro de 1864.

- Texto da página 2, Seção “Exterior - Despachos Telegráficos”, onde lê-se: “*Montevideú, 31 de outubro – Uma série de revezes sucessivos obrigou Flores a afastar-se de Montevideú. Os ministros estrangeiros residentes em Montevideú declararam que consideravam o assalto que os brasileiros intentavam dar como uma violação do direito das gentes, e por isso se ordenou aos chefes das estações navais que impedissem o ataque. O almirante da esquadra brasileira notificou aos ministros que tinha intenção de exercer o direito de visita nos navios das diversas nações para apreender o contrabando de guerra. Os ministros estrangeiros protestaram contra semelhante pretensão. Uma divisão brasileira entrou no território da Confederação Argentina.*”

**Edição nº 910, Ano IX, de 3 de janeiro de 1865.**

- Texto da página 3, sob o título “*Noticias do Brasil*”, destaca-se: “*Da carta do correspondente do Rio de Janeiro para o Commercio do Porto, consta o seguinte: As ações do Banco do Brasil cotam-se a 20\$000 Réis de prêmio, e as do Banco Rural e Hipotecário ao par. Sobre Londres fizeram-se saques desde 25 ½ até 26 ¼ d. As comissões liquidatárias das casas bancárias de Gomes e Filhos, e Montenegro & Lima estão pagando os primeiros dividendos, a primeira de 30% e a segunda de 20%. Corre, como boato, que a casa Gomes pagará entre 70 e 80%, com pouca demora; a de Montenegro entre 40 e 50%, com algum prazo. A de Souto terá muito morosa liquidação em consequência da avultada soma representada por bens de raiz, e diz alguém que só dentro de 4 anos poderá completar um rateio inferior a 40%. Isto, porém, são boatos: positivamente, nada se sabe ainda, nem é tempo de saber-se, visto a grande massa de dívidas ativas que pendem de liquidação. A praça vai reassumindo a sua antiga posição, e a confiança principia a aparecer, se bem que muito mais cautelosa e assinada.*”

**Edição nº 923, Ano IX, de 19 de janeiro de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado “*Mala do Brasil*”, destaca-se: “*Continuava a ocupar a atenção pública a catástrofe dos bancos. Afirma-se que a casa Souto não chegará a dar 25% aos credores. Quanto à casa Gomes & Filho estava assinada uma concordata com seus credores para pagar tudo sem desconto no prazo de um ano.*”

“*O Brasil está ameaçado pelo Rio da Prata em peso; há grandes movimentos de tropas e para ali já principiou o fogo entre os dois estados (Brasil e Montevideú). O Paraguai declarou também guerra ao Brasil, defendendo o estado oriental. Em Assunção, foi apresado o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que levava o presidente do Mato Grosso e a correspondência do governo brasileiro. As duas repúblicas do Prata tem em homens 16 a 20:000; o Brasil leva àquelas paragens 14 a 16:000. Se os governos de Buenos Aires e Entre-Rios se unirem ao Brasil a vitória do Império é certa; se se unirem aos republicanos será deles. Os estados neutros dependem da sorte de uns ou de outros. Os jornais da Corte e províncias ocupam-se muito da guerra, contando que a vitória seja do Brasil. O serviço público no Império está sendo feito pela Guarda Nacional, que é péssima gente, porque não tem disciplina, nem respeito e são esses soldados às vezes os que provocam em vez de manter a boa ordem.*”

**Edição nº 938, Ano IX, de 6 de fevereiro de 1865.**

- Texto da página 3, intitulado “*Mala do Brasil*”, destaca-se: “*A notícia mais importante que recebemos é a das cenas sangrentas que tinham tido lugar no Sul efetuadas pelos bárbaros montevidéanos, em portugueses e brasileiros. Tinham sido degolados em Montevideú três ou quatro portugueses, e trinta e três brasileiros! O Diario Official do Imperio e todas as correspondências confirmam este fato atroz, e parece não ser menos bárbaro que em tão doloroso e negro conflito, não aparecesse nas águas do Rio da Prata um só navio português! Que barbaridade, e que vergonha para Portugal! A carnificina em Montevideú foi em grande escala, calculando-se o número das vítimas em mais de 1.500 em vinte dias! Dizia-se que agora a esquadra portuguesa de nada serviria, uma vez que não levasse 5.000 homens de desembarque. Estas notícias tinham causado grande sensação no Império, estagnando mais a vida comercial. Em alguns pontos, organizavam-se corpos de voluntários.*”

**Edição nº 941, Ano IX, de 10 de fevereiro de 1865.**

- Texto da página 2, Seção "Exterior", destaca-se: *“O Imperador do Brasil tinha feito saber ao Rei de Portugal que está resolvido a não restabelecer suas relações diplomáticas com a Inglaterra, até que o parlamento inglês derroque a ata de Lord Aberdeen. O Rei de Portugal comunicou esta determinação ao gabinete inglês, fazendo-lhe saber que sua missão estava terminada. A lei, cuja abolição pede o Imperador do Brasil, permitia aos cruzeiros ingleses poder deter e visitar qualquer navio brasileiro, do qual tivesse suspeitas de que se dedicava ao tráfico negreiro, a fim de o submeter ao tribunal do almirantado inglês, que podia declarar confiscado o navio.”* (grifo nosso)

**Edição nº 944, Ano IX, de 14 de fevereiro de 1865.**

- Texto da página 2, seção “Exterior”, destaca-se: *“A guerra entre o Brasil, Montevideú e o Paraguai oferece de dia para dia um caráter mais grave. O Exército brasileiro tomou posições importantes. Espera-se de um momento para outro a capitulação de Paissandu. Há mais de 10:000 homens nas fronteiras do Rio Grande do Sul. Todos os dias saem do Rio de Janeiro e outras províncias mais reforços. Há grande atividade nos arsenais e estaleiros. A crise financeira acabou.”*

**Edição nº 949, Ano IX, de 19 de fevereiro de 1865.**

- Texto da página 3, "Seção Noticiosa", intitulado "Notícias do Brasil", destaca-se: *“Em 2 do mês passado, foi tomada à viva força a praça de Paissandu depois de tenaz resistência, durando o combate mais de 50 horas. Caíram em poder dos brasileiros 700 prisioneiros, 10 peças de artilharia e grande quantidade de armamento. [...] A expedição que tinha saído da capital do Paraguai em direção a Mato Grosso tinha chegado a esta província, tomando os fortes de Coimbra, Miranda e Dourado (sic). Tinham partido para Itapuã 7.000 paraguaios. [...] Continuam os oferecimentos de voluntários para tomarem parte na guerra”.*

**Edição nº 969, Ano IX, de 16 de março de 1865.**

- Texto da página 2, seção “Exterior”, onde lê-se: *“O Monitor (Moniteur, de Paris) publica extensos e interessantes pormenores sobre a situação das cousas no Brasil e nas repúblicas atacadas pelas tropas do Império. Confirma que um exército brasileiro, composto por 12:000 homens, chegará em frente de Montevideú, onde reina grande consternação. É grande a irritação contra o Paraguai. O Brasil formou um corpo mobilizado de 15:000 milicianos nacionais, destinados exclusivamente para a defesa do território e para a guerra contra a república do Paraguai. Os armamentos fazem-se com a maior atividade, e a opinião pública manifesta-se inteiramente favorável ao governo em tudo quanto é relativo a este conflito. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro. – Está se preparando uma nova e formidável expedição exclusivamente destinada a atacar a cidade de Asunción, capital do Paraguai.”*

**Edição nº 988, Ano IX, de 8 de abril de 1865.**

- Texto da página 3, Seção “Noticiosa”, intitulado NOTÍCIAS DO BRASIL, onde lê-se: *“As últimas notícias chegadas do Brasil são importantes. O exército imperial entrou em Montevideú, que capitulou. Foi assinada a paz entre o Brasil e o Uruguai. Este acontecimento produziu vivo e geral entusiasmo, havendo festejos públicos em todo o Império.”*

**Edição n° 1010, Ano IX, de 6 de maio de 1865.**

- Texto da página 3, "Seção Noticiosa", intitulado EMPRÉSTIMO, onde lê-se: *"Consta, pelas notícias vindas do Brasil, que o governo brasileiro trata de contrair um empréstimo de três milhões de libras esterlinas, com a Inglaterra, a fim de ocorrer às avultadas despesas da guerra atual."*

**Edição n° 1020, Ano IX, de 19 de maio de 1865.**

- Texto da página 3, "Seção Noticiosa", intitulado BRASIL, onde lê-se: *"Do Commercio do Porto extractamos as seguintes notícias: As notícias que se tinham recebido no Rio de Janeiro da província de Mato Grosso eram pouco satisfatórias pelas devastações praticadas pelos paraguaios e assassinatos por eles cometidos contra os brasileiros. A Bolívia estava de mãos dadas com o Paraguai na guerra que esta república faz ao Brasil, tendo os bolivianos chegado a invadir o território brasileiro pelo lado do rio Madeira. (...) As três corvetas portuguesas tinham saído no dia 23 de abril para o Rio da Prata."*

**Edição n° 1032, Ano X, de 2 de junho de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "ÚLTIMO CORREIO - EXTERIOR", onde lê-se: *"Os passageiros vindos no paquete inglês Paraná, procedente dos portos do Brasil, dizem que tinha caído o ministério brasileiro, e que havia sido chamado o Visconde de Abaeté para organizar o novo gabinete; porém que não tendo conseguido organizá-lo, fora chamado o conselheiro Saraiva. Até a partida do paquete o conselheiro Saraiva nada havia feito. A guerra com o Paraguai continuava."*

**Edição n° 1033, Ano X, de 3 de junho de 1865.**

- Texto da página 3, sob o título "BRASIL", onde lê-se: *"Texto reproduzido do Commercio do Porto: A abertura das câmaras brasileiras teve lugar no dia 6 de maio. Na votação que houve na Câmara dos Deputados para a presidência da mesma, reuniu o candidato da opposição igual número de votos aos que teve o candidato do governo. Depois de uma tal votação o ministério pediu a sua demissão. Para organizar o novo ministério constava, à saída do paquete, que tinha sido chamado o conselheiro José Antônio Saraiva. A guerra com o Paraguai continuava a dominar todas as atenções. Segundo as últimas notícias, no dia 14 de abril, foi tomada pelos paraguaios a cidade de Corrientes, bem como foram aprisionados dois vapores argentinos"*

**Edição n° 1034, Ano X, de 4 de junho de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "Exterior", onde lê-se: *"Confirma-se a notícia de haver o López, do Paraguai, declarado guerra a Buenos Aires. Assim como para com o Brasil, encetou as suas operações, apoderando-se traiçoeiramente (sem declaração de guerra) de três vapores argentinos. Não contente com haver atraído a si todo o poder do Império, procurando converter-se em árbitro dos destinos de um povo livre, sob pretexto de conservar o equilíbrio do Rio da Prata, arremessa a luva à Confederação Argentina pelo inaudito insulto de ter sido negada a passagem pela província de Corrientes aos janízaros com que oprime os infelizes paraguaios. Esta façanha foi praticada pela esquadilha paraguaia: que desceu o rio expressamente para este fim conforme diz a participação feita ao governo argentino."*

**Edição n° 1068, Ano X, de 20 de julho de 1865.**

- Texto da página 3, "Seção Noticiosa", intitulado "A guerra do Brasil", onde lê-se: *"Pelo paquete Guienne, entrado no Tejo no Sábado último, receberam-se as seguintes notícias*



*respeito à guerra do Brasil: Os paraguaios, batidos e obrigados a retirar de Corrientes por uma força argentina e outra brasileira, protegidas pela esquadra imperial, calculando-se as perdas paraguaias em 900 homens e as dos aliados em 250, tornaram a ocupar a dita cidade com uma força de 9.000 homens. A esquadra brasileira continuava nas Três Bocas, de onde auxilia e protege as operações. Para o sul, continuavam a marchar forças em larga escala. As forças aliadas calculam-se em 90.750 homens. O exército inimigo crê-se que tem em pé de guerra 50.000 homens. Na Câmara temporária foram adotados os créditos extraordinários pedidos pelo governo para as despesas da guerra. O Barão de Mauá mandou por à disposição do governo a quantia de 20 contos de réis; e o seu exemplo tem sido imitado por diversos cavalheiros".*

**Edição nº 1072, Ano X, de 25 de julho de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "Exterior", onde lê-se: *"Os grandes preparativos bélicos e os movimentos ativos do exército brasileiro e argentino indicam que muito breve começará o período de ação contra o Paraguai. As forças brasileiras acampadas ao norte do rio Daiman, quase em frente da Concórdia, devem dirigir-se a esta cidade onde se organizará todo o exército aliado. No porto de Corrientes, os paraguaios fizeram fogo sobre um escaler do vapor inglês Ditterold, e mataram vários marinheiros, ferindo também um oficial."*

**Edição nº 1078, Ano X, de 2 de agosto de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado BRASIL, Rio de Janeiro, 7 de julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto), onde lê-se: *"Transcrito do Commercio do Porto, destaca o combate naval de Riachuelo em 11 de junho: No dia 29 de junho chegou a este porto o Oiapoque, de volta do sul, com as mais importantes notícias que até hoje têm vindo do teatro da guerra. O chefe da divisão Barroso, que tomou o comando da esquadra de evoluções no rio Paraná, deu aos paraguaios uma lição severa a 11 de junho, e provavelmente aniquilou por uma vez as forças de mar de López. A jornada de 11 de junho foi cheia de episódios e atos de bravura que recordam as façanhas dos grandes capitães portugueses que assoberbaram os mares com a sua coragem e extrema ousadia. [...] A batalha naval de 11 de junho é, pois, um fato assaz honroso para a marinha brasileira, conquanto a Reforma Pacífica, folha que representa em Montevideu o partido decaído, dissesse que toda a glória cabia ao chefe Barroso e ao seu práctico Bernardino, os quais são portugueses de nascimento, e foram os heróis do dia, nem por isso se pode desconhecer que a marinha imperial se portou galhardamente, embora mesmo o seu chefe e a parte talvez a mais seleta das suas equipagens, menos oficiais, se componha de marinheiros-portugueses ao serviço do Brasil. [...] Corre que o chefe Barroso vai ser elevado a chefe de esquadra, e feito grã-cruz da Ordem da Rosa, com o título de Barão do Amazonas, nome que o leitor já sabe o é da fragata que sob o seu comando superior representou o mais brilhante papei na ação".*

**Edição nº 1079, Ano X, de 3 de agosto de 1865.**

- Texto da página 3, Seção "Noticiosa", intitulado **"RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A INGLATERRA**, onde lê-se: *"Commercio do Porto – Acerca do restabelecimento das relações entre o Brasil e a Inglaterra, a que se refere o discurso real da abertura das Câmaras, lê-se no Times de 26 de julho o seguinte: 'Em resultado da correspondência entre os governos inglês, português e o do Brasil, este último aceita as propostas do governo de S. M., a Rainha Victoria, de fevereiro passado, e, por isso, as relações diplomáticas serão brevemente restabelecidas. Esta feliz*

reconciliação é em grande parte devida à mediação do governo português e aos esforços amigáveis e incansáveis do Conde de Lavradio, ministro de S. M. D. Luiz na Corte de S. James. Corre que o ministro Thornton, de Buenos Aires, vai para o Rio. O fato de que faz menção o jornal inglês, se é de estimar por ter posto termo a uma desinteligência verdadeiramente lamentável, é ao mesmo tempo sumamente honroso para o monarca português, cuja mediação, tão lisonjeiramente aceita, produziu o satisfatório resultado que refere o Times, e a que S.M. aludiu, no seu discurso, por ocasião da inauguração dos trabalhos parlamentares. Folgamos sinceramente que terminasse a pendência que tinha interrompidas as relações amigáveis dos dois países, e que esse restabelecimento se operasse por efeito da mediação do nosso soberano." (grifo nosso) Nota-se que muitas notícias são transcritas do *O Commercio do Porto*, entretanto, existe uma mudança no título (chamada) do artigo.

**Edição n° 1081, Ano X, de 5 de agosto de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 7 de Julho (Corresp. Part. do Commercio do Porto), onde lê-se: "*transcrito do Commercio do Porto, apresenta uma resenha noticiosa sobre o Império de D. Pedro II: Corpo do exército paraguaio teria entrado em São Borja, "e passado à espada os dois regimentos de voluntários que aí se achavam, sendo um dos alemães que se alistaram em Pelotas e outro o primeiro de Voluntários da Corte". López em pessoa na cidade de Corrientes para animar com sua presença as tropas guaranis e preparar os meios de melhor receber o inimigo. Marquês de Olinda eleito presidente do Conselho de Ministros. Imperador decidiu partir para o Rio Grande do Sul, "para com sua presença e o seu prestígio animar o exército e repelir o inimigo que pisa o nosso território". As duas câmaras receberam "com vivas demonstrações de contentamento esta notícia, e mandaram comissões de seu seio agradecer ao Imperador esse ato de patriotismo". Com o Imperador, vai o Duque de Saxe, o ministro da guerra Ferraz, o Marquês de Caxias e o general Cabral, seu ajudante de Campo. Bispo de Assunção "pregou ao povo, dizendo-lhe que os que morressem em combate iriam ressurgir na Assunção!". Folha de Buenos Aires "não perdeu o ensejo de fazer espírito à custa de tal tolice e acrescentou que para dar mais valor às palavras do bispo, o presidente López proclamava que aqueles que tendo morrido em combate não se apresentassem depois na Assunção, seriam fuzilados!"*

**Edição n° 1094, Ano X, de 22 de agosto de 1865.**

- Texto da página 2, Seção "Exterior", onde lê-se: "*A campanha empreendida pelo Brasil contra o Paraguai continua oferecendo os diferentes episódios, que apresentam sempre todas as guerras. Da folha oficial do Rio de Janeiro, extraímos as seguintes notícias, sobre a resolução tomada pelo general Urquiza: 'O fato da dissolução das forças de Urquiza (em número de 10.000 homens) vai agora tomando na opinião pública maiores proporções, à medida que se apreciam os pormenores do sucesso. Já parece fora de dúvida que nele entrou mão traidora, e que entre esse sucesso e as operações que o ditador do Paraguai pratica em Corrientes e no Rio Grande havia uma combinação, cujo fim era por ventura reter, pelo menos, a marcha do exército aliado, privando-o do seu melhor elemento de mobilidade, a cavalaria entre-riana (sic). Exata ou não essa conjectura, já se apontam nomes, cujos precedentes e opiniões conhecidas parecem justificar a suspeita que pesa sobre eles. Entre esses nomes notam-se os dos coronéis Navarro e Beron, chefes das divisões de Nogoya, que sempre se mostraram adversos à atualidade da república argentina. O mesmo Urquiza não escapa à suspeita de traição que a opinião pública fulmina contra contra aqueles que não se pejaram de abandonar*

*a defesa da honra nacional na hora do perigo. Energia e castigo dos traidores, seja quem for, é o reclamo que de todas as partes se dirige ao governo e que este parece escutar ordenando a toda a pressa a mobilização de novos corpos da Guarda Nacional da capital e das províncias. Entretanto, a parte moderada da população crê ainda na boa fé e lealdade do general Urquiza, cujos mesmos interesses, encarados por todas as faces, o impelem ao cumprimento do mais sagrado dever do cidadão. Em abono dessa opinião vem a carta que Urquiza dirigiu ao general Mitre, e que aqui transcrevemos (o texto foi publicado na íntegra). [...] A par dessa notícia, causou em Buenos Aires a mais agradável impressão a da vinda de Sua Majestade, o Imperador, ao Rio Grande. [...] Anunciam também as folhas desta capital a remessa feita pelo governo brasileiro ao argentino, como adiantamento ao empréstimo que este mandou contratar em Londres. Há dias haviam eles também anunciado outra remessa de 250.000 patacões além de 3.000 espingardas."*

**Edição n° 1103, Ano X, de 1° de setembro de 1865.**

- Texto da página 3, seção "Exterior", onde lê-se: *"A guerra do Brasil com o Paraguai não apresenta um aspecto favorável ao Império. Os paraguaios mostram-se mais enérgicos e decididos, e ultimamente obtiveram algumas vantagens, apossando-se de São Borja. O Imperador chegou ao Rio Grande no dia 16 de julho, e foi recebido com o maior entusiasmo. Trajava de marechal-general e boné Cavanhaque, diz uma correspondência, com o que muito tem simpatizado o povo. Já tinha chegado ao Rio de Janeiro uma fragata couraçada construída em França, e dizia-se que em breve partiria para o Rio da Prata. Na povoação de Serpa, província de Amazonas, segundo lemos no Diário do Grão Pará, no dia 16 de junho, desembarcaram uns 60 homens, e aí exigiram a entrega das armas que havia na vila, o que conseguiram; e colocaram-se em estado de verdadeira rebelião. O fim destes tumultos descreve-o nestes termos o jornal aludido: 'Mas o espanto e o terror dos portugueses subiu de ponto quando viram, ao ir em defesa do país e dos habitantes de Serpa, que os acontecimentos que aí se davam eram tão somente contra eles, pois que ao encaminharem-se ao quartel, ponto natural da reunião de forças, ouviram não só vozes no sentido indicado como mais tarde presenciaram a realidade de uma revolta contra as suas pessoas, com a morte dada ao infeliz comerciante português Francisco José Coelho, desapidadamente assassinado!' Além do português morto houve outro ferido, por nome José Fernandes, e ainda outro. Os estrangeiros retiraram-se todos para Manaus, no vapor Tapajós. A autoridade superior da província fez sair o vapor Pirejá com 70 homens de tropa para conter os revoltosos, e garantir a tranqüilidade pública, Mas o jornal citado queixa-se de que as autoridades de Serpa nada fizeram para evitar as cenas de desordem e sangue que enlutaram a vila de Serpa, estigmatiza asperamente o seu desleixo, chegando a dar a entender que houve cumplicidade em algumas autoridades policiais da vila. Acrescenta que é de crer que nesta questão se ponha silêncio para evitar conflitos internacionais no estado em que se acha o Império. O chefe dos assassinos dos súditos portugueses escapou-se salvo!"*

**Edição n° 1132, Ano X, de 6 de outubro de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", transcrito do jornal Conimbricense (correspondência datada do Rio de Janeiro em 4 de agosto de 1865), apresenta uma extensa resenha noticiosa da guerra. Destaca-se: *"A questão que aqui prende e continuará a prender a atenção pública é a guerra com a bárbara república do Paraguai. Se até há pouco se esperavam com ansiedade as notícias do sul, agora, depois que o Imperador foi pessoalmente ver, e por assim dizer, dirigir os detalhes da campanha, a ansiedade*

pública tem crescido a ponto tal que nota-se no rosto de todos a impaciência e o interesse com que se procuram as notícias chegadas por qualquer vapor que vem do sul em demanda deste porto. E assim deve ser: nacionais e estrangeiros acalentam os mesmos sentimentos. Se uns sentem a necessidade de defender os seus brios nacionais, e vingar as afrontas recebidas, outros sentem o desejo de ver triunfar uma causa justa e civilizadora, e esses e outros conhecem o quanto sofrem os seus interesses enquanto durar a guerra, e todos apreciam e admiram a dedicação com que o Imperador se empenha para acabar com os sofrimentos da nação, levando de vencida as hordas paraguaias. A 16 do passado (julho) chegou S.M.I. à cidade do Rio Grande, em companhia de S. A. , o sr. Duque de Saxe, seu augusto genro. Durante o trajeto da viagem, o Imperador chamou para a sua mesa a todos os passageiros da ré, cuja generosa e nobre ação fez aumentar (se é possível) a grande popularidade que tão merecidamente goza S. M. O Imperador foi acolhido com grandes e sinceras demonstrações de regozijo e entusiasmo, apesar de não ser esperado naquela cidade. [...] À 19 chegou o Imperador à bela cidade de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul, onde foi acolhido com as mesmas provas de entusiasmo e veneração. E que os rio-grandenses sabem apreciar a nobreza dos sentimentos do Imperador, e aquilatar a vantagem que resultará da presença do augusto chefe da nação no teatro onde tem de representar-se grandes feitos das armas. S. M. tencionava em breve seguir para São Gabriel, onde se fixaria o acampamento do novo exército que vai levantar-se. O general Barão de Porto Alegre foi nomeado comandante em chefe do exército em operações na província, e seguiu logo para a campanha. [...] Por onde quer que o Imperador passava, socorria os pobres, entusiasmava o povo, fazia desaparecer as desinteligências e satisfazia a todos. Em breve, o resto do povo rio-grandense, que ainda não se acha em armas, estará armado como um só soldado em torno do seu Imperador. Salve! Bela e grandiosa província de São Pedro do Rio Grande do Sul! A mais heróica e formosa estrela das vinte que ornam a coroa do império sul-americano! No Rio Grande, foi publicada a lei marcial. A vila de São Borja, tomada pelos paraguaios, foi por eles saqueada e incendiada, assim como quatro grandes estâncias (fazendas), e na vila de Itaqui assassinaram o súdito português Antonio Jardim Porto. Assim tem eles procedido na província de Mato Grosso, onde tem assassinado quantos estrangeiros encontram! Naquela vila nem respeitaram os templos (e dizem-se católicos!), roubando-lhes as alfaias, que foram mandadas para a Assunção. Toda a grande comarca de São Borja acha-se em poder daqueles vândalos. As famílias fogem espavoridas, tendo morrido algumas mulheres e crianças pelos pantanais que se acham cobertos de água. Algumas mães, aterradas pelos bárbaros que lhes seguiam no encalço, deixaram seus filhos mortos nas estradas e nos campos, insepultos! E ainda haverá na Europa quem crimine o Brasil, por causa desta guerra, e tente desculpar López e os seus bárbaros satrapas?! [...] Como o exército entre-riano de Urquiza fosse inesperada e repentinamente dissolvido por este general, em consequência de ter-se sublevado parte do seu exército, espalhou-se que Urquiza cometera uma traição revoltante, agravada pela mais insólita hipocrisia. Este caudilho nunca foi santo da minha folhinha, no entanto, custava-me a crer que ele assim procedesse, o que iria de encontro aos próprios interesses do general, que tem ricas e extensas propriedades na província de que é chefe, se a causa de López for perdida (como há de ser), Urquiza ver-se-ia altamente prejudicado, tendo de expatriar-se. Ao passo que o general fazia protestos de lealdade ao presidente da Confederação Argentina, quase toda a imprensa do Prata o desculpava, e o que é certo é que na última data constava que já tinha um novo exército que atingia a perto de 4 mil homens. Sabia-se que a varíola e a disenteria lavravam com intensidade na grande

*divisão do general paraguaio Robles, havendo dias em que sucumbiam 50 pessoas. Constava que o próprio López, que se achava em Corrientes, fora atacado duma daquelas epidemias. Deus me perdoe, mas antes ele fosse chamado à bem-aventurança, porque assim poupar-se-iam muitas centenas de vidas, e de sangue precioso. Constava mais, que no coração do Paraguai tinha rebentado uma revolução capitaneada pelo irmão de López, o que todavia duvido, visto que este infeliz por ser dotado de sentimentos humanitários e civilizadores, se achava debaixo de boa guarda por ordem do tirano. O que não padecia dúvida era que vinte e cinco índios da tribo Guaicurú, semi-civilizados, foram fuzilados por terem fornecido carne à esquadra brasileira no Paraná. [...] Fala-se em suspensão de garantias - em grande recrutamento, e em chamar grande número de guardas nacionais às armas. Sempre tive aversão às ditaduras, por saber que as autoridades quase sempre abusam do poder, cometendo arbitrariedades, e exercendo abusos e vinganças. Apesar disso, não deixo de conhecer que talvez esta medida, na atual conjuntura, seja uma necessidade. Se, porém, o governo lançar mão desta medida, e não atender convenientemente às circunstâncias locais de algumas províncias, receio de deploráveis acontecimentos. A província de São Paulo, por exemplo, foco de grande número de escravatura – se tiver lugar o recrutamento em grande escala, e marchar para o sul a guarda nacional, fica por demais sujeita a uma sublevação de escravos, e só o pensar nas nefastas conseqüências de uma insurreição de escravos, onde se repetiriam as bárbaras e repugnantes cenas da ilha de São Domingos, deixa um homem desorientado! E os meus receios não são infundados, pois conheço bem aquela província, para rezear o que acima deixo dito, ainda mais na presente época em que os escravos ainda são altaneiros. Enquanto no Brasil existir a escravidão – esse cancro social, como lhe chama um ilustre brasileiro, toda a cautela é pouca."*

**Edição nº 1261, Ano XI, de 31 de maio de 1866.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", transcrito do Commercio do Porto, alguns trechos das notícias que vão chegando da guerra contra o Paraguai. Destaca-se: *"Na madrugada de 16 de abril 10.000 brasileiros, comandados pelo marechal Osório, com 8 peças de campanha, e o 1º Corpo do Exército Argentino, contando uns 3.000 homens, desembarcavam perto da foz do Paraguai e, sustentados pelo fogo da esquadra brasileira, marchavam beira-rio por caminhos difíceis, e debaixo de copiosa chuva, na direção do forte de Itaipirú. O desembarque foi tão feliz que apenas lhes custou 3 mortos e 19 feridos"*.

*"Em 18 de abril, as bandeiras aliadas tremulavam sobre as ruínas do forte Itaipirú foi o marechal Osório o herói desta jornada, e os soldados brasileiros sob o seu comando, que formaram a vanguarda no desembarque e colheram os primeiros louros, combateram com um valor e entusiasmo dignos dos defensores de um povo livre e de uma justa e nobre causa."*

**Edição nº 1273, Ano XI, de 30 de junho de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL", transcrito do jornal *Diario Mercantil*, apresenta uma resenha do Império brasileiro, onde lê-se: *"Grande batalha de 24 de maio"*, (Tuiuti), destaca-se: *"Esta batalha, a mais sanguinolenta da América do Sul, durou mais de quatro horas, fugindo afinal o inimigo em completa desordem. (...) Observou-se fraqueza do inimigo, visto um premeditado plano, tendo-se sustentado nos seus entricheiramentos aonde se empenhou mais renhido o combate, O general Osório foi contuso de uma bala e teve o cavalo morto. O brigadeiro Antonio de Sampaio, comandante da 3ª divisão, saiu de campo com três ferimentos, que contudo se não julgam*

*mortais. Morreu no combate o coronel José da Rocha Galvão, comandante do terceiro de Voluntários. O tenente-coronel, dr. Pinheiro Guimarães, teve também ferimentos graves, mas que se não julgam mortais; achando-se gravemente feridos os majores Francisco dos Guimarães Peixoto e Inocêncio Cavalcanti". O texto também informa que o movimento comercial no Brasil era "frouxo".*

**Edição nº 1280, Ano XI, de 17 de julho de 1866.**

- Texto da página 1, Seção "Exterior", onde lê-se: *"Acabam de desembarcar os passageiros vindos no paquete Estremadure. As notícias que dão os passageiros são as seguintes: Depois de um combate pouco feliz para os aliados, retiraram estes para o Passo da Pátria, pedindo novamente um reforço de 20:000 homens, sem o qual não avançam. Conserva-se ainda o mesmo ministério. Correu o boato de que o Imperador D. Pedro voltava para o teatro da guerra, mas este boato é desmentido."*

**Edição nº 1281, Ano XI, de 19 de julho de 1866.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – Batalha de 24 de maio nas margens do Paraguai" apresenta detalhes do maior combate da guerra e a "brilhante vitória" sobre o inimigo. Destaca-se: *"Os prisioneiros feitos pelo exército aliado passam de 340, na maior parte feridos. Pelo número de mortos, pode-se calcular o de feridos que terá o inimigo; assim é que supondo que seja o dobro, isto é, mais de 8.000, a batalha de Tuiuti custa a López mais de 12.000 homens fora de combate. Pode dizer-se que é esta uma das mais sanguinolentas batalhas que se tem pelejado nesta parte da América. [...] Enquanto a ele (López), ficou uma légua atrás do seu acampamento com sua escolta e alguma força mais".*

**Edição nº 1283, Ano XI, de 24 de julho de 1866.**

- Texto da página 3, intitulado "A situação financeira e o banco do Brasil", transcrito do Jornal do Commercio, oferece uma análise, onde lê-se, *"da cada vez mais agravada e embaraçosa situação deste Império"*, lembrando que o clima geral é de desconfiança, *"por não se tomar uma medida salvadora, nem a guerra com o Paraguai apresentar sintoma de se concluir breve"*.

**Edição nº 1294, Ano XII, de 18 de agosto de 1866.**

- Texto da página 2, intitulado "Brasil", onde lê-se: *"As datas do Rio de Janeiro alcançam a 24 do passado mês de julho. Eram do dia 9 as últimas notícias do teatro da guerra. Afora alguns tipos de peça que os paraguaios faziam quase diariamente para o acampamento aliado, com preferência para o brasileiro, e que pouco dano causavam, cessando apenas a artilharia raiada brasileira lhes respondia, segundo dizem as folhas do Rio, nada tinha ocorrido entre os dois exércitos. Apenas uma vez ou outra havia algum fogo de espingardaria nas avançadas. Reportava-se muito próxima a chegada do exército do Barão de Porto Alegre - cuja vanguarda estava a 10 de julho em Itaybaté em marcha para o Passo da Pátria. Sabia-se, contra o que se esperava, que vinha falho de cavalos. E nestas circunstâncias resolveu-se comprá-los no Rio da Prata, e para facilitar esta aquisição de 5.000 cavalos e 1.500 animais muares, considerados para este caso artigos de guerra, pagando-se aos donos um preço fixo. E já estavam chegando a Buenos Aires os vapores transportes, vindos de Corrientes. A esquadra mantinha-se inativa abaixo de Curupaity. Todas as noites os paraguaios dirigiam contra ela torpedos e brulotes, mas sem nunca lograrem fazer estragos nos navios. Mais felizes também não foram quando ultimamente assentaram artilharia em terra, e com ela foguetes de*

*Congreve procuraram incomodar a esquadra. De moléstias adquiridas na campanha morreu em Corrientes o general Antonio de Sousa Neto. Também morreu o Brigadeiro Sampaio, a bordo do Eponina, em viagem para Buenos Aires. O general Flores tencionava recolher-se em agosto ao estado oriental para ali organizar um governo constitucional.”*

**Edição n° 1300, Ano XII, de 1° de setembro de 1866.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de agosto", transcrito do Commercio do Porto, onde lê-se: *“Caiu o ministério presidido pelo velho Marquês de Olinda e fica organizado novo governo, sob a presidência do senador Zacarias de Góes e Vasconcelos. É a mais importante notícia que tem de atravessar o oceano neste paquete Rhone. Desde muitos dias constava que entre os membros do gabinete Olinda havia grave desinteligência. Eram causa as encontradas opiniões acerca do modo prático de afastar o país de sobre a voragem financeira, em que já tem afundidos os pés. Quase sem recursos de espécie alguma não pode o tesouro satisfazer os muitos e pesados sacrifícios que dele exigem os compromissos de honra, contraídos por causa da guerra fatal em que esta nação está empenhada. [...] Do teatro da guerra contra o Paraguai nada há a comunicar. A melhor informada folha desta capital (Jornal do Commercio) resume assim as notícias chegadas no dia 2 - últimas que temos: ...Tratava-se ativamente de mandar cavalos para o exército. Na província de Buenos Aires, tinham-se expropriado uns 5.000 que já principiavam a ser expedidos para o seu destino. De Montevidéu tinham largado dois vapores com mulas e cavalos, e a província de Entre-Rios já tinha fornecido alguns milhares de animais. As províncias argentinas nem todas estavam tranqüilas. Na de Córdoba, o governo legal foi derrubado por um partido faccioso, e ninguém sabia o que era feito do governador Ferreira. O cabeça da revolução, Cáceres, foi proclamado governador pelos seus parciais. [...] De Montevidéu, também nada há de importância. Suspirava-se pela volta do general Flores para organizar finalmente o governo constitucional, mas reconhecia-se que não podia aquele general retirar-se do teatro da guerra, antes que uma ação decisiva desse a questão por terminada ou pelo menos resolvida. [...] Na guerra contra o Paraguai, foi a província da Bahia a que deu maiores e mais significativas provas de patriotismo. Das primeiras a oferecer voluntários e que maior número deles deu, foi ainda agora a que por um modo esplêndido, verdadeiramente patriótico, a que primeiro acudiu aos reclamos lastimosos que têm partido do exército em operações, pedindo médicos, remédios e fios para curar os infelizes soldados que adoecem ou são feridos em combate. Muitos médicos distintos da cidade da Bahia, alguns deles lentes da escola de medicina daquela cidade, deram de mão a todas as suas comodidades e interesses, e vieram oferecer-se ao governo como voluntários, para serem empregados nos hospitais do sul. Acompanharam-os muitos moços estudantes da referida escola, e a exemplo destes, grande número dos estudantes da faculdade desta Corte se dispôs a acompanhar os seus colegas da Bahia. Já há dias seguiram todos para o seu destino. Foi decretado que todos os alunos que marchassem para o exército brasileiro no sul fossem aprovados nos respectivos anos em que estivessem matriculados.”*

**Edição n° 1310, Ano XII, de 25 de setembro de 1866.**

- Texto da página 2, intitulado "Noticias da Guerra", transcreve trechos do jornal La Nacional, de Buenos Aires, com detalhes dos combates nos dias 16 e 18 de agosto e da movimentação das tropas até o dia 26 de agosto, quando se verificaram tiros de canhão, vindos das posições paraguaias estacionadas em Curupaity.

**Edição nº 1311, Ano XII, de 27 de setembro de 1866.**

- Texto da página 2, Seção "Exterior", intitulado "AMERICA DO SUL", onde lê-se: *"A guerra do Paraguai ocasionou um conflito entre as repúblicas do sul da América aliadas contra a Espanha. No tratado ajustado entre o Brasil, Uruguai e Buenos Aires há algumas cláusulas que afetam a integridade territorial da Bolívia, e por causa das quais esta nação enviou um enérgico protesto à República Argentina e às outras partes cuja adesão perturbaria o seu direito. Este documento coincide com outro protesto mais arrogante e menos justificável que formulou o ministro dos Negócios Estrangeiros do Peru contra os governos do Brasil, do Uruguai e da República Argentina, declarando que nem o Peru nem os seus aliados consentiriam que se cometam violações injustificáveis contra a soberania e integridade de uma nação do sul da América como o Paraguai; à qual se quer converter em Polônia deste continente. O protesto do governo peruano a favor do Paraguai e contra o Brasil e as Repúblicas do Uruguai e da Prata agradou ao governo boliviano, porém não ao do Chile, sendo muito provável que aquele ato influa consideravelmente na contenda hispano-chilo peruana."*

**Edição nº 1320, Ano XII, de 18 de outubro de 1866.**

- Texto da página 3, Seção "Exterior", traz uma resenha de dois jornais brasileiros, o Diário Mercantil e Jornal do Commercio, sobre a tomada de Curuzú, nos primeiros dias de setembro de 1866.

**Edição nº 1321, Ano XII, de 20 de outubro de 1866.**

- Texto da página 2, Seção "Exterior", publica a íntegra dos ofícios do Conselheiro Octaviano e do Barão de Porto Alegre sobre a tomada do forte de Curuzú.

**Edição nº 1333, Ano XII, de 20 de novembro de 1866.**

- Texto da página 2, intitulado "Brasil", com uma resenha de jornais uruguaios sobre as movimentações militares depois do ataque à Curupaity e uma série de notas do Diário Mercantil, com informações variadas sobre o Brasil, da nomeação de Caxias para comandar as forças brasileiras no Paraguai à ocorrência de um grave temporal em Rio Grande.

**Edição nº 1346, Ano XII, de 22 de dezembro de 1866.**

- Texto da página 2, Seção "Exterior", intitulado "Brasil", faz uma resenha noticiosa até 24 de novembro (9 de novembro do teatro da guerra), baseada em cartas e jornais da Corte brasileira. Há elogios ao "excelente" espírito militar das tropas aliadas e o registro da expectativa positiva gerada pela iminente chegada do Marquês de Caxias para comandar as forças brasileiras.

**Edição nº 1355 Ano XIII de 19 de janeiro de 1867.**

- Texto da página 3, Seção "Exterior", intitulado "Brasil, Rio de Janeiro 23 de dezembro", apresenta uma resenha de informações publicadas pelo Commercio do Porto, onde lê-se: *"Não temos notícias importantes da guerra contra o Paraguai", destaca o texto, revelando que Caxias está reorganizando o exército brasileiro. O bloco "Notícias do Acampamento" informa que teria havido um movimento revolucionário no Paraguai contra o "despótico e tirânico López". As fontes são oficiais brasileiras. "Declara o mensageiro que quando López pediu a entrevista com o general Mitre já tinha conhecimento da segunda vitória alcançada pelos revolucionários", escreveu o general Henrique de Castro."*



**Edição nº 1366, Ano XIII, de 16 de fevereiro de 1867.**

- Texto da página 3, “Seção Noticiosa”, intitulado "ABERTURA DO RIO AMAZONAS, onde lê-se: *“A imprensa dos Estados Unidos registrou com muito louvor para o governo brasileiro o decreto que ordenou a abertura do rio Amazonas ao comércio do mundo, notando as vantagens que desta providência hão de provir para o comércio das nações e particularmente para o de New York, que mantém relações com os principais portos do Brasil por meio de uma carreira regular de vapores, que funciona há algum tempo. As esperanças que o ato do governo brasileiro criou na opinião pública foram brilhantemente confirmadas pelo testemunho autorizado do célebre Agassiz, que, em muitas preleções públicas, deu conta da sua última viagem ao vale do Amazonas, que ele julga destinado, como já o havia predito Humboldt, a um imenso futuro comercial. O Sr. Agassiz fez as suas preleções em Brooklyn, que fica próximo de New York, e teve sempre uma numerosa concorrência de ouvintes. A popularidade que Sua Majestade, o Imperador do Brasil, já tinha entre os americanos aumentou bastante com a providência que acaba de tomar e que não é o ato de menos importância do seu reinado, como se colhe do modo assaz lisonjeiro como foi apreciada pela imprensa da Europa e dos Estados Unidos.”*

**Edição nº 1379, Ano XIII, de 21 de março de 1867.**

- Texto da página 3, Seção “Exterior”, intitulado “PAQUETE DO BRASIL”, destaca o fato de Mitre ter entregue ao Marquês de Caxias o comando dos exércitos aliados.

**Edição nº 1391, Ano XIII, de 18 de abril de 1867.**

- Texto da página 3, Seção "Exterior", com base no Commercio do Porto, informa a morte do general paraguaio José E. Diaz, *“notável general do exército de López”*, e que o governo brasileiro havia chamado mais 8.000 praças da Guarda Nacional. Destaca que esse decreto imperial desagradou muita gente.

**Edição nº 1453, Ano XIV, de 17 de setembro de 1867.**

- Texto da página 2, Seção “Exterior”, informa que o fim da guerra está próximo. Corumbá havia sido retomada pelos aliados.

**Edição nº 1459, Ano XIV, de 1º de outubro de 1867.**

- Texto da página 3, Seção “Exterior”, intitulado "BRASIL", publica uma resenha baseada no jornal Commercio do Porto. Destaca no texto a passagem de Curupaity em 15 de agosto de 1867 e a acusação que pesava sobre Mitre de pretender aniquilar o exército brasileiro e a esquadra.

**Edição nº 1467, Ano XIV, de 19 de outubro de 1867.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", apresenta uma resenha baseada no Commercio do Porto, onde destacam os boatos sobre a morte do general Urquiza e o temor de uma guerra futura com a Argentina.

**Edição nº 1473, Ano XIV, de 5 de novembro de 1867.**

- Texto da página 3, intitulado "BRAS! RIO DE JANEIRO, 8 DE OUTUBRO", mais uma resenha baseada no jornal Commercio do Porto, onde destacam boatos de um tratado de paz negociado pela Legação Inglesa em Buenos Aires, *“que ponha termo a essa prolongadíssima e desastrosa guerra”*.

**Edição nº 1474, Ano XIV, de 7 de novembro de 1867.**

- Texto da página 2, Seção “Exterior”, destaca a tomada da cidade paraguaia de Pilar pelas forças aliadas e a continuação do bombardeio “vigoroso” de Humaitá.

**Edição nº 1502, Ano XIV, de 18 de janeiro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL, RIO DE JANEIRO, 23 DE DEZEMBRO", mais uma transcrição do *Commercio do Porto*. Entre outras notas do teatro de operações no Paraguai e da Corte no Rio de Janeiro, destacam-se **críticas ao prolongamento da guerra**: “*Estas frases (como, por exemplo, a de que o cerco às forças de López é tão grande que até lhes faltará o ar para respirar) são ditas e escritas com o mesmo critério daquelas outras do princípio da guerra, isto é, de que o exército de López era composto de crianças, mendigos e inválidos, armados de paus em vez de espingardas, e que para combater inimigos tais não precisava o Brasil nem de exército, nem de esquadra.*” (grifo nosso)

**Edição nº 1507, Ano XIV, de 30 de janeiro de 1868.**

- Texto da página 3, Seção “Noticiosa”, intitulado "O nº 3 e a guerra do Paraguai”, destaca-se: “*No Rio-Grandense, jornal de Porto Alegre, lê-se o seguinte: 3 anos tem durado a guerra atual.*

*3 pessoas reais vieram ao exército*

*3 nações aliaram-se para fazer a guerra.*

*3 corpos do exército se organizaram.*

*3 titulares comandam os 3 corpos brasileiros.*

*3 foram os pontos invadidos pelo inimigo: Rio Grande, Mato Grosso e*

*Corrientes.*

*3 generais em chefe tem todo o exército brasileiro: Caxias, Polydoro e*

*Osório.*

*3 ministros tem dirigido os negócios do Brasil ali no exército.*

*3 figuras representou Curuzú: na tomada, na reconstrução, no arrasamento!*

*3 grandes divisões tem a esquadra brasileira.*

*3 pestes tem acometido os exércitos: febre amarela, tifo e cólera.*

*3 generais tem morrido em campanha: Netto, Canabarro e Sampaio.*

*3 são as tentativas de extermínio dos generais oriental e argentino.*

*3 são as experiências do balão aerostático.*

*3 são os nomes do presidente do Paraguai.*

*3 nomes tem o general Mitre. 3 também o general Visconde de Porto Alegre.*

*3 tem o Barão de Herval.*

*3 pontos foram tomados na província pelos paraguaios.*

*3 presidentes tem tido esta província durante a guerra, B. V., G, H. de M.*

*3 nomes tem o general Flores.*

*3 pontos tem sido tomados ao inimigo em seus acampamentos: Passo da*

*Pátria, Curuzú e Ilha.”*

**Edição n° 1509, Ano XIV, de 4 de fevereiro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de janeiro", transcreve matéria publicada pelo Commercio do Porto, onde lê-se: *"Estreita-se o cerco ao ditador daquela república (Paraguai), que dentro de breve tempo até lhes faltaria o ar para respirar. Mas ainda há muita dúvida sobre a possibilidade da guerra acabar logo. O que é certo é que López não está tão estreitamente sitiado como se apregoa. Província argentina de Santa Fé "revolucionou-se contra as autoridades legais, e os revoltosos estavam senhores da cidade do Rosário". Chefe de Entre-Rios poderia estar por trás de tudo. Diz-se que é Urquiza quem fomenta a revolta, despeitado como está, contra o presidente Mitre, pela maneira pública e categórica com que este se pronunciou contra a sua candidatura à chefe da República. Consta mais, que Urquiza diz que está disposto a mostrar a Mitre que tem recursos bastantes para vencê-lo e tirar-lhe das mãos as rédeas do governo, o que seria uma calamidade para o Brasil, em consequência da amizade existente entre aquele caudilho e o presidente do Paraguai. Dificuldades na convocação para a guerra. Que a guerra está ainda longe do seu natural desfecho, di-lo bem clara e amargamente o modo por que se procede aqui ao recrutamento. Nestes últimos dias deram uma caçada nos negros minas livres, que se empregam na venda de legumes e aves, que aqui denominam quitanda, e não contentes com este abuso, passaram a outro, mais inqualificável, capturando pretos carregadores, chamados do ganho, sobre cuja condição de escravos não podia haver dúvida. Estes foram reclamados por seus senhores e consta que a legação inglesa reclamara contra a prisão daqueles, dos quais muitos seguiram incontinentemente para as fileiras do exército. Era curioso ver e ouvir o infernal barulho que as pobres pretas minas faziam na polícia e no quartel reclamando as caras metades, que nada tinham que ver com a guerra, nem com quem a faz. Ex-redator em chefe do Diario do Rio de Janeiro, Quintino Bocaiúva, parece querer deixar a vida jornalística e literária, com a qual adquiriu merecida e justa nomeação, e está agora à frente de uma empresa para a abertura de duas estradas de rodagem desde a Barra do Pirai até a cidade de Valença e até o Passa-Vinte, na província do Rio de Janeiro. Situação financeira preocupa. O câmbio já fica a 19 e meio d. sobre Londres, e cada soberano já custa 12\$500 réis. Onde irá isto parar?"*

**Edição n° 1516, Ano XIV, de 20 de fevereiro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – RIO DE JANEIRO, 24 DE JANEIRO", transcreve, matéria publicada pelo Commercio do Porto. Destaca-se: *"Exército aliado continua imóvel. Mitre já deve estar em Buenos Aires: cholera morbus matou o vice-presidente argentino Marcos Paz. Impossível prever até quando durará a guerra. Estado monetário continua deplorável: a moeda papel do Império vale cada vez menos."*

**Edição n° 1533, Ano XIV, de 4 de abril de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL", apresenta uma resenha transcrita do Commercio do Porto. Destaca-se: *"Três encouraçados passaram Humaitá sob fogo intenso, dia 19 de fevereiro. Bombardeio de Assunção no dia 20 de fevereiro. Revolução em Montevidéu capitaneada por Bernardo Berro culmina com o assassinato do general Flores."*

**Edição n° 1534, Ano XIV, de 7 de abril de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL - RIO DE JANEIRO, 8 DE MARÇO" destaca a passagem de Humaitá pelas forças brasileiras. São transcritos, na integra, os ofícios do

Marquês de Caxias e do Barão de Inhaúma aos ministros da Corte, detalhando a operação militar.

**Edição n° 1537, Ano XIV, de 18 de abril de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL – RIO DE JANEIRO, 23 DE MARÇO", transcreve do Commercio do Porto notícia sobre a passagem de Humaitá.

**Edição n° 1543, Ano XIV, de 2 de maio de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – RIO DE JANEIRO, 7 DE ABRIL", apresenta mais uma resenha do Commercio do Porto. O texto continua enaltecendo a passagem de Humaitá e prenuncia a "*queda próxima e inevitável de López*". São reproduzidos outros documentos oficiais brasileiros, assinados pelo Marquês de Caxias, com detalhes das manobras militares realizadas no Paraguai.

**Edição n° 1569, Ano XV, de 11 de julho de 1868.**

- Texto da página 3, Seção "Noticiosa", intitulado "EXÉRCITO DE MULHERES", destaca (citando "jornais de Buenos Aires e de língua inglesa naquela cidade") a organização de um exército feminino no Paraguai, comandado pela Madame Lynch. A matéria reconhece o importante papel das mulheres paraguaias na guerra, responsáveis pelo serviços nos hospitais, nos correios e nas provisões dos soldados, entre outras atividades.

**Edição n° 1585, Ano XV, de 18 de agosto de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL, RIO DE JANEIRO, 23 DE JULHO", apresenta nova resenha extraída do Commercio do Porto, ao longo de quase quatro colunas. As notícias são consideradas "*desanimadoras*", lamentando-se que a fortaleza de Humaitá não tivesse sido assaltada. Veicula boatos da saída da Argentina da Tríplice Aliança e dá conta de novo gabinete no Brasil.

**Edição n° 1589, Ano XV, de 27 de agosto de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", transcreve matéria do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, sobre um ataque a Humaitá e um combate no chaco. "*(...) Quanto heroísmo e quanto brio militar até os últimos momentos!*"

**Edição n° 1591, Ano XV, de 1º de setembro de 1868.**

- Texto da página 3, sem título específico, em três colunas transcritas do Commercio do Porto, dá detalhes da queda de Humaitá, elogia Caxias e Osório, e noticia que López descobriu uma conspiração, liderada por Berges e Carreras.

**Edição n° 1592, Ano XV, de 3 de setembro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - MAIS PORMENORES DA GUERRA", apresenta duas páginas com ofícios de militares brasileiros sobre a queda da fortaleza de Humaitá.

**Edição n° 1597, Ano XV, de 15 de setembro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "NOTÍCIAS DO BRASIL", notas transcritas do Commercio do Porto destaca que as fortalezas paraguaias de Timbó e Tebicuary continuam sendo bombardeadas e que está confirmado o fuzilamento de Berges e Carreras.

**Edição n° 1606, Ano XV, de 6 de outubro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - RIO DE JANEIRO, 9 DE SETEMBRO", apresenta, em três colunas, uma resenha transcrita do *Commercio do Porto*, contendo fortes críticas ao prolongamento da guerra, onde lê-se: "(...)homens e dinheiro vão desaparecendo naquele sorvedouro". Nem o Marquês de Caxias é poupado: "*Dizem os oficiais que ultimamente vem chegando do teatro da guerra que Tebicuary fará que a esquadra e o exército permaneçam muito tempo imóveis como estiveram em frente de Curupaity, e depois em frente de Humaitá. O Marquês de Caxias, a quem lealmente ninguém pode negar grandes qualidades como cidadão, tem um sistema singular como general. Espera e espera sempre! Parece que desde o começo da guerra se o nobre general tivesse levado o exército a empresas arrojadas contra o inimigo, menor teria sido o número de aliados mortos e mais vantajosos os resultados obtidos. Até onde irá isto? E se o Brasil, supondo que está sempre na véspera de vencer e aniquilar López, continuar com o sacrifício do dinheiro, e de vidas, não será ainda tempo para que as nações grandes e humanas aconselhem o fim desta imensa tragédia!*"

**Edição n° 1611, Ano XV, de 17 de outubro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "ACABOU A GUERRA DO BRASIL. PARABÊNS!", onde lê-se: "(...) grande contentamento do povo desta cidade com a confirmação da notícia de haver terminado a guerra entre o Brasil e o Paraguai. Houve foguetório na frente da Associação Comercial. **Damos os parabéns à respeitável classe comercial portuguesa e especialmente ao comércio bracarense, por ser chegado o termo das imensas dificuldades de transações e prejuízos ocorridos durante a guerra. Oxalá que o Brasil possa em breve cicatrizar as feridas recebidas durante uma luta prolongada e desastrosa, para que readquira depressa a sua grande importância comercial. É o Brasil filho de Portugal, e como tal tem sempre vivido conosco em estreitas relações. Se dos males do filho tocou grande quinhão ao pai, é quase certo que também teremos quinhão na sua glória e na sua futura prosperidade. Parabéns aos nossos irmãos do Brasil! Parabéns ao comércio do mundo inteiro!**" (grifo nosso)

**Edição n° 1612, Ano XV, de 20 de outubro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL RIO DE JANEIRO, 24 DE SETEMBRO", apresenta, em três colunas, uma resenha transcrita do *Commercio do Porto*. Destaca-se: "*O penúltimo vapor chegado do teatro da guerra fez escrever a todos os jornais: que López fugiu espavorido pelos sertões que levam à Bolívia'. Alguns davam já o tirano foragido, a bordo da canhoneira americana de guerra Wasp, e a guerra concluída. Posto que há largos meses se nos afiança o próximo fim da guerra, a harmonia dos jornais deram desta vez uma certa alegria, que a praça ressentiu-se dela em parte de suas transações. O câmbio subiu e as libras desceram. [...] A guerra de recursos deve dar ainda muito que fazer, não só porque o número das guerrilhas é respeitável, mas porque são elas compostas de soldados velhos. Será difícil que apareçam homens que queiram governar a Assunção, estando López a algumas léguas de distância, ainda mesmo conservando os aliados um corpo de exército para auxiliá-los. O que acabará num momento a guerra será a revolução interna. Essa sim. Não podendo ter confiança entre os seus, López ver-se-á na necessidade, inclusive, de fugir. Que tal revolução houve, ou pelo menos veementes indícios de conspiração, prova-o a crueldade cometida sobre os reputados cabeças. É horroroso ouvir a história dessa incrível hecatombe. O tirano não poupou ninguém; nem irmãos, nem generais, nem amigos, nem estrangeiros. Nos fossos do Tebicuary foram encontrados insepultos cerca de duzentos cadáveres. Grande número*

*daqueles que tanto o ajudaram, caíram debaixo das balas dos fuziladores. O próprio cônsul português naquela república, o sr, Leite Pereira, foi arrancado da casa da delegação dos Estados Unidos, e vitimado com outros personagens ilustres! Diz-se, à boca pequena, que para esta Corte vieram alguns números do Semanario, jornal oficial do Paraguai, onde vem feito o processo e relatadas as provas dos conspiradores, acompanhado tudo de uma espécie de manifesto às nações, em que o verdugo pretende justificar-se de tal carnificina. Não vi esse jornal, não quero portanto afiançar que tivesse vindo. Seja como quer que for, o ditador bárbaro pretende aniquilar a população do seu país. E coisa notável! Os paraguaios prisioneiros com quem tenho falado, não falam nem ouvem falar no Supremo', que se não descubram reverentemente! E lamentam não ter morrido na batalha, porque ao menos não ficariam suas famílias sujeitas à vergonha e ao desprezo! [...] **A julgar pela correspondência datada de Buenos Aires de 12 do corrente e publicada no Jornal do Commercio de 22, está a guerra acabada, e o exército aliado marchando para a Assunção. É pena que assim não seja. [...] Fala-se que a diplomacia está definitivamente encarregada de concluir a guerra. Isto vem pela centésima vez, porém agora argumentam com a subida para a Assunção do ministro inglês e do ministro americano. Se a guerra não pode acabar breve pela guerra, que acabe então pela paz. Basta de sacrifícios: o Brasil deve dar-se por satisfeito e vingado.*** (grifo nosso)

**Edição n° 1618, Ano XV, de 3 de novembro de 1868.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL". apresenta uma resenha transcrita do Commercio do Porto, referente a 9 de outubro. O texto destaca que os paraguaios abandonaram Angostura e se concentram em Villeta, e reproduz ofícios de Caxias ao ministro da Guerra, Barão de Muritiba, sobre as manobras militares no Paraguai e sobre seu testemunho dos cadáveres encontrados pelas forças brasileiras de possíveis fuzilados por López perto do rio Tebicuary. Entre os nomes indicados por prisioneiros paraguaios, estão os do vice-presidente Sánchez, general Bruguez, Carreras e seu secretário Rodriguez, entre mais de 300 vítimas. As edições n° 1700, de O Campeão das Províncias, em 4 de novembro de 1868 e a de n° 262, de O Braz Tisana, em 13 de novembro de 1868, também publicaram a carta do Marquês de Caxias sobre os fuzilamentos comandados por López.

**Edição n° 1623, Ano XV, de 14 de novembro de 1868.**

- Texto da página 3, Seção "Noticiosa", apresenta uma pequena nota, intitulada "PAQUETE DO BRASIL", informando que Caxias preparava-se para atacar o forte de Angostura.

**Edição n° 1638, Ano XV, de 19 de dezembro de 1868.**

- Texto da página 3, Seção "Noticiosa", apresenta uma pequena nota "NOTÍCIAS DO BRASIL", informando que López estava em Villeta, protegido pelos inacessíveis banhados da região.

**Edição n° 1648, Ano XV, de 19 de janeiro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL - RIO DE JANEIRO, 23 DE DEZEMBRO", transcreve o Commercio do Porto, onde lê-se: "Está terminada a guerra entre o Brasil e o Paraguai." O texto lembra a vitória "brilhante" das armas e a tomada de posições de Villeta e Angostura.

**Edição nº 1660, Ano XV, de 18 de fevereiro de 1869.**

- Texto da página 3, Seção "Noticiosa", intitulado "NOTÍCIAS DO BRASIL", anuncia, pela terceira vez em quatro meses, o fim da guerra, onde lê-se: "*Terminando a guerra terminou também o sorvedouro de muitas vidas e de grandes capitais, de que muito se ressentia o comércio e indústria do nosso país*".

**Edição nº 1661, Ano XV, de 20 de fevereiro de 1869.**

- Texto da página 2, sem um título específico. Onde lê-se que um correspondente de Santarém (com data de 16 de fevereiro) confirma a notícia do fim da guerra e dá detalhes: "*Até que finalmente deu os últimos arrancos a guerra do Paraguai. López si vera est fama fugiu para as montanhas acompanhado por Madame Lynch e o ministro americano.*"

**Edição nº 1662, Ano XV, de 23 de fevereiro de 1869.**

- Texto da capa, Seção "Folhetim", intitulado TRISTE MEMÓRIA HISTÓRICA DAS HORRÍVEIS ATROCIDADES PRATICADAS PELO EX-DITADOR DO PARAGUAI, FRANCISCO SOLANO LÓPEZ, ANTES E DEPOIS DA HOJE TERMINADA GUERRA COM O BRASIL - Vítimas que fez, casas que saqueou, entre umas e outras figuram muitos portugueses -, transcrito do jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa, **confirmando a execução dos diplomatas portugueses** e também assegurando que a guerra acabou. Destaca-se: "*Acredita-se, todavia, geralmente que López embarcou em um navio a vapor e está já na Bolívia, outros, enfim, afirmam que o ditador do Paraguai partiu em um navio americano. A cidade de Assunção foi encontrada em inteiro estado de abandono e militarmente ocupada a 5 de janeiro pelos aliados. Está, portanto, acabada a guerra e a diplomacia vai assumir a direção dos negócios. [...] Digamos agora algumas palavras a respeito dos horrores praticados por López. Sob o seu punho de ferro, o Paraguai viu desaparecer tudo quanto ai havia de distinto, assim entre os nacionais como os estrangeiros, tanto nos dignatários como nos oficiais militares. Foram todos sacrificados ao bárbaro ditador, que até seus próprios irmãos mandou fuzilar. A guerra, apesar de sanguinolenta e cruel como foi, não produziu tantos males como a bárbara sanha do iracundo ditador. López aniquilou o povo paraguaio, quebrou os laços mais sagrados, fez desaparecer a família e a cidade. Não existe hoje no Paraguai nem uma família, nem um povo, nem uma cidade, nem uma aldeia. López fez soldados dos velhos e das crianças. Recrutou mulheres, sujeitando-as a uma disciplina subordinada aos seus soldados, subordinação que a nossa pena se recusa a descrever, e da qual não eram excluídas as esposas de seus próprios irmãos. Suas irmãs foram obrigadas a assistir aos suplícios dos maridos, e seu irmão, Benicio (sic) López, foi fuzilado, apesar das súplicas, das orações e das lágrimas de sua mãe. Esta mísera mãe, condenada por verter lágrimas sobre o suplício do filho, foi exilada para os desertos do interior do país. E qual seria o crime desta vítimas imoladas à fúria do ditador López? Depois de um estudo profundo das tendências do caráter deste homem e dos costumes de tão desgraçado país, não receamos dizer que todas estas atrocidades foram praticadas só porque as vítimas recusaram levar sua abnegação até ao fanatismo selvagem de alguns sicários do ditador. Um gesto, uma lágrima, uma palavra, uma suspeita foram suficientes para condenar à morte estes mal-aventurados. [...] O dever que hoje tínhamos a cumprir parecia claramente indicado; a nossa missão era tentar resumir as impressões que nos causam o conhecimento que temos dos crimes, crueldades, violências, assassínios, roubos, prejuízos, ultrajes à moral, infâmias de toda a espécie, de que é culpado o tristemente famoso ditador da república do Paraguai. [...] Desde a infância, López*

revelou, sem cessar, ambição desmesurada, insaciável sede de mando, mas na esfera vulgar do crime. Assenhoreado das fortunas e das famílias do Paraguai, quis logo lançar a desonra entre as suas vítimas e escolheu uma donzela, Francisca Garmendia, para alvo de seus impuros deleites. Esta donzela, que é o mais interessante tipo, a mais nobre figura que sobreleva na interessante história do Paraguai, repeliu as exigências do imprudente coronel, que não desanimou perante tal resistência e, disfarçado em simples popular, se introduziu uma noite na habitação da donzela, que, fingindo desconhecê-lo, lhe deu algumas chicotadas. Francisco Solano fugiu e ocultou sempre o segredo deste ridículo e lastimável episódio. Não tardou, porém, que a misera família fosse exilada para o Chaco, e que o vingativo López se não vingasse dela em 20 anos de perseguição. [...] E é este homem que fez morrer no campo da batalha e nas torturas mais de 400.000 homens. López dizia a seus amigos pouco tempo antes de ser eleito presidente: — ‘A minha maior glória é a glória das armas. Acharei ocasião de fazer uma guerra, serei senhor e árbitro do Rio da Prata; quero que o meu nome seja o terror da Europa. [...] Vamos dizer aos leitores os nomes das casas de comércio e os dos negociantes de todas as nações que foram feitos prisioneiros ou fuzilados. Façamo-lo para que se note bem que nenhum ministro estrangeiro levantou a voz para reclamar contra este atentado, e a favor da vida dos seus compatriotas, excetuando contudo os agentes dos Estados Unidos, que enviaram a López suas reclamações e se encarregaram dos filhos de Madame Lynch. Casas espanholas – a casa Uribe & Cia... A casa inglesa William Stark, esta casa foi saqueada e o seu chefe fuzilado. Casas francesas saqueadas e os seus chefes fuzilados... Casas argentinas que foram saqueadas, cujos chefes morreram na prisão.. Casas orientais saqueadas e cujos chefes e empregados foram mortos igualmente... Casas alemãs saqueadas e cujos chefes empregados foram mortos... **Enfim, eis aqui o nome das casas portuguesas, que foram saqueadas e cujos chefes morreram nas masmorras: - Américo Varella (vice-cônsul), Antonio Vasconcelos, Leite Pereira, Candido Vasconcelos, Luiz Homem.** A primeira hecatombe foi em San Fernando; foram mortas 600 pessoas. O desgraçado argentino Desiderio Azias, estimado de todos pelo seu nobre caráter foi um dos que o tirano mais fez sofrer. Durante meses inteiros esteve exposto ao sol e muitas vezes amarrado a um potro, a que López chamava Uruguaiana. [...] López fez amarrar o dr. Carreras ao potro e cortou-lhe as duas mãos. [...] Antes de fugir, tinha López feito carregar oito carretas de objetos preciosos. Não tem exemplo na história a sanguinolenta tragédia que acaba de terminar em Villeta. Esses bosques, sombrios como o coração de López, são hoje o sepulcro do povo que foi seu mártir no silêncio dessas imensas solidões. Quantos crimes! Quantas faltas! Quanta vergonha! Fugindo, sacrificou tudo. Se ele se tivesse sacrificado também com os despojos do seu povo, talvez encontrasse ainda compaixão nos homens. Julgou que era melhor fugir e fugiu". (grifo nosso)

**Edição nº 1678, Ano XV, de 3 de abril de 1869.**

- Texto da página 3, Seção “Noticiosa”, intitulado "PAQUETE DO BRASIL" informa que o "ditador López continuava nas montanhas do Paraguai."

**Edição nº 1702, Ano XV, de 1º de junho de 1869.**

- Texto da página 3, Seção “Noticiosa” intitulado “NOTÍCIAS DO BRASIL” corrige informação dada em números anteriores, informando que ainda não havia acabado a guerra, lê-se: “O ditador López permanece ainda nas cordilheiras para onde se dirige o exército brasileiro, comandado por Sua Alteza, o Conde d’Eu, que foi entusiasticamente recebido entre os soldados.”



**Edição n° 1708, Ano XV, de 17 de junho de 1869.**

- Texto da página 3, Seção “Noticiosa”, intitulado "NOTÍCIAS DO BRASIL" revela impaciência com o prolongamento da guerra, destaca-se: *"São completamente destituídas de interesse as notícias da guerra com o Paraguai."*

**Edição n° 1728, Ano XVI, de 3 de agosto de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado “BRASIL” traz uma série de notas informativas sobre o Paraguai, agora com a sua capital ocupada pelas forças aliadas, onde lê-se: *“Havia sido destruída a fundição de López. Osório retornara do acampamento, sendo recebido pelo Conde d’Eu. Organizado o governo provisório em Assunção: Mariano Varella (Argentina), Conselheiro Paranhos (Brasil) e Adolfo Rodriguez (Uruguai).”*

**Edição n° 1746, Ano XVI, de 16 de setembro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", em duas colunas, apresenta uma resenha transcrita do Commercio do Porto. Duas informações em destaque: *“(...) exército aliado prepara-se para atacar a posição inimiga e, em Assunção festa pelo governo provisório. Apresenta-se detalhes da movimentação militar no Paraguai, com reprodução de material publicado pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.”*

**Edição n° 1752, Ano XVI, de 30 de setembro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "PARAGUAI", em três colunas, transcreve-se texto publicado pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, apresentando detalhes da perseguição de López pelo Conde d’Eu.

**Edição n° 1753, Ano XVI, de 2 de outubro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "NOTÍCIAS DO BRASIL - Rio de Janeiro, 7 de setembro", apresenta, em três colunas, resenha que destaca a possibilidade do conflito com o Paraguai estar próximo do fim, onde lê-se: *"Posto que seja arriscado afirmar nada, depois de tantos malogros, creio que há esperança de terminar já este prolongado conflito"*, sublinha o texto, revelando detalhes das operações militares através do relato dos chefes brasileiros.

**Edição n° 1760, Ano XVI, de 19 de outubro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL" destaca três informações: Conde d’Eu continua perseguindo López. O presidente paraguaio fugiria para a Bolívia. Segue a naturalização de portugueses residentes no Brasil.

**Edição n° 1761, Ano XVI, de 21 de outubro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", ocupando duas colunas, comenta a movimentação das tropas aliadas no Paraguai e, transcrevendo informações do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, indica que López escapará mesmo pela Bolívia.

**Edição n° 1771, Ano XVI, de 16 de novembro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "BRASIL", transcreve da correspondência particular publicada no Commercio do Porto, na qual informa que Solano López comandou o assassinato de 1.000 sublevados e fugiu com os generais Caballero e Resquin, informação essa datada de 23 de outubro.

**Edição nº 1778, Ano XVI, de 2 de dezembro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", transcrito do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, apresenta uma resenha que destaca as seguintes informações: Conde d'Eu ocupou San Estanislao. A agitação política toma conta de Montevidéu. General Câmara, com uma forte coluna das três armas, desembarcou em Concepción. López fuzilou mais 250 em mato fechado próximo a San Estanislao.

**Edição nº 1790, Ano XVI, de 5 de janeiro de 1870.**

- Texto da página 3, intitulado "BRASIL", transcrita do Commercio do Porto, destaca três informações: López não está mais no Paraguai, refugiou-se na serra de Maracajú. Conde d'Eu se retirará com 14.000 homens.

**Edição nº 1797, Ano XVI, de 22 de janeiro de 1870.**

- Texto da capa, intitulado "NOTÍCIAS DO BRASIL", extraída do Commercio do Porto, informa que *"López resiste com 5.000 homens e 15.000 índios em ponto inacessível."*

**Edição nº 1801, Ano XVI, de 1º de fevereiro de 1870.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", destaca-se: *"São destituídas de interesse as notícias sobre a Guerra do Paraguai"*. Revela, ainda, que o possível paradeiro de López já é do conhecimento do quartel-general brasileiro e que a nova posição será brevemente atacada pelo Conde d'Eu e pelo general Câmara.

**Edição nº 1807, Ano XVI, de 17 de fevereiro de 1870.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", em duas colunas transcritas do Commercio do Porto, traz informações novas da guerra. A mais importante, atribuída ao correspondente do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, revela que o depoimento de um informante paraguaio, fugitivo de Panadero, indica o exato lugar do paradeiro de López: Cerro Corá, de onde não poderá fugir. O texto informa que o general Câmara rumo para Panadero, reconhece que a notícia anteriormente divulgada - repetidas vezes - da fuga de López para a Bolívia era "inexata".

**Edição nº 1812, Ano XVI, de 1º de Março de 1870.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL – Rio de Janeiro, 5 de fevereiro", transcreve, em mais de duas colunas, resenha publicada pelo Commercio do Porto, no texto, há referência à mulher de um dos diplomatas portugueses executados por López, onde lê-se: *"Não mencionarei aqui os depoimentos das mulheres recolhidas no Interior do país porque seria repetir uma enfadonha ladainha das atrocidades de López. Entre as senhoras ultimamente libertadas das garras do déspota figura a jovem esposa do Sr. Leite Teixeira (sic), vice-cônsul de Portugal, morto, como se sabe, pelo feroz ditador. A jovem senhora fez um longo depoimento dos seus padecimentos e de seu marido. A miséria dessas pobres chegou ao ponto de comerem sapos, e algumas com o fim de por termo à vida, chegaram a comer cobras venenosas"*.

**Edição nº 1821, Ano XVI, de 24 de março de 1870.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", extraído do Commercio do Porto (que, por sua vez, reproduz material do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, de 28 de fevereiro) destaca duas informações: López, com no máximo 800 pessoas, está em Mato Grosso, rumo à Bolívia. General Câmara, no encalço do ditador paraguaio.

**Edição n° 1823, Ano XVI, de 31 de março de 1870.**

- Texto da página 2, intitulado "BRASIL", ocupando três colunas, apresenta uma resenha extraída do *Commercio do Porto*. Destaca-se: "*López foge para a Bolívia, via Mato Grosso. General Câmara, com 1.500 homens, atrás dos paraguaios. Conde d'Eu casa soldados brasileiros com mulheres paraguaias que desejam acompanhá-los ao Brasil.*"

**Edição n° 1830, Ano XVI, de 19 de abril de 1870.**

- Texto da capa, intitulado "A GUERRA DO BRASIL" anuncia o fim do conflito, transcrevendo material publicado pelo *Commercio do Porto*. Destaca-se: "*Se as notícias telegráficas e das gazetas ainda desta vez não mentem, acabou a guerra do Brasil no Paraguai, e acabou do único modo seguro por que poderia acabar. O ditador López, tirano pertinaz, mas soldado valente, seria capaz de entreter a guerra depois de todas as derrotas e contra-tempos, se sobrevivesse a eles. Mas parece que a sua última hora chegara no último encontro com as tropas brasileiras. Ele e um filho foram mortos, e a família e o resto de suas tropas prisioneiras. [...] A Associação Comercial do Porto recebeu do seu correspondente em Lisboa o seguinte telegrama: Confirma-se a notícia recebida de Liverpool de ter terminado a guerra. [...] Grande regozijo no Rio. [...] O coronel López, filho de López, foi morto quando fugia acompanhando o carro em que ia Madame Lynch. Estão prisioneiros muitos chefes, entre eles os generais Resquín e Delgado, vários oficiais superiores e quatro padres, entre eles o célebre Mair (sic). Caballero, com pouco mais de 40 homens, quase todos oficiais, foi batido pelo coronel Bento Martins, escapando-se deixando a bagagem e a espada. Fugiram também Valli, Soza, Rocha Averno, e acham-se prisioneiros Madame Lynch com 4 filhos, mãe e irmãs de López. Estas três últimas estavam condenadas à morte, devendo a mãe do tirano ser executada no dia em que houve o combate". Foi reproduzida uma carta do general brasileiro José Antônio Correia da Câmara, que comandou a operação.*

## 5) O CAMPEÃO DAS PROVÍNCIAS

- Período das transcrições: do nº 1293, Ano XIII, de 3 de dezembro 1864, ao nº 1849 Ano XIX, de 16 de abril de 1870.

- Possui 4 páginas. Publicava-se às quartas-feiras e sábados. Redator Principal: José Eduardo de Almeida Vilhena, a partir do nº 1399, de 16 de dezembro de 1865, é substituído por Manoel de Mendonça, designado "Responsável e Redator Principal". Anos depois, em 20 de março de 1867, ed. nº 1531, assume como "Editor Responsável" Antonio Augusto de Souza Maia.

- Impressão: Imprensa Aveirense (Largo da Vera Cruz, AVEIRO).

- Assinatura anual: 4\$600 Réis. Semestral: 2\$350 Réis. Trimestral: 1\$200 Réis. Número Avulso: 50 Réis.

- Seções:

1) COMUNIDADES (Crônicas da cidade de Aveiro);

2) OFICIAL (Decretos e Portarias Ministeriais);

3) MARÍTIMA (Movimentação na barra de Aveiro);

4) CORREIO DE ONTEM (Notícias de Lisboa);

5) NOTÍCIAS DAS NOTÍCIAS (Notas culturais, sociais, religiosas, policiais, necrológicas – incluindo óbitos de portugueses no Brasil - e econômicas, curiosidades meteorologia, mercados agrícolas, concursos, serviço das alfândegas, entre outros temas);

6) CORRESPONDÊNCIAS (Destaque para notícias da Itália, Espanha, França e Alemanha)

7) VARIEDADES (Poemas, literatura, crônicas sociais);

### Edição nº 1293, XIII Ano, de 3 de dezembro de 1864.

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE VARIEDADES", onde lê-se informações sobre o casamento da princesa brasileira Isabel com o Conde d'Eu, através da transcrição de matéria publicada pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro.

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 1º de dezembro de 1864), nota informa que a crise comercial continuava e temia-se novas falências, onde Lê-se: *"Algumas casas de portugueses, a julgar pelas mesmas notícias, tem muito a perder, pois tinham no Rio, nos diferentes estabelecimentos de crédito, grandes somas, calculando-se que dois terços dos capitais depositados nas diferentes casas bancárias eram de portugueses"*.

### Edição nº 1301, XIV Ano, de 4 de janeiro de 1865.

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 3 de janeiro de 1865), o discurso real na cerimônia de abertura do parlamento português, no dia 2 de janeiro de 1865. O tema que abre a primeira sessão da nova legislatura refere-se ao Brasil, onde lê-se: *"Tendo-se, no ano de 1863, suscitado entre o Brasil e a Grã-Bretanha dissentimentos de que resultou o rompimento das relações políticas dos dois estados, animado do vivo desejo de ver satisfatoriamente terminado este conflito entre duas nações com quem nos achamos tão intimamente ligados, ofereci a minha mediação que foi aceita por ambas as cortes, e havendo encarregado desta negociação o meu ministro em Londres, não tem este afrouxado no seu zelo para conseguir um resultado propício sem quebra na mútua dignidade das duas potências divergentes."* (grifo nosso)

**Edição n° 1306, XIV Ano, de 21 de janeiro de 1865.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM"(Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 19 de janeiro de 1865). Entre outras notícias sobre o Brasil, nota informa que eclodiu a guerra entre os governos do Império e do Rio da Prata. Onde lê-se: *“No Rio foram publicadas proclamações chamando os brasileiros às armas. À data destas notícias tinha já rompido o fogo entre os soldados brasileiros e argentinos”*.

**Edição n° 1311, XIV Ano, de 8 de fevereiro de 1865.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM"(Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 6 de fevereiro de 1865), traz muitas informações sobre o Brasil. Destaca-se: *“Primeiras operações das tropas imperiais na campanha contra Montevideú e Paraguai com bons resultados. Brasil, ameaçado e insultado, também vai socorrer os povos dominados e escravizados das duas repúblicas. Paraguai preparava-se para a guerra há muito tempo; tem 30.000 homens em armas. Grande entusiasmo no Brasil com os preparativos bélicos; brasileiros correm a alistar-se em corpos de voluntários. Força de 2.500 paraguayanos (sic) invadiram a província de Mato Grosso. Decreto imperial organiza em corpos de voluntários todos os homens "válidos" maiores de 18 anos e menores de São Paulo.”*

**Edição n° 1314, XIV Ano, de 18 de fevereiro de 1865.**

- Texto da página 4, Seção “CORREIO DE ONTEM”(Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 16 de fevereiro de 1865). Nota apresenta mais uma imprecisão grave: ao relatar a tomada de Paissandu, no Uruguai, o texto afirma que *“os brasileiros venceram uma grande ação contra os argentinos”*. O alistamento de voluntários estaria crescendo muito no Rio de Janeiro.

**Edição n° 1319, XIV Ano, de 8 de março de 1865.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM"(Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 6 de março de 1865). Nota informa que no Rio de Janeiro a expectativa de todos era de que as tropas brasileiras sitiassem e atacassem Montevideú. Na capital uruguaia, o presidente Aguirre (Atanásio Aguirre) e seu ministro Carreras anunciam que resistirão até o fim. "Vencer ou morrer", é o lema da dupla, já o Paraguai continuava a ofensiva de guerra: depois de tomar o forte Coimbra na Província do Mato Grosso, em 29 de dezembro de 1864, as tropas guaranis comandadas pelo coronel Barrios assaltaram Corumbá e cometeram incríveis barbaridades.

**Edição n° 1323, XIV Ano, de 22 de março de 1865.**

- Texto da página 3, “SEÇÃO DE VARIEDADES”, em mais de duas colunas inteiras, o jornal apresenta uma descrição pormenorizada da *“invasão dos paraguaios no território brasileiro e das atrocidades que praticaram”*. O texto relata que as tropas guaranis arrombaram e saquearam todas as residências de Corumbá, mesmo as que pertenciam a estrangeiros e exibiam a bandeira de seus países, entre elas a de um certo "Manoel Português".

**Edição n° 1327, XIV Ano, de 5 de abril de 1865.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 3 de abril de 1865), onde lê-se: *“Sabe-se que o governo de Montevideú fez a paz com o Brasil, depois das tropas deste império terem tomado à*

*força aquela praça; continuando, porém, a guerra com o Paraguai cada vez mais encarniçada"*

**Edição nº 1340, XIV Ano, de 20 de maio de 1865.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 18 de maio de 1865), onde lê-se: *"As notícias vindas ultimamente do Rio de Janeiro indicam que continua a guerra com o Paraguai, praticando os naturais deste país devastações e assassinatos nos brasileiros. A Bolívia uniu-se ao Paraguai, invadindo os bolivianos o território brasileiro pelo lado do Rio Madeira"*.

**Edição nº 1345, XIV Ano, de 7 de junho de 1865.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente – Lisboa, 4 de junho de 1865). Nota dá muitas informações sobre o Brasil. O destaque maior é a abertura do parlamento no dia 6 de maio. O discurso de D. Pedro II valorizou o restabelecimento de relações de "amizade" com o Uruguai e saudou a ascensão do general Venâncio Flores. O Imperador também afirmou que o governo quer *"vingar a soberania e honra nacional ultrajada e vilipendiada pela República do Paraguai, que contra todo o direito das gentes aprisionou o vapor brasileiro Marquês de Olinda"*.

**Edição nº 1349, XIV Ano, de 21 de junho de 1865.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 19 de junho de 1865), onde lê-se: *"A Guerra empreendida pelo Paraguai é contra todos os direitos divinos e humanos, com o único fim de espoliação, roubo e assassinato. Tropas paraguaias ocuparam a cidade de Corrientes, na Argentina, com 16.000 homens."*

**Edição nº 1352, XIV Ano, de 1º de julho de 1865.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE VARIEDADES". Nota intitulada "O Duque de Nemours" destaca que o Conde d'Eu é sobrinho de D. Fernando, o pai de D. Luiz I (o marido da Princesa Isabel, portanto, é primo do Rei de Portugal). O parentesco foi ressaltado durante o encontro do Conde d'Eu com o seu pai, o Duque de Nemours, que se deslocou da Inglaterra até Lisboa para rever o filho. Nemours é apresentado como o segundo filho do ex-rei francês Luís Felipe, que o casou com a Princesa Victoria Augusta, filha de Fernando, Duque de Saxe Coburgo Gotha, e irmã de D. Fernando, o pai de D. Luiz I.

Sobre a guerra, na página 4 da mesma edição, o jornal dispensou exatas seis linhas na seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente - Lisboa, 28 de junho de 1865), reconhecendo que *"os paraguaios dispõem de elementos, e tem organizado um exército respeitável, sendo enérgica a sua bravura"*.

**Edição nº 1353, XIV Ano, de 5 de julho de 1865.**

- Texto da página 2, transcrito do Commercio do Porto, em mais de duas colunas, apresenta ampla cobertura sobre o Brasil e o conflito com o Paraguai, valendo-se de correspondência do Rio de Janeiro, datada de 7 de junho, com base no Jornal do Commercio, da Corte. Destaca-se: *"Paraguaios avançam até Bela Vista, quartel-general do chefe argentino Paunero, que se refugia na esquadra brasileira. Injustificada inação da divisão naval do Império, estacionada na região há duas semanas, salvou o militar"*

*argentino. Forças paraguaias em Corrientes somam mais de 25 mil homens. Câmara votou crédito de 49.700.000\$000 Réis para atender despesas da guerra.”*

**Edição nº 1357, XIV Ano, de 22 de julho de 1865.**

- Texto da página 3, transcrito do Commercio do Porto, de 18 de julho de 1865, ocupando quase três colunas, apresenta outra grande resenha noticiosa sobre o Brasil e a guerra. Duas informações, entre pormenorizadas descrições das operações militares, aparecem em destaque: Teor do Tratado da Tríplice Aliança ainda reservado, general Mitre e tropas argentinas marcham para o Rio Uruguai para reunirem-se com as forças de Venâncio Flores.

**Edição nº 1360, XIV Ano, de 2 de agosto de 1865.**

- Texto da capa, intitulado "Lisboa (Correspondência Particular), 31 de julho de 1865" informa que a guerra contra o Paraguai adquire proporções ascendentes e que D. Pedro II havia partido para o Rio Grande do Sul.

- Texto da página 4, seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente de Lisboa, 31 de julho de 1865), o discurso do rei D. Luiz I, na abertura do parlamento, as "Cortes Gerais Ordinárias da Nação Portuguesa", em 30 de julho, anuncia, com satisfação, que *"cessou o rompimento das relações políticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha"*. No texto assinado apenas pela inicial P., que sucede a transcrição do discurso do monarca, lê-se: *"hoje (31 de julho de 1865), é dia de grande gala e feriado, havendo também beija-mão no Real Paço da Ajuda, em consequência de ser o aniversário de S. M. a imperatriz viúva do Brasil e da Carta Constitucional da monarquia"*.

**Edição nº 1361, XIV Ano, de 5 de agosto de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado "Lisboa (Do nosso correspondente), 2 de agosto de 1865" registra o "sanguinolento combate" entre as esquadras brasileira e paraguaia em Riachuelo, no Rio Paraná, no dia 14 de junho e a vitória das armas aliadas. Informa também que D. Pedro II ainda não havia partido para o Rio Grande do Sul.

**Edição nº 1365, XIV Ano, de 19 de agosto de 1865.**

- Texto da página 2, sem título, ocupando duas colunas inteiras, reproduz longo texto publicado pelo jornal Commercio do Porto, destaca-se: *"D. Pedro II e seu genro, o Duque de Saxe, partiram para o Rio Grande. Imperador cogita investir o Marquês de Caxias no comando dos exércitos brasileiros em operações no sul."*

O texto também apresenta uma pormenorizada descrição da invasão paraguaia na província do Rio Grande, a partir de São Borja, transcrita do jornal Correio do Sul, de Porto Alegre, e relata outras ações militares, além de notícias políticas e econômicas sobre o Brasil. Algumas dessas informações foram repetidas na página 4, na seção "CORREIO DE ONTEM"(Lisboa, 16 de agosto de 1865).

**Edição nº 1369, XIV Ano, de 2 de setembro de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado "Lisboa - Do nosso correspondente" informa: *"Brasil vai recrutar mais 30.000 homens; exército paraguaio é mais numeroso do que se imaginava, (...) além disso mui adestrado e corajoso"*. Informa também que o governo brasileiro já teria acertado com Londres um empréstimo de 3 milhões de libras esterlinas, ainda insuficientes para as crescentes despesas da guerra. Conde d'Eu também rumou para o Rio Grande do Sul.

**Edição nº 1371, XIV Ano, de 9 de setembro de 1865.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE VARIEDADES", intitulado "Fervor patriótico" registra a incorporação de uma mulher nos corpos de voluntários, em Pernambuco, onde lê-se: *"Vai tal agitação no Brasil, por causa da guerra com o Paraguai, que o belo sexo até quer deixar o abrigo do lar doméstico para empunhar as armas em defesa da pátria ofendida pela invasão dos paraguaios"*, observa o texto, informando que foi conferido à *"rapariga de seus 20 anos"* o grau de 2º sargento e mais: *"Tiraram-lhe o retrato, que se distribui para conhecimento das feições de um ânimo varonil apertado em corpo de mulher"*.

**Edição nº 1373, XIV Ano, de 16 de setembro de 1865.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 14 de setembro de 1865). Nota informa que os paraguaios tomaram a cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, onde está acampado um exército de 26.000 homens. Essa notícia gerou os boatos de que o Brasil ofereceria a paz ao Paraguai e que pairavam suspeitas de traição por parte de seus aliados uruguaios e argentinos.

**Edição nº 1374, XIV Ano, de 20 de setembro de 1865.**

- Texto da página 2, intitulado "Noticias do Brasil", ocupando duas colunas, transcreve informações publicadas pela Gazeta de Portugal. Além de apresentar detalhes das operações militares, destaca-se: *"Brigadeiro Canabarro deve avançar com suas tropas de infantaria para Uruguaiana. General Flores continua sua marcha com 4.200 homens. Grande exército paraguaio de Corrientes pôs-se em marcha em direção a Bela Vista."*

**Edição nº 1378, XIV Ano, de 4 de outubro de 1865.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE VARIEDADES", intitulado "Várias Notícias", onde lê-se: *"O Presidente da República do Paraguai, general López, decretou que a Província de Corrientes fique incorporada à República do Paraguai, por assim ser necessário para o equilíbrio dos estados do Prata."*

**Edição nº 1379, XIV Ano, de 7 de outubro de 1865.**

- Texto da página 4, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado EMIGRAÇÃO, onde lê-se: *"É ainda em grande escala a emigração portuguesa para o Brasil, não obstante a decadência em que se acha o comércio do império. Na galera portuguesa Nova Fama, entrada no dia 6 de setembro último no Rio de Janeiro, foram 169 portugueses para aquele país. Na barca São Manoel II foram 40 portugueses. No brigue Flor d'Angra foram 47. Ao todo foram 257 (sic) emigrantes."*

**Edição nº 1388, XIV Ano, de 8 de novembro de 1865.**

- Texto da página 2, sem título, transcrito do Commercio do Porto, apresenta uma grande resenha de guerra, destacando a rendição dos paraguaios na cidade de Uruguaiana que ocorreu em 18 de setembro de 1865, onde lê-se: *"festejada notícia, melhora as perspectivas do Brasil na guerra, principalmente levando-se em conta as características do exército inimigo: Os soldados do ditador López são na América do Sul tão temidamente odiados como a cholera-morbus na Europa e na Ásia. Os vestígios que deixam pelos povoados por onde passam são o roubo, a pilhagem, o incêndio, a devastação, o estupro e a desonra"*



O longo texto oferece, ainda, detalhes da rendição e valoriza a presença de D. Pedro II em Uruguaiana, ao lado dos outros dois presidentes aliados.

**Edição n° 1403, XV Ano, de 3 de janeiro de 1866.**

- Texto da página 2, intitulado "Lisboa – Do nosso correspondente – 31 de dezembro de 1865", onde lê-se: *“as doenças têm vitimado muitos soldados brasileiros, a força aliada vem sendo gradativamente reduzida, muito provável que em breve se veja só (o Brasil) em campo contra os paraguaios”*.

**Edição n° 1420, XV Ano, de 3 de março de 1866.**

- Texto da página 4, Seção “CORREIO DE ONTEM” (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 1° de março de 1866), nota informa que apesar da falta de mantimentos para as tropas brasileiras na guerra com o Paraguai, as forças militares imperiais avançavam rumo ao solo guarani.

**Edição n° 1445, XV Ano, de 19 de maio de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 16 de abril de 1866), nota informa que brasileiros arrasaram um forte paraguaio, mas depois foram surpreendidos pelo inimigo, que matou o comandante e três oficiais de artilharia aliada.

**Edição n° 1448, XV Ano, de 30 de maio de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 28 de maio de 1866), onde lê-se: *“notícias plenamente satisfatórias ao império do Brasil: reforço de 16.000 brasileiros desembarcaram sobre o lado esquerdo do rio Paraguai e, no dia 17, derrotaram as tropas guaranis, destruindo baterias e apoderando-se de toda a artilharia.”*

**Edição n° 1449, XV Ano, de 2 de junho de 1866.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE VARIÉDADES", intitulado "Notícias do Brasil" apresenta uma resenha sobre a guerra, transcrita do Jornal do Porto. Além de apresentar detalhes das últimas operações militares - registrando a morte do tenente coronel João Carlos Villagran Cabrita, o texto destaca ainda a entrada dos exércitos aliados no território paraguaio no dia 16 de maio de 1866, comandados pelo general Osório.

**Edição n° 1453, XV Ano, de 16 de junho de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 14 de junho de 1866), nota informa que se travara uma sanguinolenta, a batalha no Passo da Pátria, com perdas consideráveis para os dois lados – brasileiro e paraguaio.

**Edição n° 1457, XV Ano, de 30 de junho de 1866.**

- Texto da capa, Seção “FOLHETIM”, intitulado “Acampamento em Frente ao Inimigo no Paraguai, 11 de maio” descreve as operações realizadas desde o dia 2 de maio, enaltecendo a bravura dos militares brasileiros.

**Edição n° 1466, XV Ano, de 1° de agosto de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do - Lisboa, 30 de julho de 1866), onde lê-se: *“Vieram notícias desagradáveis do Brasil sobre*

*o perigo que corriam naquele império e em Pernambuco os súditos portugueses, a quem os naturais ameaçavam. Vão partir alguns vasos de guerra para proteger os portugueses, no caso de haver conflito".*

**Edição n° 1469, XV Ano, de 11 de agosto de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do outro nosso correspondente - Lisboa, 9 de agosto de 1866), onde lê-se: *"O Sr. José Joaquim Mendes Cavalleiro, súdito português, publicou ontem no Jornal do Commercio vários documentos relativos ao fato inaudito do governo brasileiro o mandar "despejar", (frase oficial brasileira)!... do Brasil! O Sr. Mendes Cavalleiro queixa-se amargamente dos cônsules portugueses no Pará e da pouca proteção que dão aos súditos de S. M. naquele império; é de crer que o Sr. Cazal Ribeiro dê providências, para que os portugueses no Brasil tenham a devida proteção dos agentes consulares, e para que não estejam sujeitos a arbitrariedade sem conta, por parte do governo do Brasil. Em Pernambuco, é onde os portugueses são mais mal protegidos, a ponto de sofrerem vexames que desonram o país. O nosso governo não pode nem deve tolerar um tal procedimento das autoridades do Brasil, e tão vergonhoso dos cônsules e vice-cônsules portugueses".*

**Edição n° 1471, XV Ano, de 18 de agosto de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente - Lisboa, 16 de agosto de 1866), nota informa que a inação do exército brasileiro continuava provocando suspeitas de que *"alguns dos aliados são menos leais ao Império".*

**Edição n° 1475, XV Ano, de 1° de setembro de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente - Lisboa, 30 de agosto de 1866), informa sobre o Brasil e a guerra, onde lê-se: *"Ministério Olinda pediu demissão; senador Zacarias chamado para organizar o novo gabinete. Guerra do mesmo modo, se não mais encarniçada ainda. Banco do Brasil em dificuldades, crises monetárias arruinam o Império."*

**Edição n° 1480, XV Ano, de 19 de setembro de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente - Lisboa, 17 de setembro), onde lê-se: *"A guerra começa já a ser encarada com maus olhos pelo povo brasileiro, parece a este que para desafrontar já basta; correm porém uns zuns-zuns (sic) de querer o governo brasileiro destruir completamente o Paraguai para o anexar depois ao Brasil. Mau sistema este o das anexações!"* (grifo nosso)

**Edição n° 1483, XV Ano, de 29 de setembro de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente - Lisboa, 27 de setembro), informa que não é apenas a guerra que aflige o Império, mas também as dissensões políticas. O novo ministério não passa de um gabinete de transição, observa o jornal, onde lê-se: *"A Guerra do Paraguai, que tem custado ao Brasil por cima de 30.000 homens continua com encarniçamento. O dinheiro é gasto aos rios, e não há esperança alguma por enquanto de vir a desejada paz; a guerra foi a maior calamidade que poderia afligir o país. Os brasileiros ocupam já o território paraguaio, que está formidavelmente defendido. Deus dê a tão desejada paz àquele Império".*

**Edição n° 1489, XV Ano, de 20 de outubro de 1866.**

- Texto da página 4, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado "VIAGEM DO IMPERADOR DO BRASIL - Segundo diz a Correspondência d'Hespanha, o Imperador do Brasil visitará os Estados Unidos no próximo ano, e há quem acrescente que no verão fará uma excursão à França para ver a exposição universal." Na mesma página 4, da edição n° 1489, na Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente – Lisboa, 18 de outubro). Nota se limita a informar que havia ocorrido um grande combate entre os brasileiros e os "paraguayanos", que resultou em grande vitória das tropas imperiais.

**Edição n° 1493, XV Ano, de 3 de novembro de 1866.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 1 de novembro de 1866), informa sobre a guerra, destacando o desastre de Curupaity. O ataque teria sido feito pelos argentinos, que menosprezaram a capacidade de resistência dos paraguaios nas trincheiras do local.

**Edição n° 1508, XV Ano, de 29 de dezembro de 1866.**

- Texto da capa, intitulado apenas como "Lisboa (Do nosso correspondente - 27)", destaca-se: *"A guerra continuava com bastante furor, e desgraçadamente para o Brasil o seu exército acha-se completamente desmoralizado; tal é a indisciplina que lavra nas suas fileiras, que os próprios brasileiros já agouram mal do resultado da guerra com o Paraguai. A nomeação do marechal Marquês de Caxias para comandante em chefe do exército julga-se que já foi tarde (...) As falências sucedem-se de modo que, na praça do Rio de Janeiro, conserva-se um terror comercial, que é prejudicialíssimo ao Brasil".*

*"Tropas imperiais fogem espavoridas quando avistam os paraguaios, que têm dizimado o exército brasileiro! Brasil agiu mal ao recusar as propostas de paz apresentadas pelos paraguaios; a persistência do governo brasileiro tem exaurido o tesouro público, de modo que a continuação da guerra é a ruína do império."*

*"Déficit do orçamento do estado é fabuloso; parlamento brasileiro deve pedir a paz."*

*"A aliança do Império com o Uruguai e a Argentina está quase rota; enredos e intrigas tomam conta dos governos das duas Repúblicas."*

**Edição n° 1514, XVI Ano, de 19 de janeiro de 1867.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente - Lisboa, 17 de janeiro de 1867), informa sobre o Brasil e a guerra, onde lê-se: *"Governo brasileiro em dificuldades; negros já são alistados no exército. Nos Estados Unidos, os confederados juntaram negros e brancos e houve animosidade nas tropas."*

*"Finanças em deplorável estado."*

*"Brasil tentou introduzir a guerra civil e a revolução no Paraguai, mas isso ocorreu nas Repúblicas aliadas; em pouco tempo o Império estará só com uma guerra de extermínio diante dos olhos!"*

*"Os portugueses residentes no Brasil lamentam e com razão esta guerra, que faz paralisar aquela vida ativa e laboriosa, de que tanto se ufanava o Império. A administração da Justiça no Brasil está completamente descurada, o governo só pensa, só cuida, na guerra e mais nada".* (grifo nosso)

**Edição n° 1561, XVI Ano, de 3 de julho de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular – Lisboa, 2" informa que a pendência com o Paraguai provocara distúrbios no Rio de Janeiro e que os conflitos entre

a população e a polícia teriam resultado na morte de no quatro pessoas (dois soldados e dois populares).

**Edição n° 1566, XVI Ano, de 20 de julho de 1867.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 18 de julho), destaca-se: *“Situação na guerra agravada pelas enchentes no Paraguai.”*

*“Governo brasileiro vai fazer grande emissão de papel moeda.”*

*“Restabelecida ordem no Rio de Janeiro; nos conflitos de rua haviam morrido um ourives e presas 20 pessoas, todos portugueses.”*

**Edição n° 1576, XVI Ano, de 24 de agosto de 1867.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 23 de agosto), destaca: *“Complicada situação na guerra; aventou-se a possibilidade de um acordo de paz. D.Pedro II, irredutível, não aceita negociar com o ditador López.”*

**Edição n° 1583, XVI Ano, de 18 de setembro de 1867.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 16 de setembro), informa sobre a retomada de Corumbá pelas tropas brasileiras.”

**Edição n° 1587, XVI Ano, de 2 de outubro de 1867.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular – Lisboa, 1 de outubro", destaca: *“Tropas imperiais enfrentam dificuldades no Paraguai; quase impossível transpor Humaitá. Imperador e Imperatriz cedem a quarta parte da sua dotação de 1868 ao esforço da guerra.”*

**Edição n° 1592, XVI Ano, de 19 de outubro de 1867.**

- Texto da página 4, “SEÇÃO DE NOTÍCIAS”, intitulado “Notícias do Brasil”, destaca: *“Esquadra imperial continua a bombardear Humaitá. Dizem que o Gen. Mitre precisaria de mais 20 mil homens para terminar a guerra. Receio no Rio de Janeiro de que ocorram rebeliões na Confederação Argentina.”*

Na mesma página, na Seção “CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 17), informa também que *“Não são boas as notícias chegadas ultimamente do Brasil acerca da guerra. Não dão esperança de que termine tão cedo a luta”.*

**Edição n° 1600, XVI Ano, de 16 de novembro de 1867.**

- Texto da página 3, “SEÇÃO DE NOTÍCIAS”, intitulado "Noticias do Brasil", transcrito do Commercio do Porto, destaca: *“No dia 24 de setembro, aliados derrotam paraguaios, inimigo deixou no campo perto de 600 soldados. Esquadra segue bombardeando Humaitá. O bárbaro López colocou nas muralhas os oficiais brasileiros prisioneiros para serem as primeiras vítimas! Conhecidas as bases da proposta de paz britânica; López viajaria para a Europa.”*

**Edição n° 1605, XVI Ano, de 4 de dezembro de 1867.**

- Texto da página 4, Seção “CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 2 de dezembro), informa que os aliados venceram mais

uma batalha, provocando a perda de 1.000 homens nas tropas paraguaias. Outra “notícia satisfatória” é o desaparecimento do *cholera* no acampamento brasileiro no Paraguai. Também na página 4, ainda na seção "CORREIO DE ONTEM" (Lisboa, 3 de dezembro), nota informa que o Conde de Ficalho cumprimentou o ministro brasileiro em Portugal, Barão de Itamaracá, pelo aniversário do Imperador D. Pedro II, e o convidou para jantar, no paço, com o rei português, D. Luiz I. Como homenagem ao tio do monarca lusitano, os navios de guerra portugueses colocaram a bandeira brasileira no topo de seus mastros grandes.

**Edição n° 1609, XVI Ano, de 18 de dezembro de 1867.**

- Texto da página 4, Seção “CORREIO DE ONTEM” (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 16 de dezembro), informa que os brasileiros venceram mais três batalhas, resultando em 2.000 paraguaios mortos e 200 prisioneiros.

**Edição n° 1615, XVII Ano, de 11 de janeiro de 1868.**

- Texto da página 4, Seção “CORREIO DE ONTEM” (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 9 de Janeiro), informa que os aliados aumentavam o cerco ao inimigo, e que circulava, na Inglaterra, o boato de que o general López havia capitulado e aceitava proposta de paz apresentada pelo Marquês de Caxias.

**Edição n° 1621, XVII Ano, de 1° de fevereiro de 1868.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado "Noticias do Brasil" anuncia *"tristíssimas informações: Brasileiros sofrem grande revés e perdem sete mil homens. Esquadra em crise pode ser totalmente destruída pelo inimigo. Grande ansiedade no Rio de Janeiro; fala-se na abdicação do Imperador, que viria para Portugal ou iria para a França. Oxalá não se verificarem tão tristes notícias"*.

**Edição n° 1630, XVII Ano, de 4 de março de 1868.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 2 de março), informa que o General Mitre havia se retirado do teatro de operações, insatisfeito com a postura de Caxias, e que comentava-se, na Corte, que há divergências entre o Imperador e o Conde d'Eu.

**Edição n° 1635, XVII Ano, de 21 de março de 1868.**

- Texto da página 4, Seção “CORREIO DE ONTEM” (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 19 de Março), onde lê-se: *"São mais animadoras as notícias chegadas do Brasil no último pacote, conquanto não sejam tão satisfatórias, como seria para desejar. Na data delas, tratavam as forças aliadas do Brasil de conferenciar e de dispor as coisas para a passagem de Humaitá. [...] Foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em Lisboa o Sr. Conselheiro Miguel Maria Lisboa."*

**Edição n° 1636, XVII Ano, de 25 de março de 1868.**

- Texto da página 3, “SEÇÃO DE NOTÍCIAS”, intitulado VÍTIMAS DA GUERRA, onde lê-se: *"Calcula uma folha brasileira em mais de 50.000 as vítimas que tem custado a guerra do Brasil com o Paraguai, além de muitos mil braços roubados ao império com uma enorme soma"*.

**Edição nº 1639, XVII Ano, de 4 de abril de 1868.**

- Texto da página 4, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado DEMONSTRAÇÕES FESTIVAS, onde lê-se: *"Em alguns pontos da cidade do Porto houve demonstrações de regozijo pelas boas notícias vindas do Brasil"*

Na mesma página, na Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 3 de abril), destaca-se: *"as animadoras notícias que trouxe de Brasil o último pacote: No dia 19 de fevereiro, esquadilha brasileira passou Humaitá, debaixo de um fogo vivíssimo. Mais de 40 canoas inimigas foram à pique. López teria pedido a paz, mas Caxias não aceitou. Grande entusiasmo no Rio de Janeiro. Marquês de Caxias e outros oficiais agraciados pelo Governo. Esquadilha brasileira começou a bombardear Assunção. Considera-se, portanto, vitorioso o Brasil na contenda travada com os bárbaros, o que nos deve alegrar, felicitando aquele Império".*

*"Toda esta cidade (Aveiro) recebeu com prazer essas notícias, e este deve estender-se a todo o país, porque todo ele interessa mais ou menos com a prosperidade do Brasil, e com o seu triunfo, sobre as hordas dos selvagens".*

*"No mesmo dia 19 rebentou uma revolução em Montevideú, capitaneada por D. Bernardo Berro. Os revoltosos assassinaram barbaramente o General Flores, e feriram alguns ministros. A revolução foi sufocada, sendo Berro fuzilado."*

**Edição nº 1640, XVII Ano, de 8 de abril de 1868.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 6 de abril), onde lê-se: *"Segundo noticiam os jornais do Brasil, foi grande o regozijo que houve naquele império, e bem assim em Pernambuco, com a vitória alcançada pelo Brasil sobre os bárbaros do Paraguai, havendo gerais festejos, e demonstrações de alegria e entusiasmo. Algumas famílias brasileiras aqui residentes parece que vão cotizar-se para fazerem celebrar um Te- Deum em ação de graças pelo triunfo obtido pelas armas brasileiras, e promoverem iluminações públicas. É bem justificado este regozijo".*

**Edição nº 1642, XVII Ano, de 15 de abril de 1868.**

- Texto da página 2, transcrito do jornal *Commercio do Porto* (que também foi reproduzido em *O Bracarense*), apresenta detalhes da passagem de Humaitá, onde lê-se: *"Serei minucioso na transmissão dessas notícias, porque sei quanto Portugal se interessa pelo Brasil, e com especialidade o Porto, onde há muita gente que já residiu aqui e pouca que não tenha algum parente na América",* anuncia o correspondente do jornal, no Rio de Janeiro. Na transcrição, há também um ofício do Marquês de Caxias, datado do quartel em Tuyu-Cué, em 20 de fevereiro, ao ministro da Guerra, Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, relatando pormenores da operação.

Na mesma página, o texto intitulado "GRANDE VITÓRIA NAVAL – BATALHA DE HUMAITÁ" enaltece o feito brasileiro. Como fonte cita *"uma folha de Buenos Aires",* onde lê-se: *"Os canhões dos encouraçados brasileiros, quando forçaram o passo de Humaitá, ecoaram neste continente e se farão ouvir na Europa. Nenhum acontecimento de igual importância ocorreu nesta parte do mundo nesta geração, e, para honra do pavilhão brasileiro, é necessário confessar que a vitória naval alcançada é a todos os respeitos digna de figurar a par de Aboukir e de Trafalgar. O Brasil pode bem ufanar-se da sua vitória, porque não só lhe dará o domínio completo do rio Paraguai, e demolirá o mais forte baluarte do poder paraguaio, mas deu ainda um dia de glória ao poder naval, que a posteridade há de venerar. [...] Mas sabemos de fonte insuspeita que os canhões da fortaleza faziam fogo com rapidez incessante, e que os efeitos terríveis desta*

*descarga medonha de artilharia pesada eram tais que a terra tremia em Itapirú, distante sete ou oito milhas de Humaitá, e que a água do rio rebentava em ondas nas suas margens. [...] Há três anos que a maior esquadra que jamais sulcou estas águas tem estado ancorada fora do alcance dos canhões; a difícil navegação do rio, as voltas constantes do canal, faziam crer a um povo que duvidava e que talvez tinha zelos que a esquadra brasileira nunca passaria de Humaitá. O Brasil, porém, afinal reivindicou a sua honra e estabeleceu uma reputação naval, ante a qual o resto da América do Sul há de curvar-se. A passagem de Humaitá é também um triunfo da ciência e recomendamos o fato à atenção dos oficiais da marinha inglesa; três couraçados brasileiros, todos construídos em Inglaterra sustentaram durante 42 minutos o fogo combinado de 180 canhões, e pelo menos metade desse espaço de tempo foi a distância de tiro de pistola. Nada há anteriormente na história naval que iguale este feito; pelo contrário, os profissionais, depois da batalha de Lissa, perderam a fé nos encouraçados; nós, porém, pensamos que a batalha de Humaitá estabelece para sempre a sua supremacia, e a Europa pode aprender com este combate. Nenhuma batalha na América do Norte, nem no mar alto, pode ser comparada a este feito. [...] O velho presidente López tinha uma fé tão robusta na sua inexpugnabilidade que acreditava que se o mesmo Xerxes atacasse o Paraguai não passaria Humaitá. Essa mesma confiança incutiu-se tinha o López atual, podem-se atribuir os graves erros políticos que passo a passo no povo paraguaio. A sua senha era Humaitá e talvez à ideia exagerada da sua força, que desviaram esse infeliz homem da política cautelosa de seu pai, para arvorar-se campeão do equilíbrio do Rio da Prata. O Brasil com esta vitória abriu ao mundo a navegação do Paraguai. Poderá alguém duvidar da importância de um combate que deu resultados destes?"*

**Edição nº 1647, XVII Ano, de 2 de maio de 1868.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 30 de abril), destaca-se: "*López saiu de Humaitá. Paraguaio abandonaram Curupaity. Exército brasileiro, vitorioso, ocupou todas as posições que formavam o "famoso quadrilátero" em torno de Humaitá. A julgar por estas notícias, a campanha deve ter terminado com bastante glória para as armas brasileiras. Ainda bem que a providência favoreceu o Império contra as hordas da selvageria*".

**Edição nº 1651, XVII Ano, de 16 de maio de 1868.**

- Texto da página 2, ocupando mais de duas colunas, citando como fonte o *Diário Mercantil*, apresenta ofícios datados de 8 de março de 1868, onde lê-se: "*Em frente à Humaitá*", e de 23 de março de 1868, em Curuzú. O primeiro relata a abordagem dos encouraçados *Cabral* e *Lima Barros* pelas *chalanas* rasas de Solano López. O segundo oferece detalhes do abandono das fortificações de Curupaity pelos paraguaio e fala da necessidade de atacar Humaitá, destaca-se: "*O Brasil está vingado! Pode levantar orgulhoso a cabeça, pois tem um exército e uma marinha para os quais não há impossíveis. Hoje, temos direito ao respeito e consideração do mundo*".

**Edição nº 1652, XVII Ano, de 20 de maio de 1868.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 18 de Maio), onde lê-se: "*As notícias do Brasil chegadas no último pacote ainda não deram rendida, ante as armas brasileiras, a fortaleza de Humaitá, que na data das mesmas estava sendo bombardeada por mar e por terra; confirmam porém a fuga de López, e fazem crer que Humaitá cairia em breve em poder dos aliados*".

**Edição n° 1660, XVII Ano, de 17 de junho de 1868.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 15 de Junho), informa que a fortaleza de Humaitá está completamente sitiada, esperando-se que os paraguaios se rendam, a qualquer momento, pela fome. No Chaco, força inimiga foi repelida pelos aliados, resultando na morte de 400 paraguaios.

**Edição n° 1661, XVII Ano, de 20 de junho de 1868.**

- Texto da página 2, ocupando duas colunas, transcrito do Commercio do Porto, apresenta uma síntese sobre a guerra, destaca-se: *“Audácia dos paraguaios é devida à índole enérgica daquele povo, à disciplina da tropa e ao respeito que lhes impõe o chefe da República. Espera-se novo ataque do inimigo às forças que ocupam o Chaco. “Baluarte de Humaitá” totalmente sitiado; débil força o garante. Continua a agitação política na Confederação Argentina.”*

**Edição n° 1664, XVII Ano, de 1° de julho de 1868.**

- Texto da capa, intitulado “Correspondência Particular – Lisboa 29”, onde lê-se: *“As tropas de Lopez resistem em Humaitá, com uma força de 14.000 homens, que contam com apenas 300 reses para sua alimentação. Os seus soldados morrem diariamente, esperando-se, por isso, que a fortaleza caia em breve em poder dos brasileiros, que tem lutado ultimamente com dificuldades grandes”.*

**Edição n° 1666, XVII Ano, de 8 de julho de 1868.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado "Várias Notícias", baseado em jornais de Buenos Aires de língua inglesa, onde lê-se: *“Que são os que recebem notícias mais exatas do campo paraguaio”, destaca-se: “organização de um exército de mulheres por López, presidente do Paraguai. A famosa Elisa Lynch, inglesa ativa, ambiciosa, de grande poder intelectual, e de uma vontade indomável, comanda esta tropa feminina com o título de Brigadeiro General. Depois de Misstress Lynch desempenham os cargos mais importantes D. Margarida Ferreira, como grau de tenente coronel, e a Senhora de Herrera, esposa de um distinto oficial da Marinha.”*

**Edição n° 1669, XVII Ano, de 18 de julho de 1868.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 16 de julho de 1868), informa que López ainda se encontrava e Tebicuary, com 10.000 homens, e que em Montevideu continuava a crise bancária, onde lê-se: *“Quando se esperava de momento para momento a notícia do termo desta guerra que tanto tem consumido as forças do Brasil, é bem para sentir que a grande luta esteja ainda por resolver.”*

**Edição n° 1672, XVII Ano, de 29 de julho de 1868.**

- Texto da página 4, Seção “CORREIO DE ONTEM” (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 27 de julho de 1868), onde lê-se: *“Segundo afirmou o Times, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos vão intervir diplomaticamente, afim de porem termo à guerra entre o Paraguai e o Brasil”.*

**Edição n° 1675, XVII Ano, de 8 de agosto de 1868.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 6 de agosto de 1868), onde lê-se: *“Parece que por um*



*telegrama procedente de Londres viera a notícia que correu um destes dias de ter Humaitá caído em poder dos brasileiros".*

**Edição n° 1679, XVII Ano, de 22 de agosto de 1868.**

- Texto da capa, sintetiza as últimas notícias da guerra, destacando o relato sobre o *"desastrado reconhecimento de Humaitá, em 16 de julho"*. Onde lê-se: *"O ataque à fortaleza paraguaia provocou perdas reais no exército argentino e oriental que nunca olvidaremos"* e é atribuído ao intempestivo comando do Marquês de Caxias e ao General argentino Gelly y Obes, destaca-se: *"A operação teria custado a vida de muitos oficiais e pelo menos 1.200 soldados. (...) Esta malfadada jornada produziu uma grave desinteligência entre o Marquês e Osório, a ponto de quem se julga informado autenticamente me assegurar que Osório deu a sua demissão e se retirará do exército."*

**Edição n° 1682, XVII Ano, de 2 de setembro de 1868.**

- Texto da página 2, transcrito da edição do Commercio do Porto, de 29 de agosto, onde lê-se: *"(...) guerra do Império ofendido em sua honra e direitos contra o ditador obedecido por um povo valente mas extremamente ignorante: a tomada da fortaleza de Humaitá, julgada invencível e inexpugnável. (...) Esta fortaleza abatida e humilhada não será mais um ultraje ao mundo civilizado."*

O correspondente do jornal Commercio do Porto, no Rio de Janeiro, relata, cronologicamente, o feito militar, entre os dias 16 e 18 de julho. Relembra o revés inicial, com um grande número de mortos e o aprisionamento do coronel argentino Martinez e seu ajudante Campos, e oferece detalhes da ação do Barão do Herval (Gen. Osório), que, mesmo exitosa, resultou em 2.000 baixas nas forças aliadas – entre mortos e feridos.

**Edição n° 1683, XVII Ano, de 5 de setembro de 1868.**

- Texto da página 2, sem título transcreve participações oficiais do comandante em chefe do exército brasileiro, o Marquês de Caxias sobre a guerra. Destaca-se: *"Confirma-se ocupação de Humaitá pelos aliados. Inimigo fugiu para o Chaco. Fala-se, pela primeira vez, que López descobriu uma conspiração na capital do Paraguai; Berges e Carreras eram os chefes. Levou aqui quatro anos a conseguir meter no Paraguai uma revolução. Pois há longo tempo que para isso se trabalhava."*

Na mesma página, outro texto, intitulado "À última hora" confirma a tomada de Humaitá e transcreve mais ofícios de Caxias ao Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, ministro da Guerra, e do major Ayres Antonio de Moraes Ancora ao Brigadeiro João de Souza Fonseca Costa, chefe do Estado-Maior do Exército.

- Texto da página 4, na Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias – Lisboa, 3 de setembro de 1868), nota informa que um telegrama de Paris, de origem *"paraguayana"* confirma a evacuação de Humaitá, mas alerta que não deve se julgar a guerra terminada. Há esperança de que seja apresentada uma oferta de paz mediada, conjuntamente, pelas repúblicas do Chile e da Bolívia.

**Edição n° 1684, XVII Ano, de 9 de setembro de 1868.**

- Texto da página 2, publica uma carta publicada no suplemento do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, apresenta um minucioso relato da tomada de Humaitá, desde o primeiro reconhecimento, em 16 de julho. Também são transcritos ofícios de comandantes brasileiros descrevendo as operações no Paraguai.

**Edição n° 1686, XVII Ano, de 16 de setembro de 1868.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular do Campeão das Províncias - Lisboa, 13 de setembro de 1868), informa que a guarnição paraguaia do Chaco rendeu-se, depois de desesperada luta (entregaram-se 4 chefes, 97 oficiais e 1.200 praças), e que López resistia no Tebicuary.

**Edição n° 1693, XVII Ano, de 10 de outubro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular - Lisboa, 8 de outubro" reproduz notícia publicada pelo jornal londrino *Times* sobre a guerra. Destaca-se: *“Marquês de Caxias marchou com 30.000 homens sobre o Tebicuary. Esquadra bombardeia Timbó, em 16 de agosto; seis dias depois, tropas de López abandonaram o local. 10.000 brasileiros e 5.000 argentinos se fixaram em Humaitá.”*

**Edição n° 1695, XVII Ano, de 17 de outubro de 1868.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado "Guerra do Brasil com o Paraguai", transcrita do *Commercio do Porto*, destaca-se: *“Tropas brasileiras derrotam a vanguarda paraguaia em 26 de agosto, e dois dias depois atacam a esquerda das posições fortificadas do Tebicuary, que foram tomadas. López retirou-se, com uma pequena escolta, para Villeta, sete léguas abaixo de Asunción. Prisioneiros confirmam que Berges e outras pessoas foram fuzilados e que os dois irmãos de López foram presos.”*

- Texto da página 4, na seção “CORREIO DE ONTEM” (Do outro correspondente - Lisboa, 16 de outubro), nota afirma que as notícias recebidas, no último pacote do Brasil, indicam o fim próximo da guerra. López provavelmente retirou-se para Villa Rica.

**Edição n° 1696, XVII Ano, de 21 de outubro de 1868.**

- Texto da página 2, transcrito do *Commercio do Porto*, apresenta, em duas colunas, uma resenha sobre as últimas notícias da guerra, noticiando a prisão (e morte) do cônsul português em Asunción, Sr. Leite Pereira. Destaca-se: *“O penúltimo vapor chegado do teatro da guerra fez escrever a todos os jornais: 'que López fugiu espavorido pelos sertões que levam à Bolívia'. Alguns davam já o tirano foragido, a bordo da canhoneira americana de guerra Wasp, e a guerra concluída. Posto que há largos meses se nos afiança o próximo fim da guerra, a harmonia dos jornais deram desta vez uma certa alegria, que a praça ressentiu-se dela em parte de suas transações.*

*O câmbio subiu e as libras desceram. [...] A guerra de recursos deve dar ainda muito que fazer, não só porque o número das guerrilhas é respeitável, mas porque são elas compostas de soldados velhos. Será difícil que apareçam homens que queiram governar a Assunção, estando López a algumas léguas de distância, ainda mesmo conservando os aliados um corpo de exército para auxiliá-los. O que acabará num momento a guerra será a revolução interna. Essa sim. Não podendo ter confiança entre os seus, López ver-se-á na necessidade, inclusive, de fugir. Que tal revolução houve, ou pelo menos veementes indícios de conspiração, prova-o a crueldade cometida sobre os reputados cabeças. É horroroso ouvir a história dessa incrível hecatombe. O tirano não poupou ninguém; nem irmãos, nem generais, nem amigos, nem estrangeiros. Nos fossos do Tebicuary foram encontrados insepultos cerca de duzentos cadáveres. Grande número daqueles que tanto o ajudaram, caíram debaixo das balas dos fuziladores. O próprio cônsul português naquela república, o sr. Leite Pereira, foi arrancado da casa da delegação dos Estados Unidos, e vitimado com outros personagens ilustres!*

*Diz-se, à boca pequena, que para esta Corte vieram alguns números do Semanario, jornal oficial do Paraguai, onde vem feito o processo e relatadas as provas dos conspiradores, acompanhado tudo de uma espécie de manifesto às nações, em que o veredicto pretende justificar-se de tal carnificina. Não vi esse jornal, não quero portanto afiançar que tivesse vindo. Seja como quer que for, o ditador bárbaro pretende aniquilar a população do seu país. É coisa notável! Os paraguaios prisioneiros com quem tenho falado, não falam nem ouvem falar no 'Supremo', que se não descubram reverentemente! E lamentam não ter morrido na batalha, porque ao menos não ficariam suas famílias sujeitas à vergonha e ao desprezo! [...] A julgar pela correspondência datada de Buenos Aires de 12 do corrente e publicada no Jornal do Commercio de 22, está a guerra acabada, e o exército aliado marchando para a Assunção. E pena que assim não seja. [...] Fala-se que a diplomacia está definitivamente encarregada de concluir a guerra. Isto vem pela centésima vez, porém agora argumentam com a subida para a Assunção do ministro inglês e do ministro americano. Se a guerra não pode acabar breve pela guerra, que acabe então pela paz. Basta de sacrifícios: o Brasil deve dar-se por satisfeito e vingado.”*

#### **Edição nº 1700, XVII Ano, de 4 de novembro de 1868.**

- Texto da página 2, intitulado "Notícias do Brasil" transcreve, em duas colunas, dois ofícios do Marquês de Caxias ao ministro da Guerra, Barão de Muritiba e divulga um boletim do exército imperial, datado de 18 de setembro de 1868, com informações sobre as novas ações bélicas brasileiras, que preveem ataques a Angostura, onde estariam acampadas tropas paraguaias. Lê-se ainda: *“A guerra pode considerar-se terminada, pelo que parabéns se podem dar às principais praças comerciais da Europa, que certissimamente bem receberão tão alegre nova.”* O jornal O Bracarense, na edição nº 1618, de 3 de novembro de 1868, Página 3, publicou o mesmo material sob o título "BRASIL".

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente Lisboa, 2 de novembro), nota informa que as forças de López estão concentradas em Villeta, onde lê-se: *“mostram-se destinadas a sustentarem uma vigorosa resistência. No Rio de Janeiro, circulava a notícia de que os paraguaios haviam abandonado Angostura.”*

#### **Edição nº 1704, XVII Ano, de 18 de novembro de 1868.**

- Texto da página 3, na "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", destaca-se: ***“PATRIOTISMO – O brado de indignação patriótica, que se levantou neste país contra a pérfida ideia da união ibérica, ecoou no Brasil, e os portugueses ali residentes, animados do santo e nobre amor da pátria, não perderam a ocasião de mais uma vez mostrarem que amam deveras a sua terra natal, e que por ela estão sempre prontos a fazer os maiores sacrifícios. Instalou-se uma comissão portuguesa no Rio de Janeiro, para o fim de promover uma subscrição em todo o Império, devendo o seu produto ser empregado na compra de armamentos para a defesa de Portugal. Encheu-nos da maior alegria a resolução tomada por aqueles nossos irmãos, resolução que está acima de todo o elogio. E mais um gostinho para os ibéricos. Tenham paciência. O brio dos portugueses ainda não afrouxou; e, a não ser meia dúzia de traidores, amam como devem a terra que os viu nascer, e estão dispostos a defender a todo o transe a sua independência.”*** (grifo nosso)

- A mesma informação é repetida na página 4, na seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente - Lisboa, 16 de novembro), acrescenta-se que no pacote chegado ao Tejo, em Lisboa, veio uma letra no valor de 1.000 Réis de um único "capitalista" português residente no Brasil, onde lê-se: *“(…) dirigida ao Governo para a compra das*

*armas destinadas ao salvamento da independência pátria".* Ainda nessa seção, notícias sobre a guerra, destacando-se duas informações: *“Assunção era já dos aliados. López tinha mandado fuzilar, por crime imaginário de traição, a um irmão e a um cunhado”.* (grifo nosso)

**Edição nº 1705, XVII Ano, de 21 de novembro de 1868.**

- Texto da página 2, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente – Lisboa, 16 de novembro), iniciada na edição anterior, esclarece que: *“Os leitores devem estar ainda lembrados do que dissemos numa das nossas correspondências que o sangüinário López, ditador da República do Paraguai, fez fuzilar o nosso cônsul. Hoje, sabemos, por cartas vindas no último paquete, que é destituída de fundamento tal notícia. Efetivamente o ditador López fez fuzilar um português por nome Leite; porém esse nosso irmão não estava investido de nenhum caráter consular”.* O texto é assinado pelas iniciais T. E.

**Edição nº 1708, XVII Ano, de 2 de dezembro de 1868.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular – Lisboa, 1 de dezembro" informa que López, o “ditador” da República do Paraguai, está retirando as suas forças das fortificações de Villeta, e parece tentar fortificar-se em Villa Encarnación.

**Edição nº 1709, XVII Ano, de 5 de dezembro de 1868.**

- Texto da página 2, transcrito do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, ocupando três colunas, apresenta uma resenha de notícias sobre a guerra, que alcançam até 28 de outubro. Destaca-se: *“Resistência de López em Villeta toma caráter de tenacidade e desespero, que vai dar algum trabalho aos aliados. Condições do terreno favorecem os paraguaios. López deixou na capital só um batalhão de recrutas, que são quase crianças. Pouco se sabe sobre as perseguições e castigos impostos por López aos indiciados na célebre conspiração; dívidas sobre a morte de Carreras.”*

- Na mesma página, texto sem título, transcrito de correspondência do Brasil para o Jornal do Commercio, de Lisboa, reproduz um artigo do periódico D. Luiz I, editado no Rio de Janeiro, contra a união ibérica.

**Edição nº 1714, XVII Ano, de 23 de dezembro de 1868.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 22), onde lê-se: *“Por notícias recentes chegadas do Brasil sabe-se que os brasileiros tentaram fazer um reconhecimento a Villeta, e foram mal recebidos, sofrendo bastantes perdas. Foi mais um revés sofrido pelos aliados na grande luta há muito travada.”*

**Edição nº 1717, XVIII Ano, de 6 de janeiro de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente Lisboa, 4 de janeiro), destaca-se: *“Ditador” López mantém-se em Villeta, resistindo aos sucessivos ataques dos aliados. Esquadra brasileira fez um reconhecimento em Angostura, mas foi repelida e sofreu grandes e importantes perdas. Esquadra norteamericana já subiu o rio, conduzindo o novo ministro no Paraguai (Mac-Mahon).”*

**Edição nº 1720, XVIII Ano, de 16 de janeiro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular – Lisboa, 15 de janeiro" informa que *“Brasileiros tomaram Villeta e Angostura. López fugiu com 300 homens. Em*

*presença destas notícias, a guerra, que tantos prejuízos tem causado, pode julgar-se terminada.”*

**Edição nº 1721, XVIII Ano, de 20 de janeiro de 1869.**

- Texto da página 2, transcrito do Commercio do Porto, destaca-se: *“Está terminada a guerra entre o Brasil e o Paraguai!”* A matéria relata a passagem do Marquês de Caxias, à frente do "grosso" do exército brasileiro, do Chaco para a margem direita do Rio Paraguai, no dia 5 do corrente (dezembro). O ataque à Villeta, no dia 11 de dezembro, foi descrito com base em informações publicadas pelo jornal Ecco do Sul, da Província do Rio Grande, que noticiou o abandono de Angostura pelos paraguaios.

**Edição nº 1724, XVIII Ano, de 30 de janeiro de 1869.**

- Texto da página 4, Seção “CORREIO DE ONTEM” (Correspondência Particular – Lisboa, 29 de janeiro), destaca-se: *“(…).temos confirmada a notícia da derrota total de López, que perdeu todas as suas fortificações e deixou em poder dos aliados todas as suas bagagens e material de guerra. À saída do paquete era tudo satisfação no Rio. O incêndio da alfândega foi só em alguns trapiches, não ardendo todo o edifício como constara; no entanto, o prejuízo foi grande.”*

**Edição nº 1725, XVIII Ano, de 3 de fevereiro de 1869.**

- Texto da capa, em cinco colunas (a dimensão de uma página inteira), transcrito do Commercio do Porto, apresenta pormenores sobre os últimos feitos das armas brasileiras, as tomadas de Villeta e Angostura. Os aliados teriam perdido mais de 4.500 homens (a metade, feridos) e os paraguaios 6.000 (dois terços mortos e feridos, o restante, prisioneiros). O relato apresenta detalhes das batalhas de Angostura, em 21 e 22 de dezembro. Também há transcrições de ofícios dos comandantes brasileiros e muitas notícias da Corte, como o incêndio da alfândega, no Rio de Janeiro.

**Edição nº 1729, XVII Ano, de 17 de fevereiro de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular – Lisboa, 16 de Fevereiro), destaca-se: *“Está efetivamente concluída a guerra entre o Brasil e o Paraguai. O paquete chegado ontem trouxe essa agradável notícia. López fugiu para as montanhas acompanhado apenas por cem homens, sendo-lhe apreendidos pelos aliados os seus papéis importantes, depois de o terem derrotado completamente. Os aliados estão senhores de Assunção, capital do Paraguai. É uma notícia jubilosa, que com prazer reproduzo aqui e que geralmente será recebida com entusiasmo.”*

**Edição nº 1730, XVIII Ano, de 20 de fevereiro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular – Lisboa, 19 de fevereiro", onde lê-se: *“Por um telegrama particular dirigido de Londres para Paris consta que há complicações entre o Brasil e a República Argentina sobre a ocupação de Assunção, e outros pontos do Paraguai”.*

- Texto da página 3, texto sem título, transcrito do Commercio do Porto, ocupando duas colunas, apresenta uma resenha de notícias da guerra, que começa com indagações, destaca-se: *“Acabou a guerra do Brasil contra o governo do Paraguai? Voltam breve os exércitos vencedores, e virá a paz e os seus frutos suavizar a desgraça de quatro anos? Perguntas são estas que todos fazemos, e a que ninguém conscienciosamente saberá responder. Vai ser criado governo provisório em Assunção. Desconhece-se o paradeiro do presidente paraguaio. Ministro norte-americano (Mac-Mahon) acompanha López*

*para toda a parte, é o seu testamenteiro, e declarou capital do Paraguai o lugar (qualquer que seja) em que estiver López."*

O correspondente do Commercio do Porto no Rio de Janeiro comenta, também, notícias publicadas pelos jornais do Rio da Prata sobre os horrores cometidos por López, destaca-se: *"São a hidrofobia no seu extremo paroxismo. A ser verdade metade, Solano López não tinha igual na história do mundo. Nero e Rosas são anjos ao pé do cacique do Paraguai. Eu penso que a exageração prejudica a acusação."*

- Texto da página 4, na "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", onde lê-se: *"DEMONSTRAÇÕES DE REGOZIJIO - Em algumas províncias do Reino tem-se solenizado com música, foguetes e repiques de sino a agradável notícia de terem as armas brasileiras triunfado na luta travada com o feroz ditador López. É justo o regozijo manifestado, por isso que cessou para os nossos irmãos nas terras de Santa Cruz, o mais triste dos flagelos que pode cair sobre a humanidade, sendo que o que lhes pesava durava já há mais de quatro anos."*

Na mesma página 4, na seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente - Lisboa, 18 de fevereiro), nota transcreve ofício da comissão central do Rio de Janeiro, criada para arrecadar fundos para a compra de armamentos para a defesa do Reino contra a união ibérica, datado de 22 de dezembro de 1868, aos membros da comissão "1º de dezembro de 1640", instalado em Portugal com idêntico objetivo, agradecendo as referências elogiosas recebidas anteriormente.

#### **Edição n° 1732, XVIII Ano, de 27 de fevereiro de 1869.**

- Texto da página 2, resenha transcrita do Commercio do Porto iniciada na edição n° 1730 apresenta extenso material com o depoimento de Adolpho Saguier, prisioneiro no Paraguai, sob o título "Ferocidades de López – Novos Detalhes", destaca-se: *"O capitão D. Adolpho nos fornece os seguintes detalhes sobre os atos de barbaria perpetrados por López: López fazia castigar os prisioneiros com 500, 1.000 e 1.200 açoites antes de os fuzilar. O dr. Carreras foi assim açoitado da maneira mais bárbara. O sr, Saguier, que se achava à vista do dr. Carreras, também com ferros aos pés, havia 5 meses, tudo presenciou e refere até os gritos que dava o dr. Carreras aos golpes do laço e das chibatadas. Berges foi também açoitado antes de ser fuzilado. D. Benigno López (irmão do tirano) foi também despedaçado a açoites. O Sr. Saguier viu-o, e conhece o carrasco que o açoitou. Chama-se Aveiros, e foi outrora escrivão de governo e fazenda. O Marquês de Caxias tem prisioneiro ao capitão de cavalaria Mathias Goigurú (sic), que foi quem comandou a execução de Benigno López, general Barrios, bispo, deão Bogado, da mulher do coronel Martínez, de D. Mercedes Egusquiza, D. Dolores Recalde, e outras pessoas cujos nomes não lembra. Isto aconteceu no dia 21 de dezembro e assistiram às execuções, por ordem de López, suas duas irmãs, D. Inocencia, mulher do general Barrios, e D. Rafaela, viúva de D. Saturnino Bedoya, que López fez morrer no tormento chamado Cepo (tronco) Uruguaiana, e seu irmão Venancio, os quais depois da execução foram levados para o interior, numa carreta, sem se saber a que ponto se dirigiam. [...] Fez a marcha a pé de S. Fernando a Villeta, tendo os pés inchados, e, extenuado pelos sofrimentos, resignou-se, como os mais, a essa tremenda marcha de 40 léguas por caminhos impraticáveis, pois a ordem era de matar à baioneta indistintamente todos os que cansassem, fossem generais, chefes, oficiais, soldados, presos, sacerdotes, mulheres, crianças, velhos, enfim todos os que faziam o trajeto; e como era natural muitos infelizes caíram por terra desfalecidos, pedindo por Deus em gritos que lhes dessem um só momento de descanso, afim de seguir adiante. Porém, a ordem do facinora era terminante, e os que caíam eram executados sem piedade pelo esbirro Hilario Marcó, antigo chefe de polícia da Assunção, muito conhecido de todos. É inútil querer descrever*

*os fatos do malvado López, porque não há voz para narrar esses horrores inauditos executados no século da civilização. Os que tiveram lugar nos tempos mais bárbaros não alcançam, nem com muito, a assemelhar-se ao que o déspota tem praticado quase à nossa vista. [...] Entre os carrascos mais caracterizados que o tirano tinha a seu serviço, podemos citar com nomes e sobrenomes os mais notáveis, deixando para outra ocasião os de segunda categoria. São os seguintes: general Resquin, tenente coronel Hilario Marcó, tenente coronel German Serrano e os padres Maíz e Roman."*

**Edição n° 1733, XVIII Ano, de 3 de março de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular - Lisboa, 2 de março", onde lê-se: *"Há notícias recentes do Brasil, mas suspeitas, porque se julgam de origem paraguaia. Anunciam elas que havia dados para crer que López concentrava de novo forças no interior do país, e que na sua fuga fora acompanhado pelo ministro americano; e que os Estados Unidos estavam dispostos a sustentar o Paraguai. Acrescentam que o marechal Caxias havia deixado o comando do Exército."*

- Texto da página 2, continua a resenha transcrita do *Commercio do Porto* iniciada na edição n° 1730, com a sequência do depoimento de Adolpho Saguier, prisioneiro no Paraguai. Destaca-se: *"Maíz foi o que esteve preso três anos, acusado de conspiração. Depois se desdisse de tudo, e saindo da prisão converteu-se no mais bárbaro e cruel carrasco de López. Luis Caminos era um outro algoz que julgava e mandava executar por sua conta. Também um Beron, e o Aveiro, que acima nomeamos. Entre os estrangeiros que tem sofrido os tormentos acham-se de todas as nacionalidades, ingleses, franceses, espanhóis, norte-americanos, italianos, portugueses e alemães. Não há que falar dos argentinos, orientais e brasileiros, porque estes foram sacrificados em massa. [...] Entre os que podemos mencionar... portugueses, o cônsul de S.M.F. Leite Pereira, o vice-cônsul Vasconcelos e outros. [...] É inaudito que no século do telégrafo, que tem facilitado a comunicação imediata entre todos os povos e portanto a morigeração dos costumes mais duros dos países não civilizados, se tenham estado a cometer atrocidades semelhantes, tão perto de nós, e na presença de muitos agentes estrangeiros, que de alguma forma com ela os autorizavam, e que tendo tido estes comunicação freqüente, por meio de canhoneiras de guerra, não tenham protestado ou fugido dali, se não tinham coragem para fazer o primeiro, a fim de pedir justiça a seus governos, e com esse passo humanitário salvarem tantas vítimas inocentes da ferocidade selvagem de López. Longe disso, ficaram-se tranqüilos, embarcando os tesouros roubados a nacionais e estrangeiros, e aos cofres públicos do Paraguai. Agora resta-nos ver qual será o governo que aceite em seus Estados tão atroz criminoso. Breve saberemos. O malvado ganhou as selvas, indo provavelmente a caminho da Bolívia. Se chegar aquela república irmã nós o recomendamos ao general Melgarejo, não para que proceda a um juízo político, pois disso não se trata, mas para que obre contra ele em nome dos mais sagrados direitos da humanidade calcados aos pés por aquele monstro, por isso que em tal sentido López é justificável ante todas as nações do mundo. Por hoje aqui paramos, garantindo a autenticidade destes detalhes, que todos, repetimo-lo, nos foram transmitidos pelo sr. Capitão Saguier."*

**Edição n° 1734, XVIII Ano, de 6 de março de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 5 de março), onde lê-se: *"Com relação ao Brasil tenho a acrescentar ao que disse na minha última que o Marquês de Caxias retirou do teatro da guerra, por a considerar finda. López fugiu efetivamente para as montanhas, aonde, segundo se julga, trata de*

*fortificar-se e organizar guerrilhas para incomodar o exército vitorioso. Houve efetivamente desinteligência entre os generais aliados por motivo da ocupação do Paraguai."*

**Edição n° 1736, XVIII Ano, de 13 de março de 1869.**

- Texto da página 2, sem título, inicia a transcrição da Ordem do Dia n° 272, do Marquês de Caxias, com o minucioso relato das vitórias obtidas pelas armas brasileiras em dezembro de 1868, nos campos de Villeta.

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular – Lisboa, 12) informa, baseada em notícias procedentes de Nova Iorque, que o *"ditador López abandonou o Paraguai, levando consigo uma fortuna muito considerável, e que a guerra se acha, por consequência, completamente terminada"*.

**Edição n° 1737, XVIII Ano, de 17 de março de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "Guerra com o Paraguai", ocupando mais de duas colunas, dá sequência à transcrição da Ordem do Dia n° 272 do Marquês de Caxias. Um dos trechos enfatiza a posição do comandante militar brasileiro, onde lê-se: *"Os importantíssimos acontecimentos e vitórias, as mais completas por nós alcançadas, durante os memoráveis vinte e cinco dias do mês de dezembro próximo passado, puseram termo, em minha opinião, à guerra do Paraguai. O ditador López foge atônito e espavorido diante de nossos soldados triunfantes, até que possa efetuar, se lhe for possível, sua fuga para fora do Paraguai"*.

**Edição n° 1738, XVIII Ano, de 20 de março de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "Guerra com o Paraguai", ocupando duas colunas, conclui a transcrição da Ordem do Dia n° 272 do Marquês de Caxias. No ofício, o comandante brasileiro lamenta não poder citar entre os nomes dos vivos o do *"intrépido, bravo e destemido brigadeiro Barão do Triunfo, a quem já uma vez eu havia chamado o bravo dos bravos do exército brasileiro, (...) é para deplorar que tão valente guerreiro, saído incólume de um sem número de combates e recontros, tivesse de deixar-nos vítima de uma febre tífica. A guerra chegou ao seu termo, e o exército e a esquadra brasileira podem ufanar-se de haverem combatido pela mais justa e santa de todas as causas"*.

**Edição n° 1739, XVIII Ano, de 24 de março de 1869.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado "Notícias do Brasil", transcrita do jornal Tribuna Popular, de Coimbra, onde lê-se: *"Como todos sabem, a guerra está terminada, e o governo imperial vai estabelecer um governo provisório na capital do Paraguai"*.

*"López ainda não pode ser capturado. Marquês de Caxias entregou o comando das forças aliadas. General Argollo e o vice-almirante Visconde de Inhaúma perdidos; general Osório ferido. López na serra, sob a proteção do ministro norte-americano Mac-Mahon."*

**Edição n° 1743, XVIII Ano, de 7 de abril de 1869.**

- Texto da página 2, sem título, transcreve material publicado pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, que atualizado até 28 de fevereiro. Há uma participação oficial do coronel Frederico Baez ao general argentino Emilio Mitre sobre a primeira expedição sob o seu comando, trazendo famílias paraguaias (mulheres, idosos e crianças) que marchavam para as cordilheiras. Entre muitas informações, também é reproduzida notícia



publicada pelo jornal Standard, de Buenos Aires (jornal em língua inglesa), que não confirma as denúncias de saques praticados por brasileiros em Assunção.

**Edição n° 1746, XVIII Ano, de 17 de abril de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 16), informa que López ainda se encontra nas montanhas e os exércitos brasileiro – de 26 a 27 mil homens – e argentino - 4 mil homens – estão acampados em Assunção.

**Edição n° 1749, XVIII Ano, de 28 de abril de 1869.**

- Texto da página 2, sem título, transcrito do jornal Diário Mercantil, do Porto, destaca-se: *"A partir de 20 de março, deveriam começar movimentos definitivos para destruir os restos do poder do déspota cruel. Encouraçados Herval e Mariz e Barros continuam em Angostura. Partiu para o exército, no Paraguai, o Conde d'Eu, acompanhado de seu Estado-Maior."*

**Edição n° 1755, XVIII Ano, de 19 de maio de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular - Lisboa, 18", informa que duas divisões brasileiras marchavam em perseguição à López, que deveria estar em Ascurra - não se sabendo se com três mil ou sete mil homens, mas acompanhado dos generais Resquín e Caballero.

**Edição n° 1759, XVIII Ano, de 2 de junho de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Do nosso correspondente - Lisboa, 31 de maio", assinado pelas iniciais T. E., informa: *"As notícias chegadas ultimamente do Brasil indicam que forças brasileiras continuam ainda em operações para desalojar López das cordilheiras. À testa do exército já se acha S. A. o Sr. Conde d'Eu, e esperava-se na data daquelas notícias uma batalha."*

**Edição n° 1761, XVIII Ano, de 9 de junho de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular - Lisboa, 8" informa, com base em jornais franceses e ingleses, "notícias de origem paraguaia", onde lê-se: *"Regimento de cavalaria brasileiro surpreendido e destroçado pelas forças de López. No Alto Paraguai, tripulações de navios brasileiros mortas ou aprisionadas pelos paraguaios. Embarcações brasileiras no Rio Tebicuary também atacadas pelo inimigo."*

**Edição n° 1763, XVIII Ano, de 16 de junho de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular - Lisboa, 15" informa: *"Temos notícias recentes do Brasil, mas nada adiantam a respeito da guerra, com as guerrilhas de López que, como já sabem os leitores, divagam pelas cordilheiras. As forças brasileiras tem-se ocupado em fazer reconhecimentos sobre o campo inimigo, havendo nestas operações pequenos recontros com maior ou menor êxito"*.

**Edição n° 1764, XVIII Ano, de 19 de junho de 1869.**

- Texto da página 2, transcrito do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, ocupando quase quatro colunas, destaca o discurso do Imperador na abertura do parlamento brasileiro, dia 11 de maio, onde lê-se: *"A província do Mato Grosso está livre da invasão paraguaia; o inimigo já não pisa o solo brasileiro, nossa esquadra domina hoje as águas dos rios Paraná e Paraguai."*

Na mesma página e transcrição, seguem as notícias: *“Declarações de prisioneiros revelam que havia uma fundição de artilharia em Caacupé, e que López ainda tem nove mil homens. Ministro norte-americano (Mac- Mahon) reside em Peribebuy e visita semanalmente o acampamento do Mariscal em Ascurra. Aniversário do Conde d'Eu em 28 de abril festejado no acampamento e em Assunção. Presidente Sarmiento abre Congresso argentino e diz que aliados derrotarão o tirano do Paraguai.”*

**Edição nº 1765, XVIII Ano, de 23 de junho de 1869.**

- Texto da capa, intitulado “Do nosso correspondente – Lisboa, 22”, assinado apenas com as iniciais T. E., revela preocupação com notícias de reveses brasileiros, comprometendo o abastecimento de víveres e munições do exército imperial. “Será verdade?”, indaga o redator, no final do artigo.

- Texto da página 2, ocupando suas cinco colunas, extensa transcrição do Memorial Diplomatique, de Paris, intitulada “A Guerra do Prata – Atrocidades de López”, com o depoimento do britânico George Frederick Masterman sobre o terror instalado no Paraguai, reproduzido do Standard, de Londres. Destaca-se: *“Humaitá resistiu quase três meses, e se caiu não foi aos golpes do Brasil e dos seus aliados, mas aos de um inimigo mais poderoso que eles. A fome e a fadiga foram corroendo uma guarnição de crianças e de homens emagrecidos e cobertos de feridas, soldados que se conservaram no posto até o final, e isto em circunstâncias perante as quais todas as outras tropas da América do Sul teriam revoltado, à míngua de coragem. E para que fim tanto sacrifício?... Para se salvar uma liberdade e uma independência que só de nome haviam existido; para que se não abatesse um sistema de governo que era a escravidão de um povo inteiro; para se proteger López, o tirano mais cruel, mais egoísta e mais ingrato da atualidade. [...] Homens, mulheres e crianças foram fuzilados, chibatados e presos aos centos, pelo simples agravo de terem dito que o país estava em ruína, ou por terem carpido a morte de filhos e parentes seus. Ainda mais: uma multidão de mulheres, inocentes evidentemente, sofreram pena capital por terem seus filhos ou irmãos, ora desertado, ora caído em poder do inimigo. No entanto, parece-me que uma descrição sucinta de meus próprios sofrimentos será bastante para revelar o caráter de López, e para confirmar, além disso, os fatos gerais que notei. Em dezembro de 1861, entrei para o serviço do Paraguai, na qualidade de farmacêutico militar em chefe; no ano seguinte fui nomeado professor de química e medicina, e em 1866 adido ao hospital militar da Assunção. Dei conta das mais difíceis funções, creio que com satisfação do sargento-mor, dr. Stewart, e recebi por várias vezes provas de que a minha conduta era aprovada pelo próprio López. A 8 de outubro do mesmo ano, os meus colegas, dr. Rhind e mr. Fox, foram presos, debaixo da acusação, sem provas, de se terem descuidado dos seus deveres. No dia seguinte, de tarde, recebi da mão de meu amigo, o cônsul de França, um maço de cartas para o dr. Rhind, e pedi ao major da praça licença para lhas levar. Não só me não deram esta licença, mas ainda exigiram que eu entregasse as cartas. A isto recusei-me eu, visto serem cartas particulares de amigos de Inglaterra, e também porque não considerava no major o direito de me dar uma ordem semelhante. Na mesma tarde fui preso, e lançado com meus amigos para um calabouço. A minha cela era baixa, sombria, úmida e tapetada de lama; não tinha janela alguma, e alumiava-se apenas por meio de uma estreita abertura feita na porta que dava para um corredor abobadado. [...] Na cela abundavam escorpiões, centopéias e outros bichos, de modo que era impossível lá viver. A comida e vinho algumas vezes eram-me fornecidos por um criado, mas proibiram-me falar-lhe e comunicar-me, de qualquer modo que fosse, com os meus amigos. Para cúmulo de desgraças, a cela dava para um pátio interior, onde os prisioneiros políticos sofriam de*

vez em quando as mais revoltantes torturas. Eu não podia vê-los, mas ouvia-lhes os gritos e soluços de um modo que nunca poderei esquecer a dor que sofri. Fiquei neste horrível lugar, no meio de uma escuridade intensa, de uma atmosfera fétida, e entre doentes atacados de cólera asiática, todo o espaço de onze meses, sem sair uma vez única e sem ver a luz do sol. [...] O dr. Rhind e mr. Fox voltaram para o serviço do governo, o que de fato eles não podiam evitar; mas eu, julgando que podia ficar ao abrigo que me dava a proteção do pavilhão americano, recusei-me a imitá-los; isto escandalizou imenso a López, e fê-lo procurar pretexto para me castigar de um modo singular. [...] Basta dizer que fui preso em plena capital, e mesmo perto da legação; que me não permitiram o praticar a medicina, conquanto uma terrível epidemia de cólera e febres fosse dizimando a população, e o sr. Dr. Rhind, único práctico deixado em Assunção, estivesse incapaz, pelo seu estado, de prestar serviço algum. [...] A 22 de fevereiro de 1868 dois couraçados subiram pelo rio até Assunção, e atiraram alguns projéteis inofensivos. À chegada deles, evacuou-se rapidamente a cidade, não ficando lá mais que a guarnição e os membros da legação dos Estados Unidos, sem contar alguns amigos do ministro Washburn, e seis artífices ingleses com as famílias, que se entregaram à proteção da América. Tomou López a peito a recusa que mr. Washburn fizera de abandonar a cidade, e um desgraçado fracasso que, dois meses depois, teve lugar com a polícia, mudou o ditador no nosso mais cruel inimigo. A 11 de julho, todos os refugiados na legação receberam ordem para a abandonar, com particularidade o dr. Carreras, outrora primeiro-ministro em Montevideu, o sr. Rodríguez, secretário, que havia sido, da legação oriental, e o sr. Leite Pereira, cônsul português. Mr. Washburn lutou denodadamente para os salvar, mas como, na realidade, o não podia fazer, foram eles próprios que se entregaram à polícia. Tinham-me contado que os acusavam falsamente de terem conspirado contra o governo do Paraguai. Puseram-nos logo a ferros, e enviaram-nos para S. Fernando. [...] Encetou-se então uma longa correspondência entre ele (Washburn) e o ministro dos negócios estrangeiros do Paraguai. Esta correspondência veio a resolver-se em um maço de autos elaborados pelo dr. Carreras, Rodríguez, Benigno López e outros, acusando o ministro, não só de ter cometido o mesmo crime que lhes imputavam a eles, mas também de ser a alma e o chefe de uma conspiração contra a vida de López e destruição de seu governo. [...] Um instante depois levaram-me para a rua, onde achei mr. Bliss, acompanhado de um negro do dr. Carreras e montados ambos em mulas; colocaram-me também sobre uma e deram-me por guarda um sargento e três homens. Levaram-nos para Villeta, que dista 25 milhas aproximadamente de Assunção. Do que nos pertencia só algumas camisas reouvemos da polícia; o dinheiro, esse não tornamos a ver. [...] Não me foi possível saber de Rodríguez, mas disseram-me mais tarde que tinha sido fuzilado. [...] Afinal, apertaram-me com mais força e perguntaram-me se eu queria confessar. - Não! - Eu não tinha que revelar. Então ligaram-me de novo, mas com duas espingardas sobre o pescoço. Enquanto que eles estendiam as cordas, a cabeça ia-me para diante, e a boca batia-me contra a espingarda que estava debaixo das minhas pernas. Os beijos cobriram-se -me de sangue, e em breve sucumbi ao sofrimento que me excedia as forças. [...] No momento em que iam de novo apoderar-se de mim, declarei dizer tudo o que sabia. O padre tornou a levar-me para a barraca, e lá comecei contando como me lembrava o depoimento de Carreras, Berges, Leite Pereira, e outros. Isto de nada serviu, mas Deus sabe com quanta vergonha e agonia eu relatei essa história falsa e miserável, do princípio ao fim. Felizmente era inofensivo o que eu dizia, pois que mr. Washburn estava são e salvo a bordo do Wasp. [...] A 27 de setembro, vi-o (dr. Carreras) com mr. Benites, conduzidos ambos à execução, e no dia seguinte alguns dos quarenta prisioneiros foram principiando por uns poucos de oficiais paraguaios fuzilados à minha

*vista. A mesma sorte esperava eu, mas o receio da vingança dos Estados Unidos, com a qual mr. Washburn ameaçara López, foi o que provavelmente o conteve. Por ali fiquei três longos meses, exposto aos calores tropicais, e às chuvas copiosas, debaixo de um abrigo que mal merecia tal nome, carregado de pesadas cadeias, preso a uma parede desde as quatro horas da tarde até ao nascer do sol, e vendo diariamente um ou alguns de meus companheiros, chibatados ou assassinados com uma crueldade refinada e revoltante. Enfim, a 10 de dezembro, puseram-me em liberdade, graças à generosa e ativa intervenção dos Estados Unidos. Se eu não receasse tomar esta carta muito extensa, entraria em minudências sobre as circunstâncias da minha libertação. Direi apenas que fui enviado para Washington, e que de lá, concordemente com mr. Bliss, escrevi uma declaração provando a inocência de mr. Washburn. [...] Descrevendo algumas de minhas aventuras no Paraguai, tenho por fim chamar a atenção sobre o caráter de López, e particularmente lembrar que alguns ingleses estão ainda debaixo de suas garras, e podem ser tratados com a mesma descabelada barbárie."*

**Edição n° 1770, XVIII Ano, de 10 de julho de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular – Lisboa, 9 de julho" informa: *"Alguns jornais franceses deram a agradável notícia de que o exército paraguaio capitulara, obrigando-se López a retirar para a Europa. Se é verídica tão feliz nova, todos nós devemos congratular."*

**Edição n° 1772, XVIII Ano, de 17 de julho de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular – Lisboa, 16" lamenta que não tenha sido confirmado o fim da guerra do Paraguai, e apresenta uma série de informações sobre o conflito. Destaca-se: *"Sanguinolentos combates entre brasileiros e paraguaios. General Câmara comanda derrota dos paraguaios na margem do rio Jejuy. Tropas de López perderam 800 homens - 500 mortos e 300 prisioneiros. General Menna Barreto vence em Sapucaia e encontra mais de 4.000 mulheres e crianças em estado deplorável."*

**Edição n° 1776, XVIII Ano, de 31 de julho de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Do nosso correspondente - Lisboa, 29), informa que paraguaios perderam 1.000 homens – 200 mortos, 500 feridos e 300 prisioneiros – numa batalha junto ao rio Aguarinhy (sic), e que em outro combate havia sido destruída a fundição de López, em Ibicuí, instalada em 1850.

**Edição n° 1781, XVIII Ano, de 18 de agosto de 1869.**

- Texto da página 2. Longo texto, transcrito do jornal Diário Mercantil, do Porto, reproduz ofícios do comandante em chefe brasileiro, o Conde d'Eu, ao ministro da guerra, o Barão de Muritiba, nos dias 27 e 28 de junho de 1869, sobre as atividades desenvolvidas na guerra contra o Paraguai, justificando o fato de não ter empreendido, ainda, o ataque definitivo às tropas de López a muitos obstáculos de ordem material e às péssimas condições do terreno, assolado pelas fortes chuvas que caem na região.

**Edição n° 1782, XVIII Ano, de 21 de agosto de 1869.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado "Praça do Porto" reproduz matéria publicada pelo jornal Primeiro de Janeiro, do Porto, lamentando que a guerra ainda não tenha terminado, onde lê-se: *"Se o Brasil tem padecido graves males por causa de uma luta tão pertinaz, Portugal, este país irmão e companheiro daquele na fortuna e na adversidade, tem experimentado da mesma sorte tristes consequências do mal estar"*

*daquela nação, bem digna de melhor sorte. [...] Em resultado, porém, de certas vantagens obtidas pelos aliados, o câmbio tem-se tornado mais favorável e algum papel bancário, mas não em grande quantidade, veio para a Europa no pacote Navarre. Para Portugal, e em especial para o Porto, sabemos que veio muito pouco dinheiro."*

**Edição n° 1789, XVIII Ano, de 15 de setembro de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 14), informa que o exército brasileiro, após obter bons resultados nos últimos combates, iria atacar a posição de López, onde lê-se: "*O Conde d'Eu tomara duas trincheiras paraguaias e a localidade de Vervella (sic). Em Assunção, houve grandes festejos por ocasião em que se formou o governo provisório, pronunciando-se discursos cheios de entusiasmo em louvor ao Brasil.*"

**Edição n° 1792, XVIII Ano, de 25 de setembro de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 24), destaca-se: "*A Legação brasileira em Lisboa recebeu do ministro do Brasil em Londres a muito satisfatória notícia de que pode considerar-se terminada a guerra do Paraguai, por isso que S. A., o Conde d'Eu, havia atacado e derrotado López nos seus últimos redutos, tendo este 1.500 homens mortos, e perdendo os aliados pouca gente, mas com a infelicidade de morrer na ação o general Menna Barreto. Todo o país há de folgar com tão satisfatória notícia; oxalá que as notícias que trouxer o próximo pacote confirmem tão consoladora nova. Por tão fausta notícia a casa da Legação brasileira nesta Corte esteve ontem à noite iluminada. O ministro brasileiro em Londres houve a notícia por um vapor chegado ali. O Sr. Conde d'Eu, com seu exército, assenhoreou-se de todas as fortificações do inimigo, tomando a fortaleza de Ascurra e Pirebebuy e grande porção de artilharia. López e Madame Lynch fugiram. O mesmo vapor trouxe a notícia de que no Rio de Janeiro houve estrondosas manifestações de regozijo, ao receber-se a feliz nova.*"

**Edição n° 1793, XVIII Ano, de 29 de setembro de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 28), destaca-se: "*Confirmam-se as notícias acerca da derrota de López, podendo considerar-se terminada a guerra de Paraguai. No dia 12 de agosto, o Conde d'Eu teria tomado de assalto Pirebebuy (terceira capital do Paraguai durante a guerra), resultando na morte de 500 paraguaios, mais 300 feridos e 300 prisioneiros. A todos os momentos se espera receber a notícia do fim da guerra. [...] O governo provisório do Paraguai está formalmente instalado. A guerra considera-se terminada. Em Buenos Aires, Montevideú e Rio de Janeiro há grande regozijo.*"

**Edição n° 1795, XVIII Ano, de 6 de outubro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "Guerra do Paraguai" transcreve material extenso publicado pelo Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, sobre o combate de 16 de agosto de 1869, em Campo Grande, onde lê-se: "*(...) que terminou pelo destroço de uma das fugitivas colunas de López*". Baseado em fontes oficiais do Império, o texto descreve a "heróica" luta contra 7.000 homens comandados pelo general Caballero. A vitória comandada pelos "bravos" brasileiros Generais Menna Barreto e Câmara e o Conde d'Eu resultou em 2.000 inimigos mortos e 700 prisioneiros.

O relato da operação contrastou com o depoimento do correspondente do *Jornal do Commercio* em Assunção, também publicado na mesma página ao descrever os

paraguaios aprisionados pelas tropas do **Conde d'Eu, destaca-se:** *"Hoje (20 de agosto), vi entrar nesta cidade uns 300 prisioneiros tomados nos combates de 12 e 16. Fiquei horrorizado do aspecto que apresentavam esses defensores de López. Dois terços dessa gente compunha-se de pobres crianças menores de 14 anos. Quase nus, magros e tão fracos que com dificuldade caminhavam. Alguns desses desgraçados vinham feridos de bala."*

**Edição n° 1797, XVIII Ano, de 13 de outubro de 1869.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado "Guerra do Paraguai" transcreve matéria do jornal Nacional, do Porto, apresentando uma visão mais crítica do conflito, destaca-se: *"O vapor correio de Southampton trouxe notícias relativas à guerra do Paraguai e por elas se vê que a guerra ainda não está concluída, como afirmam alguns jornais brasileiros. López, é verdade, sofreu várias derrotas, mas não abandona o campo, e com o resto de suas forças prossegue em retirada, mas defendendo-se com selvagem valor, e ocupando posições fortificadas. [...] Outras notícias trouxe o correio da América do Sul. O Congresso de Buenos Aires resolvera pela sua parte por termo à guerra contra a qual clama todo o país argentino, retirando o contingente de tropas da República, e já tinha chamado a Guarda Nacional de Buenos Aires, que se encontrava no teatro da guerra. A guerra contra o Paraguai custou já 189.840 homens aos aliados e 66.888.000 libras esterlinas. Só o Brasil perdeu 168.000 homens e 56 milhões de libras. [...] É para sentir se são verídicas estas notícias na parte que diz respeito à guerra do Brasil."*

**Edição n° 1799, XVIII Ano, de 20 de outubro de 1869.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular - Lisboa, 19" informa que o Conde d'Eu continuava perseguindo López, que estava em San Estanislao (quinta capital paraguaia na guerra) com 2.000 homens e 20 peças de artilharia, onde lê-se: *"Parece que o único refúgio de López será retirar-se para a Bolívia, e correrá que já se havia despedido do exército; as tropas brasileiras, porém, tratam de lhe cortar o caminho de fuga."*

**Edição n° 1800, XVIII Ano, de 23 de outubro de 1869.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado "Guerra do Paraguai", transcrito do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, inicia a resenha de notícias do Prata com uma frase emblemática: "A guerra vai acabar desta vez", onde lê-se: *"Coluna aliada de 5.000 homens partiu, Rio Paraguai acima, para San Estanislao. Esquadilha no Mato Grosso impedirá fuga pela Bolívia."*

**Edição n° 1807, XVIII Ano, de 17 de novembro de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular Lisboa, 16 de novembro), informa que *"López havia fugido para a Bolívia, depois de ter mandado executar grande número de oficiais e soldados que conspiraram contra ele."*

**Edição n° 1808, XVIII Ano, de 20 de novembro de 1869.**

- Texto da página 3, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulada "Várias notícias", transcrita do jornal A Revolução de Setembro (Lisboa), destaca-se: *"López executou mais 1.000 pessoas envolvidas em nova conspiração e depois fugiu para a Bolívia, acompanhado de três generais e 200 soldados. Tirano levou riqueza roubada do Paraguai em várias carretas."*

**Edição n° 1811, XVIII Ano, de 1° de dezembro de 1869.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 30 de novembro), destaca-se: *"Conde d'Eu já está em San Estanislao. General Câmara comanda expedição para desembarcar em Concepción e reforçar o ataque. López espera em Curuguaty (sexta capital paraguaia na guerra), fortificada, no centro de um espesso bosque. Tirano mandou efetivamente fuzilar 200 pessoas. Governo provisório do Paraguai decretara a abolição da escravatura. Calcula-se que a guerra contra López tem custado ao Brasil nada menos de 66.888.000 libras esterlinas e 189.830 homens mortos durante a campanha."*

**Edição n° 1816, XVIII Ano, de 18 de dezembro de 1869.**

- Texto da capa, Seção "Folhetim" é dedicada integralmente à guerra do Paraguai, apresentando artigo sobre Assunção, capital paraguaia, transcrito do jornal Comercio do Porto. O texto, intitulado "QUATRO DIAS EM ASSUNÇÃO" descreve a cidade naquela época, destaca-se: *"A primeira impressão que sentíramos ao chegar à capital do Paraguai já se acha dissipada. Quando em abril deste ano aportamos a ela, procurando o exército, recebêramos um choque desagradável; tudo nos parecera, e com razão, sombrio: as casas baixas, os palacetes enegrecidos pelas chuvas e pelas recordações, as ruas sujas, sem movimento, o ar mefítico, o silêncio, a monotonia, os sítios lúgubres, mais aumentavam aquela tristeza inerente ao espírito de quem entrava como elemento na solução de um intrincado problema - a campanha das Cordilheiras. [...] Em Assunção há hoje de tudo quanto se necessita para a vida do confort geral; por todos os lados vêem-se casas fortes de comércio, os gêneros de toda a espécie, os objetos de luxo, as ninharias (francesas) apresentam-se à venda, afluindo os barcos carregados para um porto, onde ainda não se pagam impostos de importação, e que vive só de importação. Nas praças e ruas, o chapéu alto cruza-se com o sombrero e o gorro, os coques encontram-se com as mantilhas das damas paraguayas. De vez em quando desliza-se com donaire, chamando as vistas, causando sensação, uma rapariga de novo tom, com seu vestido curto à Benoiton, suas botinas de seda franjada de ouro e tacão alto, seus taços (sic) imensos, chapeuzinho microscópico, penteado indescritível, representando mais uma conquista de Paris no seio do Paraguai. A curiosidade com que para ela olham as paraguayas é o seu triunfo; nesse olhar há o espanto, a admiração sincera, a inveja; a homenagem enfim mais completa que uma mulher pode render aos esplendores da moda. [...] As classes se confundem e a liberdade por fim já é conhecida de todos em Assunção. [...] A sociedade paraguaia na sua mais fina expressão também já pode formar vistoso salão nesta capital. No dia 16 de setembro distribuíram-se cartões que convidavam para um baile dado por alguns oficiais brasileiros e cidadãos paraguayos às famílias mais distintas. Havia escolha nos convites e muita procura. O salão, na casa do falecido cônsul Barbosa, rua da Igualdade, estava brilhantemente preparado: arandelas de entre vasos de flores o iluminavam profusamente, bonito tapete cobria o chão, as bandeiras brasileira e paraguaia se entrelaçavam no fundo, e retratos de nossos estadistas ornavam as paredes. [...] Dançou-se até às 4 horas da manhã, o serviço foi excelente, doces finos, chá, chocolate, pães de ló ornados com bandeiras da aliança e paraguaia, faziam honra às confeitarias já existentes e aos cuidados do organizador dessa bonita festa. [...] A bandeira paraguaia tremula nos edifícios públicos e nos mastros de alguns barcos mercantes; mas conforme com as circunstâncias pede paz para pensar as feridas da pátria e justiça para não desrespeitar-se a sua vida social. O Brasil quer-lhe dar paz e paz notável: o Brasil nunca lhe negará justiça."*

**Edição n° 1818, XVIII Ano, de 29 de dezembro de 1869.**

- Texto da página 2, intitulado "Correspondência Particular - Lisboa, 24" informa: *“Um telegrama de Antuérpia datado do Rio de Janeiro de 29 de novembro último diz que corre o boato de que López fugiu para a Bolívia. Seria chegada a hora do final extermínio de tão negregado tirano? Oxalá.”*

**Edição n° 1820, XIX Ano, de 5 de janeiro de 1870.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular – Lisboa, 4" informa: *“Anunciam que se feriram importantes combates, com derrota para os paraguaios, e que López já não ocupa território paraguaio, passando além da serra de Maracajú. A Legação brasileira recebeu despachos oficiais, confirmando a notícia de ter terminado a guerra, havendo acordo para a retirada de algumas forças do exército entre as potências aliadas. Oxalá se verifique tão agradável notícia, que dá por extinto o terrível flagelo, que há tantos anos afeta o Império refletindo sobre nós os seus terríveis efeitos”.*

**Edição n° 1824, XIX Ano, de 19 de janeiro de 1870.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular – Lisboa, 18), onde lê-se: *“Notícias oficiais do Brasil dão por terminada a guerra com o Paraguai e López fugitivo nos campos de Vacaria, território deserto da província de Mato Grosso. Assim o declarou S. A., o Conde d'Eu. López, aonde se acha, não tem elementos de resistência, nem meio de havê-los, segundo consta. Só o acompanharam 1.000 homens.”*

**Edição n° 1825, XIX Ano, de 22 de janeiro de 1870.**

- Texto da capa, intitulado "Correspondência Particular- Lisboa, 21" informa: *“Se é verídico o que diz um telegrama procedente da Inglaterra, ainda López continuará a dar o que fazer às tropas e governo brasileiro, pois anuncia que aquele célebre tirano reuniu 5.000 homens e mais 15.000 índios e se entrincheirou com eles em ponto inacessível. Oxalá tão má notícia se não verifique.”*

**Edição n° 1832, XIX Ano, de 16 de fevereiro de 1870.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 15 de fevereiro de 1870), onde lê-se: *“(…) exército brasileiro marcha para o ponto onde se supõe estar López. Desertam sem cessar as forças do grande tirano.”*

**Edição n° 1835, XIX Ano, de 26 de fevereiro de 1870.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular – Lisboa, 25 de fevereiro de 1870), informa que López, ao fugir, abandonou os doentes e lançou a artilharia no rio Aguaraty (sic), lê-se: *“Entre as mulheres que se achavam sob o seu poder, foi encontrada a viúva do infeliz cônsul português no Paraguai, que ali foi assassinado. Narrou ela as amarguras que sofreu. No Rio de Janeiro, foi publicado o programa para a recepção das tropas, que regressarem dos campos de batalha. A febre amarela continua a fazer estragos no Rio.”* (grifo nosso)

**Edição n° 1844, XIX Ano, de 30 de março de 1870.**

- Texto da página 4, Seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 29 de março de 1870), onde lê-se: *“(…) o feroz López transpôs o território paraguaio, fugindo para a Bolívia, acossado pelos brasileiros e levando em sua companhia filhos e alguns generais e 800 soldados. Pode, portanto, considerar-se*



*terminada a prolongada campanha do Brasil com o Paraguai. Foi brilhante no Rio a recepção feita aos voluntários no seu regresso do campo da luta, achando-se as ruas cheias de povo, flutuando bandeiras em todas, e queimando-se fogos de artifício. O Imperador recebeu os voluntários no arsenal da Marinha, abraçou o comandante e dirigiu a toda a força uma jubilosa saudação."*

**Edição n° 1847, XIX Ano, de 9 de abril de 1870.**

- Texto da página 4, "SEÇÃO DE NOTÍCIAS", intitulado "Emigração para o Brasil" destaca que *"continua, em larga escala, a emigração para o Brasil"*. O texto chama a atenção para o fenômeno, clamando por um redirecionamento do fluxo migratório para as colônias, onde lê-se: *"A imprensa tem por muitas vezes feito sentir aos poderes públicos competentes a absoluta necessidade de se procurarem todos os meios possíveis para que os indivíduos que abandonam a pátria para irem tentar fortuna naquele império se dirijam, senão todos, porque isso é impossível, atenta a predileção que o nosso povo tem pelas terras de Santa Cruz, ao menos em mais pequeno número, para as nossas colônias. Infelizmente, nada se tem feito nesse sentido, sendo altamente condenável semelhante incúria. Tem-se gasto o tempo com reformas inúteis, que só servem de aumentar e tornar consideravelmente confuso o serviço público que, diga-se a verdade, está um caos. Olhe-se com atenção para as nossas possessões, tratando-se de as tornar florescentes, que é delas que Portugal tem a esperar muito"*.

**Edição n° 1849, XIX Ano, de 16 de abril de 1870.**

- Texto da capa, intitulado "PARAGUAI" anuncia o fim do conflito no Prata, onde lê-se: *"Terminou a guerra do Paraguai, que por tantos anos assolou o Império; e terminou com a morte do ditador. López, o homem de quem a história falará sempre com horror, não existe já: ele e seu filho mais velho deixaram a existência, e com eles o vice-presidente Lancher e o ministro Caminhas. A família do ditador foi prisioneira, assim como o resto das suas forças. As terras de Santa Cruz exultam pela terminação da luta que pôs em risco a sua existência como nação poderosa e próspera, e exultam com elas Portugal e a Europa, a justiça e a humanidade. Se é grande a glória do Conde d'Eu, não é menor a dos bravos que o acompanharam na luta e nas privações, nas fadigas e no triunfo, enfim. Para todos a auréola da vitória, a ovação devida ao vencedor; - para todos a nossa admiração e o reconhecimento público"*.

Ainda na capa, texto intitulado "Correspondência Particular - Lisboa, 15", assinado apenas pela inicial Y. destaca-se: *"Foi muito bem recebida aqui, recebida mesmo com alvoroço, a notícia da terminação da guerra do Paraguai. O paquete Oneida chegou ontem ao Tejo confirma-a"*.

- Texto da página 4, na seção "CORREIO DE ONTEM" (Correspondência Particular - Lisboa, 15 de abril de 1870), nota também registra a chamada *"satisfatória notícia"* do fim da guerra, onde lê-se: *"(...) visto que o terrível López havia sido morto, parece que às mãos dos seus próprios"*.